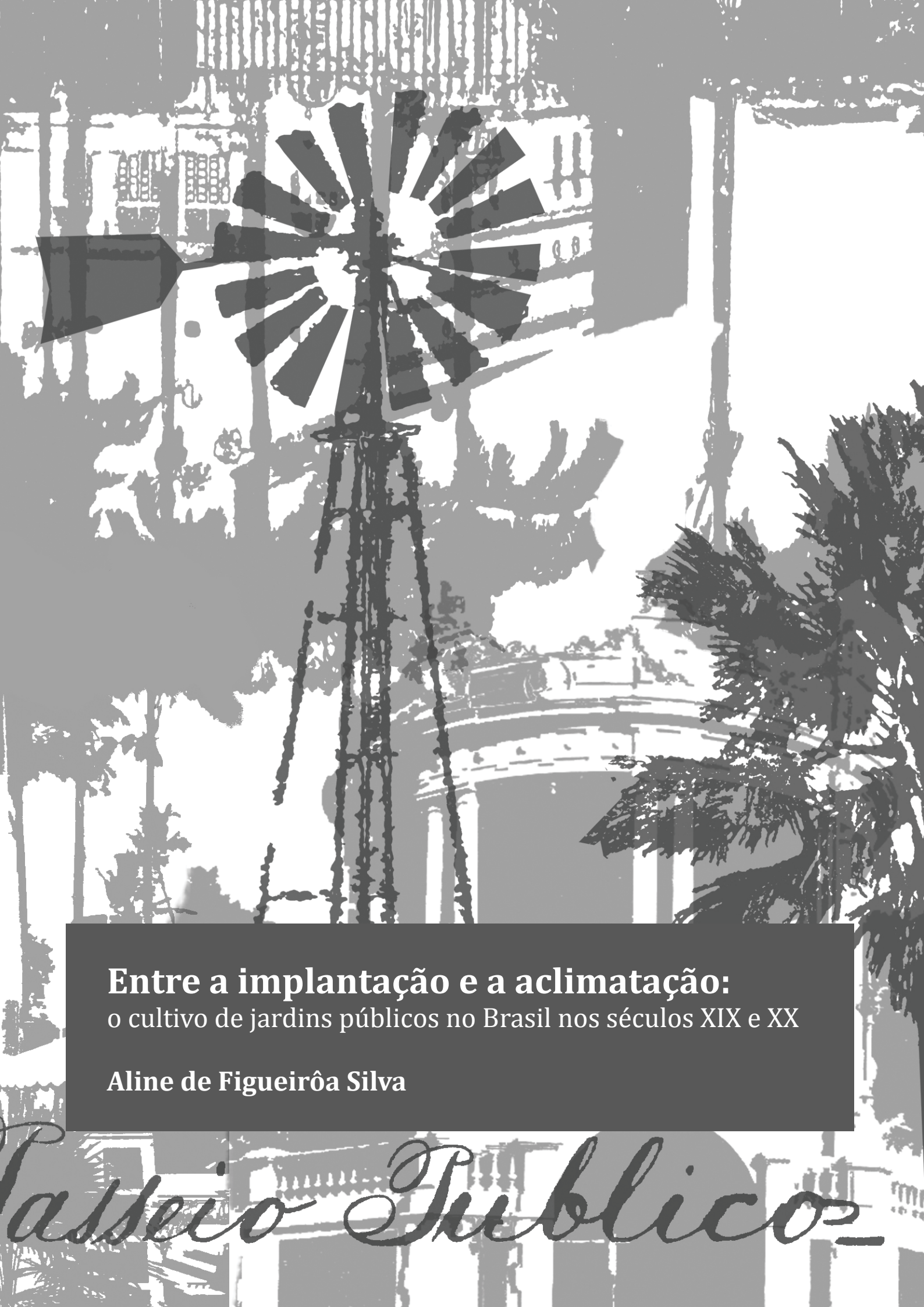


Entre a implantação e a aclimatação:
o cultivo de jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX

Aline de Figueirôa Silva

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Entre a implantação e a aclimatação:
o cultivo de jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX

Aline de Figueirôa Silva

São Paulo
2016

Aline de Figueirôa Silva

Entre a implantação e a aclimatação:
o cultivo de jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Paisagem e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Segawa.

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail da autora: alinefigueiroa@yahoo.com.br

Silva, Aline de Figueirôa.

S586e Entre a implantação e a aclimatação: o cultivo de jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX / Aline de Figueirôa Silva. – São Paulo, 2016.
406 p. : il.

Tese (Doutorado – Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – FAU/USP.
Orientador: Hugo Segawa.

1. Arquitetura paisagística (História) – Brasil – Séculos XIX e XX.
2. Jardins (História) – Brasil – Séculos XIX e XX. I. Título

CDU 712.253(091)(81)

À memória da minha centenária avó Iracema Barbosa de Figueirôa (1913-2012), mulher de modos e oralidade oitocentistas, por sua sabedoria inculta e pelas lições de vida.

À memória de Denis A. de M. Bernardes (1947-2012), grande pesquisador e professor dos mais generosos, por sua indelével contribuição à minha formação humanística.

AGRADECIMENTOS

Um curso de doutorado, em que a tese é a principal realização, demanda um tempo suficientemente grande para acumular dívidas, percursos, expectativas, perdas e ganhos. Acredito, portanto, que uma tese, além de um permanente exercício de escolhas, é um resultado de possibilidades: que livros foi possível ler, que disciplinas foi possível cursar, que informações foi possível reter, que relações foi possível estabelecer e, particularmente, que pessoas foi possível conhecer.

Nesta trajetória, muitas paisagens foram estudadas e, sobretudo, cruzadas, por ocasião dos difíceis deslocamentos entre São Paulo, Recife, Fortaleza, João Pessoa e Rio de Janeiro, além de um estágio nos Estados Unidos, dos desgastantes levantamentos de campo, arquivísticos e bibliográficos, nos quais a resposta mais frequente era "não". Praticamente inexistem, localmente, estudos de referência e indexações sobre jardins ou fontes para o estudo do paisagismo, além das sabidamente frágeis condições dos acervos brasileiros.

Enquanto espero um dia poder saldar, parcialmente, as dívidas intelectuais, humanas e institucionais contraídas nesses quatro anos perante familiares, amigos, professores, colegas, financiadores, funcionários e diretores dos acervos visitados, por hora, resta-me registrar os seguintes agradecimentos:

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão de bolsa que possibilitou minha dedicação integral ao doutorado, deslocamentos para as coletas de dados, aquisição de materiais e serviços fundamentais à tese e participação em eventos e viagens internacionais, os quais tanto enriqueceram minha formação.

A Hugo Segawa, meu orientador, por ter me recebido na FAU/USP e confiança estabelecida desde que o conheci em 2003, pelo estímulo à realização de uma tese sobre história do paisagismo em cidades do Nordeste, quando não existia um estudo sobre este "pedaço" do Brasil, pelos apontamentos e oportunidades acadêmicas durante minha estadia paulistana.

Entre os professores da FAU, agradeço a Ana Lúcia Duarte Lanna, Catharina Lima, Mônica Junqueira, Nilce Botas e Renato Cymbalista pelo encontro frutífero em suas disciplinas ou palavras de incentivo fora de sala de aula.

Ainda na FAU, minha especial gratidão aos professores Paulo César Garcez Marins e Vladimir Bartalini. A Paulo, pelas contribuições em sua disciplina, durante o exame de qualificação, pelo encorajamento necessário à realização das mudanças que me pareciam as mais difíceis no meu projeto e por sua projeção na minha formação acadêmica. A Vladimir, por sua pergunta "despretensiosa", ainda no primeiro semestre de 2012, que foi o início da maior inflexão deste trabalho – "Nordeste como campo de pesquisa ou como questão de

pesquisa?" – e pelo diálogo com meu trabalho no processo seletivo, em sua disciplina e na qualificação.

Às aulas de geopolítica do professor André Roberto Martin no curso de Geografia da FFLCH/USP, as quais me abriram os horizontes quanto à complexidade da "questão regional" e se mostraram fundamentais para redirecionar minha problematização original.

A Andréia, Marcelo, Caio e Lucca Araújo, minha "família pernambucana" em São Paulo, com quem compartilhei os momentos mais difíceis e vivi dias tão prazerosos, serei eternamente grata ao apoio e carinho de vocês durante todo o curso de doutorado.

A Rosane Piccolo Loretto, amiga pernambucana e parceira de "pauliceísmos", por dividirmos todas as etapas do doutorado, desde a opção de ingressar na USP até o depósito da tese, por sua interlocução durante o processo seletivo, disciplinas, qualificação, nossas demandas burocráticas e institucionais, além de inestimáveis sugestões ao meu trabalho.

A Joelmir Marques da Silva, amigo pernambucano e colega profissional, por ter acompanhado os momentos fundamentais do doutorado e inúmeros auxílios, mesmo à distância, especialmente pela identificação das espécies vegetais e aulas de campo, as quais me descortinaram novas perspectivas acerca dos jardins e outras possibilidades a esta tese.

Ambos corporificam a máxima de que os amigos "são aqueles que desafiam a genética para se tornarem nossos irmãos".

Aos queridos colegas e amigos *made in Sampa* que dão outro sentido à vida em qualquer nova cidade: Eduardo Pizarro, Elisa Vaz, Fernanda Curi, Ingrid Quintana, Jung Yun Chi, Karen Matsuda. A Eduardo, por, tantas vezes, emprestar significado à palavra companhia e compartilhar seu talento, ao me presentear com a capa da tese. A Ingrid, amiga bogotana e "franco-colombiana", pelas ajudas linguísticas e trabalhos que realizamos juntas.

No Recife, a minha dívida é, interminavelmente, cumulativa pelos anos de vivências profissionais e acadêmicas. A Ana Rita Sá Carneiro, Emanuela Ribeiro, Fátima Mafra, Juliana Melo e Lúcia Veras, amigas, interlocutoras e anfitriãs quando já não dispunha mais de um domicílio recifense. A Ana Rita e Lúcia, ex-professoras, pelas discussões durante eventos científicos, sugestões e cada palavra de incentivo, mas, sobretudo, pelos horizontes de pesquisa descortinados durante o tempo em que vivi no Recife.

Nas cidades e instituições visitadas, ainda agradeço a: Fabian Carneiro (FUNDAJ) e Sandro Vasconcelos (MCR), no Recife; Ana Flávia Pereira da Fonseca (UNIPÊ), Cecília Alessandra Silva Rimar (UNIPÊ), Heignne Jardim, José Octávio de Arruda Mello (IHGP), Maria do Socorro Lacerda (IHGP), Rosane Coutinho Pereira Lacet (IPHAEP) e Sylvia Brito (IPHAEP), em João Pessoa; Amanda Rodrigues (MIS), Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho (UFC), Aterlane Martins, Fernanda Rocha (UNIFOR), Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), Roberto Sabino (Museu do Ceará), Sebastião Rogério Ponte (UFC) e Virgínia Pantaleão

(MIS), em Fortaleza. Mais do que uma lista de nomes e siglas institucionais, todas essas pessoas foram de grande auxílio durante os levantamentos de campo e arquivo.

Entre eles, meu agradecimento especial a Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), por ter me recebido em sua residência e cessão de imagens que, juntamente com as crônicas de seu pai Otacílio de Azevedo, tanto me ajudaram na imersão do passado fortalezense; aos amigos de longa data Aterlane Martins e Fernanda Rocha, que me conduziram "pela mão" nos acervos e praças de Fortaleza, perpetuando nossos laços de amizade.

Aos colegas Fátima Campello e Paulo Nobre (UFRN), pelos textos e imagens, bem como esclarecimentos sobre as cidades de Maceió e Natal que enriqueceram este estudo.

Também aos professores Luiz Vieira e Silvio Zancheti, pelas cartas de recomendação à minha candidatura a uma bolsa de estágio nos Estados Unidos e incentivo ao meu trabalho desde o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo na UFPE.

Nos Estados Unidos, agradeço à *Dumbarton Oaks Research Library and Collection* (DO) da *Harvard University*, em Washington-D.C., pela concessão de bolsa de *Junior Fellow* durante o *Fall Term* de 2013. A John Beardsley, Diretor do Departamento de *Garden and Landscape Studies* (GLS), pelas sugestões à minha problematização; Francisco López, Coordenador do *Fellowship Program*, pelo inestimável auxílio antes, durante e mesmo depois da minha estadia; e Sheila Klos, Diretora da Biblioteca, pelo incentivo à minha candidatura ainda em 2012. Aos colegas Anatole Tchikine, Kathleen John-Alder, Kristóf Fatsar, Rachel Korollof e Sarah Cantor, pelas discussões no nosso departamento.

Aos amigos *made in U.S.A.* Alejandra Rojas, Elena Velkolska, Élodie Dupey, Franco Rossi, Jane Padelford, Lisa Agaiby, Nathan Leidholm, Saskia Dirkse e Zachary Chase. Sua colaboração intelectual e operacional, palavras de amizade e incentivo, além das horas de diversão e americanismos estão inoculados no meu *background* e nas minhas recordações: *to all of you, my warm thanks for my proofreading sessions, pleasant talks, and great help*!

Ao professor Gert Groening, da *Universität der Künste Berlin*, Alemanha, membro do Conselho de *Senior Fellows* da *Dumbarton Oaks*, que, somente mais tarde, tive a satisfação de conhecer, por acreditar na minha candidatura.

A Alasdair Coutts, por sua visão otimista em enxergar o melhor no pior cenário, seu *the best in worst*, e por me mostrar que, se a solidão intelectual é insuportável, a solidão humana é intransponível.

Finalmente e, acima de tudo, à minha família, se não pelas minhas inúmeras ausências ou pelo tempo que lhe foi roubado, posto que não restituível, pelo suporte que possibilitou minha trajetória e às quatro gerações do "matriarcado das Figueirôas" – minha avó Iracema (em memória), minha mãe Dionéa, minha irmã Amanda e minha sobrinha Clara. A minha mãe, em especial, desde que sai de casa em 1999, pelo amor incondicional, por tantas histórias vividas e mais esta contada.

UMA RAZÃO DE SER

As histórias a que venho me dedicando academicamente são também histórias da minha própria vida. E, como em toda história, algumas pessoas, a cuja contribuição operacional, intelectual ou mesmo emocional já devotei meus agradecimentos, desempenharam um papel fundamental.

Por outro lado, ter nascido e crescido no Agreste pernambucano, ter vivenciado algumas das raízes do Brasil através do convívio com meus avós e suas cidadelas de interior e ter vivido durante doze anos no Recife foram fatos que moldaram as origens desta tese. Ter desenvolvido meu doutorado em São Paulo com uma estadia em Washington foram fatos que, por sua vez, imprimiram-lhe novos rumos.

Criada em Caruaru, a partir dos dezoito anos passei a ser mais aclimatada às diferenças entre minha cidade natal e o Recife. Após me mudar do Agreste – lugar da cultura popular da feira, do cordel e do barro, características da vegetação, solo, clima, modos de comer e falar muito mais adjacentes ao sertão do que ao litoral –, foi a partir de um certo "olhar estrangeiro" que construí minha trajetória acadêmica no Recife.

Muitos dos colegas de escola, onde, a propósito, também cultivava diversas tradições interioranas, entre celebrações religiosas e cívicas, costumavam veranear nas praias do litoral pernambucano e alagoano, enquanto, nas férias de janeiro e de julho, eu seguia para a região do cariri paraibano.

Durante a infância e início da adolescência, tive profundo contato com meus avós e seu vocabulário oitocentista, em grande parte herdado pelos meus pais e já não mais reproduzido pelos meus primos; suas cidadezinhas com a praça da matriz ajardinada; as festas paroquiais; as quermesses; as criações de bichos; o modo artesanal de preparo da comida e de abate dos animais, ainda circulando nas vias urbanas e em carroças; o funcionamento rudimentar da casa; a vida destituída de aparelhos eletrodomésticos; a centralidade da praça na vida pública, inclusive para as brincadeiras de rua; as dificuldades de provisão d'água perante um escasso regime pluviométrico; e a novidade que muitas inovações do século XIX e início do XX, como a energia elétrica, o telefone e o automóvel, ainda representavam nos anos 1980 e início dos 1990. Além, é claro, da famosa Feira de Caruaru, onde as imagens do largo do mercado e do pátio da igreja também se cristalizaram na minha ideia de cidade.

Entre os meus avôs e avós, todos nascidos no início do século XX, e a mais nova da família, minha sobrinha Clara, hoje com nove anos, lá se vão cem anos, sendo as minhas avós e a minha mãe pertencentes à geração do *rouge* e do *maillot* e eu e minha sobrinha, à geração do *blush* e do *bikini*. Às tradições patriarcais, rurais e religiosas de matriz lusitana, à vida urbana interiorana e às palavras de origem francesa, ainda como sinônimo de tudo que

era “bom” ou “chique”, e às palavras do português antigo, não faltariam referências estadunidenses no meu *background*, sendo eu nascida em 1981, logo, na *Geração Coca-Cola* (VILLA-LOBOS, Dado & RUSSO, Renato in Legião Urbana, EMI, 1984), embora muito mais familiarizada com a boa e velha *Cajuína* (VELOSO, Caetano in Cinema Transcendental, Philips, 1979).

Já crescida, o Recife passou a ser um referencial nas excursões durante a adolescência, mais por diversão do que alguma finalidade educativa, quando íamos ao zoológico, ao aeroporto e ao *shopping*, inexistentes nas cidades do interior nas décadas de 1980 e 1990.

O Recife só se tornaria uma referência acadêmica com meu ingresso no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPE em 1999, mas, especialmente, no seu Laboratório da Paisagem em 2001, ao qual serei eternamente grata. Lá, realizei minha formação, sempre orientada e estimulada pelos meus professores e colegas, cursei o mestrado em Desenvolvimento Urbano, participei de muitas atividades durante uma década, especialmente voltadas ao estudo e preservação de jardins históricos e dos jardins de Burle Marx, e, principalmente, construí um tema de pesquisa.

Da vida no Recife não seria difícil escolher outras capitais, outras cidades litorâneas, outras paisagens do Nordeste para prosseguir minha trajetória acadêmica. Assim como um “porto seguro”, mesmo não sendo cearense ou paraibana, mesmo pouco sabendo de sua historiografia, de suas tradições e personagens acadêmicos locais, seus acervos, seus mundos particulares, enfim.

Estando em São Paulo, a oposição ao Nordeste já é um dado de partida, embora a Pauliceia também se faça, contraditoriamente, uma cidade nordestina, ao reunir um enorme contingente populacional de nordestinos, tão ou mais expressivo do que as maiores capitais da própria região Nordeste. Esta foi, justamente, a oposição necessária à desconstrução do meu projeto original.

Aqui, colegas, amigos e professores me abriram muitas possibilidades de reflexão sobre o meu tema e me proporcionaram a exploração intelectual e cotidiana da cidade, onde reencontrei elementos ainda vivos do cenário *jardinístico* que procuro interpretar. Não na São Paulo líder dos maiores indicadores econômicos ou contingentes populacionais, das maiores estatísticas e em tudo “superlativa”.

Mas na São Paulo em escala humana, das quermesses de Santa Cecília, da Achiropita e da Festa das Cerejeiras, nas quais revisito diversos elementos dos *garden-parties* que ocorriam nos antigos jardins públicos, como o caráter beneficente ligado às paróquias, a instalação de barracas de comidas e bebidas, apresentações musicais, danças, jogos e brinquedos infantis. Na São Paulo que conserva aspectos de um passado aparentemente distante, mas que ainda se justapõe e se verifica na cidade mais populosa do Ocidente e segunda maior aglomeração metropolitana do continente americano.

Por fim, minha estadia em Washington, suficiente para não me sentir turista, especialmente na condição de latino-americana, única *fellow* brasileira e lusófona, lançou novas nuanças sobre esta tese. Nos Estados Unidos, vivi um pouco como forasteira, observando os jardins brasileiros à luz da literatura e perspectiva alheias, me fazendo entender que, na realidade, sempre tive um olhar estrangeiro, depois apaixonado, pelo Recife. Olhar que agora estendo aos jardins fortalezenses e pessoenses, aqui representando o cenário do paisagismo no Brasil nos séculos XIX e XX, o qual, com o recato das praças de interior e o entusiasmo dos jardins da capital, procuro relatar.

Talvez, menos como pernambucana do que brasileira de raiz tenha buscado algumas interpretações dos jardins públicos no nosso país além dos seus elementos sabidamente europeus. Assim, "naturalmente", a escolha do objeto deste estudo acadêmico e, sobretudo, suas formas de abordagem foram alimentadas de algum modo – se não de todos – por minhas vivências, com as expansões ou limitações de olhar que possam ter provocado.

RESUMO

SILVA, Aline de Figueirôa. *Entre a implantação e a aclimatação*: o cultivo de jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Esta tese examina o processo de implantação de jardins públicos no Brasil entre o final do século XIX e início do XX, buscando identificar soluções de aclimatação das matrizes paisagísticas estrangeiras ao contexto cultural, social e geográfico do país. O trabalho toma como objeto de estudo os jardins das cidades do Recife, Fortaleza e João Pessoa e os analisa a partir de quatro variáveis – seus nomes, usos, elementos naturais e equipamentos –, privilegiando fontes documentais, relatos de cronistas e memorialistas e levantamento *in loco*, em diálogo com a historiografia do paisagismo. Assim, a tese evidencia que o cultivo de jardins públicos no Brasil refletiu ritmos e modos diversos de interpretação dos conceitos e elementos formais dos jardins estrangeiros frente a circunstâncias locais, como preexistências arquitetônicas e urbanísticas; recursos naturais, materiais e tecnológicos; usos; aspectos climáticos e terminológicos.

Palavras-chave: jardim; espaço público; história do paisagismo; Brasil; séculos XIX e XX.

ABSTRACT

SILVA, Aline de Figueirôa. *In between implementation and acclimatization:* the growing of public gardens in 19th and 20th century Brazil. Ph.D. Thesis. Faculty of Architecture and Urban Planning, University of Sao Paulo, Sao Paulo, 2016.

This thesis examines the process of implementation of public gardens in Brazil in the late 19th and early 20th centuries, seeking to identify acclimatization solutions for foreign landscape design references to the cultural, social, and geographical context of the country. The work takes as its subject matter gardens of the cities of Recife, Fortaleza and Joao Pessoa and analyzes them from four variables – their names, uses, natural elements, and equipment – favoring documentary sources, chronicler's reports and memoirs and *in situ* survey, while in dialogue with garden historiography. Hence, the thesis stresses that the cultivation of public gardens in Brazil reflected different rhythms and ways of interpreting concepts and formal elements of foreign gardens according to local circumstances, such as architectural and urban preexistences, natural, material, and technological resources, uses, climatic and terminological aspects.

Keywords: garden, public space, garden history, Brazil, 19th and 20th centuries.

SUMÁRIO

Introdução
OS JARDINS PÚBLICOS NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX 17
História do paisagismo no Brasil: um campo em formação 17
A abordagem estilística: uma visão sobre a noção de ecletismo 22
A tese: um diálogo com novas perspectivas historiográficas 25

Capítulo 1
OS JARDINS NA TOPONÍMIA URBANA 37
1.1 O passeio 37
1.2 A praça-jardim 49
1.3 O parque 76

Capítulo 2
OS JARDINS NA RECREAÇÃO URBANA 99
2.1 Entre o *footing* e a retreta 99
2.2 Entre o *garden-party* e a quermesse 138

Capítulo 3
OS JARDINS NA REMODELAÇÃO URBANA 161
3.1 A vegetação 161
3.2 A água 203

Capítulo 4
OS JARDINS NA INFRAESTRUTURA URBANA 243
4.1 Gradis, portões e muros 243
4.2 Coretos, quiosques e pavilhões 269
4.3 Cata-ventos e caixas d'água 303

Conclusões 333

Acervos & Fontes 341

Apêndices 377

Introdução
Os Jardins Públicos no século XIX e início do XX

HISTÓRIA DO PAISAGISMO NO BRASIL: UM CAMPO EM FORMAÇÃO

Esta tese consiste em um estudo histórico sobre jardins, reunindo uma disciplina e um tema clássicos. O jardim como gesto de intervenção do homem no seu meio. A história enquanto campo de elaboração de narrativas sobre a ação humana – ou a narrativa ela própria –, sendo o jardim uma de suas formas ancestrais de se relacionar e modificar a natureza, em seu impulso criativo e adaptativo.

Domésticos ou públicos, palacianos ou monásticos, solenes ou lúdicos, instrutivos ou recreativos, vulgares ou monumentais, os jardins acompanham a trajetória da humanidade e constituem artefatos de profundo alcance artístico, social, político, científico e, em sentido amplo, cultural, oferecendo, portanto, recursos diversificados à produção historiográfica.

No Brasil, são recentes os trabalhos, razoavelmente sistemáticos, sobre os jardins públicos brasileiros constitutivos do campo de pesquisa que vimos denominando de história do paisagismo, com suas especificidades, porém conectando distintos ramos do conhecimento científico.

Nas escolas de arquitetura e urbanismo, fortemente alicerçadas tanto nos artefatos de "pedra e cal", quanto nos estudos sobre as obras "coloniais" e "modernistas", os jardins ainda estão longe de exercerem protagonismo, menos ainda se considerarmos aqueles criados no século XIX e início do XX. Neste sentido, a história do paisagismo é um campo

de conhecimento academicamente originado entre o final da década de 1980 e o princípio dos anos 1990, quando alguns pesquisadores dedicaram-se ao estudo de logradouros urbanos ajardinados, tomados em seu conjunto como jardins públicos, em algumas cidades brasileiras a partir do século XIX[1].

Desde o lançamento de *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade* (KLIASS, 1993)[2], *Ao amor do público: jardins no Brasil* (SEGAWA, 1996)[3], *O Jardim no Brasil no Século XIX: Glaziou revisitado* (TERRA, 2000)[4], decorrentes das primeiras dissertações e teses defendidas no país, bem como *Quadro do Paisagismo no Brasil* (MACEDO, 1999), encontram-se em expansão estudos referentes ao acervo paisagístico do século XIX e início do XX.

Pesquisas e publicações vêm sendo produzidas por arquitetos, em sua maioria, alguns historiadores e historiadores da arte, sediados em programas de pós-graduação vinculados à arquitetura e urbanismo, artes e, pontualmente, nos cursos de história, o que explica o predomínio das abordagens ligadas ao projeto paisagístico, estilos artísticos, aspectos construtivos e materiais[5].

Em seu conjunto, as dissertações e teses acadêmicas, artigos e demais relatos produzidos no âmbito de interesse da história do paisagismo no Brasil nos informam ao menos cinco *dimensões* de análise dos jardins públicos, em que pesem as suas sobreposições: a *econômica*, a *político-administrativa*, a *social*, a *técnica* e a *estilística*.

A *dimensão econômica*, pautada na clássica matriz dos ciclos da economia brasileira, ressalta o florescimento material de algumas cidades ou regiões, então dotadas de uma série de obras públicas, nas quais se incluíam edificações, redes de infraestrutura e jardins.

Assim como em estudos de história da arquitetura brasileira, o florescimento do paisagismo entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX é relatado

---

[1] Utilizamos o termo *ajardinado* (e seus correlatos *ajardinamento* e *ajardinar*) para indicar a inserção de vegetação nos logradouros de modo planejado para fins estéticos, higiênicos ou utilitários, considerando sua recorrência nos documentos históricos e na historiografia. Preterimos a palavra *arborizado* porque esta sinaliza o plantio de árvores (arborização), enquanto o *ajardinamento* se referia a vários estratos vegetais e sua disposição e sinalizava a remodelação dos logradouros, incluindo definição de traçado, mobiliário, peças escultóricas e aquáticas. Por isso, preferimos a designação *espaços* ou *logradouros ajardinados*.

[2] Livro resultante da Dissertação de Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas/USP intitulada *Evolução dos parques urbanos na cidade de São Paulo*, concluída em 1989.

[3] Livro resultante da Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas/USP (1889-1994) intitulada *Ao amor do público: Jardins no Brasil, 1779-1911*.

[4] Livro resultante da Dissertação de Mestrado em Artes Visuais/UFRJ (1989-1993) intitulada *Os Jardins no Brasil do Século XIX: Glaziou Revisitado*. A primeira edição da obra não se encontra disponível à consulta pública ou comercialização, sendo adotada sua segunda edição.

[5] No nosso balanço historiográfico, priorizamos, sempre que possível, trabalhos completos como dissertações de mestrado e teses de doutorado, em versão original e/ou publicados. Incluímos, ainda, comunicações de congresso, artigos de periódico e capítulos de livro. Nossa intenção não foi fazer um levantamento exaustivo dos textos publicados desde a década de 1990 até os dias atuais, mas identificar as principais abordagens e geografias estudadas e pesquisadores atuantes no Brasil, com ênfase nos jardins públicos.

por alguns autores a partir do progresso urbanístico proporcionado por ciclos econômicos e suas ocorrências geográficas – o café em São Paulo (LIMA, 2009)[6], a borracha em Belém (ANDRADE, 2003) e Manaus (MESQUITA, 2006)[7], o charque em Pelotas (MATTOS, 2003) e a erva-mate em Curitiba (BAHLS, 1998).

A *dimensão político-administrativa* enfoca a ação do poder público na promoção de melhoramentos urbanos levados a cabo por chefes de província, governadores, prefeitos ou intendentes ou a administração do Império na capital federal, ressaltando dois enunciados principais: embelezamento e salubridade.

É o caso de narrativas que analisam a criação ou remodelação de jardins no período republicano, a exemplo das gestões do intendente Antônio Lemos (1897-1912) em Belém (SEGAWA, 1996; ANDRADE, 2003), do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916) e governador Carlos Cavalcanti em Curitiba (BAHLS, 1998) e do prefeito Antônio de Góis Cavalcanti (1922-1925) e governador Sérgio Loreto (1922-1926) no Recife (SILVA, 2010)[8]. A estrutura administrativa relacionada ao provimento e conservação de jardins públicos é, especificamente, examinada em São Paulo (BARTALINI, 1999).

A ação pública e o desenvolvimento urbanístico, ao lado de anseios econômicos, são argumentos centrais na discussão sobre o ajardinamento de praças e a criação de parques nas cidades termais de Minas Gerais a partir das primeiras décadas do século XX (MAGALHÃES, 2012). Tais logradouros, localizados nas "cidades das águas", como Cambuquira, Caxambu, Lambari (Águas Virtuosas), Poços de Caldas e São Lourenço, estão articulados à exploração medicinal, comercial e recreativa das fontes hidrominerais da região (MAGALHÃES, 2012).

A *dimensão social* refere-se aos usos dos logradouros ajardinados, relacionados às demandas por recreação e impulsionados por seus novos elementos projetuais, como a vegetação, as peças e estruturas aquáticas e uma grande diversidade de equipamentos. Tal abordagem é conduzida em pesquisas sobre Curitiba (1885-1916) e Vitória (1860-1912), cujas autoras documentam diferentes formas de apropriação social dos jardins a partir da década de 1880 (BAHLS, 1998; BELLINI, 2014).

A *dimensão técnica* diz respeito aos atributos físicos dos jardins, seus aspectos decorativos e/ou utilitários, os materiais e técnicas construtivas e sua importação ou produção local; os projetos e sua autoria, creditada a engenheiros, paisagistas, arquitetos,

---

[6] Capítulo de livro resultante da Dissertação de Mestrado em Urbanismo/PUC-Campinas (1997-2000) intitulada *Os jardins de Campinas: o surgimento de uma nova cidade*.

[7] Livro resultante da Dissertação de Mestrado em Artes Visuais/UFRJ (1989-1992) intitulada *A Belle Époque Manauara e sua Arquitetura Eclética*, publicada originalmente em 1997. Consultamos a 3ª edição da obra, publicada em 2006.

[8] Livro resultante da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano/UFPE (2005-2007) intitulada *O projeto paisagístico dos jardins públicos do Recife de 1872 a 1937*.

construtores, até artesãos e jardineiros; comissionados, ocupando cargos públicos; brasileiros ou imigrantes, sobretudo oriundos da França. Esta é a dimensão mais recorrente nos estudos brasileiros.

Por fim, sob a lente do ecletismo, a *dimensão estilística* comparece em alguns textos, enfatizando as escolas paisagísticas europeias, cuja discussão realizamos juntamente com a revisão da literatura estrangeira, a fim de contextualizá-los e conduzir nossa problematização.

Entre os profissionais anotados pela historiografia estão os franceses Auguste F. M. Glaziou no cenário fluminense (SEGAWA, 1996; MACEDO, 1999; TERRA, 2000; TRINDADE, 2002[9]; FOLLY, 2007; TERRA, 2009[10]; DOURADO, 2011[11]; HETZEL & NEGREIROS, 2011; TERRA, 2013[12]); Alfred Agache em Porto Alegre (LUZ, 1999); Paul Villon no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (KLIASS, 1993; BARTALINI, 1999; MACEDO, 1999; MAGALHÃES, 2008; DOURADO, 2011). Jean Binot, no estado do Rio de Janeiro; Jules Vacherot e Joseph Antoine Bouvard, em São Paulo; e Charles Thays, em São Luís, são outros projetistas franceses já identificados no país, além de E. F. Cochet, provavelmente de mesma nacionalidade, na capital paulista (KLIASS, 1993; BARTALINI, 1999; MACEDO, 1999; PRADO, 2009; DOURADO, 2011).

Dispomos de registros de algumas obras de Francisco de Paula Ramos de Azevedo em Campinas (LIMA, 2009) e Reinaldo Dierberger em Minas Gerais (MACEDO, 1999; MAGALHÃES, 2008; MAGALHÃES, 2012). Ainda mencionamos o trabalho do artesão lusitano Francisco da Silva Reis, conhecido como Chico Cascateiro, autor de um considerável conjunto de equipamentos e peças escultóricas em jardins públicos do Sul mineiro (MAGALHÃES, 2008; MAGALHÃES, 2012). Acrescentem-se algumas notas sobre a atuação do arquiteto-engenheiro Herculano Ramos na criação de dois jardins públicos na cidade de Natal por volta de 1905 e 1907 (NOBRE et alii, 2009; NOBRE, 2012; NOBRE & SOUSA, 2013).

A atividade de vários personagens – horticultores, comerciantes, jardineiros – soma-se ao universo de profissionais ligados à difusão do paisagismo, porém destacamos aqueles mais diretamente dedicados ao ofício de projetar jardins, se bem que nem sempre realizados, descortinando a predominância de franceses no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

---

[9] Comunicação resultante da Dissertação de Mestrado em Arquitetura/UFRJ (1997-2000) intitulada *Campo de Santana: um patrimônio cultural carioca*.

[10] Capítulo do livro *Jardins históricos brasileiros e mexicanos* (SÁ CARNEIRO & PÉREZ BERTRUY, 2009), o qual foi objeto de resenha de nossa autoria (SILVA, 2011).

[11] Livro resultante da Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo/EESC-USP (2004-2009) intitulada *Belle Époque dos Jardins: da França ao Brasil do Século XIX e início do XX*.

[12] Livro resultante da Tese de Doutorado em Artes Visuais/UFRJ (2002-2004) intitulada *Paisagens construídas: jardins, praças e parques do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*.

Identificamos alguns trabalhos que examinam a ocorrência de práticas sociais ou transformações no projeto das praças de São Luís e João Pessoa entre os últimos decênios do século XIX e a década de 1940 (NASCIMENTO, 2004; ALMEIDA, 2006). Ou ainda, outro estudo que analisa a modificação das praças de Salvador decorrentes de intervenções no centro histórico da cidade, oferecendo antecedentes sobre o ajardinamento de antigos logradouros públicos da capital baiana (ARAÚJO, 2006).

Em relação às ocorrências geográficas de algum modo já documentadas ou esmiuçadas, destacam-se as cidades do Rio de Janeiro (e outras urbes fluminenses como extensão dos projetos de Auguste F. M. Glaziou, executados ou não, em Nova Friburgo e Petrópolis), São Paulo, Campinas, Belo Horizonte, municípios do Sul mineiro, Vitória, Curitiba, Pelotas, Porto Alegre, Belém e Manaus, ora tratando de um conjunto de jardins, ora privilegiando abordagens monográficas. Portanto, a maior parte dos estudos brasileiros concentra-se nas atuais regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Na região que hoje corresponde ao Nordeste do país, são escassos os relatos sobre a criação de passeios públicos, parques e jardins no século XIX e princípio do XX. Uma das poucas cidades nordestinas que dispõe de estudo sobre os jardins públicos desse período é o Recife (MESQUITA, 1998; FREITAS, 2006; SÁ CARNEIRO & SILVA, 2007; SILVA, 2010; SILVA & LORETTO, 2010). Outros trabalhos sobre os espaços livres da capital pernambucana contêm os primeiros registros historiográficos sistematizados sobre o tema (SÁ CARNEIRO & MESQUITA, 2000; SÁ CARNEIRO, 2010)[13]. Acrescentem-se as referências a Natal antes mencionadas e um artigo sobre a composição espacial, estatuária e práticas de lazer no Passeio Público de Fortaleza (CASTRO, 2009).

A historiografia brasileira já descortinou, amplamente, a difusão dos princípios conceituais e elementos formais dos jardins estrangeiros na produção paisagística do país. A França é, significativamente, a principal chave de análise nos estudos realizados no Brasil, seja pelos agentes profissionais que atuaram no país, seja pelo desenho paisagístico de matriz inglesa difundido na Paris oitocentista, ou pelas reformas haussmannianas pautadas nos ideais de controle social, infraestrutura, embelezamento e higienização que inspiraram a implantação de jardins públicos em muitos países.

No século XIX e início do XX, a criação de jardins segundo referências formais oriundas das principais escolas paisagísticas europeias fundamentou o aparecimento da noção de jardim eclético, utilizada por alguns autores brasileiros, conforme veremos a seguir, iniciando pela bibliografia estrangeira.

---

[13] Livro resultante da Tese de Doutorado em Arquitetura (1991-1995) intitulada *The relationship between park design, functions and uses. A case study in Recife, Brazil*, apresentada à Oxford Brookes University, Inglaterra.

A ABORDAGEM ESTILÍSTICA: UMA VISÃO SOBRE A NOÇÃO DE ECLETISMO

Na tradição ocidental, para a era moderna ou pós-medieval, a historiografia do paisagismo está enraizada em três variáveis: geografia, época e estilo. Há, portanto, uma correspondência bastante sedimentada entre a Itália e o "jardim renascentista" no século XVI; a França e o "jardim barroco" no século XVII; e a Inglaterra e o "jardim romântico" no século XVIII; ao que se acrescenta, por analogia, o Brasil e o "jardim moderno" moldado por Roberto Burle Marx a partir da década de 1930. Seguindo tal vertente, alguns autores estrangeiros, desde os anos 1930, vêm classificando os jardins do século XIX e início do XX como ecléticos, em cujas obras destacamos três aspectos:

Primeiro, as diversas alterações que o estilo setecentista inglês experimentou na Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda e Estados Unidos, entre outros países, contudo excluindo a América Latina. Segundo, a fusão de referências estilísticas, estruturas, mobiliário e decoração arquitetônica originadas na tradição paisagística da Europa e culturas asiáticas, mas também a mistura de espécies botânicas. Torna-se eclético, por exemplo, um jardim que tenha um traçado sinuoso de tradição inglesa, uma lanterna chinesa, uma pérgula italiana e um espelho d'água aos moldes franceses. Terceiro, a predominância dos jardins privados em detrimento de jardins públicos, em que se ressalta a preferência de seus proprietários.

No seu *The story of gardening: from the hanging gardens of Babylon to the hanging gardens of New York*, Richardson Wright (1934) denomina os jardins oitocentistas de *misturados* ou *mesclados*. No capítulo *Mingled gardens advances in the nineteenth century*, o autor destaca a "caça às plantas" como uma das responsáveis pela mudança "na forma dos jardins" (WRIGHT, 1934, p. 384; 407). Ao lado da exploração botânica, aponta que a proliferação de sociedades hortícolas, livros, revistas e viveiros propagou o comércio de plantas à época e, no final do século XIX, o "gosto" pelo jardim havia se tornado "eclético" (WRIGHT, 1934, p. 412).

> Nós tomávamos nossos jardins onde nós os encontrávamos e os colocávamos onde nós escolhíamos. Em grandes propriedades, alguém passaria de um jardim francês a um espanhol e, adiante, a um italiano (...). Algumas almas ousadas tentavam transplantar o jardim japonês (WRIGHT, 1934, p. 412).

Derek Clifford, em *A history of garden design* (1962) se refere ao Oitocentos como "a busca por um estilo" e afirma que "a abertura da América à corrente em voga do paisagismo europeu foi, evidentemente, considerável, mas operou apenas através da importação de plantas" (CLIFFORD, 1962, p. 205). A diversidade de espécies "ajudou a desmoralizar o gosto

de uma sociedade que já tinha perdido seu senso de estilo, encorajando um ecletismo do qual a própria América já estava começando a sofrer" (CLIFFORD, 1962, p. 205).

Por sua vez, George B. Tobey dedica um capítulo às propriedades e parques americanos de 1890 a 1920 em *A history of landscape architecture: the relationship of people to the environment* (1973). O autor afirma que "essa era de ecletismo, na qual projetistas escolhiam do passado aqueles estilos que pareciam mais adequados à dada circunstância, também mostrou o ápice do individualismo", pois a revolução industrial havia atingido seu zênite (TOBEY, 1973, p. 171).

Christopher Thacker (1979, p. 229-234), autor de *The history of gardens*, destaca a "inundação" de plantas, a intensa atividade editorial e o aparecimento do segador (cortador de grama) e da custódia para o transporte de plantas no desenvolvimento do paisagismo oitocentista. Em suas palavras:

> Por muitas décadas, o século XIX não teve nenhum estilo paisagístico próprio, mas permaneceu perturbado e deslocado, eclético e perscrutador, a exemplo do que se deu na arquitetura, no mobiliário e no vestuário. (...) O impulso eclético foi forte, talvez para mostrar que todos os tipos de jardins poderiam ser construídos, talvez como uma indicação de que um estilo dominante ainda não tinha sido encontrado. (...) O paisagismo oitocentista moveu-se vigorosamente intacto no século XX (THACKER, 1979, p. 239-240; 254).

O arquiteto paisagista William Lake Douglas, na coletânea *Garden design: history, principles, elements, practice*, reafirma que o século XIX alterou a relação entre estilos e países no curso da história do paisagismo, em razão das revoluções sociais do final do Setecentos, acarretando mudanças nas estruturas políticas e econômicas, e da Revolução Industrial, ao trazer progressos científicos e tecnológicos no Ocidente (in DOUGLAS et alii, 1984, p. 36).

> Antes do século XIX, os principais movimentos na história do jardim pareciam estar limitados ao desenvolvimento em países particulares: a Itália quinhentista, a França seiscentista e a Inglaterra setecentista. Com o século XIX, isso tudo mudou. (...) o projeto de jardins na América e Europa tornou-se cada vez mais romântico no conceito, eclético no caráter e complicado no detalhe (DOUGLAS in DOUGLAS et alii, 1984, p. 36).

Para David Joyce (1989, p. 171), em *Garden styles: an illustrated history of design and tradition*, as condições climáticas das rivieras italianas e francesas, favoráveis ao cultivo de espécies exóticas introduzidas na Europa e América do Norte no século XIX, se coadunavam à abordagem eclética no projeto de jardins. Os profissionais que os concebiam moviam-se livremente entre repertórios do passado – o "renascentista italiano", o "mourisco hispânico",

o "oriental" ou o "medieval" – para "compor os elementos decorativos", a exemplo de pérgulas com plantas trepadeiras, templos antigos, abóbadas medievais, pórticos e urnas escultóricas (JOYCE, 1989, p. 171).

O tema comparece, a traços largos, em autores não anglófonos, como o arquiteto Georges Teyssot, um dos organizadores e participante da coletânea *The architecture of western gardens: a design history from the Renaissance to the present day* (MOSSER & TEYSSOT, 1991), sob o capítulo O *jardim eclético e a imitação da natureza*. Também é o caso do arquiteto paisagista Filippo Pizzoni, autor de *The Garden: A history in landscape and art* (1999), tradução do italiano, ao propor o capítulo O *século XIX: do pitoresco ao eclético*.

Na introdução do livro, Pizzoni (1999, p. 185-186) toma como aporte a tradicional correspondência geografia-época-estilo e, fora dessa chave, molda enunciados tais quais "briga por novidade", "misturada de diferentes estilos", "superabundância", "acumulado de espécies botânicas", "falta de qualquer estilo definido e coerente".

O arquiteto paisagista Tom Turner, por sua vez, em *Garden history: philosophy and design, 2000 BC – 2000 AD* (2005, p. 227), delimita o jardim eclético ao período de 1800 a 1900 e afirma que, na falta de uma teoria de projeto utilizável, "o ecletismo saiu do controle nos jardins do século XIX".

No Brasil, o ecletismo comparece em *Quadro do Paisagismo no Brasil*, abarcando o período de 1783 (ano de inauguração do Passeio Público do Rio de Janeiro) a 1932 (MACEDO, 1999, p. 23), como marco da emergência do jardim moderno, capitaneado por Roberto Burle Marx a partir dos anos 1930.

Se o livro ensaia trazer uma "vista panorâmica sobre o paisagismo brasileiro" num grande arco temporal, portanto uma missão "auspiciosa" implicando uma "complexidade histórica, social e ambiental", como destacou Pallamin (2000, p. 3) em curta resenha à época, sobretudo quando dispúnhamos de poucos trabalhos no Brasil, é justamente por esta razão que a obra não se aprofunda no tratamento de alguns aspectos do tema. Seria desafiador oferecer uma visão de conjunto na medida em que inexistia, até então, uma sondagem mais ou menos ampla no país, senão estudos mais isolados.

O autor afirma que o "modelo europeu", ao ser introduzido no Brasil, "sofre adaptações expressivas" frente às nossas condições tropicais, sociais, climatológicas, disponibilidade de recursos, mão-de-obra e técnicas construtivas, resultando em "produtos" paisagísticos "bastante distintos" (MACEDO, 1999, p. 7; 23). Todavia, esse enunciado não foi demonstrado em seu trabalho e em outros que o adotaram.

Tal classificação de jardim eclético ou ecletismo do paisagismo brasileiro ou paisagismo eclético no Brasil reaparece, embora pontualmente, em outros textos (MATTOS,

2003; LIMA, 2009; NOBRE et alii, 2008; NOBRE et alii, 2009; NOBRE, 2012; MAGALHÃES, 2014), cujo foco não é o debate sobre o ecletismo, de modo que essa discussão ainda não foi suficientemente realizada no Brasil.

A nosso ver, a contribuição dos trabalhos brasileiros consiste, sobremodo, no registro documental dos jardins estudados, mapeando agentes e cidades e identificando temáticas, apontamentos importantes para a historiografia do paisagismo no país.

Portanto, a noção de jardim eclético mostra-se como uma classificação simultaneamente cronológica e estilística, mas sem uma base geográfica específica, dada a ampla difusão, na Europa e no continente americano, da produção reunida sob essa nomenclatura. Esta lente de interpretação é mobilizada em obras panorâmicas que abarcam um arco variado de jardins, correntes artísticas, escalas, períodos históricos, cidades ou países. Tais meta-narrativas pouco aprofundam os aspectos contextuais dos jardins, mas, ao contrário, fazem uso de enunciados mais generalizadores do que explicativos.

Sem a excepcionalidade das grandes escolas paisagísticas europeias já consagradas, cabe ao jardim do Oitocentos e início do Novecentos a condição de eclético, a exemplo do que ocorreu com diversos artefatos artísticos e arquitetônicos produzidos entre o final do século XVIII e o modernismo no século XX, embora a própria noção de jardim moderno assuma diferentes marcos temporais e conceituais.

Em síntese, entendemos que esta abordagem do ecletismo coloca dois limites interpretativos para o estudo de jardins públicos no território brasileiro.

Primeiro, enfatiza as características formais dos jardins estrangeiros e a mistura de espécies botânicas, tornando secundários os aspectos contextuais. Assim, inibe possíveis releituras e adaptações das matrizes europeias em diferentes países ou cidades decorrentes de circunstâncias locais.

Segundo, não abrange particularidades relativas aos jardins públicos, as quais impõem outras relações de propriedade e de uso pela população e articulação com a estrutura urbana, o que afeta a função e o aparecimento de determinados elementos.

A TESE: UM DIÁLOGO COM NOVAS PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS

Frente ao balanço sobre a historiografia do paisagismo no Brasil e a discussão sobre a abordagem eclética, questionamos: como analisar os jardins públicos dos séculos XIX e início do XX no Brasil, considerando que floresceram baseados em matrizes paisagísticas europeias, mas em um contexto de mudanças políticas, sociais e culturais e especificidades geográficas? Teriam existido ritmos e modos diversos de interpretação dos conceitos e

elementos formais dos jardins estrangeiros na implantação de jardins públicos no Brasil nesse período?

Esta temática foi objeto de reflexão da historiadora Heliana Angotti-Salgueiro no livro *Cidades Capitais do século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos* (2001)[14]. No ensaio *O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas*, a autora analisa, em específico, a construção de Belo Horizonte, examinando "a relação entre urbanismo e arquitetura no final do século XIX no Brasil" e, sobretudo, a "transferência de categorias de pensamento e de modelos formais franceses" presentes nas referências daqueles que conceberam a capital mineira (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2001, p. 137).

Ao longo do texto introdutório à coletânea, bem como no seu ensaio, a pesquisadora molda, dialeticamente, enunciados como "circulação", "difusão", "transferência" e "transposição" e, por outro, diferentes "níveis", "possibilidades", "modalidades", "graus", "ritmos", "formas" ou "circunstâncias" de "apropriação", "releituras", "transformações" e "interpretações" (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2001, p. 19-40; 135-168).

Consequentemente, indica que esse processo de "transferência de modelos" está circunscrito às condições temporais e espaciais historicamente variáveis, isto é, reescreve-se "no tempo próprio de cada cidade" (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2001, p. 26).

Ainda segundo Angotti-Salgueiro (2001, p. 31), as regras que compõem o modelo "são constantemente colocadas à prova pelas circunstâncias de sua execução", em que a "dinâmica da invenção ou adaptação" supera a "reprodução"; a apropriação sendo "uma resposta conjuntural e parcial" e gerando diferentes resultados.

Nesta perspectiva, pretendemos abrir alguns vãos para interpretações sobre os jardins oitocentistas e novecentistas brasileiros admitindo-os como releituras dos conceitos e elementos formais dos congêneres estrangeiros.

Considerando nossa problematização, esta tese propõe examinar o processo de implantação de jardins públicos no Brasil entre o final do século XIX e início do XX, buscando identificar soluções de aclimatação das matrizes paisagísticas estrangeiras ao contexto cultural, social e geográfico do país.

Circunscrevemos a tal contexto preexistências arquitetônicas e urbanísticas (logradouros públicos e edificações religiosas, militares, administrativas e civis adjacentes);

[14] O livro foi organizado pela pesquisadora Heliana Angotti-Salgueiro e reúne ensaios preparados por ocasião da *Jornada Internacional de História Urbana*, sediada em Belo Horizonte e São Paulo em 1996, no âmbito da exposição *Belo Horizonte: O Nascimento de uma Capital*.

recursos naturais, materiais e tecnológicos; formas de uso; presença de estrangeiros; fatores e elementos climáticos[15]; além da condição lusófona do Brasil.

Movemo-nos, então, da *implantação* de jardins públicos na direção da sua *aclimatação*, palavra que moldamos para condensar ritmos e modos diversos de interpretação, releituras, ajustes, acomodações, adequações, soluções adaptativas das referências paisagísticas estrangeiras ao meio brasileiro, escopo desta tese.

Tomamos, então, como objeto de estudo os jardins públicos de três cidades brasileiras localizadas na região que hoje corresponde ao Nordeste do país – Recife, Fortaleza e João Pessoa[16]. O Recife constitui nosso campo de trabalho em pesquisas e atividades profissionais de longa duração, desde meados do curso de graduação até o ingresso no doutorado. Fortaleza e João Pessoa foram as cidades onde iniciamos os levantamentos de campo e arquivo, em razão do nosso projeto original, que propunha um estudo sobre a região Nordeste. Entendemos que, juntas, as três cidades reúnem aspectos para responder, suficientemente, à nossa questão central.

Nosso recorte perfaz um conjunto de mais de trinta jardins públicos[17] predominantemente construídos em seis décadas, contemporâneos ou até anteriores a congêneres realizados em várias capitais brasileiras. Assim, acreditamos que constituem uma amostra representativa para uma análise do Brasil, na medida em que procuramos estabelecer, ao longo da narrativa, um diálogo com a historiografia de diferentes cidades do país. Delineamos, a seguir, os principais referenciais teórico-metodológicos adotados, as *fontes* de pesquisa, as *variáveis* de análise e, por fim, a *estrutura* da tese.

Contemporaneamente ao aparecimento das primeiras pesquisas no Brasil, na década de 1990, a *Dumbarton Oaks*[18] lançava *Garden history: issues, approaches, methods* (1992)[19],

---

[15] Adotamos aqui o entendimento consagrado sobre a distinção entre "fatores" e "elementos" climáticos. Os fatores climáticos são as condições que atuam e interferem no clima de um lugar, a exemplo da latitude, altitude, relevo, vegetação, massas de ar, maritimidade e continentalidade (fatores naturais) e da poluição atmosférica e urbanização (fatores humanos). Os elementos climáticos, por sua vez, são os próprios atributos que definem um determinado clima e são grandezas mensuráveis, como temperatura, pressão atmosférica e umidade.

[16] Assim denominada em 1930 em homenagem ao presidente do estado da Paraíba João Pessoa, assassinado naquele ano no Recife, a capital paraibana já teve diversos nomes: Cidade Real de Nossa Senhora das Neves (em 1585, ano de sua fundação), Filipeia de Nossa Senhora das Neves (em 1588, por ocasião da União Ibérica – 1580-1640), Frederikstadt ou Cidade Frederica (em 1634, com a ocupação holandesa) e Cidade da Paraíba (em 1654, com a expulsão dos holandeses), nome corrente no período do nosso estudo. Optamos pelo uso da denominação atual, em detrimento de Cidade da Paraíba (utilizada por autores paraibanos), visto que a colocamos ao lado dos nomes correntes das cidades do Recife e Fortaleza (originalmente Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e, em 1823, Cidade da Fortaleza de Nova Bragança, retornando à designação original).

[17] A lista de logradouros constitutivos do nosso estudo consta no Apêndice A.

[18] A *Dumbarton Oaks Research Library and Collection* é um instituto afiliado à *Harvard University* e sedia pesquisas em três programas: *Byzantine Studies*, *Pre-Columbian Studies*, *Garden and Landscape Studies* (GLS). Apoia estudos internacionais por meio da criação de comunidades e concessão de bolsas, promoção de colóquios, exibições e publicações. A instituição detém um amplo acervo bibliográfico e reúne especialistas de diversas regiões do

organizado pelo historiador da arte britânico John Dixon Hunt, que apresenta uma síntese sobre o estado da arte neste campo à época[20].

> Cada autor enfoca um fragmento específico de sua pesquisa, utilizando-a como base para discutir implicações mais amplas do estudo dos jardins em contextos botânicos, hortícolas, agrários, literários, tecnológicos, sociais, culturais, políticos e da história da arte, com ampla abrangência cronológica e geográfica. (...) Certos temas vêm a dominar o volume: o valor da arqueologia para a história e a conservação do jardim; os diferentes e até antagônicos usos da literatura, pintura, arquivos e outras documentações (...) acima de tudo, os abundantes recursos dos jardins para os estudos históricos e a importância da história da arquitetura paisagística para o conhecimento humanístico (HUNT, 1992).

Neste sentido, o autor nos fornece três apontamentos: as muitas possibilidades de constituição de uma história para o mesmo objeto em diferentes campos ou linhas de pesquisa; a diversificação do *corpus* documental e a utilização da literatura como fonte de pesquisa; a legitimação da história do paisagismo como uma disciplina ou campo de produção historiográfica entre outros domínios do conhecimento humanístico.

O primeiro apontamento se relaciona diretamente à inesgotável ampliação dos objetos de conhecimento histórico, o que, por um lado, legitima o estudo dos jardins, mas, por outro, impõe uma reflexão sobre as questões de natureza teórico-metodológica. Esta perspectiva se coaduna à do historiador britânico Peter Burke, em *O que é história cultural?* Para Burke (2005, p. 10), uma história cultural das calças distingue-se de uma história econômica desse tema; uma história cultural do Parlamento seria diferente de uma história política de tal instituição.

Este entendimento nos conduz ao segundo apontamento de John Dixon Hunt, ao estimular a diversificação de documentos úteis à constituição de uma narrativa histórica no campo do paisagismo. Na visão do historiador francês Jacques Le Goff (2003, p. 525), trata-se de "considerar os documentos como monumentos", inserindo-os no conjunto formado

---

mundo. Seu departamento de *Garden and Landscape Studies* foi estabelecido em 1969 para fomentar a produção de conhecimento avançado em história dos jardins, arquitetura paisagística e paisagens de significância cultural.

[19] O livro foi organizado pelo professor John Dixon Hunt como resultado do *Dumbarton Oaks Colloquium on the History of Landscape Architecture XIII*, ocorrido em 1989.

[20] Predominantemente denominada de *história do jardim* em países de língua inglesa de forte tradição paisagística como Inglaterra, Estados Unidos e Austrália, a história do paisagismo já vem sendo objeto de revisão fora do Brasil, oferecendo alguns fundamentos de pesquisa. Na literatura em inglês comparecem as expressões *history of garden* ou *garden history*; *garden design history*; *history of landscape architecture*; *history of gardening*; que podem ser traduzidas, respectivamente, como história do jardim; história do projeto do jardim; história da arquitetura paisagística; e história da jardinagem ou jardinaria ou jardinismo, apesar do estranhamento que possam provocar na língua portuguesa e no contexto brasileiro. Portanto, utilizamos a expressão *história do paisagismo* por ser mais corrente na linguagem falada e nos meios técnico e acadêmico do Brasil.

por outros "monumentos", tais quais os vestígios da cultura material, os objetos de coleção, os tipos de habitação, a paisagem, os restos ósseos dos animais e dos homens.

A utilização da cultura material como fonte documental é também estimulada pela história cultural, em cujo domínio Peter Burke inclui os historiadores da arquitetura. Segundo Burke (2005, p. 91; 93-94), historiadores da religião vêm dedicando atenção à modificação do mobiliário das igrejas como indicadores de mudanças nas atitudes religiosas; historiadores da ciência, aos laboratórios e anfiteatros de anatomia; historiadores da arte, ao espaço das galerias e museus; historiadores do teatro e da música, ao espaço das casas de espetáculos e concertos. As indicações de Burke e Le Goff nos estimulam a devotar atenção ao espaço físico dos jardins como fonte de pesquisa para a elaboração da própria narrativa.

Aceita a ampliação dos documentos e dos objetos de conhecimento histórico, em relação às tradicionais fontes escritas, na visão do historiador alemão Reinhart Koselleck (1992, p. 134-136), "não é toda palavra existente em nosso léxico que pode se transformar num conceito e que portanto pode ter uma história"; em segundo lugar, todo conceito é efetivo não apenas enquanto fenômeno linguístico, mas se situa também para além da língua, a partir do qual é possível pensar uma realidade histórica. Na medida em que todo conceito articula-se a um dado contexto, é necessário proceder à contextualização do termo em unidades maiores – livros, cartas, jornais, etc., os quais se relacionam a um contexto ainda maior, além do próprio texto (KOSELLECK, 1992, p. 136-137).

Koselleck (1992, p. 137) assume que a língua pode ser pensada como elemento importante no entendimento "do uso de certos conceitos e não de outros para a inteligibilidade de realidades históricas". Logo, tomando os jardins públicos como objeto de investigação, podemos interrogar, a partir de fontes primárias vistas em seu contexto, os significados dessa locução como expressão de determinada realidade histórica.

Por fim, o terceiro apontamento de John Dixon Hunt afirma a história do paisagismo como uma disciplina emergente, perspectiva ampliada por sucessivas publicações resultantes dos eventos promovidos pela *Dumbarton Oaks*. Em *Perspectives on Garden Histories* (1999)[21], o sociólogo francês Michel Conan aponta a predominância da arquitetura, escultura e outras artes visuais nos estudos dos jardins, mas encoraja sua interlocução com subcampos ou outros domínios consolidados da disciplina histórica. O autor fortalece as diretrizes propostas no artigo *Approaches (New and Old) to Garden History*, de John Dixon Hunt, publicado naquela mesma coletânea, ao afirmar que:

[21] O livro foi organizado pelo professor Michel Conan como resultado do *Dumbarton Oaks Colloquium on the History of Landscape Architecture XXI*, realizado em 1999.

> Não é surpresa, então, observar que os esforços em direção ao progresso conceitual são buscados a partir da interação com as disciplinas bem estabelecidas das ciências sociais. Esta foi a forma com que a Escola dos Annales contribuiu com o rejuvenescimento da história. As diretrizes propostas por Hunt dão indicações claras sobre desenvolver novos conceitos e novas teorias e reprimem a tentativa de estabelecer fundamentos conceituais para um paradigma abrangente em história do jardim. (...) ele recomenda ligar a história dos jardins à história das mudanças sociais e culturais, o que implica, ao menos, utilizar alguns conceitos e hipóteses desses domínios e, eventualmente, tomar emprestado ou reformular algumas teorias (CONAN, 1999, p. 11).

Desejamos aprofundar as possibilidades de análise e classificação dos jardins, levando em conta aspectos contextuais, nutrindo-nos das recentes reflexões de *Gardens, City Life and Culture: a world tour* (2008)[22], cujos organizadores colocam:

> Pode-se lamentar o fato de que a maioria dos viajantes, ainda que tenham admirado muito os jardins, apenas tenham lhes dedicado pouca atenção. Historiadores são viajantes ao passado cujos esforços são frequentemente mais sistemáticos, embora possam compartilhar algumas das limitações de antigos viajantes. Como estes, os historiadores são estrangeiros no país que visitam e encontram-se sob o risco de mal compreenderem as perspectivas dos moradores em relação aos jardins pertencentes às cidades que eles estudam. Contudo, eles trazem à vida aspectos do passado que têm ficado esquecidos por longo tempo e nos dão o privilégio de descrições muito mais precisas dos jardins, seus usos, seu desenvolvimento e seus significados em várias cidades nas quais muitas informações foram conservadas até o presente (CONAN & WANGHENG, 2008, p. 4).

Em síntese, por um lado, tomando um conjunto de mais de trinta jardins diversos entre si, considerados no contexto cultural, social e geográfico brasileiro, buscamos as semelhanças na heterogeneidade. E, por outro, considerando-os em relação aos congêneres estrangeiros, procuramos as diferenças na homogeneidade, problematizando a implantação dos "modelos europeus". Quanto aos procedimentos de coleta de dados e seleção das *fontes*, a tese abarca:

Levantamento documental – as *fontes primárias* ou *documentais* (*escritas* e *visuais*) compreendem relatórios de chefes de província, governadores, intendentes e prefeitos; relatórios de engenheiros provinciais; periódicos (jornais, revistas ilustradas, literárias, acadêmicas e sociais, álbuns, anuários e almanaques estatísticos, técnicos e propagandísticos); iconografia e cartografia (fotografias, cartões postais e gravuras, avulsas ou publicadas em

[22] O livro foi organizado pelo professor Michel Conan e Chen Wangheng como resultado do encontro *Contributions of Gardens to City Life and Culture*, realizado em 2005.

álbuns, plantas baixas, mapas urbanísticos); obras de referência (enciclopédias e dicionários, antigos e contemporâneos)[23].

Levantamento bibliográfico – as *fontes secundárias* ou *bibliográficas* constituem-se de obras de escritores, cronistas, historiadores e memorialistas das cidades estudadas; artigos e livros técnicos e históricos de arquitetura e urbanismo; estudos de história do paisagismo (no Brasil e no exterior) e temas correlatos; cadastros, guias e catálogos históricos sobre logradouros públicos de cidades brasileiras.

Ambos os levantamentos documental e bibliográfico foram realizados em vinte e oito acervos físicos, entre bibliotecas, arquivos, museus, fundações e institutos públicos e uma coleção particular nas cidades do Recife, Fortaleza e João Pessoa, Rio de Janeiro, São Paulo e Washington-D.C., listados ao final da tese[24].

Dentre eles, os mais significativos foram: o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) e a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), no Recife; o Acervo particular Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), o Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico e Antropológico e o Museu da Imagem e do Som do Ceará (MIS), em Fortaleza; o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e o Núcleo de Documentação e Arquivos do Centro Universitário de João Pessoa (NDA/UNIPÊ), em João Pessoa; a Biblioteca Nacional (BN), no Rio de Janeiro; o sistema de bibliotecas da USP, em São Paulo, e a *Dumbarton Oaks* (DO), em Washington-D.C. O estágio acadêmico na *Dumbarton Oaks*, em 2013, permitiu-nos coletar a maior parte da bibliografia estrangeira utilizada na tese, bem como o intercâmbio com pesquisadores da comunidade internacional em seminários, palestras e colóquios e discussões com colegas bolsistas do departamento de *Garden and Landscape Studies*, enriquecendo as possibilidades do nosso estudo.

Levantamento de campo – realizamos visitas técnicas aos logradouros estudados nas cidades do Recife, Fortaleza e João Pessoa, portanto tomados como *fontes documentais materiais,* para a verificação de placas, inscrições, elementos e estruturas construídas remanescentes em seu projeto (traçados, monumentos, vegetação, bancos, coretos, pavilhões,

[23] Utilizamos alguns cartões postais pertencentes ao nosso próprio acervo, alguns dos quais inseridos nesta tese. No caso de fotografias e cartões postais de acervos públicos ou particulares que correspondem a imagens publicadas em álbuns e periódicos, inserimos tal informação para fornecer um referencial cronológico.

[24] Ao longo desta tese, incluindo a presente introdução, optamos por inserir o número das páginas ou intervalos de páginas nas referências constantes no corpo do texto, mesmo quando não se trata de citação direta, pela grande quantidade e diversidade de fontes que utilizamos, pelo ineditismo de outras informações, as quais podem ser consultadas pelos interessados, oferecendo, portanto, maior rigor e precisão na apresentação dos dados. Ou quando se trata de nossa interpretação geral baseada na obra como um todo e não em partes específicas. Os casos em que não indicamos a página justificam-se pela falta de numeração nas fontes (seja pela natureza antiga de documentos primários, seja pelo suporte da informação ser *online* ou CD-Rom). Adotamos os algarismos romanos no caso de citação de obras que os mesclam com os algarismos arábicos (geralmente em partes iniciais, como prefácios, apresentações e introduções).

lagos, fontes, entre outros) e no entorno (antigas edificações, como igrejas, quartéis, palácios de governo, sedes de prefeituras, teatros, estações de trem, escolas, casario). Procedemos à confrontação dessas informações com as fontes primárias e secundárias e dos jardins entre si.

Esta foi, inclusive, uma ferramenta eficiente para preencher lacunas, em razão da escassez de plantas baixas originais, da pulverização dos registros documentais e/ou do grau de transformação parcial ou quase total de muitos jardins decorrentes da alteração dos traçados, remoção e acréscimos de vegetação e equipamentos.

Ainda como atividade de campo, procedemos a visitas técnicas a vinte e sete logradouros ajardinados em Londres e Paris, abarcando *squares* e parques, já que ambos inspiraram a criação dos jardins públicos por nós examinados[25].

Contudo, privilegiamos os *squares* em detrimento dos parques[26] por se tratar de uma categoria paisagística originalmente concebida pelos ingleses no século XVII, introduzida na França e nos países latino-americanos, entre eles o Brasil, no século XIX. E, ainda, por corresponderem ao maior número de jardins públicos abordados na tese e serem menos frequentemente tratados pela historiografia do paisagismo no exterior.

Nos *squares* e parques de Londres e Paris, pudemos observar elementos técnicos relativos ao projeto; usos e usuários; relação física e funcional com o entorno; inserção urbanística; e nomenclatura. Confrontamos informações coletadas *in loco* com a bibliografia específica sobre o tema, consubstanciando nossas análises sobre os jardins públicos brasileiros desenvolvidas ao longo da tese, que compreende quatro capítulos.

No Capítulo 1 – *Os Jardins na Toponímia Urbana* – examinamos os *nomes* então utilizados para os designar (passeio público, jardim, jardim público, jardim municipal, *square*, parque), em substituição ou justaposição às denominações dos espaços públicos correntes até então (praça, campo, largo, pátio)[27].

---

[25] Em Londres, visitamos: Berkeley Square, Bloomsbury Square (antes Southampton Square), Cavendish Square, Grosvenor Square, Hanover Square, Leicester Square, Manchester Square, Portman Square, Queen Square, Russell Square, Saint James's Square, Soho Square (antes King's Square), Hyde Park, Saint James's Park, The Green Park, The Regent's Park. Em Paris, visitamos: Bois de Boulogne, Parc des Buttes-Chaumont, Parc Monceau, Parc Montsouris, Square de la Tour-Saint-Jacques, Square des Batignolles, Square du Serment de Koufra, Square du Temple, Square Émile-Chautemps (antes Square des Arts et Métiers), Square Louis XVI, Square Marcel Pagnol (antes Square de Laborde).

[26] No caso de Londres, os quatro parques que visitamos foram, originalmente, espaços de recreação restritos à realeza, experimentando diferentes transformações em relação ao projeto, usos, funções e acesso do público ao longo do tempo. Muitas das remodelações físicas por que passaram no século XIX difundiram princípios e elementos de composição adotados em diversos jardins à época. Em Paris, os três parques que percorremos são originais do século XIX e abertos à população desde então, neste sentido mais próximos do objeto de estudo na condição de jardins públicos, além de seu vocabulário projetual de matriz inglesa.

[27] Ao longo da tese, empregamos a palavra português(*a*) em referência à língua, distinguindo-se do gentílico relativo a Portugal, para o qual utilizamos o vocábulo *lusitano*(*a*), ou *luso-brasileiro*(*a*), quando cabível.

A *Toponímia Urbana* abarca o conjunto das designações dos logradouros estudados, na maioria das vezes oficiais. Registramos aquelas que apareceram com frequência, ainda que se tratasse de um batismo popular. Muito comumente, um mesmo espaço era referido por nomes diferentes em documentos da mesma época, pois nem sempre uma nova denominação oficial rapidamente se sobrepunha à anterior. As denominações infrequentes assinalamos como raras.

Era flagrante, em toda sorte de documentos que manuseamos, o uso das palavras *jardim*, *ajardinamento*, *ajardinar* e *ajardinado* em referência a logradouros públicos então modificados, daí derivando, propriamente, a noção de *jardim público*, locução esta também muito comum. Tal mudança léxica era enfatizada nos documentos da administração pública, nas notícias de jornais ou nos textos dos cronistas, observadores argutos e privilegiados do cotidiano, nos quais a distinção entre a *praça*, então adjetivada de *antiga*, e o *jardim* realçava a novidade neste contida.

No Capítulo 2 – *Os Jardins na Recreação Urbana* – discutimos os seus diferentes *usos* como parte do circuito de diversões públicas, no seu recinto e/ou articulando-se com as edificações do entorno. Poderiam ser cotidianos ou mais regulares – o *footing*, os esportes e exercícios físicos, os passeios de barco, os encontros para chás, cafés e conversas, as retretas – ou festividades culturais, políticas e beneficentes em datas específicas – os *garden-parties*, as comemorações cívicas, as exposições e as quermesses – ora potencializando, ora alterando modos de apropriação social dos espaços públicos preexistentes.

A *Recreação Urbana* faz alusão a uma palavra corrente nas diferentes fontes documentais de que lançamos mão – o *recreio* –, para indicar os modos de divertimento nos jardins, meio de passar o tempo livre, abrangendo atividades contemplativas, relaxantes, físicas, cívicas e educativas.

Nos artigos de intelectuais, cronistas e memorialistas da época, notas e matérias jornalísticas, relatórios e revistas de administradores públicos, os jardins eram frequentemente considerados *logradouros aprazíveis* ou *pitorescos*, *ponto*, *sítio* ou *lugar* de *recreio*, *distração*, *reunião*, *descanso*, *repouso* ou *refrigério* e ditos *atraentes*, *concorridos*, *prediletos* e *preferidos*. Tais termos eram atribuídos àqueles jardins em obras ou já franqueados ao público ou utilizados nos argumentos mobilizados para indicar benefícios que justificassem sua criação.

No Capítulo 3 – *Os Jardins na Remodelação Urbana* – tratamos dos seus *elementos naturais* – a vegetação (considerada em seus estratos herbáceo, arbustivo, arbóreo e palmeiras e espécies botânicas; na forma de renques, alamedas, indivíduos isolados, pérgulas, lagos, jarros e canteiros) e a água (sob a configuração de lagos, ilhas, aquários, fontes, chafarizes e

estruturas associadas, a exemplo de pontes, ruínas, templos e pérgulas), transformando a fisionomia dos logradouros então ajardinados.

A *Remodelação Urbana* prende-se à derivação do verbo remodelar, provavelmente dicionarizado no século XIX, por volta de 1881 (HOUAISS, 2009). A origem etimológica do termo e sua definição atual encerram a ideia de "modelar" como algo "exemplar" ou "perfeito" ou a ação de "dar forma" ou "contornos", em que "modo" significa "forma" ou "disposição", assim "remodelar" resulta no ato de "refazer com modificações significativas" (CUNHA, 1986, p. 526; HOUAISS, 2009).

De fato, as palavras *remodelar* e *remodelação* e até *remodelamento* e *remodelador* estão presentes no nosso *corpus* documental e bibliográfico, muitas vezes associadas a outras, tais quais *fisionomia*, *aspecto*, *traço*, *feitio*, ou qualificadas – *remodelação completa*, *radical* ou *total* de determinado logradouro, espaços *inteiramente* ou *completamente remodelados*. Tal universo terminológico era propalado por gestores públicos como estratégia para notabilizar as obras públicas e em revistas e jornais que as noticiavam.

A vegetação era uma condição *sine qua non* para a concretização da ideia de jardim, enquanto a água, encontrada *in loco* ou fornecida através do serviço de abastecimento público, tornava-se fundamental para alimentar tanques, lagos, fontes e aquários, portanto ambas artificialmente transformadas e transformadoras do espaço urbano.

No Capítulo 4 – *Os Jardins na Infraestrutura Urbana* – analisamos seus *equipamentos* – gradis, portões, muros, coretos, quiosques, pavilhões, cata-ventos e caixas d'água – sob o enfoque prioritariamente utilitário, ainda que alguns deles tivessem, adicionalmente, um caráter ornamental, todos, porém, invariavelmente, difundidos em espaços públicos ajardinados[28].

A *Infraestrutura Urbana* abrange estruturas construídas, artificiais, máquinas ou artefatos que desempenhavam diferentes funções nos jardins. Podiam ser de segurança ou controle (gradis e portões), de lazer (coretos e pavilhões) ou provisão d'água (cata-ventos e caixas d'água). Embora *a priori* fundamentais, dentro do nosso corte cronológico, uns se fixaram de modo notável, caso dos coretos, e outros, inicialmente considerados prementes,

[28] Elegemos elementos que consideramos essenciais na composição dos jardins e de caráter mais permanente ou que melhor responderiam ao nosso objetivo geral ou ainda sobre os quais tínhamos maior disponibilidade de fontes documentais e/ou bibliográficas. Excluímos elementos como bancos, luminárias, vasos, colunas, esculturas e monumentos, mas fizemos alguns registros e transcrições de trechos de fontes quando articulados a outros aspectos analisados. Não era nossa intenção elaborar catálogos de imagens de peças de menor porte, como bancos, vasos e esculturas, ainda que pudessem ser de grande interesse decorativo, na medida em que não nos ajudariam a atingir nosso objetivo. Mas também, porque, em razão de sua escala reduzida e sua mobilidade, vasos e esculturas eram facilmente transladados de um ponto a outro dentro de um jardim ou de um logradouro a outro ao longo do tempo.

decaíram, a exemplo dos gradis, ou apareceram de forma episódica, como os cata-ventos, porém se mostrando significativos perante um escasso regime hídrico.

Explicações constantes nos documentos técnicos e administrativos como *gradil de ferro destinado a fechar*, gra*dil de ferro e portões para fechar*, *torna-se preciso completar o respectivo gradil de ferro* ou *gradil e portões de ferro precisos* expressam, claramente, tratar-se de um dispositivo que, embora *strictu sensu* fizesse parte do ajardinamento, o antecedia, para preservar a integridade das plantas contra o pisoteio dos animais e controlar o acesso do público. Os coretos, por sua vez, estavam indissociavelmente ligados às retretas nos jardins, assegurando-lhes intensa frequência; peças tão importantes que acabaram por se configurar como equipamento multifuncional, utilizado de outros modos. Os cata-ventos, enfim, efetuavam o bombeamento de águas subterrâneas, propiciando a irrigação das plantas e a própria existência dos jardins.

Portanto, nos capítulos 1 e 2 tratamos da sua dimensão intangível, do universo dos *nomes* e dos *usos*, cujo suporte material examinamos nos capítulos 3 e 4, através de seus *elementos naturais* manipulados artificialmente e de seus *equipamentos*[29].

Estas quatro *variáveis* – *nomes*, *usos*, *elementos naturais*, *equipamentos* – estão imbricadas em todo o trabalho, ainda que tenham sido o "mote" de cada um dos quatro capítulos. Exemplificando, os coretos eram o palco das retretas, mas também carregavam especificidades léxicas que os distinguiam dos quiosques. A vegetação, os lagos e os pavilhões proporcionavam novos usos e sua existência explicava, propriamente, a mudança na terminologia dos logradouros e na forma da cidade. Desse modo, tais *variáveis* atravessam os dois recortes tese – o temporal e o espacial – ao longo dos quatro capítulos, nos quais procuramos alinhavar diferenças e sobreposições dos fatos narrados.

[29] Procuramos, sempre que dispusemos de dados documentais e/ou bibliográficos, registrar a autoria dos projetos dos jardins ou especificamente de alguns de seus componentes, como os coretos e pavilhões, conforme o Apêndice H. Encontramos divergências nos documentos e nos livros e, por vezes, em obras do mesmo autor, em relação à identificação profissional e/ou cargo de determinado profissional, ora tratado como engenheiro, ora como arquiteto (casos de Herculano Ramos, Hermenegildo Di Lascio e Paschoal Fiorillo), de modo que justapusemos as duas formações. Outros profissionais eram referidos como jardineiros, técnicos, auxiliares e arquitetos. Anotamos essas divergências na medida em que apareceram ao longo da tese e, nos demais casos, transcrevemos para o texto e Apêndice H as informações tais quais verificamos nas fontes primárias e/ou secundárias. Nosso objetivo foi apresentar as informações com a maior correção possível, mas, de todo modo, não tratamos da formação do campo profissional em paisagismo nos séculos XIX e XX.

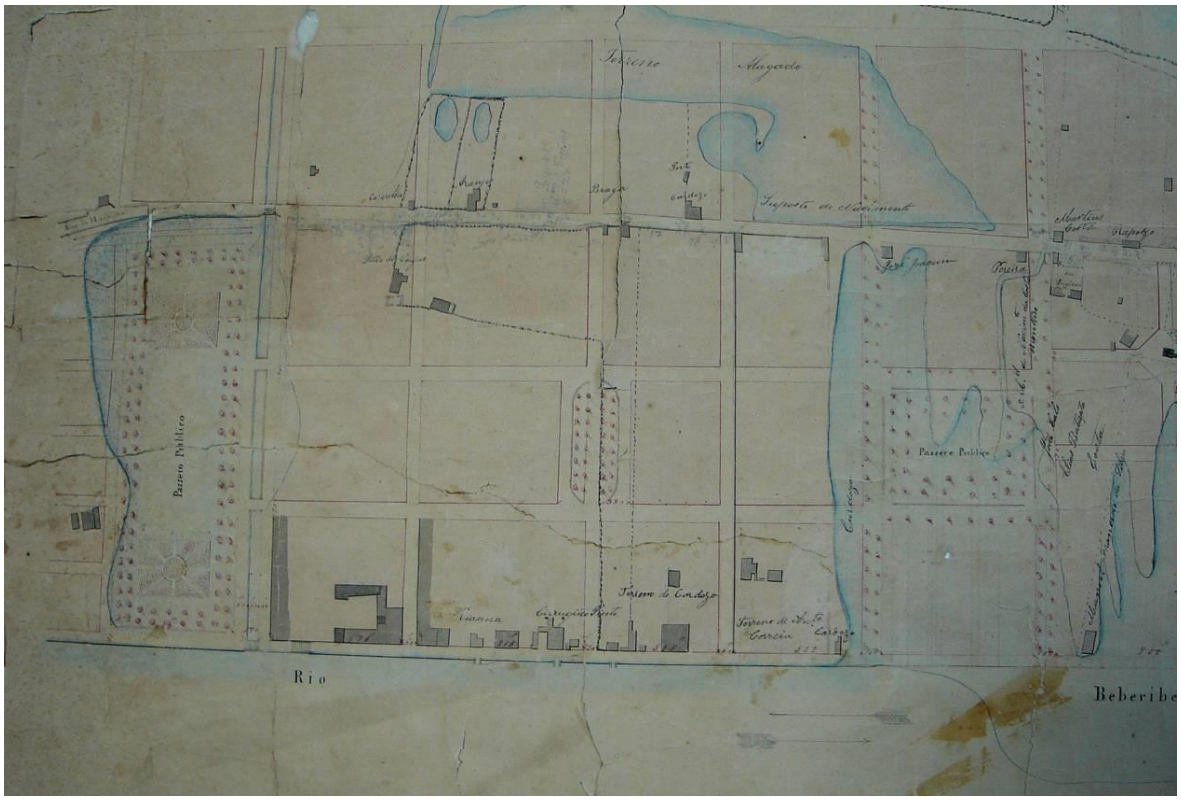
> O que é que se encontra no início? O jardim ou o jardineiro? É o jardineiro. Havendo um jardineiro, mais cedo ou mais tarde um jardim aparecerá. Mas, havendo um jardim sem jardineiro, mais cedo ou mais tarde ele desaparecerá. O que é um jardineiro? Uma pessoa cujo pensamento está cheio de jardins. O que faz um jardim são os pensamentos do jardineiro. O que faz um povo são os pensamentos daqueles que o compõem (Rubem Alves, *Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação*, 2002, p. 24).

Capítulo 1
Os Jardins na Toponímia Urbana

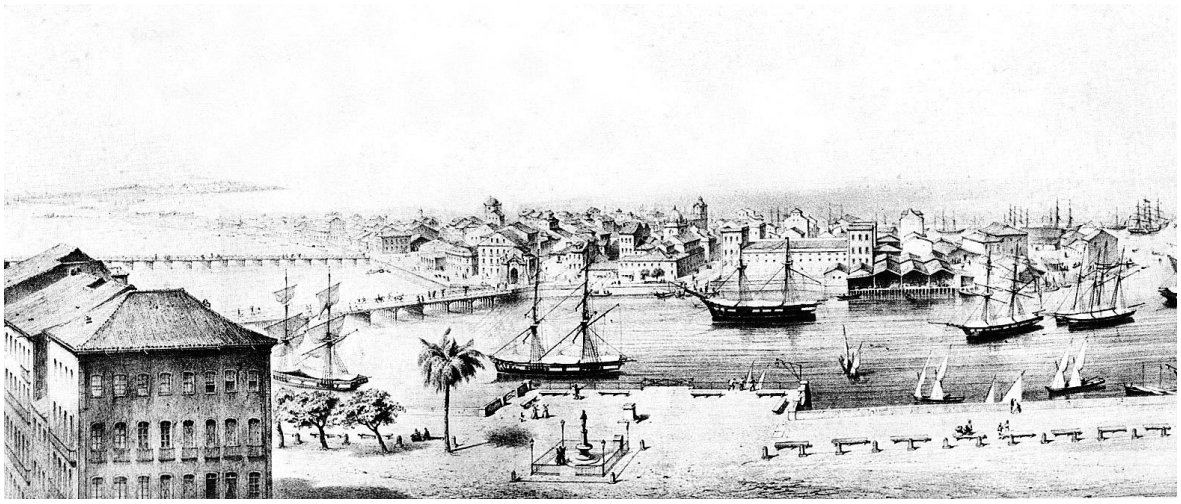
1.1 O PASSEIO

O primeiro logradouro público ajardinado em muitas cidades do país, como Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Campinas e Curitiba, chamou-se *passeio público*. No Recife, o projeto mais antigo que localizamos referente à criação de um espaço público ajardinado é a *Planta dos Arruamentos do Bairro de S^to^ Amaro* (1844) (FREITAS, 2006; SILVA & LORETTO, 2010). De autoria do engenheiro francês Louis Vauthier, chefe da Repartição das Obras Públicas da província de Pernambuco, a planta contém dois passeios públicos assim designados. Tratava-se de um plano, não realizado, para a criação de um bairro nas terras de Santo Amaro, que então apresentava algumas construções esparsas. Foram propostas trinta quadras, dois amplos passeios públicos e uma via arborizada entre ambos (voltados para o Rio Beberibe), que funcionariam como espaços catalisadores da ocupação do novo bairro.

Antes, porém, memorialistas e escritores como Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923), Mario Sette (1886-1950) e Orlando Parahym referiram-se ao passeio público instalado no cais criado pelo engenheiro francês Júlio Boyer em 1838: "fizeram um novo cais – o Passeio Público, aliás; tinha bancos pintados de verde para comodidade do público" (SETTE, 1948, p. 48) e árvores vindas do Jardim Botânico de Olinda (PARAHYM, 1978, p. 49).



Planta dos Arruamentos do Bairro de S^to Amaro, 1844, Recife, assinada pelo engenheiro Louis Vauthier, dois passeios públicos margeando o Rio Beberibe. Fonte: Acervo APEJE.



Cais do Colégio (Passeio Público) do Recife, 1855, gameleiras e um coqueiro, à esquerda. Gravura de Frederick Hagedorn Carls. Fonte: *Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife* (FERREZ, 1984).

Antiga rampa de embarque na Praia do Colégio, esse espaço era conhecido como Cais do Colégio, em alusão ao vizinho conjunto religioso dos Jesuítas. Após os melhoramentos efetuados no final da década de 1830, passou a se chamar Cais do Boyer, Cais do Ramos (1841), Cais 22 de Novembro (1859), quando ali desembarcou a Família Imperial, Cais da Regeneração (1890), com a Proclamação da República, e, por fim, Cais da Avenida Martins de Barros (1907).

> O trecho de **cais**, que avançadamente corre em frente à velha rua da Praia do Colégio, foi construído em **1838-1839** por ordem do presidente Francisco do Rêgo Barros (...) e sendo incumbido das suas obras o **engenheiro francês Júlio Boyer**, ficou conhecido por **Cais do Boyer**, até que, feito o calçamento do leito da rua, e ficando ainda, paralelamente disposto, um espaço de largura quase igual à do mesmo leito, tendo de permeio uma larga calçada, com bancos de madeira, alinhadamente dispostos, e **arborizado** (*sic*) **palmeiras imperiais e gameleiras** em tôda a sua extensão, e onde havia **música** aos **domingos**, afluindo assim **grande concorrência de povo**, teve então a **denominação** de **Passeio Público**. (...) Tôda essa extensão de **cais** (...) recebeu em **1859**, por deliberação da nossa edilidade, a **denominação** de **Cais 22 de Novembro**, para comemorar o dia e o local do desembarque dos soberanos do Brasil, quando visitaram a província naquele ano; depois **Cais da Regeneração**, imposta pela mesma edilidade em 31 de janeiro de **1890**, como um reconhecimento dos seus sentimentos democráticos, após à Proclamação da República; enfim, a de **Avenida Martins de Barros**, desde **1907**, em homenagem ao prefeito que fez os seus atuais melhoramentos. Como **ponto de diversão pública**, aos **domingos**, com a **pomposa denominação de Passeio Público**, foi por muito tempo assim chamado o lanço de **Cais** a que nos referimos, até que, desaparecendo os bancos, parte da **arborização**, e não havendo mais **tocatas dominicais**, ficou o **público** privado dessa única **recreação** que tinha (COSTA, 1983, v. 9, p. 521-522; grifos nossos).

Cais da Avenida Martins de Barros, onde foi instalado o primeiro Passeio Público do Recife.
Fonte: Acervo FUNDAJ.

Ainda segundo Pereira da Costa (1983, v. 10, p. 230), este passeio esteve ligado ao início da arborização pública do Recife, pois, em 1857, lá foram plantados castanheiros do

Pará e gameleiras. Configurava-se, todavia, como um lanço de cais útil para a ancoragem de embarcações, sobrepondo-se à condição de passeio, como sugere o *Plano Topo-Hidrográfico do Porto e da Cidade de Pernambuco* (1848) (in SILVA & LORETTO, 2010, p. 354). Era uma área modesta, mais caracterizada como um atracadouro, então aproveitado para recreação pública, ambiguidade de usos que resultou no "paulatino desmonte da função de passeio público" (SILVA & LORETTO, 2010, p. 354).

O debate sobre a criação de um novo e amplo passeio perdurou pelas décadas de 1860 e 1870, a partir de quando se iniciou o ajardinamento de outros logradouros recifenses. Sabe-se que ao menos mais dois projetos foram elaborados pelos engenheiros William Martineau, em 1860, e Émile Béringer, em 1875 (SÁ CARNEIRO, 2010, p. 85-87), porém não executados, como apontam os relatórios da presidência da província de Pernambuco em 1/3/1871, 1/3/1872, 27/10/1872 e 1/3/1875.

> **Passeio Publico**. Continúa a **população** desta capital na carencia deste melhoramento reclamado até pela **hygiene**. (...) A idéa adoptada por um dos meus antecessores de colloca-lo no **Campo das – Princezas –**, sendo removido o **theatro – Santa Isabel –** não me pareceu aceitavel. Traria a perda do que neste edificio escapou do incendio (...) e não satisfaria os requisitos da obra projectada, especialmente no que respeita ao isolamento, indispensavel para a policia interna e protecção das **plantas**, **obras d'arte**, etc. O **campo** deve ser **ajardinado**, e offerecerá mais um **ponto de reunião e recreio**; mas não se presta a um **passeio publico** (ALBUQUERQUE, 1871, p. 26; grifos nossos).

> **Passeio Publico**. Continuando a **população** d'esta capital na carencia d'esse melhoramento, ha tanto reclamado, e no desejo de dar começo ou antes lançar as primeiras bases para sua futura construcção, nomeei uma commissão composta dos Engenheiros Chefe da Repartição das Obras Publicas, José Tiburcio Pereira Magalhães, Tenentes Coroneis Francisco de Miranda Leal Seve e Ernesto Machado Freire Pereira da Silva, para promoverem a compra do terreno devoluto existente á rua da Aurora, entendendo-se para esse fim com os respectivos possuidores (JUNQUEIRA, 1872, p. 45; grifos nossos).

> **Jardim e Passeio Publico**. (...) No intuito de satisfazer a necessidade que tem esta capital de um **jardim e passeio publico**, encarreguei o chefe da repartição das obras publicas de entender-se com os proprietarios dos terrenos que occupam o espaço entre o gymnasio e o canal contiguo á fundição do Starr á rua da Aurora e até o Hospicio, afim de informar-me sobre o preço por que se dispunham a vendê-los, e poder resolver sobre sua acquisição. (...) A planta e orçamento estão feitos pelo chefe da repartição das obras publicas. Posto que os terrenos em grande parte sejam alagados, a possibilidade de adquiri-los por modico preço e a facilidade de attera-los, logo que a escavação do porto comece a ser feita pelas dragas, levaram-me a fazer aquella tentativa, quando não bastasse ser a localidade a mais apropriada para o **jardim e passeio** por prestar-se ao **facil accesso** da **população** e ficar quase todo o espaço cercado pelo canal. Devendo ser

> crescida a despeza, esperava que alguma empresa particular a si tomaria a fundação do **jardim e passeio**, logo que a provincia podesse offerecer todo o espaço devidamente atterado (PORTELLA, 1872, p. 16; grifos nossos).

> **Passeio publico** (projectado). O terreno destinado para este **passeio** acha-se situado em seguimento ao Gymnasio Provincial, entre o caes da rua da Aurora e a estrada do norte. Muito lentamente tem marchado o serviço do attero d'esse terreno, que é feito com as areias retiradas do porto e para alli transportadas por um pequeno numero de canoas (LUCENA, 1875, p. 83; grifos nossos).

Observamos nesse penúltimo relatório, a corrente associação entre as expressões *jardim* e *passeio* (*público*), que, de fato, se referem ao mesmo logradouro. A documentação expressa, claramente, a ideia de que o *passeio* configuraria um *jardim público*, ao enunciá-lo como de "facil acesso" da população, provendo-a de um "ponto de reunião e recreio". No final da década de 1880, esse debate ainda se desenrolava com as discussões sobre a construção do ansiado Passeio Público do Recife, cuja pedra fundamental teria ocorrido em 1889, segundo memórias e documentos coligidos por Pereira da Costa, citando, ainda, os projetos de 1860 e 1875 anteriormente mencionados.

> Algumas **praças**, posteriormente **ajardinadas**, vão em parte amenizando a palpitante necessidade de um **passeio público**, como desde muito requer uma **cidade** nas condições do Recife, para cujo desideratum tem havido várias tentativas, a partir da Portaria do presidente da provincia, Luís Barbalho Muniz Fiúsa, de 20 de março de **1860**, nomeando uma comissão composta dos Drs. Filipe Néri Colaço, Manuel de Barros Barreto, José Mamede Alves Ferreira e do **engenheiro William Martineau**, para examinar a localidade mais conveniente, e organizar a planta e o respectivo orçamento de um **passeio público** (...) até o assentamento da pedra fundamental do **Passeio Público 13 de Maio**, em igual dia do ano de **1889** (...) e a executar-se segundo a memória – projeto do **engenheiro Emílio Beringer**, de 1 de julho de **1875** (COSTA, 1983, v. 9, p. 522; grifos nossos).

O memorialista se refere à inauguração do Passeio Público 13 de Maio, que teria sido iniciado em 1889, segundo plantas do engenheiro francês Emile Béringer de 1875, à época diretor da Repartição das Obras Públicas da província de Pernambuco. Localizamos, de fato, duas plantas (elevações) que compõem este último projeto referido por Pereira da Costa, datadas de 1/6/1875 e assinadas por Béringer, adiante apresentadas. Intituladas *Projecto de Passeio Publico: Aquarium* (1875) e *Projecto de Passeio Publico: Pavilhão* (1875), tais plantas não foram executadas em 1875, embora referidas na documentação da administração provincial, mais uma vez imputando-lhe a condição de *jardim*.

> **Passeio publico** de Santo Amaro. Em julho do anno ultimo, apresentou o **engenheiro Beringer** um novo projecto de **passeio publico** em Santo Amaro que, apezar de ser mais complete (*sic*) e de dar maior extensão ao **jardim**, não excede em custo o projecto confeccionado pelo ex-director das obras publicas, Dr. José Tiburcio Pereira de Magalhães. A área do **passeio**, segundo o novo plano, deve exceder a 13 hectares, e a depeza para leva-lo a effeito está orçada em 255:000$000 destinados a aterros. A realização deste importante melhoramento, além de **aformosear a cidade** e proporcionar á sua **população** um **lugar de recreio**, produziria o **salutar effeito** de suprimir um pantano pernicioso. Os planos e desenhos do **passeio** vos serão presentes (MORAES, 1876, p. 71; grifos nossos).

Não se tem notícia da construção do Passeio Público do Recife entre as décadas de 1860 e 1880, apesar do dito lançamento da sua pedra fundamental em 1889, de acordo com Pereira da Costa (1983, v. 9, p. 522), ratificado pelo historiador Napoleão Barroso Braga. Essa discussão compareceu em vários relatórios da administração pública, fazendo uso de tal designação, que também verificamos na *Planta da Cidade do Recife*, ao indicar o Passeio Público 13 de Maio, mas cuja conclusão só veio se concretizar em 1939 como Parque 13 de Maio (SÁ CARNEIRO, 2010, p. 86-92).

> O seu **nome primitivo** seria **Passeio Público 13 de Maio** e a concretização da iniciativa originou-se de reunião realizada em **29/11/1888** na Associação Comercial, cujo convite foi publicado por este Diario, assinado, inclusive, por nomes ilustres da época (...) com o apoio do presidente da Província. (...) O local escolhido era chamado de **Praça 13 de Maio** e a comissão pretendia iniciar os trabalhos de construção no dia 13 de Maio daquele ano, conforme divulgou este Diario, de **17/2/1889** (BRAGA in DIARIO DE PERNAMBUCO, 31/5/1993, p. 5; grifos nossos).

Por sua vez, enraizado em diversos relatos de memorialistas, cronistas, historiadores, ensaístas e urbanistas, clássicos ou pertencentes à nova geração (MENEZES, 1895; NOGUEIRA, 1954 [1933]; MENEZES, 2006 [1938]; BARROSO, 1962; AZEVEDO, 2012 [1980]; GIRÃO, 1979 [1959]; GIRÃO, 1983; CUNHA, 1990; PONTE, 1999; SILVA FILHO, 2004; CASTRO, 2009), o Passeio Público de Fortaleza, atual Praça dos Mártires, é alvo de muita controvérsia em relação ao seu processo de criação e transformações ao longo do tempo.

Embora 1880 e 1888 sejam apontados como marcos da sua inauguração em fases (NOGUEIRA, 1954 [1933], p. 13; MENEZES, 2006 [1938], p. 96; CUNHA, 1990, p. 269; CASTRO, 2009, p. 41; 78; 93-96; 108), sua construção ocorreu paulatinamente, ao menos desde a década de 1860, como revelam sucessivos relatórios dos presidentes e engenheiros das obras públicas da província do Ceará, registrando a designação *passeio* ou *passeio público*.

> **Passeio Publico**. A principio lembrei-me sómente de nivelar o espaço comprehendido entre o hospital e o **quartel**, calçar tres faces dessa **praça** e planta-la de **arvores**. Reconheci porém que fazendo executar mais algumas obras além d'éstas, que se concluíram, poderiamos contar em breve com um **passeio publico**, na **situação mais vantajosa**, e com **vista para o mar**. Dei começo á bancada que limita á **praça** pelo lado da costa, ao paredão de revestimento que tem de sustentar o aterro da plata-fórma do **jardim** projectado na altura da 1.ª bateria da fortaleza, com a largura necessária. (...) Em pouco tempo poderá contar a **população** desta **cidade** com o único **lugar de recreio** que se podia offerecer em condições mais favoraveis (FIGUEIREDO JUNIOR, 1863, p. 39; grifos nossos).

> **Passeio publico**. Ha o projecto de fazer-se um **passeio publico** no espaço comprehendido entre a **Casa de Misericordia** e o **quartel** de linha. E para a realisação d'esta idea já foram iniciados trabalhos dispendiosos. A muralha de revestimento do s**egundo plano** do **jardim** que custou 6:568$820, ameaça ruina. O **1º plano** acha-se nivelado. Está já contractado o plantio de **arvores** pela quantia de 763$620 e o calçamento á razão de 9$000 a braça quadrada (PEREIRA, 1865, p. 18; grifos nossos).

> **Passeio publico**. (...) Foi por essa presidencia autorisada por officio de 20 de novembro do anno passado (...) a construcção de uma calçada interior de 1,^{m}76 de largura, e algumas obras de **decoração** consistentes em **jarros** (...) está-se procedendo a construcção de uma muralha destinada a revestir o corte feito segundo a linha que limita a **praça da Misericordia** pelo lado do norte. A muralha limita também por esse lado o plano destinado a **jardim publico**, 4,^{m}4 baixo do nível do **passeio**. Está construído igualmente em sentido normal a muralha um lanço de muro 17,^{m}6 de comprido para o fim de limitar o **jardim** projectado do lado do poente e a rua que corre parallela á face face norte do **Hospital da Misericorida** (...). **Ajardinamento**. Esse serviço autorisado por officio do 1.º de abril marcha regularmente. Tem-se feito o revolvimento das terras para o plantio de **gramma**, a transplantação dos **arbustos** que ali existiam segundo o novo plano adoptado, e traçado as diversas linhas que devem limitar os **canteiros** destinados ao plantio de **gramma** (CAVALCANTE, 1868, p. 4-5; grifos nossos).

O Passeio Público de Fortaleza era formado por três planos correspondentes a três níveis topográficos, escalonados, com amplo descortino para o mar, dotado de gradil e portões, escadaria e vias arborizadas. Cantado e decantado por intelectuais e literatos cearenses, homens de ciências e letras, eruditos ou autodidatas, o passeio público comparece em toda a literatura histórica sobre a cidade, incluindo testemunhos daqueles que o vivenciaram ou alcançaram seus tempos áureos.

É o caso de Antonio Bezerra de Menezes (1841-1921), João Nogueira (1867-1947), Joaquim Pimenta (1886-1963), Gustavo Barroso (1888-1959), Otacílio de Azevedo (1892-1978), Raimundo Girão (1900-1988) e Raimundo de Menezes (1903-1984). Muitos desses relatos exaltam a situação geográfica do passeio, que o tornava bastante aprazível aos

sentidos, pela vista do mar, pelo som das ondas e pelo frescor da brisa marinha, atenuando o rigor do clima local.

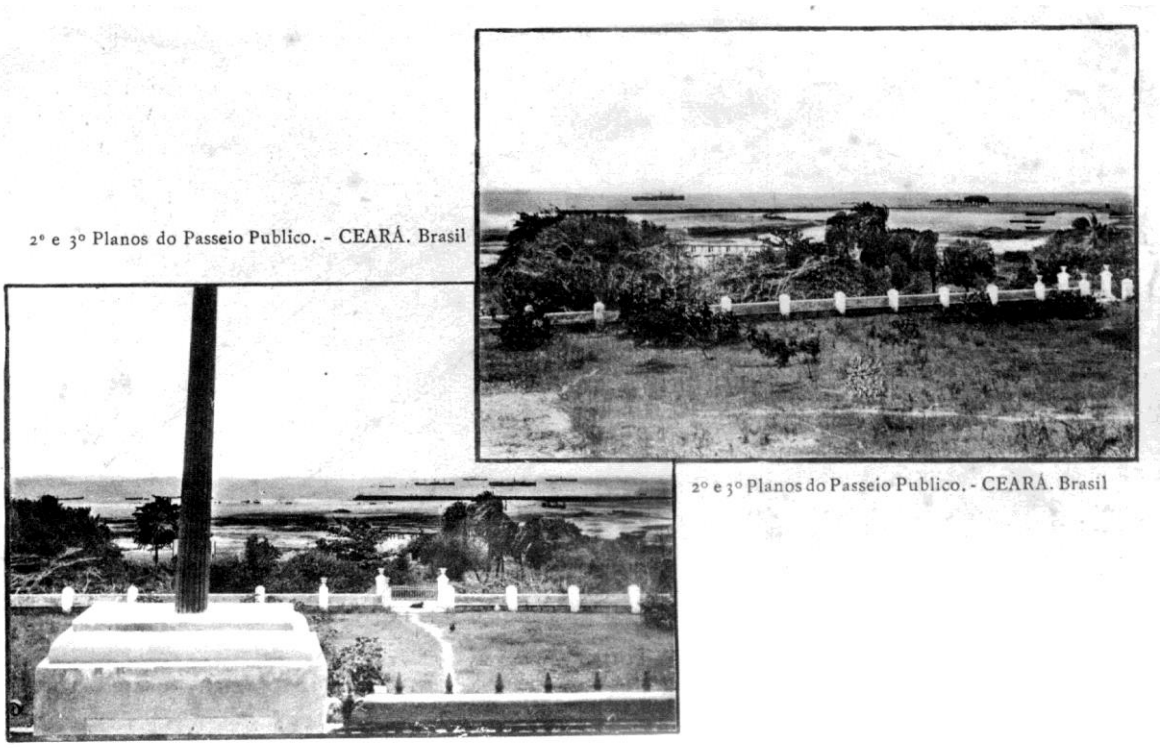
> Logo que ficaram promptas as obras do **primeiro plano**, começou ali grande **affluencia de povo**, quer pela **tarde**, quer **nas noites de quintas e domingos**. Ali se reunia a melhor **sociedade** de Fortaleza a ouvir as **bandas** do 15 e da Policia. (...) **Ar puro**, **brisa do mar**, **boa musica**, tudo contribuia para tornar aquillo **immensamente agradavel** (NOGUEIRA, 1954 [1933], p. 14-15; grifos nossos).

> Dali ao **Passeio Público**, todo **arborizado**, com **canteiros floridos**, de onde eu ia afinal, ver, pela primeira vez, o **mar** cujo **bramir** parecia que já me **sussurrava aos ouvidos**. Ao chegarmos à muralha do **passeio**, dando sobre a **praia**, duas **imagens** bruscamente se chocavam dentro do meu cérebro, como se fossem duas daquelas **vagas** enroscando-se em fúria, quais **monstruosas serpentes cor de esmeralda**, para logo se desmancharem em **brancos lençóis de espuma** (PIMENTA *apud* GIRÃO, 1983, p. 33-34; grifos nossos).

> **Ventilado, agradável** sobretudo **pela manhã**, **à tarde e à noite**, era o **Passeio Público** nos bons tempos passados o **ponto de reunião preferido** pela **população** fortalezense. Do porto se avistava a linha multicor de sua **iluminação festiva**. (...) debruçado sôbre **o mar**, se faria o **Passeio Público**. Com suas **alamêdas** ladrilhadas, seus altos **gradis**, seus **gramados**, suas **pitangueiras** em sebe e suas **flôres**, pontilhado pelo gesto branco das estátuas clássicas, tornar-se-ia um **logradouro** aristocratico e discreto (BARROSO, 1962, p. 279-280; 282; grifos nossos).

> O **Passeio** foi, sem dúvida, uma das vanglórias da **Cidade** pelas **seduções** que oferecia, não só de sua própria **feitura muito aprimorada**, como de sua **invejável posição em face do Oceano aberto e majestoso** (GIRÃO, 1979 [1959], p. 130; grifos nossos).

> Finalmente, a 5 de junho de **1880**, entre **festas**, ao som de **bandas de música**, teve solene inauguração o **primeiro plano**. Da Avenida Caio Prado foi feita inauguração, também sob festas, em 9 de julho de **1888**. A ligação das avenidas Caio Prado e Mororó, transformada em uma aléia única, realizou-se na administração do prefeito Godofredo Maciel. O **Passeio Público** foi sempre, em todos os tempos, o **logradouro predileto da cidade**. Devido à sua **esplêndida localização**, **em frente ao mar**, as **famílias** se reuniam ali antigamente, para o **cavaquear** de todas as **noites**. (...) Várias gerações de **namorados**, hoje gozando os laços do himeneu, arquitetaram seus ninhos nas **alamedas** silenciosas da Caio Prado, embalando-se na **cavatina das ondas esmeraldinas** (MENEZES, 2006 [1938], p. 96-97; grifos nossos).



Passeio Público de Fortaleza, segundo e terceiro planos. Fonte: Acervo Nirez, imagem publicada em *Fortaleza 1910*, edição fac-similar do *Album de Vistas do Ceará* (1908).

Passeio Público de Fortaleza (atual Praça dos Mártires), Avenida Caio Prado no primeiro plano. Fonte: Acervo Nirez.

O passeio de Fortaleza converteu-se em uma vasta área pública ajardinada, com vias lineares destinadas à prática do *footing*, caminhada ao ar livre, à sombra das árvores, oportuna nas cidades tropicais; espaço para o usufruto da brisa e a contemplação da paisagem marítima. Mas, permanecendo por muito tempo como o único logradouro ajardinado da cidade, já que novos jardins não foram inaugurados até 1902, o passeio foi alvo de sucessivas reformas e adições ao longo do tempo e intensamente apropriado sob várias formas de recreação.

Algumas dessas características foram acentuadas nas interpretações sobre o Passeio Público do Rio de Janeiro (1779-1783), o primeiro do país e voltado para a Baía de Guanabara, e o Passeio Público de Salvador, criado na segunda década do século XIX (SILVA, 2001, p. 233). Mais tarde, outras cidades não litorâneas tiveram seu passeio público, como Campinas em 1876 (LIMA, 2009, p. 150) e Curitiba em 1886 (BAHLS, 1998, p. 114). Apesar da morfologia diferenciada de ambos os espaços, sem contato com o mar, eram reservados às mesmas funções e mantiveram-se como os principais espaços ajardinados para recreação pública.

No recente estudo *Passeio Público: espaços, estatuária e lazer* (2009), o professor José Liberal de Castro nos conduz a relacionar alguns aspectos do passeio de Fortaleza aos homônimos soteropolitano e recifense, cidades muito próximas ao Equador, de clima quente e úmido. Logo, proporcionavam a fruição da frente d'água, a criação de percursos lineares e sombreados e o refrigério da brisa marinha ou fluvial, assim como o do Rio de Janeiro, todavia guardadas as peculiaridades referentes à topografia e ao traçado urbanístico daquelas três cidades e da distância temporal para o primogênito carioca.

É curioso notar, nos registros documentais sobre os passeios do Recife e de Fortaleza, a referência de que se tornaram ou viriam a se tornar *jardins* a partir da modificação de espaços preexistentes, os quais possuíam outros nomes e funções, como *cais*, *praças* e *largos*, porém até então desprovidos de vegetação, equipamentos e de usufruto relativo para o lazer da sociedade.

O passeio fortalezense foi, inclusive, mencionado como referência para a criação de um espaço análogo na capital pernambucana, com tom de rancor pela proeminência de Pernambuco frente ao Ceará, como verificamos em uma matéria publicada no *Diario de Pernambuco* (23/12/1888, p. 2) alguns meses antes do dito lançamento da pedra fundamental do Passeio Público do Recife em 1889.

> A **cidade** do **Recife**, a nossa risonha capital, uma das mais bellas e populosas do imperio (...) está reclamando, ha muito, melhoramentos e **embellezamentos** de que carece, em favor dos quaes é imperioso dever a iniciativa dos **poderes publicos** e louvavel patriotismo o concurso popular. Não é explicavel, e até depoente contra o nosso bom gosto, que a segunda **cidade** do imperio, em que pese a outras esta classificação para **distracção e refrigerio** de seus **habitantes** (...) tenha apenas **duas praças ajardinadas**, nenhuma das quaes por suas proporções corresponde ás exigências da nossa **população** e aos beneficios a que são destinados taes melhoramentos. Para desafiar a bôa vontade da administração da provincia, a coadjuvação indispensavel da municipalidade e o poderoso concurso de todos, não iremos buscar termos de comparação e exemplos na Corte do imperio. (...). O termo de comparação para desafiar os nossos brios, o exemplo para incitar a nossa iniciativa, iremos buscar em cidade menos importante que a nossa, cujos recursos estão muito aquém dos de que dispomos: – a cidade da Fortaleza, capital da província do Ceará. Existe ali um **jardim publico**, **espaçoso**, **pittoresco**, relativamente custoso, **optimamente collocado**, a cujo **goso** já se habituou a **população** que o frequenta com assiduidade, e que tem feito dele o **ponto obrigado e diario de *rendez-vous* da sociedade** cearense, onde se cultiva e se mantem **amistosa convivencia**, onde se exhibem e se misturam *toilletes* de todos os preços, ondem tocam **musicas**, ondem descansam **velhos**, passeiam **moços** e brincam e correm **crianças**. Onde nesta cidade fazer o mesmo? (...) A **população**, o adiantamento e o **aformoseamento** desta **cidade**, e tambem nossos creditos e bom gosto reclamam um **jardim publico** em outras proporções. Felizmente para nós a idéa esta lançada, está dado o primeiro passo. Um pouco de bôa vontade, de coragem e de perseverança, e esta capital contará mais um melhoramento, e sua **população**, especialmente aquella a quem faltam os meios para pagar **divertimentos** (...) terá um **lugar aprazivel**, **hygienico e accesivel** a todos, onde procurar **distracção** nas horas desocupadas e nos dias consagrados ao **descanço** (*sic*) (DIARIO DE PERNAMBUCO, 23/12/1888, p. 2; itálico do original, grifos nossos).

Chama-nos atenção o fato de que esta matéria aparece numa época em que o *passeio público* já se difundia como primeira experiência de *jardim público* em cidades tão distantes, quanto diferentes entre si. Mas, por outro, reconhece a excepcionalidade do Passeio Público do Rio de Janeiro, apesar de sua precedência na criação de muitos espaços públicos ajardinados no Brasil cerca de um século depois. Por fim, percebemos que o conceito de passeio público continha a noção de ampla escala, comparativamente às praças ajardinadas que se popularizariam em todo o país.

Segundo o *Diccionario da Lingua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), *passeio* indica "acção de passear, lugar para passear" e *passear* significa "andar para fazer exercicio, ou por vadiação". Por sua vez, no *Grande Diccionario Portúguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*, o frei lusitano Domingos Vieira (1873, v. 4, p. 696) anota que o verbete *passêo* ou *passeio* também expressa a "acção de passear"; "sitio ou lugar onde se passeia", bem como a locução "dar um passeio" como sinônimo de passear. Domingos Vieira (1873, v. 4, p. 696) ainda

registra as curiosas expressões "mandar passear, mandar á missa", usadas "quando se quer despedir alguma pessoa importuna ou desarrazoada" ou "alguem com enfado ou desgosto". E, por fim, explica que passear é "fazer andar a passo, levar ao passeio"; "andar a passo, devagar, com passo natural; diz-se do cavallo"; "andar de passeio, a pé, a cavallo, ou de carruagem, por exercicio, divertimento, ou vadiação"; "vagar livremente" (VIEIRA, 1873, v. 4, p. 696).

De acordo com Antonio de Moraes Silva (1789, v. 2, p. 167), no setecentista *Diccionario da Lingua Portugueza*, *passeio* expressa "o ato de passear"; "o modo de andar, e mover os passos"; "o lugar, ou jardim onde se passeia". Na edição do século XIX, *passèo*, *passèio*, *passeyo* ou *passeio* novamente indica "o acto de passear"; "o modo de andar, e mover os passos"; "o lugar ou jardim, alameda onde se passeia" (SILVA, 1878, v. 2, p. 419), semelhante à definição do clássico *Dicionário da Arquitetura Brasileira* (1972), vista a seguir:

> **Passeio**. **Lugar onde se passeia**. **Jardim**, **parque**, **praça**, **largo**, etc. Enfim, **nome**, hoje pràticamente (*sic*) em desuso, que se dava aos **locais públicos** destinados a **exercícios e divertimentos**. Foi muito comum a expressão **passeio público** para designar os recantos, às vezes bastante extensos, que os podêres públicos ajardinavam e arborizavam com o fito de patrocinar ao povo **local de estar ao ar livre** (CORONA & LEMOS, 1972, p. 360-361; grifos nossos).

Ressaltamos que a obra de Antonio de Moraes Silva (1755-1824), natural do Rio de Janeiro, inclui muitos termos portugueses utilizados no Brasil, por isso constitui, ao longo da tese, uma de nossas principais referências em relação à problematização de questões terminológicas, a exemplo de outros autores que desenvolvem tal abordagem (ALMEIDA, 2006; FONSECA, 2011).

Passeio correlaciona-se, portanto, à expressão inglesa *footing*, que designava a prática de passear, caminhar, como veremos no próximo capítulo, enquanto, no contexto anglo-americano, o espaço onde se realizavam as caminhadas chamava-se *public walk* ou *promenade* e seus praticantes *promenaders*.

Na língua corrente, comumente emprega-se o vocábulo passeio como designativo de uma ação, em detrimento do logradouro em que se dá tal prática, embora este segundo sentido ainda perdure no Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza e Curitiba.

Foi a partir da terceira última década do século XIX que se proliferaram os espaços públicos ajardinados no Recife e, principalmente, na passagem do Oitocentos ao Novecentos nas cidades de Fortaleza e João Pessoa. Verificamos o decaimento da locução *passeio público* e a recorrência da expressão *jardim* e, menos frequentemente, o uso da palavra *parque*. Tal

substituição não se operava apenas ao nível da língua, mas também no terreno, no espaço físico da cidade, pois se disseminaram *jardins públicos* em logradouros estruturados e nomeados no período colonial, que tinham outros usos e eram, muitas vezes, delimitados por edificações religiosas, administrativas ou militares.

1.2 A PRAÇA-JARDIM

Os nomes correntes dos espaços públicos até então – *praça*, *campo*, *pátio*, *largo* e *adro* – indicam, por um lado, do ponto de vista semântico e urbanístico, algumas diferenças entre si, relativas à sua forma, dimensão ou função, evidenciadas em documentos, registros iconográficos e dicionários de época. Por outro lado, tais logradouros pertencem a uma genealogia comum em relação à noção de espaço aberto e coletivo e existência de poucos equipamentos.

A expressão *praça* significa, etimologicamente, "lugar público cercado de edifícios, largo, mercado, feira" e seu aparecimento na língua portuguesa remonta ao século XIII, derivada do latim *platea*, ao passo que a locução adverbial "em praça" (século XIV) e o advérbio "praceiramente" (século XV) indicam "em público" (CUNHA, 1986, p. 627). Segundo Silva (1878, v. 2, p. 487), a *práça*, do francês *place*, também originada do latim *platea*, é "um lugar publico espaçoso, e descoberto, cingido de edificios, para ornato das cidades, villas; ou onde se fazem feiras, mercados, leilões"; "lugar onde se tractam cousas de commercio".

O verbete comporta diversas definições e expressões e está enraizado em vários ditos populares, alguns ainda hoje utilizados no português praticado no Brasil. Entre eles: "andar na praça" significa "ser público", enquanto "pessoas de muitas praças" são aquelas de muitas amizades (SILVA, 1878, v. 2, p. 487), cultivadas no espaço coletivo da praça, vocação histórica que assumiu na cultura dos povos latinos.

Provérbios como "Mais valem amigos na praça, que dinheiro na arca" e "O homem na praça, a mulher em casa" (SILVA, 1878, v. 2, p. 488) inscrevem, no espaço físico da cidade, a conotação da praça como espaço público por excelência e fundamental ao cotidiano, lugar dos encontros e da mercancia, dos exercícios militares e dos justiçamentos, onde se achavam homens de letras e de negócios.

Por isso, a palavra também encarna a ideia de "reputação" ou "nome" (SILVA, 1789, v. 2, p. 227), de onde surgiram expressões que usamos correntemente, como "ser conhecido na praça" e "ter nome bom na praça", sobretudo no âmbito dos negócios. Este valor é ressaltado nas definições de Pinto (1832) – "lugar espaçoso, e descoberto nas cidades"; "lugar

fortificado de muros"; "o lugar onde se ajuntão diariamente os negociantes" – e Vieira (1873, v. 4, p. 877) – "logar espaçoso dentro de qualquer povoação, onde se fazem as feiras, mercados".

O vocábulo *campo* ou *càmpo* associa-se à ideia de um espaço ermo, plano e descampado, de caráter militar. Do latim *campus*, significa "espaço de terra baixa e plana sem edificios, nem arvoredo; terras de lavoura, ou pastagem"; "terra fóra da cidade, ou villa"; "o acampamento, ou arraial militar, as tropas que o compõem" (SILVA, 1877, v. 1, p. 321); "lugar onde se dá batalha" ou "lugar onde se postão os sitiadores" (SILVA, 1789, v. 1, p. 223). Por sua vez, a definição de Luiz Maria da Silva Pinto (1832) repete *ipsis litteris* aquela dada no final do século XVIII por Antonio de Morais Silva (1789, v. 1, p. 223).

Para Domingos Vieira (1873, v. 2, p. 70) o *campo* expressa uma "extensão de terra cultivada ou cultivavel sem arvores"; "terra fora da cidade em geral"; "espaço aberto e chato"; "o logar em que se dá uma batalha"; "o acampamento ou arraial militar, as tropas de que se compõe". Até hoje, essa conotação de "enfrentamento" se verifica nas expressões "entrar em campo", que significa "lutar", no sentido militar, ou propriamente no terreno intelectual, como "espaço livre, carreira, assumpto", por isso "campo do espirito"; "campo da actividade humana"; "campo das artes"; "campo da litteratura", entre outros (VIEIRA, 1873, v. 2, p. 70-71). A palavra *campina* aparece como sinônimo de *campo* (VIEIRA, 1873, v. 2, p. 69) ou pequena variação, pois significa "campo dilatado, descoberto d'arvores" (SILVA, 1789, p. 223) ou "campo vasto sem arvores" (PINTO, 1832).

O *largo* ou *lárgo*, do latim *largus*, por sua vez, define-se como "pequena praça" (VIEIRA, 1873, v. 3, p. 1265; SILVA, 1878, v. 2, p. 219). O *patio* ou *pátio*, *pateo* ou *páteo* corresponde a "entrada murada, e descoberta de hum palacio" (PINTO, 1832) ou "área murada, e descoberta, que está a entrada da casa"; "o pateo, entre os jesuitas, as suas aulas de latim, e bellas lettras"; "o páteo da comedia, a plateia; porque aí nos páteos, e talvez descobertos ou toldados se representava, e assistia o povo ás representações" (SILVA, 1878, v. 2, p. 421-422), conforme igualmente encontramos na obra do frei Domingos Vieira (1873, v. 4, p. 702-703).

A palavra *adro* ou *ádro* conecta-se à presença de igrejas e à prática de sepultamentos nestas ou em seu entorno, portanto um espaço aberto de conotação religiosa, conforme dicionários do final do século XVIII e do XIX. Proveniente do latim *atrium,* quer dizer "lugar diante dos templos, alguns servem de cemiterio" (PINTO, 1832); "terreiro que circumda, ou toma simplesmente a dianteira da porta principal de uma egreja, cemiterio antigo, quando se enterrava nos templos ou junto d'elles" (VIEIRA, 1871, v. 1, p. 170); "lugar aberto, e talvez com taboleiro diante dos templos; n'alguns ha cemiterios" (SILVA, 1789; v. 1, p. 29; SILVA, 1877, v. 1, p. 45).

No Recife, tais significados estão cristalizados na atual Praça da República, cuja mudança de nomes – Praça Grande (século XVII), Campo do Erário (século XVIII), Praça do Palácio Velho, Campo da Honra (1817), Campo dos Mártires (1817), Campo ou Pátio ou Praça do Palácio (1840-1843), Largo do Paço (1859) e Campo das Princesas (1859) – revela aspectos de sua história e os edifícios que a emolduravam, em parte preservados até hoje. A predominância do nome *campo*, ganhando sucessivos qualitativos, se vincula exatamente ao período em que este espaço permaneceu como um grande descampado, passando, posteriormente, a ser designado por *pátio*, *largo* e, a partir de 1872, *jardim*.

> **Jardim do Campo das Princezas**. Achando-se concluidas as obras desse **jardim**, foi aberto ao **publico** no dia 19 de outubro do mez proximo passsado afim de que tivessem os **habitantes** desta **cidade** um **ponto de reunião e recreio**. Estão sendo executados os melhoramentos de que elle ainda precisa (LUCENA, 1873, p. 33; grifos nossos).

A Praça do Conde d'EU – antigo Largo do Aterro da Boa Vista (século XVIII), Largo ou Praça da Matriz, Praça da Boa Vista ou Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista, Praça dos Mártires (1831) e Praça do Moscoso, hoje Praça Maciel Pinheiro – converteu-se no Jardim da Praça do Conde d'EU em 1875. A Praça D. Pedro II – antes Largo ou Pátio ou Praça do Colégio, Largo ou Pátio ou Praça do Espírito Santo (1855), atual Praça Dezessete – tornou-se o Jardim da Praça D. Pedro II ou do Largo do Espírito Santo a partir de 1877.

Em relação à primeira, a transformação do léxico está documentada em fontes que registram a campanha empreendida pelo Dr. Lobo Moscoso, médico, vereador e diretor da Inspetoria de Higiene Pública, em prol do seu ajardinamento, no termo de lançamento de sua pedra fundamental e nas notícias de sua inauguração. E, no caso da segunda, nos relatórios dos chefes provinciais.

> Vaccina excellente. Enxertada em crianças muito limpas e sadias hoje 24 e amanhã 25 as 5 horas da tarde, em casa do Dr. Lobo Moscoso, á rua do Visconde de Albuquerque. Cada pessoa que se vaccinar pagarão (*sic*) 2$ em beneficio da construcção do **jardim da praça do Conde d'Eu** a commissão que estará presente (DIARIO DE PERNAMBUCO, 24/8/1871, p. 4; grifos nossos).

> E o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Vigario Capitular João Chrisostomo de Paiva Torres, acompanhado do seu Reverendo Clero recitou as orações marcadas no Ritual e deu a benção a referida pedra a qual foi conduzida pelos cidadãos abaixo assignados e **grande concurso** de **povo** e collocada no centro do **Jardim da Praça Conde d'EU** pelo (...) Presidente da Provincia, no lugar onde deve ser collocado o **chafariz** do mesmo **Jardim**. (...) os habitantes desta **Cidade** do Recife collocaram a primeira pedra do

> **Jardim da Praça Conde d'Eu** no dia treze de Abril de mil oitocentos e setenta e dous (...). E eu o Doutor Pedro de Athayde Lobo Moscoso, formado em Medicina pela faculdade da Bahia e residente nesta Freguezia da Boa-Vista escrevi este termo e assignei (REVISTA ARQUIVOS, n. 2, 1942, p. 111-112; grifos nossos).

Praça da Boa Vista (atual Praça Maciel Pinheiro) anterior ao ajardinamento, Recife, chafariz para abastecimento d'água operado pela Companhia do Beberibe. Ao fundo, a Igreja Matriz da Boa Vista. Gravura de Schlappriz, litografia de F. H. Carls. Fonte: O *Album de Luís Schlappriz – Memoria de Pernambuco: Álbum para os amigos das artes, 1863* (FERREZ, 1981).

Jardim da Praça do Conde d'EU (atual Praça Maciel Pinheiro), 1875, Recife, o gradil em ferro e a fonte importada de Portugal. Ao fundo, a Igreja Matriz da Boa Vista. Foto de Marc Ferrez. Fonte: *Album Velhas Fotografias Pernambucanas: 1851-1890* (FERREZ, 1988).

> Amanhã, 15 do corrente, pelas cinco horas da **tarde**, terá lugar a inauguração do **jardim da Praça do Conde d'EU**, que se espera seja uma **festa** de grande **concorrencia**, visto ser o primeiro melhoramento **publico** realisado nesta **cidade** por iniciativa particular. Com quanto se tenham expedido numerosos convites pede se instantemente (*sic*) ás Exmas. familias que por qualquer modo deixaram de os receber, o seu caparecimento (*sic*) afim de augmentarem com suas presenças o brilhantismo da **festa** (DIARIO DE PERNAMBUCO, 14/10/1875, p. 1; grifos nossos).

> O Sr. Dr. Moscoso, offerecendo hontem ao **publico** desta **cidade** o **jardim do Conde d'EU**, no pé em que se acha, e que é de todos conhecidos, ganhou uma campanha, campanha tremenda, como toda aquella em que o lutador só tem por armas a consciencia e a força de vontade (DIARIO DE PERNAMBUCO, 16/10/1875, p. 1; grifos nossos).

> **Jardim da praça de Pedro II**. Começado por iniciativa do Dr. Pedro de Athayde Lobo Moscoso, está sendo executado sob sua administração. Mandei entregar-lhe para auxilio da despeza a quantia de 9:000$, importancia da contribuição de dous anos, que as companhias Ferro Carril e Locomotora são obrigadas a entregar ao tesouro provincial, para melhoramentos nesta **cidade** (CUNHA, 1878, p. 23; grifos nossos).

> **Jardim da praça de Pedro II**. Em 23 de abril foram remettidos ao thesouro provincial a conta corrente e documentos comprobatorios apresentados pelo Dr. Pedro de Athayde Lobo Moscoso das despezas feitas com o **ajardinamento** dessa **praça** (LACERDA, 1879, p. 20; grifos nossos).

No século XX, essas três praças passaram a ostentar nomes republicanos em abandono à sua origem imperial – Campo das Princesas, Praça do Conde D'EU e Praça D. Pedro II –, entre outras então criadas, ainda havendo justaposição de vocábulos: Jardim da Praça da República, Jardim da Praça Dezessete, Jardim da Praça Maciel Pinheiro e Jardim da Praça Joaquim Nabuco, por exemplo. Já nos anos 1920, deu-se o abandono dos nomes "campina" (do Derby, do Bodé e dos Manguinhos) e "largo" (do Paissandu e do Entroncamento), constantemente referidos como "antigos" na imprensa e nos veículos de divulgação oficial, quando ajardinados e franqueados ao público.

As mudanças na nomenclatura dos logradouros recifenses foram bem documentadas por escritores, memorialistas e historiadores, entre os quais Pereira da Costa, em *Origens de algumas praças e ruas do Recife* (in REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO, HISTORICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO, 1920); *A Praça 17* (in ALMANACH DE PERNAMBUCO PARA O ANNO DE 1927) e *Anais Pernambucanos* (1983, v. 3; 4; 6; 9); Mario Sette, em *Maxambombas e Maracatus* (1981 [1935]); Vanildo Bezerra Cavalcanti, em *Recife do Corpo Santo* (1977); e Gilberto Osório de Andrade, na sua *Pequena História da Praça da República* (1978).

Etimologicamente, o vocábulo *jardim*, do francês *jardin*, é definido como um "terreno onde se cultivam plantas ornamentais", encontrado no vocabulário português ao menos

desde o século XIII (CUNHA, 1986, p. 453). Da expressão normanda *gardin*, variante antiga de *jardin*, originaram-se o termo inglês *garden* e o alemão *garten*, cujo radical *gard* significa "cercado" (COROMINAS, 1994, p. 343), assim como foi introduzida a palavra *jardín* no idioma espanhol.

Os dicionários de inglês *online Merriam-Webster* e *Oxford* ratificam que a palavra *garden* provém do francês antigo *gardin*, variação de *jardin*, similar ao radical alemão *gart*, equivalente a *yard*, significando *enclosure*, isto é, fechamento, terreno cercado ou fechado, cerca, muro, tapume. O termo *yard* indica um pátio, quintal ou quadra, área geralmente murada, pavimentada ou gramada, a céu aberto e adjacente a uma construção (*Merriam-Webster* e *Oxford online*).

Conforme formulamos, "a expressão *jardim* nas línguas vernáculas do Ocidente se vincula ao hebraico '*gan*', ou seja, proteger ou defender, sugerindo a presença de uma vala ou cerca, e '*eden*' ou '*oden*', exprimindo a noção de prazer, deleite" (SILVA, 2010, p. 24). Da combinação entre os dois termos, a palavra *jardim* passou a significar "um recinto de terra para o prazer e o deleite" (LAURIE, 1983, p. 29).

Como espaço aprazível, deleitável, ameno, o jardim restaura o sentido bíblico atribuído ao Éden, a primeira morada de Adão e Eva, representação solidamente sedimentada nas definições da palavra *paraíso* em dicionários de português dos séculos XVIII ao XXI num lapso de mais de duzentos anos. Em Silva (1789, v. 2, p. 156), o *paraiso* é "o jardim onde forão postos nossos primeiros paes"; "a bemaventurança" ou "jardim delicioso", tal qual reproduz Pinto (1832), para quem *paraizo* é "o jardim onde foram collocados Adão, e Eva"; "a bem-aventurança"; "lugar, sitio delicioso". Segundo o Houaiss (2009), o *paraíso* indica "para os antigos persas, amplo parque"; "segundo a Biblia, jardim aprazível onde Deus colocou Adão e Eva, depois da Criação; Éden"; "lugar em que reina a felicidade"; "qualquer lugar agradável e prazeroso".

No século XIX, Domingos Vieira (1873, v. 4, p. 656) reafirma e amplia a definição do vocábulo *paraiso* ou *paraizo*, que, do latim *paradisus*, consiste em "termo de antiguidade, grandes tapadas entre os antigos persas; jardins deliciosos, o paraiso terreal; jardim onde Deus poz Adão depois que o creou"; "habitação deliciosa"; "lugar onde residem as almas dos justos, gozando de uma felicidade eterna".

As mencionadas tapadas incluem-se no âmbito dos espaços de interesse paisagístico enquanto área de mata cercada ou murada em que se praticava caça (VIEIRA, 1874, v. 5, p. 678; SILVA, 1878, v. 2, p. 731; HOUAISS, 2009), a exemplo da Tapada da Ajuda (outrora Real Tapada de Alcântara e depois Tapada Real d'Ajuda), em Lisboa, lugar de exercício e das caçadas reais (ALARCÃO-E-SILVA, 2002, p. 41). As tapadas filiavam-se, portanto, à acepção

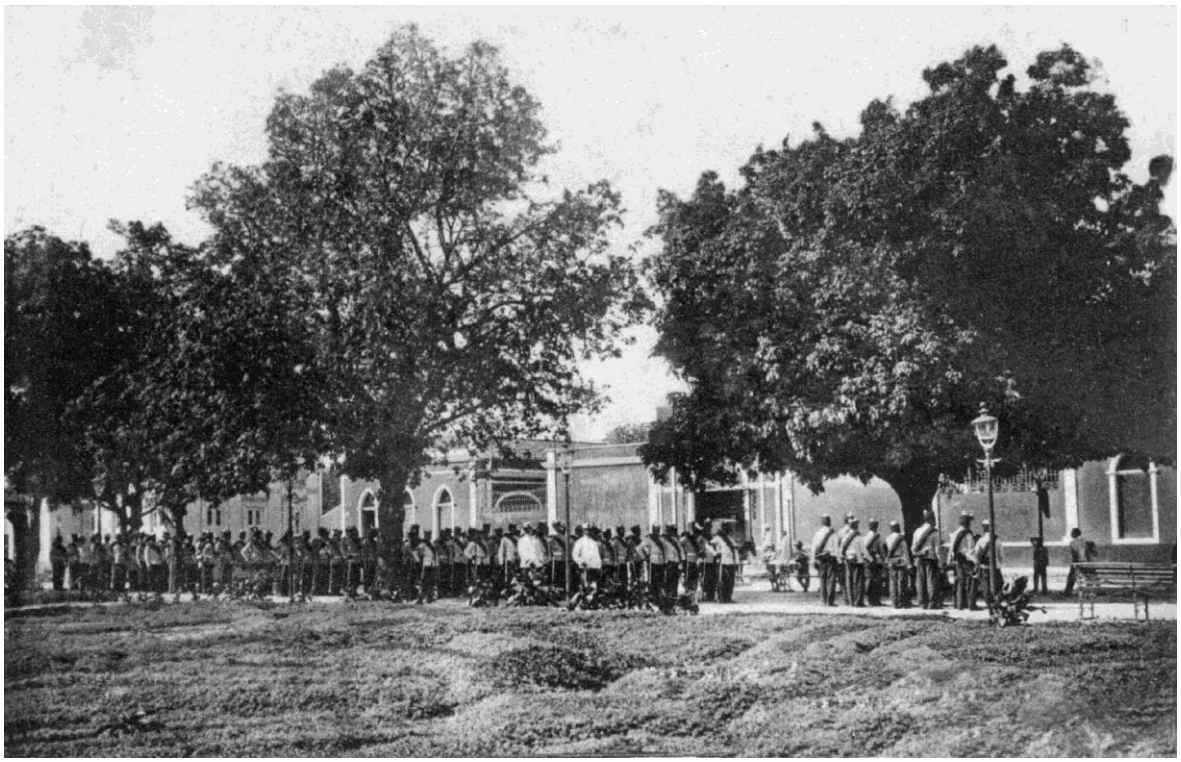
etimológica do *jardim*, dado seu caráter recreativo e presença de cerca e de vegetação. Justamente neste sentido, uma tapada é tomada como "o mesmo que cêrca" ou "terreno murado" por Corona & Lemos (1972, p. 441).

Continuando no século XIX, o dicionarista brasileiro Antonio de Moraes Silva (1878, v. 2, p. 407) recua ainda mais às origens da palavra *paraíso*, do persa ou hebraico *pardés*, isto é, "lugar delicioso de arvores, flôres, aguas; d'estes o tomaram os gregos acommodando-o ao génio da sua lingua", formando *paradeisos*, em correspondência com o latim *paradisus*. O vocábulo indica "jardim, pomar, vergel"; o jardim "terreal", em oposição ao jardim "celestial"; "o jardim onde foram postos nossos primeiros páes"; "jardim, ou lugar delicioso pela amenidade que lhe deu a natureza, ou pelos ornamentos, e bellezas que recebeu da arte"; "paraiso, tomado absolutamente, ou com o epítheto celestial, a morada dos bemaventurados, o Céu" (SILVA, 1878, v. 2, p. 407).

Ao atravessar décadas e séculos, distintas culturas, geografias e temporalidades, diferentes estágios e processos civilizatórios, o *jardim* vem corporificar a representação e o desejo de felicidade, fartamente retratados em enunciados como "prazer", "deleite", "paraíso", "bem-aventurança", "delícia", "vergel" e "amenidade". Manifesta-se, materialmente, como um pedaço ou fração de terreno onde se agenciam árvores, flores e fruteiras, águas, equipamentos e ornatos, portanto, nascido da conjugação entre os elementos da natureza e o impulso criativo do homem, disseminado no espaço físico de cidades que se urbanizaram a partir do século XIX.

Muitos logradouros públicos do Recife, como vimos, passaram a ser designados pela associação da palavra *jardim* com os termos *praça*, *campo*, *largo* ou *pátio*, que, por sua vez, resguardavam significados comuns entre si, quando não eram empregados como sinônimos. Esta justaposição no léxico sinaliza a conjugação da noção de espaço verde presente no jardim e da ideia de espaço público, livre ou descoberto, expresso na praça, no campo, no largo ou no pátio. Em suma, "a praça é, originalmente, o espaço livre público (urbano, com pouca ou nenhuma vegetação) e o jardim, o espaço livre privado (doméstico, encerrado e vegetado)" (SILVA, 2010, p. 24).

Esta prática se fez tradição também em Fortaleza durante as três primeiras décadas do século XX, conforme atestam muitos exemplos, verificados por alguns autores e abundantemente comprovados por nossas fontes documentais, sobretudo os jornais noticiando a inauguração dos espaços recém-ajardinados.



Praça Marquês do Herval (atual Praça José de Alencar) anterior ao ajardinamento, Fortaleza, mungubeiras, à esquerda e à direita. Fonte: Acervo Nirez.

No. 10. FORTALEZA — Igreja do Patrocinio.

Jardim Nogueira Accioly da Praça Marquês do Herval (atual Praça José de Alencar), Fortaleza. À esquerda, duas castanholas, à direita, dois cata-vento. Ao fundo, a Igreja do Patrocínio. Vista oposta ao Teatro José de Alencar. Fonte: Acervo Nirez.

Entre os que anotaram ou comentaram as alterações dos nomes dos logradouros públicos da cidade estão: João Nogueira, no texto *Ruas e Praças da Fortaleza*, de 1933, porém

publicado em *Fortaleza Velha* (1954), bem como no artigo *Cidade da Fortaleza: Nomes atuais e antigos de suas praças* (in REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1942); Raimundo de Menezes, na crônica *Antigos nomes das vias públicas de Fortaleza*, em *Coisas que o tempo levou: crônicas históricas da Fortaleza antiga* (2006 [1938]); Mozart Soriano Aderaldo, no texto *Velhos Nomes de Ruas*, em *História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada* (1974); e, por fim, Noélia Cunha, no livro *Praças de Fortaleza* (1990).

As praças, quando ajardinadas, recebiam nomes que se justapunham às designações anteriores. Assinalamos como principais modificações: Jardim 7 de Setembro da Praça do Ferreira (1902), antes Largo das Trincheiras (1828), Praça Pedro II (1845 ou 1859) e Praça Municipal (1856 e 1890); Jardim Nogueira Accioly da Praça Marquês do Herval (1903), antes Praça do Patrocínio (1856 e 1890) e atual Praça José de Alencar; Jardim Pedro Borges da Praça Caio Prado (1903), antiga Praça do Conselho (1726 ou 1810), Largo da Matriz (1854 ou 1856) e Praça da Sé (1861); Jardim Demóstenes de Carvalho da Praça Gonçalves Ledo (1929), anteriormente Praça Nossa Senhora do Livramento (1888) e Nossa Senhora do Carmo (1922); Jardim Tomás Pompeu da Praça Comendador Teodorico (1930), outrora Praça Lagoinha (1873) e hoje Praça Capistrano de Abreu; e Jardim Bárbara Alencar da Praça Dr. José Júlio ou do Coração de Jesus (1931), sua denominação atual, porém anterior Praça da Boa Vista (1856 ou 1880).

> Hoje, ás 20 horas, será entregue ao **publico** o **<<Jardim Demosthenes de Carvalho>>**, á **Praça Gonçalves Lêdo**. Para assistir a esse acto ficam convidados todos os **municipes** (O NORDESTE, 24/12/1929, p. 1; aspas do original, grifos nossos).

> Terça-feira **á noite**, vespera de Natal, realisou-se com muita solemnidade, a inauguração do **novo jardim da Praça Gonçalves Ledo**, **antiga do Carmo**, a que a Prefeitura, num gesto muito significativo e justo, denominou **<<Demosthenes de Carvalho>>**, em homenagem ao saudoso cearense, tão cedo roubado a vida. **Incomputavel multidão** enchia literalmente os passeios e as avenidas, não regateando applausos á iniciativa do governador da **cidade**, que a vae dotando de taes melhoramentos, que vêm **radicalmente transformando** a sua **feição material** e de **embellezamento**: Abundante **illuminação**, **gramagem** bem cuidada, circundada de **bancos** especiaes, etc., é actualmente, pode-se dizer, um dos melhores **logradouros** de nossa capital. Um dos melhores e dos mais chics. Aproveitando o ensejo, damos aos nossos leitores, alguns apontamentos que dizem respeito á **praça** e ao **jardim**, começando pela **illuminação**, que é toda feita por combustores do moderno systema typo Littleton (...). O serviço de alvenaria (calçadas) e o de calçamento foram iniciados no dia 12 de julho e concluidos, o 1º a 5 de Setembro e o 2º, a 18 do mesmo mez. Em seguida, teve inicio o serviço de **ajardinamento e gramado**, que se concluiu em 28 de novembro, feito a vagar, aguardando a **illuminação** (CORREIO DO CEARÁ, 26/12/1929, p. 2; aspas do original, grifos nossos).

Jardim Tomás Pompeu da Praça Comendador Teodorico (atual Praça Capistrano de Abreu), Fortaleza, figueiras recém-plantadas e a fonte luminosa importada da Alemanha, ao fundo, um cata-vento.
Fonte: Acervo Nirez.

Do sr. Amadeu Carvalho, honrado commerciante desta **praça**, recebemos o seguinte: <<Em nome dos moradores das ruas Tristão Gonçalves e Imperador nas immediações da **Praça da Lagoinha**, venho pedir-lhe o obsequio de suggerir ao Conselho Municipal de Fortaleza a **denominação** de **<<Alvaro Weyne>>** ao **jardim** que vem **aformoseando** aquella **praça**. Fortaleza, tem recebido inestimaveis serviços do actual prefeito a quem devemos tributar um preito de reconhecida gratidão que, dignificativamente, perdura em nosso meio. Ser-lhe-ão gratos por este favor que lhe pedem os alludidos moradores e por quem me assino.>> (O POVO, 10/6/1930, p. 4; aspas do original, grifos nossos).

Amanhã, ás 19 ½ horas, será inaugurado e entregue ao **publico**, o **Jardim Thomaz Pompeu**, recentemente construido á **praça Commendador Theodorico**. A Prefeitura Municipal convida a imprensa, autoridades federaes, estaduaes e municipaes e aos **municipes** em geral, para assitirem á referida so-emnidade (*sic*) (CORREIO DO CEARÁ, 11/7/1930, p. 1; grifos nossos).

Como está annunciado, inaugurar-se-á hoje, ás 19,30, o **jardim <<Thomaz Pompeu>>**, que centralisa a **praça <<Cel. Theodorico>>**, **(antiga Lagoinha)**, **recém-remodelada**. O que é esse melhoramento da nossa **<<urbs>>**, terão todos opportunidade de verificar hoje. Cumpre, entretanto, frisar que tanto as plantas do **jardim** como do **coreto** nelle construido, são devidas ao **technico da Prefeitura**, **sr. Rubens Franco Rabello**, que assim, demonstra a sua alta competencia no assumpto. A **illuminação**, por sua vez, está habil e intelligentemente distribuida, e é feita pelo moderno systema de combustores que vem adoptando a Ceará Gas (CORREIO DO CEARÁ, 12/7/1930, p. 7; aspas do original, grifos nossos).

A Praça do Coração de Jesus era um "areal" (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 133) no início da década de 1910 ou, segundo o jornal *O Nordeste* (1/9/1922, p. 3), um "estendal de areia frouxa" ainda em 1922. Anos depois, o mesmo periódico reclamava melhoramentos sob a inspiração do recém-inaugurado Jardim Tomás Pompeu da Praça Comendador Teodorico (O NORDESTE, 14/7/1930, p. 1). Contudo, o ajardinamento da Praça do Coração de Jesus veio ocorrer em 1931, convertendo-se no Jardim Bárbara de Alencar.

> Os serviços de **remodelação** do **Parque da Liberdade**, que têm sido activamente desenvolvidos e vão tornar aquelle ponto **um dos mais bellos e agradaveis da cidade**, estão exigindo, também, algumas **reformas** na **Praça do Coração de Jesus**, que lhe fica fronteira. A **frequencia** do **Parque** será, de certo, **vultosa**, quando estiverem completados (*sic*) todas as obras, incluindo **passeios para pedestres e automoveis**, **gramagem das avenidas**, ***restaurants*** **e cafés**. Tanto mais avultará o estado de incuria em que ainda se vê aquella **praça**, que nem sequer é ainda pedrada, mas toda um vasto estendal de areia frouxa, que, em epoca de verão, como agora, se revolve em redemoinhos. No entanto, a **Praça do Coração de Jesus** já é das mais centraes e das mais **frequentadas** da **cidade**: ali residem numerosas familias, no centro ergue-se o bello edificio da **igreja do Coração de Jesus**, num dos lados está o predio vicentino, séde do Circulo Catholico e, noutro, o da **escola Pio X**. Appellamos para o governo no sentido de que a mande, ao menos empredar, o que virá concorrer para maior facilidade da parte numerosa da **população** que frequenta aquelle trecho. Não cremos que sejam de tal vulto as despesas que o governo não ouse emprehender esse serviço de tão grande **utilidade publica** (O NORDESTE, 1/9/1922, p. 3; itálico do original, grifos nossos).

> Foi inaugurado mais um **jardim** em Fortaleza, graças á actividade e aos bons propositos do nosso grande prefeito, o coronel Alvaro Weyne. Nas mãos honestas e operosas do governador do municipio, a **cidade** se vem **transformando** como por **encanto**. (...) Agora, que o **jardim Thomás Pompeu** está prompto, como **o mais lindo e artistico da cidade**, permitta o coronel Alvaro Weyne lhe roguemos um favor a mais em beneficio da capital. Trata-se da **praça do Sagrado Coração de Jesus**. Uma das mais bonitas de Fortaleza. Com o majestoso **templo dos Capuchinhos** bem ao centro. Mas toda areia, toda desolação. Um pouco de esforço mais do nosso infatigavel prefeito, e teriamos outro **jardim lindissimo** na **cidade**. Daqui pedimos ao coronel Alvaro Weyne que não se esqueça da **praça do Sagrado Coração de Jesus**. Ella merece o seu carinho. Seria tão bom que a inaugurassemos a 7 de Setembro!... Póde ser, coronel Alvaro Weyne? (O NORDESTE, 14/7/1930, p. 1; grifos nossos).

> O dr. Urbano de Almeida, Prefeito Municipal, por decreto de hontem, restabeleceu o **nome tradicional** de "Rua do Sampaio", antiga rua nova do Outeiro, que por lei municipal de 1924 foi substituido pelo de rua "**Barbara de Alencar**", resolvendo dar o **nome** dessa heroina cearense ao **jardim publico** recentemente construido á **Praça Dr. José Julio (Coração de Jesus)**, **logradouro** esse que será franqueado ao **publico**, amanhã em homenagem á

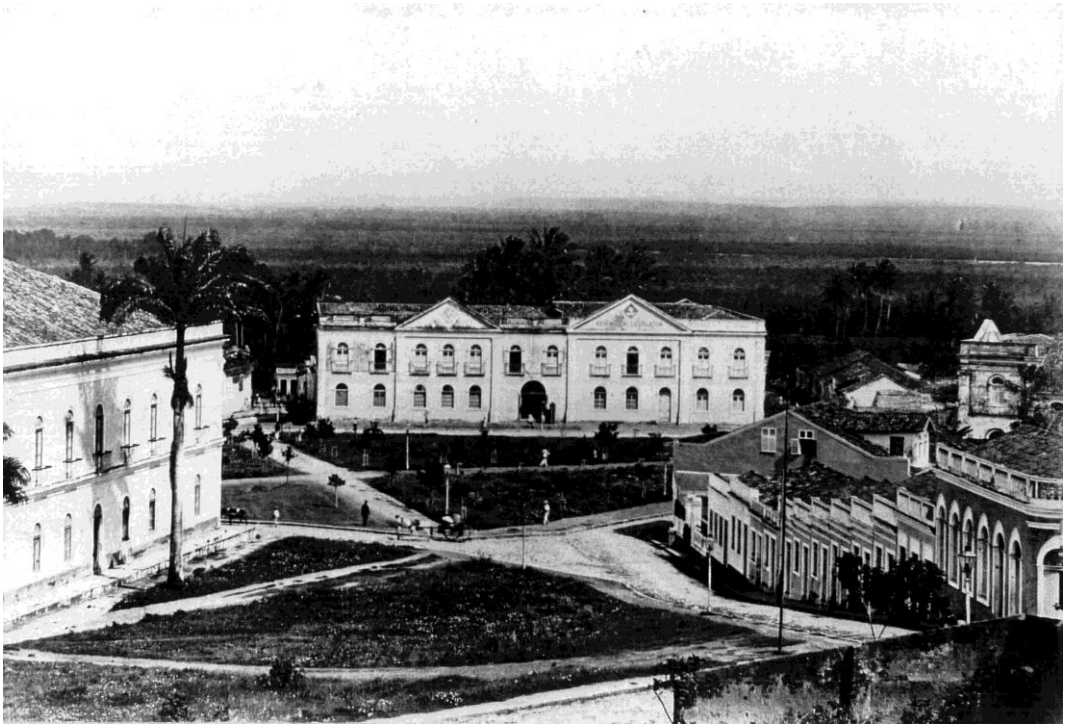
> grande data revolucionaria de 5 de Julho (O POVO, 4/7/1931, p. 1; CORREIO DO CEARÁ, 4/7/1931, p. 7; aspas do original, grifos nossos).
>
> Com a presença de autoridades e distinctas **familias** da nossa **sociedade**, inaugurou-se ante-hontem **a noite** a avenida recem construida pela prefeitura municipal ao derredor da **igreja do Sagrado Coração de Jesus**, na **praça** do mesmo **nome**. O **novo logradouro publico**, que é fartamente **illuminado**, recebeu o nome de **Avenida Barbara de Alencar**, como se pode ver em uma placa de marmore postada de um modo original em um monticulo de lages ali identificado. Grande foi a **visita** do **publico** ao **bello jardim** até ás 21 horas (CORREIO DO CEARÁ, 7/7/1931, p. 6; grifos nossos).

Essa foi a trajetória de vários logradouros no século XIX. É o caso do Campo de Santana (1735 e 1880), no Rio de Janeiro (ajardinado em 1873-1880), que havia se chamado Campo da Cidade, Campo de São Domingos e, depois, Campo da Aclamação (1822), Campo da Honra, Campo da Redenção, Campo da Liberdade, Campo do Passeio, Campo da Aclamação (coroação de D. Pedro II, 1841), Parque Campo de Santana (1917), Parque Júlio Furtado (1934) e Praça da República (1939) (TERRA, 2009, p. 81-96).

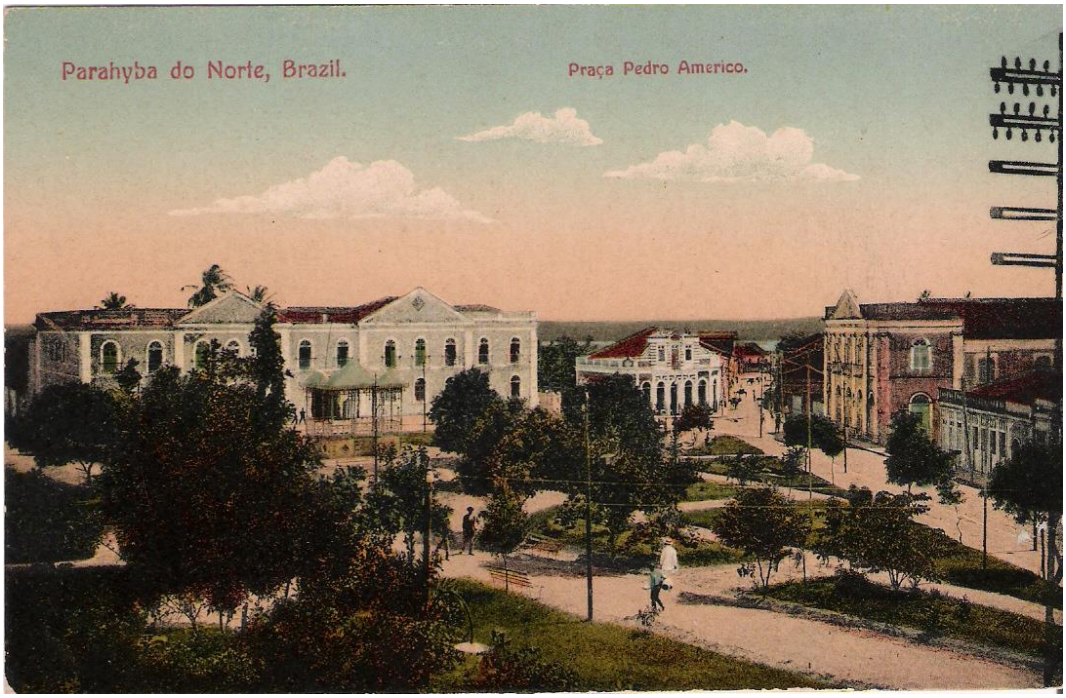
Destino comum teve a Várzea do Portão, Campos ou Potreiro da Várzea, Campos do Bom Fim (1867) ou Campos da Redenção (1884), futuro Parque Farroupilha (1935), em Porto Alegre (LUZ, 1999, p. 1). A atual Praça da República de São Paulo já foi denominada de Praça da Legião, Praça dos Milicianos (1811), Campo ou Largo dos Curros e Largo Sete de Abril (KLIASS, 1993, p. 92-94; BRUNO, 1954, v. 3, p. 970; 996).

São numerosos os exemplos do "campo da pólvora" ou do "pátio da matriz", lugares de caráter militar ou religioso transformados em jardins entre o fim do século XIX e o princípio do XX, expressos na toponímia e na fisionomia das cidades brasileiras urbanizadas nesse período.

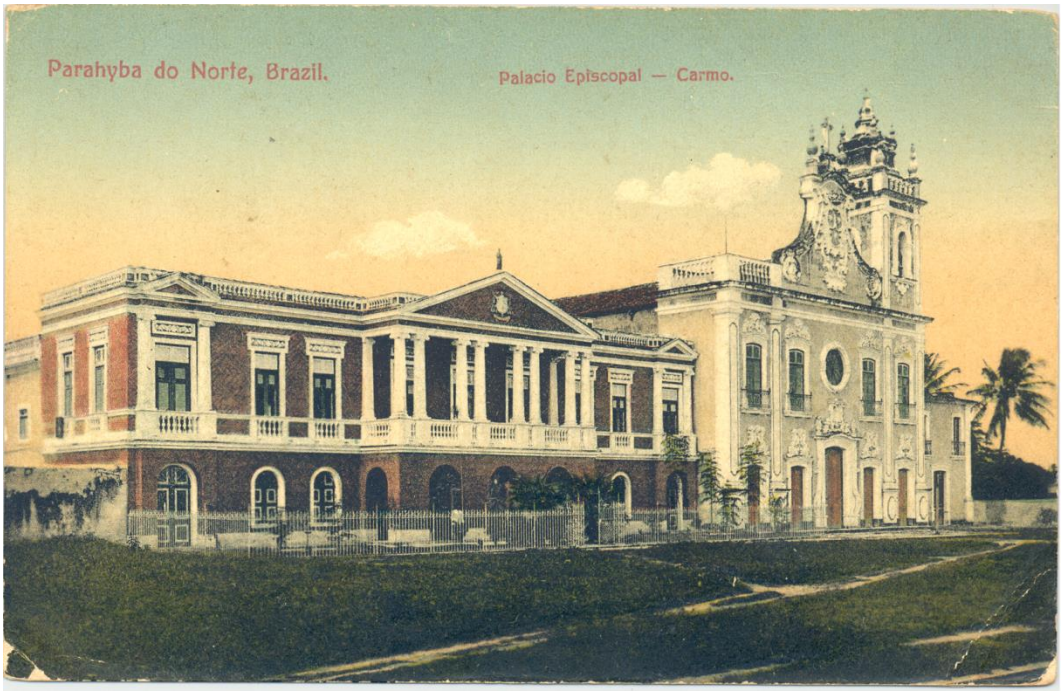
Vários campos, largos e pátios também foram ajardinados na cidade de João Pessoa, dos mais amplos, como o Campo ou Largo ou Pátio do Comendador Felizardo, antes Largo ou Pátio do Colégio e atual Praça João Pessoa; o Largo ou Pátio do Palácio, atual Praça Venâncio Neiva; o Largo do Tesouro, transformado na Praça Aristides Lobo; o Campo ou Largo do Conselheiro Diogo e Largo ou Pátio do Quartel, hoje Praça Pedro Américo; aos mais modestos, caso do Campo ou Praça Conselheiro Henriques, outrora Largo do Carmo e hoje Praça D. Adauto; e o Largo do Erário, depois da Intendência, atual Praça Rio Branco.



Largo do Tesouro (atual Praça Aristides Lobo), em primeiro plano, e Largo do Quartel (atual Praça Pedro Américo), em segundo plano, 1904, antes do ajardinamento, João Pessoa. Foto de Walfredo Rodriguez. Ao fundo, o quartel e, à esquerda, o Tesouro Estadual e uma palmeira imperial. Fonte: Acervo Heignne Jardim, imagem publicada em RODRIGUEZ [1974].

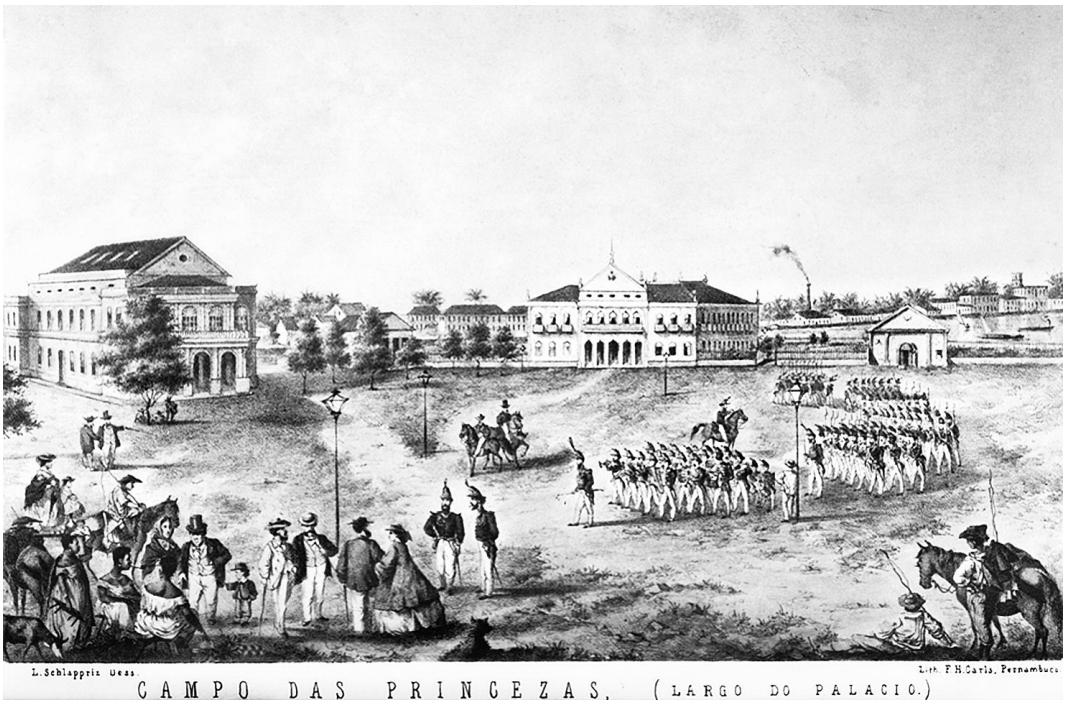


Praça Pedro Américo, João Pessoa, o coreto construído pelo arquiteto-engenheiro Paschoal Fiorillo. Ao fundo, o quartel (à esquerda) e o Teatro Santa Rosa (à direita). Fonte: Acervo Humberto Nóbrega/NDA-UNIPÊ.

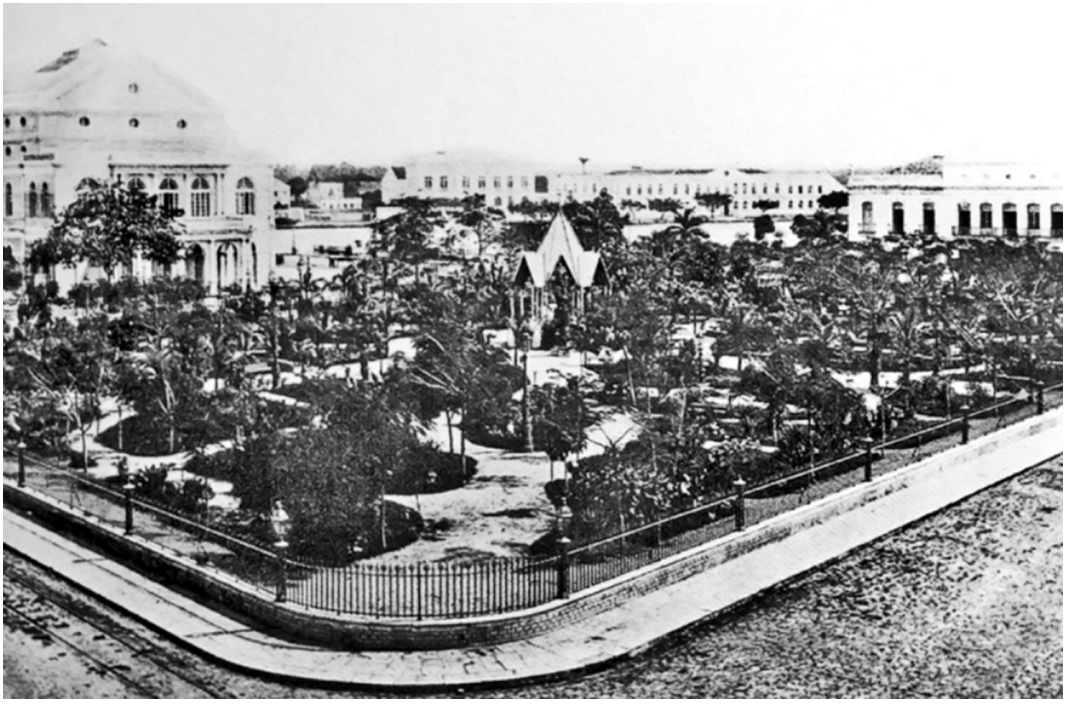


Largo do Carmo ou Campo do Conselheiro Henriques (atual Praça D. Adauto) anterior ao ajardinamento, João Pessoa. Ao fundo, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e o palácio episcopal. Fonte: Acervo FUNDAJ.

Praça D. Adauto, João Pessoa, a estátua de Álvaro Lopes Machado (inaugurada em 5/2/1924). Ao fundo, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e o palácio episcopal. Fonte: Acervo Humberto Nóbrega/NDA-UNIPÊ.



Campo das Princesas (atual Praça da República) anterior ao ajardinamento, Recife. Ao fundo, o Palácio da Presidência da Província e, à esquerda, o Teatro de Santa Isabel. Gravura de Schlappriz, litografia de F. H. Carls. Fonte: *O Album de Luís Schlappriz – Memoria de Pernambuco: Álbum para os amigos das artes, 1863* (FERREZ, 1981).



Jardim do Campo das Princesas (atual Praça da República), Recife, o gradil em ferro e mureta, o coreto em ferro. À esquerda, o Teatro de Santa Isabel. Foto de Marc Ferrez, 1875. Fonte: *Album Velhas Fotografias Pernambucanas: 1851-1890* (FERREZ, 1988).

No Recife, identificamos a palavra *square* em fontes de 1872 referindo-se ao mencionado Jardim do Campo das Princesas, peculiar denominação da qual não nos dá conta nenhum dos dicionários de português consultados dos séculos XVIII a XXI.

> **Ajardinamento do Campo das Princesas**. No intuito de dar mais **formosura** á **cidade**, e dota-la com uma **praça** condigna á sua bellesa natural, onde seus **habitantes** podessem achar um **ponto de reunião e recreio**, projectei levantar ali um ***square***, cujas obras marcham com toda a actividade. (...) Esta **cidade**, populosa e rica, não possue um só **jardim publico**, ou **passeio** d'esta ordem. Era urgente attender a isto (...). Fica, por esta forma, embelesada a **praça**, e do lado de Leste um grande espaço entre a casa da Camara e a ala esquerda do jardim do **Palacio da Presidencia** para paradas e movimentos de tropas (JUNQUEIRA, 1872, p. 44-45; itálico do original, grifos nossos).

> Hontem, logo após o acto de inauguração da exposição provincial, foi inaugurado e franqueado ao **publico**, posto que inacabado, o **jardim ou *square* do Campo das Princezas**, o qual se achava adornado com bandeiras e galhardetes, e preparado para ser lindamente **illuminado á noute**, como de facto foi. **Á tarde e á noute** ahi tocaram diversas **bandas de musica** militar escolhidas peças e o ***square*** conservou-se sempre **cheio de visitantes**, que lhe foram admirar as bellas disposições, e as lindas estatuas e candelabros de bronze (DIARIO DE PERNAMBUCO, 21/10/1872, p. 2; itálico do original, grifos nossos).

A categoria *square* já foi abordada, mas não aprofundada por autores brasileiros à luz de documentação de época. Algumas fontes esparsas documentando tal expressão nos foram apresentadas por Hugo Segawa – um depoimento de 1858 do francês Charles de Ribeyrolles sobre o Campo de Santana (da Aclamação, na época), no Rio de Janeiro, e uma fala de 1902 do intendente de Belém Antônio Lemos sobre a Praça Frei Caetano Brandão. Ou, ainda, pela historiadora Aparecida Bahls, que nos revela o excerto de um pronunciamento do chefe da província do Paraná, Alfredo Taunay, por volta de 1886.

> No **largo do Rocio**, **nome** que se dá à **praça da Constituição**, vegetam num chão de areia algumas plantas enfezadas que não recordam muito a terra das palmeiras. E quanto ao **campo da Aclamação**, vasto quadrilátero que comportaria **dois *squares* de Londres**, é tão desnudo como um deserto da África (RIBEYROLLES *apud* SEGAWA, 1996, p. 68; itálico do original, grifos nossos).

> A disposição atual da **praça** é mui agradável à vista: forma um ***square* elegante**, em pleno desenvolvimento, onde **às tardes e às noites** se reúnem **famílias** inúmeras da vizinhança, apreciando os benefícios desse pequeno e **gracioso logradouro**. Assim consegui transformar num **belíssimo recreio** o horripilante quadrilátero, cheio de lixo (LEMOS *apud* SEGAWA, 1996, p. 202; itálico do original, grifos nossos).

> (...) conservar o maior número possível de **largos e praças** como áreas de **saneamento** da **população** e futuros locais **ajardinados e arborizados** formando "**squares**" e **pontos de recreio** (TAUNAY *apud* BAHLS, 1998, p. 150; aspas do original, grifos nossos).

Em pesquisa sobre as obras públicas de Manaus entre 1852 e 1910, Otoni Mesquita assim descreve a Praça General Osório, antigo Campo da Pólvora, com base no *Álbum do Amazonas, Manaus – 1901-1902*:

> Fotografias produzidas por Fidanza, publicadas no *Álbum do Amazonas*, editado em **1902**, permitem uma visão da grande extensão da **praça General Osório**, dividida por largos passeios que delimitavam geometricamente as **áreas gramadas** e recentemente **arborizadas**; era definida como do gênero ***square***, dos **ingleses**, "isto é, sem **vegetação elevada**, a não ser na avenida que a delimitava, plantada de **arvoredo**". Quase ao centro da **praça** havia um **coreto** (MESQUITA, 2006, p. 287; aspas e itálico do original, grifos nossos).

A descrição do autor, contudo, não nos permite saber se atribuiu tal designação à Praça General Osório ou se a encontrou no referido *Álbum do Amazonas*. Dourado (2011, p. 124-125) reporta-se às atuais praças Maciel Pinheiro (Recife) e Benedito Leite (São Luís) e ao Terreiro de Jesus (Salvador) como *squares* do final do século XIX. Acreditamos que se trata de classificação imputada pelo autor àqueles logradouros em razão das semelhanças visuais com os *squares* franceses, abordados em seu estudo.

É significativo o fato de essa expressão ter aparecido em pontos tão distantes do território brasileiro, como Rio de Janeiro (1858), se bem que por descrição de um francês, Recife (1872), Curitiba (c. 1886) e Belém (1902). Todavia, tais registros nos impelem a identificar semelhanças e diferenças funcionais, projetuais e sociais entre os *squares* ingleses e franceses e aqueles aqui implantados, buscando caracterizá-los no contexto do Brasil.

O *square na*sceu no século XVII em Londres e foi introduzido nos Estados Unidos, bem como na Paris oitocentista. O padrão londrino recua à década de 1630, mas se multiplicou durante a reconstrução da cidade após o incêndio de 1666 (GIEDION, 1967 [1941], p. 722). Expressão do apreço dos ingleses por privacidade, conforto e convívio com a natureza, os *squares* foram impulsionados por construtores e incorporadores por ocasião da implantação de novos bairros residenciais. Delimitados por vias locais, separados do tráfego das vias públicas, eram cercados por grades e portões, cujas chaves pertenciam aos moradores, que, então, se responsabilizavam por sua manutenção.

De acordo com Todd Longstaffe-Gowan (2012, p. 65), em *The London Square: gardens in the midst of town*, no segundo quartel do século XVIII, os *squares* e suas edificações circundantes haviam se tornado um dos aspectos inconfundíveis de Londres.

Esta ideia está sintetizada em um dicionário arquitetônico de 1887, de título não informado, porém coetâneo à difusão do *square* no Brasil, citado pelo historiador da arte e da arquitetura Sigfried Giedion em *Space, time and architecture: the growth of a new tradition*, primeiramente publicado em 1941. No referido dicionário, o *square* londrino indicava "um pedaço de terra no qual há um jardim fechado, circundado por uma via pública, dando acesso às casas de cada um de seus lados" (*apud* GIEDION, 1967 [1941], p. 718).

No entanto, a vasta coleção iconográfica reunida por Longstaffe-Gowan (2012) nos mostra que, muitas vezes, tais espaços não foram prontamente ajardinados, mas inicialmente delimitados, e receberam paulatinos melhoramentos ao longo do tempo, à medida que se edificavam habitações nessas novas áreas residenciais.

Conforme resume Panzini (1993, p. 144), em *Per i piaceri del popolo: l'evoluzione del giardino pubblico in Europa dalle origini al XX secolo*, o *square* não era unicamente uma praça com um jardim em seu centro, mas uma intervenção de transformação fundiária e imobiliária pertencente aos moradores das residências que o circundavam. Um espaço onde os pais podiam passear com carrinhos de bebê ou avistar, da janela de casa, seus filhos brincando no gramado, os idosos podiam sentar-se em paz a poucos metros de sua moradia e todos podiam respirar um ar puro num jardim comunal (SCOTT-JAMES, 1977).

Os *squares* foram implantados em cidades da costa Leste americana – Filadélfia (1682), Savannah (1733), Boston (1793), Nova Iorque (1803) e Baltimore (1827) –, "reconhecidos como uma eficiente ferramenta de planejamento urbano para acomodar uma população crescente", segundo Phebe Goodman (2003, p. xi). Em Boston, são atribuídos a Charles Bulfinch, após sua visita a Londres em 1785, o arquiteto mais proeminente da cidade entre o fim do século XVIII e princípio do XIX e mais conhecido pela difusão da arquitetura neoclássica na Nova Inglaterra (GOODMAN, 2003, p. xi; xv; xvi; 10).

A autora de *The Garden Squares of Boston* esclarece que, na Filadélfia e em Savannah, os *squares* foram traçados no plano original de ambas as cidades como "amenidades públicas", "bens para a comunidade inteira" ou ainda "espaços para reunião pública", enquanto, em Boston, Nova Iorque e Baltimore, deveram-se tanto a agentes imobiliários, quanto ao poder público (GOODMAN, 2003, p. xi; 9-10; 14; 18). Assim, naquelas duas primeiras cidades, o governo municipal, em detrimento dos proprietários das residências, arcava com a responsabilidade de melhorá-los e cuidá-los (GOODMAN, 2003, p. 14).

A traços largos, os *squares* estadunidenses tiveram origens, funções e aparências semelhantes aos seus pares britânicos, porém experimentaram transformações, posto que ora foram definidos como parte constitutiva do tecido urbano de cidades planejadas, ora representaram uma estratégia de incorporadores para incrementar empreendimentos residenciais em cidades em expansão. No entanto, Boston, Nova Iorque e Baltimore conheceram tanto exemplares privados, quanto públicos. Na futura *Big Apple*, em meados do Novecentos, os *squares* públicos eram os únicos "espaços verdes disponíveis" à população até a abertura do Central Park em 1859 (GOODMAN, 2003, p. 16).

Os *squares* parisienses, por sua vez, incluíam-se nas obras empreendidas por Napoleão III e pelo barão Haussmann. Refugiado na Inglaterra, o imperador seduziu-se pelos *squares* londrinos e decidiu dotar a capital francesa de espaços ajardinados neles inspirados (GIEDION, 1967 [1941], p. 755). Em Paris, entretanto, foram traçados no meio do tráfego e abertos ao público desde sua origem e não eram limitados aos novos bairros residenciais.

Dicionários de francês do final do século XIX, portanto coevos ao aparecimento do *square* no Brasil, o definem como: "jardim cercado por uma grade que se encontra no meio de uma praça pública; de etimologia inglesa, praça quadrada" (LITTRÉ, 1876, v. 4, p. 2038) e "palavra inglesa que significa praça quadrada; jardim cercado por uma grade, estabelecido em uma praça pública" (LAROUSSE, 1898-1904, v. 7, p. 795).

No artigo *Os jardins ao longo dos séculos: notas sobre as ideologias paisagísticas na França e no Brasil*[1], a antropóloga Clarice Ehlers Peixoto (1995, p. 61), autora de estudos comparativos entre espaços públicos parisienses e cariocas, refere-se ao *square* como "pequeno jardim à inglesa" que inspirou Haussmann a introduzir uma nova concepção paisagística na França. Segundo a autora, a palavra *square* se inscreve no vocabulário local e sua origem seria o francês antigo *esquarre*, porém não encontramos referências que corroborem esta afirmação (PEIXOTO, 1995, p. 61). Dicionários linguísticos de francês, enciclopédias urbanísticas francesas e autores externos ao eixo Londres-Paris indicam que a palavra e o conceito são, originalmente, ingleses.

Autores britânicos (CHANCELLOR, 1907, SCOTT-JAMES, 1977; LONGSTAFFE-GOWAN, 2012) e franceses (LIMIDO, 2002), estudiosos de um ou outro contexto; viajantes e escritores (PHILIPPAR, 1830; ROBINSON, 1869); visões comparativas entre ambos realizadas por pesquisadores de outros países, caso do tcheco-suíço Sigfried Giedion (1967 [1941]) e do italiano Franco Panzini (1993), mostram que o *square* adquiriu diferentes características

[1] Artigo resultante da Tese de Doutorado (1993) intitulada *A la rencontre du petit paradis: une étude sur le rôle des espaces publics dans la sociabilité des retraités à Paris et à Rio de Janeiro*, apresentada à *École des Hautes Études en Sciences Sociales*.

geométricas, projetuais e sociais na Inglaterra e na França. Inclusive iniciando pelo nome *square*, que significa quadrado em inglês, pois tais praças ajardinadas tiveram os mais diferentes formatos, redondos, ovais, triangulares e irregulares.

Em suma, o *square* experimentou modificações em diferentes contextos geográficos em que foi implantado e mesmo onde nasceu, em Londres, dado seu longo período de existência, bem como determinadas condições históricas ou circunstâncias locais.

No Brasil, o *square* equivaleria a um jardim urbano, de pequenas ou médias proporções, uma praça ajardinada pelo poder público, dotada de gradil e de acesso restrito, normalmente controlado por um guarda ou porteiro, o qual tendeu a desaparecer com as mudanças políticas e sociais que franquearam os logradouros públicos à população em geral. Como praça ajardinada, aqui também adquiriu múltiplas características relativas à sua origem, função, projeto e usos, que discutiremos adiante, sendo marcante o decaimento do gradil, seu elemento mais característico.

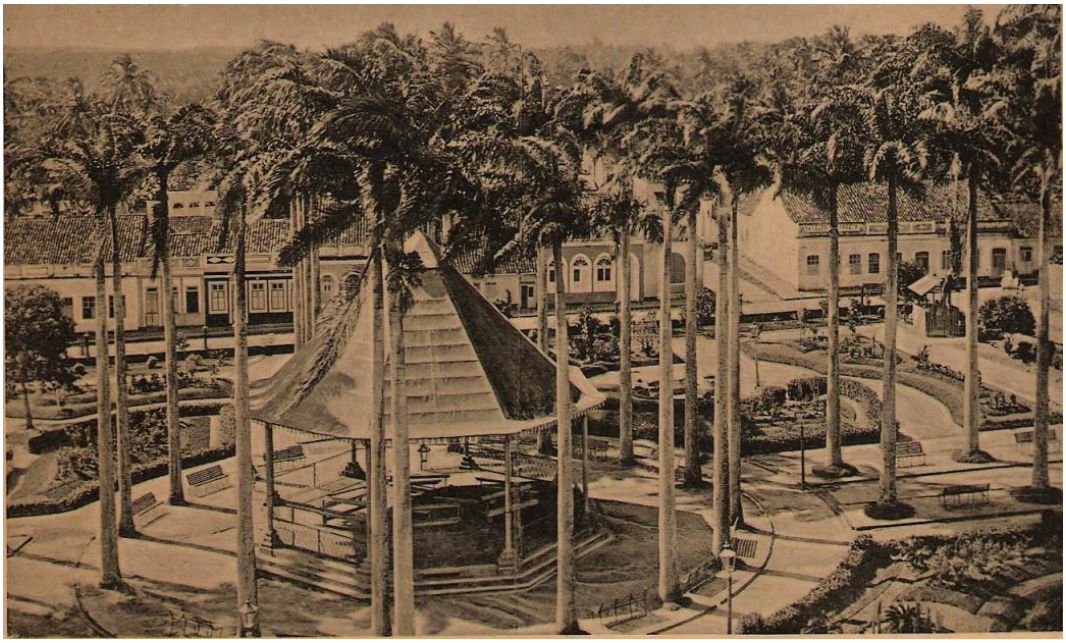
Em 1879, foi iniciado o ajardinamento do primeiro logradouro público da capital paraibana: o Campo, depois Praça, do Comendador Felizardo Leite, a que se chamou de *Jardim Público*, atual Praça João Pessoa, entre as obras provinciais de combate à seca.

> **Secca**. (...) Mas, continuando a **suspensão das chuvas**, um **sol ardente e abrazador** tudo crestou e destruio. (...) Abatidos assim os espiritos, morta a iniciativa individual e espavorida a pouca **população** ainda existente no interior da Provincia, diante da angustiosa crise porque passamos, V. exc. facilmente comprehende a excessiva multidão de retirantes, que veio elevar consideravelmente o numero dos que já existião n'esta capital. (...) foi o meo primeiro cuidado ao assumir a administração, estudar os meios que me pareciam mais consetaneos e adequados de tiral-a da ociosidade e indolencia em que jazia. (...) Dentre os meios lembrados adoptei, de preferencia, a construcção de diversas obras publicas, sem outra remoneração além da esmola official. (...) as que me parecem mais importantes e de reconhecida **utilidade publica**: (...) **embellezamento e arborisação** do **Campo do Conselheiro Diogo Velho** em frente ao edificio do **quartel** de linha; (...) calçamento e **arborisação** do **largo** em frente ao edificio da **Thesouraria de Fazenda**; finalmente, **ajardinamento e arborisação** do **largo do Commendador Felisardo**, em frente ao edificio do **Palacio da Presidencia** (GALVÃO, 1879, p. 24-25; grifos nossos).

Na *Monographia da Cidade da Parahyba do Norte* (in REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO PARAHYBANO, 1911, p. 95-102), originalmente publicada na *Gazeta da Parahyba* em 1889, segundo nota constante no texto, o agrimensor Vicente Gomes Jardim, sob o item *Praças Públicas*, descreve a geometria, ruas lindeiras, edificações do entorno e indica antigos nomes e as coordenadas de vinte logradouros da então Cidade da

Paraíba, sendo seis largos, cinco praças, cinco pátios e quatro campos, entre os quais o Campo do Comendador Felizardo.

> **Campo do Commendador Felizardo**. Esta **praça** é também como a precedente, um quadrilatero. (...) Acha-se occupado com o **Jardim Publico**, principiado em **1879**, por occasião da **secca**, na administração do Vice-Presidente Ex.mo Sr. Padre Felippe Benicio da Fonseca Galvão e concluido em **1881** na administração do Ex.mo Sr. Dr. Justino Ferreira Carneiro (JARDIM in REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO PARAHYBANO, 1911, p. 99-100; grifos nossos).

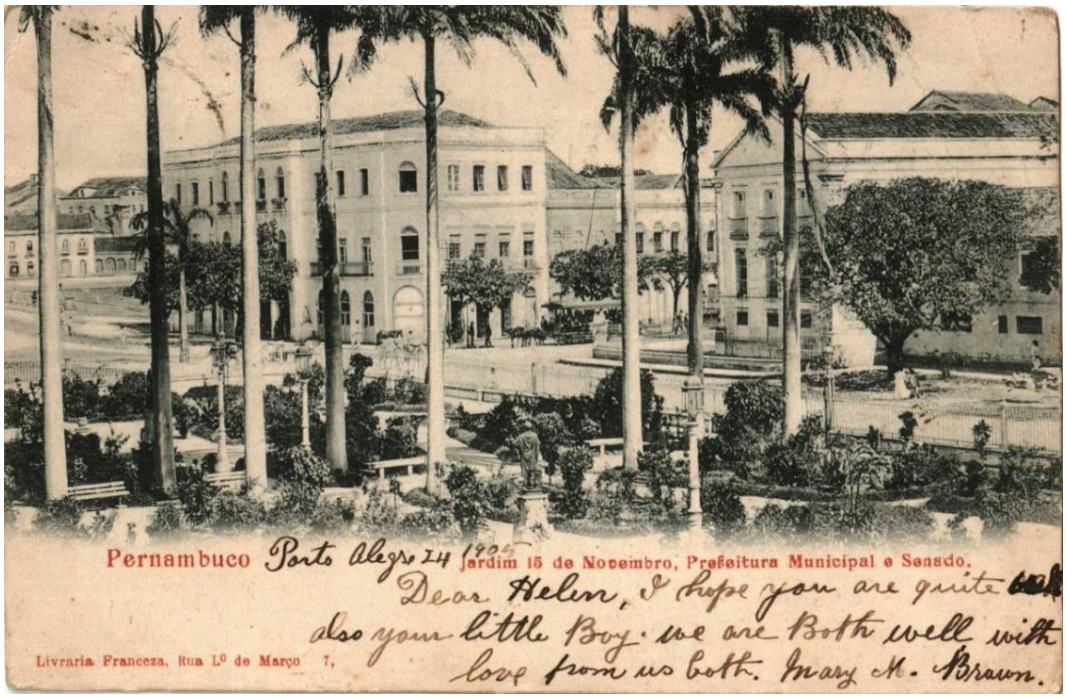


Jardim Público (atual Praça João Pessoa), 1910, João Pessoa, o primeiro coreto em ferro, palmeiras imperiais e um quiosque no canto direito, ao fundo. Foto de Walfredo Rodriguez. Fonte: Acervo Humberto Nóbrega/NDA-UNIPÊ, imagem publicada em RODRIGUEZ [1974] e RODRIGUEZ (1994 [1962]).

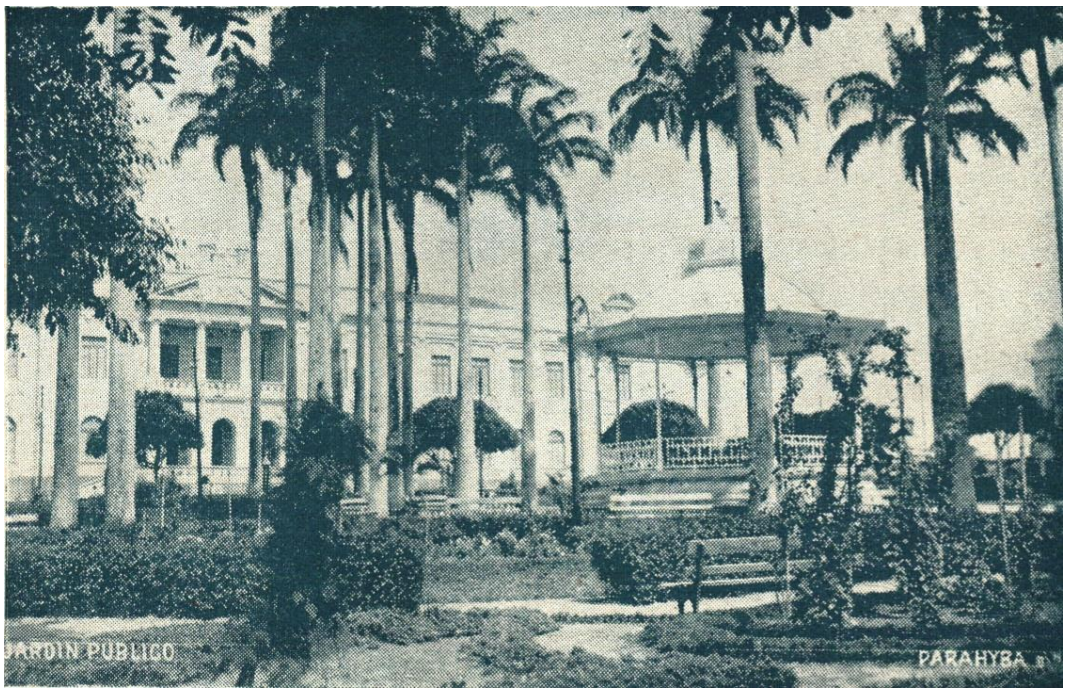
Frequentemente citado nas fontes de época com essa designação, o Jardim Público transformou-se numa das principais áreas de lazer da cidade, como indicam as costumeiras retretas semanais e festividades relatadas nos anos 1920, bem como as sucessivas reformas que lhe foram imputadas e registradas na imprensa e nos relatórios de governo.

> Promettem certo brilho os tradiccionaes **festejos do Natal** nesta **cidade**. Á **praça Commendador Felizardo**, no **jardim Publico** haverá **retreta** a começar das 17 horas, tombola em favor da **igreja das Mercês**, serviço de Buffet e **dois pavilhões**, um **chinez** e outro **inglez**. Haverá também, uma Arvore de Natal. As **festas** se prolongarão até ás 23 ½ horas, seguindo-se, á meia noite, a Missa do Gallo, na **igreja das Mercês**, rezada pelo Conego Pedro Anizio. O "Café Moderno" exibirá uma Arvore do Natal, havendo contractado uma **orchestra** para a **noite**, alli. Na **praça Pedro Americo** promovem u'a missa os moradores adjacentes áquella **praça** (O JORNAL, 24/12/1923, p. 6; aspas do original, grifos nossos).

> O dr. Castro Pinto, teve de luctar com innumeras e constantes difficuldades, para encaminhar os negocios do Estado. (...) Dispondo de poucos reccursos orçamentarios, pouco poude fazer pelo desenvolvimento material de sua terra. Ainda assim, deu **feição inteiramente nova** ao **jardim da praça Commendador Felizardo** (O JORNAL, 5/7/1924, p. 1; grifos nossos).



Praça da República (antes Jardim do Campo das Princesas), Recife, o gradil em ferro e mureta, palmeiras imperiais. Ao fundo, a antiga Biblioteca Pública Provincial. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.



Jardim Público de João Pessoa (atual Praça João Pessoa), o segundo coreto em ferro, importado da França ou Bélgica, palmeiras imperiais e, em segundo plano, figueiras. Ao fundo, a Escola Normal. Fonte: *Era Nova*, n. 6, 1921.

Tal designação foi amplamente apropriada pelos escritores e historiadores de João Pessoa (RODRIGUEZ, 1994 [1962]; AGUIAR, 1992; MELLO, 1990; MELLO, 2006), embora também a tenhamos identificado na revista ilustrada *Era Nova* relativamente às cidades de Itabaiana (ERA NOVA, n. 9, 1921) e Mamanguape (ERA NOVA, n. 18, 1921), localizadas no interior da Paraíba.

Analisando as imagens do Jardim Público publicadas na revista *Era Nova*, entre 1921 e 1925, as fotos captadas por Walfredo Rodriguez (1894-1974) e editadas por seu Filho José de Nazareth Rodriguez no álbum *2 Séculos da Cidade: passeio retrospectivo, 1870-1930* [1974], bem como as fotos do acervo *Humberto Nóbrega/NDA-UNIPÊ*, é evidente sua semelhança com o Jardim do Campo das Princesas no Recife. Ambos configuravam um *square*, notando-se o gradil, além do coreto central e palmeiras imperiais demarcando os eixos que interligavam as edificações palacianas do entorno, adiante discutidas.

É significativo o aparecimento da expressão *jardim público*, registrada pelo Houaiss (2009) como "terreno ajardinado que pode ser frequentado gratuitamente pela população; praça". Jardim Público foi o designativo do antigo Jardim Botânico (ou Horto Botânico) e atual Jardim da Luz em São Paulo, anotado por vários autores paulistas (MARTINS, 1911, v. 1, p. 139; KLIASS, 1993, p. 83; SEGAWA, 1996, p. 134; BARTALINI, 1999, p. 17). Segundo Ohtake & Dias (2011, p. 111), a planta da cidade de São Paulo de 1916, organizada pela prefeitura municipal, traz, pela primeira vez, a denominação oficial de Jardim de Luz. A explicação para a mudança toponímica é ventilada por Hugo Segawa nos seguintes termos:

> A pouca atividade botânica deve ter sugerido à Assembléia Legislativa Provincial mudar o **nome** do recinto de **jardim botânico** para **jardim público** em **1838**, sem, todavia, renunciar ao eventual aproveitamento do espaço para fins botânicos (SEGAWA, 1996, p. 134, grifos nossos).

A locução serviu de denominação ao Passeio Público de Campinas (LIMA, 2009, p. 149) e à atual Praça Benedito Leite em São Luís (VIEIRA FILHO, 1971, p. 45), bem como apareceu em outras cidades, se não pela força da lei, impondo tal nomenclatura oficial, ao menos pela pena de cronistas e historiadores ou pela circulação em cartões postais.

Em Natal, após ser ajardinada e inaugurada em 15/11/1905, a Praça Augusto Severo, antes Pântano da Campina da Ribeira e Praça da República (GERODETTI & CORNEJO, 2004, p. 192; MELLO & SILVA FILHO, 2007, p. 59; NOBRE et alii, 2009, p. 59), e a Praça André de Albuquerque, ajardinada em 1907, circulavam em postais de época com as respectivas denominações de Jardim Público da Praça Augusto Severo (GERODETTI & CORNEJO, 2004, p. 193; NOBRE et alii, 2009, p. 60; NOBRE, 2012, p. 10) e Jardim Público da

Praça André de Albuquerque (NOBRE & SOUSA, 2013, p. 9). Revela-se, assim, uma redundância a partir da justaposição do termo *praça* à locução *jardim público*.

Este também foi o caso da Praça Olímpio Campos, em Aracaju, a qual já recebeu diversos nomes (Praça da Matriz, da Conceição, Benjamin Constant e da Catedral) e foi denominada de Jardim Público da Praça Olympio Campos num postal ilustrando sua inauguração em 24/10/1907 (BOMFIM, 2007, p. 5) ou simplesmente Jardim Público Olympio Campos no *Compendio de Chorographia do Brasil*, de Mario V. da Veiga Cabral, ao visitar a cidade em 1928 (CABRAL *apud* GERODETTI & CORNEJO, 2004, p. 156). Já na capital piauiense, o historiador Pedro Vilarinho Castelo Branco referiu-se à Praça Rio Branco como Jardim Público ou Passeio Público no artigo *Desejos, tramas e impasses da modernização em Teresina (1900-1930)* (*apud* GERODETTI & CORNEJO, 2004, p. 211).

O *jardim* desvincula-se, então, da sua histórica inserção no domínio privado e adquire novas significações semânticas e urbanísticas. Tal ampliação pode ser ilustrada, por exemplo, consultando-se a obra de Antonio de Moraes Silva. No final do Setecentos, o verbete indicava "porção de terra cultivada, e plantada de flores" (SILVA, 1789, v. 1, p. 742) e, quase um século depois, "porção de terra ordinariamente de pouca extensão, cultivada, e plantada de flores e outras plantas, para recreio, e passeio" (SILVA, 1878, v. 2, p. 198).

São também oitocentistas curiosas derivações anotadas pelo frei Domingos Vieira (1873, v. 3, p. 1193-1194), como o verbo *jardinar*, significando "trabalhar em jardim, fallando de pessoas para quem este genero de trabalho é um recreio ou distracção", e o neologismo *jardinista*, ou seja, "o que desenha, risca jardins", equivalendo ao paisagista ou arquiteto paisagista nos dias de hoje.

No seu dicionário aparecem, não fortuitamente, definições como "jardim de recreio; aquelle em que se não cultivam fructas, nem legumes, e que é só destinado á recreação da vista"; "jardim francez; o jardim regular em que reina a symetria, sem occultar a arte"; "jardim inglez, ou jardim á ingleza; o que é irregular, e no qual se occulta a arte sob uma apparencia de natureza agreste"; "jardim 'botanico', o que é destinado ao estudo dos vegetaes" (VIEIRA, 1873, v. 3, p. 1193).

A palavra anglo-francesa *square* – na condição de jardim cercado instalado numa praça pública – ganha como releitura brasileira exatamente a expressão *jardim público,* verificada em São Paulo (Jardim da Luz), São Luís (Praça Benedito Leite), Campinas (Passeio Público) e João Pessoa (Praça João Pessoa). Analogamente, surgiu, em Vitória, a denominação *jardim municipal* em referência ao primeiro jardim público, urbano, portanto destinado à população, também cercado e inaugurado em 1882 (BELLINI, 2014, p. 203; 208).

Porém, por nascer cercado, o *square* paradoxalmente recupera o sentido etimológico do jardim enquanto "recinto fechado para o deleite". Na língua francesa corrente, *square* significa "jardim público, geralmente cercado" (LAROUSSE, 2012, p. 1320), ao passo que, entre os londrinos, há uma propensão a utilizar a expressão *garden square*, talvez para alimentar a consciência pública quanto à sua beleza, antes enfatizada apenas pelos moradores vizinhos (GOODMAN, 2003, p. xiv).

A locução *garden square* se afirma em distinção à tradicional concepção de *praça* portuguesa (ou luso-brasileira), *plaza* espanhola, *place* francesa e *piazza* italiana, espaços desnudos e de origem latina, havendo, então, uma inversão do que ocorreu no Brasil. O editor do *Oxford Companion to the Garden*, Patrick Taylor (2006, p. 288), aborda os *square gardens* no verbete *London parks and gardens*, os quais, embora de propriedade privada, em sua maioria, desempenharam algumas funções semelhantes às dos bulevares parisienses criados no século XIX em termos de arborização urbana.

Em Londres, a denominação oficial atual de muitos logradouros emprega as duas expressões – a exemplo de Berkeley, Bloomsbury, Cavendish, Hanover, Queen, Russell, Soho, ora referidos como *square*, ora, *square gardens* – conforme observamos nas placas de sinalização *in loco* e/ou no *site* da municipalidade (*Westminster City Council*). Nas placas afixadas nas edificações do entorno, nos gradis e dentro dos *squares* com informações históricas, cronologia, regras de conduta e horários de abertura e fechamento, há uma mistura nas formas de designar o mesmo espaço – *square garden* (o jardim da praça), *square gardens* (os jardins da praça) e *garden square* (a praça ajardinada) – ou somente a utilização da palavra *square* ou *garden*.

Acreditamos que o uso tradicional da palavra *square* se conjuga ao vocábulo *garden* como uma tendência recente, apesar da redundância, para se distinguir da concepção de *praça-plaza-place-piazza* seca do espaço ajardinado criado pelos ingleses. Por outro lado, o vocábulo *square*, afixado nas paredes das construções circunvizinhas, serve de nome do logradouro e seu endereço (em vez de rua ou avenida, por exemplo), pois identifica o conjunto formado pelo espaço livre e suas edificações, preservando o conceito original moldado pelos britânicos.

Por sua vez, quando há a justaposição das palavras *square* e *garden*, comumente nas placas informativas instaladas dentro dos logradouros, trata-se de referência específica ao espaço paisagisticamente tratado, incluindo o plantio de vegetação, traçado, monumentos, esculturas, etc. Neste sentido, o *garden square* (praça ajardinada) ou *square garden* (jardim da praça) recuperam a expressão que, há muito tempo, perdeu-se em português, ratificando

nossa interpretação de que ocorreu uma inversão nas formas de denominar essa tipologia de jardim público entre a Inglaterra e o Brasil.

Sigfried Giedion faz esta distinção no referido *Space, time and architecture: the growth of a new tradition*, publicado originalmente em inglês, a qual se modificou na versão em português *Espaço, Tempo e Arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição* (2004). A edição brasileira adota a forma *praça ajardinada*, ao traduzir o que o autor denomina de *garden square* ou *square garden*. A expressão *square,* predominante no texto, é traduzida como praça, solução geralmente usada na linguagem especializada no Brasil, inclusive em placas informativas bilíngues em sítios históricos, perdendo parte do sentido paisagístico original pela supressão da ideia de *jardim*.

Em Paris, tanto nos logradouros criados no século XIX, quanto em outros mais recentes, observamos, unicamente, a utilização do termo *square*, que passou a corporificar uma nova concepção de jardim. Uma vez que os vocábulos *place* e *jardin* antecedem o aparecimento da palavra e do conceito de *square* na França, os franceses não consolidaram a conjugação dos vocábulos *jardin* e *square*, diferentemente do Brasil.

Interessa observar, ainda, que essa distinção se verifica quando enciclopédias e dicionários urbanísticos franceses fazem a tradução da palavra *square* do contexto francês de volta ao inglês. É o caso, por exemplo, do *Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace français-anglais-allemand-espagnol* (CALSAT et alii, 1993, p. 284), que traduz o *square* como *small planted garden*; *small garden square*; e *small public garden* – expressões menos frequentes na cultura paisagística anglo-americana e, portanto, na língua inglesa.

Mas, ao realizarem a tradução para o espanhol, os autores resumem o *square* como *jardín cerrado* e o definem como "pequeno jardim público fechado, situado em um conjunto urbano e geralmente dotado de bancos e atrativos para crianças" (CALSAT et alii, 1993, p. 284). Por sua vez, Jean-Bernard Perrin, autor do verbete *jardin public* no *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*, também se ocupa de sublinhar essa diferença.

> O ***square***, em sua acepção **francesa**, é um **jardim público** formado no centro de uma **praça** bordejada por fachadas, contornado pelas circulações. Ele não deve se confundido com o **square londrino**, espaço livre no centro de uma ilhota quadrangular, reservado ao uso dos residentes, originalmente, espaço mineral servindo de **pátio**, que foi, em seguida, frequentemente **plantado** (PERRIN in MERLIN & CHOAY, 2000, p. 452; itálico do original, grifos nossos).

Do lado britânico, o paisagista e escritor inglês Humphry Repton (1752-1818) e o escritor, editor e teórico de jardins escocês John Claudius Loudon (1783-1843) utilizam a expressão *public square* ou *public squares*, dado o seu caráter original e tradicionalmente privado em Londres, respectivamente nas obras oitocentistas *An enquiry into the changes of taste in landscape gardening* (REPTON, 1806, p. 60-63)[2]; *Hints on the formation of gardens and pleasure grounds*[3] (LOUDON, 1812, p. 37); e *An encyclopedia of gardening*[4] (LOUDON, 1824, p. 1029). Essa era uma adjetivação dispensável na França, visto que os *squares* de Paris eram públicos em sua origem. Todos esses deslocamentos evidenciam diferenças paisagísticas que a categoria *square* assumiu nos dois contextos linguísticos e culturais.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que, para acomodar o sentido de "público" do *square* no âmbito paisagístico francês, os autores francófonos incluem o adjetivo *public* ou justapõem as palavras *garden* e *square* (ou seja, *jardin* e *place*), exatamente da forma como aportuguesamos ou, com mais razão, abrasileiramos durante o século XIX e início do XX.

Ocorre que, na França, esta é uma estratégia de autores contemporâneos para tentar alcançar uma equivalência paisagística, pois a palavra *square* lá se fixou, mas não no Brasil. Ao contrário, moldou-se, à época, uma releitura de longa duração – o *jardim da praça* – que, mais tarde, caiu em desuso. Vemos, novamente, uma inversão entre o que se deu na França e no Brasil durante o período em que ambos os países implantaram *squares*.

Em segundo lugar, tais autores enfatizam o seu tamanho reduzido, comparativamente aos parques, por meio da utilização da palavra *small*, diferença de dimensão que também observamos no Brasil e comentaremos na sequência deste capítulo.

---

[2] O título completo é *An enquiry into the changes of taste in landscape gardening: to which are added, some observations on its theory and practice, including a defence of the art*. O livro integra uma coletânea, entre outras obras de sua autoria, compilada por John Claudius Loudon e lançada sob o estrondoso título *The landscape gardening and landscape architecture of the late Humphry Repton, esq. being his entire works on these subjects. A new edition with an historical and scientific introduction, a systematic analysis, a biographical notice, notes, and a copious alphabetical index, by J.C. Loudon. Originally published in one folio and three quarto volumes, and now comprised in one volume octavo. Illustrated by upwards of two hundred and fifty engravings*, publicada em 1840 (esta republicada em edição fac-similar em 1969). Comparamos as três publicações (a original de 1806 e as compilações de 1840 e a de 1969) e todas têm o mesmo texto. Nas citações, usamos o livro original por fidelidade aos apontamentos de Repton, exceto em alguns poucos trechos faltantes provocados por danos à edição de 1806.

[3] O título completo é *Hints on the formation of gardens and pleasure grounds: with designs in various styles of rural embellishment; comprising plans for laying out flower, fruit, and kitchen gardens, and the arrangement of glass houses, hot walls, and stoves; interspersed with remarks on various subjects of horticultural improvement; to which is added, a priced catalogue of fruit and forest trees, shrubs, and plans, adapted to villa grounds, from one perch to a hundred acres in extent*.

[4] O título completo é *An encyclopedia of gardening, comprising the theory and practice of horticulture, floriculture, arboriculture, and landscape-gardening, including all the latest improvements, a general history of gardening in all countries, and a statistical view of its present state, with suggestions for its future progress, in the British isles*. A 1ª edição é de 1822. Consultamos a 2ª edição (1824) e a 7ª edição (1834) desta obra. Comparamos as duas edições, que são quase iguais nos trechos que citamos, portanto, utilizamos a de 1824, por ser a mais antiga que encontramos.

Em terceiro lugar, apontam a presença do gradil, que ainda permanece como um traço marcante em Paris (a exemplo de Londres), mas, ao contrário, decaiu no Brasil, conforme aprofundaremos adiante.

Em resumo, se tomarmos os dicionários de francês e inglês, de época e atuais, autores francófonos e anglófonos e nossos apontamentos de campo, observamos as três principais características do *square* na França: sua índole de espaço público; seu tamanho reduzido; e seu fechamento, sendo a primeira a que mais explica suas diferenças relativamente aos congêneres ingleses.

Fosse através da conjugação de vocábulos – o *jardim da praça*, o *jardim do campo*, o *jardim do largo*, o *jardim do pátio* – fosse pela utilização da expressão *square* ou, literalmente, *jardim público*, a *praça*, que corporificava as expressões do espaço público colonial brasileiro, transformou-se na *praça-jardim*. Fruto de um processo originado no último quartel do século XIX e desdobrado nas décadas subsequentes, amalgamava a tradição urbanística lusitana às matrizes paisagísticas inglesas e francesas, adquirindo novas conotações. Em síntese, nesse período, uma praça sem jardim é uma praça, uma praça com jardim, é um jardim e, por extensão, a praça-jardim ou praça ajardinada é um jardim público.

1.3 O PARQUE

O vocábulo *parque*, menos frequente no nosso recorte temporal, consolida-se no argot dos arquitetos e urbanistas brasileiros no século XX. Aparece, de modo manifesto, no Recife em 1924, mas também em João Pessoa, denominando o recém-criado Parque Arruda Câmara em 1922, e no Parque da Liberdade, remodelado e denominado de Parque da Independência neste mesmo ano, em Fortaleza. A partir dessa época, *parques* eram criados em outras cidades, como o Parque da Várzea do Carmo (1922), em São Paulo (BARTALINI, 1999, p. 10), e o Parque Teófilo Dantas, em Aracaju (1928).

Em muitas cidades, os *parques* surgiram após o processo de ajardinamento de outros espaços que haviam conquistado a denominação de *jardim*. Em Vitória, vimos, primeiramente, o aparecimento do Jardim Municipal (1882), sucedido pelo Parque Moscoso (1912), e a Praça João Clímaco (1910) entre ambos (BELLINI, 2014; SOUZA, 2012, p. 242-243; 266).

Todavia, é por volta de 1890 que tal denominação aparece no léxico dos espaços ajardinados em Fortaleza, com a inauguração do Parque da Liberdade no dia 13 de maio daquele ano pelo governador Luiz Antônio Ferraz (CUNHA, 1990, p. 245-246), mas ainda sem obras de grande porte. Tratava-se da urbanização das margens da Lagoa do Garrote que

existia no local e a construção de um castelete em pedra, uma estrutura arquitetônica lúdica em forma de castelo.

A nova denominação surgia contemporaneamente ao Parque Municipal (1897) de Belo Horizonte, previsto no plano da nova capital, do engenheiro Aarão Reis, e projetado pelo paisagista francês Paul Villon.

Outro projeto desse mesmo profissional encontra-se no aparecimento da palavra parque na capital paulista, em 1892, pois, segundo Vladimir Bartalini (1999, p. 10; 24-25), no trabalho *Parques Públicos Municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*, tal denominação foi utilizada em referência ao então Parque Villon, conhecido como Parque da Avenida ou Parque Paulista, depois Parque Trianon e Parque Tenente Siqueira Campos. Contudo, não se tratava de um logradouro público, mas de uma área privada que preservava remanescente de mata (BARTALINI, 1999, p. 24; 40). Nas palavras do autor:

> Em **1892**, no limite sudoeste da área urbanizada, um novo espaço de lazer ao ar livre, privado, foi inaugurado: o **parque Villon** (...). O **nome "parque"** surgiu pela primeira vez em São Paulo neste empreendimento de Paul Villon que, por sua vez, estava compreendido dentro de um empreendimento imobiliário mais vasto, a abertura da Avenida Paulista (BARTALINI, 1999, 24-25; aspas do original; grifos nossos).

A cronologia de São Paulo é exemplar para tratar o caso de Fortaleza. Não é irrelevante lembrar que, em 1890, a cidade não dispunha de outros logradouros ajardinados, à exceção do referido Passeio Público. Com o ajardinamento das praças do Ferreira, Caio Prado (antes e atual Praça da Sé) e Marquês do Herval, de 1902 a 1903, e General Tibúrcio, entre 1913 e 1914, Fortaleza ganhou outros espaços públicos de lazer. Neste sentido, a primeira intervenção na Lagoa do Garrote, em 1890, consistiu no aproveitamento de um olho d'água natural, transformado em lago pelo engenheiro Romualdo de Carvalho Bastos (BARROSO, 1962, p. 233; GIRÃO, 1979 [1959], p. 232; CUNHA, 1990, p. 246).

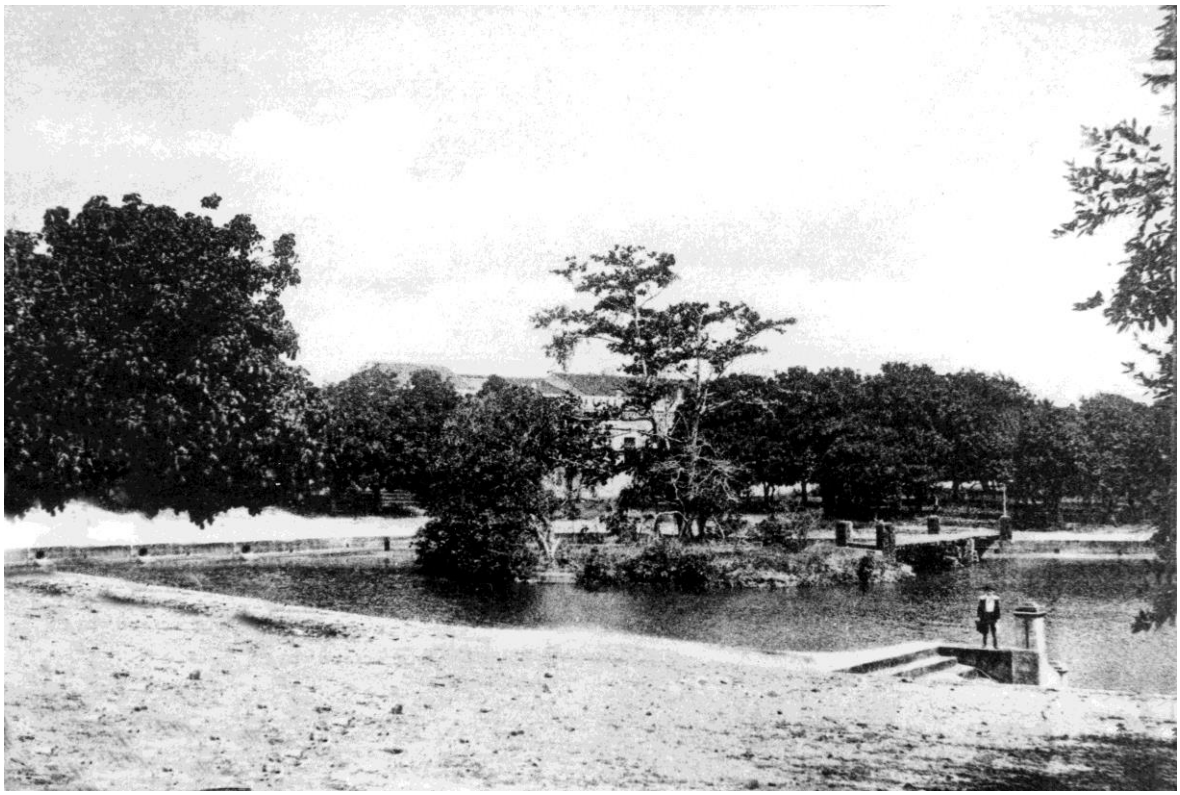
> A **lagoa do Garrote** também se viu aprisionada em margelas de cimento, para se tornar o **lago central** de **belo jardim público**, no govêrno do coronel Luís Antônio Ferraz, o primeiro da era republicana, pelo **engenheiro Romualdo de Barros**. Chamou-se àquele **logradouro Parque da Liberdade**. Depois, da **Independência**. É atualmente a Cidade da Criança (BARROSO, 1962, p. 233; grifos nossos).

Considerando as fotos publicadas no célebre *Album de Vistas do Ceará* (1908), o Parque da Liberdade não possuía, àquela época, atrativos significativos, de modo que não

rivalizava com a centralidade do Passeio Público. Contudo, foi em 1922, nas gestões do prefeito Ildefonso Albano (1921-1923) e do governador Justianiano de Serpa (1920-1923), que o logradouro ganhou novos contornos e equipamentos, por ocasião da remodelação em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. A partir de então, o parque foi dotado de agenciamentos, esculturas, bancos, café, restaurante, a ilha e o Templo do Cupido.

> Para melhor informarmos aos nossos leitores sobre a **reconstrucção** do **Parque da Independencia**, a ser inaugurado no dia 7, destacamos um dos nossos companheiros de redacção, afim de fazer ligeira visita aos trabalhos daquelle **logradouro**. Acompanhado gentilmente do sr. Octavio Justa, encarregado da **reconstrucção**, fez elle sua reportagem na tarde do ultimo sabbado. Os trabalhos vêm sendo, nestes ultimos dias, activados fortemente, e fazendo os trabalhadores serão todas as noites. A **remodelação completa** não será terminada para o dia da Independencia, como nos informou o sr. Justa, mas, pelo menos, a parte mais importante. Há falta de operarios e angustia de tempo, o que impede a conclusão de serviços, como era desejo do sr. Prefeito da Cidade (...). Os intervallos entre os passeios, avenidas e pistas, serão **grammados e ajardinados**, e os espaços, assim preparados, serão cortados em **aléas**. Ao longo das avenidas serão collocados bancos, montados sobre pés de ferro fundido, iguais aos da **Praça General Tiburcio**. Faltam ser construidos o grande **café**, o **templo do Cupido**, em estylo dorico; ornado, dois ***bars***, **quatro portões** nos angulos, o **coreto da musica**, que será edificado no lado do nascente do **lago**, em um **caes** para esse fim construido, sendo localizado em frente á actual **balaustrada**, levantada provisoriamente, nesse ponto. Em frente á entrada principal, num refugio que fica na bifurcação da pista, em frente á elipse, serão collocadas **lampadas artisticas**. Quanto á **illuminação**, ainda não está resolvido se será a eletricidade ou gas carbono. Serão collocadas estatuas e fontes nos centros das **praças e canteiros**. (...) São estas as informações que colhemos sobre a marcha dos trabalhos do **Parque da Independencia**, que será inaugurado no dia 7 de setembro, ás 17 ½ horas (O NORDESTE, 5/9/1922, p. 1; itálico do original, grifos nossos).

> Ás 17 horas, teve logar a solennidade da inauguração do **<<Parque da Independencia>>**, presidindo-a o sr. dr. Justianiano de Serpa, que ficou ladeado pelo sr. prefeito municipal, deputados estadoaes, autoridades federaes, representantes do sr. bispo metropolitano, da imprensa, etc. O sr. prefeito leu ligeiro discurso, allusivo á data de **7 de Setembro**, e expoz as razões que o levaram a trabalhar com tanto empenho na execução daquella obra começada pelo seu antecessor. Feita, pelo secretario da Prefeitura, a leitura da acta da inauguração do **Parque**, a qual foi assignada pelas pessoas presentes, o sr. presidente do Estado encerrou a sessão, declarando inaugurado aquelle **parque publico** (A TRIBUNA, 9/9/1922, p. 2; aspas do original, grifos nossos).



Parque da Liberdade, Fortaleza, a Lagoa do Garrote urbanizada. Fonte: Acervo Nirez, imagem publicada em *Fortaleza 1910*, edição fac-similar do *Album de Vistas do Ceará* (1908).

Parque da Independência (antes e atual Parque da Liberdade) após 1922, Fortaleza, o lago com balaustrada em cimento armado e o castelete em pedra à esquerda. Fonte: Acervo Nirez.

No lapso transcorrido entre 1890 e 1922, a cidade de Fortaleza já havia se expandido, mas, na época de sua criação, o Parque da Liberdade localizava-se em terreno afastado, que servira como local de abate de animais (BARROSO, 1962, p. 233). Lugar a que, em meados do século XIX só se chegava após "caminhada suarenta" e cujo lado esquerdo não conhecia "nenhum progresso apreciável", em palavras de Raimundo Girão (1979 [1959], p. 79).

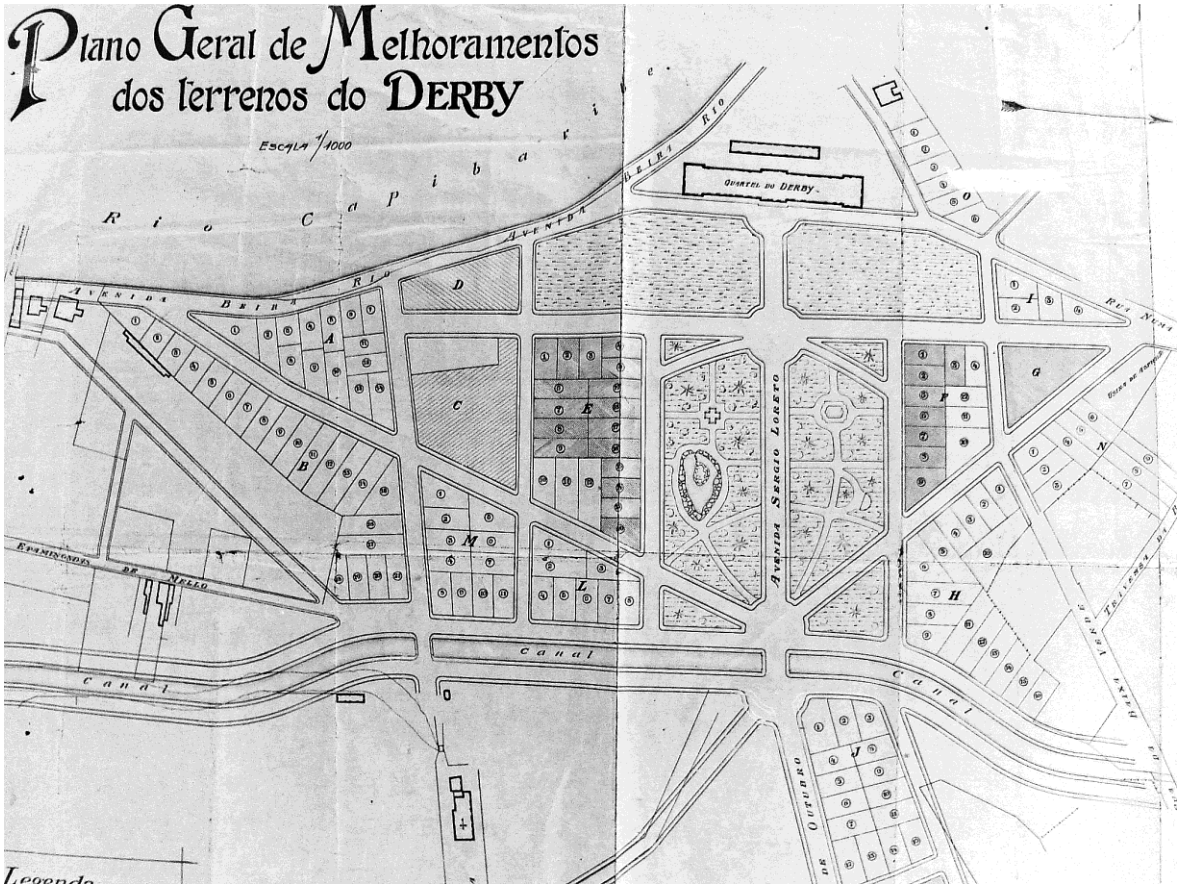
No mesmo ano de 1922, foi inaugurado o Parque Arruda Câmara, em João Pessoa, pelo prefeito Walfredo Guedes Pereira (1920-1924) e governador Solon Barbosa de Lucena (1920-1924), partindo do aproveitamento da Fonte ou Bica do Tambiá e da mata remanescente.

> Os trabalhos que estou realizando na **Fonte de Tambiá** alertaram-me e idéa da creação de um **logradouro publico** nos terrenos a ella pertencentes, aproveitando assim, a **pequena matta ainda existente**, o que fiz pelo decreto nº 37, de 3 de agosto do corrente anno, creando o **parque**, que, em homenagem ao grande naturalista parahybano **Manuel de Arruda Camara**, tomou o seu **nome**. Para tornal-o **maior**, **mais accesivel e de melhor aspecto** desapropriei, amigavelmente, um terreno ao nascente, com onze metros de frente, na rua dos Bandeirantes, e cento e dois de fundo (...) e um outro, ao poente, com 4.565 metros quadrados (...) ficando deste modo, o **Parque completamente isolado**. (...) Com a **reflorestação**, **arborização** e outros beneficios que pretendo fazer, penso que ficaremos com um **pittoresco e magnifico ponto de distracção e repouso** (ERA NOVA, n. 18, dezembro de 1921; grifos nossos).

No Recife, entre 1924 e 1925, foram construídos os parques do Derby, do Paissandu, Sérgio Loreto, Oswaldo Cruz, Amorim e do Entroncamento nas gestões do prefeito Antônio de Góis Cavalcanti (1922-1925) e do governador Sérgio Loreto (1922-1926). O Derby era, significativamente, o maior deles, incorporado ao desenho de um novo bairro, portanto articulado a um loteamento, amplo sistema viário e de drenagem, em área afastada do centro tradicional – intervenção que já examinamos em trabalhos anteriores (SÁ CARNEIRO & SILVA, 2007, p. 291-302; SILVA, 2010, p. 92-103). O parque foi inaugurado em 1924 ao tempo em que se leiloavam os lotes do novo bairro, logo, destituído de habitações em sua vizinhança imediata, à exceção do Quartel da Força Pública Estadual, instalado no velho mercado Coelho Cintra.

> A grande e vultosa obra que foi o **total remodelamento** do **antigo Derby**, segundo imaginou e mandou executar o actual governo do Estado, é talvez dentre todas a que melhor recomenda o nosso espirito de iniciativa. O **Derby**, dantes um pantano aberto, abandonado, apezar de sua excellente collocação topographica, foi **inteiramente transformado**. Aterrada toda a vasta e bella planicie, numa extensão de 57.000 metros quadrados e faltando apenas aterrar 23.000 m², offerece assim a administração de Pernambuco

magnifica opportunidade para o emprego de capitaes na certeza de que esses mesmos capitaes encontrarão largas compensações dentro de poucos annos provadas como se acham as excellencias do novo e elegante bairro aberto agora á vida e ao progresso do Recife. Esses 80.000 metros quadrados acham-se divididos em lotes e á disposição de quantos, edificando, queiram contribuir com o seu patriotico contingente, não só para o **embellezamento** da **cidade**, mas, tambem, para em parte resolver a grande e momentosa questão da crise de habitações no Recife (...). Os novos capitalistas, conhecedores da **utilidade** dos melhoramentos feitos no **Derby**, e das compensações que advirão para os seus capitaes agora empregados na compra de lotes de terrenos para a edificação moderna, têm uma excellente opportunidade para o emprego desses mesmos capitaes (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 1, julho de 1924; grifos nossos).



Plano Geral de Melhoramentos dos terrenos do Derby, 21/9/1925, Recife, organizado pela Diretoria Geral de Viação e Obras Públicas de Pernambuco. Veem-se o Parque do Derby (atual Praça do Derby), dividido em dois trechos pela Avenida 18 de Outubro (Avenida Sérgio Loreto), os lotes, o canal, o Rio Capibaribe e o Quartel da Força Pública Estadual. Fonte: Acervo APEJE.

Um dos grandes melhoramentos com que o governo do Dr. Sergio Loreto dotou a **cidade** do Recife, foi o **bello Parque do Derby**. É actualmente **o maior da cidade**, pois occupa uma area de 35.000 metros quadrados. Extende-se de um lado e outro da Avenida 18 de Outubro, do canal até á antiga rua Delmiro Gouveia, em frente ao novo **quartel da Força Publica**, por onde passa a linha de bondes. É constituido por **grandes grammados** e **farta arborização**. Os **grupos vegetaes**, espalhados aqui e acolá, dão, em conjuncto, um aspecto aproximado do natural. Distribuidos

convenientemente em toda a **grande extensão** existem bancos, **jarros** e duas elegantes estatuetas postas de um lado e outro á entrada do **parque**, destacando-se em meio de tudo isto **duas pergolas**, **uma vasca**, **e um lago artificial**. (...) Além do **jardim**, foi ainda construida no **Derby** uma grande praça para manobras e evoluções militares, em frente ao **quartel**. A praça de manobras cortada tambem pela Avenida 18 de Outubro, occupa uma area de 20.525 metros quadrados, e permitte evoluções de 3.500 soldados, em conjunto. A construcção do **parque** e da praça de manobras exigiu um grande aterro, em que foram empregados cerca de 12.000 metros cubicos de barro. A area hoje occupada pelo **jardim do Derby** era um completo charco (ALMANACH DE PERNAMBUCO PARA O ANNO DE 1929, p. 245-247; grifos nossos).

Campina do Derby (atual Praça do Derby), Recife. Ao fundo, o antigo Mercado Coelho Cintra (depois Quartel da Força Pública Estadual). Fonte: Acervo FUNDAJ.

Parque do Derby (atual Praça do Derby), Recife, o lago com a Ilha dos Amores, coqueiros, um pandanus após a luminária. Fonte: Acervo MCR.

Os demais parques recifenses resultaram do ajardinamento de antigos largos e campinas, espaços ermos e alagadiços, também localizados em bairros mais distanciados, porém muitíssimo reduzidos em extensão, se comparados com o Derby. Ora eram designados como *parques*, ora tomados por *praças*, inclusive num dos principais periódicos oficiais da época, a *Revista de Pernambuco*, criada como veículo de divulgação das ações do governo estadual. Ilustramos tal oscilação no léxico com uma nota publicada na edição de dezembro de 1924.

> Se, preliminarmente, reconhecemos que, com rigorosismo technico e radical do **vocabulo**, Recife não possue ainda um **parque** digno dessa **denominação**, por outro lado podemos afirmar que agora, porém com o visual e encorajante surto de vida nova e de progresso continuo, esboçam-se novos horizontes para a nossa **esthetica urbana** e surgem como por **encanto**, dia a dia, os delineamentos de **novos parques** que decerto, mais tarde irão concorrer de modo decisivo para o requinte das belezas tradicionaes de nossa capital. Para a rapida e perfeita consecução desse elevado proposito tão dignificante na sua **significação social**, quão fecundo nas suas **salutares conseqüencias**, muito tem influido a acção conjunta dos poderes do municipio e do Estado, procurando acertadamente alliar o **utilitarismo** das **coisas publicas** aos preceitos da boa **esthetica urbana**, ao **conforto** e á **hygiene**, que são por assim dizer os mais affirmativos factores do grão (*sic*) de civilização de um grande centro populoso e detentor das mais seguras possibilidades de opulencia e de grandeza. O que dantes possuiamos nesse particular não eram mais que **velhos jardins descurados e pobres de arborização**, incompativeis, portanto, com as nossas necessidades de povo culto e amigo do progresso. Actualmente, **melhorados uns**, **totalmente remodelados outros**, todos muito bem cuidados, com elementos para uma futura e **luxuriosa vegetação** possuimos os seguintes **logradouros publicos**: **Praça da Republica** construida pelo Conde da Boa Vista e **remodelada** definitivamente pelo atual prefeito do municipio; **Praça 17** construida na administração Martins de Barros e **remodelada** no governo municipal do dr. Otávio Tavares; Praça do Hospicio construida pelo prefeito Eudoro Corrêa e reformada pelo coronel Lima Castro; Praça da Estação Central, remodelada totalmente na administração Eudoro Corrêa sendo o calçamento circundante feito pela administração Lima Castro; Praça do Commercio e **Paysandú**, construida pelo prefeito Antonio de Góes; Praça de Cinco Pontas construida pelo Prefeito Lima Castro e arborizada pela vigente gestão municipal; **Praça Sérgio Loreto** e Visconde de Loyo e **parques do Amorim** e da Encruzilhada construídos na acctual administração municipal – isto é, 8 **parques e praças** construidas para um total de 14 existentes nesta **cidade** isso sem metter em linha de conta o **parque do Derby** e a **praça Oswaldo Cruz**, que foram construidas pela actual administração do Estado (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 6, dezembro de 1924; grifos nossos).

Outra matéria na mesma *Revista de Pernambuco*, na edição de outubro de 1924, expressava muito bem a mudança na toponímia urbana, registrando, por um lado, expressões como *lagoa* e *campina* em referência a locais até então não ajardinados e, por

outro, a ênfase na sua transformação em novos parques, estes constituindo, juntamente com antigas praças, o conjunto dos dez jardins mencionados à época.

> **A cidade** tem recebido melhoramentos de tal vulto que em alguns pontos **modificou completamente** a sua **physionomia**. Quem poderá conhecer mais a **feia lagoa de Fernandes Vieira** hoje **parque da rua Oswaldo Cruz**? Quem conhecerá a **antiga campina de Manguinhos**, hoje **Parque Amorim**? Quem conhecerá a **campina do Bode**, a **campina do Derby**? Basta dizer que entre os 10 **jardins** de que a **cidade** se pode orgulhar, 6, e os maiores construidos pela atual administração. Vejamos. Possui a **cidade** a **Praça Joaquim Nabuco**, **Maciel Pinheiro**, **Praça 17**, Adolpho Cirne, que tem sido caprichosamente conservados; a **Praça da Republica** foi **completamente remodelada** e aumentada; os **parques Payssandu**, **Oswaldo Cruz**, **Amorim**, **Sergio Loreto** e **Derby** foram drenados e saneados (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 4, outubro de 1924; grifos nossos).

Ambas as denominações de parque e praça coexistiam, conforme pudemos observar muito frequentemente na mesma revista ou jornais contemporâneos, servindo como ótimo exemplo a notícia de inauguração do ajardinamento da Campina do Bodé.

> A Prefeitura do Recife realizará hoje a inauguração das seguintes obras: (...) ás 16, a **praça "Sergio Loreto"**, na **antiga Campina do Bodé** e o **grupo "Sergio Loreto"** á **praça** do mesmo nome. (...) A **remodelação** da **campina do Bodé** veiu (*sic*) prestar um excellente serviço ao Recife, dotado agora de mais um **logradouro publico**, **pittoresco refugio** ás **agruras do calor estival**. O **parque "Sergio Loreto"** com o seu **lago sinuoso** ao centro e o **elegante pavilhão** que domina do lado da rua da Concordia, além (*sic*) **gramados**, alegretes e outros motivos ornamentaes constitue hoje **um dos pontos mais apraziveis da cidade** (DIARIO DE PERNAMBUCO, 19/10/1924, p. 1; aspas do original, grifos nossos).

Contudo, à exceção do Derby, todos esses logradouros referidos como parques eram praças, largos e campinas de pequenas ou médias dimensões, então ajardinados. Por outro lado, no segundo decênio do século XX, o Parque da Independência (Fortaleza, 1922) e o Parque Arruda Câmara (João Pessoa, 1922) apresentavam características comuns. Representavam as mais expressivas áreas dotadas de tratamento paisagístico e destinadas à recreação da população à época em que foram criados, possuíam construções, atrativos e equipamentos de maior porte, a exemplo de banheiros, restaurantes, cafés, bares. Ocupavam terrenos mais afastados do centro tradicional, portanto, relacionados à expansão urbana, e tomavam partido de vegetação remanescente e recursos hídricos preexistentes, como lagoas e bicas. Um projeto não executado do Parque 13 de Maio (Recife, 1923) também reunia muitos desses aspectos.

A construção do Parque Arruda Câmara, em João Pessoa, articulou-se aos melhoramentos realizados pelo poder público na Fonte ou Bica do Tambiá, uma das fontes públicas utilizadas no abastecimento da cidade. Muito retratado na Revista *Era Nova* (1923-1925), o parque logo se converteu em lugar de recreação e exercia, adicionalmente, a função de horto, provendo mudas de plantas para a arborização de outros logradouros.

> Cinco eram as **fontes publicas** que abasteciam grande parte desta **cidade**, hoje reduzidas a três, e em máo estado de conservação, senão abandonadas. (...) a **fonte do Tambiá**, no bairro do mesmo nome, **muito abundante d'agua** e que, pelo seu **valor**, deve merecer grande parte da nossa attenção. Muito já tenho feito nesta ultima, com grande auxilio do govêrno do Estado, fornecendo-me uma turma de presos e custeio de parte do operariado, reconstruindo-a completamente, ou melhor, restaurando-a, ampliando-a e melhorando-a, fazendo banheiros publicos, tendo sido construída totalmente, desde a base, a parte que se destina especialmente á **captação das aguas das differentes nascentes**, em numero de oito, e, enfim, organizando ao seu lado o **Horto Municipal** iniciado pelo meu ilustre e operoso antecessor em um pequeno terreno alugado á rua 13 de Maio, desta capital, e creando um **aprasivel parque** (ERA NOVA, n. 18, dezembro de 1921; grifos nossos).

Parque Arruda Câmara, João Pessoa, duas macaibeiras, ao fundo, e mudas de vegtação. Fonte: *Era Nova*, n. 50, 1923.

> **Horto florestal "Arruda Camara"**. Ao lado desses serviços de **real utilidade**, tenho estimulado e, até mesmo, custeado os melhoramentos emprehendidos pelo sr. dr. Guedes Pereira, prefeito do município, nas terras que circundam a **fonte do Tambiá**, melhoramentos que nos deram o **parque <<Arruda Camara>>**, **um dos mais poéticos e uteis logradouros de nossa *urbs***. Alli, mantém actualmente aquelle operoso auxiliar de minha administração **grandes viveiros de plantas** destinadas á **arborização da cidade**, podendo mesmo, dentro em breve, prover de mudas, convenientemente tratadas, as demais cidades e localidades do interior (LUCENA, 1922, p. 32-33; aspas e itálico do original, grifos nossos).
>
> Entre as mais imperiosas necessidades e os mais prementes reclamos do progresso desta **cidade**, não se pode deixar de reconhecer que se acha incluída a construcção de mictorios publicos. (...). Haja vista o que se dá em S. Paulo com os mictorios da **praça do Anhangabaú**, sob o viaducto do Chá, os quaes gozam de um renome especial pelo seu asseio e sumptuosidade. A Parahyba, que já possue banheiros publicos, no **Parque Arruda Camara**, não deve adiar por muito tempo a satisfação daquella necessidade da **urbs**. E isso é tanto mais imperioso quanto é certo que, á falta de mictórios publicos, nós vemos **á noite** varios bêcos da **cidade** em verdadeiro desasseio, tornando-se intransitaveis para as familias. Exemplo disso temos no beco do Lyceu, **ás noites de retreta**, no beco chamado do Londres e no do Matanegro (O JORNAL, 19/1/1924, p. 6; grifos nossos).

Os parques estruturados a partir dos anos 1920 são constitutivos do ciclo de reformas urbanísticas do início do século XX no Brasil, cuja matriz haussmanniana foi bastante propalada pela historiografia, mesclando referências das matrizes paisagísticas inglesas e francesas. No projeto de 1923, não implantado, para o Parque 13 de Maio no Recife (inicialmente pensado como Passeio Público 13 de Maio no século XIX), muitos recintos ora são designados em francês, ora em inglês, prevendo uma via interna em forma de "U" para a circulação de carros. Áreas ligadas às atividades culturais são nomeadas em francês – *thé*, *préau*, *guignol* –, ao passo que espaços destinados às práticas esportivas ou atividades físicas estão grafados em inglês – *lawn tennis*, *skating-ring*, praça de *sports*.

Tais espaços e designações sinalizam a complexidade e a extensão do projeto: espaços para chá (*thé*), teatro de marionetes (*guignol*), tênis (*lawn tennis*) e patinação (*skating-ring*), música (praça de concertos) e contemplação (belvedere), além de bar, restaurante, jogo de bilhar (sinuca), cinema, teatro, relógios de sol, área de recreação infantil (*recreio das creanças*), terraço, fonte e lago (bacia).

No entanto, em *Parque e Paisagem: um olhar sobre o Recife*, Sá Carneiro (2010, p. 85) afirma que o Parque 13 de Maio percorreu uma longa trajetória até sua efetiva inauguração, em 1939, tendo sido fundamental a "pressão de escritores, jornalistas e negociantes" desde meados do século XIX. Segundo a autora (SÁ CARNEIRO 2010, p. 85), seus defensores argumentavam que os parques contribuíam para o embelezamento da cidade, promoção da

saúde e elevação do espírito, mencionando, em artigos de jornais, cidades europeias e brasileiras como Rio de Janeiro e Fortaleza "por sua eficácia na provisão de recursos paisagísticos".

O estudo de Bartalini (1999, p. 10) sobre a capital paulista, antes mencionado, corrobora nossa cronologia quanto à difusão dos parques a partir dos anos 1920, já que, segundo o autor, "os primeiros projetos de áreas verdes públicas a que se deu o nome de 'parque', entraram na história do verde em São Paulo na segunda década do século XX". Tratava-se dos parques do Anhangabaú e da Várzea do Carmo, este último inaugurado em 1922, então Parque D. Pedro II (KLIASS, 1993, p. 120; BARTALINI, 1999, p. 10).

Desse modo, observamos que, a despeito do aparecimento de tal designação ainda na última década do século XIX, os parques se afirmaram no século XX, revelando algumas sobreposições e ambiguidades conceituais, o que nos estimula a algumas reflexões terminológicas.

Etimologicamente, a palavra *parque* tem acepções de "bosque cercado onde há caça"; "terreno arborizado que circunda uma propriedade"; "jardim público" e remonta pelo menos ao século XVI, derivada do francês *parc* por meio do latim *parricum* (CUNHA, 1986, p. 583). O homônimo espanhol *parque*, registrado em 1607, também originado do francês *parc* via latim *parricus*, significa "manjedoura de gado"; "sítio cercado destinado a nele conservar animais selvagens"; "terreno, cercado e com plantas, para recreio" – origem comum nas línguas francesas e germânicas do Ocidente (COROMINAS, 1994, p. 442).

Alguns desses elementos caracterizam o Parque Arruda Câmara, em João Pessoa, referido como horto e bosque destinado à recreação pública em documentos do início dos anos 1920. Analogamente, dada sua ampla extensão e arborização, o Parque do Derby, no Recife, foi descrito nos termos de "grande bosque" no mesmo período.

> Ao assumir o poder, o sr. Guedes Pereira procurou logo se inteirar dos proprios municipaes e do seu estado de conservação. Dentre os que se achavam abandonados figurava a **<<Bica de Tambiá>>**, obra de **utilidade** construida ainda pelos batavos e cuja ultima **remodelação** teve logar quando dirigia a provincia o sr. Gama Rosa. Voltando suas vistas para alli, viu o sr. prefeito optimo local para um **bosque**, iniciando logo as obras que haviam de **transformar a abandonada e decrepita <<Bica de Tambiá>>** em **um dos nossos mais aprasiveis logradouros publicos** (ERA NOVA, n. 15, dezembro de 1921; aspas do original, grifos nossos).

> Começaram em abril do ano corrente a dragagem e o aterro da **Campina do Derby**, onde cerca de tresentos homens com 2 compressores e uma draga estão diariamente trabalhando. Em 2 meses foi aterrado (*sic*) uma área de 9500 m². O Plano Geral dos trabalhos organizado pelo Depto. de Obras Publicas comprehende, além dos serviços primordiais de drenagem pela

> abertura de um canal, com os muros de cais e o aterro de que falamos ainda a construcção de **avenidas profusamente arborizadas** e de um **grande bosque** que farão da **nova praça do Derby o logradouro mais pittoresco da cidade** do Recife (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 1, julho de 1924; grifos nossos).

Embora os dicionários *online Merriam-Webster*, *Oxford* e *Larousse* apontem a forma latina *parricus* (e não *parricum*) como origem das palavras *park* e *parc*, todos indicam sua grande extensão de área vegetada, seu caráter recreativo e público, seu fechamento e, inclusive, a presença de animais.

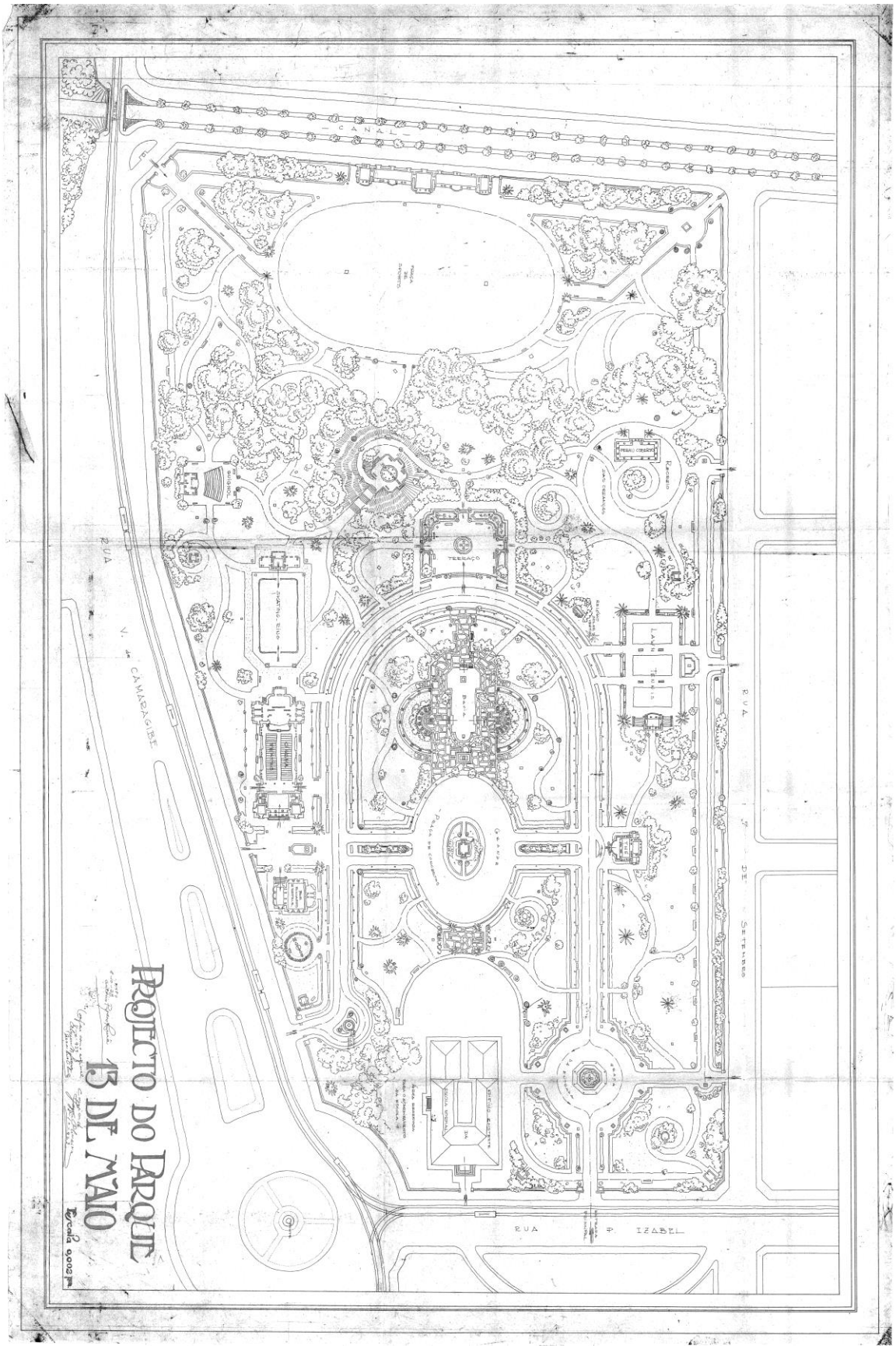
Na língua portuguesa, Antonio de Moraes Silva (1789, v. 2, p. 161) define o *parque* como "mato, ou bosque cercado em que andão corças, veados"; "tapada". Luiz Maria da Silva Pinto (1832) o considera "mato, ou bosque cercado de muro, onde ha varia caça". Novamente, Antonio de Moraes Silva (1878, v. 2, p. 413) anota que *párque* equivale a "mato, ou bosque cercado, em que andam corças, veados, perdizes; tapada". Igualmente, Domingos Vieira (1873, v. 4, p. 671), conceitua o *parque* como "bosque cercado, onde andam corças, veados".

Todas essas definições essencialmente se repetem e ressaltam três aspectos dos parques – sua conotação como espaço selvagem ou rural, à semelhança de uma floresta, isto é, sua cobertura vegetal; a presença de animais; e seu caráter recreativo, associado às caçadas.

Na mesma direção, o *Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace français-anglais-allemand-espagnol*, dicionário técnico de planejamento urbano editado em Paris, aponta alguma equivalência entre *parque* e *bosque*, uma vez que o verbete *bois* corresponde a *forest* ou *wood* em inglês e *bosque*, *floresta* ou *parque* em espanhol (CALSAT et alii, 1993, p. 44). O bosque equivale a uma "grande superfície de terreno coberta de árvores" (CALSAT et alii, 1993, p. 44).

À primeira vista, dada a sinonímia entre bosque e parque, este expressa o caráter de mata ou floresta, em que se sobressaem sua extensão, cobertura vegetal, fechamento e presença de animais. No entanto, se nos aprofundarmos na historiografia do tema, podemos estabelecer diferenças em relação à origem, usos e dimensão dos bosques e dos parques urbanos, sobretudo a partir do século XIX.

De acordo com Rosa Kliass (1993, p. 20), no caso da Inglaterra, os parques nasceram de dois processos distintos: a absorção dos grandes jardins palacianos usufruídos pela realeza, mais tarde abertos ao público, a exemplo de Saint James's Park, Hyde Park e Kensington Gardens, em Londres, ou os empreendimentos imobiliários privados, como o Regent's Park (1811) e o Birkenhead Park (1843-1847). Em *An encyclopedia of gardening* (1824), John Loudon indica a exiguidade de jardins públicos na Grã-bretanha à época.



Projecto do Parque 13 de Maio, 8/10/1923, Recife, assinado por Antonio P. L. Fonte: Acervo MCR.

> Há pouquíssimos ***jardins públicos*** na **Grã-Bretanha** e nós apenas podemos nos referir às **áreas fechadas** dos **squares públicos** e **parques** da metrópole e das principais cidades, aos jardins botânicos das universidades e outras corporações públicas, bem como aos jardins das duas sociedades hortícolas (LOUDON, 1824, p. 1057; itálico do original, grifos nossos).

Esta obra compreende quatro partes distribuídas em mais de mil páginas: história, ciência, prática, estatísticas (estas duas últimas na Grã-bretanha). Na terceira parte, sobre a práxis paisagística, a Seção II do Capítulo IV do Livro IV trata dos jardins públicos sob a rubrica *Public Gardens*, incluindo três categorias: jardins para recreação, jardins para instrução e jardins para comércio (LOUDON, 1824, p. xii). O primeiro grupo abarca passeios pedestres, passeios equestres ou parques públicos (como o Hyde Park e o Regent's Park) e os *squares* públicos (LOUDON, 1824, p. 1028-1030).

Na França, ainda segundo Kliass (1993, p. 22), os parques se originaram de florestas que haviam pertencido à Coroa – caso do Bois de Boulogne e do Bois de Vincennes – ou a partir da reformulação ou abertura de novos espaços na malha urbana. É o caso do Parc Monceau (1861), do Parc Buttes-Chaumont (1867) e do Parc Montsouris (1875), localizados em pontos periféricos e formando um triângulo com os respectivos vértices a Noroeste, Nordeste e Sul, logo, equitativamente distribuídos.

Desse modo, os parques originários de florestas reais, reservados às caçadas e chamados de bosques, revelam sua reminiscência aristocrática – inclusive na permanência da expressão *bois* em francês, corrente até hoje. Neste caso, não encontramos correspondentes no Brasil, mas em Portugal, a exemplo das tapadas a que anteriormente nos referimos. Enquanto o *bosque* se aproxima da noção de floresta, selva, mata ou mato, o *parque*, na condição de jardim público, se disseminou no século XIX e, no Brasil, se consolidou mais recentemente.

No verbete *jardin public* do *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*, Jean-Bernard Perrin (in MERLIN & CHOAY, 2000, p. 453) afirma que, em nome da higiene, da aeração da cidade e de uma visão ordenada da vida coletiva, Haussmann definiu "três níveis de equipamento para Paris": os grandes parques suburbanos, o Bois de Boulogne e o Bois de Vincennes, de 850 e 900 ha (8.500.000 m² e 9.000.000 m²); os parques urbanos, Parc Monceau, Parc des Buttes-Chaumont, Parc Montsouris, que complementam os grandes jardins e cemitérios, de 10 a 15 ha (100.000 m² a 150.000 m²); os *squares*, de 1.500 a 20.000 m², os quais somavam mais de uma centena à época. Conforme vimos até aqui, tanto os *squares*, quanto os parques são alçados à condição de jardins públicos.

Em termos de dimensão (dos menores aos maiores), quantidade (dos mais numerosos aos menos comuns) e localização (dos mais centrais aos mais distantes), tal

tipologia de jardins públicos – *square*, *parc*, *bois* – ainda é muito legível no tecido urbano de Paris.

Em síntese, "o parque conjuga o sentido 'público' da praça e 'verde' do jardim, ou seja, na condição de espaço público vegetado, é um jardim público" (SILVA, 2010, p. 24), porém de grandes dimensões e com programa mais complexo. Dicionários e enciclopédias contemporâneas em português, francês e inglês demonstram esta correlação: ora o verbete *jardim* comporta o *parque* em suas definições, ora o *parque* é considerado um grande *jardim público*.

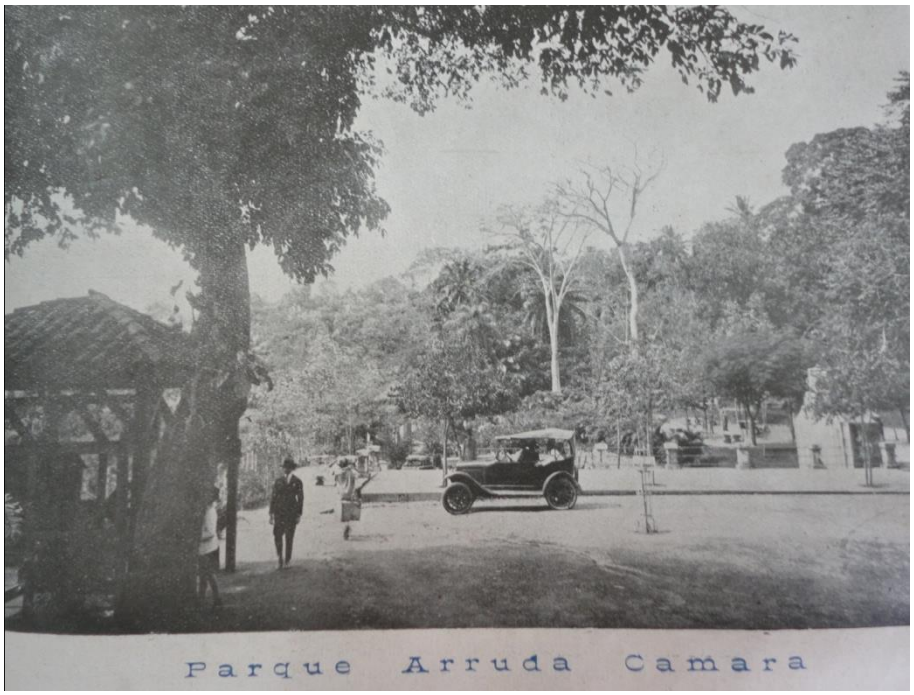
No Brasil, contemporaneamente à concepção dos *parques*, ocorria a difusão do automóvel, introduzido no Recife e em Fortaleza na década anterior. Publicações coevas, entre jornais e revistas ilustradas, literárias, acadêmicas e sociais – *Era Nova* (João Pessoa, 1921; 1923); *A Tribuna* (Fortaleza, 1922); *O Nordeste* (Fortaleza, 1922; 1929); *Revista de Pernambuco* (Recife, 1924); *Correio do Ceará* (Fortaleza, 1925); *Ceará Illustrado* (Fortaleza, 1925); *Diario de Pernambuco* (Recife, 1925); *Revista da Cidade* (Recife, 1926); *Estudantina* (Recife, 1926-1927), apenas nos restringindo aos anos 1920 – veiculavam incontáveis anúncios publicitários de carros, pneus e acessórios automotivos, predominantemente de marcas americanas, tais quais *Chevrolet*, *Cleveland*, *Dodge Brothers*, *Essex*, *Ford*, *Goodyear*, *Overland*, *Royal Cord*, *Rugby*, *Studebaker*.

Não faltavam, por exemplo, na *Revista da Cidade* (1926), fotos de homens, senhoras e rapazes e moças posando ou circulando em seus automóveis em vários lugares do Recife, bem como carros estacionados ou expostos em agências revendedoras. No seu estudo sobre os divertimentos no Recife da década de 1920, a historiadora Sylvia Couceiro (2012, p. 89; 99) identifica as corridas de automóveis e motocicletas praticadas aos domingos na Praia de Boa Viagem e destaca o veículo automotor como meio de atingir lugares mais distantes, entre praias e bairros suburbanos[5].

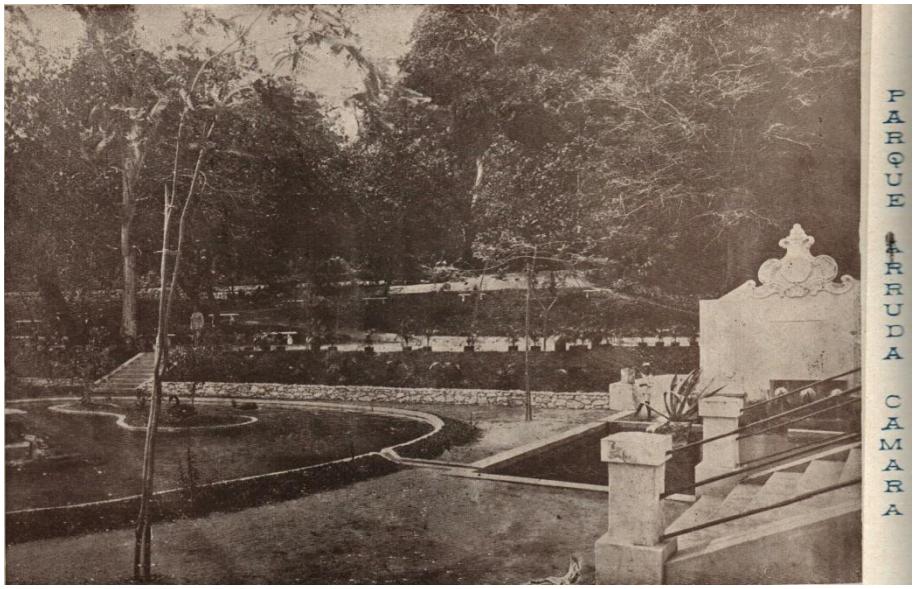
Em Fortaleza, data desta época a famosa *Garage Elite* para a guarda coletiva dos veículos, já que muitas residências não possuíam recintos para estacionamento (CASTRO, 1987, p. 243), imóvel retratado no clássico vídeo *Fortaleza de 1920*. A presença do automóvel na sociedade e nos parques revela-se em jornais e fotos coevos. Sobre a obra do Parque da Independência em 1922, continua o jornal *O Nordeste* (5/9/1922, p. 1):

[5] Utilizamos o artigo *Entre festas, passeios e esportes: o Recife no circuito das diversões nos anos 1920*, de Sylvia Couceiro (2012), resultante da Tese de Doutorado em História/UFPE (2003) intitulada *Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*.

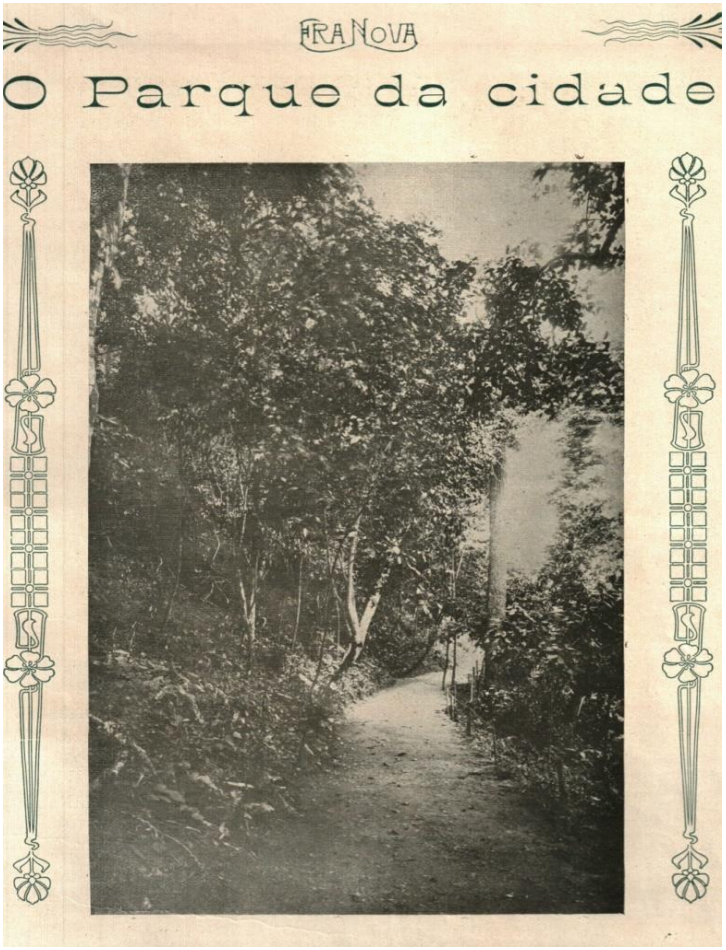
> Em cada angulo do **parque**, serão abertos **portões**, afim de facilitar a entrada de **autos** e de **pedestres**, de qualquer lado que venham. (...) O alargamento da Rua da Trindade já foi iniciado, não ficando porem, terminado para o dia 7. Internamente já se acham construidos os **passeios para pedestres e para vehiculos**, que circundam o **lago**. A **avenida** para **autos** é ladeada por **passeios** para **transeuntes**. As **avenidas** desenvolvem-se em plano horizontal, ao passo que a **pista** acompanha as ondulações do terreno, excepto do lado do poente, em que passa em aterro de 1m. 40 de altura. (...) O **passeio** interno da **pista** foi concluido, tendo sido preparado um trecho do externo (O NORDESTE, 5/9/1922, p. 1; grifos nossos).



Parque Arruda Câmara, João Pessoa, à direta, a Fonte ou Bica do Tambiá e um automóvel estacionado. Fonte: *Era Nova*, n. 80, 1925.



Parque Arruda Câmara, João Pessoa, à direita, a Fonte ou Bica do Tambiá e um agave ao lado, à esquerda, o lago com um canteiro. Fonte: *Era Nova*, n. 80, 1925.



Parque Arruda Câmara, João Pessoa. Fonte: *Era Nova*, n. 77, 1925.

Por sua extensão e distância em relação ao centro urbano original, os parques, a que se alcançava por linha de bonde, inicialmente a tração animal e depois eletrificado, ou veículo particular, foram os primeiros logradouros ajardinados dotados de área de estacionamento de automóveis.

À presença tecnológica, comercial e cultural de ingleses e franceses, se justapunha a influência do capital norte-americano, representada, sobremodo, pelo deslocamento por automóvel, que, aos poucos, alteraria as formas de fruição dos espaços urbanos.

A propósito, a palavra parque também parece ter sofrido uma corruptela para designar estacionamento de carros ou a ação de estacioná-los, sentido não assimilado em português, porém em inglês (o substantivo *parking* e o verbo *to park*); em espanhol (*parquear* significando *aparcar*, verbo cunhado a partir do inglês, uma expressão híbrida e por isso mesmo considerada um exemplo de *Spanglish* ou *Espanglish*); e em francês (*parking*, também adotado da língua inglesa).

No seu dicionário etimológico, Cunha (1986, p. 583) registra tal acepção, que, contudo, não se usa na linguagem corrente no Brasil. Fato é que o vocábulo deu origem a uma série de expressões, todas designando ora um espaço de grandes proporções, ora um espaço de divertimento: parque nacional; parque industrial; parque de diversões; parque infantil (para *playground*).

Em *Lexicon of garden and landscape architecture*, o holandês Meto J. Vroom (2006, p. 232-233) aponta que o parque permanece como um fenômeno urbano, uma área de grande extensão e destinada à recreação urbana. A exemplo do que ocorre na Europa, conforme apontam algumas obras enciclopédicas (CALSAT et alii, 1993, p. 219; MERLIN & CHOAY, 2000, p. 452-453; TAYLOR, 2006, p. 395; VROOM, 2006, p. 232-233) e a linguagem corrente, apesar das mudanças ocorridas no decorrer de quase um século no Brasil, a noção de *parque* encarna, contemporaneamente, algumas dessas raízes históricas.

Como evidenciamos, os logradouros públicos das cidades brasileiras na Colônia (1500-1822), no Império (1822-1889) e na Primeira República (1889-1930), considerando seus atributos morfológicos (traçado, equipamentos, presença ou ausência de vegetação), as funções e os usos, inclusive na sua relação com as edificações do entorno (religiosas, militares, administrativas, civis, recreativas, culturais, comerciais), podem ser reunidos em dois grupos.

Primeiramente, as praças, campos, largos, pátios e adros – genericamente denominados de *praças*, de acordo com a tradição urbanística lusitana e o léxico português. Segundo, os passeios ou passeios públicos, jardins ou jardins públicos e parques – designados, em seu conjunto, como *jardins públicos*, quando os deslocamentos dos modos de intervir e denominar os logradouros públicos se inscreveram no espaço da cidade, adaptando-se ao contexto cultural brasileiro.

Foi o século XIX que assinalou tal ruptura, ao introduzir nos espaços livres urbanos, até então "desnudos" ou "acanhados", como se referiu Murillo Marx (2003, p. 156), o cultivo de vegetação, novos agenciamentos e elementos (coretos, pavilhões, esculturas, fontes, canteiros, grutas, lagos, luminárias, bancos, gradis), alterando a forma urbana e engendrando novas relações sociais.

Mesmo cientes da impossibilidade da precisão dos conceitos, identificar tal terminologia, inclusive sobreposições entre os termos que a constituem, nos permite alcançar novas interpretações sobre a história do paisagismo no Brasil.

No campo dos estudos históricos urbanos, esta abordagem foi desenvolvida por Cláudia Damasceno Fonseca (2011, p. 26-30; 57-81; 397-413) no livro *Arraiais e Vilas d'el Rei:*

espaço e poder nas Minas setecentistas[6], cuja análise de termos específicos fertiliza algumas interpretações inovadoras sobre os processos de "ocupação" e "urbanização" de Minas Gerais. No Capítulo 1, a autora discute expressões e noções ligadas à "ocupação" das minas, como *sertão*, *arraial*, *rancho*, *aldeia*, *aldeamento*, *campanha*, *conquista*, *paragem*, *lugar*, *sítio*, *país*, *distrito*, *continente* (FONSECA, 2011, p. 57-81).

No Capítulo 8, analisando níveis de "urbanização" das povoações mineiras, trabalha com categorias como *cidade*, *vila*, *arraial* e *povoado* (FONSECA, 2011, p. 397-413). Ao tratar o léxico da "ocupação" e da "urbanização" das minas setecentistas, reconhece, por um lado, nomenclaturas específicas e, por outro, a associação ou sobreposição de termos e a impossibilidade de fixá-los a partir de uma única variável ou atributo.

Neste sentido, podemos apontar uma cronologia quanto ao vocabulário dos logradouros ajardinados nas cidades brasileiras entre o final do Oitocentos e início do Novecentos: *passeio* ou *passeio público*; *jardim da praça* ou *do campo* ou *do largo* ou *do pátio*; *jardim público*; e *parque*, sendo a primeira expressão marcante no século XIX e a última fixada no século XX. A designação *praça* nunca se perdeu de todo, mas coexistiu com outras expressões ou locuções, inclusive no mesmo logradouro, o que, aliás, tornou-se praxe.

O primeiro jardim de cada uma das três cidades do nosso estudo recebeu diferentes nomes – *passeio público*, em Fortaleza; *jardim do campo* (das Princesas) ou *square*, no Recife; *jardim público*, em João Pessoa – todos seguidos pelos *parques*, logo representativos deste fenômeno no Brasil. Caíram muitos dos nomes coloniais – a praça da matriz, o pátio do colégio e demais invocações religiosas, os campos dos quartéis e dos mártires, os largos do Tesouro ou do Erário – e, mais tarde, homenagens rendidas ao Imperador, princesas, viscondes, condes e marqueses.

A terminologia surgida durante o processo de implantação dos jardins públicos sinaliza as diferentes designações relacionadas às funções, usos e atributos morfológicos dos logradouros, às edificações do entorno e à ocorrência de fatos políticos e eventos históricos cristalizados na toponímia urbana, incluindo nomes oficiais e populares.

Os nomes dos jardins públicos, tomados além do seu contexto semântico contemporâneo, são uma entrada para caracterizar mudanças paisagísticas que se processaram no Brasil no século XIX e início do XX. Quando "confrontado ao terreno", para usar a expressão de Cláudia Damasceno Fonseca (2011, p. 406), à luz de fontes de

[6] Livro resultante da Tese de Doutorado intitulada *Pouvoirs, villes et territoires: genese et représentations des espaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil, XVIII^e – début du XIX^e siècle)*, defendida em 2001 na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e publicada em francês pela *Fundação Calouste Gulbekian* em 2003 sob o título *Des terres aux villes de l'or: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle)*.

época, o léxico sinaliza significativas transformações físicas, sociais, culturais e a difusão de um determinado conjunto de recursos técnicos, políticos e, porventura, jurídicos materializados nas cidades brasileiras, porém pouco discutido nos estudos sobre o paisagismo brasileiro desse período.

Seguindo este rastro, o trato das categorias paisagísticas demanda o cruzamento de diferentes variáveis: origem, atributos físicos, funções, usos, ocorrência de eventos específicos e edificações erguidas em sua vizinhança, anteriores ou contemporâneas. Torna-se fundamental problematizar a transposição de termos estrangeiros dos contextos onde originalmente foram moldados, seja Portugal, Inglaterra, França ou Espanha, considerando as diferenças culturais, sociais e geográficas que separavam o Brasil da Europa ocidental.

Se observarmos os nomes atuais dos logradouros constitutivos de nosso estudo, fica evidente a predominância da expressão *praça,* também prevalecente em diversas cidades brasileiras e que se impõe aos demais topônimos.

Publicações como *A praça na cidade portuguesa* (2001)[7] e *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro* (2008)[8] e Seminários[9] que discutem antigos logradouros públicos no território de Portugal e outros países europeus ou em seus domínios coloniais circunscrevem uma generosa família de espaços à comum designação de *praça*. Obras que tratam de espaços públicos contemporâneos em cidades brasileiras e lusitanas também sinalizam a preferência pelo vocábulo *praça*. É o caso de *Praças do Porto* (2011), de Magda Barbosa. Sob o "hiperônimo" *praça*, Magda Barbosa (2011) recentemente inventariou uma miríade de logradouros na cidade do Porto, incluindo o "topônimo" como um dos itens de análise.

O termo foi utilizado pela professora Madalena Pinto da Silva na apresentação do referido livro (in BARBOSA, 2011, p. 12). Segundo o Houaiss (2009), "hiperônimo" é um vocábulo "de sentido mais genérico em relação a outro" (assento é hiperônimo de cadeira e poltrona; animal é hiperônimo de leão; flor é hiperônimo de rosa) e "hipônimo" é o vocábulo "de sentido mais específico em relação ao de um outro mais geral, em cuja classe está contido" (poltrona é hipônimo de assento; leão é hipônimo de animal). No conjunto das praças da cidade do Porto, Barbosa (2011) analisa logradouros que vão desde o *jardim de passeio*, a *esplanada* e a *avenida,* até *largos* e *nós viários*.

---

[7] O livro foi organizado pelo professor Manuel Teixeira e contempla comunicações apresentadas no colóquio homônimo, ocorrido em Lisboa em 1999.

[8] O livro foi organizado pelo professor Miguel Figueira de Faria e reúne conferências preferidas no colóquio internacional de mesmo nome, sediado em Lisboa de 23 a 25/11/2006.

[9] Em novembro de 2011, teve lugar também em Lisboa o Colóquio *As Praças nas Cidades de Origem Portuguesa: perspectivas históricas e contemporâneas*, sob coordenação geral do professor Manuel Teixeira e no qual apresentamos a comunicação *Da praça colonial ao jardim imperial: os espaços públicos do Recife no século XIX* (não publicada).

Em síntese, o que nos parece um retorno ao termo no Brasil, nos indica sua permanência em Portugal. Logo, partindo dos nomes dos jardins públicos, podemos chegar a novas aproximações-distanciamentos das matrizes ibéricas, inglesas e francesas e outras, contudo identificando e qualificando uma terminologia específica em relação à história do paisagismo brasileiro.

> Segundo o mito bíblico, o mais alto sonho de Deus é um jardim. Por isso o Criador produziu o *big-bang*, só para, no final, plantar um paraíso. E ele nos criou para que tivéssemos prazer e alegria no jardim. Razão por que nossa vocação original é a de ser jardineiros. Tudo o que a gente faz, o trabalho, a ciência, a política, a arte, são *meios* para o grande *fim* que é o jardim (Rubem Alves, *Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação*, 2002, p. 45).

Capítulo 2
Os Jardins na Recreação Urbana

2.1 ENTRE O *FOOTING* E A RETRETA

Uma das palavras e uma das atividades mais registradas por cronistas, memorialistas e historiadores relativamente a muitos jardins públicos brasileiros entre o século XIX e primeiras décadas do XX é, seguramente, o *footing*. Embora não restrito a eles, mas muito praticado em seu entorno e agenciamentos internos, o *footing* se popularizava como uma caminhada ao ar livre, nos logradouros urbanos – ruas, avenidas, passeios, praças e parques – com o intuito de relaxar, respirar ar puro, apreciar os ornamentos, exibir-se, interagir, refrescar-se nas tardes tropicais e durante a noite, após a jornada de trabalho ou depois das missas de domingo.

O *footing* também estava ligado a um dos divertimentos mais consagrados nos jardins do século XIX até o início dos anos 1930 – a música – sob a forma das retretas corriqueiramente realizadas pelas sociedades musicais civis e bandas policiais e de outras corporações oficiais. O escritor cearense Otacílio Colares, nascido em 1918, ao escrever sobre a sua Fortaleza pretérita, em *Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande* (1980), rememora:

> O **passeio noturno** nas **aléias** externas das "avenidinhas", que assim eram chamados os **jardins públicos** da **cidade**, nas **noites de retreta**... (COLARES, 1980, p. 85; aspas do original; grifos nossos).

Praça Visconde de Mauá ou Jardim Sete de Setembro, Recife, o gradil em ferro e mureta, o coreto em ferro e o footing. Ao fundo, a Estação Ferroviária Central. Fonte: Acervo FUNDAJ.

O *footing* noturno ou acompanhado de música como forma de lazer também foi documentado em outros estudos relativos às cidades de Vitória e Curitiba. Sobre as atividades recreativas realizadas no Parque Moscoso, inaugurado em 1912 na capital capixaba, a arquiteta e urbanista Anna Karine Bellini destaca o *footing* e a importância da iluminação para sua prática à noite, ao afirmar que, por volta de 1916:

> O ***footing***, ou seja, o passeio a pé para espairecer, também era uma atividade realizada com frequência. Uma **iluminação** constantemente mencionada como profusa, possibilitava o desenvolvimento dessa prática durante **o dia ou à noite**. Da mesma forma, eram oportunizados momentos de **repouso** e de **reflexão** nos recantos e bancos dispostos ao longo das **aleias**, além de **encontros e conversas** informais (BELLINI, 2014, p. 259; itálico do original, grifos nossos).

Na Curitiba da virada do século, as novas praças ajardinadas passaram a ser animadas pelos concertos nas tardes de domingo, "atraindo o *footing* para esses locais" (BAHLS, 1998, p. 190-191). Estas representaram novas "áreas de recreio urbano", além do passeio curitibano, primeiro e principal jardim público da cidade, "especialmente nas calorosas tardes de verão do início do nosso século" (BAHLS, 1998, p. 149). Ainda na apreciação da historiadora Aparecida Bahls (1998, p. 214), o *footing* era um "ritual" e "forma de lazer, na qual se exercitava uma nova sociabilidade, do bem vestir e das maneiras polidas".

Neste sentido, ao discutir a propagação de figurinos, chapéus e adereços vindos, sobretudo, de Paris e Londres, lançando novos padrões da moda no vestuário, o historiador

Sebastião Ponte (1999, p. 149) afirma que não "faltavam oportunidades sociais e urbanas" para lhes dar visibilidade na Fortaleza *belle époque*, pois:

> Havia sempre modelos para vestir fosse nos bailes dos clubes, no carnaval, nas tardes de turfe, nos "***footings***" do **Passeio Público**, nas solenidades ou no interlúdio de uma conversação entre pares no Café Riche (PONTE, 1999, p. 149; aspas e itálico do original, grifos nossos).

Exercício de elegância e forma de diversão nas noites de retreta, as caminhadas noturnas eram, ainda, prescritas para fins terapêuticos nas chamadas cidades termais do Sul de Minas Gerais, aonde acorriam pessoas em busca de tratamento e cura através das águas consideradas medicinais. Os jardins públicos incluíam-se no aparato de edificações e melhoramentos urbanos – hotéis, cassinos, restaurantes e serviços públicos – que impulsionaram o aproveitamento das fontes hidrominerais da região para finalidades medicinais (estâncias de tratamento e cura), comerciais (engarrafamento) ou recreativos (balneários).

Segundo a especialista no tema Jussara Marrichi (2011, p. 1; 9-16), frequentadas pelos "curistas", em busca de tratamentos de saúde através das termas ou caldas, e pelos "veranistas", à procura de divertimentos, as "cidades das águas" foram inicialmente estruturadas como "cidades de cura" e, mais tarde, como "cidades balneárias", com base nas congêneres europeias.

No livro *Architecture des villes d'eaux: stations thermales et stations balnéaires* (1984), o arqueólogo e historiador da arquitetura Bernard Toulier (*apud* MARRICHI, 2011, p. 10), especialista em patrimônio dos séculos XIX e XX, traz uma descrição de 1902 da cidade termal francesa de Salies-de-Bearn, em que podemos ressaltar o protagonismo dos jardins.

> Salies, em um estreito vale, muito verde, intercalado entre duas colinas, oferece um contraste curioso. Da estação, chega-se, então, ao "**jardim público**". É a cidade termal, toda nova, de uma banalidade suntuosa: um **square** retangular cercado de grandes hotéis, um cassino pseudoárabe e um longo estabelecimento listrado de branco e vermelho pseudo-oriental. Um pouco acima, na direção sul da colina, um hotel se instalou no meio de um **parque** no antigo Castelo de Salies, feudo dos Talleyrand-Périgord (TOULIER *apud* MARRICHI, 2011, p. 10; aspas do original, grifos nossos).

Fundamentando-se em experiências e tratados da Europa ou visitas às estâncias hidrominerais europeias, médicos brasileiros escreviam a propósito das propriedades medicinais das águas termais brasileiras e da rigorosa rotina terapêutica (MARRICHI, 2009; 2011; 2012b). Esta incluía o *footing* noturno e a música nos jardins nos intervalos entre a

inalação de copos d'água e os banhos termais (MARRICHI, 2012a, p. 5; 2012c, p. 5; 6; 8). Em 1890, o médico J. M. Caminhoá escrevia sobre a importância de caminhar ao lado fontes e frequentar concertos, enquanto o médico Pedro Sanches de Lemos, por volta de 1902, prescrevia a construção de jardins em estâncias balneárias.

> Nas águas mineraes da Europa e principalmente da Allemanha, esta parte do tratamento é rigorosissima; a ponto de haver hora certa para dormir, acordar, comer, **passeiar**; assistir aos **concertos**, havendo até muitas vezes a separação dos cônjuges (CAMINHOÁ *apud* MARRICHI, 2009, p. 86; grifos nossos).

> Numa estância balnear deve existir **parques com árvores**, **verdes e flores**. As ruas devem ser largas, abauladas, acabadas e conservadas, todas com **árvores**. (...) Os **canteiros** devem sem limpos, a **relva aparada** e sem erva daninha. Bancos e cadeiras por toda parte (LEMOS *apud* MARRICHI, 2009, p. 89; grifos nossos).

Nas cidades hidrominerais, as formas de tratamento de saúde estavam, portanto, diretamente associadas às atividades de lazer, nas quais os jardins corporificavam a dialética entre divertir-se para se curar e curar-se para se divertir. Desse modo, não se tratava unicamente do papel higienizador dos jardins públicos, que dominou discursos e práticas urbanísticas nas primeiras décadas do século XX no Brasil, mas da promoção de espaços lúdicos no circuito das recreações urbanas.

O *footing* praticado nos logradouros urbanos, aí incluídos os jardins públicos, representava a disseminação de novos hábitos de lazer, interação social e tratamento terapêutico, mas também, de novas palavras que os designavam. Para o professor Liberal de Castro, *footing* significava:

> No Brasil, o passeio vagaroso, processional, pelas calçadas (...). Curiosamente, o vocábulo em nada se relaciona com o termo inglês homônimo, que significa base, embasamento, fundação (dos edifícios), apoio do pé (CASTRO, 2009, p. 108).

Gilberto Freyre (1977, p. 30) refere-se à palavra como um neologismo criado à época, visto que "por influência inglesa desenvolveu-se entre os brasileiros o gosto pelo modo inglês de andar a pé", então designado "entre nós por uma falsa expressão inglesa – *footing*".

O Houaiss (2009) registra o termo, encontrado no português por volta de 1892 indicando o "passeio a pé, para espairecer ou à guisa de exercício físico" do qual, por derivação, se originou a locução "fazer o *footing*". De fato, não consta no dicionário do frei lusitano Domingos Vieira, coeditado em Portugal (v. 1 a v. 5) e no Brasil (v. 1) entre 1871 e

1874, tampouco na obra de Antonio de Moraes Silva (1789; 1878), Luiz Maria da Silva Pinto (1832) e Braz da Costa Rubim (1853).

Na verdade, o *The Oxford English Dictionary* (1971, 1989) reconhece a expressão na acepção que foi dada no Brasil, embora tenha caído em desuso na língua inglesa. *Footing* significa "o ato de passear, andar a pé, caminhar, ir a passo lento, andar a passo; passo ou pisada; hoje raro" (MURRAY, 1971, v. 1, p. 406; SIMPSON & WEINER, 1989, v. 6, p. 19).

O vocabulário português enriqueceu-se através da incorporação de muitas palavras inglesas em razão da expressiva presença britânica no Brasil. Após a abertura dos portos brasileiros em 1808, o país passou a ter contato direto com o capital britânico através de bancos, firmas importadoras, estabelecimentos comerciais, empresas operando serviços públicos e engenheiros realizando obras infraestruturais em várias cidades do país. Os ingleses, segundo Gilberto Freyre (1977, p. 27), condensavam "a mística brasileira de enxergar na Inglaterra um país de novos mágicos: os engenheiros, os técnicos, os mecânicos, os dominadores do ferro e do aço, do vidro e do cobre".

> Um Brasil onde as primeiras fundições modernas, o primeiro cabo submarino, as primeiras estradas de ferro, os primeiros telégrafos, os primeiros bondes, as primeiras moendas de engenho moderno de açúcar, a primeira iluminação a gás, os primeiros barcos a vapor, as primeiras redes de esgotos foram, quase todas, obras de inglês (FREYRE, 1977, p. 26-27).

Todavia, o estado do Ceará não se relacionava com a Grã-Bretanha apenas em termos de centro receptor de mercadorias industrializadas, mas como fornecedor de matéria-prima, sobretudo a partir dos conflitos da Independência Americana (1776-1783) e da Guerra Civil Americana ou Guerra de Secessão (1861-1865), na medida em que os Estados Unidos suspenderam o fornecimento de algodão aos ingleses (GIRÃO, 1979 [1959], p. 101; CASTRO, 1987, p. 212; CASTRO, 2009, p. 69). Se o cultivo se dava no interior, a exportação ocorria pelo porto de Fortaleza, operado pela empresa inglesa *Ceará Harbour Corporation*, trazendo divisas para a economia da cidade.

No Recife e em Fortaleza, os ingleses fundaram associações culturais e influenciaram a criação de clubes de futebol, operaram bondes, empresas de abastecimento d'água, iluminação e esgotos, mantiveram lojas, ligaram-nas com portos europeus através da navegação marítima, ergueram igrejas e cemitérios.

Sob o influxo das intensas relações mercantis, financeiras e tecnológicas que o Brasil manteve com os ingleses, incorporou elementos de suas tradições, na arquitetura, nos modos e costumes, no vocabulário, na religião, no vestuário, nos ofícios, nos divertimentos, como o

já mencionado *footing*, o *garden-party*, o *five-o'-clock tea* e a prática de diversos esportes entre fins do século XIX e a década de 1920.

Os esportes faziam parte dos novos padrões civilizatórios incutidos na sociedade como meio de promoção da saúde, disciplina, diversão individual ou coletiva, cuja "febre" se espalhou após a I Guerra Mundial, propagando ideais de "competir", "disputar" e "vencer" e buscando formar indivíduos "fortes" e "disciplinados" (COUCEIRO, 2012, p. 93).

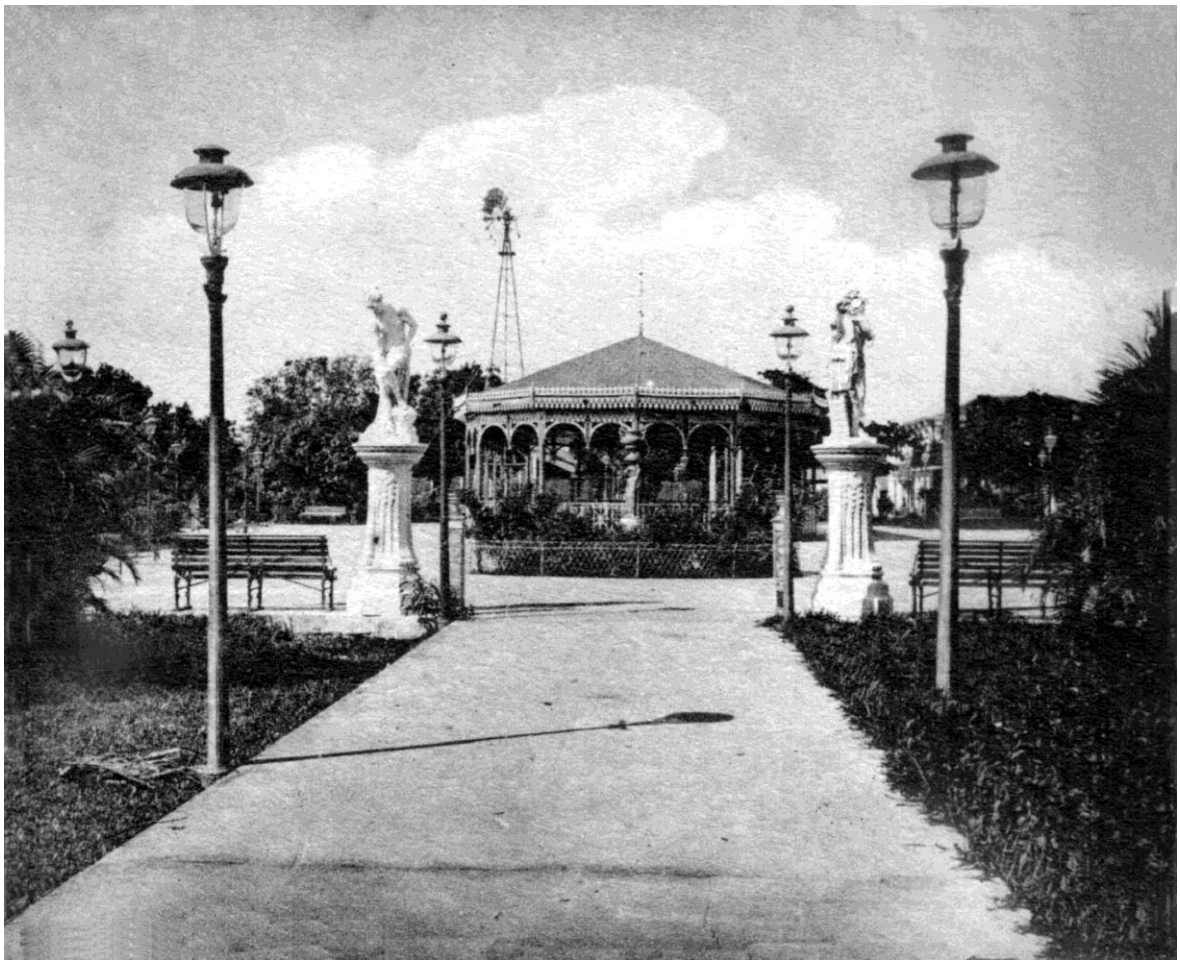
Enquanto o *footing* e as retretas ocorriam em diversos jardins públicos e desde o século XIX, algumas atividades esportivas passaram a ser praticadas especificamente nos parques a partir do século XX. Segundo relatos historiográficos, outras práticas esportivas e atividades físicas eram realizadas nas praças ajardinadas antes da popularização daqueles.

O arquiteto José Liberal de Castro faz referência à ocorrência de patinação e ginástica infantil na Praça Marquês do Herval em Fortaleza, após ser ajardinada pelo intendente Guilherme César da Rocha em 1903. Em *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social – 1860-1930* (1999), o historiador Sebastião Ponte reafirma a assertiva de Liberal de Castro e aponta a construção de pavilhões pela municipalidade para a prática de retretas, patinação e ginástica por ocasião do ajardinamento das praças do Ferreira, Marquês do Herval e Sé.

Entretanto, não encontramos registros de época que comprovem a existência de recintos estruturados para esta finalidade no desenho dos três jardins referidos, à exceção de um pavilhão no Jardim Nogueira Accioly da Praça Marquês do Herval.

> No meio dos **jardins da Praça Marquês do Herval**, hoje José de Alencar, Guilherme Rocha ergue também um **pavilhão** destinado à prática da **patinação**, às demonstrações de **ginástica infantil** e aos **concertos** do Batalhão de Segurança. A **patinação** era um desporto em voga, com o qual a *jeunesse dorée* aproveitava os **passeios cimentados das novas praças** para exibir-se. A **ginástica infantil**, por seu turno, se afigurava a muitos como um modo efetivo de fazer com que a **mocidade** pudesse vir a obter vigor físico semelhante aos robustos e ativos brancos europeus (CASTRO, 1987, p. 216; itálico do original, grifos nossos).

> O poder municipal investiu na ampla **remodelação** das 3 principais **praças** da capital – a do **Ferreira**, a **Marquês do Herval** e a da **Sé** – inauguradas com muitos **festejos**. Nesses **logradouros** foram introduzidos **canteiros de flores** ("verdadeiros jardins de fadas"), "avenidas", cópias da estatuária grega, **vasos** importados, **chafarizes** e **largos pavilhões para a ocorrência de retretas**, **patinação e ginástica**. A regeneração das **praças**, portanto, vai além do mero **aformoseamento**: facilitava a circulação e determinava novas regras de convívio e utilização do espaço **público**, além de estimular a **prática de exercícios corporais** nos **jovens** e **estudantes**, tida como benfazeja aos costumes e à saúde (PONTE, 1999, p. 35-36; aspas do original, grifos nossos).



Jardim Nogueira Accioly da Praça Marquês do Herval (atual Praça José de Alencar), Fortaleza, o pavilhão em madeira e, ao fundo, o cata-vento. Fonte: Acervo Nirez, imagem publicada em *Fortaleza 1910*, edição fac-similar do *Album de Vistas do Ceará* (1908).

O referido pavilhão em madeira da Praça Marquês do Herval era, provavelmente, usado como espaço para patinação, considerando que estava ao nível do solo, não possuía embasamento nem estrutura de palco (diferentemente dos coretos), tinha grandes proporções, fornecia um abrigo apropriado contra a insolação e, ao mesmo tempo, poderia separar o público dos canteiros, vasos, colunas, ornamentos, bancos e luminárias.

Por sua vez, a iconografia da Praça do Ferreira do início do século XX, após o ajardinamento de 1902, não mostra a existência de nenhum pavilhão congênere ao da Praça Marquês do Herval. Completamente remodelada em 1925, a Praça do Ferreira recebeu um grande piso em mosaico, mais adequado à patinação do que o jardim criado em 1902, onde existiam um cata-vento, uma caixa d'água, canteiros e um caminho central. Por fim, a Praça Caio Prado (antiga Praça da Sé), quando ajardinada em 1903, também não dispunha de qualquer construção semelhante, ao que indicam as fotos de época.

Raimundo Girão afirma, em *Geografia Estética de Fortaleza* (1979 [1959]), que o local onde, mais tarde, criou-se o Passeio Público de Fortaleza era explorado pelo negociante Tito

Rocha para a prática de patinação já no século XIX. Esta informação parece ter sido retirada dos escritos de João Nogueira, especificamente da crônica O *Passeio Público* (datada de 31/8/1939), versão ampliada de um texto de 1933 publicado na *Revista do Instituto do Ceará* e incluído na coletânea póstuma *Fortaleza Velha* (1954) duas décadas depois. Curiosamente, a menção à prática de patinação é, exatamente, um dos acréscimos entre as versões de 1933 e 1939/1954.

As afirmações de João Nogueira são aceitáveis, na medida em que o terreno do futuro Passeio Público já recebia melhoramentos ao menos desde a década de 1860, os quais permitiriam seu usufruto parcial – nivelamento, muros de contenção, gradil e portões, plantio de árvores e definição das linhas de canteiros.

> Se me não engano (*sic*) foi pelos anos de **1879** que o negociante Tito Antônio da Rocha, português de nascimento, mas cearense pelo coração, tomou a si o encargo de transformar aquela **praça** cheia de areia em um **logradouro público excelente**. Para atrair o **povo**, e antes de começar os trabalhos, fêz com que os **domingos**, pela **tarde**, a **música** do 15º tocasse dentro do recinto e junto ao **portão**, que dava para a **Misericórdia**. Em novembro dêsse mesmo **ano de 79** abria êle o **Passeio** aos exercícios de ***Skating-Rink*** **(patinação)** a 200 rs. por hora, e prometia um prêmio de 20$000 ao vencedor da primeira **corrida**, que ali se fizesse (NOGUEIRA, 1954, p. 12; itálico do original; grifos nossos).

> Pudera a administração pública, auxiliada eficazmente pelo português-cearense Tito Rocha, tirar do areal do **Campo da Pólvora**, ou **Largo da Misericórdia**, e dos pungentes dramas, que ali se representaram desde os enforcamentos de 1825, aquele pequeno ***Bois de Boulogne***, onde viria **espairecer feliz** uma **população** ainda não habituada a paisagem dessa natureza. (...) A idéia do seu aproveitamento para tal fim viera de 1824, mas só a partir de **1879** teve concretização, graças à tenacidade e ao gosto de Tito Rocha que, para atrair o **povo** conseguiu tocasse naquele recinto a **banda** do 15º Batalhão, ao mesmo passo que ele mesmo abria aos **rapazes** um ***rink*** **de patinação**, que mantinha cobrando, à base de 200 réis a hora, o uso dos patins (GIRÃO, 1979 [1959], p. 130-132; itálico do original; grifos nossos).

Em relação ao projeto, se não dispomos de fotos e/ou plantas baixas que comprovem a existência de rinques de patinação no desenho dos jardins públicos de Fortaleza entre as décadas de 1870 e 1920, a imprensa mencionava provas de natação, corrida e saltos em 1914, bem como exercícios de ginástica por jovens estudantes em 1922, noticiados pelos jornais *Unitario* (9/9/1914, p. 1) e *A Tribuna* (12/9/1922, p. 2) por ocasião de festas comemorativas do "7 de Setembro" no Parque da Liberdade. Trata-se, portanto, de evidências da popularização dos esportes e da educação física nesse período, ainda que não houvesse muitos espaços especialmente projetados para abrigá-los.

Somos levados a admitir que os registros de patinação relativos a 1902-1903 seriam permanências de práticas já realizadas no século XIX, por isso, perpetuadas nas praças ajardinadas no início do século XX, embora de modo mais improvisado do que estruturado.

Em João Pessoa, o escritor Wellington Aguiar (1992, p. 247-248) e o historiador José Octávio de Arruda Mello (1990, p. 74; 99; 2006, p. 117-118) afirmam que havia um rinque de patinação na Praça Venâncio Neiva, ajardinada em 1917, mas também não identificamos fontes de época, escritas ou visuais, que corroborem a existência de um recinto específico para tal atividade nesse logradouro. Ambos os autores indicam que, naquela época, a praça era dotada de um lago (AGUIAR, 1992, p. 248) e uma fonte pública em mármore de Carrara (MELLO, 1990, p. 99; 107; MELLO, 2006, p. 117).

> Durante os anos **1920**, a **Praça Venâncio Neiva** possuía **ringue** (*sic*) **de patinação** e uma interessante **fonte**, sempre a **jorrar água**. Os **jovens** daquele tempo gostavam de exercitar-se em patins, sobre os quais praticavam várias peripécias (AGUIAR, 1992, p. 247-248; grifos nossos).

Algumas fotos da Praça Venâncio Neiva mostram um lago, substituído pelo *Pavilhão do Chá*, iniciado na gestão do governador João Pessoa (1928-1930) e concluído na de Antenor Navarro (1930-1932). Tal pavilhão aparece em fotos de 1931, de autoria de Walfredo Rodriguez (1894-1974) e publicadas no álbum *2 Séculos da Cidade: passeio retrospectivo, 1870-1930* [1974], organizado por seu filho José de Nazareth Rodriguez.

Praça Venâncio Neiva, João Pessoa, o lago onde existiu uma fonte, canteiros com grama e flores e árvores recém-plantadas. Ao redor, a área plana e livre de obstáculos onde poderia ocorrer a patinação.
Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Dispomos de fotos que retratam a praça recém-ajardinada, pois podemos observar mudas de árvores e canteiros recém-plantados, além do coreto. Logo, com base na opinião do professor Liberal de Castro (1987) há pouco reproduzida e na nossa interpretação sobre Fortaleza, acreditamos que a patinação ocorria livremente ao redor do referido lago, na ampla superfície pavimentada, em detrimento de um rinque especialmente desenhado.

A Praça Venâncio Neiva resulta do ajardinamento do Largo ou Pátio do Palácio sob responsabilidade do arquiteto-engenheiro italiano Paschoal Fiorillo durante a gestão estadual de Francisco Camillo de Hollanda (1916-1920). Trechos dos relatórios do governador de 1917 e 1920 noticiam esse melhoramento e corroboram nossa opinião sobre a existência de uma área livre reservada à prática da patinação, assim melhor designada, do que verdadeiramente um rinque. Na mensagem que sintetiza seu quadriênio administrativo (1916-1920), o governador destacou elementos do ajardinamento da praça correspondentes às fotos do logradouro antes da construção do *Pavilhão do Chá* (no local do lago, da fonte e da área de patinação).

> Melhoramentos Urbanos. O restante da minha atividade governamental tem-se empregado exclusivamente na **remodelação da cidade**, na conservação e reforma dos seus edificios publicos, **reconstrucção** das suas **praças**, calçamento de cetras vias de transito e outras providencias menores exequidas (*sic*) por intermedio da Directoria de Obras. (...) porque entendo que para os fins de decencia e **conforto publico** se devem confundir numa só as personalidades distinctas do Estado e da Comunna, tomei a ombros a construção da **praça Venancio Neiva**, já entregue á **frequencia publica**; a da **praça Pedro Americo**, contractada com o **engenheiro Hermenegildo Di Lascio**, já em vias de ultimação (HOLLANDA, 1917, p. 13; grifos nossos).
>
> **Praças e jardins**. Introduzi novos melhoramentos na **praça Venancio Neiva**, que é hoje **o logradouro publico predilecto da população** parahybana; os melhoramentos consistiram na ampliação e gradeamento da **área de patinar**, gastando-se 6:377$985 (HOLLANDA, 1918, p. 41; grifos nossos).
>
> **Praças**. Um programma de **remodelação da capital** não podia despresar os diversos trechos da **cidade** que se prestavam para **logradouros publicos**. Assim, nos voltámos para a construcção de **praças publicas**, tão indispensáveis á vida das **populações**. A primeira em ordem foi a **praça Venancio Neiva**, em fórma quadrangular, ao sul do **Palacio do Govêrno** dividida em **revaldos e canteiros ajardinados**. (...) Ao centro, uma **area de patinação** (HOLLANDA, 1920, p. 17; grifos nossos).

Na medida em que a patinação saía das pistas de gelo europeias para o solo tropical das cidades brasileiras, não acreditamos que fosse realizada em um espaço estruturado para esse fim específico – o rinque – nas praças ajardinadas, dada sua dimensão reduzida e seu

programa de usos mais simplificado, mas nos recintos livres de árvores e canteiros cujos pisos já eram revestidos nas primeiras décadas do século XX.

Fato é que, nessa época, já se disseminavam, na capital paraibana, formas de recreação desenvolvidas à base de piqueniques e concursos de misses, atividades esportivas, tais quais remo, ginástica, pedestrianismo e futebol (MELLO, 1990, p. 60).

Os esportes, jogos, exercícios físicos e passeios de barco vão, de fato, se consolidar mais tarde no espaço dos parques, os quais exerceriam seu protagonismo no conjunto dos espaços públicos recreativos a partir dos anos 1920 e décadas subsequentes. Desse modo, não raro, alguns logradouros sofreram sucessivas reformas e adaptações e receberam acréscimos ao longo dos anos para acomodar as novas demandas, a exemplo da introdução de uma quadra no Passeio Público de Fortaleza em data desconhecida.

Em 1926, no Parque Municipal de Belo Horizonte, foram instalados uma quadra e um rinque de patinação, de acordo com os autores de *Parque Municipal: Crônica de um século* (1992). O parque foi inaugurado, ainda em obras, em 1897, a exemplo da própria capital mineira, mas recebeu melhoramentos nos anos 1920, quando já estava consolidado como o principal jardim público da cidade. Nessa época, foi comparado com a Praça da República da cidade de São Paulo, que já teria um rinque.

> A animação tinha vindo pra ficar: em **1926**, o **Parque** ganhou uma **quadra de tênis** e um **rinque de patinação**. Belo Horizonte já não precisava mais invejar São Paulo, que instalara o seu **rinque** na **Praça da República** na **década de 10**. Contava agora com muitos metros quadrados de **piso cuidadosamente** (*sic*) **cimentado**, onde podia praticar o **novo esporte da moda** (PENNA et alii, 1992, p. 68, grifos nossos).

Em *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade*, Rosa Kliass (1993) estuda a Praça da República por entender que esta desempenhava o papel de parque, porém não documenta a existência de um rinque de patinação no logradouro. De todo modo, frequentemente, muitos jardins públicos recebiam sucessivos melhoramentos, indicando o acréscimo de recintos e equipamentos associados a novas demandas por recreação.

O passeio fortalezense, por exemplo, dado seu protagonismo durante anos, extensão e configuração em três planos topográficos, foi utilizado de várias formas, permanecendo como um espaço central nas diversões públicas da capital cearense. O Largo do Paiol ou Campo da Pólvora, depois Praça dos Mártires, onde por várias vezes "ergueram a forca para comndenados de pouca ou nenhuma importancia social" (NOGUEIRA, 1954 [1933], p. 10) foi transformado em um dos planos do Passeio Público (o primeiro, ao nível da rua).

O segundo plano do passeio, por sua vez, sediava jogos de futebol no início do século XX, de acordo com as lembranças do escritor e documentarista cearense Edigar de Alencar (1901-1993), em *Fortaleza de Ontem e Anteontem* (1980). Esse plano, segundo João Nogueira (1954 [1933], p. 13), não foi ajardinado, "mas servia de passagem para o terceiro plano ao qual se descia por escadas".

> Acredito que possa falar com certa autoridade do surgimento do **futebol** no Ceará. Se não o vi nascer em Fortaleza, vi-o engatinhar, nos seus primeiros passos, ou chutes, no **segundo plano do Passeio Público**, transformado em *ground* na linguagem dos ingleses, que foram de importância capital na sua implantação por essas bandas. (...) Foi em **1913** que, menino, travei conhecimento, por acaso, com o então chamado esporte bretão. E empoleirado na **arquibancada natural** e excepcional da Avenida Caio Prado, vi aquele bando de homens correndo atrás de uma bola de couro. (...) Raro o *domingo* que não ia até ao **Passeio Público** ver os **bate-bolas**. Chegava cedo para localizar-me bem no centro, no melhor ponto que era justamente a pequena bancada do balanço que formava a saliência central da Caio Prado (...). Era uma **varanda natural**, que formava um bem localizado **camarote**. Sentávamos-nos ao contrário, voltados para o **campo**, de costas para o **passeio**. Depois, já mais integrado na engrenagem das disputas, assisti a partidas organizadas, que se chamavam rigorosamente de *match*. Aliás, todo o vocabulário foi por muito tempo inglês (...). Consta que muito antes, em **1904**, teria havido no mesmo local partidas de "**foot-ball**" (ALENCAR, 1980, p. 58-59; aspas e itálico do original; grifos nossos).

Desse modo, provavelmente foram ajardinados o primeiro plano (ao nível da cidade) e o terceiro plano (ao nível do mar), o segundo servindo, ao menos por algum tempo, de campo de futebol e/ou ligação entre os outros dois. Apesar de não dispormos de fotos do último plano, muitas evidências bibliográficas e documentais (visuais e escritas) trazidas ao longo do trabalho ilustram o primeiro plano ajardinado, cenário de diferentes formas de recreio da sociedade fortalezense. Conforme também comprovamos durante as visitas *in loco*, o primeiro plano é, justamente, o único remanescente.

Em Pernambuco, a disseminação de vários jogos e esportes como o futebol, o tênis, o críquete, o golfe, o turfe ou hipismo, relaciona-se, diretamente, aos ingleses radicados na capital. No Recife, foram criados vários clubes-campos sociais e recreativos: o *Pernambuco British Club*, o *Pernambuco Cricket Club* e o *Lawn Tennis Club*, já existentes em 1919, o *The British Country Club* em 1920 e o *Caxangá Golf and Country Club* em 1928 (PARAÍSO, 2003, p. 93; 97; 209).

O aproveitamento da Campina do Derby, localizada junto ao Rio Capibaribe, para fins recreativos esteve ligado às tradições esportivas inglesas, como as corridas equestres, os jogos de golfe e as partidas de futebol. A expressão inglesa *derby* significa, a propósito,

"corrida de cavalos", criada na Inglaterra em 1780 por Edward Stanley, o Conde de Derby (1752-1834), conforme os dicionários *online Oxford* e *Merriam-Webster*.

Portanto, a designação da campina remonta ao hipódromo, o Prado do Derby, lá instalado em 1888 pelo *Derby Club* (PARAÍSO, 2003, p. 202-203) e desativado em 1898. A propriedade foi, então, adquirida pelo empreendedor Delmiro Gouveia, responsável pela construção de um centro de compras e diversões, o Mercado Coelho Cintra, um hotel e um velódromo – obra destruída por um incêndio criminoso de motivações políticas em 1900.

> A **luz elétrica** ofereceu-se abundantemente em **público** no **Derby**, quando Delmiro Gouveia manteve ali seu grande Mercado da Estância, com vários **divertimentos**, na **campina** onde existira o **prado de corridas**. Orgia de luzes. Ponto de **atração** da **cidade** inteira. Teatro. Hotel. Jogos. Até bonde se teve para o **Derby** (SETTE, 1948, p. 325; grifos nossos).

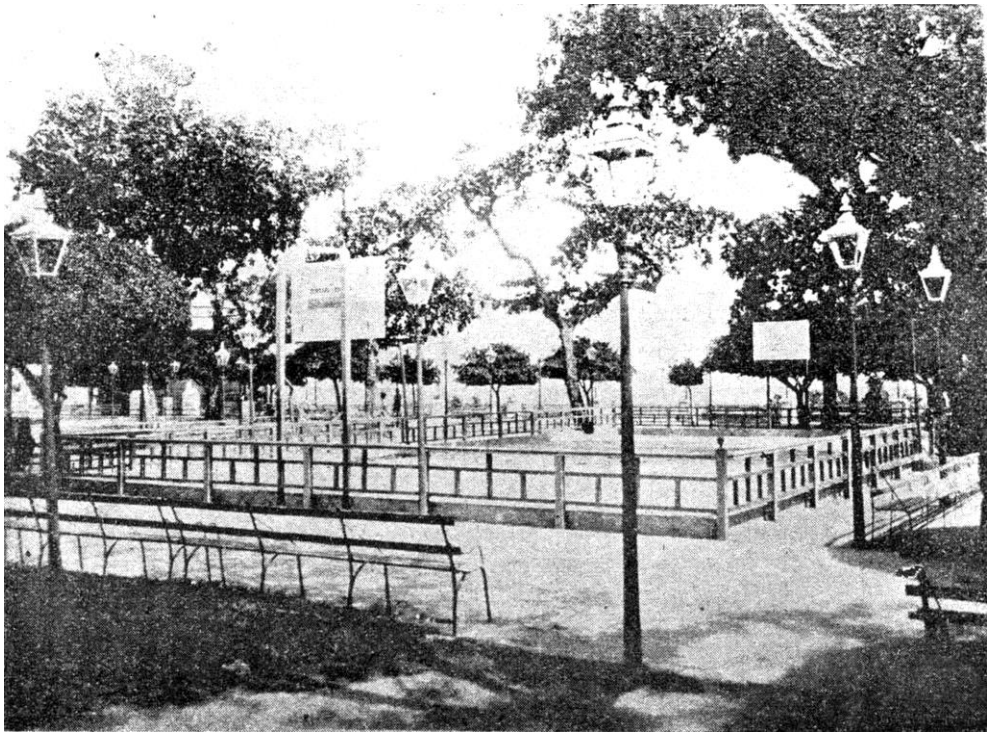
> A principio **pista de corridas de cavalo** com uma arquibancada. O **prado do Derbi**. Nessa epoca o Recife tinha tres prados: o Hipodromo, o da Madalena e o do **Derbi**. E os recifenses morriam de amores pelo hipismo. Apaixonados mesmo. (...) O **prado** constituia o **domingo** do recifense de ontem. Ponto de digestão, de palestra, de negócios, de namoros, de conquistas, mesmo de politica. Muitas ovações houve neles a Nabuco, a José Mariano, a Martins Junior nos dias agitados da abolição e da republica. Depois a mania esfriou. O **Derbi** fechara. (...) Delmiro Gouveia, um matuto inteligente e trabalhador que teve a afoitesa de dar exemplos a muito politico falador e esteril, adquiriu o Derbi e transformou-o num **mercado**. Com generos baratos para o **povo**, lá dentro, e **divertimentos cá fora** para todos. O **Derbi** ganhou outra especie de fama. Luz eletrica, carrousseis, orquestrofone, barraquinhas de prendas, retrêtas, regatas, teatrinho... Um céu no Recife sombrio e quieto de dantes. Os bondes iam para ali todas as **noites** com as lotações excedidas. (...) E uma noite o **mercado do Derbi** pegou fogo. O **pateo** virou novamente pasto de cabras, de cavalos, de cobras. E ninho de amôres vagabundos. Mal o bonde atravessava o matagal. O revide veio no governo Sergio Lorêto. Tratou-se de **asseiar e aformosear** aquilo. Os graves senhores do pessimismo, da inercia e da maledicencia soltaram-se, ajudados pelos inefaveis patriotas da oposição. Meteram o pau nas obras. Disseram aquelas coisas já conhecidas e a que nenhum governo de atividade e de coragem deve dar ouvidos. E o **Derbi** de ontem passou a ser o **vasto e lindo parque** de hoje (SETTE, 1981 [1935], p. 217-218; grifos nossos).

Segundo relatos do médico e escritor pernambucano Rostand Paraíso (2003, p. 84), no livro de crônicas *Esses ingleses...*, no século XX, a Campina do Derby era palco de "animadas e fortuitas peladas". E, por volta de 1909, era utilizada para a prática de golfe, conforme informação de Tocyntho Mucuhim (possível pseudônimo) em opúsculo publicado pelo *Caxangá Golf & Country Club* em 1953 (PARAÍSO, 2003, p. 209-210).

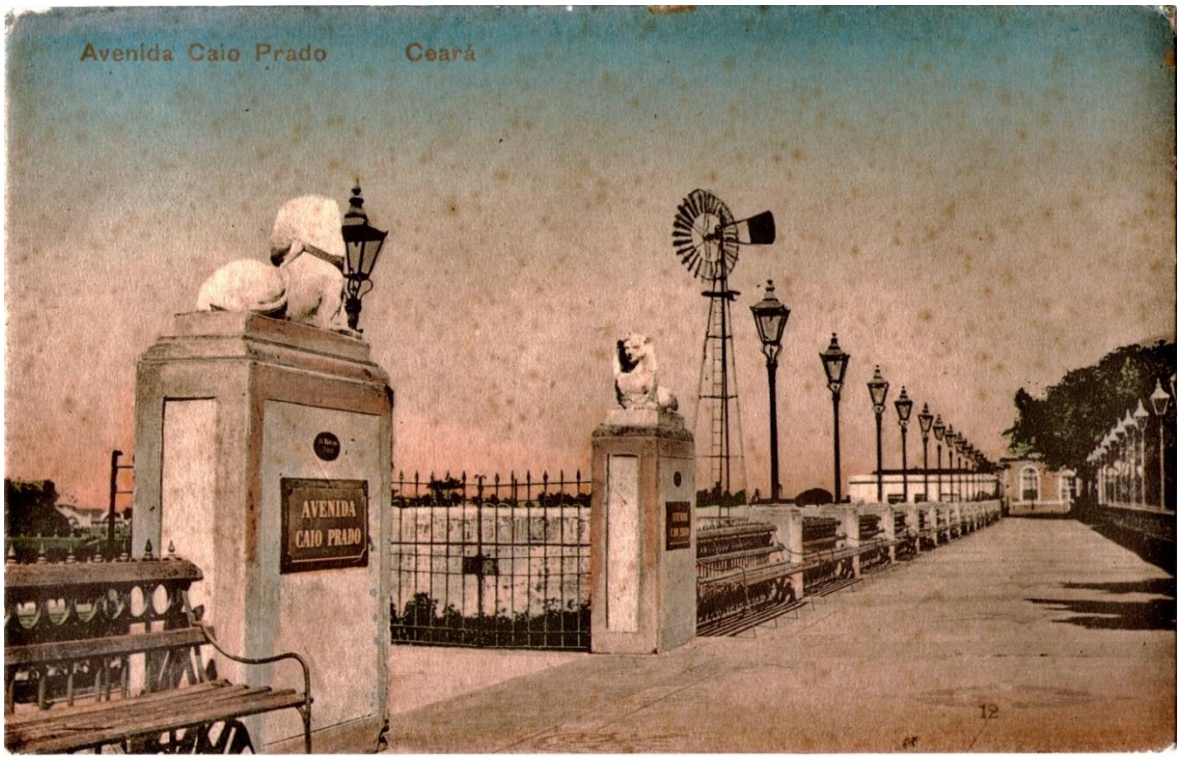
> O **Derby** era, por aquele tempo, uma **vasta campina**, onde se erguiam, como essas casas mal-assombradas, as **ruínas do velho mercado** que pegara fogo, do antigo hotel e de um palacete de residência, sombras de pedra e cal daquele audacioso empreendimento de Delmiro Gouveia, então exilado em Alagoas. E, para solver seus compromissos e recomeçar vida nova (...) vira-se Delmiro obrigado a hipotecar o que restava de seu ambicioso sonho, no **Derby**, aos antigos London & Brazilian Bank e London & River Plate Bank. Explicado, portanto, que alguns **ingleses** daqueles bancos e da Great Western, aficionados do **golfe**, utilizassem um terreno por assim dizer abandonado e que já era praticamente dos bancos. (...) A **campina do Derby**, drenada, aterrada e urbanizada, é hoje, um dos bairros mais pitorescos do Recife (MUCUHIM *apud* PARAÍSO, 2003, p. 210-211; grifos nossos).

O antigo mercado Coelho Cintra, criado por Delmiro Gouveia, foi transformado no Quartel da Força Pública Estadual e os terrenos foram arruados e loteados, bem como foram construídos um parque e um canal para drenagem da área, conforme discutimos em publicações anteriores (SÁ CARNEIRO & SILVA, 2007, p. 291-302; SILVA, 2010, p. 92-103).

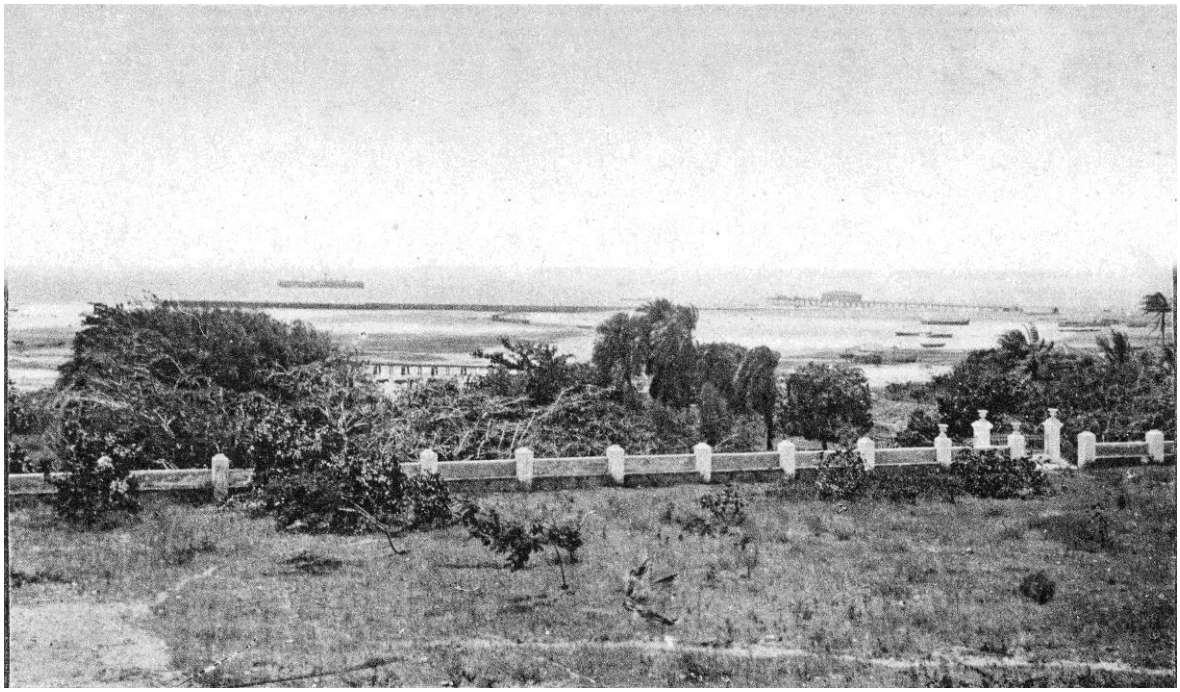
Inaugurado em 1924, o Parque do Derby redesenhou e consolidou a importância da campina na estrutura física e social da cidade através de novas formas de uso dos jardins que examinaremos adiante, como os desfiles cívicos, as exposições comerciais e os passeios em família para a contemplação dos seus lagos, pérgulas e ornamentos. Embora alvo de oposições, o Parque do Derby já era muito frequentado no final dos anos 1920, conforme apontam fotos dos periódicos da época.



Passeio Público de Fortaleza, primeiro plano, uma quadra poliesportiva. Fonte: Acervo Nirez.



Passeio Público de Fortaleza (atual Praça dos Mártires), 1913, Avenida Caio Prado no primeiro plano, de onde se descortinava a vista para o mar, a escadaria de acesso ao segundo plano, o cata-vento e, à direita, um renque de figueiras. Fonte: Acervo Hugo Segawa.



Passeio Público de Fortaleza, segundo plano (destruído), à direita, uma escada que dá acesso ao nível da praia e, ao fundo, o mar. Fonte: Acervo Nirez, imagem publicada em *Fortaleza 1910*, edição fac-similar do *Album de Vistas do Ceará* (1908).

Também no Recife, o projeto não concretizado do Parque 13 de Maio de 1923, apresentado no capítulo anterior, reunia recintos para um diversificado conjunto de atividades contemplativas, culturais e esportivas – *thé*, *préau*, *guignol*, *lawn tennis*, *skating-rink*, praça de *sports* – assim designados em planta baixa, revelando, por um lado, sua ascendência europeia e, por outro, a difusão dos esportes nesse período.

Na capital pernambucana, Couceiro (2012, p. 94-107) descortina um rico panorama de evidências – clubes, seções específicas nos jornais de maior circulação, regulamentos, componentes curriculares, alterações no vocabulário e na moda – que refletiam a disseminação das práticas esportivas. As modalidades observadas variavam do hipismo, remo, boxe, tênis, natação, automobilismo, motociclismo, ciclismo, atletismo, regatas, pingue-pongue, tiro ao alvo, luta romana, polo aquático, handebol, voleibol, até o prestígio já alcançado pelo futebol, a despeito do período áureo ou declínio de cada uma delas.

Com base nesse conjunto de registros documentais e historiográficos, podemos afirmar que a prática de alguns esportes se difundia nos jardins públicos brasileiros no século XX, inicialmente em espaços menores não projetados, porém apropriados, como tal, depois na extensão dos parques, cujo programa de atividades era mais complexo e diversificado, tomando os anos 1920 como marco cronológico aceitável.

Com seu saber de polímata, Raimundo Girão cita os passeios de barco (escaler), as gangorras (joão-galamarte), a música, os jogos e o café como divertimentos no Parque da Liberdade no início do XX, ao se referir à sua "Fortaleza de meio século atrás". Como utilizamos a segunda edição da obra (1979), sua descrição retrataria o final dos anos 1920 ou mesmo o princípio da década de 1910, considerando que a publicação original data de 1959. O breve relato de Girão é compatível com a imagem seguinte, posterior a 1922, quando o logradouro foi remodelado e recebeu o nome de Parque da Independência.

> Revivia-se, ainda, sob este aspecto, a Fortaleza de meio século atrás (...) aquele **Passeio Público**, **acolhedor** e sempre **festivo** e o **Parque da Liberdade**, a **antiga Lagoa do Garrote**, que o **engenheiro Romualdo Barros**, em **1890**, transformou num **lago de maravilhas**, com o seu **Café Cascata** oferecendo à **petizada**, mediante pequena **orquestra** a exibir-se de cinco horas da **tarde** às oito da **noite**, variados **exercícios e jogos**, **passeios de escaler**, **tiro ao alvo e joãogalamarte** (GIRÃO, 1979 [1959], p. 232; grifos nossos).

Na década de 1910, o jornal *Unitario* (9/9/1914, p. 1) noticiava uma festa realizada no Parque da Liberdade em comemoração ao "7 de Setembro", mencionando que "houve passeios de barco no lago" como um dos atrativos do evento. Ainda uma extensa reportagem veiculada por *O Nordeste* (5/9/1922, p. 1) sobre as obras de remodelação do parque,

exatamente em razão do Centenário da Independência, explicava que ao Templo do Cupido a ser erguido na ilha "se terá accesso por meio de escaleres". Ambos os registros confirmam, portanto, as memórias de Raimundo Girão.

Parque da Independência (antes e atual Parque da Liberdade), c. 1930, Fortaleza, a ilha com o Templo do Cupido e a balaustrada em cimento armado, o passeio de barcos (escaleres) no lago. Ao fundo, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Fonte: Acervo MIS.

Os passeios de barco estavam associados aos parques, por sua maior dimensão e existência de lagos, como também ocorria no *Lago das Garças* (depois *Lago* ou *Lagoa dos Barcos*) do Parque Municipal de Belo Horizonte, antecedendo os atuais pedalinhos. O Parque da Liberdade, em Fortaleza, foi remodelado em 1922, contemporaneamente aos melhoramentos que o congênere mineiro recebeu na década de 1920. Os passeios nos parques aos domingos eram uma cena frequente na iconografia e em fotos publicadas nos periódicos e álbuns das décadas de 1920 e 1930 no Recife e em João Pessoa, retratando poses junto aos lagos, pontes, pérgulas, ruínas, esculturas e demais ornamentos.

> Na capital modernista daqueles anos, o **Parque** era um lugar para se **passear**, **remar e namorar**, especialmente aos **domingos**. (...) O **parque** desempenhava, portanto, um papel importante no **itinerário amoroso** da cidade. Local mais que apropriado, abrigava, **à noite**, os **casais** que se refugiavam dos olhares da **cidade** de costumes ainda provincianos. (...) Tudo isso acontecia depois do ***footing*** e da tradicional **retreta**, que mudara para a **Praça da Liberdade** (PENNA et alii, 1992, p. 64; itálico do original, grifos nossos).

Parque da Independência (antes e atual Parque da Liberdade) após 1922, Fortaleza, o lago com a ilha, o Templo do Cupido e a balaustrada em cimento armado, provavelmente um passeio em família.
Fonte: Acervo Nirez.

Parque Arruda Câmara, João Pessoa, o lago com canteiro e refúgio para aves, um passeio em dia de domingo.
Fonte: *Era Nova*, n. 73, 1925.

A apropriação cotidiana dos jardins públicos também se dava pela existência de outros equipamentos no seu recinto e edificações e instituições públicas, educativas ou culturais na sua vizinhança imediata, sendo exemplares os teatros e as escolas.

No Recife, o Teatro de Santa Isabel, projetado em 1844 por Louis Vauthier e inaugurado em 1850, sofreu um incêndio em 1869 e, após recuperado, foi reaberto em 1876. A discussão sobre sua reconstrução esteve articulada à proposta de criação de um passeio público e do ajardinamento do Campo das Princesas (atual Praça da República), evidenciando a relação entre o jardim e o teatro como equipamentos de recreio público. Em 1871, registrava o relatório do governo provincial:

> **Passeio Publico.** (...) Se a provincia podesse pospôr serviços urgentes, como são especialmente as vias de communicação e a instrucção publica, seria aproveitavel a idéa de construir-se o **theatro** no terreno fronteiro ao **palacio da presidencia**, mas sob vistas mais largas (...). Dest'arte o **Campo das Princezas**, com vista livre para o bairro do Recife ao nascente; para o da Boa-vista, ao occidente, augmentado com os terrenos occupados pelo jardim do palacio, donde abrange-se toda a extensão que tem por limite as alturas de Olinda, ao norte; **accessivel** do lado do sul por quatro ruas largas, offereciria (*sic*) proporções, não para um **passeio publico**, mas para ser **ajardinado** e adornado com **ligeiras construcções de recreio popular**, sem prejuizo da livre circulação pela ponte de Santa Isabel, pela que se deve construir na mesma direcção ao bairro do Recife, e pelas ruas confluentes ao mesmo **campo**. Ainda reconstruido o **theatro** no mesmo local, esse plano pode ser levado a effeito (ALBUQUERQUE, 1871, p. 26; grifos nossos).

O cronista Mario Sette (1981 [1935], p. 201-202) comenta que as retretas por ele frequentadas eram um fator de reunião na Praça da República, a qual "só se animava tambem, nas noites de espetaculo no Santa Isabel ou nos circos de cavalinhos que se armavam no terreno próximo ao Tesouro". Os jardins favoreciam-se da presença dos teatros, que promoviam ajuntamentos de pessoas na entrada ou na saída dos espetáculos.

São muitos os exemplos de casas teatrais defronte ou muito próximas a logradouros ajardinados, a exemplo do Jardim do Campo das Princesas (1872) e Teatro de Santa Isabel (1850) no Recife; Praça Pedro Américo (1917) e Teatro Santa Rosa (1888) em João Pessoa (MELLO, 1990, p. 31); Jardim Nogueira Accioly da Praça Marquês do Herval (1903) e Teatro José de Alencar (1910) em Fortaleza; Praça Pedro II e Teatro 4 de Setembro (1894-1900) em Teresina (LOPES et alii, 2014, p. 409-411); e Praça Deodoro e Teatro Deodoro (1910) em Maceió. Nas palavras de Otacílio de Azevedo, em sua *Fortaleza Descalça* (2012 [1980]):

> A primeira vez que transpus as portas do ***Theatro José de Alencar*** foi na noite de 17 de setembro de **1910** – era a sua inauguração artística (...). Do lado de fora, na **Praça Marquês do Herval** (...), a **festa** continuava: rodas de fogo, morteiros, foguetes e girândolas num verdadeiro milagre pirotécnico. (...) A **praça** defronte ao **Theatro** era, àquela época, um verdadeiro "**Jardim de Afrodite**", todo plantado de **rosas**, **dálias**, **borboletas e mais uma infinidade de flores e crótons** – tudo aquilo muito bem cuidado e regado à força de possantes **chafarizes**. No centro da **Praça**, um **enorme e belo coreto**, onde a **Banda** da Polícia Militar executava todas as quintas-feiras belas partituras (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 82-84; aspas e itálico do original, grifos nossos).

Além dos teatros, espaços educativos, fossem faculdades, liceus, grupos escolares ou escolas normais, representavam importantes catalisadores das novas formas de apropriação dos jardins, todos constitutivos do processo de secularização da sociedade a se inscrever no espaço urbano. Também não faltam exemplos dessa correlação, se tomarmos o caso dos colégios jesuíticos transformados em instituições estudantis.

O antigo Colégio dos Jesuítas abrigou a Faculdade de Direito do Recife a partir de 1882, em frente ao Jardim da Praça D. Pedro II ou do Espírito Santo (hoje Praça Dezessete); em Salvador, no Terreiro de Jesus, após destruído por um incêndio, foi substituído pela Faculdade de Medicina da Bahia por volta de 1905-1906 (ARAÚJO, 2006, p. 91); em João Pessoa, sediou, por muito tempo, o Liceu Paraibano e, posteriormente, o curso de Direito da UFPB, defronte ao antigo Jardim Público. Com base na exposição *Memoria Historica* sobre a Faculdade de Direito, apresentada pelo professor Phaelante Câmara em 1903, o *Almanach de Pernambuco para o anno de 1906* compilou a seguinte histórico:

> A historia da ***Faculdade de Direito***, tomando por ponto de vista a área geographica, divide-se em tres phases: – a de Olinda a principio no claustro de S. Bento e, depois, no edificio do Varadouro; a do Hospicio; e, por ultimo, a phase do **Pateo do Collegio** que, apesar de provisoria, ainda não terminou. (...) Transferida para o Recife em 1854 para o velho casarão da rua do Hospicio, e em **1882** para o **actual edificio**, a Academia ainda espera ser *definitivamente* alojada (...). Ao presente predio, **antigo convento dos jesuitas**, são necessarios commodos, architectura e hygiene. A principio só ocupava um raio da frente d'aquelle convento, contiguo á **igreja do Espirito Santo**, confronte a ***Praça 17*** **e seu jardim** (...). As salas em que se reunem os estudantes no periodo das aulas e dos exames são quentes e a humidade do solo poreja-lhes pela junctura dos tijolos. Não existe **jardim**, pateo, saguão, área aberta ou fechada em que centenas de rapazes se possam reunir (ALMANACH DE PERNAMBUCO PARA O ANNO DE 1906, p. 129-130; itálico do original, grifos nossos).

Se lhes faltava um jardim interno, os estudantes da Faculdade de Direito do Recife dispunham do jardim externo, implantado na Praça D. Pedro II ou Largo do Espírito Santo

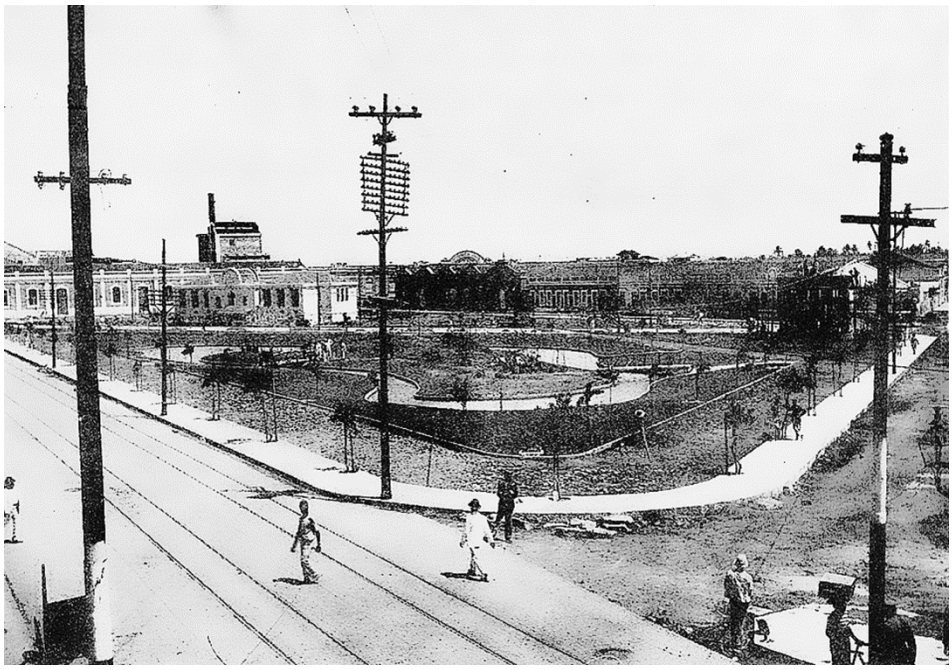
em 1877. Todavia, o relato do professor Phaelante Câmara, dos primeiros anos do século XX, contrasta com as recordações coevas de Mario Sette, considerando a edição original de *Maxambombas e Maracatus*, ao se referir ao Recife "de trinta anos atrás" (1981 [1935], p. 227). Talvez a inadequação ou insuficiência do prédio explicassem o fervor da crônica de Mario Sette em relação à apropriação do Jardim da Praça do Espírito Santo pelos estudantes.

> Tantos **nomes antigos**. **Pateo do Colegio**, **Praça Pedro II**, **Largo do Espirito Santo**, **Praça 1817**... Agora vive socegada (*sic*), deserta, esquecida. Num Recife de trinta anos atrás foi **um dos pontos mais movimentados e divertidos da cidade**. Porque ali ficasse, ao lado da **igreja do Espirito Santo**, **no antigo convento dos jesuitas**, **a Faculdade de Direito**. (...) E, ali, no esfusiamento e no ruido das expansões da idade e da classe explodiam as conversas, os discursos, as risadas, os trótes, as gargalhadas, as vaias, as diabruras de toda ordem... **O jardim era reduto ocupado**. Ninguem se atrevia a atravessal-o temendo uma irreverencia, uma pilheria, uma pulha. (...) **Na praça 17**, no **jardinzinho do Espirito Santo**, revelaram-se inteligencias, oradores, culturas que depois andaram e andam servindo e honrando o Brasil (SETTE, 1981 [1935], p. 227; grifos nossos).

Já no século XX, identificamos obras de ajardinamento de praças simultaneamente à construção de grupos escolares, como a Praça Aristides Lobo (1917-1918) e o Grupo Escolar Tomás Mindello (1916) (MELLO, 2006, p. 115), em João Pessoa, e a Praça Sérgio Loreto e o grupo homônimo (1924), no Recife.

> O Diario do Estado publicou notas descriptivas do predio que, na **antiga Campina do Bodé**, está a Prefeitura construindo para installação de um novo **grupo escolar** que tomará o **nome – Sergio Loreto**. A localisação de tão importante serviço, naquella **praça**, exige, naturalmente o seu completo saneamento, o que está fazendo a Prefeitura com as obras ali iniciadas. Assim, **a velha campina se está transformando no futuro Parque Sergio Loreto**, destinado a servir brevemente de **magnifico logradouro** aos **habitantes** da freguezia de S. José. Com isto atende o sr. prefeito, com a possivel solicitude ao **embelezamento da cidade** e distribue por todos os bairros os beneficios reclamados da sua operosidade. Conforme se vê no cliché que publicamos, o **largo** terá, ao poente, o **edificio do grupo escolar Sergio Loreto**, obedecendo a todas as regras de hygiene, com as suas quatro salas de aulas, respectivas vestiarias, installação sanitaria, gabinetes de directoria e professorado e uma cantina, todo o predio circumdado por **farta arborisação** e isolado por um muro de recinto e lindo gradil de ferro. Para o lado do nascente ficará o **novo parque**, **projectado pelo prefeito dr. Antonio de Góes** que deseja inaugurá-lo no proximo 19 de outubro, segundo anniversario de sua administração na Prefeitura Municipal do Recife (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 1, julho de 1924; grifos nossos).
>
> No refugio fronteiro, separado do primeiro pelo prolongamento da rua da Concordia, está sendo construido o **grupo escolar "Sergio Loreto"**, alem de diversos **canteiros** que como os do outro refugio já estão demarcados com

> meios-fios de alvenaria. A construcção do predio do **grupo** acha-se bastante adiantada, estando terminados a base de concreto para o piso, os revestimentos interno e externo e já tendo sido iniciada a cobertura que será de telha. Os refugios, de que fallamos e que são de forma triangular, já estão cercados por passeios de cimento, limitados por meios-fios de granito e competentes canalizações de aguas pluviaes; já está em vias de receber o asphalto uma rua ao lado direito da **praça** e que limita o primeiro dos refugios. Pela ligeira descripção que fizemos é fácil notar o grande impulso que vem tomando os serviços da **praça**, o que faz suppôr que será inaugurado o **bello parque** em 19 de outubro, segundo anniversario da administração municipal (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 2, agosto de 1924; aspas do original, grifos nossos).



Praça Sérgio Loreto e grupo escolar homônimo, Recife, o lago e árvores recém-plantadas.
Fonte: *Revista de Pernambuco*, n. 4, 1924.

> A **remodelação** da **antiga campina do Bodé**. A prefeitura do Recife, no seu constante labor de **reformas**, **transformou a feia e pantanosa campina do Bodé** na **linda praça** acima, a que denominou de **Sergio Loreto** que será inaugurada hoje, juntamente com o lindo **grupo escolar**, que se vê ao fundo (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 4, outubro de 1924; grifos nossos).

Salientamos, ainda, a construção de prédios educacionais no entorno de logradouros já ajardinados, como a Escola Normal, em frente ao Jardim Público de João Pessoa, durante a administração do governador Francisco Camillo de Hollanda (1916-1920) e a cargo do arquiteto-engenheiro italiano Paschoal Fiorillo (MELLO, 2006, p. 114).

Em 1923, o projeto do Parque 13 de Maio valorizava a Escola Normal do Recife através da provisão de área de recreação. A edificação estava localizada dentro da gleba onde, em 1939, foi inaugurado o parque, cuja planta baixa, já em 1923, indicava uma "área

reservada para o ajardinamento da escola". A instituição ali permaneceu até o início da década de 1960, quando o prédio passou a ser ocupado pela Câmara de Vereadores.

Jardim do Palácio do Campo das Princesas (atual Praça da República), Recife, o gradil em ferro e mureta, um dos lagos, duas figueiras em primeiro plano, palmeiras imperiais ao centro e, em último plano, dois pinheiros, momentos de contemplação e o footing. Ao fundo, o Palácio do Governo de Pernambuco.
Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Os jardins eram espaços propícios para caminhar, ouvir música, desfilar entre as alamedas, apreciar as flores dispostas em jarros e canteiros, se refrescar e respirar um pouco de ar puro, flertar, contemplar os lagos e ornamentos, tirar fotos, frequentar cafés, interagir, ajuntar-se na saída do teatro ou da escola ou, simplesmente, debater os assuntos do cotidiano e sentar-se para ler o jornal. Segundo as memórias de Otacílio de Azevedo, inscritas na sua *Fortaleza Descalça* (2012 [1980]), ao chegar à cidade em 1910, observou na Praça do Ferreira:

> Quatro fileiras de bancos de taliscas verdes eram ocupados por **verdadeira multidão**: uns liam "O malho", outros a "Leitura para todos", outros ainda "O Jornal do Ceará" ou "A República" (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 40; aspas do original, grifos nossos).

Seu conterrâneo e homônimo Otacílio Colares nos fala, em *Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande* (1980), dos assuntos políticos debatidos na Praça General Tibúrcio, defronte ao Palácio do Governo do Ceará, bem como das rodas de conversa noturna de que participava nos bancos no Jardim 7 de Setembro da mesma Praça do Ferreira, ambas muito próximas uma da outra.

> Para muitos passou a se constituir desperdício aquela área de **terreno ajardinado** do **velho Palácio**, apenas a dois passos da **Praça do Ferreira**, embora naquele **jardim**, por **noites** adentro, muita **conversa** séria tivesse havido, ao longo de muitos e muitos tempos, algumas delas origens de fatos de transcendental importância para a história política do Ceará. (...) Nas **tardes**, cada qual vinha das suas atividades (...). Depois, cada um procurava o rumo do lar e aí, por volta das nove e meia da **noite**, havia o encontro em certo café de preferência. Mas a conversa do café não era propriamente do grupo, pois havia, naturalmente, os penetras (...). Assim, depois dessa conversa furada, dirigíamo-nos para determinado banco do **Jardim Sete de Setembro**, e aí, sim, a coisa se adentrava, a **conversa** se estabelecia numa espécie de maçonaria literária que se prolongava, geralmente, até a hora do último bonde, que saía da **Praça** às onze horas em ponto (COLARES, 1980, p. 32; 130-131; grifos nossos).

Entre os historiadores contemporâneos, Antonio Paulo Rezende diz que, no Recife do início dos anos 1930, a população dispunha de praças onde se podia sentar para ler o jornal do dia. A imagem a seguir, apesar de parecer uma foto "posada", é uma representação correspondente a tais relatos historiográficos.

> **Belas praças** como a da **República**, a do **Derby**, a **Joaquim Nabuco**, a **Maciel Pinheiro**, a **Siqueira Campos**, onde se poderia **sentar para ler os jornais da época** como o *Diario de Pernambuco*, o *Jornal do Commercio*, o *Diario da Manhã*, o *Jornal Pequeno* (REZENDE, 2005, p. 111; itálico do original; grifos nossos).

Parque do Derby (atual Praça do Derby), Recife, pérgula "dórica" em cimento armado para plantas trepadeiras, o lago onde foi criada a Ilha dos Amores, ilustração do hábito da leitura e, junto ao banco, um olho-de-pombo recém-plantado. Ao fundo, o Quartel da Força Pública Estadual. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

A permanência nos jardins era estimulada pelos pavilhões de chá e cafés no seu interior ou no entorno, a exemplo dos quiosques da Praça do Ferreira, praticamente evocados por toda a plêiade de escritores cearenses. Entre eles, Antonio Bezerra de Menezes (in REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1895, p. 148), Raimundo de Menezes (2006 [1938], p. 49; 156-159), João Nogueira (in REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1942, p. 148; 1954, p. 168), Raimundo Girão (1979 [1959], p. 127; 129), Gustavo Barroso (1962, p. 283-284), Otacílio de Azevedo (2012 [1980], p. 39; 41; 71-73) e Mozart Soriano Aderaldo (1974, p. 53; 1989b, p. 61-65).

Por sua vez, as retretas ou tocatas, geralmente noturnas, estavam incluídas no circuito das diversões urbanas, sendo um atrativo durante o *footing*, mas também um acontecimento à parte, ao qual importava desde a escolha da roupa até a publicação do programa musical nos jornais de circulação regular. Compor música para retretas era até considerado sinal de *status* nas primeiras décadas do século XX (MELLO, 1990, p. 93).

As retretas eram realizadas regularmente e em eventos específicos – solenidades de inauguração de jardins, comemorações do "7 de Setembro", *garden-parties*, certames, exposições, quermesses e outras festividades. Muitos atos de inauguração aconteciam no final da tarde ou à noite, conforme demonstram os jornais, ora anunciando e convidando a população, ora reportando os eventos já realizados. Não faltam notas da imprensa noticiando sua ocorrência desde o século XIX até as três primeiras décadas do XX, mostrando a longa duração dos concertos públicos em todo o período do nosso estudo, bem como a ocupação dos jardins no horário noturno.

Transcrevemos aqui algumas notícias cobrindo desde a inauguração do Jardim do Campo das Princesas (1872), Jardim da Praça do Conde d'EU (1875), passando pela Praça Sérgio Loreto (1924), no Recife, até o Jardim Demóstenes de Carvalho da Praça Gonçalves Ledo (1929) e o Jardim Tomás Pompeu da Praça Comendador Teodorico (1930), em Fortaleza, movendo-nos num arco temporal de seis décadas.

> Amanhã será aberto e franqueado ao **publico** o **jardim** ultimamente construido no **Campo das Princezas**, sendo adornado com bandeiras e galhardetes, e **illuminado á noute**. O **jardim** não está ainda terminado; mas á despeito disso, continuará **aberto e franco ao publico**, e desde já entrará no limitado numero dos lugares offerecido á **recreação publica** (DIARIO DE PERNAMBUCO, 19/10/1872, p. 2; grifos nossos).

> Hontem, às 5 horas da **tarde**, teve lugar a inauguração do **jardim Conde d'EU**, subindo aos ares girandolas de foguetes aos sons do hymno brasileiro tocado simultaneamente por tres **bandas de musica** marcial. O **concurso do povo** presente foi como sôe acontecer com as solemnindades dessa natureza. Toda a rua da Imperatriz e **praça do Conde D'Eu**, onde fica o **jardim**,

achavam-se profusamente embandeiradas. Commisões de diversas associações que se fizeram representar nessa **festa**, dirigiram honrosissimos cumprimentos ao Sr. Dr. Pedro de A. Lobo Moscoso, á iniciativa de quem se deve tão importante **embellezamento** da freguezia da Boa Vista, e que é também um melhoramento **publico**, com que fica dotada esta **cidade** (DIARIO DE PERNAMBUCO, 16/10/1875, p. 1; grifos nossos).

Das **festas** celebradas ante-hontem, foi esta, sem duvida, uma das que de mais brilhantismo se revestiram. Cerca das 16 horas chegaram á **antiga Campina do Bodé**, **transformada** hoje no **bello parque** que **embelleza** o bairro de S. José, os srs. Sergio Loreto, governador do Estado e dr. **Antonio de Góes**, prefeito do Recife (...). O sr. prefeito proferio, então, o seguinte discurso. (...) No **aformoseamento** da **praça** onde demora (*sic*) esta **casa escolar** fiz cumprir, pelos meus dignos auxiliares, o **projecto que organisei**, sem as pretenções (*sic*) de uma obra admiravel, porem technicamente concebida (...). Para o **baptismo** desta **casa** e deste **logradouro**, foi escolhido o nome tantas vezes respeitavel do actual chefe do Estado (...). O **parque** que tem o **nome** do **sr. governador do Estado**, constituiu-se pela sua **extensão** e obras d'arte um importantes (*sic*) serviço de **utilidade publica**. A sua **illuminação** é abundante. No **pavilhão de retretas** existente a excellente **banda musical** da Prefeitura, sob a batuta do sr. Marinho Reis, realizou uma **tocata**, obedecendo a um programma caprichosamente confeccionado. A **concurrencia** á inauguração do **parque e grupo** foi **numerosa** (DIARIO DE PERNAMBUCO, 21/10/1924, p. 2; grifos nossos).

Hoje, vespera de Natal ás 8 horas da **noite**, será entregue ao **publico** o **Jardim Demosthenes de Carvalho**, á **Praça Gonçalves Lêdo**. Para a **assistencia** desse acto a prefeitura convida todos os **municipes** (CORREIO DO CEARÁ, 24/12/1929, p. 3; grifos nossos).

Realizou-se, terça-feira, ás 20 horas, a solemnidade da inauguração do **<<Jardim Demosthenes de Carvalho>>**, á **Praça Gonçalves Lêdo**, **(Carmo)**. Durante o acto, aquelle famoso **logradouro** quase não comportava **numerosa e selecta assistencia**. A **banda de musica** do Regimento Policial abrilhantou a solemnidade, executando numeros do seu vasto repertorio. Em frente á **matriz do Carmo** foram queimados fogos de artificio. O **movimento** se prolongou até pela **madrugada**, no meio da mais communicativa **alegria** (O NORDESTE, 27/12/1929, p. 3; aspas do original, grifos nossos).

Realizou-se ás 19 ½ horas de 12 do corrente, a inauguração do **Jardim Thomaz Pompeu**, recentemente construido pela prefeitura municipal, á **praça Commendador Theodorico**, **antiga da Alagoinha** (*sic*). Com a presença do Exmo. sr. Presidente do Estado e suas casas civil e militar, representante do sr. arcebispo Metropolitano, autoridades, federaes, estaduaes e municipaes, o sr. Alvaro Weyne, prefeito municipal, pronunciou ligeiro discurso sobre a cerimonia inaugural bem como o preito prestado pelo municipio ás personagens do Commendador Theodorico da Costa e dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil. Terminou, fazendo entrega ao **publico** da referida **praça e Jardim**. Em seguida, o sr. Presidente do Estado declarou inaugurado o **logradouro**, que foi franqueado ao **publico**. Foi lavrada uma acta commemorativa, e assignada pelas autoridades, imprensa e quem assim o quizesse. Até ás 22 horas a **banda de musica** do Regimento Militar, tocou

> no local onde as avenidas regorgitavam, da **massa popular** (CORREIO DO CEARÁ, 15/7/1930, p. 2; grifos nossos).

Conforme tratamos no capítulo anterior, as notícias sobre a inauguração dos jardins frequentemente realçavam a mudança de nomes dos logradouros, na medida em que apontavam a distinção entre "praça", "campina" ou "campo" e "jardim" ou "parque", bem como empregavam o adjetivo "antiga" em referência às primeiras.

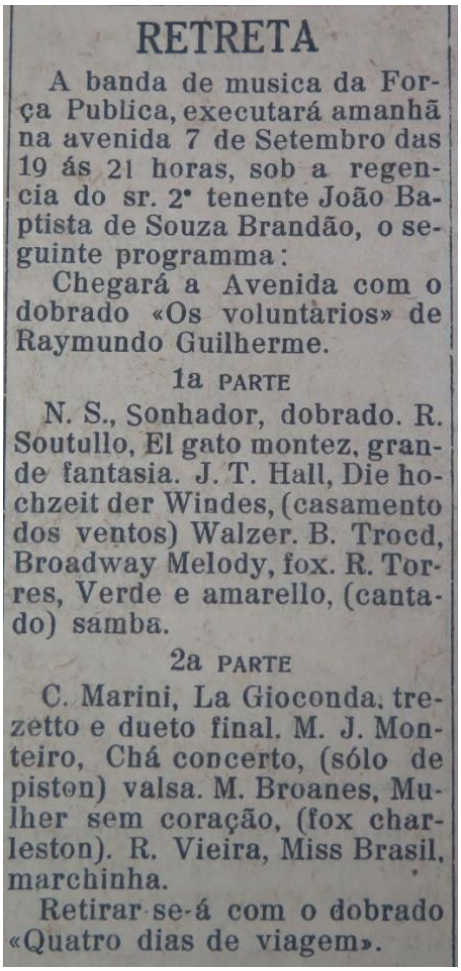
Os concertos regulares eram, via de regra, semanais, vespertinos ou noturnos, portanto uma diversão para a família após o expediente de trabalho, podendo ser às terças-feiras, quintas-feiras ou sextas-feiras, por exemplo, conforme determinado pela municipalidade. Mas também aos domingos ou em dias e horários diferenciados em muitas outras festas e comemorações cívicas, temáticas ou beneficentes.

Os programas musicais das apresentações semanais e os relatos das domingueiras que encontramos nos jornais indicam os horários em que ocorriam as retretas. A iluminação pública, primeiro a gás e, mais tarde, elétrica, alterava as formas de fruição da cidade, tanto no caso do *footing*, quanto das retretas, sendo fundamental para o uso noturno dos jardins.

> Hoje, de 8 ás 11 horas, a **banda de musica** do 2º Batalhão Militar tocará no **Parque da Liberdade**; das 19 ás 21, tocará na **Avenida 7 de Setembro** a **banda** do 48º Batalhão de Caçadores, e, ás mesma horas, a da 2ª Companhia Isolada tocará no **Passeio Publico** (UNITARIO, 9/8/1914, p. 2; grifos nossos).

> A **banda de musica** do 48º Batalhão de Caçadores tocará hoje, no **Passeio Publico**, das 18 e meia ás 21 horas, e a da 2ª Companhia Isolada, no **Parque da Liberdade**, das 8 ás 11 (UNITARIO, 13/12/1914, p. 2; grifos nossos).

> Promette uma **animação** extraordinaria a **reunião** amanhã, no **Parque da Liberdade**, que apresenta **aspecto novo**, **remodelado** e cuidadosamente zelado, tudo devido ao incansavel labor do nosso prefeito municipal, coronel Casemiro Montenegro. Haverá **musica** e, com certeza, **grande affluencia** por parte da nossa melhor **sociedado** (*sic*), que aos **domingos** costuma fazer ali o seu **passeio predilecto**. Entre os muitos **attractivos** que o zelador do **parque** sempre nos proporciona, apresentará amanhã um **baile infantil**, no Juazeiro, verdadeira surpresa, que muito alegrará a **petizada**. É certo, também, que o nosso collaborador do Binóculo, a elegante secção de perfis femininos das **senhoritas** frequentadoras do **Parque**, reencetará essas apreciadas chronicas. A sociedade melhor desta terra não faltará, de certo, a essa **reunião domingueira** (UNITARIO, 29/8/1914, p. 2; grifos nossos).



RETRETA

A banda de musica da Força Publica, executará amanhã na avenida 7 de Setembro das 19 ás 21 horas, sob a regencia do sr. 2° tenente João Baptista de Souza Brandão, o seguinte programma:

Chegará a Avenida com o dobrado «Os voluntarios» de Raymundo Guilherme.

1a PARTE

N. S., Sonhador, dobrado. R. Soutullo, El gato montez, grande fantasia. J. T. Hall, Die hochzeit der Windes, (casamento dos ventos) Walzer. B. Trocd, Broadway Melody, fox. R. Torres, Verde e amarello, (cantado) samba.

2a PARTE

C. Marini, La Gioconda, trezetto e dueto final. M. J. Monteiro, Chá concerto, (sólo de piston) valsa. M. Broanes, Mulher sem coração, (fox charleston). R. Vieira, Miss Brasil, marchinha.

Retirar-se-á com o dobrado «Quatro dias de viagem».

Programa de retreta no Jardim 7 de Setembro da Praça do Ferreira (atual Praça do Ferreira), Fortaleza. Fonte: *Correio do Ceará*, 16/8/1930, p. 2.

MUNDANISMO

RETRETA

A banda de musica do 23 Batalhão de Caçadores fará retreta hoje, quinta- feira, no Passeio Publico desta cidade, das 19 ás 21 horas, executando o seguinte programa:

1a. PARTE

«Marcia Trinfale».....A. Balladori
«Gold und Silber», grande valsa...Frazn Lehar
«Rozalina», samba.....J. Tomaz
«Boa noite querida», fox.....Rai Noble

2a. PARTE

«Rui Barbosa», sinfonia marcial...J. C. Nascimento
«Coro e Serniam de Il Promesse Spose..A. Ponchielli
«A noite desce», reminiscencias, valsa lenta.Z. Abrele
«Zé poeta», marchinha.....R. Rego

Programa de retreta no Passeio Público de Fortaleza (atual Praça dos Mártires). Fonte: *O Povo*, 16/2/1933, p. 10.

Programma da retreta a ser realizada hoje na praça Commendador Felizardo, pela banda de musica do 22º Batalhão de Caçadores.

1.a parte
Fantasia – "Ruy Blas" – F. Marchetti.
Valsa – "Judex" – P. Ninao.
Tango – "Chacarita" – V. Laduca.
Dobrado – "Guanabara" – E. Souto.

2.a parte
Fantasia – "Othelo" – G. Verdi.
Fox-trot – "Ave da Vida" – C. Ribeiro.
Tango – "Que maçada" – E. Souto.
Dobrado – "Cabo Branco" – Zuzinha.

Programa de retreta no Jardim Público de João Pessoa (atual Praça João Pessoa). Fonte: *O Jornal*, 6/12/1923, p. 3.

As retretas foram muito relatadas por escritores e estudiosos do passado das cidades brasileiras, antigos e contemporâneos. Elegemos alguns que nos pareceram significativos por oferecerem marcos cronológicos, por constituírem testemunhos de época, legados pela pena de Mario Sette, no Recife, e Otacílio de Azevedo, em Fortaleza.

> Duas **bandas musicais**, porem, existiram no Recife que mereceram o realce, a fama, os aplausos e os partidarismos que provocaram: a Matias Lima e a Charanga do Recife. (...) Em **1901**, si não ha engano, houve um **torneio musical** entre as duas **bandas** rivais no **jardim da Praça Maciel Pinheiro**. Num **15 de Novembro**. Anunciado, fez cocegas nos partidarios e despertou interesse nos imparciais. Bandeirolas, luzes, canelas, gente muita. (...) Tocaram o hino nacional. E dali por diante o **torneio** ficou uma coisa seria. (...) **9, 10, 11, 12 horas da noite** e cadê que nenhuma das **bandas** queria descer do **corêto**?! (...) E foi quando um delegado de policia, sensato, calmo, conciliador, interveio no torneio para evitar maior pancadaria no fim. Nenhuma das **bandas** desceria primeiro do **corêto**. Desceriam e sairiam juntas (...) lá se foram vitoriosas, elegantes, afinadas, para suas sédes (SETTE, 1981 [1935], p. 159-160; grifos nossos).

> Por volta de **1912** era a **Avenida Marquês de Herval** (hoje praça José de Alencar) **um dos mais belos logradouros da capital**. (...) Nos dias de **retreta**, havia **grande quantidade de gente**, acotovelando-se para conquistar um lugar mais perto do **coreto**, onde a **banda** executava valsas e trechos de operetas mais conhecidas (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 55, grifos nossos).

Já consolidadas no século XX, as retretas incluíam em sua programação valsas, polcas, maxixes, tangos e marchas militares, os chamados dobrados. Posteriormente, tornou-se comum a execução do foxtrote americano, em gosto a partir da década de 1920, conforme verificamos em diversos programas publicados nos jornais de circulação regular.

Nesse período, danças e ritmos musicais como o *foxtrote*, o *charleston* e o *jazz* e o uso do automóvel, símbolo de riqueza e *status* social, representavam duas vias de penetração da cultura norte-americana nos modos de usufruto dos espaços urbanos, fosse pela música estadunidense executada nos jardins públicos e salões sociais, fosse pela extensão dos novos deslocamentos em direção aos parques, praias e subúrbios, até então áreas periféricas.

A propósito da difusão do foxtrote e do charleston nos anos 1920, segundo o Dicionário Houaiss (2009), ambas as palavras foram dicionarizadas no século XX. Evidentemente, não as encontramos nos dicionários de português dos séculos XVIII e XIX (SILVA, 1789; PINTO, 1832; RUBIM, 1853; VIEIRA, 1873; SILVA, 1877-1878).

O dicionário *Oxford online* indica que o termo charleston data da década de 1920, designando a dança de compasso rápido, após assim ter sido nomeada a cidade portuária de Charleston, no estado da Carolina do Sul, onde foi deflagrada a Guerra Civil Americana (1861-1865). O *Merriam-Webster online* registra que o primeiro uso da palavra em inglês data de 1925. O Houaiss (2009) indica, igualmente, a ocorrência da palavra charleston na língua portuguesa por volta de 1925, portanto contemporaneamente à sua popularização no contexto estadunidense.

O foxtrote era uma dança de salão e gênero musical originados nos Estados Unidos no início do século XX, difundido a partir das décadas de 1910 e 1920. Nos programas musicais publicados nos jornais, adotava-se, inclusive, a grafia em inglês *fox-trot* ou simplesmente *fox*, inovação anotada pelos historiadores José Octávio de Arruda Mello (1990, p. 94), em João Pessoa, e Sylvia Couceiro (2012, p. 89), no Recife. O *foxtrote* era executado nas tocatas que ocorriam em diversos jardins, a exemplo do Jardim Público de João Pessoa, cujos programas eram semanalmente divulgados em *O Jornal* (1923-1924).

Em seu clássico *Maxambombas e Maracatus* (1981 [1935]), novamente o escritor pernambucano Mario Sette já se queixava das músicas alvoroçadas naquelas décadas do

século XX, comparadas com as retretas que costumava frequentar na Praça da República, quando jovem, em 1903.

> **Retrêtas concorridas**, **elegantes**, **famosas** do Recife de ontem. Faziam-se vestidos para elas. E os repertorios das **bandas** constituiam verdadeiros requintes de seleção musical. Musica para se desfilar gravemente pelas **alamedas**, as moças seguidas dos pais, e os rapazes de longe. Nada de remeleixos de **fox-trot** nem de samba; nada de agarradinhos; nada de "coisinhas doidas"... Os proprios noivos pareciam ir para a igreja receber a benção; de braços dados, hirtos, comedidos (SETTE, 1981 [1935], 202; aspas do original, grifos nossos).

Uma curiosa notícia publicada no *Ceará Illustrado* registrava a agitação presente na música do século XX, por ocasião da inauguração da remodelação da Praça do Ferreira, ocorrida em 24/5/1925. A denominada "Avenida 7 de Setembro" era, na verdade, o nome pelo qual era conhecida a praça propriamente dita ou sua via central.

> Depois de passar por uma **completa reforma**, inaugura-se amanhã a nossa principal **avenida**, **7 de Setembro**, á **Praça do Ferreira**. Commemorando esse evento da vida da nossa capital, haverá **retreta á noite**, pela **banda** da Força Publica do Estado (CORREIO DO CEARÁ, 23/5/1925, p. 1; grifos nossos).

> A **Praça do Ferreira** – o **jardim** será inaugurado hoje, debaixo de **musica** de pancadaria, de foguetão, discurso e com a presença das altas autoridades federaes, estadoaes e municipaes. Durante mezes, aquella prolongada **reconstrucção** serviu de atravaneo á vida da capital. A Prefeitura deferiu meia duzia de petições de prorogação (*sic*) do praso. Aquelle perimetro se conservou cercado de arame farpado quase meio anno. So alguem se tivesse aventurado a levantar uma estatistica dos estragos daquelle arame farpado, encheria folhas e mais folhas. Calças e saias rasgadas, pernas arranhadas, creanças atiradas ao chão e... que longa estrada de maleficios! Quanto teria custado, aos cofres municipaes, a **remodelação** da **Praça do Ferreira**? (CEARÁ ILLUSTRADO, n. 46, maio de 1925; grifos nossos).

Nesse mesmo período, outra influência americana na música e no panorama das diversões públicas eram os *jazz-bands*. Nos anos 1920, o Recife era animado pelo "som do jazz-band nas casas de chá" (REZENDE, 2005, p. 101) e em eventos sociais. Entre eles, citamos um *garden-party* ocorrido em 1923 no Jardim do Palácio do Campo das Princesas, com a presença do "excellente jazz-band do musicista Barroso" (JORNAL DO COMMERCIO, 23/10/1923, p. 3). Segundo as memórias de Mario Sette do início do século XX:

> Quem passasse **á noite**, a uns trinta anos atrás, na rua do Imperador, no trecho que vai de 1º de Março ao **largo do Espirito Santo**, ouviria de um sobrado os toques de ensaio de uma **banda musical** que não se afinava nem se harmonizava nunca. Era uma verdadeira discussão entre as trompas e os pistons, os pratos e os clarinetos, o bombo e a requinta, os rufos e os trombones, numa promessa confusionista e gutural do que hoje se chama **jazz-band** (SETTE, 1981 [1935], p. 158; grifos nossos).

A historiadora Sylvia Couceiro (2012, p. 90) aponta que norte-americanos eram proprietários de empresas de parques de diversões, excursionando pelo país e passando temporadas nas cidades maiores. De acordo com a autora, a empresa Coney Island esteve no Recife entre 1923 e 1927 (COUCEIRO, 2012, p. 90), o que verificamos nas festas de inauguração do Parque do Derby, no âmbito da Exposição Geral de Pernambuco (DIARIO DE PERNAMBUCO, 19/10/1924, p. 6).

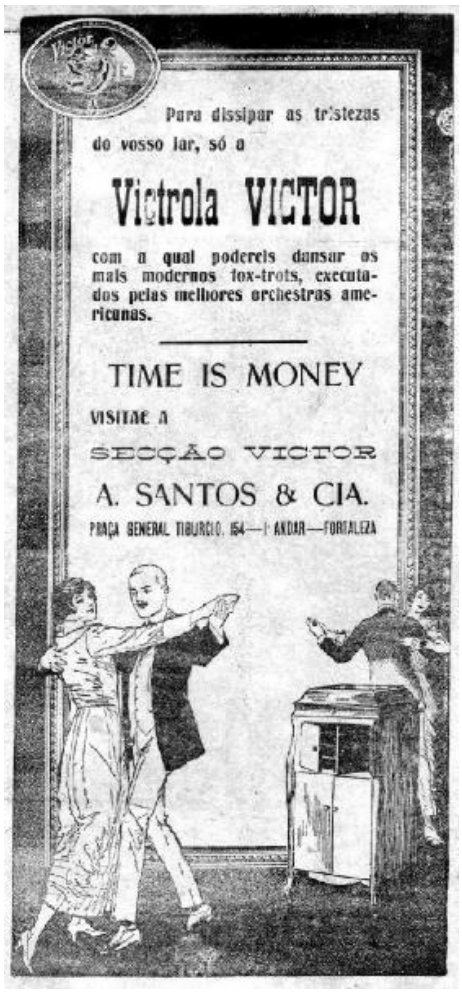
A partir dos anos 1910 e, sobretudo, na década de 1920, a penetração dos valores da sociedade americana no Recife, Fortaleza e João Pessoa pode ser ilustrada pela expressiva quantidade de matérias de cunho político, social, cultural e tecnológico, fotos de paisagens e anúncios publicitários de produtos industrializados oriundos dos Estados Unidos – com destaque para o automóvel e seus componentes –, conforme publicados em revistas e jornais. Citamos o *Unitario* (1914), *A Tribuna* (1922), *O Nordeste* (1922; 1929), *Correio do Ceará* (1925; 1930), *Ceará Illustrado* (1925), *O Povo* (1928-1933), em Fortaleza; *Revista de Pernambuco* (1924), *Diario de Pernambuco* (1925), *Jornal do Recife* (1925), *Revista da Cidade* (1926), *Estudantina* (1926-1927), no Recife; e *Era Nova* (1921; 1923-1925), em João Pessoa.

Destacamos, ainda, a presença física de técnicos dos Estados Unidos prestando consultoria agrícola para combater as pragas que atacavam os algodoais da Paraíba (MELLO, 2002, p. 158) ou engajados nas obras contra as secas no Ceará (GIRÃO, 1979 [1959], p. 249).

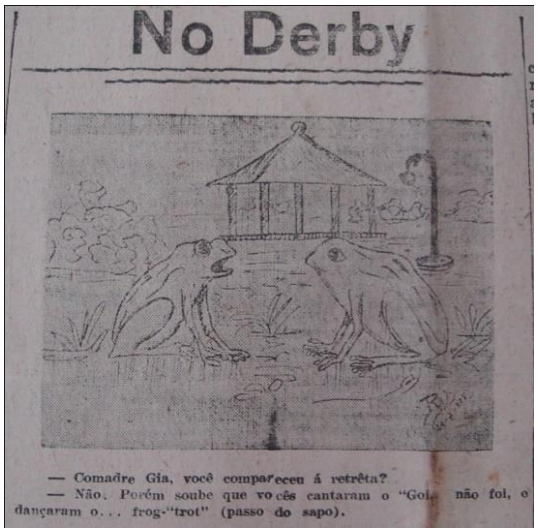
Em 1925, a edição nº 70 do periódico *Ceará Illustrado* trazia, sob o slogan *Time is Money*, uma curiosa propaganda de vitrola para "dissipar as tristezas do vosso lar" e "dansar os mais modernos fox-trots, executados pelas melhores orchestras americanas".

Nesse mesmo ano, o *Jornal do Recife*, folha de forte caráter humorístico e oposicionista, trazia muitas críticas a uma das principais realizações do governador de Pernambuco Sérgio Loreto, o Parque do Derby. O projeto foi satirizado, precisamente, a partir da associação entre o gosto, já consolidado, pelas retretas – simbolizadas no coreto – e a difusão do *foxtrote*.

> – Comadre Gia, você compareceu à **retrêta**? – Não. Porém soube que vocês cantaram o "Goia" não foi, e dançaram o... **frog-"trot"** (passo do sapo) (JORNAL DO RECIFE, 27/7/1925, p. 134; aspas do original, grifos nossos).



Anúncio de vitrola ressaltando o gosto pelo contemporâneo foxtrote, Fortaleza. Fonte: *Ceará Illustrado*, n. 70, 1925.



Cartum satírico sobre o Parque do Derby (atual Praça do Derby), Recife. Fonte: *Jornal do Recife*, 27/7/1925, p. 1.

Cartum evidenciando a difusão do Charleston, Recife. Fonte: *Revista da Cidade*, n. 15, 1926.

No Recife, outro cartum que circulou na *Revista da Cidade*, em 1926, fazia alusão ao charleston americano. Numa mesma nota social deste periódico, que comumente retratava a sociedade recifense em diversos momentos de diversão, eram flagrantes as referências ao *jockey club* inglês, à *toilette* francesa e ao *jazz* americano, propalados como hábitos e palavras oriundos da Europa, mas também dos Estados Unidos. O costume de fazer a toalete, de vestir-se bem para realizar o *footing* e comparecer às retretas era cultivado no espaço público dos jardins, extrapolando os salões sociais dos clubes, teatros, bailes e jantares.

> O Jockey Club continua a ter a gloria de reunir em seus salões a preciosa selecção do que existe de mais requintado em nossa sociedade, como graça, belleza, alegria, elegancia e riqueza. As bellas *toilettes* voltejam entre nossos olhares extasiados, apresentando-nos verdadeiros modelos de arte. E ao som do **rythmo americano** do "**jazz**" gosam os elegantes dansarinos o agradavel contacto com as deliciosas flores femininas (REVISTA DA CIDADE, n. 15, 1926; aspas e itálico do original, grifos nossos).

Em *Os coretos no cotidiano de uma cidade: lazer e classes sociais na capital da Paraíba* (1990), o historiador José Octávio de Arruda Mello mostra, por um lado, a transição dos programas musicais executados pelas bandas a caminho do Jardim Público e nas célebres retretas que lá ocorriam e, por outro, a longa duração desta forma de recreação durante o período pré-trinta.

> Nesse particular, se as valsas e polcas evocavam a sociedade do Império, com sua rigidez classicizante, os maxixes posteriormente substituídos pelos primeiros sambas, abrasileiradas valsinhas e, principalmente, os dobrados (...) exprimiam a nova ordem republicana onde esse último gênero musical, associado a campanhas militares como Guerra do Paraguai e Canudos e eventos como Centenário da Independência do Brasil, estarão para a música como as praças e estátuas para a arquitetura. (...) Tal exercício de Sociologia da Música comporta outras ilustrações como (...) a **influência cultural norte-americana** que, dominante com o advento da 2ª Guerra Mundial, a partir de 1939, já se desenhava com o **fox-trot**, nos anos de **1927, 28 e 29** (MELLO, 1990, p. 93-94; grifos nossos).

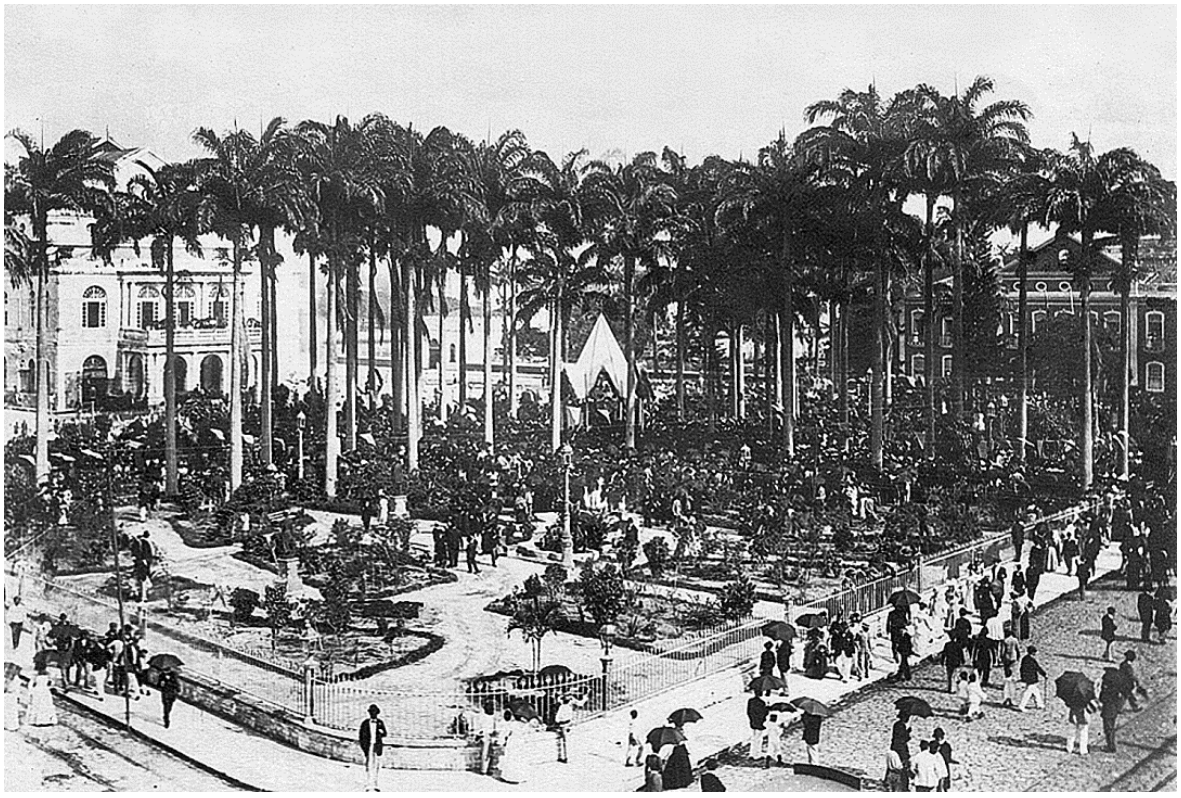
Na capital pernambucana, o historiador Raimundo Arrais (1998, p. 21) afirmou que os jornais anunciavam semanalmente as retretas da Praça da República, chegando a divulgar o programa a ser apresentado – entre valsas, *pas de quatre*, polcas, marchas e dobrados. Ali tocavam com maior frequência a Charanga do Recife e a Matias Lima, "duas das mais estimadas sociedades musicais da cidade", bem como as "as bandas dos batalhões policiais ou do exército" (ARRAIS, 1998, p. 21). Na narrativa de Mario Sette:

> Ambas excelentes, caprichosas, estimuladas. Ambas com os seus louros. (...) Aos **domingos**, si alguma delas ia tocar na **famosa retreta** da **praça da Republica**, garantia-se a elegancia e o **vulto da assistencia**. Lá se achava a fina **sociedade** recifense, por entre as **palmeiras** do **parque**, pelos banquinhos de madeira, transpondo os **portões** do **jardim**, rodeando o **côreto** (SETTE, 1981 [1935], p. 159; grifos nossos).

Segundo Arrais (1998, p. 21), em razão da "boa reputação dessas duas bandas" e do "prestígio que emanava dos jardins da Praça da República", as retretas ali executadas deixavam em segundo plano espetáculos congêneres realizados em outros logradouros da cidade, como a Praça Maciel Pinheiro e a Campina do Bodé. No entanto, à época de sua inauguração, a Praça da República, não enfrentava a concorrência de outros jardins públicos. Apenas cinco décadas mais tarde, em 1924, a Praça Sérgio Loreto foi delimitada e ajardinada, na antiga Campina do Bodé, e tornou-se, então, famosa por suas retretas.

Na década de 1870, o Recife tinha três praças ajardinadas, sendo a primeira delas a República, então Jardim do Campo das Princesas, a de maiores proporções e com mais

atrativos (lagos, esculturas, vegetação, coreto), ainda favorecida por sua localização (em frente ao Teatro de Santa Isabel), no centro cívico da cidade. As outras duas eram a Praça do Conde d'EU e o Largo do Espírito Santo ou Praça D. Pedro II, ambas dotadas de coretos. Até a virada do século XIX, acreditamos que esses três logradouros fossem os principais palcos dos concertos regulares, posto que, nos anos 1920, outros foram dotados de coretos – as praças do Paissandu, Sérgio Loreto e do Entroncamento.



Praça da República (antes Jardim do Campo das Princesas), Recife, o gradil em ferro e mureta, o coreto em ferro, palmeiras imperiais, canteiros, um dos lagos. Evento festivo durante o dia, vide o uso de sombrinhas e a projeção da sombra. Ao fundo, o Teatro de Santa Isabel (à esquerda) e o Palácio do Governo de Pernambuco (à direita). Fonte: Acervo Biblioteca Almeida Cunha/IPHAN-PE.

A nosso ver, no início do século XX, não apenas o prestígio da Praça República explicava a concorrência de público nas suas famosas retretas, mas também, ao contrário, a importância destas a tornava um dos jardins mais prestigiados da cidade, entre outros fatores, ainda que qualquer relação linear de causa-efeito seja insuficiente para explicar o fenômeno urbano em sua complexidade. Com mais razão, os jardins tornavam-se espaços prestigiados por suas retretas, ao mesmo tempo em que as retretas ocorriam nos jardins enquanto espaços consagrados na vida social urbana.

Justamente neste sentido, Raimundo Arrais ainda pontua o valor social das retretas, capazes, portanto, de distinguir certos logradouros da cidade – como os jardins públicos – no conjunto dos espaços de recreação.

> Mas não eram rigorosamente as qualidades artísticas que a imprensa mais observava nessas **retretas**: o que se destacava, no tom gentil das notas, era o brilho do espetáculo, o garbo dos músicos, a **grande concorrência do público**. Com efeito, já naquele ano de **1908** as **retretas** da **Praça da República** haviam adquirido uma conotação acima de tudo social, convertendo-se num evento que atendia às novas formas de sociabilidade surgidas no Recife (ARRAIS, 1998, p. 21; grifos nossos).

Os concertos ocorriam em muitos logradouros, dada a significativa presença de coretos nos jardins públicos desde o século XIX até o início dos anos 1930, quando, então, começaram a decair paulatinamente. A última retreta do Jardim Público da capital paraibana teria ocorrido em 21/5/1933, em decorrência da construção do monumento ao govenador João Pessoa naquele mesmo ano, erguido no local onde se encontrava o antigo coreto[1].

Muitos registros de jornais se referiam às retretas como um dos atrativos que tornavam os jardins públicos espaços centrais nos modos de diversão da sociedade urbana do século XX. Consideradas "habituais" ou "costumadas", constituíam uma forma de recreação já tão difundida que, quando suspensas ou alteradas, não passavam despercebidas pela imprensa.

> A pesar (*sic*) de annunciada, deixou de realizar-se antehontem a **costumada retreta** das quintas-feiras no **jardim Publico**, promovida pela **banda musical** do 22º B. C. O motivo desse facto foi ter aquella **banda** encontrado fechado o **corêto** respectivo, dirigindo-se então, para a **Praça Pedro Américo**, onde executou o programma publicado. Soubemos ainda que no **corêto** do **jardim Publico** há algumas cadeiras já inutilizadas, razão porque não existem assentos para todos os musicos, que compõem aquella **banda militar** (O JORNAL, 1/12/1923, p. 6; grifos nossos).

> Hontem não houve a **retrêta habitual**. A pesar disso, affluiu aos **jardins das praças commendador Felizardo e Venancio Neiva crescido numero de pessoas**. A **illuminação** publica esteve a peor possivel (O JORNAL, 28/12/1923, p. 1; grifos nossos).

> Por causa das constantes chuvadas de hontem, deixou de haver **retreta**, que seria executada pela **banda de musica** do 22º Batalhão de Caçadores, como nos scientificou o regente da mesma, sr. 1o sargento Severino Gomes (O JORNAL, 5/4/1924, p. 3; grifos nossos).

[1] Encontramos esta informação em transcrições de notas e matérias publicadas no jornal *A União* de 1933, entre muitos documentos avulsos pertencentes ao IPHAEP. Uma transcrição de 21/5/1933 informa que a última retreta do Jardim Público aconteceu nesse dia, em função das obras do monumento a ser erguido em homenagem a João Pessoa (A UNIÃO, 21/5/1933). Não conseguimos localizar os jornais originais impressos, mas acreditamos que este é um marco cronológico aceitável para assinalar o decaimento das retretas e dos coretos.

> A **Marquez do Herval**, até pouco tempo **ponto de reunião elegante dos mais apreciados**, está reclamando a um tempo, as providencias das autoridades policiaes e da prefeitura. Esta não devia deixar em abandono aquelle **agradavel logradouro**, alem do mais situado no centro da **cidade**, entre duas das ruas mais habitadas. No entanto, é o que succede. (...) Com pouco dispendio, a prefeitura faria taes concertos (*sic*), restituindo a **Praça Marquez do Herval** á **frequencia agradavel** das nossas patricias. Outro ponto, que não passa sem reparo nosso, é este de não ter havido ali, mais a **costumada retreta** da **banda** policial, ás terças-feiras, o que, aliás, se fazia com **grande concorrencia de pessôas**. A situação anormal de ha dois mezes, com a perspectiva de revoltas, já passou. Nada, pois, justifica que as **retretas** não continuem (O NORDESTE, 20/7/1922, p. 2; grifos nossos).

> Em virtude da **reforma** por que vae passar a area central da **Praça José de Alencar**, na qual está assentado o monumento desse insigne romancista brasileiro, ficam suspensas as **retretas** que, ás sextas-feiras, se realizam, ali. No dia 28, haverá **tocata** no **jardim Demosthenes de Carvalho**, **(Praça do Carmo)** pela **banda de musica** da Força Publica (O POVO, 20/2/1930, p. 6; grifos nossos).

A exemplo do gradil, o coreto era um dos principais equipamentos a serem instalados, às vezes permitindo o usufruto parcial de logradouros que, mais tarde, seriam ajardinados, como a Praça Visconde de Mauá, no Recife, e a Praça General Tibúrcio, em Fortaleza. Esta última teve um primeiro pavilhão de música, provavelmente em madeira, removido quando transformada em jardim público em 1913-1914, ocasião em que se construiu um coreto em alvenaria e cimento armado.

Praça General Tibúrcio anterior ao ajardinamento, 1910, Fortaleza, um coreto. Fonte: Acervo Nirez.

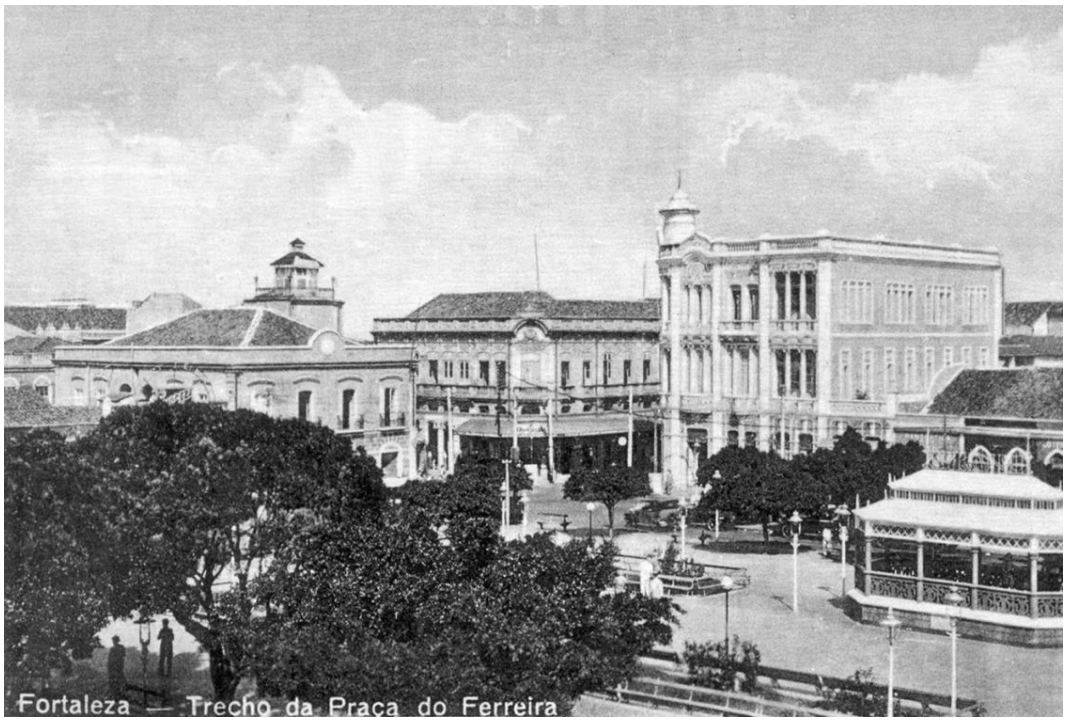
Praça Visconde de Mauá anterior ao ajardinamento, Recife, o coreto em ferro e o footing. Ao fundo, a Estação Ferroviária Central. Fonte: Acervo FUNDAJ.

As retretas, divertimento laico e dos mais populares, estavam, portanto, paradoxalmente "sacralizadas nos coretos", para usar a expressão de Bahls (1998, p. 8; 181), os quais serão nosso objeto de apreciação detalhada adiante. Estes, na medida em que configuravam, simultaneamente, abrigo e palco para os músicos, admitiam outros modos de utilização, como peças de teatro, autos natalinos, discursos políticos e até uma missa campal, conforme relatado por cronistas, ensaístas e historiadores do Ceará e da Paraíba.

Em Fortaleza, as diferentes formas de uso do coreto da Praça do Ferreira, erguido quando esta foi remodelada em 1925, estão inscritas nas narrativas de João Nogueira, Raimundo Girão e Mozart Soriano Aderaldo. A praça era considerada "o corte transversal das atividades e emoções da urbe", seu "calidoscópio" e "meridiano", seu "regulador", "cetro de vitalidade" e "centro de gravitação da Capital", em palavras de Raimundo Girão (1979 [1959], p. 123; 132). No texto *O espírito da Praça do Ferreira*, o ensaísta Mozart Soriano Aderaldo (1989a, p. 9-10) afirma que o coreto serviu de tribuna para muitos pronunciamentos políticos, afinal, o logradouro era o "cismógrafo" e o "coração da cidade".

> O **jardim – 7 de Setembro –**, assim denominado por proposta do vereador Casimiro Montenegro, foi inaugurado aos 7 de Setembro de **1902** e, depois de várias alterações e melhoramentos, reinaugurado aos 24 de Maio de **1925**. Havia ali, então, o célebre ***coreto heróico***, de cujas alturas se faziam ouvir **oradores ardentes e ameaçadores**. Também de lá partiam as **engraçadas arengas** de J. L., nos impagaveis **comícios** que os nossos gaiatos alí faziam (NOGUEIRA in REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1942, p. 148; itálico do original, grifos nossos).

> Foi em **1925**, durante a segunda administração do Prefeito Godofredo Maciel, que se deu a construção, no nordeste da **Praça**, do famoso **Coreto**, de vida efêmera (1925 a 1933) porém **marcante**. Ali realizavam-se **comícios** e improvisavam-se **discurseiras** inconseqüentes. Exemplos destas foi o bestialógico pronunciado pelo popular Zé Levi (ADERALDO in REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1989a, p. 10; grifos nossos).



Jardim 7 de Setembro da Praça do Ferreira (atual Praça do Ferreira), 1930, Fortaleza, o coreto em alvenaria e cimento armado e figueiras. Fonte: Acervo MIS.

Este coreto e personagem também foram rememorados por Antonio Girão Barroso na apresentação do livro *A Praça* (1989b), de Mozart Soriano Aderaldo, inteiramente consagrado à Praça do Ferreira e publicado no mesmo ano do referido ensaio, porém muito mais extenso. Na realidade, o texto *O espírito da Praça do Ferreira*, constante na *Revista do Instituto do Ceará*, é uma seção do livro, o qual desenvolve muitos outros aspectos do logradouro.

> Fortaleza Valha-me Nossa Senhora da Assunção! A exclamação não podia ser outra, invocando, é claro, a Padroeira de Nossa Cidade, depois da loucura que foi a destruição, sem quê nem porquê, da para nós jamais esquecida **Praça do Ferreira**. (...) o **Coreto** já não existia mais, **famoso** pelas **retretas** e **comícios** que lá se realizavam, o **público** não raro altercando com os **oradores**, como Zé Levi e outros – e como eles gostavam de falar às massas, como se dizia na época (BARROSO in ADERALDO, 1989b, p. 9; grifos nossos).

Novamente Raimundo Girão nos relata a importância da praça e seu coreto, da música e dos atos políticos, apontando a coexistência de práticas diversas na Praça do

Ferreira, a primeira da cidade a ser ajardinada, rivalizando com o Passeio Público, que via desafiada sua hegemonia de anos. Foi justamente Girão, prefeito de Fortaleza entre 1933 e 1934, quem procedeu à demolição do coreto.

> Os seus bancos não poucas vezes serviram de **tribuna** aos **oradores** de todo matiz que, após **1920**, a encontrariam mais favorável e firme no **palanque do *coreto*** – o **tão famanaz coreto**, grosso, acaçapado e desgracioso, que o Prefeito Godofredo Maciel mandara erguer, para lugar de **concerto das filarmônicas**, quando reformou a **Praça**, e o Prefeito Raimundo Girão desmanchou, em **1933**, sunstituindo-o (*sic*) pela Coluna da Hora (...). **Comícios e ajuntamentos** os mais dísperes (*sic*) dali sacudiram milhares de ouvintes atentos a **discursos** inflamadíssimos – propagandas políticas, protestos, concitamentos cívicos, regozijos, estudantadas e também parlapatices. Se fora possível, teria sido indispensável guardar intacto o **coreto** no silêncio duma sala de museu, como sugestivo atestado de uma época de agitações patrioteiras que se estenderia (...) desde as intentonas de 1922 e 1924 à revolução vitoriosa de 1930 (GIRÃO, 1979 [1959], p. 132-133; itálico do original, grifos nossos).

As afirmações de Girão se coadunam às palavras e fotos apresentadas por José Octávio de Arruda Mello, visto que o coreto do Jardim Público de João Pessoa foi cenário de encenações do ciclo natalino, discursos políticos, até a celebração de uma missa em 1930, em prol da não intervenção federal na Paraíba pelo presidente Washington Luís, deposto naquele ano. O jardim se localizava em frente ao Palácio do Governo paraibano, então chefiado por João Pessoa.

> Dentro desse quadro, o **coreto** do **Jardim Público** onde, além das **retretas**, outrora se encenavam **lapinhas e pastoris**, bem como **dramas teatrais** –, uma vez sitiado pelas massas "revolucionárias", prestar-se-á a novas funções, como o de **tribuna** para os **oradores** da Aliança Liberal, e, até, celebração de uma **missa** em prol da preservação da autonomia da Paraíba. Esse **ato religioso** foi oficiado na presença do presidente João Pessoa pelo próprio Arcebispo Dom Adauto, com altar instalado dentro do **coreto** (MELLO, 1990, p. 103; aspas do original, grifos nossos).

Todos esses passatempos e atividades – o *footing*, a retreta, o hábito de ler o jornal, os encontros nas saídas do teatro e da escola, o passeio de barco, as práticas esportivas –, sendo os primeiros desde o século XIX e atravessando as décadas subsequentes e estas últimas se afirmando já no século XX, evidenciam o usufruto dos jardins públicos como espaços de recreação urbana cotidiana, de frequência regular.

2.2 ENTRE O *GARDEN-PARTY* E A QUERMESSE

Festas e eventos em datas específicas também sinalizam a utilização dos jardins no circuito de divertimentos públicos, abarcando desde celebrações de natureza cívica ou política, até outras de caráter beneficente. Uma dessas festas era precisamente o *garden-party*, assim denominado nas fontes de época.

No Recife, encontramos a notícia de um *garden-party* realizado em 1923 no jardim interno do Palácio do Campo das Princesas, sede do governo de Pernambuco, defronte à Praça da República, primeira praça ajardinada da cidade. Este *garden-party* foi promovido em comemoração ao aniversário da gestão do governador Sérgio Loreto (1922-1926), marcada por diversas obras urbanísticas e paisagísticas. Notemos a presença de uma orquestra, do *jazz-band* e da banda da Força Pública como atrações que garantiam a execução de músicas para animar os convidados, as danças, os "comes e bebes", a iluminação e o uso do jardim à noite.

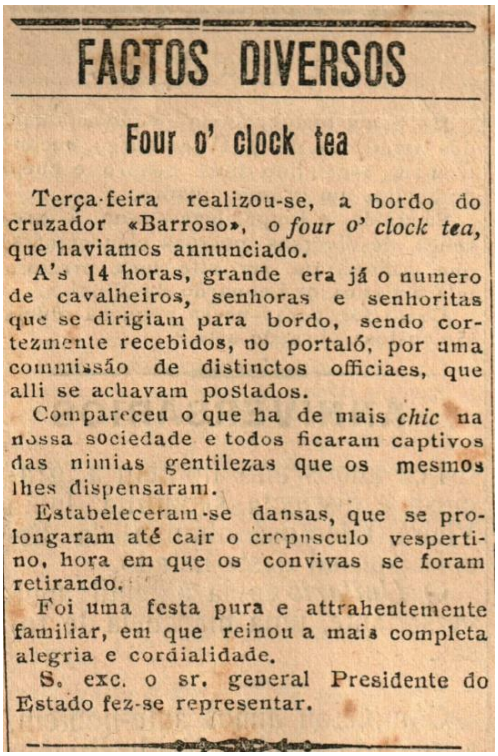
> Foi uma **festa** encantadora, que attrahiu o escol social recifense ao **jardim do palacio do Campo das Princezas** o **garden-party** realizado ante-hontem em homenagem ao sr. governador do Estado. De quantas manifestações se promoveram pela passagem do primeiro anniversario da administração de s. exc. essa se distinguiu, certamente pelo que emprestou a familia, representada pelos elementos de maior destaque. O **jardim** achava-se profusamente **ornamentado** com arte e profusamente **illuminado**, vendo-se **numerosas barraquinhas a estylo japonez** onde eram servidos doces, sorvetes e bebidas. Ao centro do **parque**, num **grande tablado**, sob o esplendor de centenas de **lampadas multicores** tiveram lugar as **dansas**. Ás 16 horas teve inicio o **garden-party**. Em mesas dispostas com muita arte serviam-se as familias e cavalheiros de chá, bebidas e gelados. Ás 18 horas começaram as **dansas**. Num dos **pavilhões japoneses** assistiram-nas até tarde o sr. governador e sua exma. esposa d. Virginia Loreto. Uma **orchestra** de 25 musicos sob a direção do sr. Nelson Ferreira, executou um escolhido programma, auxiliada pelo excellente **jazz-band** do musicista Barroso, tocando nos intervallos as **bandas musicaes** do 21º B.C. e da Força Publica. As **dansas** prosseguiram com animação até ás 23 horas, em meio ás expansões mais francas de **alegria** e cordialidade, sendo justo dizer que, no genero, foi a melhor **festa** levada a effeito nesta capital. A **comparencia** foi desusada e sellecta. (...) Na parte exterior do **jardim** estacionava até tarde uma compacta **multidão**. Um holofote especialmente montado para este fim, deitava **luz** sobre o **parque** de palacio (JORNAL DO COMMERCIO, 23/10/1923, p. 3; grifos nossos).

Já em gosto nos anos 1920, os *garden-parties* eram, a exemplo do *footing* e das retretas, um acontecimento social e exercício de elegância, um passatempo sacralizado nos parques e passeios públicos, ocasião de exibição das modas no vestuário e na música. Festividades semelhantes aconteceram no parque belo-horizontino em meados dessa década.

> Era a época dos ***garden parties***, onde melindrosas e almofadinhas exibiam *toilettes* modernas. (...) Trazidos pelo rádio ou pelas vitrolas, maxixes, valsas, modinhas e chorinhos (...) além do tango, fox-trote e charleston embalam o ambiente. Um desses ***garden parties*** causou sensação e entrou para a crônica belo-horizontina: A Famosa Tarde Azul, organizada no **Parque Municipal**. Em **1927**, no segundo ano do mandato de Antônio Carlos, o governo resolveu **festejar** com **música e flores** a entrada da **primavera**. O **Parque** romântico, graciosamente ornamentado, ostentava nessa ocasião uma **iluminação** especial: **luzes azuis** cuidadosamente espalhadas pelos **coretos**, **árvores e pontes**. As **moças** bonitas da capital atenderam ao bucólico apelo oficial, comparecendo em massa, vestidas de azul, e dançaram nos **gramados** do **Parque** (PENNA et alii, 1992, p. 68; itálico do original, grifos nossos).

Também documentamos um *garden-party* ocorrido em 1914 no Parque da Liberdade, em Fortaleza, por ocasião das comemorações do "7 de Setembro" e em homenagem ao governador do Ceará, no qual ressaltamos as provas de atletismo e natação, as bandas musicais e as danças, os passeios de barco e a execução de hinos.

> Como era de prever, attento o esforço desprendido pelas diversas commisões promotoras, realizou-se com o maior brilhantismo, ante-hontem, no **Parque da Liberdade**, o annunciado e avidamente esperado ***Garden party***, **em commemoração ao 7 de Setembro** e homenagem a s. exc. o sr. Presidente do Estado e sua digna consorte. Ás 10 horas começaram a affluir os convidados ao **aprazivel logradouro publico**, sendo ao meio-dia recebido s. exc. o sr. Presidente e sua esposa, pela commissão de recepção, fazendo-se ouvir logo após o bello e historico hymno da Independencia, pela *troupe* Brandão Sobrinho. Foi um **acontecimento notavel**, pois ha seguramente 25 annos não se ouvia essa **musica** patriotica dos tempos monarchicos. Seguiram-se depois os diversos pareos do **torneio**, saindo vencedores os ***sportemen*** Riquet e Speedy, nos saltos; Caron e Maunlay, em natação; e pedestre, obstaculo (*sic*) Speedy e Riquet. Os diversos premios foram após entregues aos vencedores por gentis **senhoritas**. **A concurrencia foi enorme** e selecta, notando-se grande numero de **senhoras e senhoritas**, que ostentavam lindas *toilletes* (*sic*) de verão. Houve **passeios de barco no lago**, improvisando-se **animadas dansas sobre um tablado**. De começo a fim tocaram as **bandas marciaes** do 48º Batalhão de Caçadores e do 2º Batalhão Militar. Pela commissão respectiva foi servida magnifica mesa de finos doces e bebidas. O *Unitario* lá esteve e muito ficou penhorado pelo trato distincto dos incançaveis (*sic*) dirigentes dessa **brilhante e animada festa** (UNITARIO, 9/9/1914, p. 1; itálico do original, grifos nossos).



FACTOS DIVERSOS

Four o' clock tea

Terça-feira realizou-se, a bordo do cruzador «Barroso», o *four o' clock tea*, que haviamos annunciado.

A's 14 horas, grande era já o numero de cavalheiros, senhoras e senhoritas que se dirigiam para bordo, sendo cortezmente recebidos, no portaló, por uma commissão de distinctos officiaes, que alli se achavam postados.

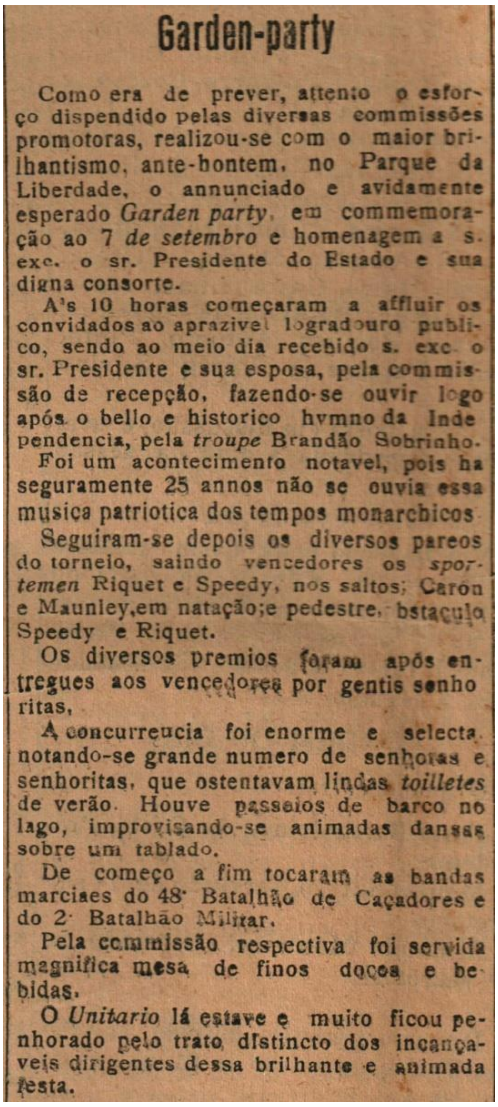
Compareceu o que ha de mais *chic* na nossa sociedade e todos ficaram captivos das nimias gentilezas que os mesmos lhes dispensaram.

Estabeleceram-se dansas, que se prolongaram até cair o crepusculo vespertino, hora em que os convivas se foram retirando.

Foi uma festa pura e attrahentemente familiar, em que reinou a mais completa alegria e cordialidade.

S. exc. o sr. general Presidente do Estado fez-se representar.

Notícia sobre um *four o'clock tea* em Fortaleza. Fonte: *Unitario*, 17/4/1914, p. 1.



Garden-party

Como era de prever, attento o esforço dispendido pelas diversas commissões promotoras, realizou-se com o maior brilhantismo, ante-hontem, no Parque da Liberdade, o annunciado e avidamente esperado *Garden party*, em commemoração ao 7 *de setembro* e homenagem a s. exc. o sr. Presidente do Estado e sua digna consorte.

A's 10 horas começaram a affluir os convidados ao aprazivel logradouro publico, sendo ao meio dia recebido s. exc. o sr. Presidente e sua esposa, pela commissão de recepção, fazendo-se ouvir logo após o bello e historico hymno da Independencia, pela *troupe* Brandão Sobrinho.

Foi um acontecimento notavel, pois ha seguramente 25 annos não se ouvia essa musica patriotica dos tempos monarchicos.

Seguiram-se depois os diversos pareos do torneio, saindo vencedores os *sportemen* Riquet e Speedy, nos saltos; Caron e Maunley,em natação;e pedestre, obstaculo Speedy e Riquet.

Os diversos premios foram após entregues aos vencedores por gentis senhoritas.

A concurrencia foi enorme e selecta, notando-se grande numero de senhoras e senhoritas, que ostentavam lindas *toilletes* de verão. Houve passeios de barco no lago, improvisando-se animadas dansas sobre um tablado.

De começo a fim tocaram as bandas marciaes do 48° Batalhão de Caçadores e do 2° Batalhão Militar.

Pela commissão respectiva foi servida magnifica mesa de finos doces e bebidas.

O *Unitario* lá estave e muito ficou penhorado pelo trato distincto dos incançaveis dirigentes dessa brilhante e animada festa.

Notícia sobre um garden-party no Parque da Liberdade, Fortaleza. Fonte: *Unitario*, 9/9/1914, p. 1.

Na mesma década, o Parque Moscoso, na cidade de Vitória, era cenário de piqueniques e festas ao ar livre entre 1912, ano de sua inauguração, e 1916, conforme identifica Bellini (2014, p. 259-260). Contemporaneamente ao *garden-party* relatado no Parque da Liberdade, na Fortaleza de 1914, outro era organizado em 1913 no Passeio Público de Curitiba, no extremo oposto do território brasileiro.

> O Grêmio Bouquet, formado pelas **senhoras** sócias do Clube Curitibano, previram para 9 de novembro de **1913**, um ***five-o-clock* tea** e uma ***garden-party***, a acontecer nos **jardins** do **Passeio** (BAHLS, 1998, p. 148; itálico do original, grifos nossos).

Nesta nota de jornal relativa à Curitiba, percebemos a associação entre o *garden-party* e outro tipo de reunião social de origem britânica, o *five o'clock tea* ou chá da tarde, também noticiado em Fortaleza na mesma época, promovido a bordo de um navio.

Relatos pernambucanos mostram como, em 1923, por exemplo, o *five o'clock tea* já havia se transformado no chá das duas na Confeitaria Bijou ou no chá das quatro oferecido diariamente na Casa de Banhos do Recife (TEIXEIRA, 2012, p. 143-144; COUCEIRO, 2012, p. 92). O *five o'clock tea* e o *garden-party* ou o chá no parque eram hábitos cultivados pela sociedade urbana nos anos 1910 e 1920.

As notícias dos periódicos e registros provenientes de Fortaleza (1914) a Curitiba (1913), do Recife (1923) a Belo Horizonte (1925) indicam a tipologia da festa. Tratava-se de um evento recreativo, de cunho temático, cívico ou político, no qual eram instalados palcos e tablados, mesas e barracas de bebidas e comidas, iluminação especial, com ocorrência de retretas, danças e competições, novamente ressaltando a importância da música para ouvir e dançar, os eventos noturnos nos jardins, a prática de esportes e passeios ao ar livre.

No contexto anglo-americano, o *garden-party* é, tradicionalmente, um evento social ao ar livre, "uma festa ocorrida em um gramado ou em um jardim" (SIMPSON & WEINER, 1989, v. 6, p. 368) ou, precisamente, no gramado de um jardim.

Festas de grandes proporções, que incluíam uma programação diversificada e a instalação de mobiliário temporário, os *garden-parties* ocorriam predominantemente nos espaços de maior extensão – os passeios públicos e os parques.

O *garden-party* revelava um novo modo de divertimento associado à difusão dos jardins e de hábitos britânicos, ainda que não acontecesse propriamente em logradouros públicos, a exemplo do *five-o'clock-tea*, que poderia nem ser necessariamente às cinco da tarde, tampouco nos espaços abertos e urbanos, mas nas confeitarias e casas de chá ou outros recintos fechados.

Por sua vez, as comemorações cívicas eram um misto de formas de recreação já vistas até aqui. Podiam ser verdadeiros *garden-parties* com pavilhões, barracas, retretas, bailes e provas esportivas, porém incluíam desfiles, paradas e evoluções de crianças, jovens, alunos, moças e rapazes, execução de hinos e inaugurações de monumentos. O parque municipal belo-horizontino, entre muitas outras festividades, foi o palco das celebrações do "7 de Setembro" no ano de 1907.

> As **vastidões** daquela **mancha verde** no centro de **Belo Horizonte** eram ideais para as **celebrações cívicas**: no dia **7 de setembro de 1907**, aconteceu o primeiro **desfile escolar** em homenagem à **Independência** de que se tem registro na nova capital (PENNA et alii, 1992, p. 42; grifos nossos).

Eventos dessa natureza ocorriam nos jardins da cidade de João Pessoa, a exemplo da Praça Venâncio Neiva, do Jardim Público e do Parque Arruda Câmara, conforme o número especial da revista *Era Nova* no Centenário da Independência do Brasil em 1922, retratando os diversos "pavilhões" que representavam instituições sociais e filantrópicas.

A imprensa cearense dava ampla cobertura às festas do Centenário, entre numerosas retretas, partidas de futebol, peças teatrais, bailes, cinema ao ar livre, desfiles das corporações oficiais, crianças e estudantes, queimas de fogos, atos solenes e a própria inauguração da remodelação do Parque da Liberdade, tornado da Independência (A TRIBUNA, 7/9/1922, p. 4; 9/9/1922, p. 2; 12/9/1922, p. 2; O NORDESTE, 5/9/1922, p. 1).

Segundo a programação oficial, os principais jardins incluídos no circuito das festividades estendidas por vários dias eram: os das praças Marquês do Herval e Ferreira, Passeio Público e o referido parque.

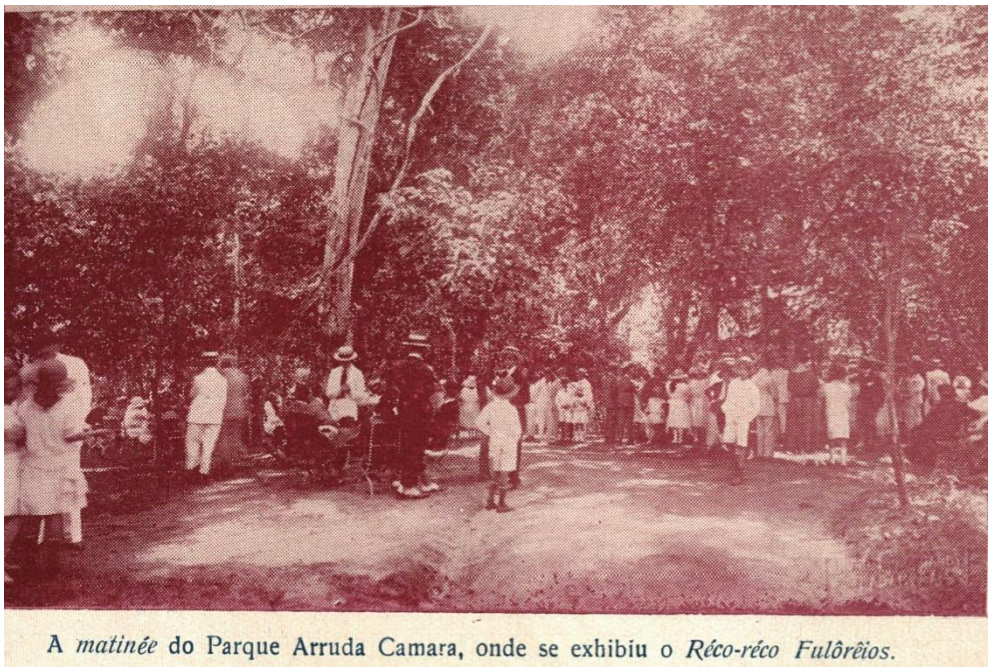
> Publicamos a seguir o programma definitivo das grandes **festas** com que a cidade de Fortaleza celebra a passagem do **Centenario da Independencia do Brasil**. Dia 7. (...) Ás 17, ½ horas – Inauguração official do **<<Parque da Independencia>>**. (...) Ás 19 horas – **Retretas**, **cinemas ao ar livre**, fogos de artificio e **outras diversões publicas na Praça Marquez do Herval e na Avenida 7 de Setembro**, até as 23 horas. (...) Dia 8. (...) Ás 19 horas – **Musica nos jardins publicos** e fogos de artificio. (...) Dia 9 (...) Ás 19 horas – **Concerto** da **banda** de Musica do 23 de Caçadores, na **praça Marquez do Herval**, e fogos de artificio. (...) Dia 10. (...) Das 19 ás 22 horas – **Retretas nos jardins** e morteiros de 15 em 15 minutos (A TRIBUNA, 7/9/1922, p. 4; aspas do original, grifos nossos).

> Dia 10. Ás 18 horas tiveram logar, no **Parque da Independencia**, os **exercicios de gymnastica** realizados pelos **alumnos** dos Grupos Escolares, Escola Normal, Grupo Modelo e Collegio La Ruche. Assistindo aquelles **exercicios**, em que os alumnos se houveram com galhardia, via-se **enorme multidão**, que se apinhava de um a outro extremo do **Parque**. Estiveram presente ao acto os srs. presidente do Estado, prefeito municipal, director da Instrucção, deputados estadoaes, autoridades federaes, representantes do clero, da imprensa, etc. Findos os **exercicios**, prolongada salva de palmas se ellevou de todos os pontos da **grande massa popular**. Os **alumnos** cantaram, então, canções e hymnos patrioticos que lhes valeram novos applausos da **assistencia**. Foi, incontestavelmente, um dos mais interessantes numeros do programma das **festas do Centenario**, esse que a **mocidade das escolas** realizou no **Parque da Independencia** (A TRIBUNA, 12/9/1922, p. 2; grifos nossos).

Jardim Público de João Pessoa (atual Praça João Pessoa), uma palmeira-sabal no canteiro em primeiro plano, palmeiras imperiais, ao fundo, pavilhão e cadeiras temporárias para as celebrações do "7 de Setembro".
Fonte: *Era Nova*, Edição do Centenário da Independência do Brasil, 1922.

Jardim Público de João Pessoa (atual Praça João Pessoa), o gradil em ferro e mureta, uma grande figueira e, à esquerda, um pandanus, moças e rapazes por ocasião das celebrações do "7 de Setembro".
Fonte: *Era Nova*, Edição do Centenário da Independência do Brasil, 1922.

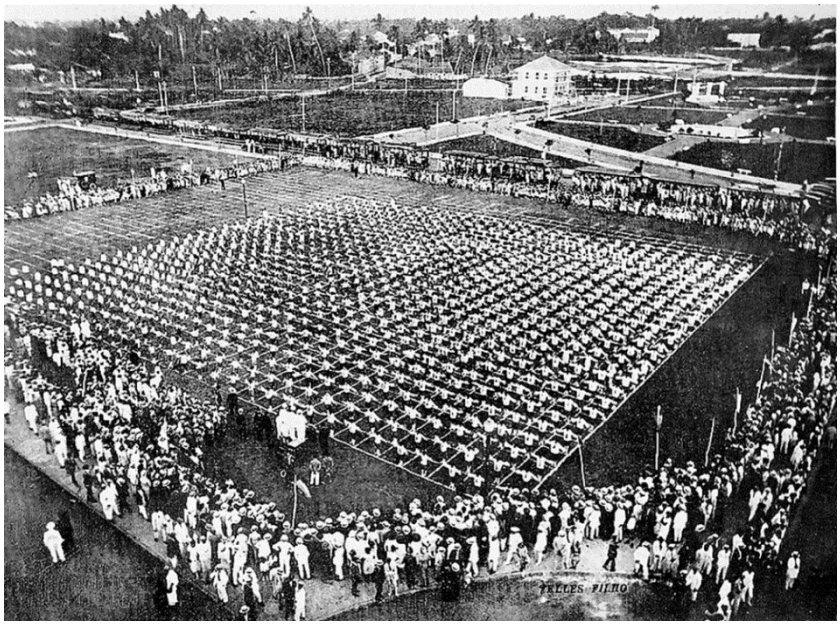
Parque Arruda Câmara, João Pessoa, adultos e crianças nas festividades do "7 de Setembro". Fonte: *Era Nova*, Edição do Centenário da Independência do Brasil, 1922.



Parque Arruda Câmara, João Pessoa, adultos e crianças em um reco-reco (festa dançante) por ocasião do "7 de Setembro". Fonte: *Era Nova*, Edição do Centenário da Independência do Brasil, 1922.

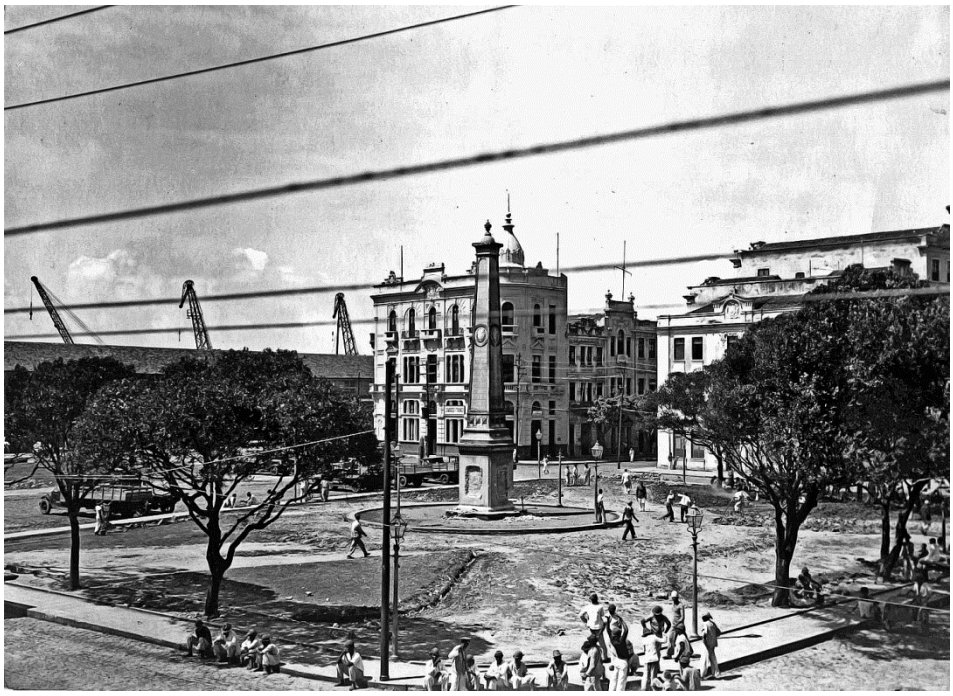
Além do "7 de Setembro", realizavam-se celebrações do "15 de Novembro", como supomos ser o caso da imagem adiante do Parque do Derby, Recife, visto que foi publicada na edição de novembro de 1925 da *Revista de Pernambuco*. A contemporânea *Era Nova*, de

João Pessoa, trazia fotos e notícias dos eventos em comemoração ao aniversário da gestão do então governador João Suassuna (1924-1928), a exemplo de uma parada militar na Praça da Independência. Outras formas de celebração cívica eram a criação ou a reforma de jardins, como no Centenário da Independência do Brasil; a modificação dos nomes dos logradouros; e a construção de monumentos comemorativos, se não todas essas modalidades de culto à memória juntas.



Parque do Derby (atual Praça do Derby), Recife, parada escolar, provavelmente em homenagem à Proclamação da República, ao fundo, a vasca (lago) e a pérgula "coríntia" em cimento armado para plantas trepadeiras.
Fonte: *Revista de Pernambuco*, n. 17, 1925.

Praça da Independência, João Pessoa, dia de parada militar, o pavilhão em alvenaria e cimento armado.
Fonte: *Era Nova*, n. 89, 1925.



Praça Artur Oscar, Recife, figueiras e, ao centro, o obelisco comemorativo do "7 de Setembro" (de autoria do arquiteto Luiz Morin e inaugurado em 25/9/1904). Fonte: Acervo MCR.

Em Fortaleza, tivemos a já mencionada completa remodelação e mudança de nome do Parque da Liberdade para Independência, incluindo a instalação da escultura de um índio no lugar onde se planejava colocar uma réplica da estátua da Liberdade. Em João Pessoa, na gestão do prefeito Walfredo Guedes Pereira (1920-1924) e do governador Solon Barbosa de Lucena (1920-1924), a criação da Praça da Independência, seu obelisco e pavilhão cívico. Este último servia para abrigar a população durante comemorações dessa natureza e dispunha de frontão com insígnias em forma de ornamentos em alto relevo, bem como a inscrição do ano de 1892.

> **Centenario da Independencia**. (...) Outra despesa do **centenario** foi a compra de terrenos em Tambiá, para um vasto quadrilatero, cujo nome relembre o feito da **Independencia** e onde um **obelisco de pedra** sustente inscripções adequadas, em bronze. Devo mencionar aqui a doação que para completar as dimensões necessarias áquelle **campo** ou **praça**, fez o dr. Guedes Pereira, proprietario nas immediações, de consideravel tracto de terra. Entreguei ao municipio, cujo actual prefeito, o sr. dr. Guedes Pereira, é um zeloso e competente administrador, a abertura do citado **logradoiro commemorativo**. Outros impulsos, preparos e auxilios, tendentes a aparelhar a **cidade** para o **festejo condigno da grande data nacional**, tenho praticado com o desembaraço e a convicção de que correspondo ao desejo do povo, agindo para glorificar o dia maior da sua liberdade (LUCENA, 1922, p. 9; grifos nossos).
>
> A Walfredo, não por acaso, coube inaugurar um dos **coretos** da Cidade da Parahyba, no caso o localizado à **praça da Independência**, **logradouro** entregue à **população** no dia do **Centenário da Independência do Brasil**, a

> sete de setembro de mil novecentos e vinte e dois: A inauguração desse **coreto**, com a respectiva **praça** dotada de **obelisco**, cercou-se do maior relevo, o que explica os **desfiles cívicos**, **concentrações escolares**, **discursos e missa campal** que aí tiveram lugar. (...) Por outro lado, trata-se de um **coreto cívico**, daí porque os frontais da **praça** e da rua, dispõem de baixos relevos que, incrustados nos muros e reproduzindo as armas do Estado, reconstituem o 7 de setembro de 1892, data da (2ª) Constituição Republicana da Paraíba (...). As autoridades aí se concentrariam por ocasião dos **desfiles** de homenagem à **Semana da Pátria** (MELLO, 1990, p. 76-80; grifos nossos).

Praça da Independência, João Pessoa, o pavilhão cívico em alvenaria e cimento armado e, ao centro, o obelisco.
Fonte: Acervo Humberto Nóbrega/NDA-UNIPÊ.

Em entrevista apresentada pela arquiteta e urbanista Marília Dieb na sua dissertação de mestrado *Áreas verdes públicas da cidade de João Pessoa: diagnóstico e perspectiva* (1999), o arquiteto Mario Glauco Di Lascio explicita detalhes do projeto. Mario de Lascio é filho do arquiteto-engenheiro e construtor Hermenegildo Di Lascio, italiano radicado na capital paraibana e comissionado de muitas obras públicas a partir de 1916.

> O traçado dos caminhos sugeriria a intersecção do desenho das bandeiras inglesas com o da nossa; o **obelisco**, símbolo universal de vitória, representaria a vitória na luta pela **independência**; e os cem bancos ali

> instalados faziam referência ao **centenário**. Já os quadrantes resultantes do desenho representavam as **quatro regiões geográficas do Brasil** da época, com a **vegetação** especificada contendo exemplares significativos da **flora de cada uma dessas regiões** (LASCIO *apud* DIEB, 1999, p. 104; grifos nossos).

Além dos atos solenes, discursos, execução de hinos, evoluções e queima de fogos nas datas cívicas, espaços mais extensos podiam sediar certames comerciais, industriais, agrícolas e exposições culturais, quando se instalava toda sorte de artefatos temporários e dos quais nos dão exemplo a Exposição Geral de Pernambuco (DIARIO DE PERNAMBUCO, 18/10/1924, p. 7; 19/10/1924, p. 6), marcando a inauguração do Parque do Derby no Recife, e a Festa das Nações (O POVO, 10/5/1930, p. 2) no Passeio Público de Fortaleza.

> As principaes **diversões** exhibidas no **parque do Derby** estão a cargo da **empresa norte-americana Coney Island**, com variadissimos numeros como sejam carrousel, aeroplanos, tunel do amor, roda de Chicago, chicote e outros interessantissimos **entretenimentos**. Ainda funcionam: magnifico **cinema**, onde vão ser focalisadas varias pelliculas do movimento agricola, industrial e comercial; bem ansaiado (*sic*) e escolhido **pastoril**, **terno de cantadores sertanejos** a desafio; **boliche** além de um grande "**dancing rink**". No **parque** o **publico** encontrou ainda um bem montado **restaurant** e varios barracões de bolinhos, bebidas, caldo de canna, etc. A Cervejaria Pernambucana concluio **dois esplendidos pavilhões** para venda de seus acreditados produtos. Foram queimados no **parque** bellos fogos de artificio, fabricados pelo conhecido pyrotechnico sr. Julio P. de Mello. (...) Outro numero de grande sucesso: a **orchestra** typica, sob a regencia do professor Nelson Ferreira para execução de muscas (*sic*) regionaes de compositores pernambucanos. Diversos **coretos** foram armados por todo o **parque**, devendo tocar durante a Exposição **bandas de musica** da Força Publica e as de alguns municipios. Dois reflectores fizeram **jogo de luzes** em todas as direcções, dando assim maior atracção a esse certamen (DIARIO PERNAMBUCO, 19/10/1924, p. 6; aspas do original, grifos nossos).

A descrição de ambos os jornais sugere tratar-se de eventos de grande porte, compatíveis com a escala do Parque do Derby e do Passeio Público. No caso do primeiro, o *Diario de Pernambuco* (19/10/1924, p. 6) revelava um parque de diversões dentro de um parque paisagístico, com carrossel, roda gigante, pavilhões, coretos e restaurante, barracas de comidas e bebidas, músicas, danças e expressões regionais, tais quais o pastoril e o repente, fogos de artifício, películas cinematográficas, enfim, um mundo de diversões noite adentro.

Quanto ao passeio fortalezense, *O Povo* (10/5/1930, p. 2) informava que a festa, de caráter simultaneamente recreativo e caritativo, incluía a instalação de treze pavilhões, cada um simbolizando um país diferente, danças, barracas, venda de brinquedos e flores, sintetizando com humor:

> Desde ás 6 horas da **tarde** de hoje, começará a **romaria** do **povo** desta capital ao **Passeio Publico**, afim de apreciar a **grandiosa festa das nações** e ver os **encantadores pavilhões** que ali foram construídos. (...) Eis ahi, em rapido summario, o que vão ser as quatro **noites** de 10, 11, 12 e 13, no **Passeio Publico**. É o meio mais practico e mais barato de percorrer a Europa e parte da Asia: entrar no **Passeio Publico** (O POVO, 10/5/1930, p. 2; grifos nossos).

Parque do Derby (atual Praça do Derby), Recife, pavilhão e demais equipamentos temporários instalados para a Exposição Geral de Pernambuco, ocasião em que foi inaugurado o parque em 18/10/1924. Ao fundo, a pérgula "dórica" em cimento armado para plantas trepadeiras, próxima ao lago com a Ilha dos Amores, ambos recém-construídos. Fonte: *Album Artistico, Commercial e Industrial do Estado de Pernambuco* (1925).

Assinalamos, novamente, a ocupação do jardim à noite, bem como as referências estrangeiras na arquitetura dos pavilhões, abarcando a Europa, a Ásia e os Estados Unidos através de associações com a abadia saxônica, o Panteão italiano, o moinho holandês, a tenda árabe, o balneário francês, o quiosque japonês, o arranha-céu nova-iorquino, os anões da Floresta Negra alemã, uma quinta lusitana, etc. A matéria trazia, ainda, analogias as quais podemos considerar "paisagísticas" entre aspectos culturais de alguns países e o passeio – o pavilhão batavo com suas damas certas de que "o Passeio Publico foi um pedaço de mar que a Hollanda aterrou" ou o pavilhão lusitano como uma "quinta", "pomar", "parreiral" ou, antes, "um jardim da Europa... plantado no Passeio Publico" (O POVO, 10/5/1930, p. 2).

Para a realização de ambas as festividades, os registros da imprensa pernambucana e cearense indicavam a instalação de coretos e pavilhões, cujas diferenças e sobreposições de funções, usos e significados buscaremos aquilatar adiante.

Começa hoje a Festa das Nações

Toda a Fortaleza visitará o Passeio Publico para contemplar os Pavilhões

Desde ás 6 horas da tarde de hoje, começará a romaria do povo desta capital ao Passeio Publico, afim de apreciar a grandiosa festa das nações e ver os encantadores pavilhões que ali foram construidos.

O PAVILHÃO DO BRASIL é uma preciosa obra d'arte, trabalho riquissimo, em madeira, está a cargo das exmas. senhoras Arthur Watson e dr. Nestor Barbosa. Patrono — Presidente Matos Peixoto.

O PAVILHÃO DA INGLATERRA--caracteristico, systema britannico, cupola de abbadia saxonica, está a cargo das exmas. sras. Scott, dr. Manoel Theophilo, Baptista de Paula, Virgilio Porto, Arruda Rodrigues e senhorinhas Debora Fabricio de Barros, Chiquita Gentil, Maria do Carmo Albano, Rosa Bulhões Ramos, Regina Bulhões Ramos, Carmelita Oliveira, Beatriz e Adriana Theophilo. Patronos: Barão de Studart e Mr. Scott.

O PAVILHÃO DA ITALIA relembra o Pantheon, vistoso, elevado, desenho de Gerson Farias, com a allegoria «Italia coroada de rosas», está a cargo das exmas. senhoras drs Tancredo Moraes e Democrito Rocha, senhorinhas Berenice Moraes, Lucia Rocha e senhorinhas Alcides Leite. Patrono: dr. Porto Carrero.

PAVILHAO DA HOLLANDA--o moinho lendario, moendo o trigo da caridade, as camponias em curvaturas, mãosinhas no saiote, fazendo reverencias, e as damas de honor de S. M. a rainha Guilhermina, certas de que o Passeio Publico foi um pedaço de mar que a Hollanda aterrou.. Patrono: dr. Abrahão Leite.

O PAVILHÃO SYRIO--uma tenda arabe forrada com os tapetes de Damasco, beduinos saboreando o mel das tâmaras e, ali dentro, no «fervet opus» da caridade, as exmas. sras. Oscar Pettezzoni, Pedro Philomeno Gomes e senhorinhas Laura Salgado, Maria Stella Gomes e distinctas senhorinhas da colonia syria domiciliada entre nós. Patrono: Collegio Militar.

O PAVILHÃO HESPANHOL- é um theatrinho de Sevilha ou de Barcelona. Dansas da Catalunha e canções andaluzas: exmas sras. dr. Eliezer Studart, Walter Barroso, Hollanda Junior, Americo Picanço e senhorinhas Nina Mesquita, Marphisa e Maria José Eloy. Patrono: Meneleu Pontes.

O PAVILHÃO FRANCEZ- uma barraca na Praia de Nice, vista de mar, champagne e as ultimas noticias conservadoras pelo «Figaro»: exmas sras. Bertrand Boris, Frederico Facó e senhorinhas Henriqueta Melda e Nina Saunders.

O PAVILÃO BELGA--alguma cousa de Ostende... Olhos de quem se julga muito perto das Ilhas Britannicas (a Inglaterra é ali, na risca.) exmas. sras. Edmar Queiroz, Walter Olsen, Humberto Rio, Alfredo Ribeiro e senhorinha Elvira Demarteau. Patrono: dr. Borges de Mello.

Figueira da Foz, ou antes, um jardim da Europa... plantado no Passeio Publico.

Está a cargo das exmas. sras. José Ponte e Horta e senhorinhas Juarita Cordeiro e Laura Fiuza.

Patrono: dr. Thomaz Pompeu Filho.

*

Eis ahi, em rapido summario, o que vão ser as quatro noites de 10, 11, 12 e 13, no Passeio Publico.

E' o meio mais pratico e mais barato de percorrer a Europa e parte da Asia: entrar no Passeio Publico...

O PAVILHÃO JAPONEZ--um kiosque da Ilha Formosa, vendendo chrysanthemos, e brinquedos, leques de sandalo, prodigios de papel armado e lições para comer-se arroz com dois pausinhos... Está a cargo das exmas sras. José Gentil, Antonio Gentil, dr. Adolpho Campello, dr. Augusto Linhares, Machado Coelho, dr. Maximo Linhares e senhorinhas Candinha e Quininha Frota. Patronos: Commercio e Imprensa.

O PAVILHÃO AMERICANO deveria ser um arranha-céo de New York, ou um salão methodista de Chicago. Vae, porém, ser uma grande surpresa. Lei Secca! Dollars! Trust! Excentricidade. Sport. Galveston e, sobretudo, Hollywood.. Está a cargo das exmas. sras. Alvaro Correia, Lindolpho Pinto, Ambrosina Neves e senhorinhas Maria Jesus Mello, Julia Amaral e Otilia Motta. Patrono: a officialidade da Marinha.

O PAVILHÃO SUISSO—Este... basta dizer que ali está Madame Gonthier, o cerebro e o braço direito de todas as bôas festas de caridade desta capital. Madame Gonthier mobilisou um Cantão e o entregou á cidadã exma. senhora dr. Paulo Elpidio de Menezes, tendo mais dentro do territorio helvetico as exmas senhoras: Moreninha Barros, Sá Roriz e Julinha Baptista, auxiliadas pelas senhorinhas Grecia Arruda, Zilda Arruda, Zilda Cabral, Beatriz Menezes, Carmen O. Menescal, Stella Cabral, Noeme Nunes, Lasthenia O. Menescal, Juracy Sá Roriz, Esther Arruda Bôto, Iza Araripe, Azelete Pordeus, Neusa Pordeus, Maristella O. Menescal, Arina Lavor, Alacoque Britto, Stellinha Bezerra, Andréa Campos, Annita Miranda, Leuda Aguiar, Lenny Bevilaqua, Francisquinha Lavor, Aldanilla Ramos, Maria Luiza Costa e Zeneida Costa. Patronos: os academicos de Direito.

O PAVILHÃO ALLEMÃO—é um grande bazar germanico, contendo productos de Colonia e de Stuttgart. Para servi-lo, estão a postos todas as Walkyrias e os anões da Floresta Negra. Está a cargo das exmas. senhoras Ernest Pascheu, Maria Augusta Ferraz e senhorinha Alice Mello Cesar. Pratono—o sr. Secretario Mozart Catunda.

O PAVILHÃO PORTUGUEZ—é uma quinta do Mondego, um pomar de Cintra, um parreiral de

Notícia sobre a Festa das Nações no Passeio Público de Fortaleza (atual Praça dos Mártires).
Fonte: *O Povo*, 10/5/1930, p. 2.

A propósito da Festa das Nações no Passeio Público, passamos, finalmente, às *quermesses* realizadas em logradouros urbanos para arrecadar fundos em prol de ações filantrópicas e financiamento de obras de igrejas e monumentos públicos e comemorações natalinas, noticiadas no diário paraibano *O Jornal* (1923) e nos cearenses *O Nordeste* (1929-1930) e *Correio de Ceará* (1930). Fontes de época nos informam da ocorrência de *quermesses* no Jardim Público de João Pessoa, no Passeio Público e no Parque da Independência em Fortaleza, os mais amplos jardins de cada uma dessas cidades.

> Tem envidado esforços para o brilho das homenagens ao transcurso do dia natalicio de Jesus Christo, na **igreja das Mercês**, a comissao das mesmas encarregada (...). Essa commissão tem escolhido muito (*sic*) paranymphos para as **festas** e promove uma tombola no **Jardim da praça Commendador Felizardo**. A missa do gallo se realizará á meia noite na **igreja das Mercês**. Haverá no **Jardim da Praça Felizardo** um "Buffet" (...). O programma da **festa** (...) é o seguinte: Ás cinco horas da **tarde** do dia 24 de dezembro, começarão os **festejos** no **jardim publico**, haverá um buffet de doces e frios, servido por **senhorinhas** da nossa **sociedade**; venda de flores, **kermesse** e arvore de Natal. Ás 22 horas, realizar-se-ão o sorteio das cautelas (*sic*) para aquelle fim distribuidas. Ás 23 e ½ hotas (*sic*), subirá ao ar basta (*sic*) girandola, annuciando o termino desta **festa** e a approximação da hora da missa que á meia noite, será celebrada na **igreja de Nossa Senhora das Mercês**, pelo cônego dr. Pedro Anisio Bezerra Dantas (O JORNAL, 22/12/1923, p. 6; aspas do original, grifos nossos).

> Começarão, hoje, á **noite**, na **Praça Octavio Bomfim**, animadas "**kermesses**" em beneficio da construcção da igreja de Nossa Senhora das Dores. Haverá sortes (*sic*), brindes, leilões e **divertimentos** variados (O NORDESTE, 21/12/1929, p. 12; aspas do original, grifos nossos).

> Amanhã, vespera de Natal, ás 24 horas, haverá missa na Columna de Christo Redemptor. O "Circulo Catholico S. José" dará duas sessões cinematographicas, na sua séde: uma de 19 ás 20,30, e outra de 21 ás 23 horas. Uma commissão de gentis **senhorinhas** promoverá bem organizadas "**kermesses**" na **praça**, prevendo-se, por isso, **concorrencia numerosa** ás commemorações natalinas da **Praça Christo Redemptor** (O NORDESTE, 23/12/1929, p. 1; aspas do original, grifos nossos).

No entanto, relatos deixados por aqueles que vivenciaram esse período indicam que a realização de quermesses no recinto dos jardins públicos recua ao século XIX. Na crônica O *Passeio Público*, assinada em 31/8/1939, porém publicada postumamente em *Fortaleza Velha* (1954), João Nogueira (1867-1947) conta que a primeira quermesse do Ceará ocorreu em 1887 no Passeio Público de Fortaleza, embora nos seja suficiente admitir tratar-se da primeira na capital. Esta crônica de 1939 é, na verdade, uma versão ampliada do texto O *Passeio Publico – Ad Seniores Fortalexienses*, publicado na *Revista do Instituto do Ceará* (1933) e que ora reproduzimos por rigor em relação à grafia original e data da informação.

> Em **1887** houve lá a **primeira *kermesse*** do Ceará. Em beneficio da estatua do general Tiburcio, rendeu um dinheiro louco: oito contos. O **vocabulo *kermesse***, até então desconhecido, cahiu no goto povo (*sic*) e foi traduzido, deformado e deturpado de mil modos – *Merkesse – loja de brinquedos – missa do kelé*, etc.; além de traduções e corruptelas muito livres (NOGUEIRA, 1954 [1933], p. 15-16; itálico do original, grifos nossos).

Contemporaneamente ao relato de João Nogueira, o escritor Raimundo de Menezes (1903-1984) assinou uma crônica intitulada *Origens do Passeio Público*, publicada no livro *Coisas que o tempo levou: crônicas históricas da Fortaleza antiga*, de 1938. No texto, afirma que lá no passeio "muitas, numerosas e concorridas quermesses de caridade se realizaram, em diversas épocas, com êxito fora do comum" (MENEZES, 2006 [1938], p. 96). Na capital paulista, o memorialista Antonio Egydio Martins indica que a primeira quermesse da cidade aconteceu no Jardim da Luz, então Jardim Público, nos idos de 1880, mais ou menos coetaneamente ao que se deu na capital cearense.

> Entre os annos de **1882 a 1884** realisou-se, no **Jardim Publico** uma ***kermesse*** promovida por diversos membros influentes da distincta colonia Francesa desta capital, sendo que esta ***kermesse*** foi a **primeira** que se fez em S. Paulo e foi um dos promotores da mesma o cidadão francez Alberto Thiebaut, fallecido a 26 de Outubro de 1885 (MARTINS, 1911, v. 1, p. 142; itálico do original, grifos nossos).

Muitas quermesses foram ali realizadas, conforme jornais, revistas e fotos apresentados por Ohtake & Dias (2011, p. 76-77; 110-111) em *Jardim da Luz: um museu a céu aberto*. Os autores citam algumas promovidas pelo Congresso Abolicionista Acadêmico em 1887, por iniciativa dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em prol da libertação dos escravos (OHTAKE & DIAS, 2011, p. 76). Entre 1914 e 1915, várias foram as quermesses ocorridas no então Jardim Público, a fim de angariar fundos destinados às mais diferentes finalidades, como a construção de um hospital de tuberculosos, da escola dos salesianos e socorro às vítimas da seca no Brasil (OHTAKE & DIAS, 2011, p. 110-111).

Em suas respectivas dissertações de mestrado *O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916)* (1998) e *Espaços públicos abertos e o usufruto da paisagem: 1860 a 1912 – Vitória (ES)* (2014), a historiadora Aparecida Bahls e a arquiteta e urbanista Anna Karine Bellini se debruçaram sobre as diferentes formas de apropriação social dos jardins desse período. Ambas as pesquisadoras corroboram relatos antigos, identificando a ocorrência de quermesses no Passeio Público de Curitiba e no Jardim Municipal de Vitória. Este último, segundo Bellini (2014, p. 217), passou a ser frequentado pela população em razão de sua programação diversa, descrita nos periódicos locais. Em suas palavras:

> A programação incluía **apresentações musicais** nas **tardes de domingo e dias comemorativos**, realização de **quermesses**, caracterizando o lugar como um dos poucos espaços **públicos** existentes à época, adequado ao uso **familiar**, que serviria como **ponto de encontro** para a **sociedade** capixaba, palco para momentos de **descanso**, **folguedos infantis** e discussão sobre assuntos em voga (BELLINI, 2014, p. 218; grifos nossos).

Durante muitos anos, o Passeio Público de Curitiba foi cenário de animadas e concorridas quermesses, com apresentações de cantores e bandas, leilões, venda de prendas e corridas infantis, promovidas por associações da sociedade civil em benefício de instituições de proteção às crianças, órfãos e operários, assim divulgadas no jornal *A República* entre 1898 e 1911 (BAHLS, 1998, p. 139-142).

> As **festas de caridade** encontravam-se entre as mais significativas do **Passeio**. Organizadas por diferentes instituições, tais **eventos** atraíam grande **concorrência de público**. A 7 de setembro de **1898**, o Clube dos Puritanos projetou um **festival**, em benefício do Asilo de órfãos da capital. Apesar do mau tempo, o **logradouro** estava **repleto de visitantes**, inclusive com o comparecimento da elite curitibana. (...) Considerado o principal **logradouro** de Curitiba, o **Passeio** continuou a atrair os apreciadores das **bandas** do exército. (...) As tradicionais **quermesses**, de **caráter beneficente**, sempre despertavam o interesse do **público** e, em **1906**, não foi diferente. (...) Estas **quermesses** se repetiriam ao longo dos anos, mas com inovações nos **divertimentos** (BAHLS, 1998, p. 139-142; grifos nossos).

No mesmo período, precisamente na noite de 4/5/1900, o recém-inaugurado Parque Municipal de Belo Horizonte "artisticamente iluminado assistiu a uma quermesse, com renda revertida para a Santa Casa" (PENNA et alii, 1992, p. 41-42).

Ao esmiuçar os divertimentos públicos no Recife do início do século XX, sobretudo nos anos 1920, Sylvia Couceiro (2012, p. 86-89) aponta que as "novas formas de entretenimento" – competições esportivas, cinemas, danças e festas em salões fechados, confeitarias, temporadas nas praias e banhos de mar, corridas de automóvel, parques de diversão, piqueniques organizados por instituições de classe, clubes desportivos e estabelecimentos comerciais, etc. – conviviam com "festas e manifestações tradicionais" – quermesses, comemorações de Natal, São João e Ano Bom, pastoris, fandangos, mamulengos, operetas, peças teatrais e desfiles das bandas musicais. Segundo a autora:

> É importante destacar que as formas de **diversão** chamadas "modernas", que se propagaram pelo **Recife** nos **anos 1910 e 1920**, não sucederam de forma linear às festas e comemorações tradicionais, como o pastoril, as festas de igreja, as **quermesses** e os bumba-meu-boi (COUCEIRO, 2012, p. 88; aspas do original, grifos nossos).

De fato, as fontes primárias por nós coligidas evidenciam a ocorrência de quermesses em espaços públicos durante o século XX, além das apresentações das bandas musicais, como uma continuidade de tipos de entretenimento que ocorriam em várias cidades brasileiras pelo menos desde o século XIX.

A palavra *quermesse* foi, precisamente, dicionarizada no final século XIX. Não a identificamos nos dicionários consultados entre 1789 e 1873-1874 (SILVA, 1789; PINTO, 1832; RUBIM, 1853; VIEIRA, 1873-1874). Apenas o dicionário de Antonio de Moraes Silva (1878, v. 2, p. 209), que, não custa lembrar, incluía expressões do léxico português utilizado no Brasil, registra o vocábulo: "kermésse, nome que se dá em Flandres e Hollanda a uma feira annual, em que ha mascaradas e procissões".

Modernamente, de acordo com o Houaiss (2009), a quermesse indica: "designação dada, nos Países Baixos, às festas paroquiais e às feiras anuais celebradas com grandes festejos"; "feira pública com barracas ao ar livre, com leilão de prendas e sorteios, geralmente com fins beneficentes"; "qualquer feira paroquial". O Houaiss (2009) ainda aponta o ano de 1881 como data aproximada em que a palavra quermesse foi verificada no idioma português, por meio do francês *kermesse*, por sua vez incorporada do flamengo[2] *kerkmisse*, significando "missa, festa de igreja".

Portanto, tanto as definições quanto o marco cronológico (1881) fornecidos pelo Houaiss (2009) são compatíveis com o período de realização e/ou a natureza dos eventos relatados por Antonio Egydio Martins no Jardim Público de São Paulo (1882-1884) e João Nogueira no Passeio Público de Fortaleza (1887), bem como ratificam e ampliam a definição dada por Antonio de Moraes Silva (1878) no século XIX.

Quermesse em Bruxelas, Bélgica, 1910. Fonte: CARVALHO (2009).

[2] Atualmente, pode-se considerar o Flamengo (*Flemish* em inglês) como o holandês praticado na Bélgica ou o gentílico referente à região de Flandres (também flandrense, flandrino, flandrisco) (HOUAISS, 2009). Hoje, na Bélgica, a região que se chama Flandres corresponde ao território Norte do país, incluindo cidades importantes (Bruxelas, Bruges e Antuérpia) e onde se fala holandês, em distinção ao Sul, denominado de Valônia e onde se fala francês. A população do país é, predominantemente, católica.

Ambos os idiomas espanhol e inglês incorporaram essa expressão, embora também contenham as formas *bazar* e *bazaar*. O espanhol assimilou a *quermés* ou *kermés*, enquanto o inglês chegou a introduzir a forma holandesa *kermis*, incomum na linguagem corrente, na medida em que nem todos os dicionários a registram.

O dicionário *online* da *Real Academia Española* (DRAE) indica que a palavra *quermés* ou *kermés*, aceitas as duas grafias, vem do holandês *kercmisse* – missa de igreja – por meio do francês e quer dizer "festa popular, ao ar livre, com bailes, rifas, concursos".

O *Merriam-Webster online* aponta que *kermis* deriva do holandês *kercmisse* – *kerc* ou *kerke* (igreja) e *misse* (missa) – e significa "festival ao ar livre, nos Países Baixos"; "uma feira geralmente realizada para fins de caridade". Também o *Oxford online* indica que *kermis* se origina do holandês – *kerke* (*church*, igreja) e *mis* (*mass*, missa) – significando "feira de verão realizada em cidades e vilarejos dos Países Baixos"; "feira ou carnaval, especialmente promovida com o fim de levantar dinheiro para caridade"; a palavra originalmente era usada no final século XVI "denotando uma missa no aniversário de consagração de uma igreja, quando uma feira era organizada".

Finalmente, o *Larrouse online* informa que a palavra francesa *kermesse* advém do holandês *kerkmisse* – missa de igreja – para designar "em Flandres, festa paroquial e feira anual" ou "festa ao ar livre contendo jogos e estandes de venda, organizada, na maioria das vezes, em benefício de alguma coisa". De acordo com o dicionário *Van Dale online*, as palavras igreja e missa em holandês são, respectivamente, *kerk* e *mis*.

Por sua vez, o *bazar* exprime a ideia de feira, comércio, inclusive de artigos usados ou de pouco valor, e até a barraca onde se comercializam os produtos, sobrepondo-se à índole caritativa da *quermesse*. Significa, segundo o Houaiss (2009), "local onde se comercializa toda sorte de mercadorias, em geral a preços módicos"; "loja de objetos de segunda mão, mas de certo interesse"; "pavilhão ou barraca, geralmente em festas beneficentes, onde se rifam ou sorteiam mercadorias de natureza vária"; "local de venda, par fins de beneficência, de objetos doados, roupas, peças de artesanato"; "empório". Indica, em espanhol, "no Oriente, mercado público ou lugar destinado ao comércio" (DRAE *online*) e em francês "no Oriente, mercado público ao ar livre ou sob vastas galerias cobertas" (*Larrouse online*).

O termo inglês *bazaar* indica: "um mercado em países orientais" ou "um mercado onde bens são vendidos para levantar dinheiro para uma escola, igreja" (*Cambridge online*); "um mercado, como no Oriente Médio, consistindo de filas de lojas ou barracas que vendem mercadorias variadas"; "uma feira para a venda de artigos, especialmente, com propósitos caritativos", "um evento no qual artigos são vendidos para arrecadar dinheiro destinado a

pessoas ou organizações" (*Merriam-Webster online*); "mercado num país do Oriente Médio"; "venda de mercadorias para angariar fundos" ou "uma loja ampla que vende artigos heterogêneos" (*Oxford online*).

O *bazar* indica, portanto, a atividade comercial propriamente dita, ao passo que a *quermesse* – expressão predominante no nosso *corpus* documental – corresponde à festa que, na época, incluía músicas, danças e jogos, entre outros divertimentos, mas também a venda de guloseimas e outros artigos, como ilustra a notícia de um evento realizado no Parque da Independência, Fortaleza, em 1929.

> Por iniciativa das exmas sras. dr. Samuel Uchôa, J. Martins Rodrigues, Borges de Mello, Tancreado Moraes, Porto Carrero, Cel Anastacio Braga e senhorinha Lydia T. Pacheco, terão começo hoje ás 19 horas no **Parque da Independencia**, as **kermesses** em beneficio da "creche" para os filhos dos leprosos de Canafistula. As **barracas** que compõem o interessante **Basar**, serão dirigidas pelas exmas. sras: dr. Martins Rodrigues, senhorinhas: Nina Mesquita e Laura V. Costa – Barraca das diversões – sras. dr. Samuel Uchôa, Porto Carrero, Sá Roriz, Borges de Mello e Reis. Anastacio Braga e Eduardo Bezerra, – Barraca Restaurant – Srta Alice Mello Cesar – Arvore de Natal – Da Maria Augusta Ferraz – Barraca Santa Terezinha – Sta (*sic*) Edith Abreu – Barraca Gulodices – Sra. Edilberto Azevedo Araujo. As **kermesses** funcionarão hoje, amanhã e nos dias 3 a 6 de Janeiro. Nos dias 3, 5 e 6 tomarão parte do atrahente **Basar** emprestando com a sua arte graciosa um **concurso valioso**, as intelligentes patricias Irmãs Gasparina que executarão **bailados e danças** (CORREIO DO CEARÁ, 31/12/1929, p. 7; aspas do original, grifos nossos).

Embora todos os dicionários consultados mostrem a ocorrência da palavra *bazar* em português, espanhol e francês ou *baazar* em inglês – com origem comum no persa, revelando a vocação mercantil dos povos do Oriente –, no Brasil, no caso dos eventos realizados ao ar livre, de cunho festivo, comercial, mas também filantrópico, consolidaram-se o uso da palavra e a prática das *quermesses*, expressão da tradição católica e paroquial do país.

A língua portuguesa fixou o termo holandês via francês, novamente nos conduzindo ao registro de Antonio Egydio Martins, ao indicar que a primeira quermesse de São Paulo foi precisamente organizada pela colônia francesa da cidade. Daí por que ter adotado o vocábulo francês *kermesse* num texto de 1911 para se reportar a uma festividade do início da década de 1880. Não menos fortuita é a observação de 1933 de João Nogueira, ao detectar a imprecisão da palavra *kermesse*, suas traduções livres e corruptelas com o intuito de denominar uma prática que se difundia no final do século XIX, utilizando a grafia francesa no contexto de Fortaleza. Em todas as fontes primárias que reunimos, de 1923 a 1930, também observamos o emprego da grafia *kermesse*.

Considerando o conjunto das nossas referências – jornais, relatos dos que viveram no período, estudos de pesquisadores contemporâneos, dicionários de português, antigos e atuais, e de línguas estrangeiras –, podemos resumir a quermesse como um evento festivo de caráter comercial e beneficente, simultaneamente religioso na sua natureza paroquial e civil na sua estrutura laica, sentido preservado na atualidade.

Realizadas ao menos a partir da década de 1880 nos jardins públicos, as quermesses também sinalizavam a importância desses espaços laicizados na vida social, os quais, paradoxalmente, se reconectavam à presença religiosa das igrejas e instituições de caridade em razão da índole filantrópica de tais eventos.

Não é irrelevante lembrar que o Passeio Público de Fortaleza e o de Curitiba, o Jardim Público (futuro Jardim da Luz) de São Paulo e o de João Pessoa, bem como o Jardim Municipal de Vitória foram os primeiros jardins públicos e palco de quermesses em cada uma destas cidades. Ainda hoje, elas fazem parte da tradição festiva popular do Brasil, como as juninas, as natalinas e dos santos padroeiros, cultivadas nos pátios, praças e ruas de bairros e paróquias de diversas cidades.

Conforme expusemos, além das atividades recorrentemente reveladas nos jornais e revistas de época e aquelas já documentadas por memorialistas, cronistas, historiadores, arquitetos e urbanistas, acreditamos que existissem outras formas de apropriação dos jardins públicos, impulsionadas por fatores mais circunstanciais. O caso do coreto serve de ilustração, pois, projetado para apresentações musicais, era usado em atos teatrais, políticos e até religiosos ou simplesmente usufruído como local de permanência e mirante.

Não são raros, todavia, relatos sobre o período de abandono de alguns jardins, a baixa frequência a eles, seja por falta de conservação ou melhoramentos, suspensão de programas ou concorrência com novas áreas ajardinadas. No longo período do nosso estudo, reconhecemos que espaços fundacionais como o Jardim do Campo das Princesas, no Recife, o Jardim Público de João Pessoa e o Passeio Público de Fortaleza experimentaram fases de decadência ou menor intensidade de uso, apesar de seu inequívoco prestígio, afinal, a dinâmica urbana é muito mais complexa do que a nossa capacidade de apreendê-la e descrevê-la.

Por outro lado, as diferentes formas de usufruto dos jardins, em seu conjunto, mostram como estes constituíram espaços expressivos no circuito das diversões públicas, sobretudo considerando que o banho de mar como forma de recreação se difundia a partir dos anos 1920. Foi nessa época que começaram a se popularizar os banhos na Praia da Boa Viagem, no Recife, e na Praia de Iracema, em Fortaleza. Até o início do século XX, os

banhos de mar ainda tinham caráter mais terapêutico do que recreativo em cidades-capitais litorâneas (COUCEIRO, 2012, p. 91; CASTRO, 1987, p. 236; BELLINI, 2014, p. 98).

Até certo momento do século XIX, as praias eram lugares de despejo de dejetos humanos, águas servidas, lixo, animais e escravos mortos e, mais tarde, os banhos salgados começaram a ser prescritos pelos médicos para o tratamento de enfermidades (COUCEIRO, 2012, p. 91). No início do Novecentos, os banhos de mar passaram a ser praticados como atividade de lazer da população urbana durante as temporadas de calor.

A abertura da Avenida Beira-Mar (atual Avenida Boa Viagem), no Recife, em 1924, já foi discutida pela historiografia na condição de fator de usufruto da praia como balneário e vetor de expansão da cidade no sentido Sul. Até então, as praias de Olinda eram as mais procuradas pelas famílias recifenses durante a estação de veraneio (COUCEIRO, 2012, p. 92).

As casas da Praia de Iracema, em Fortaleza, eram, preferencialmente, usadas durante as férias, até que "os banhos de mar, ainda de modo reservado, começavam a atrair a população como forma de lazer coletivo e gratuito" (CASTRO, 1987, p. 236). Observamos a circulação de fotos das casas ou "vilas" balneárias destacadas como "recantos pitorescos" da Praia de Iracema em periódicos da época (CEARÁ ILLUSTRADO, n. 55, 1925; n. 60, 1925),

Em João Pessoa, Wellington Aguiar (1992, p. 207) afirma que os "melodiosos sons" das bandas musicais do Exército e da Polícia Militar animavam as antigas retretas do Jardim Público "num tempo em que a Praia de Tambaú não passava de grande mata de cajueiros", avocando a primazia dos jardins antes dos banhos de mar recreativos.

Além de promoverem a salubridade e o embelezamento das cidades no Brasil, enunciados já discutidos por seus mais diversos estudiosos, os jardins se consolidaram como espaços consagrados na vida da sociedade que se constituía cada vez mais urbana, representando, juntamente com novas edificações laicas – grupos escolares, faculdades e liceus, teatros e cinemas – uma das principais formas de diversão a partir do final do século XIX. A transformação de campos, praças, pátios e largos em jardins, vista no capítulo anterior ao nível do vocabulário, também ocorreu no âmbito dos usos, em que pesem sua condição pública e as construções adjacentes, constituindo, portanto, uma nova relação terminológica, física e funcional com a vizinhança edificada.

Observamos a presença de crianças, jovens, adultos, homens e senhoras, rapazes e moças, portanto uma composição social diversificada, nas formas de recreação que documentamos nos jardins públicos entre os séculos XIX e XX. Ressaltamos o uso diurno e noturno dos jardins, em dias úteis e nos finais de semana, das mais variadas formas: a prática regular do *footing*, a leitura do jornal no dia-a-dia, a retreta semanal após a jornada de trabalho ou a retreta domingueira, os momentos de contemplação, as festas cívicas,

comerciais ou beneficentes, exposições, certames, os torneios, esportes, exercícios corporais, danças e jogos.

Disseminavam-se expressões estrangeiras para qualificar novas modalidades de diversão oriundas não apenas do contexto francês, mas também do britânico: o *footing*, o *garden-party* e a *quermesse*, os quais, ainda que não se restringissem ao âmbito dos jardins públicos, neles encontravam um espaço privilegiado. Acrescentem-se o *foxtrote* e o *charleston* norte-americanos, bem como os nomes dos jogos e esportes introduzidos na sociedade brasileira e na língua portuguesa, geralmente via inglês: *football*, *tennis*, *golf*, *turf*, *cricket*, *snooker*, *ping-pong*, *volleyball*, *handball*, *boxing*, *waterpolo*.

Percebemos ainda como todas essas formas de recreação estavam entrelaçadas. A música, um entretenimento regular nas retretas com programas e dias e horários específicos, era também um atrativo em celebrações especiais, como os *garden-parties*, as quermesses, comemorações cívicas, feiras e exposições, proporcionava danças e associava-se à prática do *footing*. Os *garden-parties*, por sua vez, eram organizados para celebrar datas ou fatos os mais diferentes e podiam ser cívicos, temáticos ou filantrópicos.

Desse modo, as quermesses, enquanto festas especificamente beneficentes, eram um tipo de *garden-party*, quando realizadas no recinto de um jardim, embora nem todo *garden-party* fosse uma quermesse. Já os exercícios físicos, jogos e esportes, coletivos ou individuais, que representaram uma das mais significativas formas de divertimento em campos, clubes e ginásios, eram também executados nos passeios, praças e parques, regularmente ou em *garden-parties* e celebrações cívicas.

No conjunto das recreações urbanas, os jardins públicos constituíam *espaços de exercício dos corpos* – por meio das caminhadas, corridas, patinação, dos esportes e danças. Eram *espaços de ócio, contemplação e relaxamento* – nos passeios em família e encontros dos casais de namorados, na escuta da música, apreciação dos canteiros de flores, lagos, fontes e ornamentos, no descortino do mar ou refrigério proporcionado pelas árvores e pela brisa. Ou, ainda, *espaços de instrução, das conversas e trocais intelectuais* – nos ajuntamentos e debates de estudantes, atos políticos, nos bancos e quiosques de café, pavilhões de chá e na leitura do jornal. Constituíam, enfim, *espaços de regeneração do corpo e do espírito*.

Afirmavam-se como opção de divertimento antes de outras difundidas a partir dos anos 1920 e 1930, a exemplo das transmissões radiofônicas de música e, notadamente, o cinema e o banho de mar, ambos até hoje consagradas formas de lazer das sociedades contemporâneas, além da popularização do automóvel, que promoveria maiores deslocamentos e novas apropriações do espaço urbano.

> A ciência é um meio indispensável para que os sonhos sejam realizados. Sem a ciência não se pode nem plantar nem cuidar do jardim. Mas há algo que a ciência não pode fazer. Ela não é capaz de fazer os homens desejarem plantar jardins. Ela não tem o poder de fazer sonhar. Não tem, portanto, poder de criar um povo. Porque o desejo não é engravidado pela verdade. A verdade não tem o poder de gerar sonhos. É a beleza que engravida o desejo (Rubem Alves, *Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação*, 2002, p. 26).

Capítulo 3
Os Jardins na Remodelação Urbana

3.1 A VEGETAÇÃO

A vegetação é o elemento fundamental na compreensão ocidental de jardim, no qual desempenha diferentes funções, produz vários efeitos paisagísticos e provoca sensações de bem-estar. Múltiplas são as possibilidades de abordagem e diferentes as ferramentas disciplinares para análise da vegetação nos jardins, em razão da sua dupla condição natural e cultural e das habilidades necessárias à sua confecção.

A partir do século XIX, as plantas eram um atributo essencial para o usufruto dos jardins públicos brasileiros por parte da população, que via transformados antigos logradouros, juntamente com uma série de outros elementos, articulando-os entre si – agenciamentos, coretos, fontes, esculturas e monumentos – ou associando-se diretamente a eles – em lagos, pérgulas e caramanchões, vasos e colunas.

Em relação às espécies, nos estudos de história do paisagismo, a análise da vegetação se fundamenta, via de regra, nas listas de especificação botânica, tipo de fonte não localizada nesta pesquisa, se não inexistente, como acreditamos, seja pela falta desse nível de detalhamento à época, seja pela má conservação dos acervos documentais brasileiros.

Propomos tratar a vegetação sob dois aspectos: a sua identificação botânica e a sua disposição nos jardins, relacionadas a outros elementos de projeto e considerando seus

diferentes portes ou estratos – as plantas herbáceas (em canteiros e nos vasos, trepadeiras, aquáticas, gramados); as arbustivas (arbustos); as arbóreas (árvores); e as palmeiras.

No Brasil, paisagistas como Auguste F. M. Glaziou e Roberto Burle Marx elaboraram listas de vegetação dado seu amplo conhecimento botânico, a importância dos projetos que conceberam e os cargos que ocuparam no Rio de Janeiro do século XIX e no Recife dos anos 1930, respectivamente. No entanto, não dispomos de tais listas nem manuais de horticultura que, comprovadamente, tenham circulado e influenciado o cultivo de jardins nas cidades especificamente estudadas e possam ser cotejados com outras fontes documentais.

Desse modo, a vegetação foi identificada a partir da análise da morfologia externa dos espécimes vista na iconografia histórica (gravuras, fotos e cartões postais), confrontada com registros documentais escritos, descrições de cronistas, memorialistas e observações em campo, utilizando a classificação taxonômica do *Angiosperm Phylogeny Group* (APG III)[1].

Para informações sobre as espécies nativas do país, consultamos a base de dados do projeto *Lista de Espécies da Flora do Brasil*, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro[2]. A identificação botânica foi realizada pelo biólogo Joelmir Marques da Silva[3], com quem trabalhamos em estudos e publicações anteriores sobre a obra de Burle Marx, adotando essa metodologia (SÁ CARNEIRO et alii, 2011; SÁ CARNEIRO, SILVA & SILVA, 2013).

Além das fontes documentais e bibliográficas, utilizamos fotos de décadas posteriores ao nosso período de estudo, quando retratavam árvores de grande porte na mesma disposição observada em imagens antigas e verificadas *in loco*, ratificando a identificação botânica. É o caso de figueiras, pinheiros e baobás, que, hoje, se encontram bastante volumosos, mas apareciam recém-plantados ou com menor porte nas imagens entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX. Ou, ao contrário, tais imagens mais recentes evidenciam que algumas árvores mantiveram-se preservadas por muitas décadas, porém, atualmente, não se encontram nos jardins onde foram introduzidas.

Este cruzamento entre a iconografia histórica e os dados de campo pôde ser operacionalizado com menor dificuldade e maior confiabilidade na identificação da vegetação arbórea e palmeiras, em detrimento das plantas herbáceas, sobretudo aquelas

---

[1] A classificação taxonômica do *Angiosperm Phylogeny Group* (APG III) está disponibilizada *online* em http://www.tropicos.org/Home.aspx.

[2] A *Lista de Espécies da Flora do Brasil* é um projeto em permanente atualização coordenado pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro e hoje composto de uma rede de mais de quinhentos taxonomistas, brasileiros e estrangeiros, reunindo pesquisadores de vários institutos e universidades do Brasil, Europa e Estados Unidos. A base de dados (em português e inglês) contém informações sobre nomenclatura, distribuição geográfica no Brasil, endemismo, formas de vida da vegetação, entre outras, e está disponibilizada *online* em http://reflora.jbrj.gov.br/jabot/listaBrasil/ConsultaPublicaUC/ResultadoDaConsultaNovaConsulta.do.

[3] Biólogo, Mestre (2012) e Doutorando em Desenvolvimento Urbano pela UFPE, com produção acadêmica e atuação profissional na área de Botânica; Mestre em Diseño, Planificación y Conservación de Paisajes y Jardines pela *Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Azcapotzalco*, México (2016).

presentes em vasos e canteiros, em razão do seu porte reduzido e efemeridade, pois são facilmente substituíveis ao longo do tempo.

No caso dos jardins incluídos no nosso estudo comprovadamente reformados por Burle Marx entre 1935 e 1937 no Recife, quando apresentavam, em imagens cuja data é incerta, plantas do repertório do paisagista e que não vimos em outros espaços, nem nas demais cidades, preferimos excluí-las, a fim de evitarmos anacronismos e interpretações errôneas – caso da alpínia (*Alpinia* sp.), do lótus (*Nelumbo nucifera*) e da aninga (*Montrichardia linifera*).

Mas, de modo contrário, embora o paisagista tenha utilizado a cana-da-índia (*Canna indica*) em seus projetos no Recife, a exemplo da Praça de Casa Forte (1935), identificamos esta espécie na Praça Venâncio Neiva, em João Pessoa, por isso a incluímos nos Apêndices. É importante considerar, inclusive, a possibilidade de Burle Marx ter incorporado em seus projetos espécies que já estivessem plantadas nos jardins da capital pernambucana, segundo sua disponibilidade e tradições moldadas desde o século XIX.

Quando não dispúnhamos de imagens históricas, mas de outros registros documentais sobre plantas introduzidas nos jardins (jornais, revistas ou relatórios de governo) e/ou historiográficos (menção de memorialistas ou cronistas da época), procuramos verificar a existência de tais espécies *in loco*. Logo, as incluímos na pesquisa, quando presentes em campo e utilizadas em outros jardins e/ou vias públicas naquele período.

Citamos o exemplo das figueiras do Parque do Derby, mencionadas no *Diario de Pernambuco* do dia em que foi inaugurado (18/10/1924, p. 7), mas, curiosamente, não retratadas nas fotos antigas do logradouro e hoje lá existentes em porte e quantidade. Na Praça do Paissandu, nos deparamos com a situação inversa, pois era retratada no *Guia da cidade do Recife* (1935) à semelhança de um bosque de figueiras de grande porte (muito provavelmente introduzidas em 1924, ano em que a praça foi ajardinada), porém não há documentos escritos sobre seu plantio, nem remanescentes em campo.

Outra importante ressalva ainda deve ser feita sobre a análise do estrato arbóreo nos jardins: a hipótese ou o fato concreto de que muitos indivíduos já estivessem plantados em parques criados em terrenos com remanescentes de vegetação nativa ou em praças e vias públicas contempladas por ações de arborização urbana.

As plantas, em especial as árvores, eram propaladas pelo poder público e referidas em crônicas, jornais e revistas por meio de expressões como *aformoseamento*, *embelezamento*, *beleza*, *ornamentação*, *estética*, *higiene*, *saúde*, *sombra*, *conforto*, *repouso*, *alegria*, *exuberância*, *graça* e *encanto*. A vegetação era frequentemente enfatizada por adjetivos tais quais *bela*, *linda*, *ornamental*, *salutar*, *farta*, *luxuriante*, *luxuriosa*, *acolhedora* e *atraente*.

A arborização de espaços públicos foi uma das primeiras e principais transformações na estrutura física de logradouros que, mais tarde, foram ajardinados a partir do século XIX. Como os processos de ajardinamento frequentemente aconteciam de modo paulatino, não são incomuns, no conjunto das nossas fontes, fotografias de jardins recém-construídos retratando a vegetação arbórea crescida, logo, indicando que o seu plantio é anterior.

Algumas praças, campos, largos e pátios já eram dotados de árvores antes de serem efetivamente convertidos em jardins, conforme registram cronistas, memorialistas e historiadores, bem como muitos relatórios oficiais da administração pública, fotos e cartões postais. Muitas vezes, o plantio de árvores, o nivelamento do terreno e sua pavimentação eram os primeiros melhoramentos a serem realizados, seguidos da instalação de muros e gradis, ao ritmo da arrematação e importação de equipamentos e ornamentos e contratação de serviços. Nesses casos, não se tratava de um único projeto implantado de vez, especialmente no século XIX. Eram muito frequentes, aliás, as inaugurações de obras inconclusas que continuavam a receber adições nos meses ou anos subsequentes.

Por outro lado, aqueles jardins considerados mais importantes foram alvo de sucessivas reformas, logo susceptíveis a uma experimentação botânica mais intensa, como os primogênitos Jardim do Campo das Princesas, no Recife, Passeio Público de Fortaleza e Jardim Público de João Pessoa, nos quais pudemos reconhecer a maior quantidade de espécies em cada cidade.

Desse modo, nossos registros documentais (visuais e escritos) e bibliográficos nos mostram, suficientemente, o papel e o alcance da arborização na remodelação da cidade, incluindo tanto espaços remanescentes do traçado colonial, quanto novas áreas delimitadas no tecido urbano nos séculos XIX e XX.

Entre as arbóreas, a espécie predominante era o exótico fícus-benjamim ou figueira (*Ficus benjamina*), de rápido crescimento e porte volumoso, atributos importantes para garantir a imediata provisão de sombra. Presentes em quase todos os jardins das três cidades, as figueiras eram uma das árvores mais mencionadas nas fontes documentais e reconhecíveis na iconografia. Plantavam-se também castanholas (*Terminalia catappa*)[4], jambeiros (*Syzygium malaccense*), mangueiras (*Mangifera indica*)[5] e mungubeiras ou mongubeiras (*Pachira aquatica*)[6],

[4] A castanhola é considerada naturalizada e não endêmica do Brasil, com ocorrência nas cinco regiões do país, dezenove estados e distrito federal (AC, AM, PA, RR, TO, BA, CE, PB, PE, PI, RN, SE, DF, MS, MT, ES, MG, SP, PR, SC), segundo a *Lista de Espécies da Flora do Brasil*. Disponível em: http://reflora.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB22511. Acesso em: 9 jan. 2016.

[5] A mangueira consta na *Lista de Espécies da Flora do Brasil* como espécie cultivada e não endêmica do Brasil, já adaptada ao país, ocorrendo em todos os estados e distrito federal. Disponível em: http://reflora.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB80029. Acesso em: 9 jan. 2016. Contudo, segundo outro grupo de pesquisadores, já pode ser considerada nativa, em razão de sua ampla distribuição no Brasil, embora

espécies umbrosas e, portanto, apropriadas aos climas ou estações quentes. Documentamos, ainda, o plantio de baobás (*Adansonia digitata*), eucaliptos (*Eucalyptus* sp.), flamboyants (*Delonix regia*) e pinheiros (*Araucaria* sp.), mais valorizados pelos efeitos decorativos de suas copas, troncos, altura ou florações do que por seu sombreamento.

Praça Venâncio Neiva, João Pessoa, o Pavilhão do Chá, concluído em 1931, e figueiras. Em primeiro plano, a platibanda do Palácio do Governo da Paraíba. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Em Fortaleza, um trecho do livro *O Brazil Actual*, de 1904, de Arthur Dias, foi parcialmente transcrito e publicado na edição de 1913 da *Revista do Instituto do Ceará*, contendo aspectos sobre a vegetação dos jardins da cidade, ressaltando seus vários estratos – plantas rasteiras, rosas, árvores, palmeiras, sua exuberância, apesar da pouca variedade, e atributos como sombra e articulação com lago, mar, agenciamentos e ornamentos.

> No centro da **praça Marquez de Herval**, vasta planicie **arborisada**, flanqueada de bons edificios, vêem se os alicerces de um enorme theatro que alli começaram a construir e, em boa hora, não foi acabado (...) de modo que a **formosa praça Marquez de Herval**, destinada um dia a se transformar no **parque** favorito dos **habitantes** de Fortaleza, póde aguardar tranquillamente o intendente que fará della o que o actual fez com o **largo do Ferreira**, hoje **ajardinado lindamente** sob o nome de **praça Sete de Setembro**. (...) Dentre os **jardins publicos** de Fortaleza, devo citar o **parque** chamado **Liberdade**, trecho **encantador**, com o seu pequeno **lago** e a **folhagem viridente de seus**

originária da Índia. Disponível em: http://reflora.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB128482. Acesso em: 17 jan. 2016.

[6] A mungubeira ou mongubeira é nativa e não endêmica do Brasil, com ocorrência em dois estados do país (AM, PA), segundo a *Lista de Espécies da Flora do Brasil*. Disponível em: http://reflora.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB84904. Acesso em: 17 jan. 2016.

> **bosquezinhos**. Segundo me pareceu, o **parque** tem sido algo descuidado ultimamente; as **plantas rasteiras** estavam a lhe invadir o arruamento, e as obras de ornamentação um tanto estragadas. Disseram que a Intendencia, tendo terminado as obras da **praça Sete de Setembro**, ia voltar suas vistas para o **poetico logradouro da Liberdade**. Não deve adiar isso, que vale ouro aquelle trecho de paizagem. No outro angulo da cidade ha tambem um **Passeio Publico**, edificado em **tres planos**, que descem para o **mar**; é um **lindo parquesito**, comquanto mais exposto que o outro á poeira dos combros, que redemoinham lá em baixo. Suas ruas se entrecruzam pittorescamente, e de espaço a espaço alguma deusa de marmore ou bronze, fixada no seu pedestal ennegrecido, vos espreita fixamente atravez os (*sic*) **leques das palmeiras e as corollas vermelhas dos rosaes**; uma dessas ruas catitas chama-se Avenida Caio Prado, e vos apresenta em toda sua extensão **bancos á sombra**, que convidam ao **repouso**. A **vegetação**, por menos que o supponhaes, está **viçosa**, comquanto pouco variada (DIAS in REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1913, p. 231-233; grifos nossos).

Passeio Público de Fortaleza (atual Praça dos Mártires), 1914, Avenida Caio Prado no primeiro plano, renque de figueiras e um cata-vento. Fonte: Acervo Hugo Segawa.

Nos jardins de Fortaleza, entre as árvores de porte, era comum a nativa mungubeira, muito rememorada por cronistas, memorialistas e historiadores da cidade. De acordo com Otacílio de Azevedo (1892-1978), no Jardim Nogueira Accioly da Praça Marquês do Herval, "grandes árvores – mangueiras, mongubeiras e outras, além de palmeiras, davam ao local uma beleza sem par" (2012 [1980], p. 55).

Excetuando-se o Passeio Público e as primeiras obras no Parque da Liberdade, até 1902-1903, a cidade não possuía jardins públicos, quando foram ajardinadas as praças do Ferreira e Marquês do Herval, precisamente comentadas naquele início de século por Arthur

Dias e Otacílio de Azevedo, com destaque para um dos principais elementos transformadores de ambas – a vegetação. Neste sentido, afirma João Nogueira (1867-1947):

> Ainda depois de **1880** as nossas **praças** não eram **ajardinadas**; as áreas internas estavam em areia e a **arborização** constava de **castanheiras**, **mangueiras**, **mungubeiras**, **xixás e outras árvores de porte**, inclusive **cajueiros**, um dos quais, o *botador*, da **praça do Ferreira**, era o terror dos inimigos da verdade (NOGUEIRA in REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1942, p. 148; itálico do original, grifos nossos).

Na sua monumental *Descripção da cidade da Fortaleza*, publicada na *Revista do Instituto do Ceará* em 1895 e republicada em 1992 sob a forma de livro, Antonio Bezerra de Menezes (1841-1921) indica que, naquela época finissecular, as praças da cidade já possuíam arborização, mas não eram ajardinadas, privilégio este do Passeio Público. A visão do autor nos parece relevante pois, nascido no meio do século XIX, Antonio Bezerra de Menezes vivenciou o período que descreveu e, segundo Girão (1983, p. 29), foi jornalista, cronista, historiador, autodidata e pertenceu aos quadros das instituições literárias e culturais do estado e da capital.

> A **cidade** da Fortaleza (...) tem **14 praças**, algumas devidamente **arborisadas**, entre as quaes distinguem-se a do **Marquez do Herval**, a dos Voluntarios da Patria, a do **dr. Caio Prado**, o **Parque da Liberdade** com o seu **bello jardim**, seu ligeiro pavilhão erguido no meio das aguas, e a **praça do Ferreira**, em cujos angulos campeiam **mimosos kiosques**, **lugares de recreiação** e de café. A mais notavel de todas é a **dos Martyres**, occupada hoje pelo **Passeio Publico**, na face septentrional da cidade e no cimo da collina, d'onde se descortina **vista sempre agradavel**, sempre nova do **oceano** a perder-se alem nas extremas do horisonte. **Cercada de grades de ferro**, **a sombra das grandes arvores**, **os caprichosos alegrêtes matisados de variadas flores**, **os grupos de palmeiras**, as pequenas ruas das Mirtacias, por entre as quaes sobresahem as estatuas brancas das deusas do Olympo ao lado de **vistosos pavilhões**, tornam este **lugar concorrido e attrahente**, principalmente nas **noites de quintas-feiras e domingos**, em que a **população** da capital, sem distincção de classe ou condição, vem a **recreiar-se** na mais doce cordialidade. Das sete ás nove horas da **noite**, ouvem os **frequentadores** escolhidos trechos de boa **musica** (MENEZES in REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1895, p. 147-148; grifos nossos).

No mesmo período, Raimundo de Menezes (1903-1984) avoca às mungubeiras e castanholas da Praça do Ferreira a frescura da sombra de suas copas, enquanto o contemporâneo e homônimo Raimundo Girão (1900-1988) as relembra não pelos efeitos de sombreamento e embelezamento no jardim, posto que este ainda não havia sido criado, porém por sua utilidade para amarrar os animais.

> A **Praça do Ferreira** dos nossos avós! Um quadrado sem alma própria, tendo a colorir o chão áspero o verde clorofiliano de um capinzal irregular. Pelo meio, sem qualquer simetria, **as mongubeiras e as castanholas floridas**, enchendo o solo da **frescura das sombras doces** e dos frutos gostosos (MENEZES, 2006 [1938], p. 45; grifos nossos).

> O melhor impulso dado ao progresso da **Praça do Ferreira** foi o seu **ajardinamento**, em **1902** (...). Até então, cercada de **copadas mongubeiras**, a área da **Praça** não era revestida sequer de um calçamento tosco. Prestavam-se essas **árvores** ao mister de postes para amarrar animais, dos *comboios* que traziam, para os negociantes dali, mercadorias do sertão (GIRÃO, 1979 [1959], p. 129; itálico do original, grifos nossos).

Este conjunto de relatos nos indica a existência de arborização nas praças antes do seu ajardinamento, conforme argumentamos anteriormente, bem como aponta Rodolfo Teófilo no texto *A Fome*, de 1879: "mais de dez praças, grandes arborizadas de castanheiros e mungubeiras, embelezavam a cidade, concorrendo, assim, para a salubridade do clima" (TEÓFILO *apud* GIRÃO, 1983, p. 88). João Nogueira menciona a presença de ambas as árvores no Passeio Público em crônica original de 1933 publicada em *Fortaleza Velha* (1954).

> Acompanhando o **gradil**, havia, pelo lado interno, uma calçada de tijolo, de uns dois metros de largura; tudo mais, areia e algumas **mongubeiras e castanheiras** das quaes ainda restam uma ou outra (NOGUEIRA, 1954 [1933], p. 12; grifos nossos).

Passeio Público de Fortaleza (atual Praça dos Mártires), primeiro plano, dois quiosque-café. À esquerda, o tronco de um oitizeiro, uma castanhola e, à direita, uma mungubeira. Fonte: Acervo Nirez.

De fato, uma vista da entrada do logradouro ilustra tal afirmação. Portanto, dentre as árvores mais mencionadas – castanheiro ou castanheira, mangueira e mungubeira – esta última é, seguramente, aquela mais frequentemente citada nos nossos registros historiográficos e documentais e também retratada em fotos e cartões postais. Novamente é Otacílio de Azevedo quem nos conta da presença de mungubeiras e mangueiras na Praça do Coração de Jesus, na crônica *A Igreja do Coração de Jesus*, constante em *Fortaleza Descalça* (2012 [1980]), sobre a época de sua chegada à capital em 1910.

> A esse tempo, a **praça** era um areal, sendo até difícil se andar por ali. **Enormes mangueiras** projetavam suas **sombras**. Muitas vezes, voltando à noite do Cinema *Di Maio* e passando descuidado, minha atenção era despertada por forte estrondo que me fazia estremecer. Nada mais era que a queda de enormes frutos das **mongubeiras** ali existentes (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 133; itálico do original; grifos nossos).

Todavia, não identificamos mungubeiras na Praça do Coração de Jesus, senão o fícus-benjamim. Aquelas podem ter sido abatidas para o ajardinamento do logradouro em 1931, a exemplo do que se deu na mesma época na Praça Comendador Teodorico (ou Praça da Lagoinha), transformada no Jardim Tomás Pompeu em 1930. Tratava-se, portanto, de uma ação contrária ao aproveitamento da arborização preexistente, conforme noticiado pelo *Correio do Ceará* na matéria *A Praça Commendador Theodorico e sua historia*, parcialmente transcrita em *Praças de Fortaleza* (CUNHA, 1990, p. 97). Neste jardim, foi feito o plantio maciço de figueiras, substituindo as antigas mungubeiras. O mesmo parece ter ocorrido na Praça General Tibúrcio, ilustrada em postal do início do século XX com muitas mungubeiras, antes de ser ajardinada entre 1913 e 1914, porém repleta de figueiras em imagens a partir de meados dos anos 1920.

> **Arborisação**. Em **1891**, foi a **praça Commendador Theodorico** cercada com arame farpado e nella foram plantados **130 pés de Mongubeira**, dos quaes, entretanto, salvaram-se apenas 5, no lado correspondente ao boulevard do Imperador. E estes, aos 39 annos de existencia, mas carcomidos e inuteis, foram cortados, no serviço de **ajardinamento** agora realisado (CORREIO DO CEARÁ, 11/7/1930, p. 1; grifos nossos).

No Recife, não identificamos mungubeiras na iconografia histórica, as quais também não são comuns nas praças da cidade hoje, considerando aquelas que, especificamente, constituem nosso estudo. A sua ausência foi notada pelo memorialista Pereira da Costa (1851-1923), segundo o qual, em meados do século XIX, a Câmara Municipal iniciou um serviço de arborização urbana, começando pelo Cais do Colégio, onde havia sido instalado o

Passeio Público. Plantaram-se o castanheiro do Pará (*Bertholletia excelsa*) e a gameleira (*Ficus doliaria*), em detrimento de espécies nativas da flora local como a mungubeira e o pau d'arco (ipê) amarelo (*Handroanthus serratifolius*) e roxo (*Handroanthus impetiginosus*).

> Em **1857** começou a câmara um serviço regular de **arborização**, notando-se a do primeiro trecho do **Cais do Colégio**, a partir de junto à ponte, e colocados bancos de madeira convenientemente dispostos, recebeu então o **nome** de **Passeio Público**, que manteve por muito tempo. As **árvores** então plantadas foram **o castanheiro do Pará e a gameleira**, ainda restando desta uma belíssima, que se vê na **praça da República** junto à entrada da ponte Santa Isabel. Do que nunca se cuidou foi lançar-se mão para tal fim de algumas das belíssimas e apropriadas árvores da nossa flora, como **a munguba e o belíssimo pau d'arco**, **amarelo ou roxo**. Tais foram os primeiros passos da **arborização da cidade** (COSTA, 1983, v. 10, p. 230; grifos nossos).

Por sua vez, os jambeiros, com suas copas cônicas e bastante densas, podiam ser apreciados na Praça D. Adauto, em João Pessoa (também presentes na Praça Antenor Navarro, se bem que fora do nosso recorte). Esta árvore produz belos efeitos ornamentais, tanto pelo formato e volume da copa, quanto por sua floração, criando verdadeiras forrações rosadas sobre áreas de piso pavimentadas, gramadas ou em terra batida.

Praça D. Adauto, João Pessoa, jambeiros e a estátua de Álvaro Lopes Machado (inaugurada em 5/2/1924). Ao fundo, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e o palácio episcopal. Fonte: Acervo FUNDAJ.

Na capital pernambucana, um plantio expressivo de árvores ocorreu por ocasião das ações de remodelação urbana empreendidas na década de 1920 durante as gestões do

prefeito Antônio de Góis Cavalcanti (1922-1925) e do governador Sérgio Loreto (1922-1926), muito divulgadas na *Revista de Pernambuco*.

> Os maiores **encantos** de uma **cidade** não se resumem somente na majestade das suas construções nos seus multiplos aspectos artificiaes. São necessarios para a **belleza** integral da **urbs** a cambiante das perspectivas e as mutações inesperadas, surpreendentes imprevistas. (...) Há porém como elemento essencial creador das perspectivas **attraentes** os processos de **arborização**, que agora mais do que nunca estão sendo intensificados entre nós. O sr. Prefeito não tem descurado essa necessidade. Amplia a **arborização**, systematisa-a, variando sempre de **familias vegetaes**, para que as **colorações** não se tornem monotonas, em formas pesadas. **O gaio das acácias, de ramagens asymetricas e folhas rendilhadas**, quebram a **exuberancia verde-escura dos ficus-benjamim**. De maneira que há sempre uma **physionomia vegetal variante** para que a **vista espaireça** na **cambiante de tons**. Esse trabalho de **hygiene e esthetica** traz ainda a vantagem extraordinaria de corrigir as irregularidades das ruas que após arborizadas, parecem ao primeiro golpe de vista do sentido longitudinal perfeitas e alinhadas avenidas. Depois, vae aos poucos acostumando a **população** ao **respeito** pela **vegetação**. (...) Felizmente a nossa cultura actual, encaminhada pelas providencias de carater administrativo tem feito com que a **população** do Recife, **prese e respeite as arvores** que nos dão **encanto e poesia**. Hoje a nossa linda capital não tem mais aquelle **aspecto** da **cidade** edificada sobre **steppes**. Apresenta-se **alegre** nas suas **tonalidades verdes**, attenuando a **inclemencia das soalheiras tropicaes** (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 2, agosto de 1924; grifos nossos).

Nesta matéria, sobressaem-se os atributos da arborização para o embelezamento e a higienização da cidade e a amenização do calor como benefícios à população, ao mesmo tempo, incutindo-lhe noções de zelo e respeito pela vegetação. Pródigo em qualitativos, o texto explora as antíteses das "colorações" *versus* "exuberancia verde-escura"; "cambiante de tons" *versus* "tonalidades verdes"; entre a vegetação "variante" *versus* "monotona"; entre uma cidade "alegre" *versus* "pesada" para realçar o contraste cromático e visual provocado pelo plantio extensivo de árvores em espaços urbanos.

Expressões como "belleza", "physionomia", "esthetica", "aspecto", "corrigir as irregularidades das ruas", "perfeitas e alinhadas" nos revelam o papel atribuído à vegetação na remodelação urbana. Seus efeitos sobre as condições climáticas locais, na intenção de modificá-las e torná-las mais aprazíveis, podem ser ressaltados ao se comparar, metaforicamente, o Recife com uma "cidade edificada sobre steppes" – sendo a estepe uma formação plana e árida presente em regiões desérticas do mundo ou desprovidas de plantação. Ou ainda, por considerar atenuada a "inclemencia das soalheiras tropicaes" – sendo a "soalheira" o mesmo que "soalha", ou seja, "a hora de calor mais intenso" sob o sol ou "exposição aos raios solares" (HOUAISS, 2009).

Embora a *Revista de Pernambuco* fosse um veículo publicitário da máquina administrativa do estado, de fato, a comparação das campinas do Bodé e do Derby e dos largos do Paissandu e do Entroncamento antes e depois de serem ajardinados, vistos em fotos e/ou mapas urbanísticos, mostra sua profunda transformação física através da introdução de árvores de grande porte, entre outros estratos vegetais, agenciamentos e demais elementos projetuais. Figueiras e acácias plantadas no Derby foram mencionadas no *Diario de Pernambuco* noticiando sua inauguração, em 1924, ao passo que, no Entroncamento, foi realizado o plantio de numerosas mangueiras em 1925.

> O **ajardinamento** do **parque** mereceu cuidados solicitos. Abrange todo o comprimento do predio do **quartel** e prolonga-se até a entrada da ponte sobre o canal. É constituido de **grandes canteiros** de variadas e caprichosas formas plantados com **gramma** fina, entre os quaes ficam collocados **elegantes caramanchões**. Foram disseminados por todo o **parque** numerosos exemplares de **figos benjamin**, **accacias e outras arvores ornamentaes** (DIARIO PERNAMBUCO, 18/10/1924, p. 7; grifos nossos).

> Completará o **aformoseamento** desse primeiro refugio um bem delineado arruamento formado por diversos **canteiros** limitados por meios-fios de alvenaria e que estão terminados; já foi iniciado o plantio das **arvores** e que em **grande numero**, como mostra o projecto, darão muita **alegria** á **nova praça** (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 2, agosto de 1924; grifos nossos).

Tanto a fisionomia desoladora do Largo do Entroncamento quanto os novos traços de "alegria" atribuídos ao grande número de árvores lá plantadas, expressos na referida revista, foram registrados pelo olhar arguto de Mario Sette (1886-1950) dez anos mais tarde, em *Maxambombas e Maracatus* (1981 [1935]). Proveniente da Índia, a mangueira consta, atualmente, na *Lista de Espécies da Flora do Brasil*, dada sua extensiva distribuição no país, conforme esclarecemos em nota, por isso considerada "tão nossa" pelo cronista.

> **Largo do Entroncamento. Um paraizo de mangueiras**. Talvez a **praça** mais **linda** do Recife de agora. Pernambucana da gema com as suas **mangueiras tão nossas, e tão belas, tão acolhedoras**. Imaginemos a de dantes. A de **1911**, por exemplo. Um capinzal riscado de veredas e ao centro a feiosa e suja estação do Entroncamento. Tres platafórmas de cimento já gasto. Uma alpendrada de zinco enferrujado e carcomido. De dia, uma tristeza. De noite, um ermo. Um rapido traço de vida apenas quando passavam as maxambombas da Fletcher. Eram ali que se cruzavam os tres ramais da estrada. O do Arraial, o de Dois Irmãos e o de Varzea. Longos apitos de chegada e de partida. Caras de martirio, de impaciencia, de fome, nas janelinhas dos vagões. Os condutores com uns bilhetinhos coloridos nas mãos. Sopros de vapor, desentorpecimentos de engates, rodadas de trilhos afóra... Depois, os sapos tomavam conta do **largo**, á vontade (SETTE, 1981 [1935], p. 226-227; grifos nossos).

Parque do Derby (atual Praça do Derby), Recife, da esquerda para a direita, um flamboyant, um renque de palmeiras imperiais e outro de olho-de-pombo. Ao fundo, o Quartel da Força Pública Estadual. Fonte: Acervo MCR.

Já em 1928, o *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, noticiava a contratação, pela prefeitura do Recife, de um engenheiro agrônomo, arquiteto e jardineiro para orientar o serviço de arborização da cidade. Ao visitar a capital, o profissional destacou a existência de palmeiras e acácias no Derby e mangueiras no Entroncamento.

Não encontramos registro da sua atuação, cujas observações nos valem, contudo, pela menção das espécies que já haviam sido plantadas nos jardins públicos da cidade em meados da década de 1920. A vegetação citada coincide com a verificação que fizemos em campo, registros de outras fontes documentais coevas e/ou cronistas, a exemplo das acácias e palmeiras imperiais (*Roystonea oleracea*) do Derby e as mangueiras do Entroncamento.

> Recife. (...) O Dr. Costa Maia, Prefeito desta capital acaba de contratar o **engenheiro agronomo e jardineiro architecto Hermann Jukus Palli** para **reformar** os **jardins** da **cidade** e orientar a **arborisação** num sentido mais brasileiro e mais intelligente. O **engenheiro Hermann** chegou a bordo do "Zeelandia", já visitou os nossos **parques e jardins** e já prompto (*sic*) para iniciar os trabalhos. Em conversa com o **engenheiro Hermann**, ouvimol-o lamentando não tivessemos ainda horto florestal, dizendo ser impossivel realizar o serviço regular de **arborisação** sem horto. Recebeu optima impressão do **parque do Derby** e de seus **renques**, **accacias**, **e palmeiras imperiaes**, julgando tambem feliz o aproveitamento da **mangueira rosa** no **parque Entroncamento**. Espera apresentar brevemente o relatorio do plano de **arborisação** e **reforma** dos **jardins**. Hoje, o **engenheiro Hermann**, em companhia do Prefeito visitou o parque Dous Irmãos (JORNAL DO BRASIL, 7/11/1928, p. 20; aspas do original, grifos nossos).

Se as condições climáticas apareciam, expressamente, na *Revista de Pernambuco* em 1924 como justificava para o plantio de árvores, argumentos semelhantes vinham a público na matéria *A arborização da cidade*, em uma edição de 1925 do *Ceará Illustrado*. À época, Fortaleza já dispunha de pelo menos cinco jardins públicos (um passeio, um parque e três praças), de modo que o teor do texto merece ser relativizado. São dignos de menção, todavia, o emprego da palavra "canicula" e a necessidade premente de sombra, revelando o clima como um aspecto significativo no processo de arborização.

> Fortaleza ressente-se da falta de um **bosque** ou mesmo duma **praça intensamente arborisada**, onde nas horas de **canicula** a **população** pudesse abrigar-se á **sombra das arvores**. Parece-nos que o **Parque da Indepencia** (*sic*) poderia ser aproveitado para esse fim, intensificando-se alli a **arborisação**, podendo ser empregada tambem a **mangueira** ou outras **plantas fructiferas e exoticas** (CEARÁ ILLUSTRADO, n. 28, janeiro de 1925; grifos nossos).

Em revistas e jornais dos anos 1920 e 1930, não faltavam notas ressaltando a arborização das vias e jardins públicos, fosse enaltecendo as ações realizadas pela administração municipal e/ou estadual, fosse reclamando sua escassez ou prescrevendo seus benefícios ou ainda apelando à população para conservá-la. Não raro, mensagens de prefeitos e governadores e periódicos da época propalavam a necessidade de *respeito*, *cuidado*, *zelo*, *culto* e *educação* por parte da população.

> Não seria porém perverso (*sic*) a construção de **parques** para fazer obra de **educação** do **povo**, bastaria o vultoso serviço de **arborização** que tem sido feito para desenvolver na **população** este **culto** da **arvore** que já se vai anunciando de maneira tão propulsora e que vale como grande serviço prestado á **saude e a esthetica da cidade**. A simples **arborização** tem bastado e bastará só por si para **mudar completamente** a **physionomia** de quase toda a **cidade** (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 4, outubro de 1924; grifos nossos).

> Não tendo ainda o nosso horto **plantas** em condições de desenvolvimento para continuar a **arborização da cidade**, foi, graças á cooperação do ilustre dr. Solon de Lucena, sempre solicito ás coisas de interesse geral, que consegui grande numero de **mangueiras**, **rosa e espada**, **bem crescidas** (...). Com pesar vos digo que mal compreendido ainda é, por certas pêssoas, esse **culto**, embora interesseiro, que todos nós devemos ter pelas **plantas** em geral e, muito especialmente, pelas **arvores**; pois constantes são os meus dissabores constatando estrago na **arborização** de nossas ruas, **praças e jardins** (ERA NOVA, n. 18, dezembro de 1921; grifos nossos).

> Com vistas ao operoso **agronomo** da prefeitura municipal, registamos (*sic*) o devastamento que as lagartas estão fazendo nos **<<ficus>>** que **embellezam** as nossas ruas e **praças**. Muitos (*sic*) **arvores** encontram-se em lastimavel estado, tornando-se necessaria uma providencia urgente contra a praga

> inconsciente que, assim, está prejudicando o donaire da **cidade** (CORREIO DO CEARÁ, 2/7/1930, p. 2; aspas do original, grifos nossos).

> A **arborização da cidade** é um dos deveres da administração municipal que tem sido convenientemente tratado. Mas para que ella se torne cada vez mais, uma contribuição **efficiente** no sentido de **afformosear** a nossa capital, é necessario que as nossas conteraneas dêm o seu indispensavel concurso em **vigiar e acarinhar as plantas ornamentaes**. É, pois, para as exmas. mães de familia que dirigimos o instante **appello** de, todos os dias, pela manhã mandarem deitar um **jarro d'agua** ao pé das tenras **arvores** e inclinar os seus filhinhos a serem **amigos das plantas**, tratando-as com todo **carinho** (CORREIO DO CEARÁ, 31/7/1930, p. 7; grifos nossos).

Esta última nota circulou durante o mês de julho inteiro no ano de 1930 no *Correio do Ceará*, ao modo de uma verdadeira campanha, tentando sensibilizar os moradores a cuidarem das árvores introduzidas nos espaços públicos. No mesmo ano, um relato feito por um viajante do Rio de Janeiro em passagem pela capital cearense ressalta a vegetação dos jardins da cidade, publicado em agosto de 1930 no *Jornal Pequeno*, do Recife, e republicado pelo *Correio do Ceará* sob o título *Impressões da Fortaleza*.

> Fortaleza é dotada de uma **arborisação vasta e elegante**, que muito concorre para a **amenidade** do seu **clima**. Suas **praças ajardinadas** com **esmerado gosto**, se succedem a cada passo, cheias de **flores**, ar e luz dando um **aspecto** todo **especial** á ridente patria de Iracema (CORREIO DO CEARÁ, 16/8/1930, p. 7; grifos nossos).

Um interessante registro das vantagens do plantio de árvores e justificativa para a escolha de algumas espécies corresponde à matéria *A arborização da cidade* antes referida, publicada no *Ceará Illustrado*, enfatizando os nativos oitizeiro (*Licania tomentosa*)[7] e canafístula (*Peltophorum dubium*)[8] e, novamente, o fícus-benjamim.

> Um dos problemas mais palpitantes do momento é o que diz respeito a **arborisação da cidade**. Varias vezes os jornaes citadinos têm reclamado a sua execução. (...) Accresce que o momento mais opportuno é o actual pois ahi vem a **estação chuvosa** que facilitará a péga das **arvores**. Estas deverão ser de **especies resistentes ás seccas** e tres dellas são muito conhecidas. **O *ficus benjamim* a *canafistula* e *oitizeiro***. A primeira deverá ser empregada de preferencia em ruas estreitas; as duas outras nas praças e ruas largas (...). A

[7] O oitizeiro é nativo e endêmico do Brasil, com ocorrência em cinco estados do país, todos na região Nordeste (BA, CE, PB, PE, PI), segundo a *Lista de Espécies da Flora do Brasil*. Disponível em: http://reflora.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB16857. Acesso em: 9 jan. 2016.

[8] A canafístula é nativa e não endêmica do Brasil, com ocorrência em quatro regiões do país (à exceção do Sul), treze estados e distrito federal (TO, AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE, DF, GO, MS, MG), segundo a *Lista de Espécies da Flora do Brasil*. Disponível em: http://reflora.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB28231. Acesso em: 17 jan. 2016.

> **canafistula** possue numerosas **vantagens** sobre as duas outras. Tão **resistentes ás seccas** quanto ellas, tem **raizes profundas** e raramente lhe aparece alguma superficial (...); as **folhas** miúdas ao cahirem não apresentam um **aspecto** desagradavel pois assemelham-se a confertis (*sic*), passando quasi desapercebidas; a sua **floração** que occorre no mês de setembro exhala **delicioso perfume** só comparavel ao das magnolias; não tem a desvantagem de produzir fructas que solicitem as pedradas dos garotos, alem do que a sua **rama**, quando **verde**, é uma excellente **forragem para o gado vacum**. É por conseguinte uma **arvore** de eleição e o desenvolvimento de seu plantio será de grande **utilidade** (CEARÁ ILLUSTRADO, n. 28, janeiro de 1925; itálico do original, grifos nossos).

Dessas três árvores mencionadas, além da predominância do fícus, a canafístula estava presente na Praça Visconde de Pelotas, ajardinada em 1933 e onde haviam sido instalados dois reservatórios d'água vistos no próximo capítulo, ao passo que o oitizeiro foi plantado ao menos no Passeio Público e no Parque da Liberdade. Famoso na crônica histórica fortalezense era o oitizeiro existente junto à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Praça General Tibúrcio, abatido em 1929, tanto quanto o cajueiro[9] "botador" da Praça do Ferreira, posto abaixo em 1920, evidenciando a presença de árvores nativas na arborização da cidade.

O célebre "Oitizeiro do Rosário" foi lembrado, em seus aspectos ecológicos e culturais, pela pena de Otacílio de Azevedo (2012 [1980], p. 129), pois "sob sua fronde, procuravam refrescante abrigo contra os ardores da canícula" os que ali paravam para conversar sobre arte, política, religião ou mesmo a vida alheia.

Contudo, nos chamam atenção os critérios elencados para a utilização da canafístula, relacionados a características intrínsecas da árvore, aspectos climáticos, culturais ou sensoriais, como geração de sombra, resistência à escassez d'água, ausência de frutos evitando "pedradas", alimento para o gado, floração, folhagem e aroma, a despeito de sua efetividade, a julgar pela improcedente recomendação de plantar fícus em ruas estreitas.

Hoje considerado impróprio para a arborização urbana por causa do crescimento da copa e das raízes, provocando conflitos com a fiação área e danos à pavimentação, o fícus já causava problemas dessa natureza à época, como noticiado na Praça Venâncio Neiva, em João Pessoa.

[9] O cajueiro é nativo e não endêmico do Brasil, com ocorrência em quatro regiões do país (à exceção do Sul), vinte e dois estados e distrito federal (AC, AM, AP, PA, RO, TO, AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE, DF, GO, MS, MT, ES, MG, RJ, SP), segundo a *Lista de Espécies da Flora do Brasil*. Disponível em: http://reflora.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB4381. Acesso em: 20 jan. 2016.

> É deploravel o estado em que se encontram os **passeios publicos** de nossas ruas e **praças**. Salvo o pequeno trecho correspondente ás fachadas e muros dos predios recentemente construidos, tudo o mais se acha imprestavel e está exigindo substituição ou reparos immediatos. Até na **praça Venancio Neiva**, **um dos mais bellos e frequentados logradouros publicos da urbs**, esses reparos se impõem e as medidas da Prefeitura não devem ser retardadas. Naquella **praça**, com o **rapido desenvolvimento das arvores alli plantadas**, os **passeios** cederam á forte pressão das raizes e, fendidos violentamente em grande extensão, apresentam um feio aspecto que urge corrigir (O JORNAL, 4/4/1924, p. 1; grifos nossos).

Praça Venâncio Neiva, João Pessoa, o Pavilhão do Chá, concluído em 1931, e figueiras. Fonte: Acervo FUNDAJ.

Praça Castro Carreira, Fortaleza, areca à direita, agave no canteiro, renque de figueiras, ao fundo, estátua do general Antônio Sampaio (inaugurada em 24/5/1900) e, após, um eucalipto. Detalhe de um homem sentado à sobra da árvore junto à areca. Fonte: Acervo Nirez.

O pinheiro, por sua vez, foi uma árvore frequentemente utilizada, presente em vários jardins nas três cidades, alguns verdadeiramente notáveis pelo porte que chegaram a atingir. Mas, ao contrário das figueiras, plantavam-se poucos indivíduos em cada jardim, geralmente um ou dois, como elementos de destaque, valorizados por sua altura e copa piramidal, à semelhança de verdadeiras peças escultóricas. Eram admiráveis os pinheiros das praças da República, Dezessete e Joaquim Nabuco, no Recife, Caio Prado (antiga e atual da Sé) e General Tibúrcio, em Fortaleza, e Rio Branco, em João Pessoa.

A exemplo dos pinheiros, identificamos eucaliptos nas três cidades, porém em poucos jardins. Encontramos uma menção ao seu plantio no Parque do Derby para auxiliar a drenagem urbana, o que não pudemos comprovar em fotos de época, nem em campo atualmente. Contudo, esta espécie foi maciçamente utilizada no contemporâneo Parque Amorim, formando um bosque, e nas praças da República e Oswaldo Cruz, no Recife.

> Nos dois **canteiros** juntos ao canal, na descida da ponte, foram plantados **dois grandes tufos de eucalyptos**, que fazem a **drenagem** do terreno (ALMANACH DE PERNAMBUCO PARA O ANNO DE 1929, p. 247; grifos nossos).

Com troncos escultóricos e exuberantes, os baobás eram retratados em postais e fotos do início do Novecentos. Originária da África, esta árvore foi introduzida no Passeio Público de Fortaleza, diz-se pelo Senador Pompeu (CUNHA, 1990, p. 270), bem como na Praça da República, no Recife e, ainda hoje, é um atrativo em ambos os jardins, sinalizados com placas informativas.

Praça Joaquim Nabuco, Recife, estátua de Joaquim Nabuco (inaugurada em 28/9/1915), um pinheiro, várias figueiras contornando o logradouro e taiobas nos canteiros. Fonte: Acervo FUNDAJ.

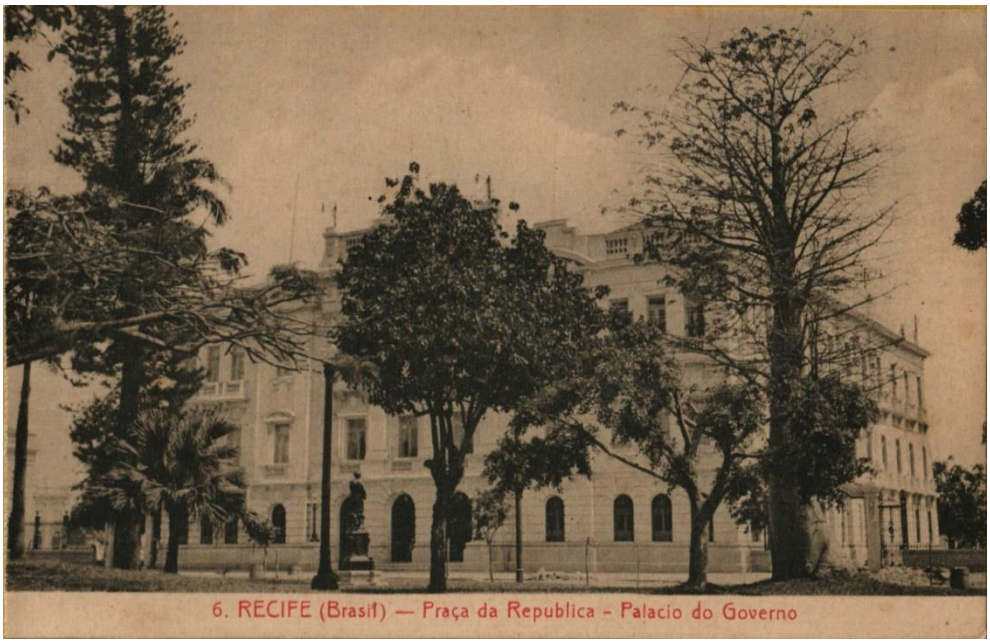
Largo da Intendência ou Largo do Erário (atual Praça Rio Branco), 1910, anterior ao ajardinamento, João Pessoa. Foto de Walfredo Rodriguez. Fonte: Acervo Humberto Nóbrega/NDA-UNIPÊ, imagem publicada em RODRIGUEZ [1974] e RODRIGUEZ (1994 [1962]).

Praça Rio Branco, João Pessoa, um pinheiro ladeado por palmeiras-leque-da-china. Ao fundo, a Prefeitura Municipal. Fonte: Acervo Humberto Nóbrega/NDA-UNIPÊ, imagem publicada na revista *Era Nova*, Edição do Centenário da Independência do Brasil, 1922.

Praça General Tibúrcio, Fortaleza, 1933, da esquerda para a direita, uma figueira, uma cássia-grande e um pinheiro. Ao fundo, balaustrada em cimento armado, entre ambas, um pinheiro e uma figueira. Vista tomada a partir da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Acervo MIS.

Parque Amorim (atual Praça Parque Amorim), Recife, eucaliptos e a escultura do leão, em destaque, um automóvel estacionado. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Portanto, admitimos ao menos três critérios para o plantio das espécies arbóreas mais frequentes: o rápido crescimento; o porte volumoso; a pouca demanda por água. Ou seja, espécies que pudessem gerar sombra em curto intervalo de tempo e consumissem menos água para sobreviverem, logo diretamente relacionadas com as condições climáticas locais, além das possiblidades ornamentais associadas aos seus atributos morfológicos e cromáticos e, evidentemente, a disponibilidade de mudas.



Praça da República (antes Jardim do Campo das Princesas), Recife, sem o gradil. À esquerda, uma palmeira-sabal pequena, um flamboyant e um pinheiro, ao centro, um jambeiro, à direita, um flamboyant pequeno e um baobá. Ao fundo, o Palácio do Governo de Pernambuco. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Em relação à disposição espacial nos jardins, as árvores configuravam renques (linhas de vegetação) ou alamedas (quando incluíam percursos), conduzindo ou circundando pontos focais como lagos, fontes, esculturas, pavilhões e monumentos, gerando sombra nas bordas dos logradouros, apropriada para os transeuntes nas calçadas ou à espera de bondes, ou ainda demarcando perspectivas e edificações do entorno. Quando dispostas isoladamente em meio a outros elementos do jardim, as árvores constituíam o próprio ponto de atração, ao modo de grandes e expressivas esculturas vegetais.

Plantas arbustivas encontravam-se, frequentemente, no meio dos jardins, utilizadas, nesse caso, na forma de indivíduos isolados, sendo elas próprias os atrativos a serem contemplados. Apenas algumas puderam ser reconhecidas, a exemplo da cica (*Cycas revoluta* e *Cycadophyta* sp.) e do pandanus (*Pandanus utilis*), este observado junto aos lagos dos parques do Derby e Oswaldo Cruz, no Recife, projetando seus reflexos na lâmina d'água e admiráveis por suas raízes aéreas.

A vegetação herbácea estava presente através de uma variedade de arranjos e canteiros, mas cujas espécies não pudemos, todavia, identificar, salvo algumas exceções. Eram comuns os jarros (também chamados de vasos, jarrões ou jardineiras) dispostos sobre colunas no interior dos jardins ou ainda encimando muros, balaustradas e outras bordas construídas. No Recife, encontramos vários relatos e fotos na *Revista de Pernambuco* sobre sua utilização em 1924 e 1925.

> Ha disseminados por entre a bem distribuida **arborisação** do **Parque**, artisticos bancos em cimento armado e **sobrias columnas supportando lindos jarrões destinados a conter plantas decorativas**. (...) Ha grandes probabilidades de que, dentro de um praso de dois mezes, estejam concluidos os serviços de construção do **Parque do Entroncamento**, que será, sem duvida, **um dos mais attraentes logradouros publicos** do Recife (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 14, agosto de 1925; grifos nossos).

> Além disto, serão distribuidos pelo **parque varias jardineiras** e bancos de cimento. Os passeios das ruas fronteiras ao refugio principal estão sendo convenientemente trabalhados, obedecendo ao mesmo sistema da do refugio central. As grandes obras do **Entroncamento** deverão estar concluidas em breve (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 13, julho de 1925; grifos nossos).

> A **praça do Paysandú**, que veiu (*sic*) dar **vida** e **graça** a um trecho da **cidade** até então triste e deserto, foi projectada e mandada construir pelo (...) sr. prefeito que a fiscalizou constantemente. O **antigo largo**, que era uma grande área baixa e coberta de tenra vegetação, necessitou, para receber o **aformoseamento**, ser nivelada, o que foi feito tendo sido gastos 4.500 metros cubicos de terra. O refugio principal, de fórma triangular, com o passeio, occupa o centro da **praça** (...). O **aformoseamento** no interior do refugio conta de **ajardinamento** distribuido em **canteiros** habilmente dispostos formando bem talhado arruamento e de **farta arborização**, que com suas **arvores** quer propriamente de **arborização** quer de **ornamentação** está destinada a dar **sombra e alegria** a **tão aprazivel recanto da cidade**. Os **canteiros**, que são limitados por meio-fios de alvenaria, contém tambem **plantas proprias de jardins**, como **roseiras**, **bambús** e outras e são cobertos de pedras britadas, com excepção de um delles, situado num dos angulos que é todo coberto de **gramma**. São tambem cobertas de pedra britada as ruas do interior, vantajoso e hygienico systema que impede a poeira e evita o acumulo d'agua. (...) Para completar e dar maior **graça** ao **logradouro**, foram collocadas **seis jardineiras assentadas em elegante bases de concreto** e 44 bancos de cimento armado, além de **farta illuminação electrica** dispostas em fócos no alto de postes de ferro belamente lavrados. Finalmente, no angulo dirigido para a avenida Manoel Borba ergue-se uma estatueta de Mercurio, deus do Commercio feita em bronze e assentada em um pedestal de cimento (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 1, julho de 1924; grifos nossos).

Em Fortaleza, é Otacílio de Azevedo quem nos rememora traços da vegetação do Jardim Nogueira Accioly da Praça Marquês do Herval (vasos sobre colunas, canteiros de flores, árvores e palmeiras), na crônica *A Avenida Marquês do Herval*, em *Fortaleza Descalça* (2012 [1980]), correspondentes às imagens das duas primeiras décadas do século XX.

> A **praça** era **ajardinada** com bom gosto. Sobre quadrados de **grama** bem cuidada, havia **touceiras de flores** das mais **variadas espécies**. **Colunas de mármore** vindas de Portugal, trabalhadas em estilo coríntio, sustentavam grandes **jarros de porcelana japonesa**. Nesses **receptáculos** havia **plantas exóticas de grande efeito estético** e nas longas **alamedas** mosaicadas, inúmeros bancos de taliscas de madeira pintados de verde. Belos combustores de luz carbônica, esverdeada, davam ao local uma atmosfera de

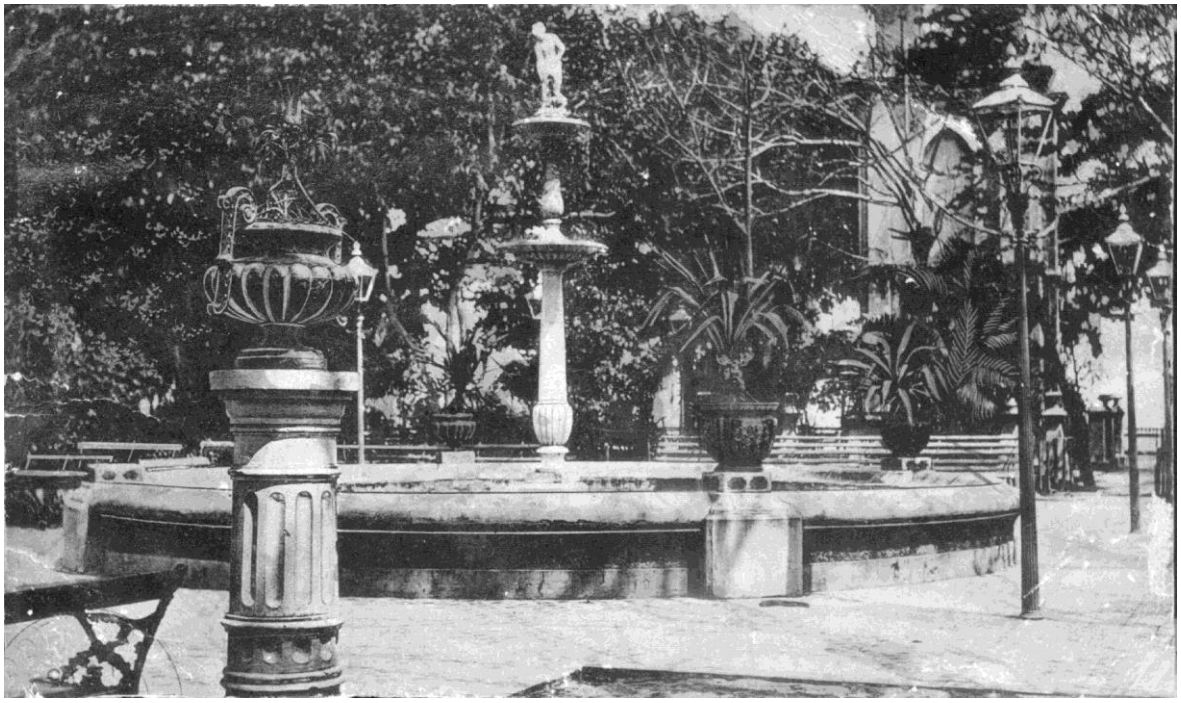
> fantasia, convidando ao **sonho** ou ao **repouso**. **À noite**, **famílias** inteiras – **moças**, **velhos**, **rapazes e crianças** – enxameavam no meio daquela **vegetação luxuriante**, ou sentavam-se nos bancos. (...) Nos **canteiros**, **dálias**, **rosas**, **margaridas**, **crisântemos** e uma infinidade de **crótons** pintalgavam o **verde** com as mais variadas **cores** (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 55; grifos nossos).

Na mesma obra, porém no texto *Elegia ao Passeio Público*, conta que havia ali "uma bela coleção de jarros japoneses, de faiança e de sevres, sobre colunas artisticamente erigidas" (Azevedo, 2012 [1980], p. 66). Desse modo, dispomos de poucas referências sobre as espécies vegetais arbustivas e/ou herbáceas presentes nos canteiros ou nos vasos, exceto os raros registros deixados por cronistas e memorialistas ou as fontes oficiais que divulgavam as obras públicas, sem outros documentos ou evidências de campo com os quais possamos cotejá-los.

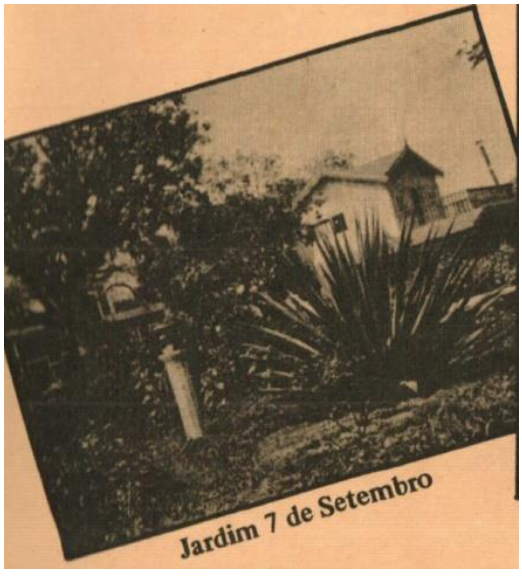
Entretanto, nas três cidades, observamos a utilização de agaves nos canteiros (*Agave gigantea*) e/ou nos jarros (*Agave* sp.), frequentemente retratados, além das dracenas (*Dracaena fragrans* e *Dracaena* sp.) e taiobas (*Alocasia macrorrhizos*). Uma espécie de agave em particular (*Agave sisalana*) é cultivada em regiões semiáridas, como no interior do Nordeste, para a produção de sisal, fibra da qual se fabricam cordas, barbantes e tapetes, ainda hoje comum na Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Teria sido introduzida no Brasil para fins econômicos na década de 1910 a partir da Flórida.

Praça Oswaldo Cruz, Recife, o lago emoldurado por grama, topografia levemente acidentada, um flamboyant à esquerda, em segundo plano, uma cica pequena e dois pandanus nas extremidades da lâmina d'água. Foto de Alexandre Berzin. Fonte: Acervo FUNDAJ/MCR.

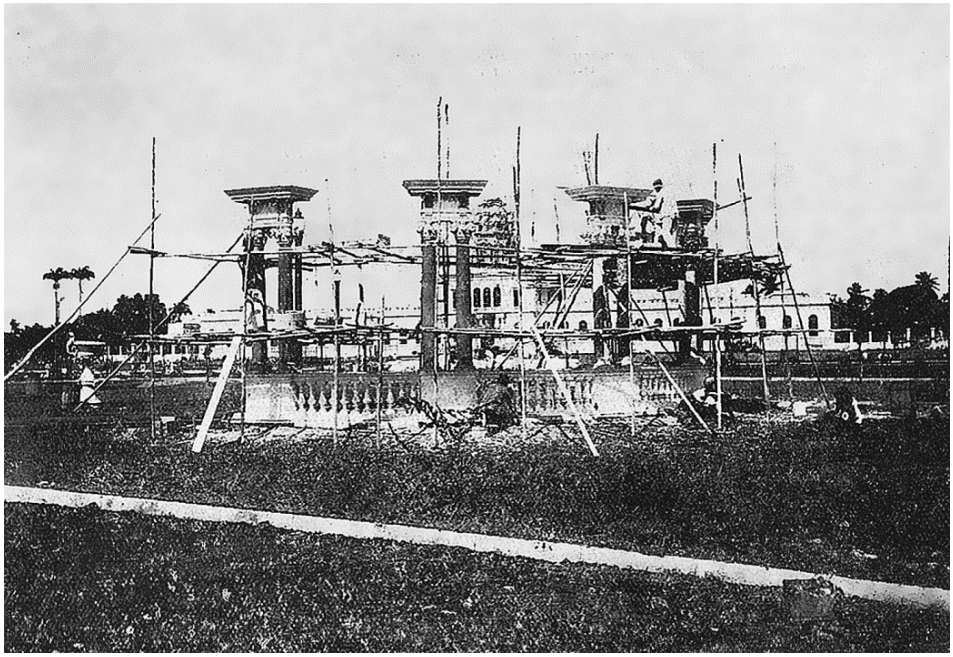
Por extensão, sisal é o nome que se dá, popularmente, a esta planta, originária do México, onde se encontra o porto homônimo, no estado de Yucatán. Do México são também originárias outras espécies de agave das quais se fabricam o mescal e a tequila. Portanto, é possível que outras variedades da planta tenham sido, posteriormente, cultivadas e utilizadas em projetos paisagísticos, conforme sugere nossa pesquisa. Nos jardins, os agaves ora estavam plantados em vasos dispostos sobre colunas, muros, balaustradas ou quaisquer outras bordas ou suportes construídos, ora no terreno em áreas isoladas, então valorizados ao modo de esculturas naturais.



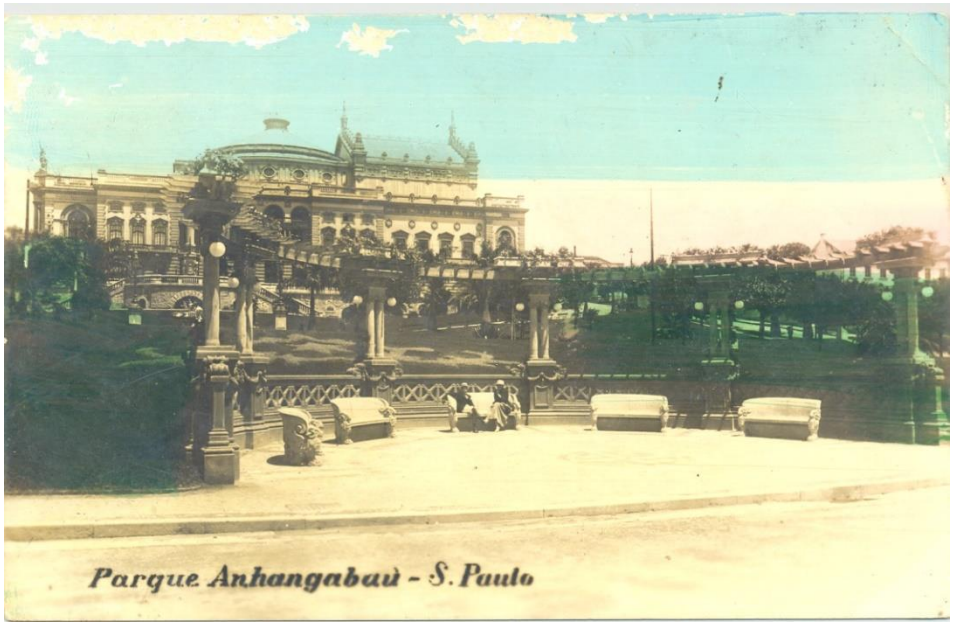
Passeio Público de Fortaleza (atual Praça dos Mártires), c. 1930, primeiro plano, um dos lagos com jarros e agaves. Fonte: Acervo Nirez.



Jardim 7 de Setembro da Praça do Ferreira (atual Praça do Ferreira), Fortaleza, detalhe de um agave. Fonte: *Fortaleza 1910*, edição fac-similar do *Album de Vistas do Ceará* (1908).



Parque do Derby (atual Praça do Derby), Recife, a pérgula "coríntia" em cimento armado (em obras) para plantas trepadeiras, próxima à vasca (lago). Fonte: *Revista de Pernambuco*, n. 4, 1924.



Parque do Anhangabaú, São Paulo, pérgula para plantas trepadeiras. Ao fundo, o Teatro Municipal. Fonte: Acervo FUNDAJ.

Outras plantas herbáceas utilizadas nos jardins desse período eram as trepadeiras nas pérgulas, construções em alvenaria e cimento armado, desprovidas de teto e com tipologia construtiva clássica em base-corpo-coroamento. Muitas vezes, o embasamento correspondia a um parapeito, ao passo que o corpo era formado por colunas com capitéis dóricos, jônicos ou coríntios. No lugar da coberta, caibros de madeira eram dispostos formando um travejamento nos quais espécies trepadeiras podiam enramar-se, compondo cenários

naturalísticos pela irregularidade das formas vegetais associadas a construções de feição greco-romana, evocativas de um passado distante.

A *pérgula* ou *pérgola*, admitidas ambas as grafias, é uma palavra de origem italiana que indica uma "espécie de galeria coberta de barrotes espacejados assentados em pilares, geralmente guarnecida de trepadeiras" (HOUAISS, 2009). É assim descrita no *Dicionário da Arquitetura Brasileira* (1972) e no *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes* (1985), respectivamente editados no Brasil e em Portugal:

> **Pérgola**. É uma proteção executada em **jardins** ou espaços livres, apoiada em colunas ou em balanço e constituída geralmente de elementos paralelos ou cruzados de madeira, alvenaria ou concreto armado. Apesar da forma "pérgula" ser a mais correta na linguagem comum arquitetônica, "pérgola" é a mais usada (CORONA & LEMOS, 1972, p. 369; aspas do original, grifos nossos).

> **Pérgola**, **pérgula**. Colunas ou estacas arquitravadas que sustentam **plantas trepadeiras** nas **áleas** (*sic*) ou **abrigos** de um **jardim** (TEIXEIRA, 1985, p. 177; grifos nossos).

Desde o Renascimento italiano, as pérgulas "tornaram-se conhecidas na Europa Ocidental" e se espraiaram no paisagismo do século XIX, constituindo importantes elementos na "composição espacial" dos jardins (VROOM, 2006, p. 242). O Parque do Derby, no Recife, continha uma pérgula com planta em cruz de malta e outra semicircular, esta última muito semelhante à do Parque do Anhangabaú, na capital paulista, após 1911, visto que já vemos o Teatro Municipal, inaugurado naquele ano.

> Uma das **pergolas**, em forma de **cruz de Malta**, mede 9 metros no sentido dos raios. Compõe-se de 12 columnas doricas, de 3 metros de altura, sem pedestaes e com canneluras, e supporta um entalhamento **dorico** com triplyphos. A **coberta** consta de simples **caibros sarrafeados** e moldurados nas pontas, que se destinam a **receber vegetação** adequada. A outra é um **semicirculo** de 7 metros de raio, proporcionada na ordem **corynthia**. Compõe-se de 6 pares de columnas geminadas, supportando cada grupo um entablamento ôco, servindo de **jardineira**. É fechada inferiormente por uma balaustrada corynthia, e superiormente por **caibros sarrafeados** e moldurados, com o mesmo fim da primeira (ALMANACH DE PERNAMBUCO PARA O ANNO DE 1929, p. 245-246; grifos nossos).

Em ambos os parques, até os assentos eram similares, pois tinham a mesma volumetria e temática decorativa. Eram bancos em cimento armado com encosto e relevos escultóricos retratando motivos zoomórficos e fitomórficos sob a inspiração do *art nouveau* (SILVA, 2010, p. 129-130). Tais bancos foram muito usados no Recife nos projetos dos anos

1920, alguns ainda hoje existentes na lateral do Teatro de Santa Isabel e no Jardim do Palácio do Campo das Princesas, ambas as edificações emoldurando a Praça da República, bem como na Praça do Entroncamento (1925) e na Praça Oswaldo Cruz (1924-1925), que também teve uma pérgula em cimento armado para plantas trepadeiras.

Embora tais plantas em pérgulas e caramanchões (em ferro, madeira, alvenaria ou cimento armado) fosse um tipo de arranjo frequente na composição de jardins, não temos elementos suficientes para reconhecer as espécies empregadas no Brasil nesse período. Algumas imagens de que dispomos mostram as construções sem a vegetação, talvez pela dificuldade de manutenção, provocando seu desaparecimento ao longo de tempo.

A antiguidade das pérgulas, a dificuldade de conservação das trepadeiras, algumas de suas vantagens e efeitos como recurso paisagístico, a exemplo da provisão de sombras e aspersão de aromas, são enfatizados na definição do verbete *pergola*, assim introduzido no inglês, assinado por Patrick Taylor no *The Oxford Companion to the Garden* (2006).

> **Pergola**. A **palavra** é italiana (...) significando um **túnel de vigamento** no qual se acham dispostas **plantas trepadeiras**. A ideia essencial, de **plantas suspensas**, era encontrada em antigos **jardins romanos** e, muito provavelmente, em **jardins** de uma época anterior. Tem sido vista em **jardins italianos** durante um longo período. (...) Em **jardins**, é um valioso recurso utilizado de diferentes maneiras. É um forte **artifício estrutural** que dá **forma** ao **arranjo** de um **jardim**. É um modo admirável de introduzir **variedade** em um caminho longo e possivelmente monótono. Em **países quentes**, a **pérgula** fornece um **percurso sombreado** e, possivelmente, docemente **perfumado**. **Canteiros** estreitos estendendo-se ao longo da **pérgula**, plantados com **plantas de sombra**, são muito decorativos. (...) Do ponto de vista prático, ela requer **manutenção eficiente** (TAYLOR in TAYLOR, 2006, p. 373; grifos nossos).

Segundo a autora e paisagista Jane Fearnley-Whittingstall, no verbete *climbing plants* da mesma obra, espécies vegetais que, em estado selvagem, sobem árvores, arbustos e rochedos e caem sobre escarpas podem, em jardins, ser dispostas em paredes, cercas, pérgulas, arcos e caramanchões, pilares e estacas com diferentes funções e efeitos. Entre eles, criar sombras para o repouso, paredes ornamentais para disfarçar vistas desagradáveis, valorizar a beleza e/ou a fragrância das flores, frutos e folhagens.

> **Plantas trepadeiras**. (...) **Plantas** dispostas sobre **estruturas de pedra**, **tijolo**, **madeira**, **metal**, **plástico** ou uma combinação destes materiais pode ter várias funções no **jardim** (...). Elas podem ser usadas como **barreiras decorativas** para dividir uma parte do **jardim** de outra; podem **camuflar** abrigos, paredes, tocos de árvores ou outros aspectos pouco apresentáveis; elas podem ser cultivadas pelo seu **próprio interesse** para exibir **folhagem**, **flores**

> ou **frutos atraentes**. Em **climas quentes**, **pérgulas**, **túneis e caramanchões** fornecem **sombra essencial no calor do dia** (FEARNLEY-WHITTINGSTALL in TAYLOR, 2006, p. 113; grifos nossos).

Praça Oswaldo Cruz, Recife. A primeira imagem mostra uma coluna da pérgula em cimento armado para plantas trepadeiras, uma buganvília e galhos de um eucalipto à esquerda, ao fundo, o lago e figueiras. Foto de Alexandre Berzin. Fonte: Acervo FUNDAJ. A segunda imagem mostra o busto do médico sanitarista Oswaldo Cruz (de autoria de Antônio Mattos, 1923, adquirido na Fundição Cavina, Rio de Janeiro, e instalado em 1924) no meio de um canteiro de cana-da-índia, em segundo plano, a pérgula com trepadeiras e um pinheiro, ao fundo, figueiras. Foto de Alexandre Berzin. Fonte: Acervo MCR.

Ainda em relação às herbáceas, os lagos com vegetação, que ganhariam expressão paisagística com Burle Marx como meio de cultura botânica a partir de meados dos anos 1930, sendo notável a experiência da Praça de Casa Forte (1935), já foram desenhados nos jardins do Recife nos anos 1920. Foi o que verificamos nas praças ou parques do Derby (1924), Sérgio Loreto (1924) e Oswaldo Cruz (1924-1925).

As ilhas, enquanto elementos aquáticos e, ao mesmo tempo, verdejantes, eram ressaltadas nos documentos de época e, juntamente com pérgulas, ruínas e árvores irregularmente dispostas, criavam recantos acolhedores, preferidos pelos casais de namorados e para as fotos em família. Porém, não foi possível identificar as espécies de vegetação aquática, somente às vezes mencionada nos periódicos ou por alguns cronistas e memorialistas, conforme recuperamos a seguir.

> A "**Praça Sergio Loreto**", com seu lindo **grupo escolar**, seus **risonhos grammados**, **e farta arborisação**, sua **ilha**, **muito verde**, emergindo da serenidade de seu **pequeno lago**, com sua **illuminação profusa**, constitue uma das melhores realizações da actual administração municipal (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 2, agosto de 1924; aspas do original, grifos nossos).

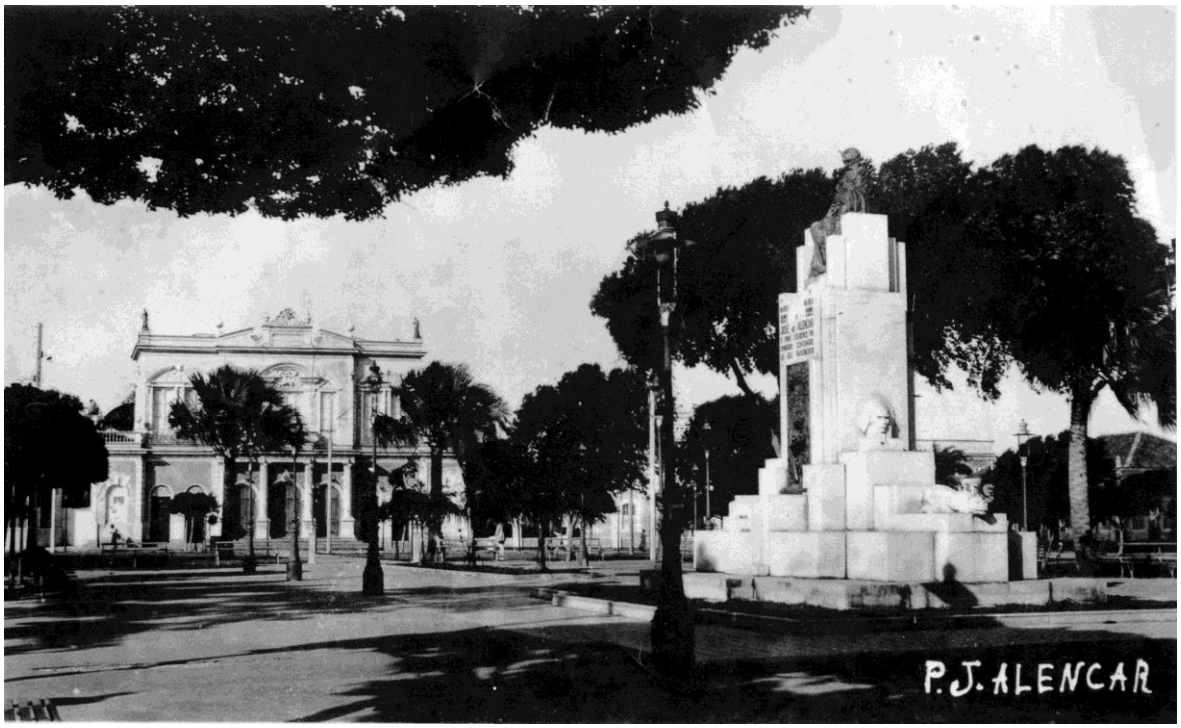
A ilha do Parque da Liberdade, remodelado em 1922, quando recebeu o *Templo do Cupido*, não escapou às lembranças de Otacílio de Azevedo. Ao narrar as aventuras da sua mocidade na Fortaleza de 1913, assim a descreve na crônica *A Lagoa do Garrote*, em *Fortaleza Descalça* (2012 [1980]).

> Destacava-se, no centro do **ensombrado terreno**, uma **minúscula ilha rodeada por uma lagoa**. Tentamos alcançá-la, mas o círculo alongado da **água** revelou-se muito fundo. Contentamo-nos com a contemplação da **ilha** recoberta de **salsas**, **flores silvestres e plantas exóticas** até então por nós desconhecidas (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 95; grifos nossos).

As áreas gramadas eram, muito frequentemente, utilizadas para emoldurar lagos e demarcar canteiros de plantas herbáceas ou arbustivas, sendo incomuns extensões de grama livre para banhos de sol, por evidente incompatibilidade com o clima local. No Brasil, a sombra projetada pela vegetação arbórea era uma necessidade para a própria permanência nos jardins em dias ou estações quentes, o que, por outro lado, poderia dificultar a conservação dos gramados, como ocorre atualmente. Não incluímos a grama nos Apêndices pela impossibilidade de identificar as espécies.

O último estrato que analisamos são as palmeiras, correspondendo a um total de dez espécies, sendo oito exóticas e somente duas nativas. Em geral, eram plantadas na forma de indivíduos isolados, como a areca (*Dypsis lutescens*), a palmeira-fênix (*Phoenix roebelenii*), a palmeira-filipina (*Livistona rotundifolia*), a palmeira-leque-da-china (*Livistona chinensis* e *Livistona* sp.), a palmeira-leque-de-finji (*Pritchardia pacifica*), a palmeira-rabo-de-peixe ou palmeira-mulambo (*Caryota mitis*) e a palmeira-sabal (*Sabal palmetto* e *Sabal* sp.).

Jardim Pedro Borges da Praça Caio Prado (antes e atual Praça da Sé), Fortaleza, à esquerda, duas palmeiras-sabal e uma areca entre elas e, à direita, uma mangueira e a estátua de D. Pedro II (de autoria do escultor francês August Maillard e inaugurada em 7/9/1913). Ao fundo, a Igreja da Sé. Fonte: GERODETTI & CORNEJO (2004).



Praça José de Alencar (antes Jardim Nogueira Accioly da Praça Marquês do Herval), 1929, Fortaleza, sem o pavilhão central e o cata-vento, a estátua do escritor José de Alencar (inaugurada em 1/5/1929), uma palmeira-sabal à direita e duas em último plano. Ao fundo, o Teatro José de Alencar. Fonte: Acervo MIS.

Praça da República (antes Jardim do Campo das Princesas), Recife, uma palmeira-fênix à esquerda e um flamboyant à direita, em segundo plano, duas figueiras e um eucalipto. Ao fundo, o Palácio da Justiça. Fonte: Acervo MCR.

Praça General Tibúrcio, Fortaleza, 1925, o coreto descoberto em alvenaria e cimento armado, a estátua do general Antônio Tibúrcio de Sousa (inaugurada em 8/4/1888), dois pinheiros à esquerda e um ao centro, figueiras à direita e uma palmeira-filipina em primeiro plano. Ao fundo, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o antigo Palácio do Governo do Ceará. Fonte: Acervo MIS.

A exemplo dos arbustos, as palmeiras destacavam-se como elementos escultóricos livres no meio dos jardins. Assim plantaram-se ravenalas (*Ravenala madagascariensis*) – poucas e isoladas em locais que permitiam sua contemplação, assemelhando-se a solenes portadas – nos jardins das praças D. Pedro II e do Conde d'EU, no Recife. As palmeiras mais comuns, encontradas nas três cidades e em muitos jardins, eram as arecas, escultóricas por sua transparência e ramificações irregulares.

As palmeiras imperiais podiam, esporadicamente, aparecer isoladas, geralmente um indivíduo, com a mesma disposição das demais, mas seu efeito singular se dava quando plantada em conjunto, formando renques em jardins emoldurados por edificações cívicas, educativas, culturais, recreativas ou religiosas, hierarquicamente importantes.

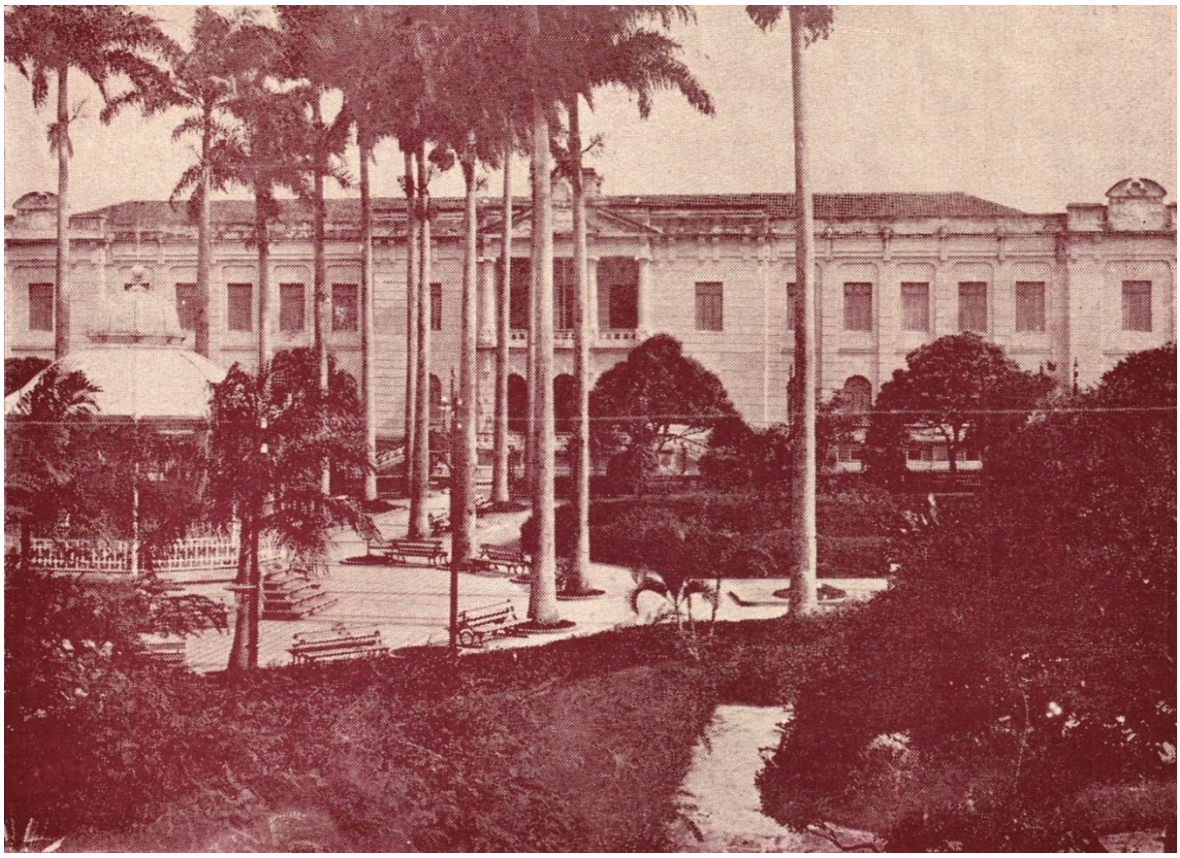
Expressão flagrante de monumentalidade no Jardim do Campo das Princesas, no Recife, e no Jardim Público de João Pessoa, formavam eixos em cruz que conduziam às sedes dos governos de Pernambuco e da Paraíba, respectivamente, e demais edificações palacianas do entorno. A vegetação do Jardim Público foi adquirida no Recife, segundo o relatório do governo provincial da Paraíba de 1879, ano do assentamento da primeira pedra do muro e da compra do gradil e portões em ferro, também na capital pernambucana.

> Na mesma praça do Recife mandei fazer acquisição, por intermedio do Agente Fiscal d'esta Provincia alli, das **mudas e plantas** proprias para o **ajardinamento** do **largo** do referido **Palacio** e **embellezamento** e **arborisação** dos differentes **campos**, existentes n'esta capital (GALVÃO, 1879, p. 26; grifos nossos).

No Parque do Derby, importante espaço cívico do Recife, pareciam marchar, solenes, ao longo das bordas do logradouro que faceavam a Avenida 18 de Outubro em direção ao Quartel da Força Pública Estadual. Já na Praça do Entroncamento, circundavam a fonte central, realçando o efeito monumental e poder iluminativo da peça.

Em Aracaju, duas aleias de palmeiras imperiais interligavam as praças Fausto Cardoso e Almirante Barroso, que, juntas, configuravam a antiga Praça do Palácio, onde se localizavam o Palácio do Governo e a Assembleia Legislativa, estendendo-se até a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, posteriormente elevada à Catedral.

Praça da República (antes Jardim do Campo das Princesas), Recife, o gradil em ferro e mureta, palmeiras imperiais, à esquerda, um pinheiro, uma palmeira-sabal pequena e uma schefflera junto ao lago. Ao fundo, o prédio do Tesouro Estadual. Fonte: *Album de Pernambuco* (1913).



Jardim Público de João Pessoa (atual Praça João Pessoa), segundo coreto em ferro, importado da França ou Bélgica, uma areca em primeiro plano, palmeiras imperiais e, em último plano, figueiras. Ao fundo, a Escola Normal. Fonte: *Era Nova*, Edição do Centenário da Independência do Brasil, 1922.

Originária das Antilhas, a palmeira imperial foi aclimatada pelos franceses no jardim botânico La Gabrielle, na Guiana Francesa, e introduzida no Jardin de Pamplemousse, por eles fundado nas Ilhas Maurício, na costa Leste da África (D'ELBOUX, 2006, p. 199-200). Deste país insular, no Oceano Índico, sementes da planta foram ilegalmente colhidas e conduzidas ao Rio de Janeiro em 1809 por um oficial da Marinha de Portugal autorizado a deixar a ilha após o naufrágio de sua embarcação (D'ELBOUX, 2006, p. 199).

Cultivada no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, de onde se difundiu pelo país, tornou-se símbolo de identificação com a nobreza do Império e foi muito utilizada no paisagismo a partir do século XIX. Atravessou a República e até os dias atuais está associada a enunciados como *monumental*, *imponente*, *nobre*, *majestosa*, *aristocrática* e *solene*.

Por fim, em relação às palmeiras, o coqueiro (*Cocos nucifera*)[10], considerado nativo e presente na orla brasileira, e a nativa macaibeira (*Acrocomia intumescens*) raramente eram encontrados nos jardins e parecem ter sido introduzidos no paisagismo posteriormente.

[10] O coqueiro é considerado uma espécie nativa e não endêmica do Brasil, com ocorrência em treze estados do país nas regiões Norte (PA), Nordeste (AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE) e Sudeste (ES, RJ, SP), segundo a *Lista de Espécies da Flora do Brasil*. Disponível em: http://reflora.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB80541. Acesso em: 18 jan. 2016.

Identificamos a macaibeira unicamente no Parque Arruda Câmara, em João Pessoa, implantado numa área de mata outrora conhecida como "Sítio da Bica do Tambiá" (DIEB, 1999, p. 102). O parque aparece densamente arborizado já em 1922 em fotos da edição especial do Centenário da Independência do Brasil da revista *Era Nova*, portanto antes mesmo da sua inauguração oficial, indicando que o sítio conservava remanescentes de vegetação nativa.

Até aqui, vimos formas de disposição e a função de plantas herbáceas, arbustos, árvores e palmeiras, em particular as imperiais, nos projetos de jardins brasileiros que nos permitem estabelecer algumas comparações com esses estratos vegetais nos *squares* ingleses e franceses.

Em Londres, o traçado geral dos *squares* – quadrados, retangulares, ovais, regulares ou irregulares – é a definição de eixos em "x" ou "+", ou ambos, repartindo o espaço em quatro grandes zonas de gramado, um foco central, comumente para estátua, árvores livremente plantadas no interior e vegetação ao longo do gradil encerrando o espaço visualmente (cerca viva). Trata-se de uma configuração de longa duração, conforme pudemos identificar na iconografia histórica reunida em *The London Square: gardens in the midst of town* (2012), nos logradouros que visitamos e suas respectivas plantas baixas atuais, disponíveis no *site* da municipalidade (*Westminster City Council*).

Recantos sombreados por árvores no interior dos *squares*, árvores e/ou arbustos no contorno, caminhos descobertos junto ao gradil e áreas gramadas expostas ao sol são soluções projetuais ainda hoje utilizadas em Londres. Siegfried Giedion observou algumas dessas formas de composição vegetal, cujas diferenças relativamente aos *squares* de Paris foram sublinhadas por Luisa Limido.

> O principal elemento de todos os **squares** de **Londres** é um **jardim central** de **grama e plátanos**. Quando recém-plantadas, as **fileiras de plátanos** não alcançavam o efeito de um **jardim romântico e segregado**, que, mais tarde, se pretende que produzam. Tal cena exigia a existência de uma **parede de vegetação**, que, **agradável** tanto aos **olhos**, quanto aos **pulmões**, também tinha a vantagem de **garantir privacidade** em relação aos vizinhos (GIEDION, 1967 [1941], p. 719; grifos nossos).

> O **vegetal** não tem por função **fechar a vista** do **jardim** em direção ao exterior e vice-versa, como era o caso notadamente dos **jardins ingleses**, mas, ao contrário, ele cria uma **ligação** entre os dois espaços. (...) A **natureza** se projeta assim ao exterior do **espaço vegetal** emoldurado, inaugurando uma **ligação** próxima entre os espaços asfaltados e os **jardins**; uma **ligação**, **formal e conceitual**, que é específica do novo planejamento da Capital (LIMIDO, 2002, p. 112-113; grifos nossos).

Existem registros oitocentistas da prescrição da cerca viva como artifício para vedar o que ocorria no recinto dos jardins, muito frequente hoje, seja pelo plantio de espécies arbustivas, seja arbóreas, ou a combinação de ambas. Este é, seguramente, um dos aspectos marcantes dos *squares* de Londres, solução que atravessou o tempo, mas variável em Paris, onde encontramos ora espaços mais fechados, ora mais transparentes. Porém, não observamos qualquer regra desta natureza no Brasil no nosso período de estudo, sobretudo considerando as razões que motivaram a adoção da cerca viva na Inglaterra.

Longstaffe-Gowan (2012, p. 88-89) compara representações clássicas dos *squares* londrinos até meados do século XVIII (as vistas áreas, chamadas a olho de pássaro) com imagens das primeiras décadas do século XIX (perspectivas ao nível do pedestre, a exemplo do nosso próprio conjunto iconográfico). O autor argumenta que estas últimas gravuras passaram a retratar a folhagem verde, o contraste com o entorno edificado e atividades realizadas nas vias circundantes, mas não os recintos fechados, pois:

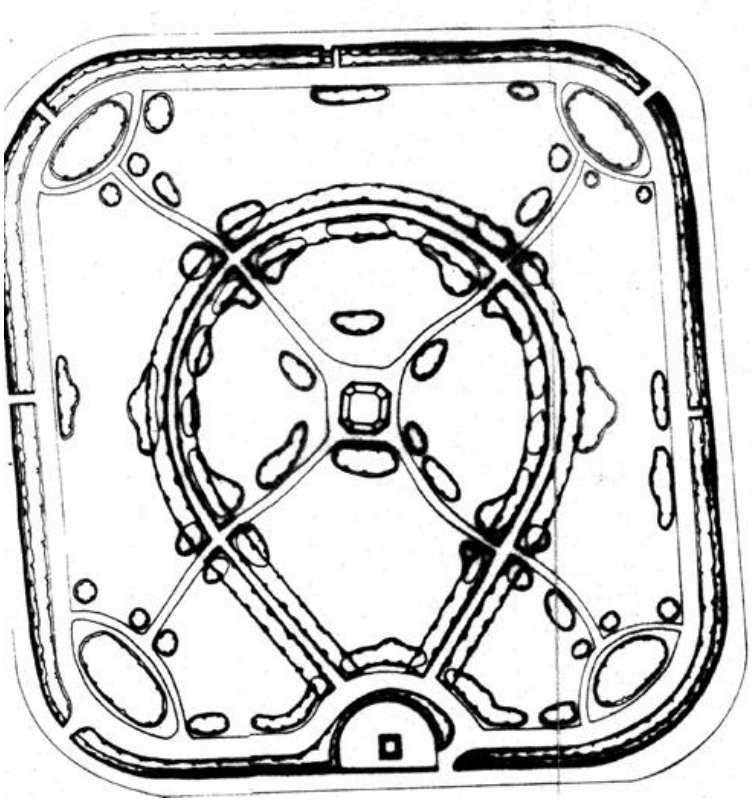
> Os espaços abertos no **meio da área central** são, nestas vistas, **invisíveis**, **escondidos** atrás desses **densos biombos de vegetação** de seus **jardins** recentemente formados. A **folhagem** serve para salientar a **exclusividade** dos **jardins** centrais e sua **separação física da rua**: os **jardins** eram reservados para residentes privados (LONGSTAFFE-GOWAN, 2012, p. 89; grifos nossos).

Recuando no tempo e no tipo de fonte para o estudo dos *squares* ingleses do século XIX, vejamos algumas observações sobre a vegetação em obras de época, de caráter mais tratadístico ou descritivo do que historiográfico.

O escritor, teórico e expoente paisagista inglês Humphry Repton (1752-1818), autor de *An enquiry into the changes of taste in landscape gardening* (1806), aborda o tema dos *squares* públicos. Nesta obra, escreve sobre seu projeto para Russell Square, considerando que muitas críticas imediatas à vegetação não têm a capacidade de antecipar os futuros efeitos das formas de plantio e sua intenção no desenho geral.

> Para **esconder** o amplo **caminho** de cascalho da **rua**, pretende-se que uma **cerca viva compacta** seja mantida aparada até aproximadamente seis pés de altura (...). Interiormente ao caminho de cascalho está uma **ampla margem de grama**, onde as **crianças** podem permanecer sempre à vista a partir das janelas das **casas** imediatamente opostas e, por esta razão (de particular interesse de algumas **mães**), o **gramado** é **menos** dotado de **plantio** do que poderia ter sido unicamente sob o princípio da beleza. Este **gramado** circular, ou zona de **espaço aberto**, circunda a área central na qual incide o futuro efeito da **sombra** e um grau maior de **privacidade e reclusão**. O contorno dessa área é formado por um caminho sob **duas fileiras de pés de limão-galego**, regularmente plantados e de modo equidistante, não em um

> círculo perfeito, mas terminando em direção à estátua em duas linhas retas direcionadas para o ângulo do pedestal. (...) Já que, considerando a grande extensão de Russell Square, é aconselhável prover alguns **assentos** para **sombra ou refúgio**, um *altar* é proposto no centro, com quatro **assentos baixos cobertos** por ardósia ou lona para **se abrigar da chuva** e quatro **assentos abertos** a serem cobertos por **plantas trepadeiras** dispostas numa **treliça aberta** para **proteção** contra o **sol**; estes assentos circundam um pátio, a ser mantido fechado, nos quais podem estar abrigos para as ferramentas dos jardineiros e outros propósitos utilitários. Daqui a alguns anos, quando os atuais fragmentos de **arbustos** tiverem se tornado **moitas**, quando as atuais magras fileiras de **árvores** tiverem se tornando uma **umbrosa avenida** (...) este **square** poderá servir para testemunhar que a arte do paisagismo no começo do **século XIX** não era dirigida pela extravagância ou pelo capricho, mas fundada numa devida consideração à **utilidade** bem como à **beleza** (REPTON, 1806, p. 61-64; itálico do original, grifos nossos).

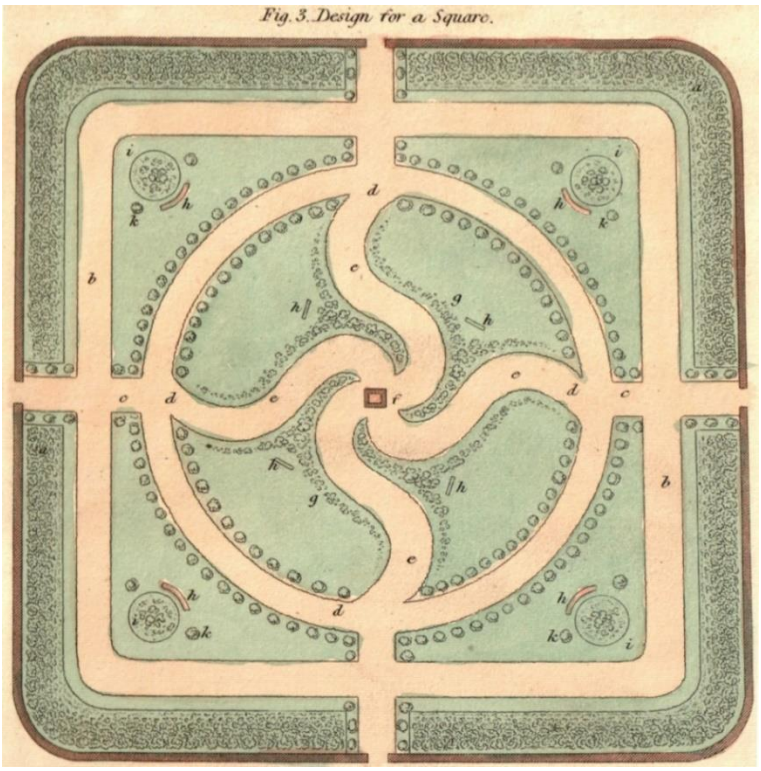


Russell Square, projeto original de Humphry Repton, c. 1806.
Fonte: http://www.uklandscapeaward.org/Entryfiles/1282564439Statement-for-5-Bloomsbury-squares.pdf.

Nesta espécie de memorial descritivo, observamos algumas características da vegetação e sua relação com outros elementos do projeto. Vejamos: o fechamento do recinto com cerca viva de seis pés de altura (1,83 m) no perímetro, com o nítido propósito de vedar a visão de quem está na rua; a área gramada livre de plantios compactos para manter as crianças à vista a partir das residências adjacentes ao *square*; o grau de reclusão no interior dado pela vegetação arbórea; a provisão de abrigos contra chuva ou sol, de acordo com as

variações climáticas; o uso de plantas herbáceas trepadeiras junto a bancos, criando sombra útil para o descanso durante a estação quente.

Por sua vez, nos livros *Hints on the formation of gardens and pleasure grounds* (1812) e *An encyclopedia of gardening* (1824), o polivalente John Loudon (1783-1843), proeminente intelectual na cultura paisagística britânica da época e com intensa atividade editorial, traça croquis e diretrizes para a criação de *squares* que pudessem ser frequentados pela população da vizinhança, mas também pelo público externo. Nessa primeira obra, Loudon apresenta um esboço de um *square* público, por ele assim denominado.



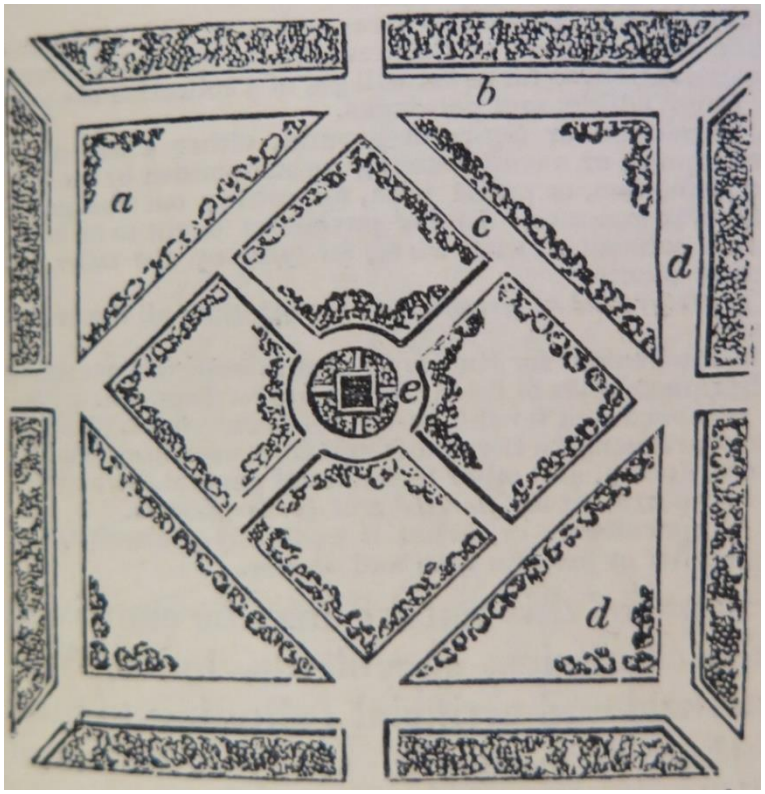
Projeto de um square público de autoria de John Loudon, 1812.
Fonte: LOUDON (1812), pertencente à Dumbarton Oaks – Rare Book Collection.

A figura 3 é um projeto para traçar um **square público**.
a. **Borda externa de árvores** e sempre-vivas, vegetação rasteira.
b. **Caminho externo**, para **inverno** ou **tempo úmido**, sendo **exposto ao ar e ao sol**; este caminho está no nível da rua.
c. Declive para o caminho interno.
d. **Caminho interno** ou avenida, dois pés mais baixo do que o externo, **sombreado** por pés de limão-galego.
e. Caminhos no mesmo nível, prolongando-se para o centro.
f. Coluna e estátua colossal no centro, com **assentos cobertos**.
g. Banco elevado de plantação adubada ou **arbustos**, fazendo desses caminhos direcionados ao centro um completo **passeio sombreado**. Assentos estão posicionados para o lado dos caminhos.
h. **Assentos descobertos** em diferentes partes do **square**.

> i. Moitas de sempre-vivas e flores.
> k. Árvores isoladas com plantas rasteiras ou trepadeiras e espinheiro e macieiras silvestres alimentando o visco, etc. (LOUDON, 1812, p. 37-38; grifos nossos).

Neste croqui, observamos alguns aspectos relativos à vegetação no projeto de um *square* público londrino do século XIX e sua articulação com bancos, pisos e caminhos. Primeiro, o plantio de árvores na borda exterior (a) garantiria certo nível de privacidade. Segundo, a diferença de nível (c) entre o caminho externo (b) e o interno (d) de dois pés (60,96 cm), "afundando" na direção do centro, talvez configurasse um artifício para acentuar o senso de reclusão no interior do jardim. Terceiro, o caminho externo exposto ao sol para uso no inverno e tempo úmido (b) e os assentos descobertos (h) se mostrariam adequados ao clima de Londres, mas não às cidades de clima predominantemente quente. Quatro, a presença de um caminho interno sombreado (d), útil no verão.

Em sua monumental *An encyclopedia of gardening* (1824), livro de grande repercussão à época e publicado em sucessivas edições, Loudon também apresenta um esboço e um pequeno memorial explicativo para a constituição de *squares* de uso público, constantes na parte do livro sobre a prática paisagística na Grã-bretanha oitocentista.



Projeto de um square público de autoria de John Loudon, 1824.
Fonte: LOUDON (1824), pertencente à Dumbarton Oaks – Rare Book Collection.

> ***Squares públicos***, de tal magnitude que, admitidamente, tenham sido traçados em amplos caminhos, **abertos e sombreados**, são quase peculiares à Grã-Bretanha. O grande objetivo é conseguir uma linha de passeio ininterrupto, tão prolongada quanto possível, dentro dos limites dados. Um caminho paralelo à **cerca limítrofe**, e a uma curta distância dela, evidentemente abrange o máximo de extensão, mas se o recinto cercado é pequeno, a rápida sucessão de ângulos e voltas torna-se extremamente desagradável e continuamente interrompe *o passo dos transeuntes*, a conversa de um grupo ou a contemplação individual. Os ângulos, então, devem ser evitados: *arredondando-os* em um **square** grande; convertendo o caminho em círculo em um **square** pequeno; adotando uma forma oval em um pequeno paralelogramo. Ao se projetar um grande **square**, deve-se ter em mente quatro objetivos: 1. espaço aberto suficiente (a), tanto de **gramado**, quanto de **caminho**, de forma que os **pais**, olhando das janelas das **casas** que circundam o **square**, possam, por algum tempo, não perder seus **filhos** de vista; 2. um **caminho descoberto**, **exposto ao sol**, para o **inverno** e a **primavera** (b); 3. um **caminho sombreado por árvores**, mas arejado para o **verão** (c); 4. locais de descanso (d) e um **abrigo e assento coberto central** (e), que, sendo aproximadamente equidistantes de todos os pontos, possam ser prontamente alcançados em caso de uma **chuva repentina**, etc. Estátuas de homens públicos eminentes são decorações óbvias e apropriadas para **squares** (LOUDON, 1824, p. 1029-1030; itálico do original, grifos nossos).

Em relação à disposição e função da vegetação e sua articulação com bancos e traçado na concepção de um *square* público, percebemos, neste croqui, características semelhantes ao esboço anterior e aos princípios formulados por Humphry Repton. Primeiro, um espaço visualmente desimpedido (a) para os pais exercerem vigilância sobre as crianças a partir das moradias do entorno, compatível com o caráter residencial dos *squares* londrinos. Segundo, um caminho externo (b) exposto ao sol para uso no inverno e na primavera. Terceiro, um caminho sombreado (c) para uso no verão. Ambos adequados às estações quentes ou frias. Quarto, um refúgio contra a chuva (e), não infrequente em Londres.

Curiosamente, no Recife, ao menos três jardins adotaram esse caminho descoberto rente ao gradil no final do século XIX, porém sem a cerca viva vedando o recinto – os jardins do Campo das Princesas (1872), da Praça do Conde d'EU (1875) e da Praça do Espírito Santo (ou D. Pedro II) (1877).

Imagens que retratam tais espaços deixam-nos ver, contudo, o uso de sombrinhas pelos transeuntes como forma de proteção contra o calor durante a prática do *footing*. Logo, se esse caminho era inadequado ao clima local, visto que desguarnecido de árvores, a ausência da cerca viva permitia exibir-se ao longo do percurso perimetral delimitado pelo gradil, afinal o *footing* era um exercício para ver e deixar-se ser visto, contrariamente ao caráter retraído dos britânicos.

Voltando a Londres, John Loudon ainda menciona, na parte do livro dedicada às estatísticas sobre os jardins da Grã-bretanha, a importância e a periodicidade da manutenção dos gramados dos *squares* públicos, de acordo com a estação climática, o que favoreceria sua intensidade de uso para os banhos de sol.

> Os ***squares públicos*** são geralmente mantidos em ordem por jardineiros que trabalham por empreitada a um certo preço anual. A principal parte do seu trabalho consiste em manter a **grama baixa**, aparando-a uma vez a cada quinze dias durante o **verão** e um tanto mais raramente na **primavera** e no **outono**, bem como manter o cascalho limpo e conservar uma exposição de **flores** em grupos escavados (LOUDON, 1824, p. 1057; itálico do original, grifos nossos).

O plantio de árvores e/ou arbustos para vedar o espaço do *square* e um caminho perimetral (aleia circular circundando o terreno) foram observados pelo viajante francês François Philippar (1801-1849), que registrou suas impressões sobre vários jardins ingleses no livro *Voyage agronomique en Angleterre fait en 1829, ou Essai sur les cultures de ce pays comparées a celles de la France* (1830).

> **Praças públicas** (***squares***). (...) Estes **jardins** são de formas variadas, mas os que têm um pouco de extensão são sempre **circundados** por um belo **maciço de árvores e arbustos** localizados de acordo com a sua **elevação**, diminuindo de altura na aleia circular que acompanha esse **maciço** e circunda o terreno. Vemos um belo **gramado plantado de árvores**, ora isoladas, ora em massa (PHILIPPAR, 1830, p. 31-32; itálico do original, grifos nossos).

A mesma forma de disposição da vegetação também foi percebida pelo conhecido escritor e jardineiro irlandês William Robinson (1838-1935), que, ao contrário, descreveu criteriosamente diversos jardins franceses no livro *The parks, promenades, & gardens of Paris, described and considered in relation to the wants of our own cities, and the public and private gardens* (1869). Esta obra, já clássica para o estudo dos jardins do século XIX – referenciada por Giedion (1967 [1941]), Panzini (1993), Limido (2002) e Longstaffe-Gowan (2012) – particularmente nos apresenta o valor de comparar os *squares* parisienses com os londrinos.

> Em **Paris**, os **squares** estão abertos a todos; na **Inglaterra** eles estão guardados de baixo de **chave**, circundados por um **gradil** arrematado por cravos e plantados de **arbustos** de modo a **impedir a vista** de tudo que está acontecendo no seu **interior** (ROBINSON, 1869, p. 89; grifos nossos).

A cerca viva rente à grade, formada por vegetação arbustiva podada e/ou árvores de grande porte, veda o espaço interior, impedindo que as pessoas de fora observem o que se

passa no recinto do *square* e, ao mesmo tempo, funciona como barreira acústica e visual para os usuários internamente. A vegetação isola o espaço visualmente ao nível do observador sentado no banco ou deitado/sentado na grama, bloqueia ou reduz a visão/escuta do trânsito, obras e perturbações externas.

Em síntese, deduzimos ao menos quatro princípios na disposição dos diferentes portes de vegetação nos *squares* de Londres: promover a privacidade dos usuários através de uma cerca viva perimetral; criar áreas de sombra no interior pelo plantio de árvores; prover áreas gramadas expostas à irradiação para os banhos de sol nos amenos verões londrinos; permitir o controle visual dos pais sobre as crianças a partir das janelas das casas circundantes.

É notável a importância da vegetação na articulação de outros elementos do projeto e nos modos de uso de tais jardins, considerando tanto aspectos culturais (senso de reclusão), quanto geográficos (atributos climáticos, tais quais incidência de sol, regime de chuvas e diferenças entre as estações do ano).

Em relação aos primeiros, ressaltamos a intenção de preservar a privacidade dos usuários num *square* dito público, condizente com a idiossincrasia reservada dos ingleses, diferentemente da índole latina, gregária e citadina dos franceses. E, no tocante aos aspectos climáticos, salientamos que, de fato, enquanto áreas com incidência direta de insolação são muito concorridas, gramados e bancos sombreados permanecem esvaziados na meia-estação.

Os *squares* parisienses nos conduzem a outra aproximação com os jardins brasileiros em relação à disposição da vegetação. Ao analisar onze exemplares criados entre 1856 e 1867, dos quais visitamos seis, Limido (2002, p. 115-124) os classifica em três tipos, considerando a existência de vestígios históricos (ruínas, edificações, fontes) e as exigências de circulação, sendo aqui de nosso particular interesse sua relação com a vegetação.

Um determinado conjunto de *squares* tinha por objetivo "cingir um monumento histórico considerado a especificidade do jardim", posto que localizado em seu recinto, "o elemento a ver" e ponto de referência da organização espacial (LIMIDO, 2002, p. 118-119), a exemplo do Square de la Tour-Saint-Jacques (1856) e do Square Louis XVI (1865). Neles, segundo Limido (2002, p. 118), "a vegetação desempenhava um papel de simples decoração" da Torre de Saint-Jacques-la-Boucherie e da Capela Expiatoire, respectivamente.

Em outros casos, buscava-se realçar edificações históricas localizadas não no seu interior, mas no entorno, como o Square de Laborde (1867), hoje Marcel Pagnol, vizinho à Igreja de Saint-Augustin. A composição geral partia, na interpretação da autora (LIMIDO, 2002, p. 119), de um gramado central acidentado que orientava "a perspectiva em direção ao exterior", enquanto os vegetais ao redor exaltavam tal enquadramento, assumindo "um

papel secundário em relação aos elementos arquitetônicos" (p. 119-120). O Square du Temple (1857) e o Square des Batignolles (1862) possuíam elaborados arranjos vegetais associados a lagos, rochas e cascatas, não planejados para "valorizar monumentos históricos" (LIMIDO, 2002, p. 122).

Assim, a vegetação assumia uma configuração diferente dos renques de árvores e palmeiras imperiais brasileiros que demarcavam construções adjacentes, ainda que tivessem a mesma finalidade. As palmeiras imperiais, em particular, avocavam uma atmosfera tropical e produziam um efeito *sui generis* que não encontramos nos jardins estrangeiros, portanto uma releitura da ideia de realçar as construções circundantes.

Observamos diferenças conceituais e formais na utilização da vegetação entre os jardins brasileiros e os congêneres europeus no nosso período de estudo, especificamente no caso dos *squares*. Uma das funções da vegetação era a valorização dos vestígios históricos em Paris e o fechamento do espaço em Londres.

No Brasil, vemos também a primeira estratégia, porém através de algumas soluções espaciais distintas, inclusive levando em conta que muitas praças ajardinadas, sobretudo as primeiras, foram implantadas no tecido urbano preexistente, junto a construções religiosas, militares e administrativas e depois recreativas, cuja arquitetura era realçada por bordas e percursos verdes.

Soluções rígidas ou livres mostravam a importância da vegetação como elemento de remodelação da fisionomia das cidades brasileiras, permitindo o aproveitamento dos jardins pela população, fosse pela criação de cenários contemplativos, fosse pela provisão de sombra e refrigério, intensamente propalados e adequados ao calor tropical.

Renques e alamedas de árvores e palmeiras valorizando eixos, pontos focais como lagos, fontes, esculturas, pavilhões e monumentos, perspectivas, linhas d'água e construções adjacentes, portanto ligadas ao entorno imediato, evidenciavam uma expressiva composição com elementos da paisagem urbana definida por edificações ou recursos naturais.

Grupos arbóreos espalhados formando recantos aprazíveis e herbáceas associadas a estruturas inertes como ruínas, pérgulas e caramanchões ou a lagos artificiais criavam cenários capazes de subtrair o jardim da agitação do ambiente urbano.

Vasos posicionados sobre colunas, lances de muros, balaustradas e bordas de lagos, bem como arbustos e palmeiras exóticas na forma de indivíduos isolados complementavam a ornamentação dos jardins, em razão dos seus atributos morfológicos, se não escultóricos, de troncos, copas, folhagens. Não se trata, portanto, de tentar estabelecer uma tipologia de arranjos vegetais em relação ao porte, espécies e disposição nos jardins desse período, mas buscar deduzir critérios e fatores locais que os tenham estimulado ou inibido.

3.2 A ÁGUA

A água é um dos mais expressivos materiais de composição de jardins, utilizada milenarmente por suas propriedades refrescantes, ornamentais, cênicas e sonoras e como meio de cultivo botânico. Manipulada, represada e canalizada, tornou-se um dos principais atrativos paisagísticos na forma de tanques, chafarizes, fontes, lagos, riachos e cascatas e, associada ao advento da energia elétrica, compareceu em repuxos luminosos que adornaram inúmeros jardins públicos na história da humanidade.

Compôs cenários rústicos – na forma de grutas e cascatas, riachos e lagos, articulada a ruínas e ilhotas, estruturas imitando troncos e galhos de árvores retorcidos como simulacros da natureza –, expressão da concepção do naturalismo dos jardins ingleses setecentistas, reapropriada no século XIX.

No plano do desenho paisagístico, a busca por cenários bucólicos, o predomínio da curva e a irregularidade das formas naturais em reação à rigidez geométrica dos jardins franceses do século XVII respondiam às concepções do Romantismo oitocentista, cultivadas no quadro das transformações físicas, sociais e culturais da cidade industrial europeia. Tais concepções e seus suportes arquiteturais marcaram profundamente as composições paisagísticas no Brasil no século XIX e início do XX.

No conjunto de jardins que estudamos em específico, a mais antiga dessas estruturas é um castelete em pedra, construído em 1890, no Parque da Liberdade, em Fortaleza, remodelado e rebatizado como Parque da Independência em 1922. Associado ao lago, que recebeu melhoramentos nessa ampla reforma, o castelete permaneceu como uma construção lúdica, atraindo a frequência de visitantes.

Trata-se da representação de uma edificação senhorial, por isso mesmo, rememorativa de um passado feudal e agrário, reproduzindo a imagem do campo distante, com detalhes construtivos como janelas seteiras, coroamento em forma de ameia e acesso por escadaria lateral. Do topo, tem-se a vista ampla do parque, ao passo que das frestas das ameias, à semelhança de uma balaustrada, é possível observar o lago, simulando a condição de uma fortificação cercada por um fosso ou protegida por uma lâmina d'água. O cronista Otacílio de Azevedo registra a presença do castelete em suas memórias sobre o parque no início do século XX.

> Em frente à **Igreja do Coração de Jesus** existia, em **1913**, um **grande quadrilátero de muro bem alto**, sem portões e **cheio de árvores** – entre elas uma árvore de cedro que, quando florescia, exalava um cheiro horrível, que asfixiava. (...) Certo dia, com outros rapazes, escalei o paredão e lá entramos,

> apesar do perigo de sermos apanhados pela polícia. Havia lá dentro aquele mesmo **castelete** que ainda lá está e onde subimos pela **escadinha** que dava acesso ao seu **terraço** rodeado de **balaústres** (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 94; grifos nossos).

Parque da Independência (antes e atual Parque da Liberdade), Fortaleza, o castelete em pedra, o lago com balaustrada em cimento armado e duas castanholas (árvores mais altas). Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Estrutura análoga é uma torre de castelo medieval, em forma de ruína, existente na Praça Batista Campos (antigo Largo de Salvaterra ou Largo de Sergipe), ajardinada e inaugurada em 1904 em Belém (SOARES, 2009, p. 151; NEVES, 1997, p. 87). Esta torre compõe um pequeno recanto, complementado por pedras irregulares, topografia acidentada e árvores distribuídas livremente.

Também em Fortaleza, o Passeio Público possuía lagos no primeiro e terceiro planos, respectivamente localizados ao nível da cidade e do mar, e um tanque no segundo plano, segundo afirma o professor Liberal de Castro (2009) em detalhado estudo, ao examinar bases cartográficas, fotos e documentos provinciais e cotejá-los com autores clássicos como João Nogueira e Gustavo Barroso. Tais lagos são evocados por Otacílio de Azevedo na crônica *Elegia ao Passeio Público*, em *Fortaleza Descalça* (2012 [1980], p. 66), afirmando que "em piscinas de águas limpas, nadavam peixes multicores".

Lagos, pontes, ilhas ou ruínas foram construídos nas praças do Derby (1924) e Sérgio Loreto (1924), no Recife, no Parque Arruda Câmara (1922) e na Praça Pedro Américo (d. 1910), em João Pessoa. O lago do Parque Arruda Câmara ainda tinha, em seu centro, um canteiro e um refúgio para aves. Uma vez inauguradas, tais estruturas logo se popularizavam, na medida em que eram atrações das mais noticiadas e fotografadas pela *Revista de*

Pernambuco, do Recife, e *Era Nova*, de João Pessoa. A Praça Sérgio Loreto era exemplar de tal repertório projetual, pois incorporava todos esses elementos, minuciosamente descritos.

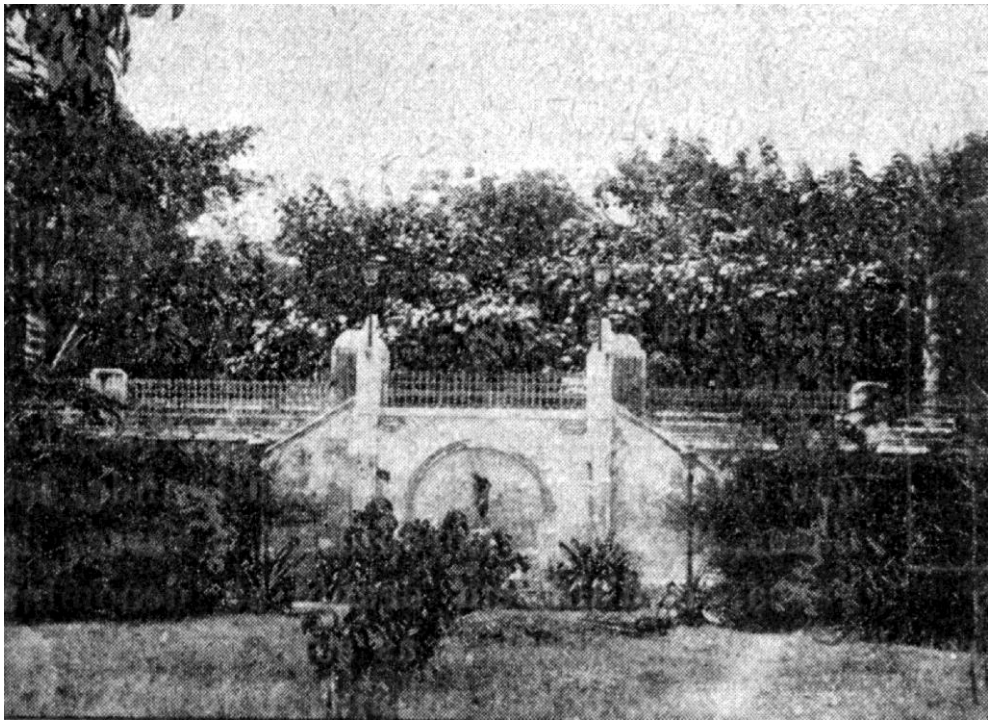
> No espaçoso triangulo que margina a avenida Lima Castro já estão em franco andamento os serviços de construcção de um **grande lago**, no qual se verá uma **ilha** ostentando **ruinas** de velhos edificios em que sobe a **héra** e vegetam **plantas** caracteristicas: **gravatás**, **palmeiras**, **bambús**, etc. As **margens** do **lago** ficarão em **talude**, serão **grammadas**, com a sua **arborisação** apropriada e bem distribuida e dando acesso á **ilha** por di**versas pequenas e artisticas pontes de cimento armado**. No restante espaço do grande triangulo, outras obras de **embellezamento e conforto** serão distribuidas. (...) Todo o **parque** receberá **profusa illuminação electrica** cujo **efeito** será realçado pelas **aguas** do **grande lago**. Os passeios e o calçamento que será completado em asphalto, constituirão a modura (*sic*) do **novo parque** de que procuram dar uma idéa estas notas e o cliché que publicamos (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 1, julho de 1924; grifos nossos).

> Pelo projecto da referida **praça**, **de autoria do dr. Antonio de Góes**, e que já publicamos detalhadamente em edição anterior, vemos o grande vulto das obras sobresahindo-se entre ellas o **lago**, tendo no interior uma **ilha**. O **lago** já está escavado, estando tambem promptas a base de concreto do fundo e a pequena muralha lateral de cerca de 0m,30 de altura, faltando apenas em ambas, o revestimento; já está tambem terminado o **talude** de terras que margina o **lago** e que opportunamente receberá **grama** devendo ficar nas mesmas condições as **margens da ilha**. A grande quantidade de terra que foi retirada nas escavações do **lago** foi aproveitada em outros pontos da **praça** que necessitavam de aterro, estando actualmente terminado todo o serviço de aplainamento. No interior da **ilha** já está tudo locado, isto é, arruamentos e **ruinas**, devendo em breves dias ser iniciada a construcção das mesmas a cargo de competente profissional (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 2, agosto de 1924; grifos nossos).

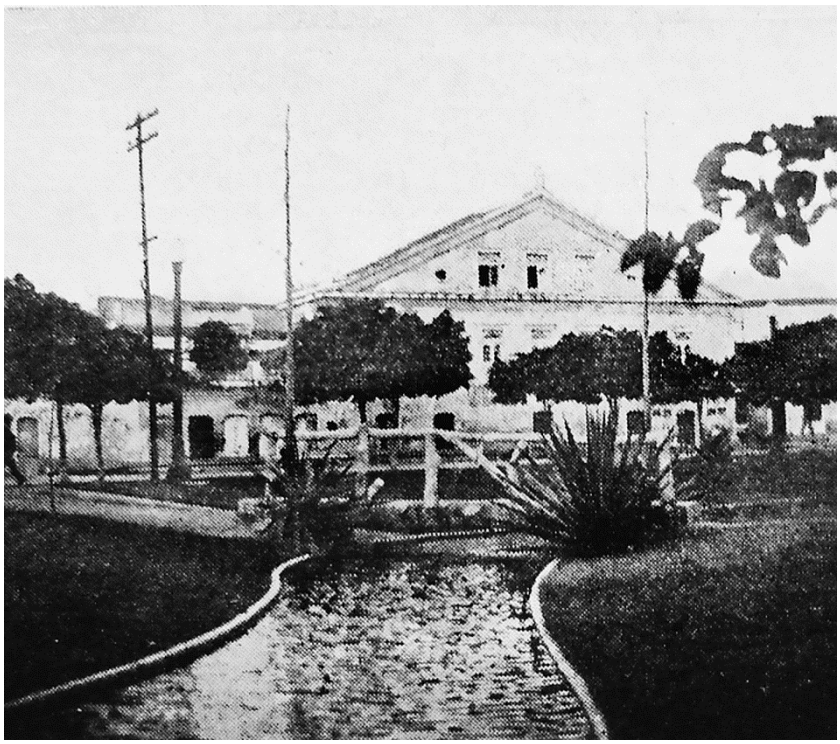
A fotografia da ruína que então apresentamos foi retirada do *Guia da cidade do Recife*, publicação trilíngue editada pela Prefeitura Municipal em 1935 para promoção turística da capital pernambucana. As fotos constantes no guia retratam muito bem o aspecto dos jardins do Recife antes das muitas reformas, completas ou pontuais, realizadas pelo paisagista Roberto Burle Marx exatamente a partir daquele ano. Foi Burle Marx quem deixou um pequeno registro da Praça Sérgio Loreto, em entrevista concedida à imprensa local.

> Tambem temos que fugir á **feição romantica**, uma vez que o **jardim**, acompanha o progresso da humanidade. Encontrei, na **praça Sergio Loreto**, um **portão em estylo antigo**, preparado para **imitar ruinas**. Em nada se justifica isso. No **periodo romantico**, exploravam-se desbravadamente esses "**motivos**" (DIARIO DE PERNAMBUCO, 20/5/1937; aspas do original, grifos nossos).

Passeio Público de Fortaleza (atual Praça dos Mártires), Avenida Caio Prado no primeiro plano, um dos lagos e, no canto superior esquerdo, detalhe das folhas de uma castanhola, à direita, uma areca. Fonte: Acervo Nirez, imagem publicada em *Fortaleza 1910*, edição fac-similar do *Album de Vistas do Ceará* (1908).



Passeio Público de Fortaleza, segundo plano (destruído), o lago (tanque). Fonte: Acervo Nirez.



Praça Siqueira Campos (antes e atual Praça Sérgio Loreto), Recife, o lago, a ponte em cimento armado emoldurada por dois agaves, ao fundo, figueiras. Fonte: *Guia da cidade do Recife* (1935).

Praça Siqueira Campos (antes e atual Sérgio Loreto), Recife, trecho do lago, a ruína, à esquerda, detalhe de um flamboyant e, em primeiro plano, um mandacaru. Fonte: *Guia da cidade do Recife* (1935).

Parque Arruda Câmara, João Pessoa, no centro do lago, um canteiro e um refúgio para aves, coqueiros ao fundo. Fonte: *Era Nova*, n. 50, 1923.

Nos anos 1930, a Praça Sérgio Loreto ainda preservava elementos do projeto de 1924, bem como o encantamento do seu lago artificial. Uma matéria publicada no *Diario da Tarde* em 1937 ressaltava a predileção dos moradores pela praça e contemplação de seu lago, então privados daquela já tradicional atração em razão da sujeira, contaminação e mau-cheiro da água, reclamando providências ao poder público.

> Não posso explicar a influencia da **agua** sobre o **amor**. É um assumpto impermeavel á critica, menos quando a proposito dos themas superiores, queira-se adaptar o **romantismo** aos **idylios** côr de rosa de Delly. Diz-se que a **agua** anima a coragem para se dizer phrases bonitas entre os **namorados**, ao mesmo tempo que acalma os impetos dos convites atrevidos quando o **amor** quer ultrapassar fronteiras perigosas. Não entendo dessas coisas. Conheço-as por ouvir dizer... Da mesma forma que os **namorados** da Boa Vista preferem o caes da rua da Aurora para a agilidade **amorosa** de mãos inquietas, os do bairro de São José têm **predilecção** pela **praça Sergio Loretto** por onde as **águas** deslizam atraves do **sentimentalismo** de um **lago artificial**. Pellas noites enfeitadas de estrellas os **namorados** passeiam pela **praça**, alguns bem intencionados entre preparativos de casamento, outros por **passatempo** e curiosidades esportivas do **amor** (DIARIO DA TARDE, 1/10/1937, p. 6; grifos nossos).

Tal era a concepção do Parque do Derby (1924), cujo lago com ilha, denominada de *Ilha dos Amores*, como é conhecida até hoje, era fartamente descrito e ilustrado em periódicos

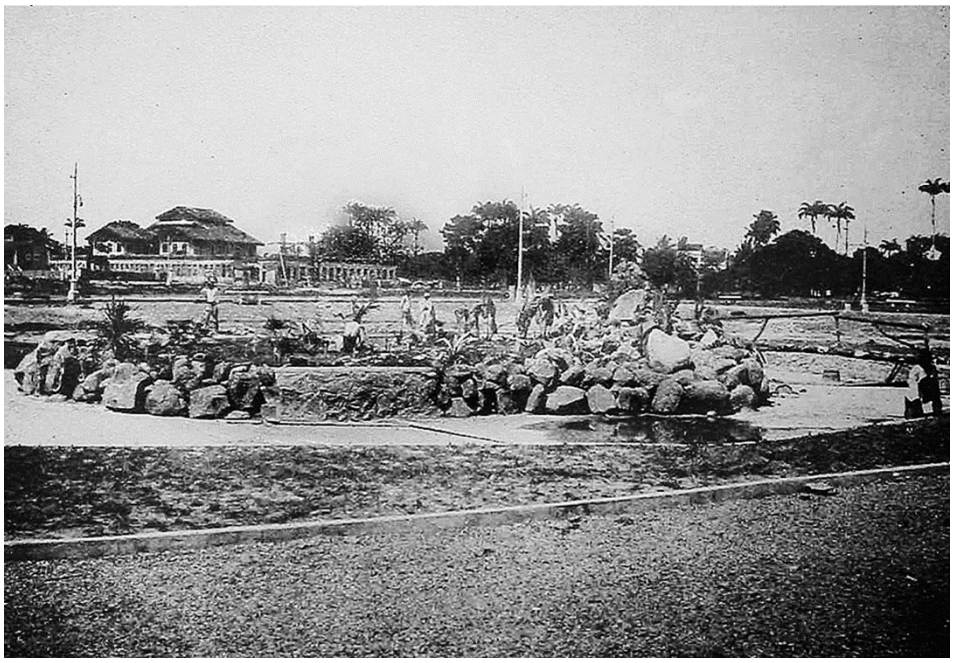
dos anos 1920, fossem oficiais, propagandísticos ou sociais, tais quais a *Revista de Pernambuco*, a *Revista da Cidade* e o *Almanach de Pernambuco*. A edição do *Diario de Pernambuco* do dia em que o parque foi inaugurado destacava a construção do lago com a ilha.

> Ha ainda a salientar no **Derby** o **effeito** de **duas elegantes pergolas**, uma em estylo **dorico** e outra, em **corinthio** além da **Ilha dos Amores**, de um fino frescor pittoresco, que se eleva em meio a um **lago artificial** (DIARIO PERNAMBUCO, 18/10/1924, p. 7; grifos nossos).
>
> A **linda ilha de pedregulhos**, no centro do **bello lago** do **parque**. Pela sua **vegetação** adequada e pelo seu aspecto de **naturalidade**, a **ilha**, á qual se chega por uma **ponte rustica** é um dos mais lindos pontos do **novo jardim** (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 5, novembro de 1924; grifos nossos).
>
> O **lago**, de **fórma irregular**, envolve uma pequena **ilha** também **irregular**, feita com **blocos naturaes**, e apresenta **dois pequenos rochedos** sobre os quaes existe uma **vegetação apropriada**. **Arvores e flores** estão ainda plantadas na **ilha**, a que se tem accesso por uma **ponte rustica** (ALMANACH DE PERNAMBUCO PARA O ANNO DE 1929, p. 246; grifos nossos).

Conforme documento de 1912 apresentado por Bellini (2014, p. 259), o Parque Moscoso, em Vitória, inaugurado naquele ano, também teve sua Ilha dos Amores, na qual ocorreu um banquete de doces por ocasião de uma "encantadora festa". No Parque Municipal de Belo Horizonte, a Ilha dos Amores (ou Ilha das Garças), construída no Lago das Garças (depois Lago ou Lagoa dos Barcos) era alcançável por ponte de madeira construída em 1926 (PENNA et alii, 1992, p. 58), as quais saltam à memória do escritor mineiro Cyro dos Anjos (1906-1994) como reminiscências da época de sua mocidade vivida na capital.

> Pares **adolescentes** transitavam pela **pontezinha de troncos fingidos**, que, em airoso arco, os depunha na **ilha dos Amores**, pequena demais para caber tanto **amor** (ANJOS *apud* PENNA et alii, 1992, p. 64; grifos nossos).

Ilha dos Amores designava uma das mais antigas áreas de recreação da cidade de São Paulo, considerada o segundo jardim público da capital paulista por Bartalini (1999, p. 10; 26-27; 32; 34; 45), criada pelo governo provincial nos anos 1870 e praticamente já extinta em 1893. A influência dos jardins sobre o amor atravessava as curvas irregulares dos seus lagos, bem como os nomes de suas idílicas ilhas. Sua concepção romântica se verificava no desenho paisagístico e no vocabulário afetivo justaposto à toponímia oficial.



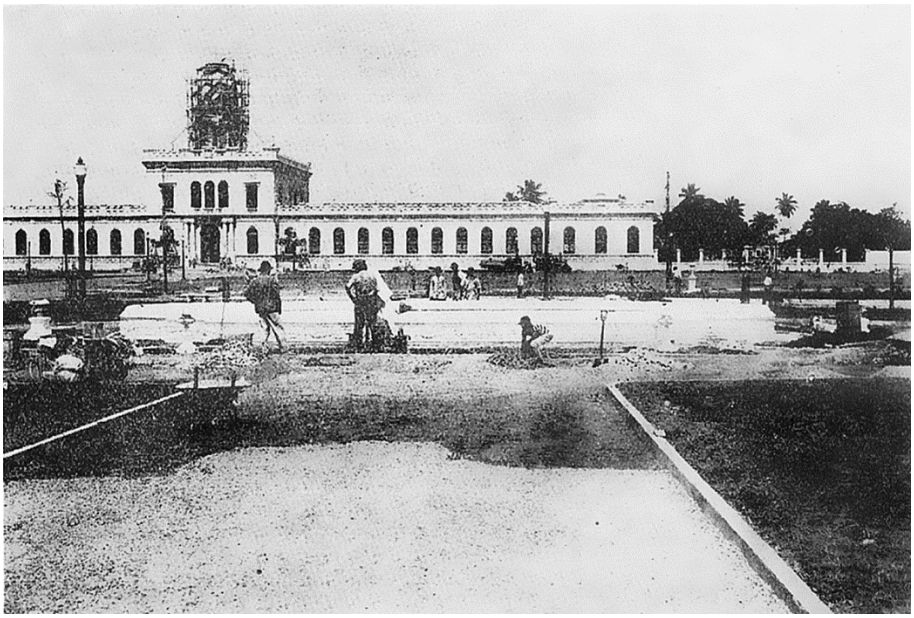
Parque do Derby (atual Praça do Derby), Recife, o lago com a Ilha dos Amores e a ponte em cimento armado recém-construídos. Fonte: *Revista de Pernambuco*, n. 5, 1924.

O Parque do Derby tinha um segundo lago, localizado no trecho oposto, já que o logradouro era dividido ao meio pela Avenida 18 de Outubro. Raros são os registros sobre este lago, aterrado em data desconhecida. Foi, todavia, referido como *vasca* em edições de outubro de 1924 da *Revista de Pernambuco* e do *Diario de Pernambuco*. Ambos publicaram a mesma foto do lago em obras, ora reproduzida, com as respectivas legendas: "lindo aspecto do novo parque, vendo-se a grande vasca" (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 4, 1924) e "a graciosa vasca que se ergue ao centro do parque do Derby" (DIARIO DE PERNAMBUCO, 18/10/1924, p. 7).

Este lago também foi referido como *vasca* no *Almanach de Pernambuco para o anno de 1929* (publicado em 1928), o qual trazia uma exposição sobre o projeto do parque com riqueza de detalhes. Tal descrição, que vimos explorando ao longo da tese, corresponde às informações presentes no conjunto de plantas, fotos, periódicos e demais registros documentais e historiográficos que reunimos sobre o Parque do Derby em trabalhos anteriores (SÁ CARNEIRO & SILVA, 2007, p. 291-302; SILVA, 2010, p. 92-103). Diz um trecho do almanaque:

> A **vasca** mede 14 metros por 8, apresentando um perimetro gracioso, composto de columnas rectas e arcos de circulo symetricamente dispostos; – **decorada** exteriormente e cercada de **passeios e canteiros em quatro jarros e duas pequenas jardineiras** (ALMANACH DE PERNAMBUCO PARA O ANNO DE 1929, p. 246; grifos nossos).

Afora os arcos e colunas, em ambas as imagens, observamos um lago em forma de tanque, mais largo do comprido, cercado por passeios, bancos e jarros, conforme a descrição do final dos anos 1920. A vasca compunha um pequeno recanto estruturado pela água, árvores fornecendo sombra e delimitando o espaço, jarros com plantas ornamentais e bancos propícios à permanência e contemplação.



Parque do Derby (atual Praça do Derby), Recife, a vasca (lago) em obras. Ao fundo, o Quartel da Força Pública Estadual. Fonte: *Revista de Pernambuco*, n. 4, 1924.

Parque do Derby (atual Praça do Derby), Recife, a vasca (lago) e dois tamarindos. Fonte: Acervo MCR.

Com esta acepção, a expressão *vasca* não comparece em nenhum dos dicionários que consultamos dos séculos XVIII ao XXI (SILVA, 1789; PINTO, 1832; RUBIM, 1853; VIEIRA, 1874; SILVA, 1878; CUNHA, 1986; HOUAISS, 2009), portanto, acreditamos que se trata de uma tradução livre ou corruptela de termo estrangeiro ou mesmo um estrangeirismo. Tampouco, consta em dicionários técnicos editados no Brasil e Portugal (CORONA & LEMOS, 1972; TEIXEIRA, 1985). A palavra *vasca* significa banheira em italiano, mas também está na origem da expressão francesa *vasque*. O *Grande dizionario della lingua italiana* (1961) registra:

> **Vasca**. **Recipiente** de notável capacidade, no mais das vezes **fixo**, destinado a conter **água** ou outros líquidos. **Lago ornamental** presente em **parques e jardins**, destinado a recolher as **águas** de uma **fonte** (BATTAGLIA, 1961, p. 678; grifos nossos).

No *Dictionnaire de la langue française* (1876) e no *Nouveau Larousse illustré* (1898-1904), a expressão *vasque* indica tanto a ideia de uma superfície d'água propriamente dita contida artificialmente, a exemplo de uma piscina ou tanque, quanto a de um recipiente que a contém, como uma taça prato ou bacia, pois, ao defini-la, ambos empregam as palavras *bassin* (lago) e *coupe* (taça).

> **Vasque**. **Lago** em forma de **fonte** que recebe a **água** de um **jato d'água**, de uma **fonte**. **Taça de fonte**: há alguns anos, o uso foi introduzido para chamar esta espécie de **taça** de **vasca** (LITTRÉ, 1876, p. 2426; grifos nossos).

> **Vasque**. Do italiano **vasca**, nome feminino; **lago redondo**, **pouco profundo**, comumente alargado na borda, que recebe e deixa transbordar as **águas** de uma **fonte** (LAROUSSE, 1898-1904, v. 7, p. 795; grifos nossos).

Assim, *vasque* e *coupe* designam o recipiente que recolhe a água de uma fonte, mas não a fonte propriamente dita, esta denominada de *fontain*e em francês. A palavra *coupe* tem muitos significados – cálice ou taça ou a copa da taça que contém o líquido, bacia, prato, vasilha ou tigela e, por derivação, troféu (em sua forma de taça) concedido a um vencedor de competição ou ela própria (por isso copa de futebol). Do mesmo modo, a palavra *vasque* admite muitas traduções – lago, pia ou cuba de banheiro, taça ou depressão natural. O dicionário *Lexicologos online* apresenta, inclusive, a palavra *coupe* como sinônimo de *vasque*.

Em italiano e francês, as palavras *vasca* e *vasque* compreendem a construção de um receptáculo ou reservatório artificial, diferente de uma lagoa ou olho d'água natural, como apontam as imagens e descrições do Parque do Derby. Trata-se, então, da adaptação da palavra em francês ou, como mais razão, de um italianismo.

De toda forma, a presença italiana no Recife a partir do século XIX (entre 1880 e a II Guerra Mundial) já foi observada, a traços largos, pelo professor e geógrafo Manuel Correia de Andrade, no texto *Italianos em Pernambuco* (1990), no qual revela as diferentes atividades que estes realizaram na vida econômica e/ou social da capital e cidades do interior e sua influência no panorama cultural da região. Não é, portanto, o caso de estranharmos o aparecimento de palavras de origem italiana de modo aparentemente episódico ou de outras que se fixaram fortemente no vocabulário brasileiro, a exemplo do *coreto*, como examinaremos adiante.

Ainda em relação a este tema, novamente no Recife, outra corruptela foi o uso da palavra *bacia* em referência a uma superfície aquática na planta baixa do Parque 13 de Maio (1923), já apresentada. Nome estranho no jargão paisagístico atual, à época, o emprego de *bacia* parece ter sido um aportuguesamento da palavra francesa *bassin*, que, no campo do paisagismo, significa lago, como diríamos em português modernamente. Isto também considerando que muitos recintos desse projeto ora foram denominados em inglês, ora em francês, conforme tratamos anteriormente. O dicionário *Larousse online* define o *bassin* como "peça d'água de forma regular, servindo de ornamento ou reservatório"; "receptáculo das águas de uma fonte".

Nas definições de *vasque*, ambos os dicionários de francês do final do Oitocentos fazem uso da palavra *bassin*. No dicionário de italiano, o verbete *vasca* emprega, igualmente, a expressão *bacino*. Mas, quando vertemos suas respectivas definições ao português, utilizamos a palavra *lago*, posto que não dispomos de tradução literal e imediata para os termos *vasca*, *vasque*, *bassin* e *bacino*.

Segundo os dicionários *online Larousse* e *Garzanti Linguistica*, *bassin* e *bacino* têm, entre outros, ao menos três sentidos: o geográfico (uma bacia hidrográfica, por exemplo), o anatômico (a ossatura do quadril ou pélvis) e o paisagístico (lago ornamental em jardins), ainda que as formas mais comuns em italiano neste último caso sejam *vasca* ou *laghetto*. Verificamos ainda que o *Larousse online* francês-italiano traduz *bassin* como *vasca* ou peça d'água.

As duas primeiras acepções são expressas em português pela palavra *bacia*, que não comporta o sentido paisagístico, mas implica, ainda, um significado utilitário (utensílio doméstico), para o qual se usam comumente os vocábulos *bassine* e *bacinella* em francês e italiano, respectivamente. Logo, *bassin* e *bacino* se diferenciam de *bassine* e *bacinella*, o que não ocorre em português. Então, no caso do Parque 13 de Maio a que nos referimos, a palavra *bacia* parece ter sido mais uma corruptela de termo francês ou italiano. No vocabulário

paisagístico brasileiro, a expressão bacia indica o prato que coleta a água de uma bica ou jato, em uma fonte ou chafariz, verificada também em antigos documentos.

Em espanhol, a ideia de lago de jardim está fortemente condensada no termo *estanque*. Finalmente, em inglês, o vocábulo *basin* designa uma bacia em sentido geográfico ou um utensílio doméstico e indica lago em paisagismo nos casos em que há um recipiente (uma vasca ou cavidade para receber a água de um jato), diferente de um lago artificial escavado no terreno, frequentemente referido como *pond*. Os dois primeiros significados estão bem documentados nos dicionários *online Cambridge*, *Merriam-Webster*, *Myelt* e *Oxford*.

Nos jardins, a utilização da palavra inglesa *basin* indica, via de regra, uma pia ou cuba, um lavabo ou lavatório (como os que se encontram nas sacristias) ou o *container* de uma fonte. No século XIX, na obra *Hints on the formation of gardens and pleasure grounds*, John Loudon (1812, p. 37) apresenta plantas baixas para o projeto de um bosque e de um jardim em forma de labirinto, criando lagos com fontes por ele denominados de *basin with fountain*, de modo que ambos os termos – *basin* e *pond* – se traduzem como lagos em português.

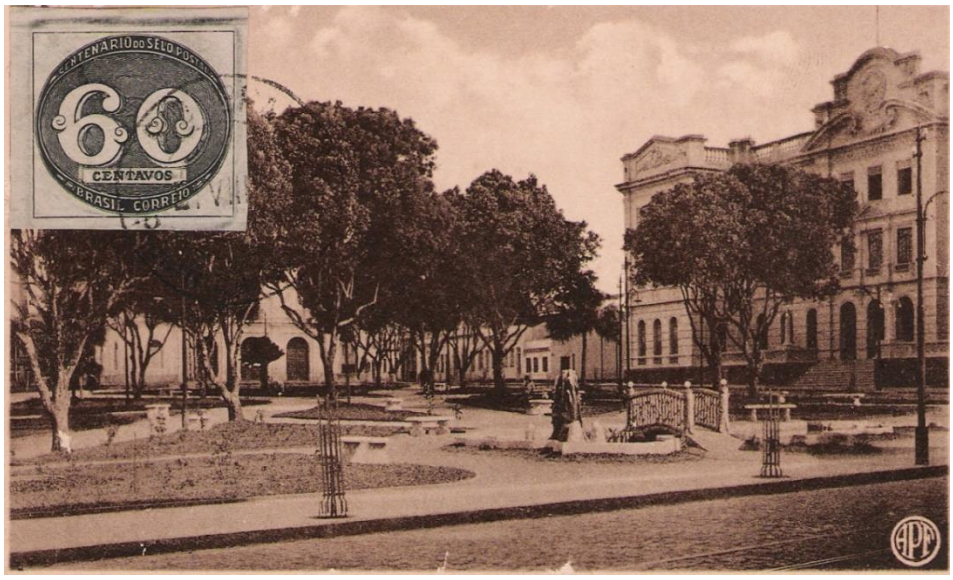
Portanto, há uma correspondência entre as expressões *bacino* e *bassin*, *vasca* e *vasque* nos contextos linguísticos e paisagísticos italiano e francês, enquanto os idiomas inglês, espanhol e português fixaram, respectivamente, as palavras *basin* ou *pond*, *estanque* e *lago*. Daí empregarmos com frequência o termo *lago*, verificado em documentos dos séculos XIX e XX, de onde chegou até os dias atuais no âmbito da difusão dos jardins.

A *vasca* era, a seu modo, um recipiente, um tanque, lago artificial de pequena dimensão, diferentemente dos lagos geralmente irregulares, dotados de ilhas ou utilizados para os passeios de barco. A vasca do Parque do Derby era, provavelmente, construída em cimento armado, considerando tantos as imagens da época, quanto o fato de que esse era um material construtivo já popularizado nos anos 1920.

É o que também supomos sobre o lago em forma de mapa da Paraíba e sua pequena ponte na Praça Pedro Américo, em João Pessoa. O lago e a ponte podem ser vistos na imagem a seguir e em uma foto de 1929 do fotógrafo Walfredo Rodriguez (1894-1974) publicada no conhecido álbum *2 Séculos da Cidade: passeio retrospectivo* [1974], editado por seu filho José de Nazareth Rodriguez. Na legenda dessa foto de 1929, comentada por Mello (1990, p. 114), a autoria de ambos os elementos é creditada ao arquiteto-engenheiro Clodoaldo Gouveia (RODRIGUEZ, [1974]). Nas duas imagens que ora apresentamos, vemos ainda uma estrutura rústica vertical dentro do lago sugerindo se tratar de uma cascata ou elemento escultórico.

O projeto de ajardinamento da praça é atribuído ao arquiteto-engenheiro italiano Hermenegildo Di Lascio (HOLLANDA, 1917, p. 13), ao passo que, segundo Mello (1990, p.

97; 113-114; 2006, p. 45-46; 118), o coreto é de autoria do arquiteto-engenheiro italiano Paschoal Fiorillo e o lago com ponte de Clodoaldo Gouveia, todos comissionados de muitas obras arquitetônicas e urbanísticas na cidade de João Pessoa nas primeiras décadas do Novecentos.

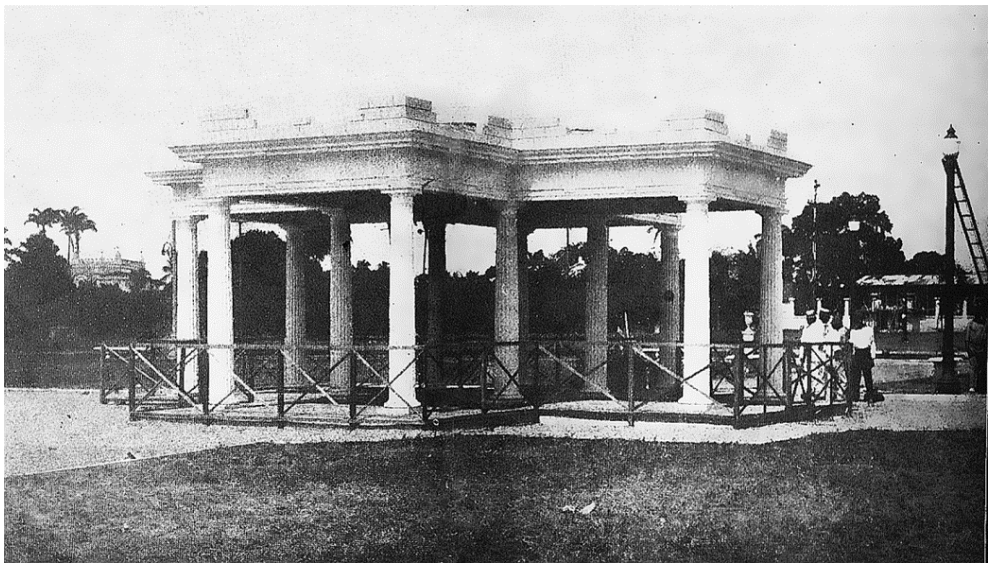


Praça Pedro Américo, João Pessoa, década de 1920, o lago em formato de mapa da Paraíba e a ponte em cimento armado, várias figueiras e, à esquerda, o prédio dos Correios e Telégrafos. Fonte: Acervo Humberto Nóbrega/NDA-UNIPÊ.

Praça Pedro Américo, João Pessoa, 1927, o lago em formato de mapa da Paraíba (sem água) e a ponte em cimento armado, duas figueiras e, à esquerda, uma palmeira-rabo-de-peixe. Ao fundo, o prédio dos Correios e Telégrafos. Fonte: Acervo Humberto Nóbrega/NDA-UNIPÊ.

Além dos lagos e pontes, no século XX, a tecnologia do cimento armado possibilitava a modelagem de estruturas paisagísticas imitando troncos e galhos de árvores, bancos reproduzindo as linhas e temáticas naturalísticas do *art nouveau* – ramos, flores e folhas, curvas e assimetrias, patas e cabeças de animais –, bem como construções de inspiração clássica, tais quais os templos e as pérgulas com suas colunas de capitéis dóricos, jônicos e coríntios.

Jardim da Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, Templo do Apolo. Fonte: Acervo FUNDAJ.



Parque do Derby (atual Praça do Derby), Recife, a pérgula "dórica" em cimento armado para plantas trepadeiras, próxima ao lago com a Ilha dos Amores. Fonte: *Revista de Pernambuco*, n. 4, 1924.

O Jardim da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, residência da Corte de Portugal e da Família Imperial, foi remodelado por Auguste F. M. Glaziou ao longo de vários anos, ao menos a partir da década de 1870, apesar das divergências que encontramos entre diferentes autores (TERRA, 2000, p. 74-75; HETZEL & NEGREIROS, 2011, p. 109).

Um dos lagos concebidos pelo paisagista foi dotado de uma pérgula com planta baixa em cruz de malta e coluna de capital dórico, complementando o cenário naturalístico, composto de ilhas, gruta com cascata, riachos, sinuosidades no traçado e ondulações topográficas. Todavia, tal pérgula, conhecida como *Templo do Apolo*, foi introduzida no início do século XX na ilha construída no trecho do lago ao Sul (HETZEL & NEGREIROS, 2011, p. 112). À semelhança desta estrutura, foi erguida uma pérgula no Parque do Derby, no Recife, sem coberta, justamente para a disposição de caibros de madeira e nestes, plantas trepadeiras, antes mencionada.

O *Templo do Cupido*, localizado na ilha do *Lago do Amor* (antiga Lagoa do Garrote), no Parque da Liberdade (1890), Fortaleza, e o templo da *Lagoa do Quiosque* (ou Lago do Quiosque) no Parque Municipal (1897) de Belo Horizonte pertencem a essa mesma tipologia de construções. Embora ambos os parques tenham se originado no final do Oitocentos, tais estruturas arquitetônicas foram edificadas no século XX e dispostas no centro de lagos.

Parque da Independência (antes Parque da Liberdade), Fortaleza, o lago com a ilha e o Templo do Cupido e a balaustrada ao fundo, ambos em cimento armado, várias palmeiras-sabal ladeando a lâmina d'água, à esquerda. Fonte: Acervo Nirez.

Os dois templetes podem ser descritos como uma pequena edificação em cimento armado, de planta circular, cúpula e colunas com capitel dórico, servindo de abrigo a uma escultura representativa da mitologia greco-romana. Guardam, portanto, as mesmas características construtivas e espaciais na composição dos parques. O entablamento do *Templo do Cupido*, em Fortaleza, é ornamentado com guirlandas e cabeças de animais moldados em alto relevo. Segundo as memórias do escritor e memorialista Otacílio de Azevedo sobre o Parque da Liberdade em 1913, expressas na crônica *A Lagoa do Garrote*, em *Fortaleza Descalça* (2012 [1980]):

> A **água** daquela **ilha** era **corrente** e vinha do Tauape, passando por uma porta d'água rumo ao Pajeú (...). O **logradouro** foi durante muito tempo chamado ***Parque da Liberdade***. Construíram depois, sobre a **pequena ilha**, o "**Templo do Amor**", onde se vê a **estátua** do **deus Cupido**, trazendo nos ombros a aljava de flechas (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 95-96; aspas e itálico do original, grifos nossos).

Este templo abrigava a escultura do deus romano do amor (Eros para os gregos), representado com arco e aljava de flechas para acertar os corações, de modo que a concepção romântica dos jardins desse período se expressava em seus elementos construídos e nos nomes inscritos na linguagem popular – *Ilha dos Amores,* encontrada no Recife, Belo Horizonte, Vitória e São Paulo, e o *Templo do Cupido* no Parque da Independência (antes da Liberdade). A concepção deste último remonta à reforma do parque em 1922, embora não tenha sido construído a tempo de sua inauguração, segundo matéria do jornal *O Nordeste* (5/9/1922, p. 1). Originalmente, a ilha onde foi erguido o templo não dispunha de ponte, logo, à época, acessível por meio de pequenos barcos (escaleres).

> A **praça** onde será construido o grande café, também se acha preparada, assim como as **balaustradas** que servem de **protecção** nos logares em que as avenidas bordejam o **lago**. (...) O **templo do Cupido**, em **estylo dorico**, será levantado na **ilha**, e a elle se terá accesso por meio de **escaleres** (O NORDESTE, 5/9/1922, p. 1; grifos nossos).

Em cimento armado criaram-se balaustradas tanto em praças para nivelar terrenos acidentados, quanto em parques para a contenção de lagos e proteção das pessoas, configurando, ao mesmo tempo, um parapeito onde era possível debruçar-se e apreciar a lâmina d'água. Lagos, ilhas, pontes, ruínas, templos e pérgulas tinham grande apelo visual e, a exemplo da vegetação, foram elementos notáveis na remodelação do espaço urbano das cidades brasileiras em vias de urbanização. A água estruturava refúgios acolhedores que estimulavam a contemplação e o relaxamento, animavam os passeios e serviam de moldura

para fotos em família, como ilustram as poses publicadas na *Revista da Cidade*, *Revista de Pernambuco*, *Almanach de Pernambuco* e *Era Nova*, além de imagens avulsas do Recife, Fortaleza e João Pessoa.

Parque da Independência (antes e atual Parque da Liberdade), Fortaleza, o lago com o Templo do Cupido e a balaustrada em primeiro plano, ambos em cimento armado. Fonte: Acervo Nirez.

Parque Municipal, Belo Horizonte, Lagoa do Quiosque com templo. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Os lagos eram um dos atrativos favoritos do Parque do Derby e praças Sérgio Loreto e Amorim, no Recife, e do Parque Arruda Câmara, em João Pessoa, na década de 1920. Quando navegáveis, eram o cenário dos românticos e animados passeios de barco, sendo exemplar o caso do Parque da Liberdade, em Fortaleza. Compunham cenários mais extensos e elaborados, associados a elementos construídos e vegetação, porém mais plácidos e silenciosos pela água em repouso, ao passo que as fontes expressavam sensações diferenciadas provocadas pela água em movimento ou iluminada.

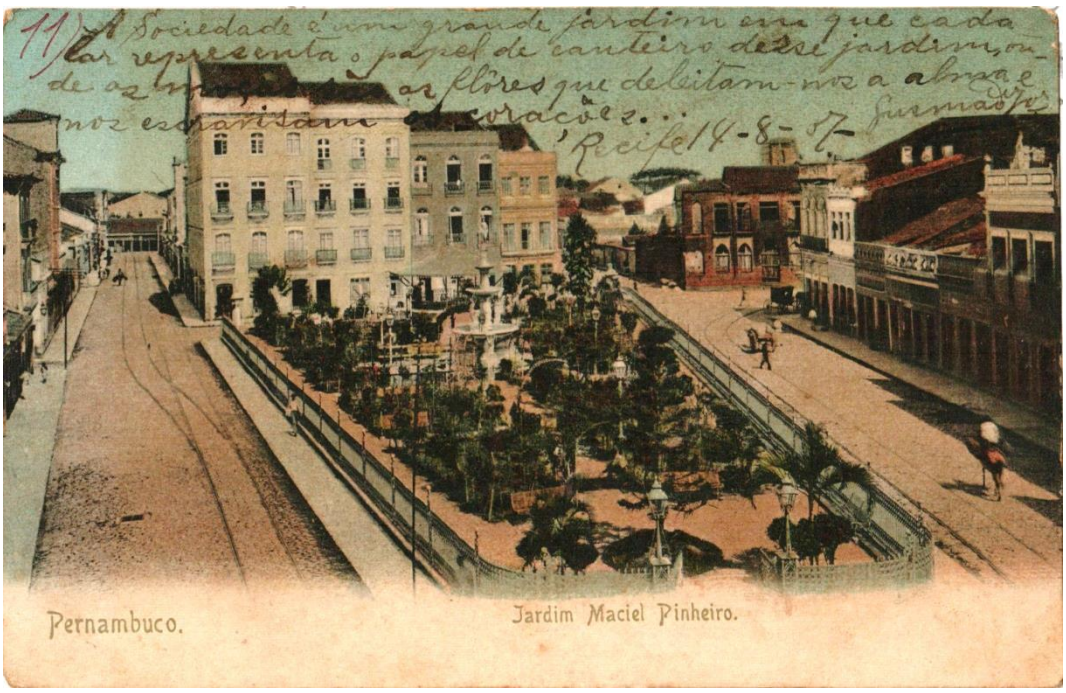
As primeiras fontes que localizamos em logradouros públicos posteriormente ajardinados eram chafarizes para abastecimento d'água, via de regra importados da Europa. Em 1846, foi implantado na Praça da Boa Vista, no Recife, um chafariz adquirido em Gênova, operado pela Companhia do Beberibe (SILVA, 2010, p. 64). Entretanto, "em razão de suas modestas proporções", foi trasladado para o Passeio Público (ou Cais do Colégio), "erguendo-se em seu lugar uma fonte-chafariz em pedra de autoria do mestre André Wilmer" (SILVA, 2010, p. 64). Nas palavras de Pereira da Costa:

> O **chafariz** da **praça da Bôa Vista**, lê-se no relatorio da Companhia de 22 de dezembro de **1847**, é talvez pela sua **elegancia** e moderna construcção, um dos melhores monumentos que neste genero temos no imperio. Nelle se acham algumas legendas que a administração mandou inscrever: indicam ellas um signal de respeito, um voto de amor, e a historia abreviada do encanamento: assim pois, lê-se em letras douradas: **Chafariz imperial**, entre a primeira e a segunda **bacia**, Á prosperidade do paiz pela Companhia do Beberibe (PEREIRA DA COSTA in REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO, HISTORICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO, 1920, p. 18-19; grifos nossos).

Após o assentamento da pedra fundamental (REVISTA ARQUIVOS, n. 2, 1942, p. 111-113) e do gradil (ARRAIS, 2004, p. 232-233), ambos em 1872, do futuro jardim construído na Praça da Boa Vista (então Praça do Conde d'EU), procedeu-se à demolição do chafariz da Companhia do Beberibe, cujo embasamento serviu, segundo Pereira da Costa, para a construção do coreto, visto adiante.

> Esse **bellisimo chafariz** foi demolido quando se procedeu ao **ajardinamento** da **praça**, aproveitando-se com tudo (*sic*) a sua base circular para a construcção de um **elegante pavilhão para musica** (...). Resolvendo os moradores do bairro fazer alguma cousa que perpetuasse a victoria do Brasil na campanha do Paraguay, foi assentado o **ajardinamento** da **praça**, levantando-se no centro uma **fonte monumental**, de **marmore**, coroando-a um emblema allegorico da nossa nacionalidade (PEREIRA DA COSTA in REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO, HISTORICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO, 1920, p. 19-20; grifos nossos).

Jardim da Praça do Conde d'EU (atual Praça Maciel Pinheiro), 1875, Recife, a fonte em mármore importada de Portugal. Foto de Marc Ferrez. Fonte: *Album Velhas Fotografias Pernambucanas: 1851-1890* (FERREZ, 1988).



Praça Maciel Pinheiro (antes Jardim da Praça do Conde d'EU), Recife, o gradil em ferro, a fonte em mármore importada de Portugal e o coreto em ferro. Após o portão e ladeando as luminárias, arecas e um pinheiro entre ambas e, ao fundo do lado esquerdo, uma ravenala. Vista tomada a partir da Igreja Matriz da Boa Vista. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Ainda segundo o memorialista e com base em uma foto de Marc Ferrez publicada em *Velhas fotografias pernambucanas: 1851-1890*, no lugar do chafariz do mestre André Wilmer foi instalada, em março de 1875, uma fonte em mármore esculpida em Lisboa pelo artista lusitano Antônio Moreira Rato (PEREIRA DA COSTA in REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO, HISTORICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO, 1920, p. 20; FERREZ, 1988, p. 58).

Em outra foto de 1875 de Ferrez, constante no mesmo álbum e apresentada no Capítulo 1, temos uma vista ampla do jardim, com plantas, canteiros, gradil, bancos e a fonte, excetuando-se o coreto, que, por sua vez, aparece com frequência em fotografias e cartões postais do início do século XX. Acreditamos, portanto, que esse foi mais um jardim inaugurado ainda com obras inconclusas, como não era raro.

> A **fonte** mede da base, disposta em forma de cruz latina, e de **granito**, até ao cimo de uma estatua allegorica do Brasil – uma india, de vulto natural, e com seus adornos festivos – quase oito metros. Sobre cada uma das extremidades da cruz basica vê-se um leão curvado sobre as patas, e sustentando a **primeira bacia** da **fonte** com um diametro de mais de tres metros, e na qual figuram quatro nymphas, de pé, com mais de metro e meio de altura, equidistantemente dispostas, e em attitude de se banharem recebendo as **águas** que transbordam da **segunda bacia** e jorram das **fontes** que ficam sobre a **terceira**. Essas **bacias** vão gradualmente diminuindo de circunferencia. Estão **artistica** e convenientemente dispostas. A **fonte**, que avança muito á primitiva, cuja base ainda se vê, servindo á do **pavilhão da musica**, é de **marmore** de **Lisboa**, de **primoroso trabalho artistico** (PEREIRA DA COSTA in REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO, HISTORICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO, 1920, p. 20; grifos nossos).

Após extensa confrontação entre a documentação referente às praças da Boa Vista (hoje Praça Maciel Pinheiro) e D. Pedro II (hoje Praça Dezessete), acreditamos que o chafariz da Companhia do Beberibe existente na primeira foi transferido ao Passeio Público (ou Cais do Colégio), localizado junto à segunda, bem como reaproveitado no seu ajardinamento após perder seu valor utilitário para a provisão d'água (SILVA, 2010, p. 71-72).

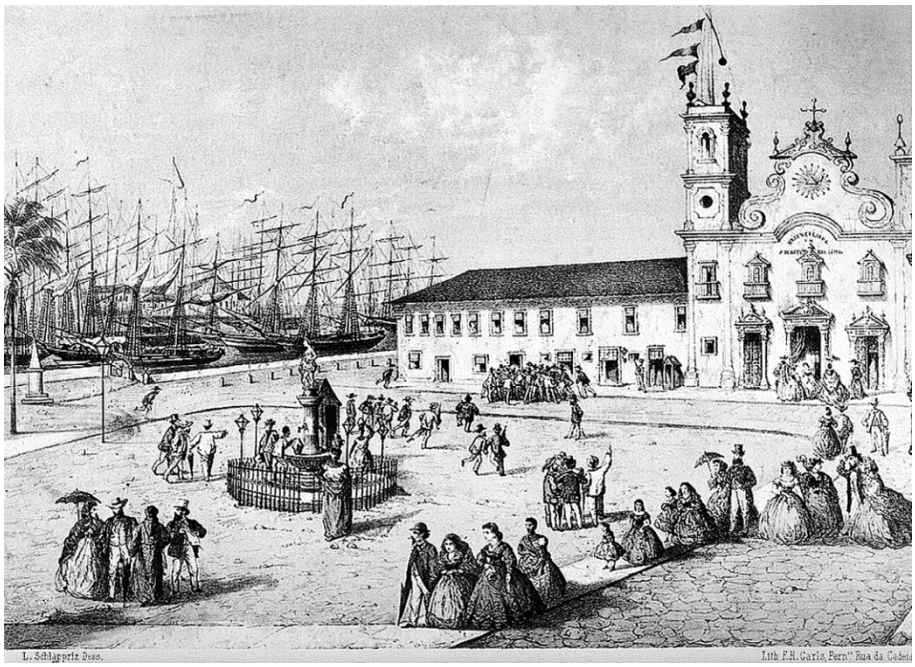
Este chafariz foi separado em duas partes pelo arquiteto-engenheiro Herculano Ramos[11] e no fuste da sua coluna foram fixadas datas de eventos da história de Pernambuco

[11] Herculano Ramos (1856-1928) é apontado como o autor do projeto da Estação Ferroviária Central do Recife, iniciada em 1885 e inaugurada em 2/12/1888, e, possivelmente, do jardim fronteiro, a Praça Visconde Mauá ou Jardim Sete de Setembro (SILVA, 2010, p. 79). Entre 1904 e 1905, foi responsável pelo ajardinamento da Praça Augusto Severo (MELO & SILVA FILHO, 2007, p. 59; NOBRE et alii, 2009, p. 60; JORGE, 2011, p. 169-170; NOBRE, 2012, p. 12) e, em 1907, da Praça André de Albuquerque (MELO & SILVA FILHO, 2007, p. 59; JORGE, 2011; NOBRE & SOUSA, 2013), ambas em Natal. Durante o tempo em que permaneceu radicado na capital potiguar (1904-1914), foi a Fortaleza e trabalhou na cenografia e na estrutura do palco do Teatro José de Alencar, inaugurado em 1910 (CASTRO, 1987, p. 228; AZEVEDO, 2012 [1980], p. 82). De volta a Natal, foi comissionado da total remodelação do Teatro Carlos Gomes (CASTRO, 1987, p. 228). Segundo crônica de

e do Brasil – 1654 (Restauração Pernambucana), 1817 (Revolução Pernambucana), 1824 (Confederação do Equador) e 1889 (Proclamação da República).

> Em julho de **1846** erigiu a extincta *Companhia do Beberibe*, de **abastecimento d'agua** á **cidade** do Recife, uma **fonte** monumental no centro do **Pateo do Collegio**, em frente á rua do mesmo nome, depois do *Imperador*, mudado para *15 de Novembro*, e ora novamente *Imperador Pedro II*. Essa **fonte** é um **bello trabalho artistico de fino marmore branco**, feita em **Genova** (...). Assim permaneceu o monumento por meio seculo, até que, com o **ajardinamento** da ***Praça*** resolvido pela nossa edilidade, foi apeado do local em que estava erguido para dar espaço á construcção de um ***pavilhão para musica***! Desmontado o monumento, foi dividido em duas partes: uma, a inferior, constante da **base**, com a sua competente **bacia**, de um diametro superior foi assentada no extremo leste do **jardim**; e a outra, uma **columna**, em cujo capitel se vê a figura de uma **india**, de dimensões naturaes, symbolizando o Brasil, ficou no extremo opposto, de oeste, assentada sobre um ***pedestal de alvenaria***, uma especie assim da estatua de Nabucodonosor: de ouro com os *pés de barro*! Fez-se assim, de um modesto, mas bonito monumento, de marmore finissimo, dois, distinctamente dispostos, mas sem esthetica e expressão alguma, e até com os emplastos de umas inscripções anachronicas, porquanto no fuste da columna de marmore de um **monumento de 1846** collocaram quatro placas em que se inscrevem as datas de 1654, 1817, 1824 e 1889; e no pedestal de alvenaria moderno, em que assenta, estas inscripções em cada uma das suas faces: *Ao Povo o Municipio – Ordem e Progresso – 13 de Maio de 1888 – Trabalho e Liberdade*. Na base da outra secção da **fonte** inscreveu-se então: *Offerta da Companhia do Beberibe*, resultando dahi que das duas referidas partes do monumento, deslocadas do seu todo, uma é consagrada ao *Povo* pelo *Municipio*, e a outra, *offerta* daquella Companhia! Todos os referidos trabalhos ocorreram por conta e risco do Sr. **Herculano Ramos**, então **engenheiro** do municipio (PEREIRA DA COSTA in ALMANACH DE PERNAMBUCO PARA O ANNO DE 1928, p. 281-282; itálicos do original, grifos nossos).

Câmara Cascudo, publicada em *A República*, de 2/7/1944 (in JORGE, 2011, p. 169-170), Herculano Ramos cursou a Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro, entre 1869 e 1875, e diplomou-se em arquitetura; estudou engenharia na Europa; ocupou o cargo de diretor de Obras Municipais do Recife durante seis anos. O memorialista pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923), em artigo constante no *Almanach de Pernambuco para o anno de 1928* (publicado em 1927, p. 281-282) também informou que Ramos era engenheiro do município na época em que fez alterações no Jardim da Praça Dezessete, antigo Pátio do Colégio, sem revelar o ano de tal intervenção. Como se tratava da reprodução póstuma de um artigo de Pereira da Costa de data desconhecida, não sabemos o ano da reforma desse jardim, nem o período exato em que Herculano Ramos trabalhou no Recife.



Praça D. Pedro II (atual Praça Dezessete), Recife, no dia em que aportou o vapor trazendo o Imperador. Ao fundo, a Igreja e Colégio dos Jesuítas e, ao centro, chafariz para abastecimento d'água operado pela Companhia do Beberibe. À esquerda, o Cais do Colégio (Passeio Público). Gravura de Schlappriz, litografia de F. H. Carls. Fonte: *O Album de Luís Schlappriz – Memoria de Pernambuco: Álbum para os amigos das artes, 1863* (FERREZ, 1981).

Jardim da Praça D. Pedro II (atual Praça Dezessete), c. 1880, Recife, o gradil em ferro, um flamboyant à direita, o chafariz da Companhia do Beberibe com a bacia, coluna e escultura da índia antes da separação em duas partes e grade de proteção. Vista oposta à anterior, tomada a partir da Igreja do Espírito Santo (antiga Igreja e Colégio dos Jesuítas). Foto de Maurício Lamberg. Fonte: *Album Velhas Fotografias Pernambucanas: 1851-1890* (FERREZ, 1988).

Praça Dezessete (antes Jardim da Praça D. Pedro II), Recife. Na primeira imagem: ao centro, a bacia do chafariz e, à direita, um pinheiro. Ao fundo, o antigo Colégio dos Jesuítas, onde funcionou a Faculdade de Direito do Recife. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva, imagem publicada no *Almanach de Pernambuco para o anno de 1906*. Na segunda imagem: a escultura da índia e coluna do chafariz assentados em nova base de alvenaria. Na coluna, as placas com as datas de 1654, 1817, 1824 e 1889, usadas para vedar as torneiras do antigo chafariz, e, ao fundo, figueiras. Fonte: *Almanach de Pernambuco para o anno de 1928* (1927).

A peça permaneceu dividida, ao menos até 1930-1933, quando o logradouro foi reformado na gestão do interventor federal em Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1935). Nessa ocasião, a praça foi modificada pelo novo traçado viário (com o prolongamento da Rua Imperador Pedro II, popular Rua do Imperador) e seccionada em duas partes, sendo que em uma delas permaneceu a escultura da índia sobre a coluna do antigo chafariz e, na outra, a sua bacia. Contudo, foi remontada e recuperou seu caráter de fonte, até hoje preservado. Desconhecemos a data de tal reversão, mas o antigo chafariz encontra-se, atualmente, na face Oeste da Praça Dezessete em frente à Igreja do Espírito Santo, onde existiu o coreto, apresentado no próximo capítulo.

Também no Terreiro de Jesus, em Salvador, localizado defronte à Igreja e Colégio dos Jesuítas, um chafariz para o provimento d'água à população foi erguido pela Companhia do Queimado. Encomendado na França em 1853, chegou à cidade em 1857 e foi inaugurado em 1861 (SILVEIRA, 2009, p. 81). Embora desconheçamos a data do ajardinamento do Terreiro de Jesus, uma fotografia por volta de 1859 de autoria de Benjamin R. Mulock, publicada no álbum *Bahia: Velhas Fotografias, 1858/1900* (FERREZ, 1988, p. 47), o retrata configurado como uma praça sem tratamento paisagístico e o chafariz cercado por gradil de proteção com luminárias. Outra foto publicada nesse mesmo álbum, de 1862 e autoria de Camillo Vedani (FERREZ, 1988, p. 97), mostra o logradouro com arborização no perímetro externo, o chafariz ao centro e a grade de proteção com luminárias. Por fim, uma foto atribuída a Guilherme Gaensly ou Rodolfo Lindemann (FERREZ, 1988, p.

156), aproximadamente de 1890, registra o terreiro com as mesmas caraterísticas captadas por Vedani, porém estando as árvores crescidas, compatíveis com a diferença de quase trinta anos entre as duas imagens.

Dispomos de cartões postais posteriores a tais fotos que mostram o chafariz no logradouro após sua transformação em jardim público, também dotado de muro e gradil, um coreto sem teto, bancos e canteiros, porém destituído das árvores do contorno. Tal aspecto está sintetizado em um cartão postal apresentado no capítulo seguinte.

Tais chafarizes são, portanto, anteriores à concepção dos jardins públicos, posto que remanescentes do sistema de abastecimento d'água operado por empresas concessionárias. Por vezes preservados em razão dos seus efeitos artísticos e escultóricos, por vezes trasladados para outros locais ou demolidos, sua função precípua original era, invariavelmente, utilitária.

Diferente é o caso das fontes luminosas, concebidas como elementos de composição paisagística e instaladas muitas décadas depois dos chafarizes erguidos pelas empresas que operavam o serviço de abastecimento d'água. As fontes luminosas dependiam, precisamente, para seu funcionamento, da infraestrutura urbana de água e energia elétrica, logo mais tardias no conjunto dos jardins estudados. Documentamos sua implantação no século XX, quando tais serviços já estavam estabelecidos nas cidades do Recife e Fortaleza.

As fontes luminosas provocam diferentes estímulos visuais, sonoros e cinestésicos em seus observadores. Peças de grande efeito pelos reflexos entre luzes, água, vegetação e ornamentos ou pelos sons da água em movimento, compunham cenários propícios ao relaxamento e à reflexão. Mas também configuravam recantos aprazíveis e refrescantes, apropriados às regiões de clima quente. Muitas dessas propriedades já eram destacadas à época em que foram implantadas a partir dos anos 1920.

São exemplos a fonte da Praça do Entroncamento (1925), adquirida à Companhia Federal de Fundição, no Rio de Janeiro, a do Parque Amorim (1924-1925), ambos no Recife, e, mais tardiamente, a do Jardim Tomás Pompeu da Praça Comendador Teodorico ou Praça da Lagoinha (1930), em Fortaleza, importada da Alemanha.

Descrições minuciosas sobre o projeto da Praça do Entroncamento foram publicadas na *Revista de Pernambuco*, veículo de propaganda criado pelo governo do estado para promoção de sua gestão, com amplo destaque às ações de cunho urbanístico. Na falta de referências bibliográficas, as descrições que ora transcrevemos correspondem, de fato, às inscrições e detalhes construtivos e decorativos observados na peça *in loco*, pois a fonte ainda se encontra no espaço onde foi instalada décadas atrás.

Entre as grandes obras de **embellezamento** que a Prefeitura está realizando actualmente, conta-se o **Parque do Entroncamento**, o grande **largo** triangular, que serve de ponto de partida ás avenidas Rui Barbosa e Rosa e Silva. As obras, que se acham bastante adiantadas mostram desde já a **belleza** de que ficará revestido o **parque**, logo que termine a sua construcção. O **parque do Entroncamento** ficará formado por um unico refugio de forma triangular cercado por faixas de rolamento, calçadas a asphalto, por onde circulam os bondes que servem aquella zona. (...) O interior do refugio é dividido em **varios canteiros**, por entre os quaes serpenteiam bem dirigidos arruamentos. Os arruamentos, que estão delimitados, partirão da parte externa em direcção ao centro onde se encontrarão em uma area circular. Todos elles serão cobertos de pedrinhas, como tambem a area central; a largura dos arruados variará de pouco mais de um metro até o maximo de dois metros e meio. O **parque** terá ainda **dois ornamentos** que lhe darão **grande realce**. Em primeiro logar, a **fonte luminosa de ferro fundido**, que ocupará o centro de um **bello lago** que foi aberto num dos angulos e cuja construcção já se acha quasi terminada. A **fonte luminosa** ainda não foi collocada no logar competente, o que será feito muito em breve (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 13, julho de 1925; grifos nossos).

Está certamente fadado a deixar a mais agradavel impressão o **bello Parque do Entroncamento**, cujos trabalhos de construcção e **embellezamento** apresentam já de agora um avançamento bastante apreciavel. Perdura ainda, com toda nitidez, na memoria da maioria dos habitantes deste municipio, a lembrança do estado em que jazia a **antiga praça do Entroncamento**, após haver a extinta companhia ferro-viaria "Brazilian Street", levantando os trilhos da via-ferrea que demandava os pittorescos e populosos arrabaldes de Caxangá, Dois Irmãos e Casa Amarella, bem como demolido o antigo edificio que servia de séde á antiga e tradicional estação do Entroncamento. (...) Preliminarmente foram alli atacados com todo o rigor os serviços de limpeza geral e seu aterro, – medida que já foi julgada indispensavel. (...) Em seguida, foi iniciada a construção de **artisticas e graciosas alamedas** que convergem para um nucleo central, em forma de circulo, onde se ergue na **elegancia** de suas linhas e do seu conjuncto, a **monumental fonte luminosa** adquirida pela Prefeitura na **Capital da Republica** e que se caracterisa pelo seu **perfeito acabamento artistico** e pelo **deslumbrante effeito** de seu **alto poder illuminativo**. Mede a **fonte** em apreço da sua base á **lâmmpada** que é sustentada por uma **estatua em bronze**, 13 metros de elevação. São também de **bronze** os **lindos florões** que sobem helicoidalmente pela frente da **columna**. Ha ainda outros **attraentes motivos ornamentaes**, de **grande effeito decorativo**, pela sua originalidade (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 14, agosto de 1925; aspas do original, grifos nossos).

Foram hontem inaugurados pelo sr. prefeito, sem solennidade, alguns melhoramentos ultimamente emprehendidos pela Municipalidade. (...) Merece tambem menção especial a **praça Corrêa de Araujo**. O **antigo largo do Entrocamento** apresenta agora um **bello aspecto**, sobretudo **á noite** com a sua **fonte luminosa**, de **surprehendente effeito** (DIARIO DE PERNAMBUCO, 20/10/1925, p. 1; grifos nossos).

Parque do Entroncamento, Recife, detalhe da fonte luminosa adquirida no Rio de Janeiro e, ao fundo, uma mangueira. Foto de Alexandre Berzin. Fonte: Acervo FUNDAJ.

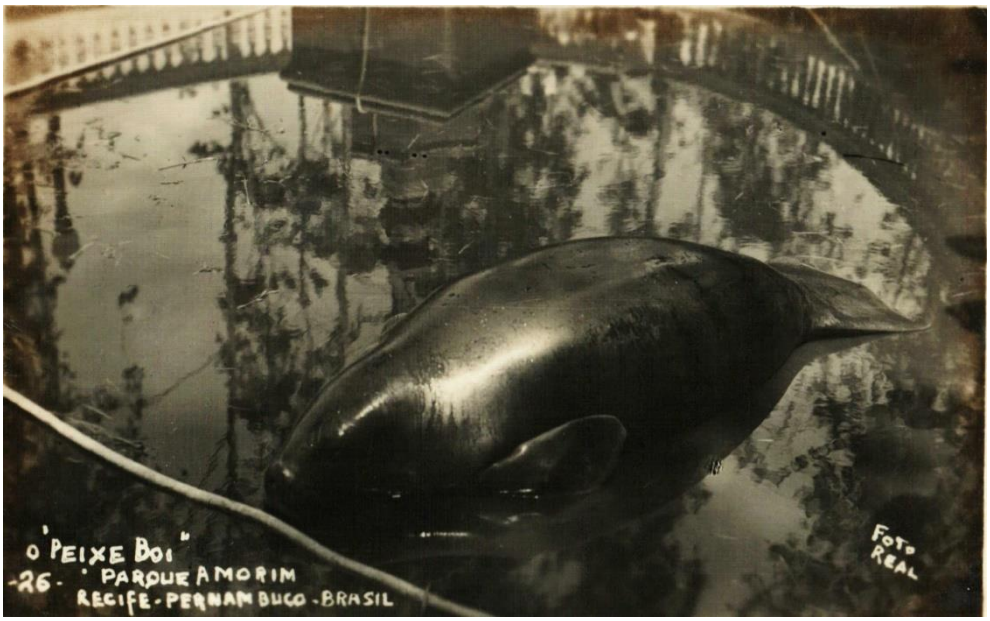
As fontes do Parque Amorim eram, na verdade, esculturas com lâmpadas articuladas a um tanque famoso pela existência de um peixe-boi, funcionando como um aquário, verdadeira atração para frequentadores locais e visitantes. Conforme Sylvia Couceiro:

> Os **passeios** na **Praça** do **Parque Amorim** eram um dos preferidos das **famílias e casais de namorados**, que se dirigiam aos **jardins** para apreciar as manobras aquáticas de um **peixe-boi** colocado em um **tanque** no centro da **praça** (COUCEIRO, 2012, p. 89; grifos nossos).

A autora transcreve um registro de 1926 de um jornalista em passagem pelo Recife, publicado na revista *A Pilheria*, provavelmente sob o pseudônimo Principe de Galles, conforme recuperamos do original:

> Tenho passeado: em arrabaldes, pelas ruas, pelos **jardins**; vi uma **fonte luminosa** um **peixe-boi** que é, para os pernambucanos o mesmo que o boi Apis, em outras epocas, foi para os egypcios (PRINCIPE DE GALLES in A PILHERIA, n. 233, março de 1926; grifos nossos).

Parque Amorim (atual Praça Parque Amorim), Recife, aquário com as fontes luminosas. Fonte: *Album Artistico, Commercial e Industrial do Estado de Pernambuco* (1925).



Parque Amorim (atual Praça Parque Amorim), Recife, aquário com o peixe-boi, reflexos da vegetação e de uma das esculturas na água. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

De acordo com o professor Gilberto Osório de Andrade, no texto *Pequena História da Praça da República* (1978), o peixe-boi do Parque Amorim foi remanejado da Praça da República.

> Já se chamava assim quando a frequentei – **Praça da República** (...). Interessava-me ali o **velho Chico**. Porque havia um **tanque** no meio da **praça** – não o atual, com seu **repuxo luminoso**, mas uma pequena **piscina dágua** (*sic*) escura, propositadamente atulhada de **aguapés flutuantes** debaixo dos quais se escondia timidamente um **peixe-boi**, motivo de curiosidade e até de pasmo para a **meninada** (...). Meu pai, alto funcionário do Tesouro Estadual,

> levava-me às vezes da Rua Gervásio Pires, onde morávamos e onde eu tinha nascido a visitar o **Chico**. Acreditava-se que à custa de repetir-lhe o nome conseguia-se convencê-lo a mostrar de relance o negro focinho bovino com inusitados opérculos que lhe abriam e fechavam depressa as bufantes narinas. Na verdade, a não ser para respirar assim ruidosamente a largos espaços impacientemente dos que queriam vê-lo, só vinha à tona quando estava com fome, para abocanhar esquivamente um ou outro pedaço de pão já desmanchado **nágua** (*sic*). De minha parte cansei-me de chamar **Chico**, **Chico**, sem que ele aparecesse. (...) um dia soube que o **tanque** fora desmanchado e que se levara o **velho Chico** para o **Parque Amorim**. Mas o tratamento que já então lhe davam ali era dos mais hostis: o **parque** não era protegido contra o **molecório das ruas** e em vez de lhe atirarem pedaços de pão tocaiavam-lhe o focinho para alvejá-lo com tiros de bodoque (ANDRADE, 1978, p. 181-182; grifos nossos).

As peças instaladas nas praças do Entroncamento e Amorim antecederam, portanto, a fonte luminosa introduzida por Burle Marx na reforma que realizou na Praça da República em 1937, embora ambas sejam muito diferentes em relação a suas temáticas decorativas, comparativamente àquela idealizada pelo paisagista.

Documentamos a ideia de construção de um aquário nos jardins do Recife anterior ao tanque do Parque Amorim, em 1875 e, posteriormente, em 1937. A primeira corresponde a uma planta intitulada *Aquarium*, de 1/6/1875, que compõe o projeto de um passeio público de autoria do engenheiro da Repartição das Obras Públicas da província de Pernambuco Émile Béringer, porém não executado. Neste caso, o aquário consistia em uma edificação propriamente dita, aos moldes de um viveiro, mais comumente encontrada em espaços de grande dimensão, como jardins zoológicos ou o pretendido passeio público.

Projecto de Passeio Publico: Aquarium, 1/6/1875, Recife, assinado pelo engenheiro Émile Béringer.
Fonte: Acervo APEJE.

Por sua vez, entre os projetos elaborados por Burle Marx no Recife entre 1935 e 1937, incluía-se a reforma da Praça da República, parcialmente realizada de acordo com as ideias do paisagista. Entretanto, conforme divulgado na imprensa local, a tentativa de criação

de um aquário em um dos trechos da praça, onde à época existia o edifício do Tesouro Estadual, não foi concretizada.

> Continuando, o sr. Burle Marx disse que o projeto de **reforma** da **praça da Republica** exige a demolição do edificio do Velho Tesouro, hoje servindo de Obras Publicas. Nesse local deverá ser construido um **aquario**, que manterá peixes de 20 especies (dagua salgada e doce), um **dancing publico** e um **restaurant**. (...) No centro da **Praça** haverá uma **fonte luminosa** (DIARIO DE PERNAMBUCO, 20/5/1937; grifos nossos).

Neste sentido, tanto o aquário (não implantado) quanto a fonte luminosa (instalada por volta de 1937) e os lagos como meios de cultura botânica (construídos na Praça de Casa Forte em 1935) concebidos por Bule Marx encontram antecedentes nos jardins públicos do Recife dos anos 1920, apesar de suas diferenças construtivas e conceituais e dos logradouros para os quais foram propostos.

No lago construído na Praça Venâncio Neiva, em João Pessoa, em 1917, colocou-se uma fonte em mármore italiano esculpida pelo escultor francês Sesi sob encomenda do governador da Paraíba (RODRIGUEZ, 1994 [1962], p. 43). Os efeitos sensoriais da fonte são assim recordados pelo fotógrafo e cronista Walfredo Rodriguez, em *Roteiro Sentimental de uma Cidade* (1994 [1962]):

> Uma época em que tôda a **cidade**, em **tardes domingueiras**, e **noites** outras passeava em volta daquela **fonte** ouvindo o **deslizar sonoro de suas águas** casado ao som das valsas executadas pela **banda de música** do batalhão de polícia (RODRIGUEZ, 1994 [1962], p. 43; grifos nossos).

A fonte da Praça Comendador Teodorico (Praça da Lagoinha), em Fortaleza, foi importada de Hamburgo, na Alemanha, e inaugurada em 1930, quando a cidade já dispunha de redes de energia elétrica, coexistindo com o antigo sistema a gás, e de abastecimento d'água. Dados históricos sobre sua aquisição, montagem e funcionamento, bem como extensa análise iconográfica, constam na brochura *Do Passado ao Futuro*, publicada em 1984 pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Este trabalho descreve as atividades de restauração da fonte, então introduzida na Praça Murillo Borges, em frente à sede do banco, no centro de Fortaleza.

Denominada de *Fonte das Sereias* ou popularmente *Fonte dos Cavalos*, a peça foi encomendada via catálogo em 1929 pelo prefeito Álvaro Weyne à "firma de exportação alemã Herms. Stolz", da qual era representante (BANCO DO NORDESTE, 1984, p. 7; 15; 20). Segundo depoimento do filho do prefeito, Ednardo Weyne, ao desembarcar na cidade, a

fonte seguiu para a praça, onde "passou a funcionar com suas luzes coloridas", porém demandando instalação elétrica especial (BANCO DO NORDESTE, 1984, p. 15).

> Apesar de já existir **luz elétrica** em Fortaleza, a **iluminação pública** era a gás e, para fazer a **instalação elétrica** da **fonte** veio um engenheiro inglês (Mr. Brown). Foi puxado um fio subterrâneo até o **tanque**, sendo a distribuição elétrica toda interna. A **fonte** possuía canais de distribuição. As **sereias** eram **iluminadas** e as **pedras** que serviram como **base** vieram da **Praia de Mucuripe** (BANCO DO NORDESTE, 1984, p. 15; grifos nossos).

Praça Comendador Teodorico (ou Praça da Lagoinha), Fortaleza, fonte luminosa importada da Alemanha em 1930, várias figueiras ao longo do passeio externo (maiores) e rodeando a fonte (menores, recém-plantadas). Fonte: Acervo Nirez.

A citação anterior é um depoimento de Luiz Alencar Rangel, então "jardineiro da Prefeitura na gestão de Álvaro Weyne", conforme a monografia produzida pelo Banco do Nordeste (1984, p. 15). No entanto, nas edições do *Almanach Estatistico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará* de 1929 e 1930 (publicados em 1928 e 1930, respectivamente) consta que, no quadro técnico da prefeitura de Fortaleza, Luis Rangel de Alencar era auxiliar da "Secção de Arborização e Ajardinamento", a cargo do engenheiro agrônomo R. Renato de Almeida Braga.

Nessa época, a comunicação da cidade de Fortaleza com portos estrangeiros já havia se espraiado. Segundo Girão (1979 [1959], p. 104), "Liverpool fez-se o mais movimentado centro de trocas da praça de Fortaleza, que só mais tarde se foram estendendo a Hamburgo, ao Havre, a Nova York, Barcelona e Trieste".

BOOTH & CO.

AGENTES

BOOTH LINIE E COMPANHIAS HAMBURGUEZAS

(Hamburg Sudamerikanische—Dampfeshiffahrts Gesllsc haft e Hamburg Amerika Linie)

Serviço combinado de vapores entre a Europa e o Brasil

BASIL—Esperado de Natal no dia 6 do corrente seguirá para Liverpool em 7 deste, recebendo carga de exportação para o dito porto.

SIEGMUND—Esperado de Aracajú em 4 de março, seguirá para Hamburgo, via Lisboa, Leixões e Havre a 10. Recebe carga e passageiros para qualquer dos portos citados.

PARANAGUA'—Sahu de Hamburgo em 11 deste mez, sendo esperado aqui a 9 de março.

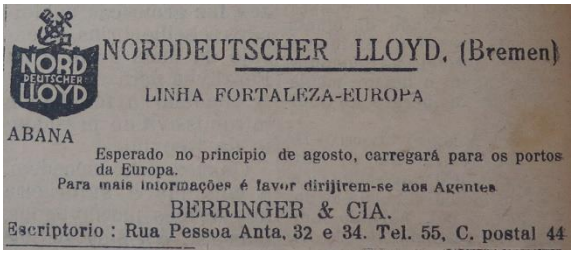
FRANCIS—Esperado de Buenos Aires a 12 de março, sairá no mesmo dia para New-York, via Pará e Manãos. Recebe carga para New-York e passageiros para qualquer um dos portos citados.

ASUNCION—Sairá de Hamburgo em 10 de março, sendo esperado aqui a 20 de abril.

BENEDICT—Sahiu do New-York a 27 defevereiro, sendo esperado aqui a 24 da março.
CRISPIN—Sahu de Lisboa,e m 20 de rfevereiro, para esse porto, via Pará chegará aqui a 20 do corrente

25—RUA DA PRAIA—25

Anúncios de empresas de navegação marítima, inclusive hamburguesas, ligando Fortaleza à Europa e Estados Unidos. Fonte: *Unitario*, 10/3/1914, p. 3.



NORD DEUTSCHER LLOYD

NORDDEUTSCHER LLOYD, (Bremen)

LINHA FORTALEZA-EUROPA

ABANA

Esperado no principio de agosto, carregará para os portos da Europa.

Para mais informações é favor dirijirem-se aos Agentes

BERRINGER & CIA.

Escriptorio : Rua Pessoa Anta, 32 e 34. Tel. 55, C. postal 44

Anúncio de empresa de navegação marítima ligando Fortaleza à Europa. Fonte: *Correio do Ceará*, 16/7/1930, p. 8.

THE BOOTH STEAMSHIP CO. LTD.

AGENCIA — RUA PESSOA ANTA, 25 TELEPHONE N. 17

ALBAN, esperado de New York no dia 14 de Maio, conduz para esta praça 3.600 caixas de kerozene e 5510 saccos de farinha de trigo.

PANCRAS, esperado de New York no dia 30 de Maio

HUBERT, esperado de Hamburgo no dia 2 de Junho

CUTHBERT, sahirá de New York no dia 7 de Junho

BASIL, sahirá de New York no dia 21 de Junho.

Para mais informações dirijam-se aos agentes:

Booth London & Co. Ltd.

Anúncio sobre o movimento do porto de Fortaleza e vapores em comunicação entre a cidade e Estados Unidos e Europa, inclusive Hamburgo. Fonte: O *Povo*, 12/5/1930, p. 6.

NAVEGAÇÃO

The Booth Steamship Company Ltd.

Linha regular de paquetes entre os portos da Europa e New-York para o norte do Brasil e vice-versa

Hubert—No porto, dercarregando. Recebe carga para os portos portuguezes, Havre e Liverpool.

Francis—Esperado neste porto a 20 de setembro, procedente da Europa. Recebe carga para Portugal, Hamburgo, Londres e Liverpool.

Denis—Esperado a 2 do corrente com carregamento para este porto; sahirá depois de indispensavel demora para o Rio de Janeiro e escala. Acceita passageiros de primeira classe para os quaes dispõe de optimas accommodações.

Dunstan—Esperado de New-York neste porto no dia 15 do corrente, para onde recebe carga.

Polycarp—Sahiu de New-York no dia 30 de agosto com carregamento para este porto, fazendo escalas pelo Pará.

Michael—Acha-se presentemente em New-York recebendo carga para este porto, de onde sahirá no dia 12 do corrente.

Benedict—Esperado aqui no dia 10 de outubro proximo, a fim de receber cargas para Portugal, Hamburgo e Londres.

Os bilhetes de passagens só serão fornecidos á vista do certificado de vaccina.

Para quaesquer outras informações pede-se o obsequio de se dirigir aos agentes.

Booth & C.º London Ltd.

RUA DA PRAIA N. 25

LAMPORT & HOLT, LTD.

Paquete BOSWELL

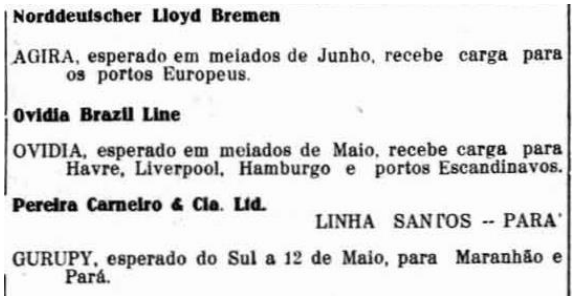
Chamamos a attenção dos srs. importadores que o paquete á margem se acha actualmente recebendo carga em New-York, devendo zarpar daquelle porto em fins deste mez directamente para o Ceará.

Para o mesmo acceitamos carga para o Rio da Prata.

Para mais informações com os Agentes

Leite Barbosa & Co.

Anúncios de empresas de navegação marítima, ligando Fortaleza à Europa e Estados Unidos. Fonte: *A Tribuna*, 3/9/1922, p. 3.



Norddeutscher Lloyd Bremen

AGIRA, esperado em meiados de Junho, recebe carga para os portos Europeus.

Ovidia Brazil Line

OVIDIA, esperado em meiados de Maio, recebe carga para Havre, Liverpool, Hamburgo e portos Escandinavos.

Pereira Carneiro & Cia. Ltd.

LINHA SANTOS -- PARA'

GURUPY, esperado do Sul a 12 de Maio, para Maranhão e Pará.

Anúncio sobre o movimento do porto de Fortaleza e vapores em comunicação entre a cidade e a Europa, inclusive Hamburgo. Fonte: O *Povo*, 12/5/1930, p. 6.

De fato, conforme anúncios de empresas de navegação marítima em jornais de 1913 a 1930 – *Unitario* (1913-1914), *A Tribuna* (1922), *O Nordeste* (1922), *Correio do Ceará* (1930), *O Povo* (1930) –, algumas citadas no álbum *Terra Cearense* (1925) e no *Album de Fortaleza* (1931), bem como notícias do movimento do porto de Fortaleza, no século XX, a cidade passou a ter contato direto com Hamburgo, Havre, Nova Iorque, Filadélfia e países escandinavos, além das antigas praças de Liverpool e Lisboa com as quais já comercializava.

À importação de equipamentos, somava-se a existência de recursos e materiais da região, artificiais e naturais, para a confecção de alguns dos elementos aquáticos *in loco*. Além do cimento armado para a modelagem de pérgulas, templos, pontes, bancos e balaustradas, e das manufaturas em mármore, granito, ferro e bronze, adquiridas em outras cidades ou países, documentamos ou ventilamos a utilização de pedras extraídas do meio natural local na construção dos jardins.

No Recife, destacamos as pedras extraídas dos arrecifes para os lagos do Jardim do Campo das Princesas (Praça da República) e, admitimos, por analogia, para os lagos do Jardim Público de João Pessoa, considerando as evidentes semelhanças no desenho de ambos. A mensagem do governo provincial de Pernambuco de 1872 relata o andamento das obras do jardim, assim como componentes e serviços arrematados e contratados, a exemplo dos quatro lagos – de fato, retratados em álbuns, fotografias e cartões postais – e suas cascatas – que julgamos nunca terem sido construídas dada a falta de registros documentais escritos e visuais.

> **Ajardinamento do Campo das Princesas**. (...) Com Antonio da Silva Prôa está contractada a administração e mão d'obra, na parte que lhe compete, de **quatro lagos com as suas respectivas cascatas**, obrigando-se elle a fornecer as **pedras carcomidas**, que forem necessarias para a obra, **extrahidas dos arrecifes**, bem como o chumbo preciso para o encanamento, tudo pela quantia de 1:480$000 rs (JUNQUEIRA, 1872, p. 45; grifos nossos).

Esta é uma explicação válida para o Jardim Público de João Pessoa, em frente ao Palácio do Governo, dada a sua semelhança com o congênere recifense e as características do litoral da região. O relatório do chefe provincial da Paraíba de 1881 (publicado em 1882) menciona a utilização de pedras no ajardinamento do Palácio, mas não fica claro se esta é uma referência ao jardim interno da edificação ou da então Praça Comendador Felizardo, iniciado em 1879.

> Obras publicas. (...) Ordenei mais que se abrisse concurrencia para a conclusão da obra de **ajardinamento** do Palacio d'esta Presidencia, e bem assim para o assentamento da respectiva cantaria. Todo esse serviço foi effectivamente contractado, atingindo a somma de 14:026$000 rs. (...) Em data de 14 do mesmo mez autorisei o Inspector d'aquella Repartição, conforme solicitou, á vender em hasta publica porção de **pedras em lasca**, avaliada em 50 tonelladas, existente no referido **ajardinamento** (CARNEIRO, 1882, p. 27-28; grifos nossos).

Jardim do Campo das Princesas (atual Praça da República), Recife, o gradil em ferro e mureta, palmeiras imperiais e um dos lagos. Ao fundo, a antiga Biblioteca Pública Provincial e o Quartel da Força Pública Estadual. Vista tomada a partir do Teatro de Santa Isabel. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Em Fortaleza, o lago artificial escavado no terceiro plano do Passeio Público e alimentado pelas águas do Riacho Pajeú tinha margens "revestidas com pedras vindas do Mucuripe" (CASTRO, 2009, p. 75), praia imortalizada na voz do cantor cearense Raimundo Fagner através da canção *Mucuripe* (BELCHIOR, Antônio Carlos & FAGNER, Raimundo in Pasquim, Philips, 1972; in Manera Frufru Manera, Polygram, 1973). Segundo João Nogueira, o mesmo Tito Rocha, negociante que explorava o passeio para a prática de patinação por volta de 1879, efetuou, entre outros, os seguintes melhoramentos:

> No **terceiro plano**, que foi **ajardinado**, construiu um **lago**, que era alimentado pelas **aguas** do **riacho *Pajehú***. As **margens** eram revestidas de **pedras vindas do Mucuripe**; e bem ao centro, sobre uma **columna destas pedras**, de tridente em punho uma estatua de Neptuno olhava e dominava o **oceano** (NOGUEIRA, 1954 [1933], p. 14; itálico do original, grifos nossos).

Pedras extraídas da Praia do Mucuripe foram utilizadas na construção do embasamento da fonte luminosa da Praça da Lagoinha, em 1930, conforme afirmação do jardineiro Luiz Alencar Rangel (ou Luis Rangel Alencar), publicada no trabalho *Do Passado ao Futuro* ao qual há pouco nos referimos (BANCO DO NORDESTE, 1984, p. 15). Esta informação foi reproduzida no texto *A fonte peregrina*, publicada no jornal *O Povo* (27/7/2013).

Segundo Raimundo Girão (1900-1988), a partir de 1857, iniciou-se o trabalho de pavimentação das vias da cidade, "a defender os pés dos fortalezenses da quentura das areias", mas utilizando pedras toscas e operários com baixa qualificação (1979 [1959], p. 104). No ano seguinte, contando com mão-de-obra açoriana, o calçamento passou a ser realizado com a pedra "grês ferruginosa, muito abundante no Mucuripe" (GIRÃO, 1979 [1959], p. 104).

Considerando as referências sobre o uso de pedras do Mucuripe na pavimentação da cidade, no embasamento da fonte da Praça da Lagoinha e do lago do terceiro plano do Passeio Público, supomos que o já mencionado castelete do Parque da Liberdade, edificado em 1890, também tenha sido construído com pedras extraídas na região, dada sua aparência porosa, semelhante a pedras retiradas do mar.

Vimos até aqui um conjunto de peças e estruturas aquáticas diversificadas em suas origens, materiais, formas, temáticas artísticas, atributos visuais e funcionais, porém cuja existência estava relacionada a fatores como importação, materiais construtivos e mão-de-obra locais e serviços de infraestrutura urbana, além das próprias condições do meio natural.

No Recife, onde o abastecimento d'água é menos crítico, havia quatro pequenos lagos irregulares no Jardim do Campo das Princesas (1872), uma fonte ornamental no Jardim da Praça do Conde d'EU (1875), importada de Portugal, e o antigo chafariz da Companhia do Beberibe (desativado, na verdade) no Jardim da Praça D. Pedro II (1877). Lagos maiores e mais elaborados existiram nas praças do Derby (1924), Sérgio Loreto (1924) e Oswaldo Cruz (1924-1925), invariavelmente articulados a pérgulas, pontes ou ilhas artificiais, e, por fim, as fontes luminosas das praças Amorim (1924-1925) e do Entroncamento (1925).

Em Fortaleza, o Passeio Público e o Parque da Liberdade (1890) dispunham de elementos aquáticos, este último com o aproveitamento natural da Lagoa do Garrote. O passeio possuía lagos nos três planos, sendo aquele localizado no terceiro plano, próximo ao mar, alimentado pelo Riacho Pajeú. Acreditamos que o Jardim 7 de Setembro criado na Praça do Ferreira em 1902 tivesse oito pequenos tanques, conforme sugerem quatro bacias

vistas em fotos da época (no capítulo seguinte), associadas à descrição de Mozart Soriano Aderaldo, quando o logradouro estava dotado de cacimba, cata-vento e reservatório d'água.

Segundo o autor, em 1902, "um catavento puxava água para um depósito que abastecia oito tanques destinados a manter viridentes os canteiros floridos" da praça (ADERALDO, 1989b, p. 63). Ou seja, tais receptáculos seriam alimentados pelo sistema cata-vento/reservatório para a irrigação do próprio jardim, nesse caso, prevalecendo seu caráter utilitário sobre a função ornamental. Finalmente, a Praça Visconde de Pelotas (1933) possuía um lago central, onde haviam sido instaladas duas grandes caixas d'água como parte do serviço regular de abastecimento, observadas adiante.

No seu estudo *Passeio Público: espaços, estatuária e lazer* (2009), o professor Liberal de Castro concita nossa interpretação quanto à relação entre os elementos dos jardins e as circunstâncias locais, neste caso, a disponibilidade natural de água e a infraestrutura implantada, importante para a própria rega das plantas e conservação dos espaços ajardinados. A dificuldade no abastecimento impulsionou a instalação de inúmeros cata-ventos em logradouros públicos e propriedades privadas como força motriz para o bombeamento de águas subterrâneas, examinados na última seção desta tese.

> A **organização espacial** do **Passeio Público** não denunciava influências de concepções eruditas. O **agenciamento** em **patamares** procedia do **aproveitamento da disposição rampada do terreno**, sem quaisquer vínculos com os **jardins à italiana**, estes animados pela **fartura hídrica**, em **canais**, **lagos**, **fontes e cascatas**. Na verdade, **minguava a água na Cidade**, obtida de **cacimbas**, com **dificuldades**, e elevada às caixas de distribuição por meio de bombas movidas a braço ou por **cataventos** (CASTRO, 2009, p. 94, grifos nossos).

Em João Pessoa, os elementos aquáticos incluíam pequenos lagos no Jardim Público (provavelmente quatro nos moldes do Jardim do Campo das Princesas, no Recife), o lago em formato de mapa da Paraíba na Praça Pedro Américo e o lago com fonte (1917) substituído pelo *Pavilhão do Chá* (1931) na Praça Venâncio Neiva, além do lago do Parque Arruda Câmara (1922), criado a partir do aproveitamento da Fonte ou Bica do Tambiá.

Todavia, a escassez de água no Sertão nordestino associa-se, de outro modo, ao próprio aparecimento dos jardins. As secas que historicamente afetam o interior do Nordeste acarretaram, no século XIX, entre outras consequências, a criação de frentes de trabalho em capitais como Fortaleza, João Pessoa e Natal para acudir os retirantes sertanejos por meio da execução de obras públicas. A grande estiagem de 1877-1879, por exemplo, estimulou obras provinciais de combate à seca em João Pessoa, a exemplo do Jardim Público e da arborização de campos e praças da cidade.

Em Fortaleza, esta mesma seca impôs muitas dificuldades à operação da *Ceará Water Work Company Limited*, que já se encontrava em crise (GIRÃO, 1983, p. 29; PONTE, 1999, p. 81-82), bem como esteve diretamente ligada às obras de construção da Igreja do Sagrado Coração de Jesus em 1878 (BARROSO, 1962, p. 370), entre outras. A Igreja localizava-se em frente ao Parque da Liberdade e no centro da Praça do Coração de Jesus.

Por volta de 1879, o local onde foi construído o Passeio Público já era usufruído para a prática de patinação e de retretas, mas também recebera melhoramentos ao menos desde a década de 1860. Segundo Liberal de Castro:

> Na Capital, durante a **grande seca**, a se julgar pelos registros do cotidiano, as práticas sociais de certas camadas da população não se alteraram. (...) **Urbanizado e embelezado com jardins**, **espelhos d'água**, **repuxos** e estátuas mitológicas, cópias do acervo de museus europeus, o **Passeio Público** reproduzia padrões materiais e práticas sociais de ambientes "civilizados". Entretanto, ressalta-se mais uma vez, naquele ano de **1879**, quando se iniciou a ação pessoal de Tito Rocha, ainda prosseguia a tragédia da **grande seca**. Exatamente naquela ocasião, os trabalhos do **Passeio** foram retomados com intensidade, ou porque a rotina da vida dos fortalezenses não se alterara com a calamidade, ou porque a busca de prazeres procurava compensar, com alegria, convívio amável e música, o drama que cercava os habitantes da Cidade (CASTRO, 2009, p. 70; 81; aspas do original, grifos nossos).

Considerando o quadro de mudanças físicas e sociais provocado nas capitais pelas estiagens e migração das populações atingidas no interior, acreditamos que, com mais razão, as obras do Passeio Público pudessem ter relação com a seca de 1877-1879, a exemplo de muitas outras que ocorreram na própria cidade de Fortaleza. Nessa conjuntura, afirma o escritor e memorialista Gustavo Barroso (1888-1959) sobre a Praça do Ferreira, em *À margem da história do Ceará* (1962):

> Na terrível **sêca de 1877 a 1879**, abriram no centro daquela quadra um **cacimbão** com aduelas de pedra lioz, que vinha de Lisboa como lastro dos veleiros e não custava caro. Ao lado, posteriormente, puseram um **chafariz** do sistema que os franceses denominavam *fontaine Wallace*: pedestal cilíndrico bojudo com quatro cariátides sustentando pequena cúpula protetora das **bicas**; tudo de **ferro fundido**. Criação do escultor francês Charles Le Bourg. Peça hoje digna de um museu. Vinha-lhe o nome do modêlo adotado pelo grande filantrôpo inglês Sir Ricardo Wallace, que doara cem dessas fontes à cidade de Paris em **1872** (BARROSO, 1962, p. 283; itálico do original, grifos nossos).

Ao que parece, este chafariz era provisório, não tendo sido incorporado ao ajardinamento do logradouro em 1902, mais de duas décadas depois de sua instalação, diferentemente do que ocorreu no Recife, com o da Companhia do Beberibe, e em

Salvador, com o da Companhia do Queimado, respectivamente na Praça D. Pedro II e Terreiro de Jesus, em frente às igrejas e colégios dos Jesuítas.

Por sua vez, a Praça da Lagoinha também teve uma cacimba escavada na estiagem de 1877-1879 como medida de socorro público, depois de outra ali construída em 1859, segundo o histórico da praça publicado no *Correio do Ceará* e reproduzido em partes por Noélia Cunha (1990, p. 97-98), embora a autora infelizmente não cite as fontes que compilou em *Praças de Fortaleza*. A praça, aliás, fora demarcada em uma área de lagoa, que lhe valeu o topônimo, aterrada em 1884 por constituir ameaça à saúde pública e definitivamente desaparecida com seu ajardinamento em 1930.

> A **Praça Commendador Theodorico**, em cuja area a Prefeitura acaba de construir o **jardim Thomaz Pompeu**, a ser inaugurado amanhã, tem a seguinte historia (...). Apezar de não figurar na planta da cidade de 1875, a sua demarcação é anterior a **1859**, anno em que o Veriador (*sic*) Pirão justificou perante o Conselho da Intendencia, em sessão de 9 de Maio, um requerimento no sentido de ser construida ali uma **cacimba de pedra**. (...) Em **1877** foi construida mais uma **cacimba**, pela verba socorros publicos (*sic*). Esta **cacimba** bem como a outra ali existente, foram agora fechadas a alvenaria (CORREIO DO CEARÁ, 11/7/1930, p. 1; grifos nossos).

De modo contrário, por ocasião das obras de ajardinamento dos logradouros de Fortaleza, algumas cacimbas foram escavadas ou simplesmente mantidas – como no caso do Jardim 7 de Setembro da Praça do Ferreira (1902) e do Jardim Nogueira Accioly da Praça José de Alencar (1903) –, ao lado das quais foram erguidos cata-ventos e reservatórios d'água.

Em João Pessoa, na década de 1900, as dificuldades de abastecimento e várias iniciativas ou tentativas de resolvê-las narradas por Walfredo Rodriguez (1994 [1962], p. 117-123) evidenciam "o estado de penúria" em que viveu a cidade por muitos anos. Não fortuitamente, vimos apenas três jardins com largos artificiais, excetuando-se a Bica ou Fonte do Tambiá no Parque Arruda Câmara. Ainda assim, desses três, o diminuto lago da Praça Pedro Américo aparece seco nas raras fotos que o retratam, a exemplo de uma imagem de 1927 há pouco reproduzida. O da Praça Venâncio Neiva, de 1917, foi aterrado, ao qual se sobrepôs o *Pavilhão do Chá*, concluído em 1931. Restavam os pequenos lagos do Jardim Público que ainda vemos em uma foto de 1922, constante na edição especial do Centenário da Independência do Brasil da revista *Era Nova*, e em outra, de 1926, pertencente ao acervo Humberto Nóbrega/NDA-UNIPÊ mostrando a Escola Normal, ao fundo.

Em síntese, entre os projetos realizados, identificamos um total de oito jardins no Recife com estruturas aquáticas, quatro em João Pessoa e quatro, talvez cinco, em Fortaleza,

que, destas cidades[12], enfrentava mais dificuldades no provimento d'água, sobretudo levando em conta a grande extensão de zona semiárida do estado do Ceará, hoje a maior dos três estados[13]. O Recife, ao contrário, além de abarcar mais jardins no quadro do nosso estudo, dispunha de mais recursos e um regime pluviométrico menos escasso.

Se a diminuta presença de peças e estruturas aquáticas nos jardins das capitais cearense e paraibana nesse período é justificada pela dificuldade no fornecimento d'água e evaporação provocada pelas altas temperaturas ao longo do ano inteiro, a escassez de tais elementos nos *squares* de Londres pode ser explicada pela razão contrária – a incidência de dias chuvosos e seu clima úmido. Este é, ao menos, um dos fatores apontados por Phebe Goodman:

> Por alguma razão, possivelmente porque a **chuva** era **tão comum**, os **squares** de **Londres** raramente incluíam **fontes**, enquanto as **fontes** em ferro fundido de **Boston** tornaram-se exemplos admiráveis nos **squares** desta cidade (GOODMAN, 2003, p. xv; grifos nossos).

De fato, poucos são os exemplos de estruturas aquáticas nos *squares* londrinos, considerando os que visitamos. Ao contrário, é visível a preferência dos usuários pelos gramados, bancos, espreguiçadeiras e recintos ensolarados para os banhos de sol, em detrimento das áreas úmidas, tornando subutilizada e até inadequada a presença daqueles elementos nas estações e dias frios e/ou chuvosos.

Uma das exceções é Grosvenor Square, originalmente privado, caráter denunciado no sobrenome de família, mas aberto ao público atualmente. O *square* dispõe de um lago com repuxo, aos moldes do *bassin* francês, acentuando seu caráter cívico e solene, posto que reúne monumentos e inscrições, um jardim-memorial às vítimas do "11 de Setembro" e sedes de embaixadas no entorno. Assim, acrescentamos outra razão para a escassez de elementos aquáticos nos *squares* da cidade, o custo de manutenção, levando em conta sua natureza privada durante muito tempo.

---

[12] As latitudes das três cidades são: – 03°43'02" (Fortaleza); – 07°06'54" (João Pessoa); – 08°03'14" (Recife).

[13] Hoje, de acordo com o *Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para redelimitação do Semi-árido Nordestino e do Polígono das Secas*, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional do Governo Federal do Brasil, dos três estados, o Ceará (148.016,00 km²) é o que possui maior extensão total, seguido de Pernambuco (101.023,40 km²) e Paraíba (56.372,00 km²) e a maior zona semiárida em valores absolutos. Ainda de acordo com este estudo técnico, dentre todos os estados da região Nordeste, o Ceará e a Paraíba são aqueles que têm o maior e o terceiro maior percentuais de área no semiárido, respectivamente, com 91,98% e 91,69% dos seus territórios (2005, p. 10; 46). Disponível em: https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=relat%C3%B3rio+semiarido+ministerio+integra%C3%A7%C3%A3o+nacional. Acesso em: 9 dez. 2015. O mapa e a lista de munícipios incluídos nessa nova delimitação do semiárido brasileiro estão acessíveis no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiarido.shtm?c=4. Acesso em: 9 dez. 2015.

Tal ausência, por assim dizer, pode ser verificada ao examinarmos as imagens históricas compiladas em *The London Square: gardens in the midst of town* (2012) e os esboços de *squares* públicos de John Loudon (1812, p. 37-38; 1824, p. 1029-1030) nas obras oitocentistas *Hints on the formation of gardens and pleasure grounds* e *An encyclopedia of gardening*, apresentados na seção anterior.

O lago de Saint James's Square, por exemplo, em meados do século XVIII, correspondia a uma ampla piscina, útil para ajudar no combate a incêndios (LONGSTAFFE-GOWAN, 2012, p. 54; 94), quando o logradouro ainda não havia sido ajardinado. A despeito do seu valor utilitário e da sua dita "beleza" (LONGSTAFFE-GOWAN, 2012, p. 54; 94), pouco tinha a ver com a manipulação da água para produzir efeitos paisagísticos, aterrada que foi e substituída por um monumento histórico por volta de 1854.

Nas cidades brasileiras aqui estudadas, a disponibilidade de água tornava-se central no desenho dos jardins – justificando a presença ou ausência ou, ainda, o reaproveitamento de determinados elementos –, bem como nos seus modos de apropriação social, apesar da importação de artefatos europeus. Ainda hoje, no Recife, Fortaleza e João Pessoa, a manutenção de elementos aquáticos impõe dificuldades, seja pelo custo, seja pela evaporação causada pelo clima quente, agravada pela crise hídrica que o país vive contemporaneamente.

Portanto, admitimos a interdependência entre as características do meio – fatores e elementos climáticos, acidentes geográficos e recursos naturais, tecnológicos ou infraestruturais – os projetos, ritmos de implantação e usos dos jardins, sendo Fortaleza exemplar dessa discussão. Outras cidades do Brasil, com diferentes regimes pluviométricos, médias e amplitudes térmicas e condições que os alteram (relevo, localização não litorânea, latitude, etc.), podem apresentar novas releituras dos jardins europeus.

Ressaltamos, aqui, o clima como fator fundamental para problematizar a introdução das matrizes paisagísticas estrangeiras nos jardins públicos do país. A palavra aclimatação desloca-se, então, da sua acepção mais imediata, relativa aos aspectos climáticos, ao seu significado cultural, dado pelo impulso adaptativo humano na criação de jardins de acordo com as possibilidades da natureza.

> Talvez por terem sido nômades no deserto, os hebreus não sonhavam com cidades; sonhavam com jardins. Quem mora no deserto sonha com oásis. Deus não criou uma cidade. Ele criou um jardim. Se perguntássemos a um profeta hebreu "o que é política?", ele nos responderia: "a arte da jardinagem aplicada às coisas públicas". O político por vocação é um apaixonado pelo grande jardim para todos. Seu amor é tão grande que ele abre mão do pequeno jardim que ele poderia plantar para si mesmo. De que vale um pequeno jardim se a sua volta está o deserto? É preciso que o deserto inteiro se transforme em jardim (Rubem Alves, *Sobre política e jardinagem*, Folha de S. Paulo, Opinião, 19/5/2000, p. 3).

Capítulo 4
Os Jardins na Infraestrutura Urbana

4.1 GRADIS, PORTÕES E MUROS

Um dos elementos notáveis na iconografia que retrata os jardins brasileiros do fim do Oitocentos e início do Novecentos é o gradil. Este, no âmbito das praças ajardinadas, nasceu com o conceito de *square* na Inglaterra e, posteriormente, foi introduzido nos Estados Unidos, França e América Latina, conforme tratamos anteriormente.

No Brasil, uma das primeiras medidas tomadas pelo poder público antes do ajardinamento propriamente dito era a de instalar o gradil e portões – estes também conhecidos como cancelas em Portugal (TEIXEIRA, 1985, p. 52) –, demonstrando a preocupação de cercar os logradouros que viessem a receber tratamento paisagístico. Os registros documentais mais antigos que localizamos datam de 1863, referentes ao Passeio Público de Fortaleza, e 1867, no caso do Jardim do Campo das Princesas, no Recife. Em 1882, o engenheiro encarregado das obras públicas provinciais do Ceará Henrique Théberge explicita a função das grades e portões (então referidos como cancelas) do passeio fortalezense. Nos dicionários de português do século XIX, *cancélla* indica "porta de grade de páo" (VIEIRA, 1873, v. 2, p. 75; SILVA, 1877, v. 1, p. 323), embora todas as grades e portões que identificamos nos jardins públicos fossem em ferro.

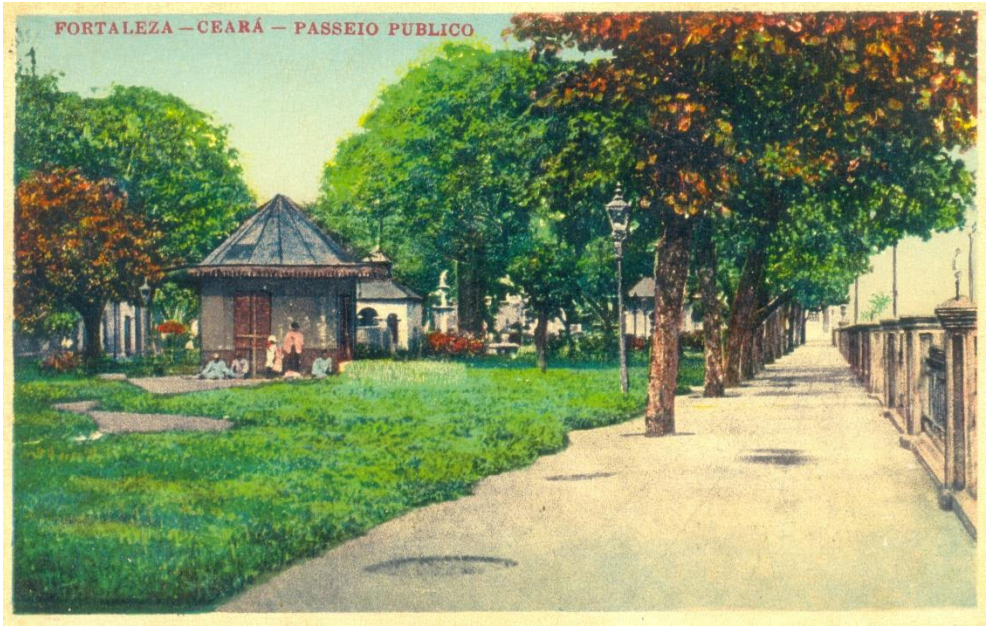
Passeio Publico. (...) Já está organizado o projecto do **engradamento e bancada** que deve **fechar o largo do passeio**. Trato de entrar em ajuste razoavel para aquisição das **grades e cancellas de ferro** que são precisas (FIGUEIREDO JUNIOR, 1863, p. 39; grifos nossos).

Passeio publico. (...) Vão bem adiantadas as **obras de ferro**, consistentes em um **gradil** destinado a **cercar o passeio** e **2 portões**, contractados com o ferreiro Henrique Erich pela quantia de 9:500$000 (PEREIRA, 1865, p. 18; grifos nossos).

Gradil de ferro e portões. Està (*sic*) bastante avançado o serviço relativo a construcção de um **gradil de ferro e portões** para **fechar** a **praça da Misericórdia**. Estas obras foram contractadas com Henrique Erich (CAVALCANTE, 1865, p. 9; grifos nossos).

Passeio publico. (...) Concluidas as obras de **alvenaria** a cargo de José Feijó de Mello, para **embasamento do gradil de ferro** destinado a **fechar** a **praça da Misericordia** (CAVALCANTE, 1868, p. 4; grifos nossos).

Passeio Publico. Com as obras executadas **no 2º e 3º planos do Passeio Publico** desta Capital desprendeo-se a verba voltada para as mesmas obras pela Assembléa Provincial em sua Sessão do anno passado, na importancia total de $ 10:398:609. Ainda resta, porem, alguma cousa a fazer ali, no intuito de executar o que foi projectado para o **3º plano** d'aquelle **Passeio**. Torna-se preciso completar o respectivo **gradil de ferro em todo o perimetro** do mesmo, afim de **impedir que animaes penetrem no seu recinto – gradil** que fes o objecto de um contracto especial, e que se acha já em parte prompto, e por pagar – construir o complemento do baldrame e os **pilares** que faltam, para receber aquelle **gradil**; revestir todas as **alvenarias**, caial-as, e tratar da pintura geral, tanto de **grades** como de **pilares** (THÉBERGE, 1882, p. 6-7; grifos nossos).



Passeio Público de Fortaleza (atual Praça dos Mártires), primeiro plano, à direita, o gradil em ferro e pilares, um quiosque-café e uma castanhola com folhas avermelhadas. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Conforme o *Dicionário da Arquitetura Brasileira* (1972) *cancela* assemelha-se ao vocábulo *cancelo*, este geralmente utilizado no âmbito da arquitetura religiosa, ao passo que o *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes* (1985) apresenta ambas as expressões como sinônimos. No Brasil, as cancelas referidas correspondem aos portões integrados ao gradil do Passeio Público de Fortaleza.

> **Cancela**. **Porta gradeada** de metal ou madeira usada para **vedar entradas** ou corredores de edifícios. Do latim "cancelli". **Grade de vedação ou proteção**. **Cancelo**. Do latim "cancellus", antigamente designava as ricas e ornamentadas grades que fechavam certas capelas das igrejas, como por exemplo a do Santíssimo Sacramento. Hoje em dia, porém, vulgarmente é o nome de pequena porta ou portinhola gradeada (CORONA & LEMOS, 1972, p. 101-102; aspas do original, grifos nossos).
>
> **Cancela**, **Cancelo**. Vedação separando nas igrejas a nave das capelas, de formas e materiais variados. Por extensão, **pequena porta gradeada** (TEIXEIRA, 1985, p. 52; grifos nossos).

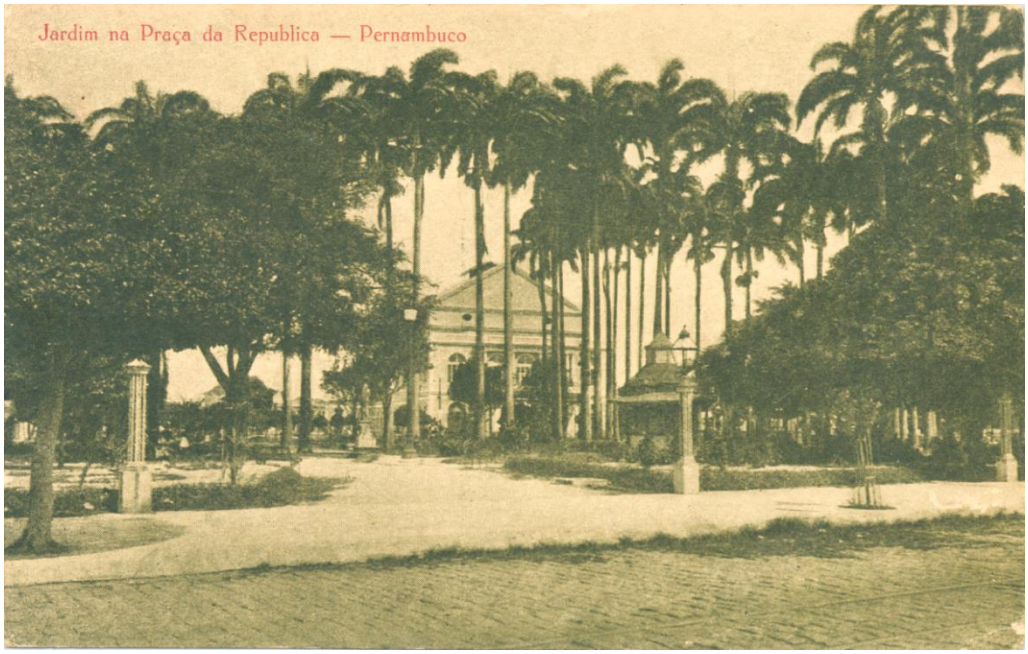
No Recife, como as tentativas de implantação de um amplo passeio público não haviam se concretizado, em 1862, apareceu no *Diario de Pernambuco* um pedido de arborização de alguns logradouros, a exemplo do Campo das Princesas e das praças da Boa Vista e D. Pedro II, entre outras (ARRAIS, 2004, p. 220). Dois anos mais tarde, Manoel Alves da Guerra propôs ao governo provincial plantar árvores e cuidar delas por um ano e construir cercas no Campo das Princesas e, em 1866, o diretor da Repartição das Obras Públicas respondeu:

> O **jardim** tem de ser **cercado** com um **muro de alvenaria** sobre o qual assentará um **gradil de ferro**; feita esta obra se tratará da plantação **d'arvores**, **arbustos**, **flores e relva**, conforme o projeto que se adoptar (*apud* ARRAIS, 2004, p. 223; grifos nossos).

Ainda segundo o historiador Raimundo Arrais, em 1867, a Repartição apresentou à presidência da província orçamento para efetuar o gradeamento do Campo das Princesas, enquanto um anônimo se ressentia, no *Diario de Pernambuco*, do abandono do local, chegando a solicitar:

> Uma calçada com **gradeamento** de seis palmos, **quatro portões** separados por distâncias iguais e simétricas, **árvores de sombra**, terreno nivelado, se possível com **grama** e bancos (*apud* ARRAIS 2004, p. 227; grifos nossos).

Jardim do Campo das Princesas (atual Praça da República), Recife, o gradil em ferro e mureta, o coreto em ferro e palmeiras imperiais. Ao fundo, o Teatro de Santa Isabel. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.



Praça da República (Jardim do Campo das Princesas), Recife, sem o gradil, um quiosque, palmeiras imperiais ao centro e uma figueira em primeiro plano, à esquerda. Ao fundo, o Teatro de Santa Isabel. Fonte: Acervo FUNDAJ.

De acordo com o relatório provincial de Pernambuco de 1867, a presidência autorizava a arrematação do muro do futuro Jardim do Campo das Princesas, assim designado. Em falas dirigidas à Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco entre 1872 e 1876, a presidência da província informava sobre as obras em curso do ajardinamento do referido campo e sua posterior conservação.

> Obras. Além de atarefado com negocios de grande importancia não encontrei na Repartição das Obras Publicas a cooperação, que a este respeito esperava e tive de solicitar, sem a qual não me era possivel iniciar obra alguma. Entretanto mandei pôr em arrematação as seguintes obras: (...) **Muro** do **Jardim do Campo das Princezas** 7:150$ (LOBO, 1867, p. 26; grifos nossos).

> **Ajardinamento** do **Campo das Princesas**. (...) Para a Europa encommendei por intermedio da casa comercial, n'esta praça, dos Srs. Augusto Frederico d'Oliveira & Co as estatuas e mais ornamentos precisos, bem como incumbi aos negociantes em Londres Frederico Yonle & Co a acquisição e remesssa do **gradil e portões de ferro.** (...) E com Thomaz de Carvalho Soares Brandão Sobrinho o **muro** para o assentamento do **gradil** pela quantia de 5:105$732 rs (JUNQUEIRA, 1872, p. 44-45; grifos nossos).

> **Jardim do Campo das Princezas e de palacio**. Com o serviço d'estes **jardins**, que é feito por um numero variavel de serventes, sob as ordens de um **jardineiro**, despendeu a provincia no anno findo a quantia de 7:962$446. Não obstante o aumento de bancos, que autorisei no anno passado para o **jardim do Campo das Princezas**, ainda é insufficiente o numero de assentos n'elle existentes (LUCENA, 1875, p. 83; grifos nossos).

> Pintura no **jardim do Campo das Princezas**. Em 11 de setembro de 1875, foi arrematada na repartição das obras publicas por 920$000 a pintura do **gradeamento**, **pavilhão**, bancos e o bronzeamento das estatuas e columnas; sendo a obra recebida definitivamente em 16 de outubro findo (MORAES, 1876, p. 66; grifos nossos).

Raimundo Arrais (2004, p. 232-233) indica que o gradil em ferro do Jardim da Praça do Conde d'EU chegou ao Recife em 1871 e sua instalação ocorreu em 1872. Em 1879, o governo provincial da Paraíba registrou o assentamento da pedra fundamental do muro do Jardim Público da capital e a aquisição do gradil e portões em ferro por meio da firma Cardoso & Irmãos, estabelecida no vizinho estado de Pernambuco.

> No dia 24 de maio preterito, ás 2 horas da tarde, precedidas as solemnidades do estilo, teve lugar o assentamento e collocação da primeira pedra do **muro**, que tem de circundar o **pateo do Commendador Felizardo**, em frente do Palacio da Presidencia, destinado ao **ajardinamento** do mesmo **pateo**. Perante a Thesouraria de Fazenda fiz contractar com os negociantes da praça de Pernambuco, Cardoso & Irmãos, pela importancia de sete contos de réis **o gradil e portões de ferro** precisos para tão importante melhoramento material, de ha muito reclamado como uma das mais palpitantes necessidades **publicas** (GALVÃO, 1879, p. 25-26; grifos nossos).

A ação de cercar os logradouros se justificava pela necessidade primeira de impedir a entrada de animais nos recintos que seriam ajardinados, evitando seu pisoteio e destruição. De fato, fotos e postais do início do século XX ainda mostram animais vagueando por praças

e ruas. Também não é irrelevante lembrar que o automóvel ainda não havia se popularizado, prevalecendo os meios de transporte à tração animal. Não é fortuito o fato de que os primeiros jardins construídos em várias cidades brasileiras tenham sido cercados por muros e grades. Nas crônicas *Rodeando a Praça do Ferreira* e *Minha chegada a Fortaleza*, publicadas em *Fortaleza Descalça* (2012 [1980]), com seu olhar multifacetado de poeta, memorialista, cronista, retratista e pintor, Otacílio de Azevedo conta que:

> No centro da **praça**, rodeada por **colunas de concreto e grades de ferro**, ficava a "Avenida ou **Jardim 7 de Setembro**". Ali existiam também os célebres **frades de pedra**, com **argolas**, onde se **amarravam os animais**; eram feitos de pedra lioz, vinda de Portugal (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 72; aspas do original, grifos nossos).
>
> O centro, **cercado** por **grades de ferro** pintadas imitando bronze, oferecia aos meus olhos um **belíssimo jardim – rosas**, **dálias**, **papoulas** – enfim uma imensa variedade das mais belas **flores** que vira em toda minha vida. Era encarregado de **policiar** tudo aquilo certo Faria, metido num surradíssimo fraque (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 40; grifos nossos).

Jardim 7 de Setembro da Praça do Ferreira (atual Praça do Ferreira), Fortaleza, o gradil em ferro e pilares, duas bacias à semelhança de tanques (das oito possíveis para irrigação), em primeiro plano, um cajueiro. Fonte: Acervo Nirez, imagem publicada em *Fortaleza 1910*, edição fac-similar do *Album de Vistas do Ceará* (1908).

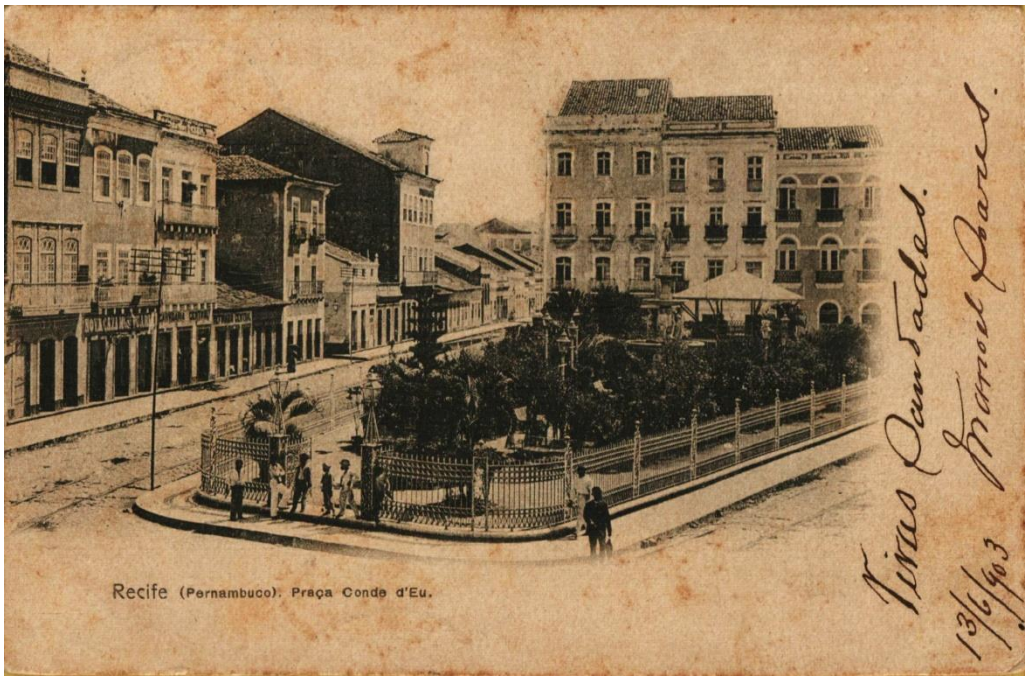
À exceção do Passeio Público e dos primeiros melhoramentos do Parque da Liberdade, Fortaleza adentrava o século XX destituída de jardins. Ao falar da seca de 1900, Raimundo Girão (1979 [1959], p. 225) diz que a cidade já se habituara a este "gravame imposto pelo destino à sua pobreza, à sua simplicidade provinciana de praças ainda sem jardins, antes monótonos quadros de pastagem do gado à solta". E relembra o hábito de amarrar, nas mungubeiras na Praça do Ferreira, os animais dos comboios que traziam mercadorias do Sertão (GIRÃO, 1979 [1959], p. 129).

Por fim, no texto *A Praça do Ferreira Antiga*, publicada em *Coisas que o tempo levou: crônicas históricas da Fortaleza antiga* (2006 [1938]), Raimundo de Menezes (1903-1984) menciona os tais frades de pedra para amarração dos animais das tropas vindas do interior. Exatamente entre 1902 e 1903, construíam-se dois jardins gradeados – o 7 de Setembro na Praça do Ferreira e o Pedro Borges na Praça Caio Prado.

> Aos cantos, fechando dos ângulos e, aqui e ali, dividindo o **largo**, **marcos de pedra que serviam para amarrar os jericos** dos vendedores ambulantes e dos cargueiros que vinham, suarentos, de Aquiraz ou dos Arronches (MENEZES, 2006 [1938], p. 47-48; grifos nossos).

Por sua vez, o memorialista Antonio Egydio Martins, na obra *S. Paulo Antigo (1554 a 1910)* (1911), narra sucessivos reparos e adições realizados entre 1851 e 1908 no Jardim Público (Jardim da Luz), na capital paulista, mencionando diversas obras nos seus muros, gradis e portões, inclusive para impedir a entrada de animais.

> O dr. José Thomaz Nabuco de Araújo, que presidiu S. Paulo no tempo decorrido de 27 de Agosto de **1851** até 19 de Maio de **1852**, para **aformosear** o **Jardim Publico** mandou collocar na frente do mesmo uma **grade de ferro** (...). Em **1869**, estando o senador Candido Borges Monteiro (barão de Itaúna), á frente dos destinos da Provincia de São Paulo, foi o **Jardim Publico** melhorado consideravelmente, pois o mesmo presidente (...) fez levantar em diversos logares o **muro** que **fecha** a frente do **Jardim**, **impedindo a franca passagem de animaes**; mandou concertar **as grades e o portão de ferro** (...) e em frente ao **gradil e portão** do **Jardim**, fez levantar um bonito chafariz solidamente construido (...). Em **1881** o senador Florencio Carlos de Abreu e Silva, presidente da antiga Provincia, mandou fazer **fechos** novos no **Jardim**, porque os antigos ameaçavam ruina (...) resolveu, então, que as novas construcções fossem dez metros além da distancia do antigo **muro**, recebendo a obra 166 metros de elegante **gradil de ferro**, dividido em lances de **pilastras** de marmore verde do Pantojo e sendo delineado um sumptuoso **portão**, flanqueado para quatro **pilastras** de marmore verde e preto, sendo que **o gradil e o portão** foram feitos na antiga Fabrica de Ferro de S. João do Ipanema (...). Esse **portão** foi, em Março de **1908**, por ordem da Prefeitura, **retirado** do logar e **rebaixado o gradil** (MARTINS, 1911, v. 1, p. 139-141; grifos nossos).



Jardim da Praça do Conde d'EU (atual Praça Maciel Pinheiro), Recife, o gradil em ferro, a fonte em mármore importada de Portugal e o coreto em ferro. Logo após a luminária esquerda, junto ao portão, uma areca e um pinheiro. Vista tomada a partir da Igreja Matriz da Boa Vista. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Praça Maciel Pinheiro (antes Jardim da Praça do Conde d'EU), Recife, sem o gradil, o coreto em ferro, um jambeiro em primeiro plano e taiobas nos canteiros, no vértice, uma figueira. Ao fundo, a Igreja Matriz da Boa Vista. Vista oposta à anterior. Fonte: Acervo FUNDAJ.

O acesso a tais espaços, uma vez cercados e ajardinados, era submetido aos cuidados e à vigilância de zeladores, jardineiros, porteiros ou agentes da guarda, como apontam registros documentais e historiográficos no Recife, Fortaleza e João Pessoa, mas também relatos oriundos das cidades de São Paulo e Vitória.

> **Jardim do Campo das Princezas**. A conservação desse melhoramento **publico** é feita por um numero de serventes, alteravel, sob a direcção de um **jardineiro**, que igualmente exerce as funcções de **porteiro**, mediante a gratificação de 10$000. Havendo necessidade de um chafariz, e sendo insufficientes os bancos alli existentes autorisei para isso a despeza de 1:000$, mandando collocar aquelle, e augmentar o numero destes com mais quarenta (LUCENA, 1874, p. 37; grifos nossos).

Com base em ampla documentação das duas últimas décadas do século XIX (relatórios provinciais, despachos oficiais, artigos de jornais e posturas, entre 1882 e 1901), Bellini (2014, p. 207-209) relata a existência de um gradil em ferro encerrando o Jardim Municipal da capital capixaba. No estudo *Espaços públicos abertos e o usufruto da paisagem: 1860 a 1912 – Vitória (ES)* (2014), a autora revela que o código de posturas da cidade de 1901 regulamentava os horários de abertura e fechamento dos jardins, a exemplo do Jardim Municipal, que dispunha de agente de guarda, justificando a utilidade dos gradis e portões.

> Conforme o art. 61 do Decreto n.º 75, de 11 de março de **1901**, que corresponde ao Código de Posturas do Município de Vitória desse ano, os **jardins** deveriam ser disponibilizados ao **público** das seis horas da manhã às dez horas da noite e nenhum estranho à pessoa do **guarda** poderia ali permanecer após o horário permitido, devendo os **portões** ser **fechados**. Nota publicada no ano de inauguração do **Jardim Municipal** confirma a existência de **guarda** específico para o local e a necessidade de **fechamento** do espaço após o horário estabelecido (BELLINI, 2014, p. 208; grifos nossos).

Ainda sobre a função social de segregar e controlar os usuários do Jardim Público de João Pessoa afirma o historiador José Octávio de Arruda Mello:

> O **coreto** do **Jardim Público** situava-se no centro de (*sic*) **praça cercada** por trabalhados **gradís de ferro** (*sic*) a que, ultrapassados os **portões**, em número de **quatro**, distribuídos por cada lado da **praça** e trancados a **chave** por um **zelador**, só tinham acesso as classes alta e média – o chamado povão ficava de fóra do **passeio** (MELLO, 1990, p. 99; grifos nossos).

Novamente Antonio Egydio Martins relata a existência de um jardineiro alemão encarregado de cuidar do Jardim Público de São Paulo bem como a presença de animais no interior do logradouro nos idos de 1830, poucos anos após ser inaugurado.

> O **Jardim Botanico**, começado em **1799**, não foi concluido senão com a autorisação do governo imperial, dada por aviso de 8 de Outubro de **1825** e no tempo e a esforços do primeiro presidente da Provincia de S. Paulo, Lucas Antonio Monteiro de Barros (...) que o facultou ao **recreio publico** (...). O dr. José Carlos Pereira de Almeida Torres, depois visconde de Macahé, que, como seu presidente (...) foi, na tarde de 6 de Março de **1830**,

> ao **Jardim Botanico**, e logo ao entrar ficou admirado, observando estar ele transformado em **pasto de gado**, visto que encontrou, soltos, dentro do mesmo **Jardim**, oito **bois** de carro (*sic*) e um **cavallo**, que soube dos trabalhadores pertencerem ao **jardineiro** allemão, que ali não se achava quando chegou o dr. Almeida Torres, que foi informado de que o abuso datava já de muito tempo, e que no logar onde estavam os **bois** havia feito uma plantação de capim á custa da Fazenda Publica (...) ordenando que o **jardineiro** allemão (...) fosse demitido e suprimido seu emprego (MARTINS, 1911, v. 1, p. 137-139, grifos nossos).

Esta citação sinaliza o uso do jardim como pasto de animais, justificando a necessidade dos gradis como de primeira ordem. Além do controle cotidiano, outra função das grades e portões seria a de regular o ingresso de frequentadores em eventos como quermesses, quando se cobrava por sua entrada para fins de beneficência. Na crônica histórica *O Passeio Público*, que circulou primeiramente na *Revista do Instituto do Ceará* (1933), reescrita e ampliada em 31/8/1939 – versão esta postumamente publicada em *Fortaleza Velha* (1954) – afirma João Nogueira, homem pertencente aos meios técnico e literário fortalezenses:

> Dizia com muito acerto um antigo Deputado Geral, que todo mundo tem seus seis mezes. (...) O nosso **Passeio Publico** já teve o seu tempo, os seus *seis mezes* (...). Agora que a Municipalidade mandou retirar as **grades** que o **circulavam**, o velho **Passeio** voltou á baila (...). Em frente á **Misericórdia**, ao pé da fachada, havia ali ha pouco tempo um banco ou assento de alvenaria, que corria de um extremo a outro do edificio. Era neste banco, precursor do da Praça do Ferreira, que antes da construção do **Passeio**, velhos e moços iam pela tarde tomar fresco e commentar pachorretamente as poucas novidades e os movimentos de uma cidade absolutamente pacata. Já a esse tempo **(1876)** as **grades** agora removidas, **circumdavam** um terreno rectangular, no qual se construiu, mais tarde, o **jardim**. Foram montadas sobre um pequeno **muro**, de cerca de um metro de altura; entre cada dois lances de **grade**, uma **coluna**. Toda a **alvenaria** era revestida desse excellente *guarnecido de cal*, em que os nossos pedreiros são eximios (NOGUEIRA, 1954 [1933], p. 9-12; itálico do original, grifos nossos).

> Aqui o mês passado, queixavamo-nos a um amigo de terem arrancado as **grades** do **Passeio**. Que mal fazia aquêle **gradil** custoso e forte e já quase histórico? Que diria o velho Paes Pinto, **zelador** que foi do **Passeio**, se visse o seu **jardim** servindo de **pastagem aos animais** soltos nas ruas? O **gradil** era utilíssimo à **Misericórdia** porque, só permitindo as entradas pelos **portões**, facilitava a cobrança das mesmas durantes as **quermesses** que se faziam em beneficio dêsse instituto pio. (...) Aquelas **grades** custosas e fortes foram distribuidas por aí além... Resta um trecho ao longo da avenida Caio Prado. (...) No **largo do Passeio** contava-se também o *Club Cearense*, que é um sobrado onde esteve o *Hotel do Norte* e hoje se acha o *Correio*. Foi construído em **1871**, ano em que já existia o **antigo gradil** do **Passeio** (NOGUEIRA, 1954, p. 18-19; itálico do original, grifos nossos).

Àquela altura da crônica de João Nogueira, não acreditamos que o gradil servisse para impedir a entrada de animais, pois, no avançar dos anos 1930, todos os jardins que originalmente haviam sido cercados, no Recife, em João Pessoa e na própria capital cearense, já estavam livres de muros, grades e portões. Embora ressentido com a remoção do gradil do passeio, afirma o autor sobre o Jardim da Praça Caio Prado:

> **Praça da Sé**. (...) Em sessão da Câmara, de 16 de Dezembro de **1903**, o vereador José Elói propôs a **denominação** de – **Pedro Borges** – para o **jardim**, que ali se construia nessa **praça**. **Ainda** em Setembro de **1913** estava **rodeado de grades de ferro** (NOGUEIRA in REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1942, p. 149; grifos nossos).

Setembro de 1913 corresponde ao mês e ano em que foi inaugurada a estátua de D. Pedro II, portanto, tomado como marco cronológico pelo cronista. De fato, toda a iconografia que coligimos deste jardim o retrata sem grades entre 1925 e 1938, incluindo o álbum propagandístico *Terra Cearense* (1925). Na Praça do Ferreira, segundo Cunha (1990, p. 155), em 1920, o prefeito Godofredo Maciel "mandou demolir os quiosques e retirar as grades centrais".

Por sua vez, em *Maxambombas e Maracatus* (1981 [1935]), o escritor pernambucano Mario Sette conta que, em 1903, costumava frequentar as retretas domingueiras da Praça da República, ainda dotada de gradil. Numa passagem do livro, narra um episódio político ocorrido em 1891 que culminou com um tiroteio dentro do jardim e adjacências, no rescaldo da Proclamação da República e insatisfação com o governador de Pernambuco. Segundo o autor, no mesmo livro, também o Jardim da Praça Dezessete, reduto dos estudantes da Faculdade de Direito do Recife ali localizada, encontrava-se cercado por gradil por volta de 1905.

> Já taludo, ouvia contar a história de uma noite agitada e terrivel naquela **praça** que já era da **Republica**. (...) Francamente, essas e outras bravuras me interessavam muito pouco em **1903** quando eu frequentava o **jardim da Praça da Republica** nas **tardes de domingo** para ouvir as **retrêtas** da Charanga, encontrando nelas quem não me era facil ver de perto nos dias de semana. (...) O **parque ainda** conservava o **gradil** (SETTE, 1981 [1935], 202-203; grifos nossos).
>
> Durante os dias os estudantes transbordando dos baixos e desconfortaveis salões (...) ou dos sombrios e monasticos corredores onde se discutiam programas e teorias, enchiam o **jardim da praça 17** que **ainda** tinha **gradil** (SETTE, 1981 [1935], p. 227; grifos nossos).

Nesse mesmo período rememorado por Mario Sette no Recife, eram inaugurados em Fortaleza os dois únicos jardins dotados de gradil em ferro, o Jardim 7 de Setembro da Praça do Ferreira (1902) e o Jardim Pedro Borges da Praça Caio Prado (Praça da Sé) (1903), além do primogênito Passeio Público.

Apesar do tom de lamentação pela distância de um passado já remoto, as lembranças de João Nogueira (1867-1947) em crônicas de 1933 e 1942 e de Mario Sette (1886-1950) em *Maxambombas e Maracatus* (1981), originalmente publicado em 1935 – ambos testemunhas oculares dos espaços que descreveram –, indicam que os gradis já lhes pareciam anacrônicos, quando comparados a jardins dos anos 1930 e 1940, ao utilizarem a expressão "ainda".

O Jardim do Campo das Princesas (posterior Praça da República) foi inaugurado em 1872 e, quarenta anos depois, ainda possuía gradil, como bem ilustra o *Album de Pernambuco*, de M. Monteiro (1913). Cartões postais, fotos e álbuns editados no século XX, entre eles *o Album Artistico, Commercial e Industrial do Estado de Pernambuco* (1925), o *Album de Pernambuco* (1933) e o *Guia da cidade do Recife* (1935), mostram os jardins recifenses destituídos de seu fechamento original a partir dos anos 1920.

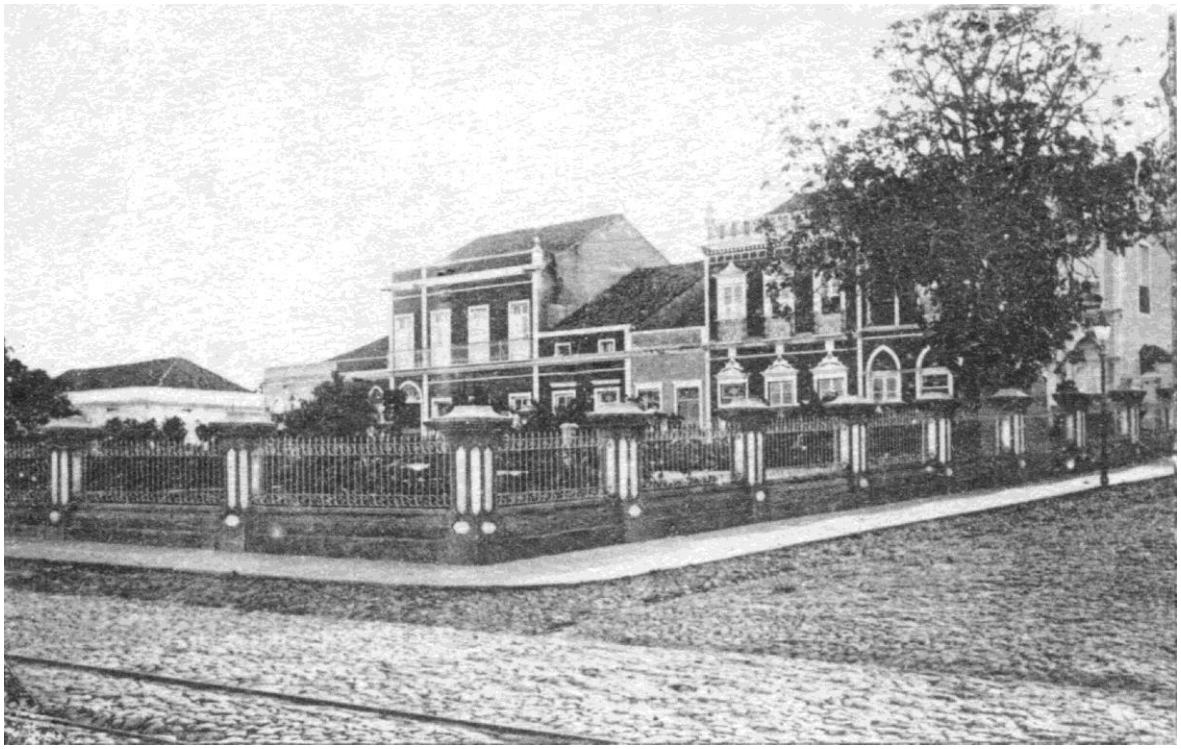
Em Fortaleza, o gradil da Praça Caio Prado, em frente à igreja da Sé, data de 1903 e permaneceu pelo menos por dez anos, e acreditamos até mais, posto que ainda aparece no vídeo antológico *Fortaleza de 1920*. Portanto, uma década depois de sua inauguração, ainda permanecia cercado. Pela proximidade com a matriz, é possível que fosse usado para o controle de pessoas em dias de quermesse, a exemplo daquelas que ocorriam no Passeio Público.

O Jardim Público de João Pessoa, muito retratado na revista *Era Nova*, cenário de retretas, comemorações cívicas e festas paroquianas, aparecia gradeado ao menos até 1926. Era, aliás, o único jardim da cidade dotado de muro, grades e portões, os quais poderiam ser úteis para controlar a entrada dos frequentadores das quermesses mediante pagamento a ser revertido em ações filantrópicas. Assim permaneceu até a reforma completa procedida na administração do governador João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1928-1930).

> **Praça Commendador Felizardo**. Para **hygienização e embellezamento** da capital, tive de emprehender algumas obras. Está sendo **inteiramente reformado** o **jardim da praça Commendador Felizardo**. Foi regularizada a sua **arborização**; a **illuminação** está sendo substituida por postes de globos diffusos, com lampadas de 300 velas, dos 150 comprados para as **praças** desta capital; **o antigo gradil foi removido** e, com a reforma dos passeios que o circundavam, duplicou-se a largura das ruas que lhe formavam os quatro angulos (ALBUQUERQUE, 1929, p. 80-81; grifos nossos).

Passeio Público de Fortaleza (atual Praça dos Mártires), o gradil em ferro e pilares, à direita, uma palmeira rabo-de-peixe e, após, um jarro com agave sobre coluna, à esquerda, uma figueira. Fonte: Acervo Nirez.

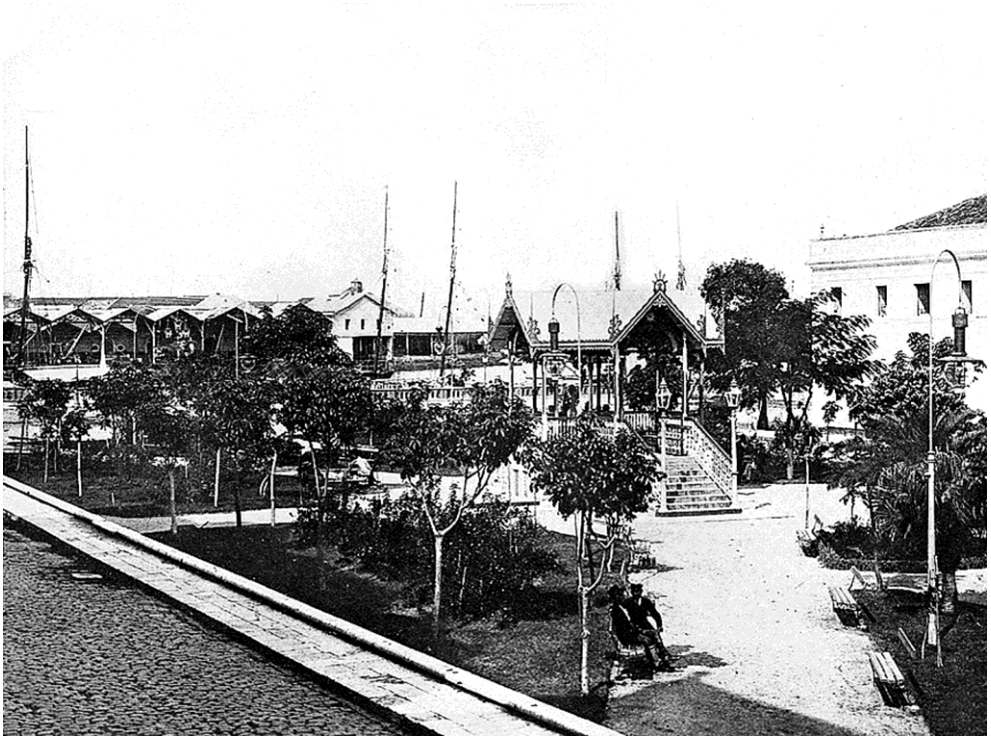
Passeio Público de Fortaleza (atual Praça dos Mártires), sem o gradil, retirado em 1933. Da esquerda para a direita, bambu, uma areca, atrás da luminária, uma figueira e, após, um jarro com agave sobre coluna e flamboyant. Fonte: Acervo Nirez.



Jardim Pedro Borges da Praça Caio Prado (antes e atual Praça da Sé), Fortaleza, uma das raras vistas em que o jardim aparece cercado, detalhe do gradil em ferro e mureta. Vista tomada a partir da Igreja da Sé. Fonte: Acervo Nirez, imagem publicada em *Fortaleza 1910*, edição fac-similar do *Album de Vistas do Ceará* (1908).

Jardim Pedro Borges da Praça Caio Prado (antes e atual Praça da Sé), Fortaleza, posterior a 1913, Fortaleza, à direita, uma palmeira imperial, à esquerda, detalhe da copa de uma mangueira e uma areca. Em segundo plano, a estátua de D. Pedro II (de autoria do escultor francês August Maillard e inaugurada em 7/9/1913), ladeada por uma areca e uma palmeira-sabal. Ao fundo, a Igreja da Sé. Fonte: Acervo Nirez.

Jardim da Praça D. Pedro II (atual Praça Dezessete), Recife, o gradil em ferro, o coreto em ferro, duas ravenalas em primeiro plano e o footing. Vista tomada a partir da Igreja do Espírito Santo (antiga Igreja e Colégio dos Jesuítas). Fonte: *Recife 1900: Álbum de Recordações* (DANTAS SILVA & LEITE, 1992).



Praça Dezessete (antes Jardim da Praça D. Pedro II), Recife, sem o gradil, o coreto em ferro. Ao fundo, o antigo Colégio dos Jesuítas, onde funcionou a Faculdade de Direito do Recife. Vista oposta à anterior.
Fonte: *Album de Pernambuco* (1913).

Jardim Público de João Pessoa, sem o gradil, possivelmente após a reforma realizada no governo de João Pessoa (1928-1930) e antes de 1933, quando o coreto foi substituído pelo monumento ao governador. Ao centro, palmeiras imperiais e o segundo coreto em ferro, importado da França ou Bélgica. Ao fundo, a Escola Normal e uma figueira. Rapazes no coreto e moças estudantes sob a copa da figueira. Fonte: Acervo IHGP.

Praça D. Pedro II, início do século XX, Maceió, o gradil em ferro e mureta, ao fundo, o prédio dos Correios. Fonte: CAMPELLO (2011), Série Livraria Fonseca 1.

A capital alagoana também teve seu primeiro jardim público cercado, aos moldes do *square*, o único dotado de gradil na cidade, considerando a mais ampla coleção de postais reunida sobre Maceió (CAMPELLO, 2011)[1]. A atual Praça D. Pedro II (antigo Pátio da Capela, Largo do Pelourinho, Largo ou Praça da Matriz, Praça da Catedral e da Assembleia Provincial, marco zero da cidade) foi, provavelmente, ajardinada já no século XX.

Na cidade de São Paulo, além do Jardim da Luz, outros jardins públicos construídos a partir do final da década de 1870 foram cercados por grades de ferro, a exemplo do Jardim da Praça João Mendes (1879), do Jardim do Pátio do Colégio (1886) e do Jardim do Largo de São Bento (1887) (MARTINS, 1911, v. 1, p. 118; BRUNO, 1954, v. 3, p. 967-1004). Segundo o escritor paulista Ernani da Silva Bruno, em *História e Tradições da Cidade de São Paulo* (1954):

> Com exceção do **Jardim da Luz**, datam dos últimos trinta anos do século passado os **jardins públicos** de São Paulo. A princípio, todos êles **cercados de grades** (...). **Cercado de gradis** foi o **jardim da praça João Mendes**, feito em **1879** (...). Em 1881, o **zelador** dêsse **jardim** pedia à municipalidade um **quiosque** dentro dêle para morar, afim de evitar os estragos que de noite os malfeitores faziam ali, quebrando **grades** e roubando plantas. Em 1890 Raffard achou que estava muito melhorado o **jardim da praça João Mendes**. Também **gradeados** foram o **jardim do pátio do Colégio**, construído quando foi derrubado um corpo do antigo convento dos Jesuítas (...) e o do **largo de São Bento**, que ficou pronto em **1887**, com **dois portões** gigantescos que se abriam de manhã e se fechavam na boca da noite. Nas suas **grades**, tôdas bordadas, o francês Fourchon pendurava as plantas que cultivava com a sua paciência de **jardineiro** velho. (...) Possivelmente essas **cêrcas de ferro** que resguardavam os primeiros **jardins públicos** – além de um **meio de defesa contra a invasão dos canteiros e a destruição das plantas por bichos soltos nas ruas** apesar da proibição das posturas – representavam a **reminiscência do significado de certa forma aristocrático** dos **jardins**, pois êles – como observou Gilberto Freyre – foram por muito tempo reservados ao uso de "gente de botina, de cartola, de gravata, de chapéu de sol". Ou ainda para **evitar** que fôssem estragados os **jardins** em conseqüência das **tropelias feitas pelos que procuravam se abastecer de água nos chafarizes** (...). **Nos últimos anos do oitocentismo** começou a se fazer sentir a **influência norte-americana**, não apenas na substituição dos **jardins públicos cercados de grades de ferro** por **jardins abertos** (...) como no próprio feitio dos canteiros e no plantio das flores e dos ornamentos vegetais (BRUNO, 1954, v. 3, p. 991-992; 1000-1003; aspas do original, grifos nossos).

Em primeiro lugar, nesta extensa descrição, o autor nos sugere as três principais funções dos gradis nos jardins públicos de São Paulo: a contenção de animais; o controle de entrada da população (limitada a certos horários, fechando os logradouros durante a noite, bem como a classes sociais específicas, seguindo a visão de Gilberto Freyre expressa em

[1] Livro resultante da Tese de Doutorado em Desenvolvimento Urbano/UFPE (2000-2009) intitulada *A construção coletiva da imagem de Maceió: Cartões-postais 1903/1934*.

Sobrados e Mucambos); a proteção contra a balbúrdia e os danos provocados pelos que iam apanhar água nos chafarizes.

Acreditamos que as duas primeiras explicações – e com mais razão a primeira – são mais plausíveis, como vimos discutindo, visto que nem todos os jardins estavam dotados de chafarizes para coleta d'água. Estes eram, ao contrário, a minoria, muito mais como reminiscências da época em que, desprovida de sistema de abastecimento via encanamento, a população se supria da água coletada em chafarizes públicos e cacimbas ou fornecida pelos aguadeiros.

Em segundo lugar, observamos que o autor se refere, de modo enfático e repetitivo, à influência norte-americana na queda dos gradis dos jardins de São Paulo e na vida intelectual da cidade (BRUNO, 1954, v. 3, p. 969; 1000; 1254-1255). Não dispomos de evidências que comprovem esta relação entre o paisagismo brasileiro e os Unidos da América – apesar da popularização do foxtrote executado nas retretas, dos insólitos cata-ventos, como veremos adiante, e da presença estadunidense no panorama cultural do país nos anos 1920 e 1930.

Em terceiro lugar, ressaltamos a recepção do autor às interpretações de Gilberto Freyre (1900-1987), cuja influência reconhece logo na introdução do livro, prefaciado pelo sociólogo e escritor pernambucano. Aliás, questionamos até que ponto atribuir à cultura americana a remoção dos gradis dos jardins de São Paulo seria um rastro da ascendência freyriana em *História e Tradições da Cidade de São Paulo* (1954), obra contemporânea à segunda edição de *Sobrados e Mucambos* (1951), por sua vez, muitíssimo ampliada em relação à original (1936)[2].

Ao discutir a transição do patriarcado rural à formação da sociedade urbana brasileira, Gilberto Freyre menciona a função do gradil nos jardins públicos do século XIX e início do XX no prefácio da segunda edição de *Sobrados e Mucambos* (1951, p. 18-19) e em outras reedições posteriores da obra (1990, p. XLII; 2006, p. 31-32), ratificando, mas ligeiramente modificando a versão original (1936, p. 16-17).

Uma das alterações que realizou foi precisamente a inserção de comentários sobre os gradis, além do acréscimo de cinco capítulos, notas e extensão do subtítulo do livro. De *Sobrados e Mucambos: Decadencia do Patriarchado Rural no Brasil*, a obra passou a se intitular

[2] Gilberto Freyre teve formação no Colégio Americano Gilreath (hoje Colégio Americano Batista), localizado no Recife e no qual seu pai era professor, residiu nos Estados Unidos a partir de 1918, onde se bacharelou em Artes pela Universidade de Baylor (1920), concluiu o mestrado na Universidade de Colúmbia (1922), em Nova Iorque, com a dissertação *Social Life in Brazil in the middle of the 19th Century*, lançada no Brasil sob o título *Vida Social no Brasil nos meados do século XIX* (1964), e foi professor da Universidade de Stanford (1931), vindo a escrever *Casa-Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936) após sua estadia americana (FREYRE, 2006, p. 893-897).

Sobrados e Mucambos: Decadencia do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano, enfatizando o espaço da cidade, exatamente onde os jardins se afirmaram como lócus privilegiado da vida social.

> Só aos poucos é que se definem não tanto zonas como momentos de confraternização entre aqueles extremos sociais: a procissão, a festa de igreja, o entrudo, o carnaval. Porque os **jardins**, **os passeios chamados públicos**, **as praças sombreadas de gameleiras**, e, por muito tempo, **cercadas de grades de ferro** semelhantes às que foram substituindo os muros em redor das casas mais elegantes, se limitaram ao uso e gozo da gente de botina, de cartola, de gravata, de chapéu-de-sol – insignias de **classe** e ao mesmo tempo de **raça**, mas principalmente de **classe**, no **Brasil do século XIX e até dos principios do século atual**. Ao uso e gozo do homem de certa situação social – mas do homem, só do homem, a mulher e o menino conservando-se dentro de casa, ou no fundo do sitio, quando muito na varanda, no postigo, no palanque do muro, na grade do jardim. Porque o menino que viesse empinar seu papagaio ou jogar seu pião no meio da rua virava muleque. A dona de casa que saisse rua afora para fazer compras corria o risco de ser tomada por mulher pública. (...) Não só aos negros de pé no chão (...) como aos proprios caixeiros de chinelo de tapete e cabelo cortado à escovinha e até aos portugueses gordos de tamanco e cara rapada estavam **fechados aqueles jardins e passeios chamados públicos**, aquelas calçadas de ruas nobres, por onde os homens de posição, senhores de barba fechada ou de suiças, de botinas de bico fino, de cartola, de gravata, ostentavam todas essas insignias de **raça superior**, de **classe dominante**, de **sexo privilegiado**, à sombra de chapéus-de-sol quase de reis. (...) Aqueles momentos de confraternização entre os extremos sociais, a que nos referimos – a procissão, a festa de igreja, o entrudo –, é que foram fazendo das ruas e praças mais largas – da rua em geral – zonas de confraternização. Marcaram um prestigio novo no nosso sistema de relações sociais: o prestigio da rua (FREYRE, 1951, p. 18-19; grifos nossos).

Ocorre que Gilberto Freyre (1951, p. 16-19) faz uma clivagem entre a praça e, sobretudo, a rua – espaço público, zona de confraternização entre extremos sociais ("homem" *versus* "mulher"; "rico" *versus* "pobre"; "branco" *versus* "gente de cor"; "senhor" *versus* "escravo") – e o jardim – espaço urbano, porém de usufruto restrito e até certo ponto privativo –, adotando o gradil como catalisador de tal segregação. Esta dicotomia, contudo entre a "casa" e a "rua", foi comentada pelo professor Roberto DaMatta no texto *O Brasil como morada*, em apresentação à edição comemorativa de setenta anos de *Sobrados e Mucambos* (in FREYRE, 2006, p. 12).

> Em alguns dos meus livros e ensaios, sobretudo, no meu *A casa & a rua*, insisti – sem deixar de mencioná-lo – que a oposição constitutiva do espaço da "casa" na ideologia brasileira não seria apenas a senzala ou o mucambo (ou a favela), mas *também* o da "rua". Rua que é um espaço exterior e, com

> isso, a dimensão pública (e política) do sistema. Dimensão em que as pessoas se vêem obrigadas a vestir a capa da impessoalidade, da individualidade e de um anonimato detestável, criador do "jeitinho" e do "você sabe com quem está falando?". Rua que, em princípio, constrangeria a seguir normas universais sem distinção de sexo, idade, cor ou dinheiro, algo paradoxal e dilemático numa sociedade dividida entre os ideias da hierarquia e da igualdade, do familismo e do individualismo. (...) No meu entender, portanto, a dialética do sistema brasileiro não seria a da casa-grande com a senzala e do sobrado com o mucambo, mas da casa com a rua, da pessoa (relacionada e particularizada por elos pessoais) e do indivíduo cidadão, destituído de nome de família, de cor e de gênero, sujeito a leis que devem valer para todos (DAMATTA in FREYRE, 2006, p. 12-13; aspas e itálico do original).

Neste sentido, sob a perspectiva do gradil, o jardim aparece, dialeticamente, a meio-caminho da casa e da rua, espaço privado-público, originalmente de acesso restrito, porém acessível e coletivo, visto que fincado no espaço urbano, nos levando a atenuar a interpretação freyriana no decorrer do Oitocentos e adentrando no século XX.

Considerando as imagens que pudemos examinar e a bibliografia que reunimos sobre diversas cidades brasileiras, encontramos poucos jardins cercados construídos na República, à exceção daqueles já estruturados no Império e que ainda dispunham de gradis, justificando *a priori* a separação entre escravos e homens livres. Na cidade de Natal, por exemplo, cujas obras de ajardinamento teriam ocorrido a partir da primeira década do século XX (c. 1905), segundo uma cronologia preliminar, não verificamos jardins cercados. Os jardins das praças do Ferreira (inaugurado em 7/9/1902) e da Sé (construído em 1903) em Fortaleza, D. Pedro II em Maceió, Olímpio Campos em Aracaju (inaugurado em 24/10/1907) são exceções que, portanto, confirmam a regra.

Por outro lado, fotos e cartões postais do final do Oitocentos e início do Novecentos mostram, vividamente, mulheres elegantemente trajadas, portando suas sombrinhas, caminhando no entorno e no interior dos jardins, assim como jovens em eventos cívicos e atividades esportivas. Cronistas, memorialistas e historiadores, revistas, fotos e jornais do século XX registram a presença de jovens, rapazes e moças, homens e mulheres utilizando os jardins de diferentes modos, conforme discutimos no Capítulo 2. Desse modo, a segregação de "classe" – em certo período – nos parece mais aceitável do que a separação de "gênero".

A antropóloga Clarice Ehlers Peixoto (1995, p. 65) se reporta às palavras de Gilberto Freyre contidas no prefácio de *Sobrados e Mucambos* (1990, p. XLII), tal qual Ernani Bruno (1954), se bem que em obras com abordagens, objetivos e de épocas muito distintas. A pesquisadora é autora de trabalhos comparativos entre a França e o Brasil e estudos sobre a sociabilidade de idosos nos jardins parisienses e cariocas. No artigo *Os jardins ao longo dos*

séculos: notas sobre as ideologias paisagísticas na França e no Brasil (1995), afirma sobre o passeio do Rio de Janeiro:

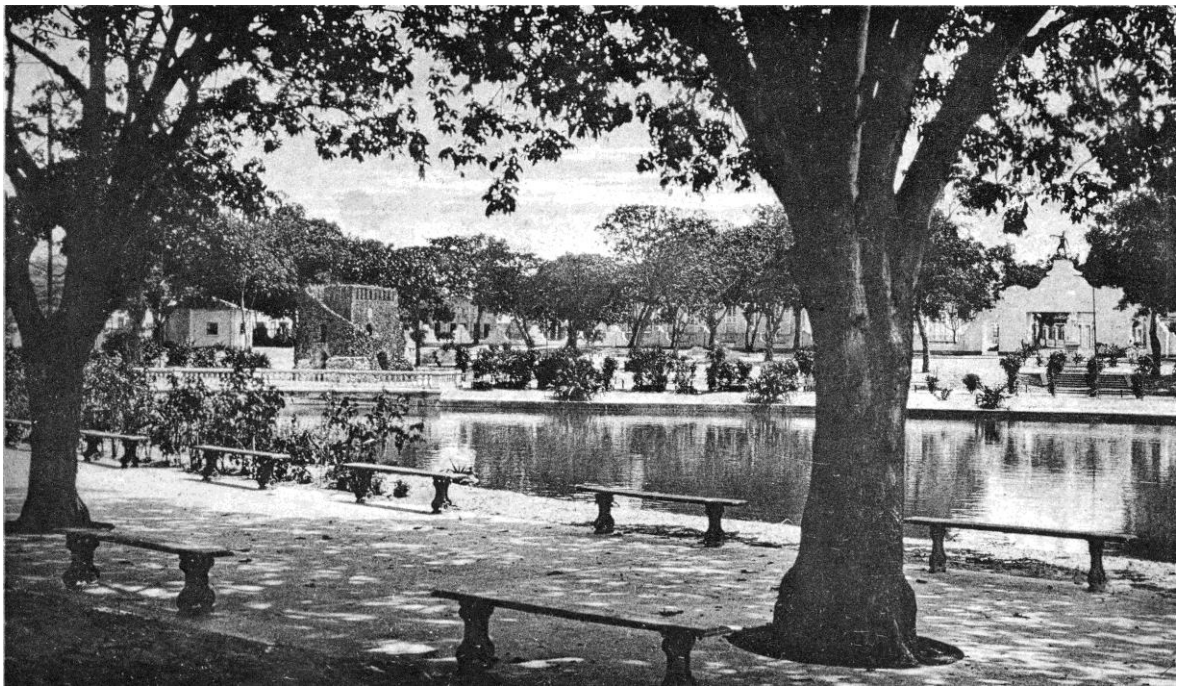
> Construído em **1779**, pelo governador português de então, o **Passeio Público** era freqüentado, principalemente (*sic*), pela burguesia local. Conta Gilberto Freyre (1990) que: os passeios, chamados públicos (...), cercados de grades de ferro similares aos muros que existiam em volta das residências mais elegantes, ficaram limitados ao uso dos homens de botas, de chapéu, gravata, chapéu de sol – sinais de classe e de raça. Esses jardins e passeios, chamados públicos, eram fechados aos negros de pés descalços e aos comerciantes portugueses de chinelo e cabelo curto e mesmo aos gordos tamancos (...). Nessa época, as concepções de **jardim** foram emprestadas à Corte portuguesa que, por sua vez, recebia a influência das concepções paisagísticas francesas. (...) **Grades cercavam esse espaço idílico**, **reservado a poucos usuários** (PEIXOTO, 1995, p. 65; grifos nossos).

Consultamos a edição de *Sobrados e Mucambos* de 1990 (a oitava), referenciada pela autora, mas a citação acima não corresponde rigorosamente ao original. Como o texto é originário de sua tese de doutorado, é possível que ela tenha traduzido este excerto da referida edição brasileira para o francês e deste de volta ao português na ocasião de elaboração do artigo. Visivelmente, algumas sentenças apresentam redação própria com inversão na sua construção ou uso de outros vocábulos diferentes do texto original de 1990. De todo modo, nos importa perceber que a autora enfatiza as grades do passeio público carioca com base na visão de Freyre.

Por um lado, reconhecemos que, à época de suas pesquisas e desse artigo, praticamente inexistiam estudos históricos sobre o paisagismo brasileiro do século XIX e início do XX. Mas, por outro, apesar da precedência e originalidade de sua abordagem, a antropóloga não problematiza a assertiva de Freyre e efetua o seu deslocamento em quase um século, do final do Oitocentos para o fim do Setecentos. Contudo, o contexto político, social e cultural em que foi concebido o Passeio Público do Rio de Janeiro (1779-1783) difere do período discutido por Gilberto Freyre e por nossa pesquisa. O passeio carioca é uma exceção entre os jardins públicos brasileiros e mesmo no Rio de Janeiro na ocasião de sua implantação, apesar de ter inspirado a criação de outros homônimos em diferentes cidades do Brasil muitas décadas depois.

Hoje, dispomos de fontes, literatura específica e distanciamento temporal suficiente para relativizar a visão freyriana e de outros autores que a tenham adotado. Portanto, acreditamos que a afirmação de Gilberto Freyre sobre a função principal do gradil – segregar os usuários por "classe", "cor" e "gênero" – valeria para os primeiros jardins e em seus

primeiros tempos, não sendo aplicáveis à totalidade dos logradouros ajardinados, tampouco a todo o século XIX e primeiras décadas do XX.



Parque da Independência (antes e atual Parque da Liberdade), Fortaleza, muro de alvenaria e um dos portões sob o qual se vê a escultura de um índio, o lago com balaustrada em cimento armado e o castelete em pedra à esquerda. Fonte: Acervo Nirez.

Por sua vez, os parques eram propriedades mais extensas e com densidade de vegetação, chegando não apenas a serem gradeados, mas verdadeiramente murados. Logradouros maiores, mais arborizados e afastados, demandando mais segurança e controle de acesso dos veículos, o Parque da Liberdade (1922), em Fortaleza, e o Parque Arruda Câmara (1922), em João Pessoa, eram delimitados por muros de alvenaria, ainda hoje existentes, como verificamos nas visitas de campo. O Parque 13 de Maio, no Recife, no projeto não implantado de 1923, também aparecia fechado por muro. Tais espaços recuperavam acepções etimológicas do parque como "bosque ou sítio cercado" e "terreno arborizado para recreio". Sobre as obras do Parque da Liberdade, então remodelado e convertido em Parque da Independência em 1922, a imprensa publicou:

> O **portão principal**, aberto para a **Praça Coração de Jesus**, e que está terminado, é construido em estylo colonial português. No alto do mesmo, será collocada uma estatua da Liberdade, de 2mts. 90 de altura, miniatura do grande monumento com que a França presenteou aos Estados Unidos. (...) Todos os quatro lados do **logradouro** serão protegidos por um **gradil**, igual ao que já se acha construido na frente principal (O NORDESTE, 5/9/1922, p. 1; grifos nossos).

No caso das praças ajardinadas, estas passavam, aos poucos, a ser construídas sem muros, grades e portões e aquelas originalmente cercadas eram destituídas do gradil, muitas vezes mantendo os demais elementos do projeto, como canteiros, coretos e caminhos internos, motivo pelo qual a expressão *square* talvez não tenha se firmado, pois aquele era uma de suas características peculiares. Em São Paulo, por exemplo, segundo o memorialista Antonio Egydio Martins (1911, v. 1, p. 118; 141), o Jardim do Largo de São Bento e o Jardim da Luz tiveram seus gradis removidos por ordem da municipalidade por volta de 1904 e 1908, respectivamente.

> Em **1886** (...) foram começadas as obras do **jardim do largo de S. Bento**, o qual, em **1887**, foi inaugurado e, **ha cerca de 7 annos**, transformado pela prefeitura, que mandou **retirar** do mesmo **jardim** o **gradil de ferro** e desmanchar a fonte monumental que nelle existia (MARTINS, 1911, v. 1, p. 118; grifos nossos).

Na terceira década do século XX, já não se viam mais jardins públicos murados e cercados. Enquanto novos jardins eram construídos sem fechamento, aqueles originalmente cercados assim permaneciam, mais por contingência do que por necessidade premente, até que suas grades fossem removidas. Dito de outro modo, a imagem do *square* – praça ajardinada cercada por gradil de ferro – é marcante entre as fotos e cartões postais que retratam os jardins públicos brasileiros do final do século XIX e início do XX, mas não corresponde à maioria deles, quando tomados em conjunto, exatamente por causa da queda das grades. Em síntese, jardins cercados podiam ser encontrados em diversas cidades brasileiras, mas acreditamos que muitas delas tivessem um único exemplar, como Maceió (Praça D. Pedro II), Aracaju (Praça Olímpio Campos) e João Pessoa (Jardim Público).

O gradil, que desempenhava duas funções primordiais – impedir a entrada de animais e controlar o acesso da população, fosse a frequência cotidiana, fosse em situações eventuais –, tendeu a desaparecer com o nível de urbanização e, principalmente, as mudanças políticas e sociais que franquearam os logradouros públicos à população em geral e não mais, unicamente, a alguns segmentos sociais. Sobre a sociedade paraibana às vésperas da Revolução de 1930, o historiador José Octávio de Arruda Mello escreve:

> Nesta, a **retirada dos gradis do Jardim Público** significou a eliminação de antigas barreiras entre as classes sociais, no sentido de que, libertas de restrições, as massas o invadiram em busca de cidadania (MELLO, 2006, p. 45; grifos nossos).

Se os *squares* ingleses nasceram de empreendimentos privados e eram restritos aos residentes do bairro, os congêneres franceses e brasileiros originaram-se de ações públicas como jardins urbanos, franqueados à população da cidade e não apenas aos moradores do seu entorno. Desta diferença derivaram outras relativas às funções e aos significados do fechamento de tais espaços nos diferentes contextos em que foram implantados, bem como ao longo do tempo. Registros do século XIX que nos chegam através de viajantes, escritores, teóricos e paisagistas, corroboram a presença do gradil nos *squares* londrinos e parisienses, por vezes tecendo instrutivas comparações entre ambos.

Em *An encyclopedia of gardening* (1824, p. 1029-1030), John Loudon, ao traçar diretrizes e um croqui para a criação de *squares* por ele considerados públicos, não dispensou a "cerca limítrofe", como vimos no Capítulo 3. Confrontamos relatos do viajante francês François Philippar sobre jardins ingleses no livro *Voyage agronomique en Angleterre fait en 1829* (1830) com os do escritor e jardineiro irlandês William Robinson acerca dos jardins franceses na obra *The parks, promenades, & gardens of Paris* (1869). François Philippar (1830, p. 176) apresenta um croqui de sua autoria em cuja legenda menciona "centro do square traçado em jardim, que é cercado por gradis", mas, segundo Longstaffe-Gowan (2012, p. 98), a reconstrução do viajante "de um típico *square* de Londres é, até certo ponto, idealizada". Embora ambos evidenciem gradis e portões, é William Robinson quem aponta a restrição de acesso dos *squares* londrinos relativamente aos parisienses.

> Nas cidades e vilas da **Inglaterra** gostamos de ver as **praças públicas**, que são muito elegantemente ornamentadas; são **jardins** mais ou menos grandes conforme a extensão do terreno. (...) eles são cercados por **gradis de ferro**. Vemos muitos desses ***squares*** em **Londres**; eu visitei várias cidades da **Inglaterra**, onde observei congêneres. A cidade de Brighton apresenta dois que são muito bonitos por sua posição; um, sobretudo, que vai alcançar o porto, produz, com o mar e as construções que o envolvem, um efeito charmoso. (...) Na **Inglaterra**, todas as **praças públicas** são ornamentadas ao centro com um **jardim cercado por gradis**. Este método, que oferece a vantagem de atenuar a severidade desta regularidade de construção, revela o gosto desta nação pela cultura (PHILIPPAR, 1830, p. 31-32; 176; itálico do original, grifos nossos).

> A maioria de nós é suficientemente familiar com os aspectos dos **squares** de **Londres**, com sua solidão melancólica e sujeira frequente – seus maiores esforços consistindo no plantio de alfena, etc., tão inteligentemente que **qualquer vista do interior é impossível**. (...) Atualmente, os **jardins** em nossos **squares** são lembranças dolorosas da exclusividade aristocrática. (...) Através do pagamento de uma pequena quantia, geralmente uma libra por ano, cada **morador das casas** que formam os quatro lados do **square** tem direito a uma **chave do portão**. Deste modo, para um pobre homem andar com sua família em qualquer um destes **jardins**, ele deve primeiro viver num **square** e pagar um alto aluguel pelo privilégio e, então, contribuir com uma

> libra por ano com vistas à despesa para mantê-lo. Praticamente estes **squares** são imprestáveis e quase sempre desertos. Em **Londres** os **squares** são **propriedades privadas** nas quais o Estado não pode se intrometer. Conosco, ao contrário, é o **Governo** que toma a iniciativa destes melhoramentos municipais. É à cidade de **Paris** que nós devemos sua construção (...). Além disso, agora os **squares** têm estado abertos por um longo tempo e o **incontável número de frequentadores** tem se portado com admirável ordem e decência. (...) O estabelecimento de **squares públicos** em **Paris** é uma ideia eminentemente social. (...) Evidentemente, há muitos que dirão que estes **squares** abertos e agradavelmente embelezados não seriam possíveis em **Londres** – que é, precisamente, o que os **parisienses** costumavam dizer antes que seus **squares** fossem aí experimentados. Nos horários determinados, os **guardas** dos **squares** são instruídos a educadamente convidarem os transeuntes a se retirarem e o **público** deve imediatamente obedecer a este convite. Os **portões** dos **squares**, **jardins**, etc., **encerrados por gradis**, estão abertos ao **público** de 1º de maio a 1º de outubro das seis horas da manhã até às dez da noite e a partir de sete da manhã até oito da noite em todas as outras estações. Acrescente-se, entretanto, que, em caso de **grande calor ou neve ou mau tempo**, ou quando as necessidades do departamento requisitarem, as horas acima indicadas podem ser alteradas (ROBINSON, 1869, p. 82-83; 89-90; 104; grifos nossos).

Nos jardins brasileiros, o gradil não expressa, *stricto sensu*, as mesmas funções da época em que foi inicialmente implantado em Londres e que desempenhou ao longo do tempo nos *squares* ingleses, pois estes permaneceram recintos prioritariamente residenciais. Nem dos *squares* de Boston, cujas grades "conotavam a exclusividade e privacidade buscadas tanto por incorporadores, quanto por residentes" (GOODMAN, 2003, p. xv). No contexto anglo-americano, serviu, principalmente, para restringir aos moradores da vizinhança o acesso e usufruto do jardim, guardadas as diferenças que assumiu nas cidades estadunidenses.

Nos *squares* parisienses, o gradil foi utilizado para o controle de entrada do público e, eventualmente, fechamento dos jardins em dias de rigor climático, mas relatos de época e pesquisas acadêmicas (PHILIPPAR, 1830, ROBINSON, 1869; HÉNARD, 1911; GIEDION, 1967 [1941]; PANZINI, 1993; LIMIDO, 2002; DOURADO, 2011), compêndios e dicionários técnicos (CALSAT et alii, 1993; MERLIN & CHOAY, 2000; TAYLOR, 2006; VROOM, 2006) não fazem menção à contenção de animais, dado o alto grau de urbanização e asseio da capital francesa, exatamente após a reforma urbanística conduzida por Haussmann, tampouco à cobrança de ingressos em dias de eventos beneficentes.

O enclausuramento das praças ajardinadas decaiu nas cidades brasileiras – considerando que novas iniciativas de gradear espaços públicos centrais como forma de coibir a violência é algo recente e, portanto, concentra outro debate –, mas permaneceu como um dos traços dos *squares* londrinos e parisienses, revelado, inclusive no vigoroso *The*

London Square: gardens in the midst of town (2012) e no amplo catálogo fotográfico *Squares, parcs et jardins de Paris* (2011), bem como verificamos *in loco*.

Atualmente, dentre os doze *squares* que visitamos em Londres, dois são de propriedade, uso e manutenção privados (Manchester, Portman), cujo acesso é unicamente permitido àqueles que possuem a chave e seu ingresso é feito mediante apresentação de identidade a um porteiro ou jardineiro; um é de propriedade e manutenção privadas (a cargo de um *Trust*), mas de uso público (Saint James's); oito são de uso público e mantidos pela *City of Westminster* (Berkeley, Bloomsbury, Cavendish, Hanover, Leicester, Queen, Russell, Soho); um é de uso público e mantido pelo *Royal Parks* (Grosvenor).

Possivelmente, os *squares* originalmente privados e hoje abertos à população foram adquiridos pela administração pública ao longo do tempo. Todos dispõem, invariavelmente, de fechamento – gradis em ferro, em sua maioria, ou ainda muro de alvenaria ou cerca de alumínio. Em muitos, os cadeados encontram-se pendurados, alguns dos quais são antigos e apresentam a inscrição *squire* (nobre rural, fazendeiro ou proprietário de terras), como em Berkeley Square e Hanover Square.

O senso de privacidade historicamente constituído dos *squares* londrinos é profundamente preservado através de dois elementos fundamentais: a cerca viva perimetral e o gradil, o qual controla os horários de entrada e saída e permanece como um traço antológico. Entretanto, isso não significa que os gradis tenham permanecido desde sua instalação, mas, ao contrário, caíram durante a II Guerra Mundial (1939-1945) e foram recuperados posteriormente, perpetuando-se com um aspecto inconfundível de tais espaços.

O conflito afetou os *squares* de Londres de vários modos em relação aos seus usos e projeto. Neste último aspecto, ressaltamos dois fatos: a retirada dos gradis de ferro para fornecer matéria-prima à indústria bélica, considerando o emprego de sucata em manufaturas, e a construção de abrigos antiaéreos sob as áreas gramadas, como, inclusive, apontam placas informativas presentes em muitos logradouros e o *site* da *City of Westminster*. Ambas as informações são confirmadas por Todd Longstaffe-Gowan (2012, p. 14; 222-233), que apresenta fotos e outros registros históricos de tais transformações, extensivamente ocorridas nos *squares* da cidade, por serem os principais espaços livres na maioria dos quarteirões edificados.

A derrubada dos gradis já teria sido uma medida ventilada desde a I Guerra Mundial pelo estadista inglês Winston Churchill (1874-1965), mas foi abandonada "quando sobreveio o armistício em 1918" (LONGSTAFFE-GOWAN, 2012, p. 229-230). Ainda segundo o autor, já vinham ocorrendo várias campanhas para a remoção dos gradis dos *squares* em benefício do usufruto do público, porém a guerra representou o "imperativo moral" que

faltava, provocando diferentes opiniões e reações (LONGSTAFFE-GOWAN, 2012, p. 228). De todo modo, na visão da historiadora Celina Fox (*apud* LONGSTAFFE-GOWAN, 2012, p. 230), não se tratava de uma mera "reação pragmática às circunstâncias de guerra", mas, de uma "batalha por democracia", de uma "responsabilidade política" mais relevante, do anseio por "uma sociedade mais igualitária", cujo objetivo era abrir os jardins ao público.

Em Paris, os seis *squares* originais do século XIX que percorremos – de la Tour-Saint-Jacques (1856), du Temple (1857), Émile-Chautemps (antes des Arts et Métiers, 1858-1860), des Batignolles (1862), Louis XVI (1865) e Marcel Pagnol (antes de Laborde, 1867) –, são de propriedade e uso público, conservados pela *Mairie de Paris* e preservam seus gradis em ferro. Não encontramos nenhuma menção à queda de tais equipamentos por ocasião da II Guerra Mundial nas placas de sinalização instaladas nos logradouros, tampouco na bibliografia específica sobre o tema. Todavia, em razão de seu estatuto público, os *squares* parisienses não corporificaram o debate suscitado em Londres.

Não pretendemos estabelecer uma cronologia rígida da instalação e remoção dos muros, gradis e portões nos jardins brasileiros, pois há de se considerar a dinâmica interna de cada cidade. Mas, ao contrário, desejamos entendê-los a partir da difusão dos conceitos e padrões formais dos jardins europeus à luz de fontes que nos permitam melhor compreender as diferenças funcionais e sociais entre ambos.

4.2 CORETOS, QUIOSQUES E PAVILHÕES

Os coretos e pavilhões em ferro, madeira, alvenaria e cimento armado fizeram parte do mobiliário urbano que se fixou de modo notável nos jardins brasileiros a partir das últimas décadas do século XIX, apesar da aparente contradição contida no conceito de "mobiliário", dada sua natureza "móvel".

Os coretos em ferro fazem parte de um rico universo de edificações, instalações, equipamentos e componentes arquiteturais, de caráter decorativo e/ou utilitário, importados em massa por países latino-americanos em processos de urbanização a partir do século XIX. No Brasil, a insuficiência da produção local, associada à expansão do mercado europeu, seu progresso técnico e pressão do capital britânico, favoreceu a penetração de toda sorte de manufaturas metálicas, que já haviam se tornado alvo de censura na Europa, conforme esquadrinhado por alguns especialistas brasileiros. Em *Arquitetura do Ferro no Brasil* (1986), o arquiteto e urbanista Geraldo Gomes da Silva afirma:

> Os pequenos **pavilhões e coretos** foram tão bem realizados em **ferro** que se torna difícil imaginá-los construídos em outro material. Com relação aos **coretos**, é impressionante a maneira como foram importados e assimilados pelos países subdesenvolvidos. Quase sempre em **ferro fundido**, se constituíram na peça mais decorativa do mobiliário urbano produzida pelos industriais europeus. (...) Geralmente os **coretos** tinham planta circular ou poligonal tendendo para o círculo. Estavam assentados sobre uma base maciça (ou com porão) de alvenaria e se apoiavam em esbeltas colunas de ferro fundido. Eram dotados de escada e peitoris também em ferro fundido e cobertos com delgadas lâminas de ferro galvanizado ou zinco. As variações consistiam somente na decoração, mas os fabricantes geralmente ofereciam várias alternativas para escolha dos clientes (SILVA, 1986, p. 31; 105; 107; grifos nossos).

Ao analisar o coreto da Praça da Abolição (popularmente conhecida como Praça da Preguiça), localizada na cidade de Olinda, em *O Sonho e a Técnica: a Arquitetura de Ferro no Brasil* (1994), Cacilda Teixeira da Costa ratifica e aprofunda a descrição dada por Geraldo Gomes da Silva, chegando a fornecer mais detalhes técnicos sobre esse equipamento.

> Compreende sempre uma base de alvenaria, o chamado tambor, contendo um assoalho que funciona como caixa de ressonância (o de Olinda atualmente é cimentado). Sobre ele uma **construção**, geralmente em **ferro fundido**, o mais aberta possível, para não abafar o som, sustenta uma cobertura em dossel, que permite a sua boa difusão. Por tratar-se de expressão arquitetural da festa popular, o **coreto** guarda sempre esse caráter que se reafirma no talho ornamental das coberturas, nos mastros, bandeirolas e lampiões (COSTA, 1994, p. 178-179; grifos nossos).

Nesta obra, a autora estuda, especificamente, a *Saracen Foundry*, de *Walter MacFarlane & Co.*, fundição escocesa sediada em Glasgow onde foi produzido esse exemplar da Praça da Abolição, adquirido através de catálogo no início do século XX. Contudo, esta descrição aplica-se aos diversos exemplares que existiram ou ainda existem em muitas cidades brasileiras nas quais se observam tal composição base-corpo-coroamento utilizando alvenaria, madeira e ferro. Em relação ao desenho, a autora comenta que o coreto, "mais do que qualquer outra construção de ferro", permitia uma infinidade de variações que "colocavam em destaque as possibilidades ornamentais do ferro fundido" (COSTA, 1994, p. 179). Neste sentido, novamente Geraldo Gomes da Silva destaca:

> Os **coretos**, sempre comprados através de catálogos fornecidos pelos produtores, devido à **novidade do seu programa e do seu material**, foram edifícios muito cobiçados pelas administrações municipais. Para se ter a idéia da diversidade de desenhos desses edifícios, não existiram dois iguais em todo o Brasil (GOMES, 2002, p. 162, grifos nossos).

Desse modo, ambos os autores afirmam a diversidade de modelos existentes nos jardins brasileiros. Nos numerosos exemplares que já tivemos oportunidade de conhecer *in loco*, em capitais e cidades do interior do Brasil, ou examinamos na iconografia histórica, observamos liras e harpas, notas musicais, arabescos, guirlandas, florões e folhagens na composição das grades dos peitoris, nas cobertas e sua armação.

Projecto de Passeio Publico: Pavilhão, 1/6/1875, Recife, assinado pelo engenheiro Émile Béringer.
Fonte: Acervo APEJE.

De fato, nunca encontramos dois iguais, a exemplo do que afirma o professor Geraldo Gomes da Silva em sua abrangente pesquisa pelo país. Ainda em relação à volumetria dos coretos, o historiador José Octávio de Arruda Mello, autor de *Os coretos no cotidiano de uma cidade: lazer e classes sociais na capital da Paraíba* (1990), explica a função do embasamento:

> Isso decorreria da circunstância, observada pelo musicólogo Domingos Azevedo Ribeiro, de que não se concebia que a **banda** tocasse no mesmo plano do **público**. Fazia-se mister assegurar-lhe elevação propiciada pelos **coretos** (MELLO, 1990, p. 86; grifos nossos).

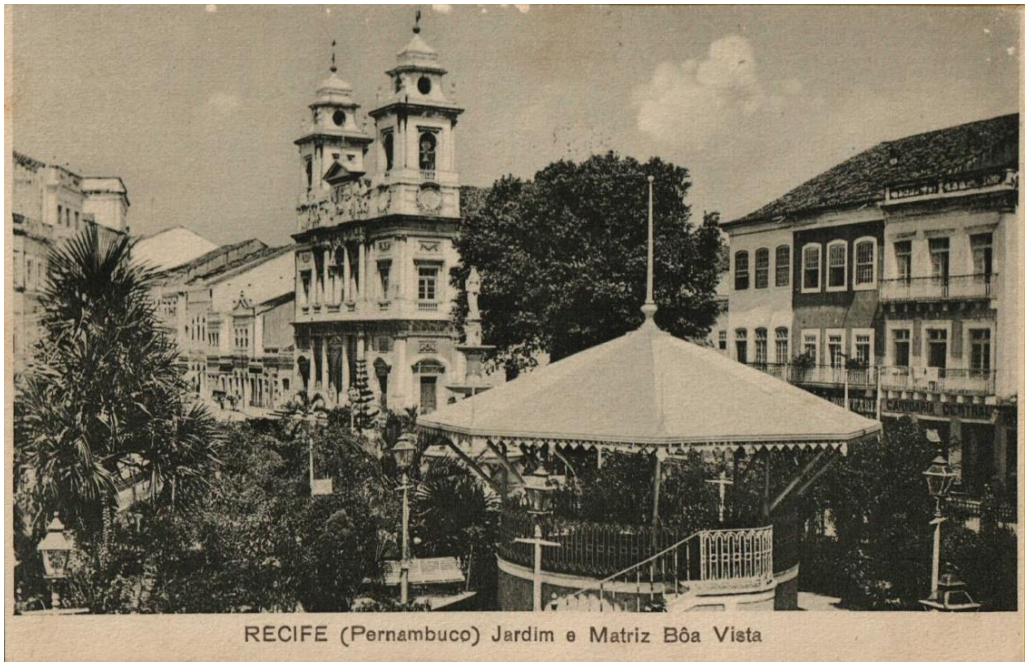
Quanto à sua importação, a historiografia já mostrou peças vindas da Inglaterra, Escócia, França e Alemanha (SILVA, 1986; MELLO, 1990; COSTA, 1994; SILVA, 2002; MELLO, 2006; SOARES, 2009). Como não restam exemplares nas cidades do Recife e João Pessoa, não pudemos identificar sua origem a partir das inscrições nas peças, tampouco localizamos catálogos de venda das firmas europeias.

No entanto, dispomos de plantas de 1875 relativas ao projeto de passeio público no Recife antes mencionado, assinadas pelo engenheiro francês Émile Béringer da Repartição das Obras Públicas da província de Pernambuco. A primeira, denominada de *Pavilhão*, retrata um abrigo para apresentações musicais, enquanto a segunda intitulava-se *Aquarium*, porém não há registros documentais, escritos ou visuais, nem evidências de campo que comprovem sua construção.

Como o passeio público do Recife foi alvo de sucessivos projetos, discussões e até controvérsias em relação à sua melhor localização, acreditamos que estas plantas, a exemplo de muitas outras existentes no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) e já publicadas por Sá Carneiro (2010), não foram concretizadas.

Praça Dezessete (antes Jardim da Praça D. Pedro II), Recife, em primeiro plano, o coreto e, ao fundo, a Igreja do Espírito Santo (antiga Igreja e Colégio dos Jesuítas). Fonte: *Album de Pernambuco* (1913).

Praça Visconde de Mauá ou Jardim Sete de Setembro, Recife, o gradil em ferro e mureta e o coreto em ferro. Ao fundo, a Estação Ferroviária Central. Fonte: *Album de Pernambuco* (1913).



Jardim da Praça do Conde d'EU (atual Praça Maciel Pinheiro), Recife, o coreto em ferro, à esquerda, uma palmeira-sabal. Ao fundo, a Igreja Matriz da Boa Vista. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva, imagem publicada no *Almanach de Pernambuco para o anno de 1910* (1910).

O Jardim Público de João Pessoa teve dois coretos em ferro. O primeiro remonta ao final do século XIX, segundo matéria de Gabriel Bechara publicada no jornal *O Norte* em 20/2/1988 (*apud* MELLO, 1990, p. 84), na qual afirma que a obra do Jardim Público durou

alguns anos, iniciando em 1877-1879, com o plantio de palmeiras, assentamento do muro e gradil entre 1879 e 1881 e instalação de bancos e coreto em 1889. Este coreto pode ser visto em uma foto de 1910 constante no Capítulo 1. Na legenda da imagem, de autoria do fotógrafo Walfredo Rodriguez (1894-1974), constante no seu *Roteiro Sentimental de uma Cidade* (1994 [1962], p. 118), se lê "antigo pavilhão do Jardim Público, construído em 1879". Temos, então, dois anos de referência para a construção desse primeiro coreto – 1879 e 1889 – mas não encontramos nenhum documento que mencione sua aquisição, nem mesmo os relatórios do governo provincial ou estadual da Paraíba.

O segundo seria francês, como consta na legenda de outra foto de Walfredo, publicada no álbum *2 Séculos da Cidade: passeio retrospectivo* [1974]. O historiador José Octávio de Arruda Mello ora afirma que seu país de procedência seria a França (MELLO, 1990, p. 85; 95), ora a Bélgica (MELLO, 1990, p. 107; MELLO, 2006, p. 45), portanto restando a dúvida. É possível que o equipamento tenha sido encomendado à França, porém de fabricação belga (DIEB, 1999, p. 87). Este segundo pavilhão de música do Jardim Público foi implantado na reforma do logradouro empreendida em 1913 pelo governador João Pereira de Castro Pinto (1912-1915).

> Obras Publicas. (...) Entre os melhoramentos effectuados durante o meu governo tenho a satisfação de lembrar a **reforma completa e radical do Jardim Publico**, hoje **um dos logradoiros mais apraziveis** do norte do Brazil, reaberto a 31 de dezembro do anno passado, com **um novo e elegante pavilhão de ferro** e numerosos bancos de assentos duplos em sua maioria. Fiz augmentar a **illuminação** e prestei auxilio prompto e efficaz a mais uma tentativa de **arborização** das ruas e **praças** dessa Capital, que se resentem da falta quase absoluta de ornamentação e **esthetica** (PINTO, 1914, p. 24-25; grifos nossos).

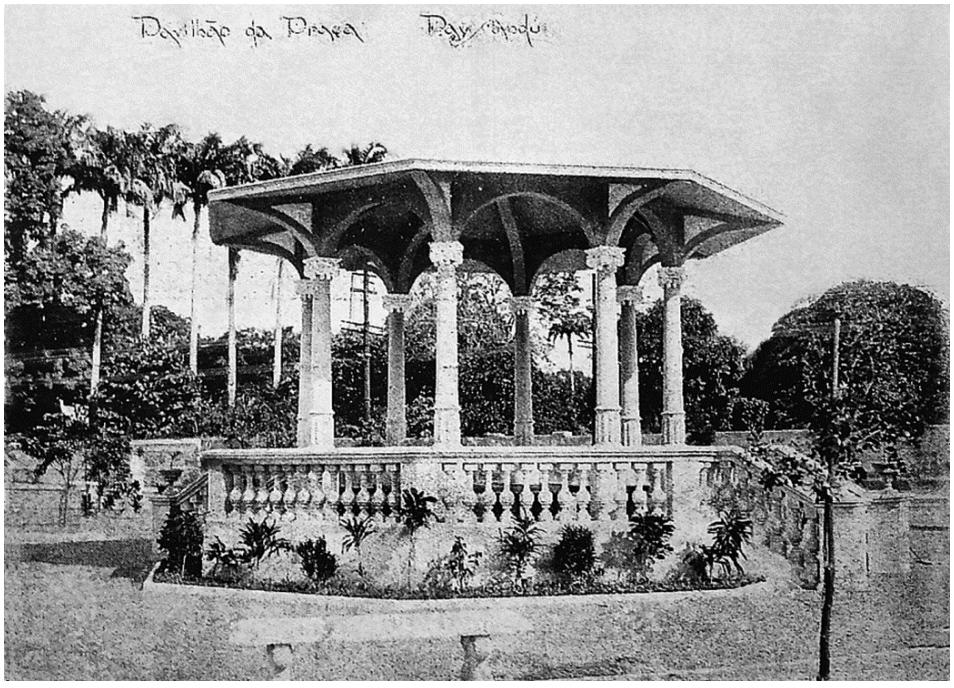
Além das construções em ferro, foram numerosos os coretos, pavilhões e balaustradas em alvenaria e cimento armado erguidos na década de 1910, os quais se tornaram muito comuns nos anos 1920. Ocorria uma paulatina "substituição" do mobiliário em ferro pelos equipamentos em alvenaria e cimento armado, como inflexão no número de importações provocada pela I Guerra Mundial (1914-1918) e desenvolvimento da produção local.

Embora não possamos estabelecer marcos cronológicos específicos, admitimos que os coretos em ferro eram marcantes no século XIX, enquanto os de cimento armado e alvenaria se afirmaram no século XX.

A Praça da República, na capital paraense, é, precisamente, um exemplo dessa transição, pois possui dois coretos em ferro importados da Europa (o *Pavilhão Santa Helena Magno* e o *Pavilhão Euterpe*, sendo este último fabricado na França e montado *in situ* em

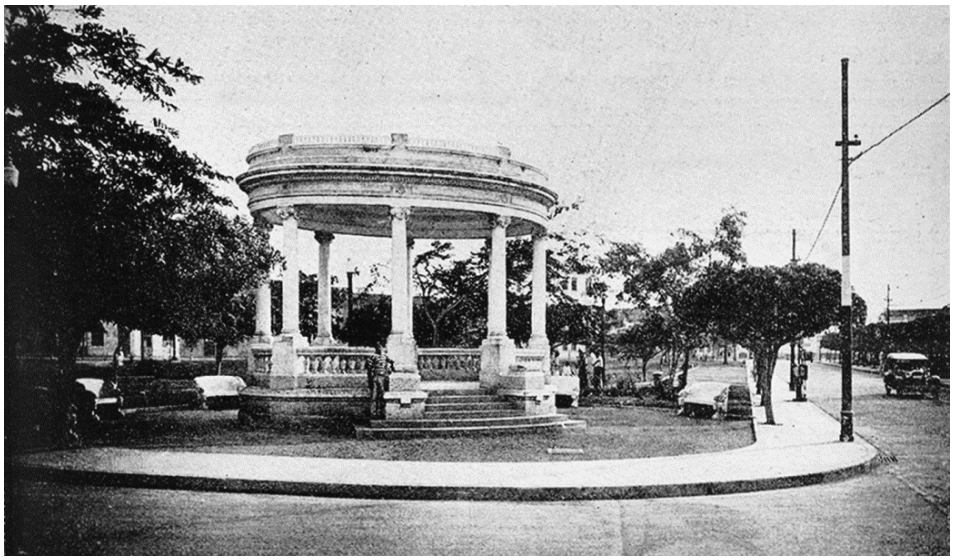
1896) e outro em alvenaria (o *Pavilhão Natividade Lima*, produzido na cidade). Todos estão ilustrados na dissertação *Praças de Belém* (NEVES, 1997, p. 106-113; 128-131), no artigo *A Praça da República e seus aspectos morfológicos no Desenho da Paisagem de Belém* (ANDRADE & TÂNGARI, 2002, p. 43-68) e no guia *Largos, Coretos e Praças de Belém* (SOARES, 2009, p. 90-95).

Nos jardins do Recife, as peças em alvenaria e cimento armado – coretos, pérgulas, colunas, vasos, bancos e pontes – se popularizaram nos anos 1920 em projetos concretizados entre 1924 e 1925, como os então denominados parques ou praças do Paissandu, Derby, Sérgio Loreto, Entroncamento e Largo da Paz, entre outras praças reformadas a partir de então (SILVA, 2010). A *Revista de Pernambuco*, órgão de propaganda do governo do estado, muitas vezes ressaltava a construção dos coretos, denominando-os de pavilhões, tanto como espaços para a execução de retretas, quanto por seu valor decorativo, a exemplo das praças do Paissandu (1924), Sérgio Loreto (1924) e Entroncamento (1925), respectivamente.



Praça do Paissandu (atual Praça Chora Menino), Recife, o coreto em alvenaria e cimento armado referido como "pavilhão octogenal" e circundado por canteiro de dracenas. Fonte: *Revista de Pernambuco*, n. 1, 1924.

> A **nova praça do Payssandú**, situada no começo da rua do mesmo nome, é mais um **logradouro publico** construido pelo dr. Antonio de Góes, a cuja operosidade deve a nossa capital grande numero de serviços, não só de **utilidade publica**, como tambem de **aformoseamento e conforto** para a população urbana. (...) No centro do refugio foi construido um **bello pavilhão octogenal de cimento armado**, tendo duas escadinhas de granito que lhe dão acesso; a coberta é suspensa por oito columnas que, em breve, estarão cobertas de **verde trepadeira** há pouco plantada. O **pavilhão**, que é destinado a **retretas**, está apparelhado com bancos proprios para **bandas de musica** (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 1, julho de 1924; grifos nossos).



Praça Sérgio Loreto, Recife, o coreto em alvenaria e cimento armado referido como "pavilhão ellyptico" e, à direita, uma figueira. Fonte: *Album de Pernambuco* (1933).

> Continuam com grande actividade os serviços de **aformoseamento** deste grande **logradouro publico**, situado no encontro da rua da Concordia com a avenida Lima Castro. As obras da antiga **campina do Bodé** já apresentam pelo adiantamento em que se acham, um conjunto promissor de quão **agradavel e bela** ficará a **nova praça**. (...) O **pavilhão ellyptico** que occupará um dos angulos da **praça** já está com os alicerces terminados (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 2, agosto de 1924; grifos nossos).
>
> Um **artistico pavilhão de forma ellyptica** destinado ás **tocatas musicaes**, será levantado em **cimento armado**, centralizando a disposição dos **canteiros**, **jardineiras**, **jarros** e bancos de moderno feitio (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 1, julho de 1924; grifos nossos).
>
> O outro **ornamento** é o **bello pavilhão de tocatas**, que occupará o angulo do refugio dirigido para a avenida Ruy Barbosa. A sua construcção é toda em **cimento armado**, estando a coberta sustentada por columnas tambem de cimento armado, que obedecem a **bello estyllo**. Duas escadinhas darão acesso ao **pavilhão**, que se destina ás **tocatas** da **Banda** Municipal. O **bello pavilhão** que acabamos de descrever está quase terminado, faltando apenas o revestimento (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 13, julho de 1925; grifos nossos).
>
> Ergue-se em um dos angulos da **praça** uma **graciosa pergola** destinada aos **concertos** da **Banda** Municipal (REVISTA DE PERNAMBUCO, n. 14, agosto de 1925; grifos nossos).

Foi especialmente na edificação de coretos e pavilhões em alvenaria e cimento armado que se revelou a atuação dos profissionais italianos em João Pessoa entre o final da década de 1910 e início dos anos 1930. Técnicos italianos assumiram protagonismo no cenário arquitetônico e urbanístico, dada a sua participação direta em obras públicas e

privadas, realizando planos urbanos, prédios cívicos, residências, coretos e monumentos, conforme relata o historiador José Octávio de Arruda Mello (2006, p. 105-126).

O arquiteto-engenheiro italiano Paschoal Fiorillo[3] edificou o coreto da Praça Venâncio Neiva (1917), este último ainda existente, na gestão do governador Francisco Camillo de Hollanda (1916-1920) (MELLO, 1990, p. 97; MELLO, 2006, p. 45; 114; 117-118), e é apontado como o autor do projeto paisagístico. Na mesma administração estadual, Fiorillo construiu o coreto da Praça Pedro Américo em madeira, contendo teto e balaustrada importados (MELLO, 1990, p. 97; MELLO, 2006, p. 45-46; 118).

Praça Pedro Américo, João Pessoa, o coreto construído pelo arquiteto-engenheiro Paschoal Fiorillo. Foto de Walfredo Rodriguez. Fonte: *Era Nova*, Edição do Centenário da Independência do Brasil, 1922, imagem publicada em RODRIGUEZ [1974].

O arquiteto-engenheiro italiano Hermenegildo Di Lascio chegou à Paraíba em 1916, também contratado por Camillo de Hollanda para implantação do plano de urbanização da então Cidade da Paraíba, vindo de Buenos Aires, onde estava radicado, por intermédio do parente Pascoal Florentino, que já residia no Recife (MELLO, 2006, p. 107). Em João Pessoa,

[3] Paschoal Fiorillo procedeu, em 1914, a uma reforma no prédio da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, localizada no entorno do Passeio Público, acrescentando-lhe um pavimento e tratamento de fachada (CASTRO, 1987, p. 242).

associou-se ao paraibano Avelino Cunha, originando a firma Cunha & Di Lascio, cujos anúncios publicitários verificamos em *O Jornal* (1923-1924). Coube a Hermenegildo a concepção do pavilhão cívico da Praça da Independência, de 1922, usado para reunião de autoridades em eventos políticos, comércio de flores e, mais tarde, abrigo de passageiros à espera dos bondes (MELLO, 1990, p. 79-80; MELLO, 2006, p. 45-46; 109).

O *Pavilhão do Chá*, como é conhecido até hoje, instalado no centro da Praça Venâncio Neiva durante os governos de João Pessoa (1928-1930) e Antenor Navarro (1930-1932), é obra do engenheiro italiano especialista em cálculos e pontes Giuseppe Gióia (MELLO, 2006, p. 120-121). Admitimos que este pavilhão foi concluído em 1931, quando retratado pelas lentes de Walfredo Rodriguez (1894-1974), segundo imagens publicadas no álbum *2 Séculos da Cidade: passeio retrospectivo* [1974].

Nessa época, o escultor Humberto Cozzo, também italiano, venceu o concurso promovido pelo governo da Paraíba para criação de um monumento à memória de João Pessoa, inaugurado em 1933 e que ainda hoje se encontra na praça homônima, antigo Jardim Público, especificamente no lugar dos antigos coretos (MELLO, 1990, p. 107; MELLO, 2006, p. 125).

Nos projetos do mesmo período, balaustradas em cimento armado foram utilizadas como recurso para ajustar o nível dos jardins aos desníveis do terreno acidentado, por isso, mais comuns em Fortaleza e João Pessoa, posto que o Recife possui relevo plano. Destacamos a balaustrada que delimita a Praça Pedro II (posterior Praça da Independência e Aquidabã), em Teresina, dividida em dois níveis. São notáveis as da Praça General Tibúrcio (1913-1914), em Fortaleza, bem como nas praças Aristides Lobo (1917-1918) e Venâncio Neiva (1917), em João Pessoa, estas duas últimas mencionadas no relatório do governador Camillo de Hollanda (1916-1920).

> **Praça Venancio Neiva** (...). Construido em **cimento armado**, acha-se ao noroeste um **<<belvedere>>** de estylo pompeano. (...) ladeando o **<<belvedere>>**, **duas balaustradas**, **determinadas pelo declive do terreno**. O **effeito** de conjunto desta construcção é o melhor possivel, salientando-se pela sua **singularidade e bellesa**. **Praça Aristides Lobo** – em frente ao **Thesouro do Estado** fizemos construir uma outra **praça aproveitando os aspectos do terreno**. Este **logradouro** ficou com **dois lances de balaustrada** em cujo angulo ha uma <<retonda>> com larga escadaria para o centro (HOLLANDA, 1920, p. 17; aspas do original, grifos nossos).

Praça Venâncio Neiva, João Pessoa, à direita, o coreto e belvedere em alvenaria e cimento armado construído pelo arquiteto-engenheiro Paschoal Fiorillo, canteiros e vegetação recém-plantada. Também é notável a balaustrada em cimento armado que percorre o perímetro em desnível do logradouro.
Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Praça General Tibúrcio, c. 1928, Fortaleza, à esquerda a balaustrada em cimento armado com socos de pilares encimados por esculturas de leões, à esquerda, uma palmeira-filipina e, após, um pinheiro, à direita, uma fileira de figueiras. Ao fundo, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: Acervo MIS, imagem publicada no *Album de Fortaleza* (1931).

Considerando a expressiva atuação de técnicos de origem italiana em obras públicas na capital paraibana, o coreto da Praça Venâncio Neiva foi referido como "belvedere" pelo governador Camillo de Hollanda (1920, p. 17), termo originado do homônimo italiano, que significa "lugar elevado do qual se vê um amplo panorama", segundo o *Dizionari Garzanti Linguistica online*.

O Houaiss (2009) indica a mesma acepção da palavra em português: "pequena construção isolada num jardim ou parque" para desfrute de um panorama; "miradouro"; "terraço elevado, pequeno mirante ou pavilhão do qual se avista um vasto panorama"; também denominado de *belveder* ou, literalmente, "bela vista". A expressão *belvedere*, assim incorporada ao inglês, comparece no *The Oxford Companion to the Garden* (2006), segundo definição de Patrick Taylor, ganhando *status* de pavilhão no âmbito dos jardins.

> **Belvedere**. A **palavra italiana** significa simplesmente um lugar de onde se tem uma bela vista. Em inglês, parece, primeiramente, ter tido um uso arquitetônico – parte de uma casa de onde se tem uma vista. No contexto dos **jardins**, veio significar uma **construção ornamental** que domina uma **vista** especialmente **aprazível** e é, em si própria, algo muito **atraente aos olhos** (TAYLOR in TAYLOR, 2006, p. 43; grifos nossos).

Em razão do desnível do terreno e da sua localização infrequente no ângulo do jardim, visto que na maioria dos casos os coretos situavam-se no centro, o *belvedere* da Praça Venâncio Neiva, além de pavilhão de música, convertia-se em espaço para contemplação, de onde ainda é possível apreciar um belo pôr-do-sol e o panorama do Rio Sanhauá ao fundo. Justamente por causa da diferença topográfica, servia como passagem "em forma de túnel da rua para o interior da praça" (MELLO, 1990, p. 118).

Dentre os coretos em alvenaria e cimento armado encontramos construções descobertas, formadas pelo embasamento e um peitoril, mas desprovidas de teto, como na Praça General Tibúrcio, no Jardim Tomás Pompeu da Praça Comendador Teodorico (ou Praça da Lagoinha) e na Praça Visconde de Pelotas, em Fortaleza, na Praça Deodoro (antigo Largo da Cotinguiba e Praça ou Largo das Princesas), em Maceió, e no Terreiro de Jesus, em Salvador. O coreto da Praça da Lagoinha tinha planta em formato de lira e era uma construção inclinada em relação ao nível do solo, configurando-se como um minianfiteatro elevado. Por isso, os bancos para os músicos eram dispostos de modo escalonado.

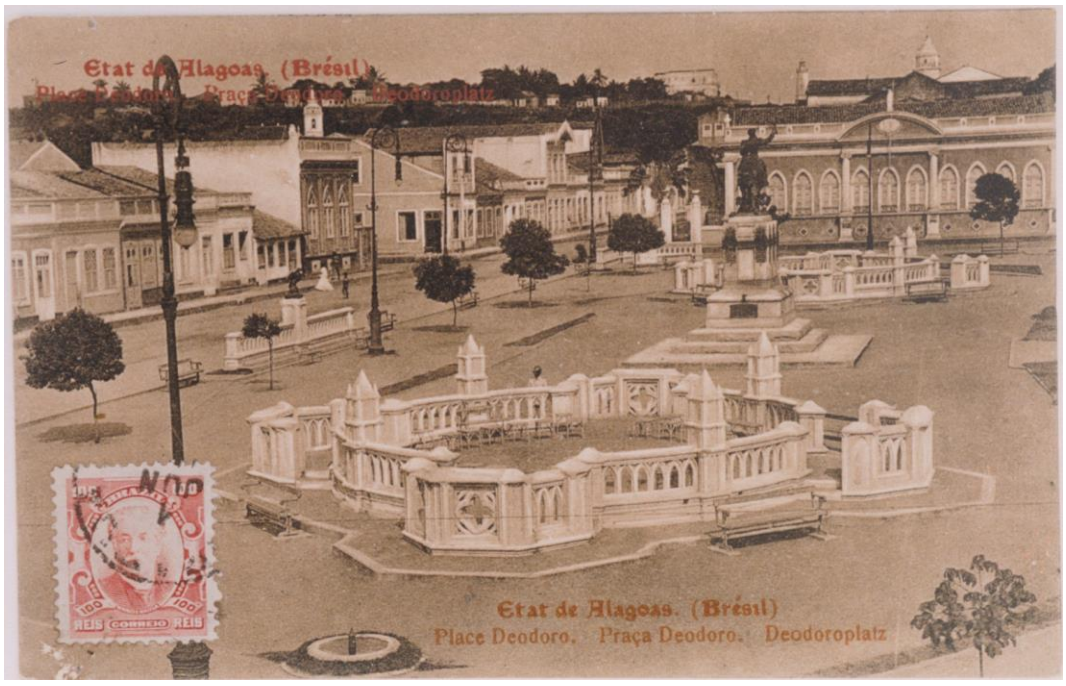
Desses cinco, resta somente o da Praça General Tibúrcio, cujo embasamento é feito em alvenaria de tijolos maciços (ao modo descrito pelo professor Geraldo Gomes da Silva) e a balaustrada (o peitoril propriamente dito) em cimento armado, conforme verificamos *in loco*. Essa tipologia se apresenta como um pequeno palco ou estrado para acomodar as bandas musicais.

No Brasil, a coberta dos coretos era útil para abrigar os músicos das intempéries, particularmente a forte insolação, além da chuva. Não faltam, a propósito, imagens de pessoas, sobretudo mulheres, jovens e senhoras elegantemente vestidas passeando nos jardins carregando suas sombrinhas para amenizar o calor tropical do país.

Praça General Tibúrcio, Fortaleza, o coreto descoberto em alvenaria e cimento armado e, ao fundo, a estátua do general Antônio Tibúrcio de Sousa (inaugurada em 8/4/1888). À esquerda, uma cássia-grande, ao centro, após a luminária, um pinheiro e, à direita, uma mungubeira. Vista tomada da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Acervo Nirez.

Terreiro de Jesus, Salvador, o coreto descoberto, o gradil em ferro e mureta, o chafariz adquirido na França e implantado pela Companhia do Queimado para abastecimento d'água. À direita, a Faculdade de Medicina da Bahia, que substituiu o Colégio dos Jesuítas. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Praça Deodoro, início do século XX, Maceió, um dos dois coretos descobertos e, em primeiro plano, a estátua equestre do Marechal Deodoro da Fonseca. Ao fundo, o Teatro Deodoro. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.



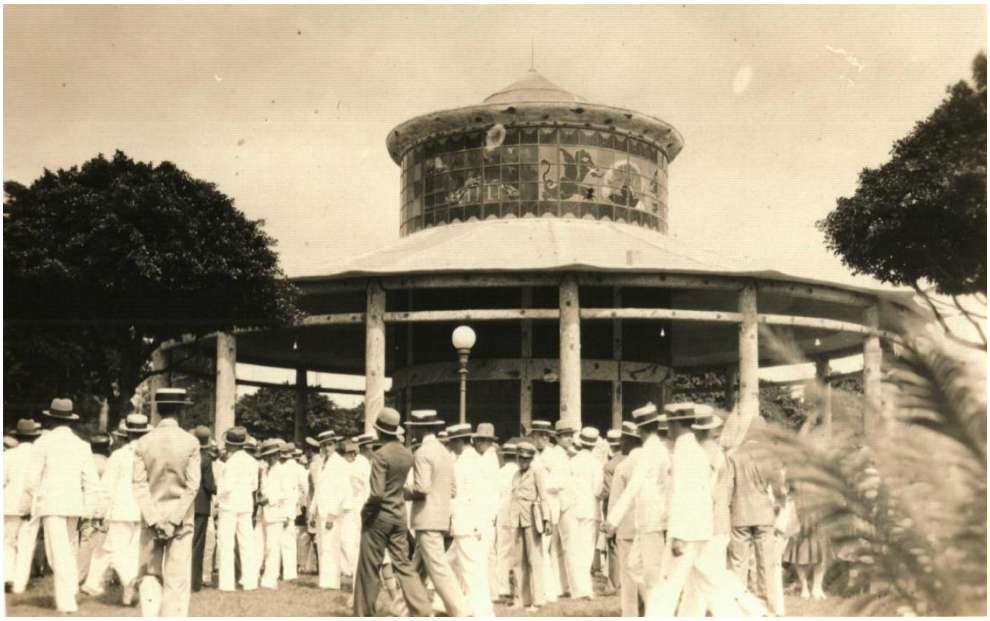
Praça Deodoro, início do século XX, Maceió, os dois coretos descobertos e, entre eles, a estátua equestre do Marechal Deodoro da Fonseca. No coreto em primeiro plano, notam-se os assentos para os músicos. Ao fundo, a Academia Alagoana de Letras. Vista oposta à anterior. Fonte: CAMPELLO (2011), Série Livraria Fonseca 1.

Logo, os coretos descobertos que aparecem em Fortaleza, Maceió e Salvador poderiam, à primeira vista, causar alguma estranheza ou inadequação aos dias ensolarados dessas cidades. Acreditamos que tais coretos foram construídos com este aspecto inacabado

por questão de economia, razoavelmente se adaptando à disponibilidade local de recursos, já que não encontramos congêneres europeus ou norte-americanos. Não os identificamos em fotos e postais de época de jardins da França, Inglaterra, Itália, Bélgica, Portugal e Estados Unidos, de modo que raros casos devem ser tratados como exceção à regra. De todo modo, esta aparente inconformidade com o clima quente era aceitável, na medida em que as retretas eram, costumeiramente, realizadas no final da tarde ou à noite, assim como os atos de inauguração de muitos jardins, quando se apresentavam bandas musicais das corporações policiais e de sociedades civis.

Possivelmente, o coreto do Passeio Público de Fortaleza pertencia a essa mesma tipologia, pois, hoje, vemos apenas o seu embasamento com piso, degraus e guarda-corpo. Segundo fotos de *Fortaleza 1910*, edição fac-similar do *Album de Vistas do Ceará* (1908), tal coreto era composto de um estrado e uma coberta aparentemente provisória em forma de toldo, como também percebeu Liberal de Castro (2009, p. 80; 82). João Nogueira (1954 [1933], p. 13) descreve seu teto como uma "elegante coberta em fórma de pyramide", semelhante a um toldo.

O caso particular de Fortaleza quanto aos coretos descobertos pode ainda ser justificado pelo seu tímido regime hídrico, além da escassez de material construtivo e horário noturno de ocorrência das retretas, não sendo, assim, fundamental abrigar-se da chuva, nem do sol. Vemos, aí, uma releitura formal de um dos principais equipamentos dos parques europeus da época – o coreto –, ajustando-se às circunstâncias climáticas e possibilidades materiais locais.



Praça Venâncio Neiva, João Pessoa, o Pavilhão do Chá e figueiras. Fonte: Acervo IHGP.

Ao lado dos coretos em ferro ou cimento, especificamente destinados aos concertos musicais, perfilavam-se outros pavilhões como parte da infraestrutura de lazer da cidade, construídos em madeira ou alvenaria e cimento armado. Tais construções abrigavam cafés ou o chá da tarde e, supomos, simplesmente serviam como locais de permanência e interação social, por fornecerem um abrigo aprazível e artisticamente elaborado, a exemplo do *Pavilhão do Chá*, na Praça Venâncio Neiva, em João Pessoa.

Em Fortaleza, eram mais comuns os pavilhões em madeira, como os quatro existentes na Praça do Ferreira, um em cada canto do logradouro, já vistos como sinônimos de decadência no século XX e, por isso, demolidos em 1920. O coreto do Jardim 7 de Setembro desta praça, onde podemos ver os bancos para acomodar os músicos, era de alvenaria e cimento armado. Foi instalado quando a praça passou por completa remodelação em 1925, na administração do prefeito Godofredo Maciel (1920-1921; 1924-1928). A então denominada "Avenida 7 de Setembro" poderia se referir à praça propriamente dita ou seu espaço central, quando ajardinada em 1902.

> Realizou-se ante-hontem, ás 18 horas, o acto official da reinauguração da **Avenida *7 de Setembro***, sita á **Praça do Ferreira**, a qual acaba de passar por **completa reforma**. A avenida mostrava-se engalanada de bandeiras e cordões de **luz electrica** que contrastava á parca e archaica illuminação a gaz. E o numero de **passeiantes**, áquella hora, era numerosissimo. O passeio central estava vedado ao publico por uma fita que o cercava por todos os lados até o momento da cerimonia. Ás 18 horas em ponto, o dr. Godofredo Maciel, prefeito municipal, tomou a palavra e pronunciou ponderado discurso offerecendo ao **povo**, em nome do municipio, a sua **Avenida predilecta** agora dotada de notaveis melhoramentos que a modernizavam dando-lhe ainda **realçante aspecto**. Pediu encarecidamente e em retribuição aos esforços do municipio empregados naquella obra, que o **publico** a conservasse sempre com o maior **cuidado**, o maior **zelo** e o maior **carinho**. (...) No **coreto** construido no lado esquerdo e ao centro da Avenida principal, tocou até ás 19 horas a **banda de musica** da Escola de Aprendizes Marinheiros, substituida dessa hora até 21 ½ hs. pela da Força Publica. O programma executado pela **banda** estadoal esteve a capricho, sendo porém de lamentar que o **coreto** da Avenida em que a municipalidade dispendeu dezenas de contos, não tivesse acustica para a execução de musicas classicas. Está baixo e improprio a audições desse genero (CORREIO DO CEARÁ, 26/5/1925, p. 2; itálico do original, grifos nossos).

Considerada o "coração da cidade", a Praça do Ferreira reunia muitas atividades, cinemas, lojas e repartições em seu entorno e seu coreto também era utilizado para atos cívicos e políticos, a exemplo de discursos e falatórios de populares, além das apresentações musicais. Entre os vários escritores e historiadores que escreveram sobre ele, Raimundo Girão foi um dos poucos a mencionar seu material construtivo.

> Igualmente sem queda para escrever asneiras, praticava-se admiravelmente na oratória o Zé Levi. Nunca houve, por certo, quem pronunciasse tantos discursos tolos. Fosse por que motivo fosse, notadamente os da **praça pública**, defendendo os direitos do povo. A sua logomaquia de rebelado contra os governos era irresistível. O **Coreto** da **Praça do Ferreira** não arrebentou de tanta vibração retórica porque era um **monstro de alvenaria**, solidamente ali colocado (GIRÃO, 1979 [1959], p. 242; grifos nossos).

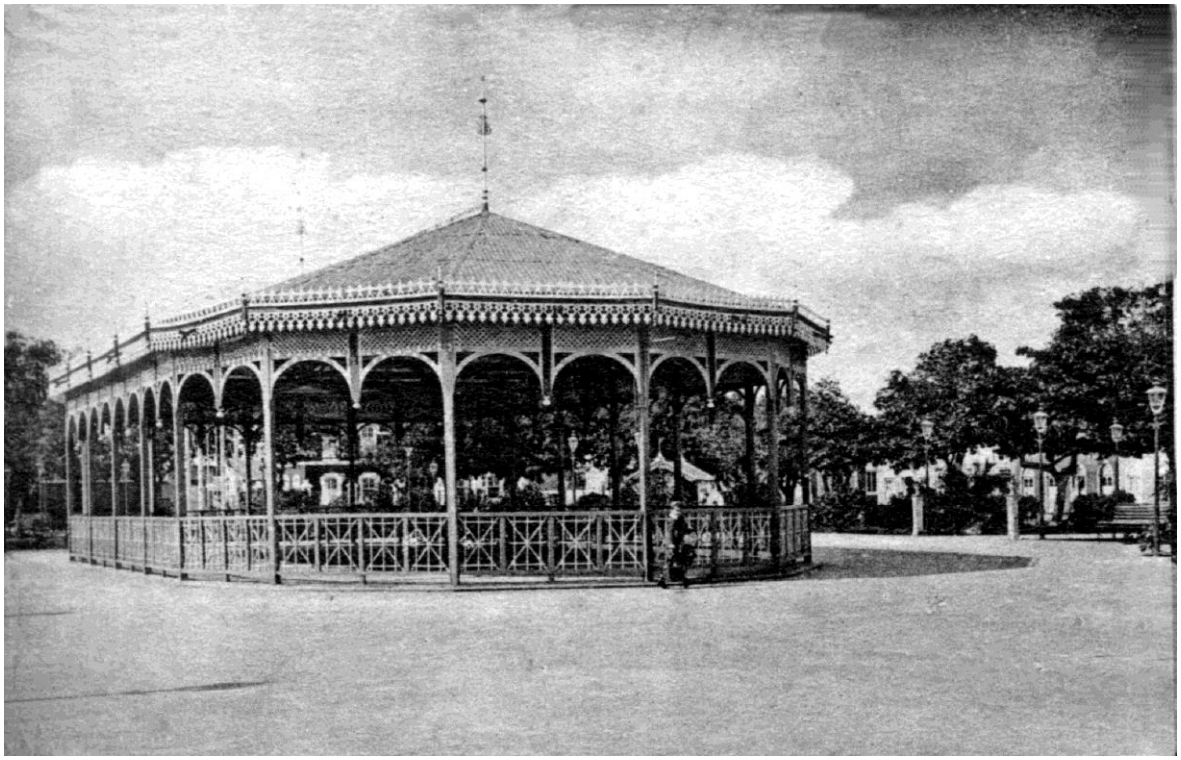
Jardim 7 de Setembro da Praça do Ferreira (atual Praça do Ferreira) após a reforma de 1925, Fortaleza, o coreto em alvenaria e cimento armado com os bancos internos para acomodar os músicos, piso em mosaico e figueiras. Fonte: Acervo Nirez.

Por outro lado, o pavilhão do Jardim Nogueira Accioly da Praça Marquês do Herval (1903) tratava-se de uma construção em madeira que, supomos, era usado como coreto, espaço para ginástica e patinação, pois era plano, coberto e amplo, logo, adequado para abrigar as pessoas e separá-las das plantas, bancos, esculturas e luminárias durante atividades físicas, segundo discussão do Capítulo 2.

Na capital cearense, não identificamos coretos em ferro na iconografia urbana, nem nos documentos escritos, referências bibliográficas ou *in loco*. Estranhamos, *a priori*, as razões desta ausência, já que a cidade foi receptora de obras notáveis em ferro, a exemplo do Mercado Público oriundo da França e do célebre Teatro José de Alencar da escocesa *MacFarlane*, ambos analisados por vários estudiosos da temática (SILVA, 1986, p. 171-176; 222-228; CASTRO, 1987, p. 221-230; COSTA, 1994, p. 164-171; KÜHL, 1998, p. 96-98).

Data desse período a construção do Açude do Cedro, em Quixadá, iniciada pelo engenheiro inglês Julius J. Revy, porém concluída em 1906, empregando gradis em ferro da

mencionada fundição *MacFarlane* (COSTA, 1994, p. 172-175). A capital Fortaleza ainda recebeu manufaturas metálicas de outros países europeus, como esculturas de Milão, hoje localizadas do Parque da Liberdade, a fonte de Hamburgo da Praça da Lagoinha, atualmente na Praça Murillo Borges, e os leões escultóricos da Praça General Tibúrcio, das *Fonderies du Val D'Osne*, França.



Jardim Nogueira Accioly da Praça Marquês do Herval (atual Praça José de Alencar), Fortaleza, o pavilhão em madeira ao centro. Fonte: Acervo Nirez, imagem publicada em *Fortaleza 1910*, edição fac-similar do *Album de Vistas do Ceará* (1908).

Além dos equipamentos permanentes, outros pavilhões, barracas, mesas e assentos móveis eram instalados temporariamente, por ocasião de festas natalinas, celebrações cívicas, quermesses, *garden-parties*, feiras e exposições comerciais ou culturais.

Em um *garden-party* ocorrido em 1923 no Jardim do Palácio do Campo das Princesas, sede do governo de Pernambuco, viam-se "numerosas barraquinhas a estylo japonez", "mesas dispostas com muita arte" para servir "chá, bebidas e gelados", um "grande tablado" de danças e "pavilhões japoneses" (JORNAL DO COMMERCIO, 23/10/1923, p. 3). Na mesma época, os festejos do Natal de 1923 organizados no Jardim Público de João Pessoa incluíam "retreta a começar das 17 horas, tombola em favor da igreja das Mercês, serviço de Buffet e dois pavilhões, um chinez e outro inglez" (O JORNAL, 24/12/1923, p. 6).

AS FESTAS CENTENARIAS NESTA CAPITAL

Grupo de graçonières do pavilhão do Orphanato D. Ulrico. A partir da direita para a esquerda: Senhoritas Beatriz Guedes, Marietta Almeida, Jandyra Mello, Laura Cantalice, Berengère Lyra e Lylia Guedes, Drª. Catharina Amstein (Directora), Senhoritas Maria do Carmo Monteiro, Maria Dona, Linda Duna, Alzira Mindello Costa, Clotilde Fernandes, Maria Fernandes e Auria Faria. De pé, srs. Alfredo Amstein e desembargador Heraclito Cavalcanti, director do Orphanato.

Jardim Público de João Pessoa (atual Praça João Pessoa), um pavilhão, mesas e cadeiras temporários, o lago entre eles e, ao fundo, o gradil em ferro e muro, após uma das cadeiras, à direita, um agave. Fonte: *Era Nova*, Edição do Centenário da Independência do Brasil, 1922.

As festas centenarias na Capital

As "garçonières" do pavilhão do Asylo de Mendicidade. De pé, a partir da direita para a esquerda: Senhoritas ALICE SOBREIRA, ELISIA MOURA, IZAURA MOUZINHO, ANALICE CALDAS, MARIA EULALIA CORRÊA, NININHA E LIA GAMAA Mme. LUIZA DHALIA, (directora) Senhorita NENETTE LATACHE. Sentadas, da esquerda para a direita: Senhoritas MARI, DO CARMO PEQUENO, ARMINDA HENRIQUES, ELISA SETTE E OLIVIA MELLO.

Jardim Público de João Pessoa (atual Praça João Pessoa), ao fundo, um pavilhão instalado por ocasião da festa, palmeiras imperiais, o gradil em ferro e muro. Fonte: *Era Nova*, Edição do Centenário da Independência do Brasil, 1922.

Por sua vez, quiosques de menor porte para venda de guloseimas, bebidas e miudezas ocupavam o interior ou as esquinas de jardins ou outros pontos do espaço urbano. Tanto os pavilhões temáticos temporários quanto os quiosques tinham arquitetura semelhante à dos coretos. No entanto, cabe aqui fazermos uma distinção entre os *coretos* (pavilhões musicais) e os *quiosques* (pontos comerciais). Com base na obra *Siècle de l'Industrie* (1983), do historiador da arquitetura François Loyer, Cacilda Teixeira Costa afirma:

> Os **coretos** se relacionam a um tipo de arquitetura de festa que deriva, inicialmente, dos **pavilhões** de **jardins**, **otomanos** ou do **Extremo Oriente** transformados, no **século XIX**, em pequenos **pavilhões**, utilizados como estrado para a apresentação de **conjuntos instrumentais ao ar livre** (COSTA, 1994, p. 178; grifos nossos).

Etimologicamente, a origem do *coreto*, chamado *quiosco* ou, mais frequentemente, *kiosco* em espanhol e *kiosque* em francês, encarna tais raízes otomanas ou, contemporaneamente falando, turcas. De acordo com o dicionário *online* da *Real Academia Española* (DRAE), a palavra *kiosco* ou *quiosco* advém do francês *kiosque*, originada do turco e este do persa, e designa "templete ou pavilhão em parques ou jardins, geralmente aberto em todos os seus lados, que, entre outros usos, tem servido, tradicionalmente, para celebrar concertos populares", mas também uma "construção pequena que se instala na rua ou outro lugar público para nela vender jornais, flores".

Do mesmo modo, o *Larousse online* indica que a expressão francesa *kiosque* vem do italiano *chiosco*, também derivado do turco, e significa "pavilhão aberto de todos os lados, instalado nos jardins ou passeios públicos"; "pequena loja numa via pública, edícula para a venda de jornais, flores" ou ainda "estande, notadamente em uma exposição, uma feira". Logo, por derivação, um *kiosque à musique* trata-se de um "abrigo que recebe os músicos para um concerto público ao ar livre".

Em Paris, o coreto do Parc des Buttes-Chaumont (1867) é, atualmente, sinalizado como *kiosque à musique*. O coreto em ferro original do século XIX existente no Square du Temple (1857) foi um dos palcos do festival denominado de *Kiosquorama*, série de concertos ocorridos no âmbito da *Fête des Jardins* em setembro de 2015. A criação da palavra a partir do verbete *kiosque* faz uso do sufixo "ama" ou "ame", indicador de grande quantidade ou coletivo, a exemplo de "dinheirama". Ainda hoje, a expressão *kiosque* é muito usada nas placas de sinalização dos equipamentos nos logradouros e/ou no *site* da municipalidade (*Mairie de Paris*) na seção de parques e jardins, como *kiosque à musique* (coreto) e *kiosque d'accueil* (quiosque de recepção).

Segundo o *Dizionari Garzanti Linguistica online*, o vocábulo italiano *chiosco*, originado do turco via persa, significa "uma pequena construção aberta em um ou mais lados para a venda de jornais, bebidas ou outro" ou "nos jardins, pequeno pergolado com teto ou cúpula; pavilhão com colunas". Portanto, a linha de transmissão da palavra às línguas latinas parece ser do persa ao turco *köşk* e deste para o italiano-francês-espanhol-português. Contudo, no italiano corrente, hoje se usa a palavra *coretto* para os espaços musicais, ao passo que à construção de caráter comercial se dá o nome de *edicola* (banca de jornais) ou *chiosco* (venda de alimentos).

Em síntese, nos idiomas espanhol e francês, o *quiosco* ou *kiosco* e o *kiosque* indicam, respectivamente, um pavilhão ou construção de menor porte (comparativamente a uma casa, igreja ou edificação institucional) onde ocorriam concertos musicais em parques, praças e jardins ou na qual se vendiam miudezas de vários gêneros nesses ou em outros espaços públicos, sendo este segundo sentido fixado no *chiosco* italiano.

Em inglês, a primeira acepção está expressa na palavra *bandstand*, formada pela justaposição de *band* (banda) e *stand* (plataforma ou estrado), enquanto a segunda está condensada no vocábulo *kiosk*, como demonstram os dicionários que vimos consultando.

Vejamos os significados de *bandstand*: "um lugar coberto onde grupos musicais podem tocar do lado de fora" (*Cambridge online*); "uma plataforma geralmente coberta na qual uma banda ou orquestra apresenta-se ao ar livre" (*Merriam-Webster online*); "uma plataforma com um telhado onde uma banda militar ou orquestra de metais pode tocar ao ar livre" (*Myelt online*); "uma plataforma do lado de fora e coberta para nela tocar uma banda, tipicamente em um parque" (*Oxford online*).

A palavra *kiosk* corresponde a: "uma pequena construção com uma janela onde coisas como tíquetes ou jornais são vendidas" (*Cambridge online*); "uma pequena loja em uma construção ou na rua onde coisas (tais quais jornais e doces) são vendidas"; "um pavilhão aberto"; "uma pequena estrutura com um ou mais lados abertos usada para vender mercadorias ou serviços" (*Merriam-Webster online*); "uma pequena estrutura com uma janela aberta na qual as pessoas podem comprar coisas como jornais, pagar um atendente em um estacionamento de veículos ou obter informação sobre algo" (*Myelt online*); "uma pequena barraca com a frente aberta ou cubículo nos quais jornais, bebidas leves e refeições ligeiras, tíquetes, etc. são vendidos"; "uma pequena estrutura em uma área pública usada para fornecer informação ou exibir anúncios"; arcaicamente, "na Turquia e no Irã, um pavilhão aberto e leve"; abrigo para uso no verão (*Oxford online*).

Apesar da repetição, a reprodução de todos esses registros é válida a fim de demonstrar como, em inglês, a palavra *kiosk* não conservou a primeira acepção de "espaço para concertos musicais", mas, ao contrário, o segundo significado, isto é, "espaço de aquisição de um produto ou serviço". Logo, *music kiosk* ou *music pavilion* seriam traduções literais do francês *kiosk à musique* para o inglês, assim como dizemos pavilhão de música.

Em Londres, tanto o Hyde Park quanto o Regent's Park conservam coretos em ferro do século XIX – a exemplo dos que encontramos fartamente nas praças ajardinadas do Brasil – os quais, entretanto, foram trasladados de Kensigton Gardens e Richmond Park, respectivamente. Nas placas de sinalização e no *site* da municipalidade (*Westminster City Council*), ambos são referidos como *bandstands*. Nos parques londrinos, hoje a palavra *kiosk* indica pequeno ponto de venda de bebidas e lanches rápidos, também referido como *refreshment point*, além dos *bars* ou *cafés*.

Estes equipamentos comerciais são praticamente ausentes dos *squares* londrinos e da iconografia histórica que os retrata. Dos dez *squares* hoje abertos ao público visitados, somente um (Soho Square) dispõe de um pavilhão central para guarda de material de jardinagem, o qual, segundo Longstaffe-Gowan (2012, p. 6), exercia, adicionalmente, a função de caramanchão e foi erguido em meados da década de 1870.

No princípio do século XIX, nos croquis que John Loudon elabora para o projeto de um *square* público em *Hints on the formation of gardens and pleasure grounds* (1812, p. 37-38) e em *An encyclopedia of gardening* (1824, p. 1029-1030), incluídos no capítulo anterior, observamos a ausência de artefatos de grande porte e/ou de uso público como quiosques, cafés e coretos, conservando sua atmosfera de espaço privado. Corroboram nossas afirmações os verbetes *bandstand* e *kiosk*, assinados por Patrick Taylor no *The Oxford Companion to the Garden* (2006).

> **Coreto**. Como uma **construção** de **jardim** engenhosamente **útil e ornamental**, o **coreto** foi uma característica universal dos **parques públicos** do **século XIX** e de outros, mais tarde, na **Grã-bretanha**. Sua essência é uma plataforma levantada com um telhado que, tanto **protegia a banda da chuva**, quanto, mais importantemente, servia como um tipo de **palco** ressonante que exaltava a **música**. Geralmente, era construído com uma superestrutura de **ferro fundido** e um telhado poligonal ou circular muito íngreme (TAYLOR in TAYLOR, 2006, p. 34; grifos nossos).

> **Kiosk** é derivado da **palavra turca** *kiusk*, que significava um leve **pavilhão de jardim**, geralmente **aberto**, às vezes de um tipo **efêmero**. Na **Inglaterra** e na **França** (***kiosque***), a palavra era usada para isto denotar a partir do início do século XVII. Tais **construções** eram comuns no **Império Otomano** e, às vezes, excessivamente decoradas (TAYLOR in TAYLOR, 2006, p. 264; itálico do original, grifos nossos).

O vocábulo português *quiosque*, também de origem turca, consta em alguns dicionários de português do século XIX, com acepção de pequena venda ou espaço para permanência a fim de se refrescar ao abrigo do sol, podendo se localizar em jardins, praças ou terraços (eirados), mas sem menção à ocorrência de apresentações musicais.

> **Kiosco**, ou **kiosque**, s. m. (termo adoptado do turco). Designa um pequeno **pavilhão aberto** de todos os lados, situado na extremidade dos terraços ou dos **jardins**, e destinado, segundo o uso dos **orientaes**, a **tomar a fresca** durante o calor do dia. Em alguns paizes da **Europa** construem-se (*sic*) **kioscos**, nos **jardins**, muito semelhantes aos **pavilhões chineses** (VIEIRA, 1873, v. 3, p. 1238; grifos nossos).

> **Kiósco**, ou **Kiósque**, s. m. (t. adopt. do Turco). Especie de **barraca**, que se põe nos **jardins** sobre os terraços, ou eirados; nas **praças publicas** para a **venda** de periodicos, tabacos, etc (SILVA, 1878, v. 2, p. 209; grifos nossos).

O Houaiss (2009) indica que, contemporaneamente, *quiosque* é um "caramanchão, geralmente de madeira, em estilo oriental, que se instala em parques e jardins" e, por derivação, "pequena construção de madeira, em lugares públicos, comumente destinada à venda de jornais, cigarros, bebidas". Na língua falada, a forma portuguesa *quiosque* designa pavilhão, abrigo, gazebo, barraca, tenda ou fiteiro, segundo variações regionais no Brasil, para a venda de jornais, revistas, flores, cigarros, lanches, bebidas e outros artigos, nas ruas, praças, parques, praias, *shoppings centers*, aeroportos ou quaisquer outros espaços públicos. Porém, geralmente não se aplica às construções onde ocorriam retretas nos jardins públicos.

A exemplo do inglês, o português corrente diferencia os dois sentidos, ao preservar palavras distintas para cada um deles, o que, no caso brasileiro, ocorre desde o século XIX. Daí hoje utilizar-se, muito comumente, a palavra *quiosque* para designar os pontos de aquisição de produtos, serviços e informações, que não surgiu como um equipamento dos jardins, mas a eles se incorporou, no caso dos públicos.

Para a segunda acepção, a expressão *coreto* se consolidou historicamente e se fixou na linguagem brasileira, em detrimento do vocábulo *quiosque*, tal qual utilizada em fontes de época e perpetuada por cronistas, historiadores, arquitetos, urbanistas, paisagistas e demais pesquisadores que se debruçaram sobre os temas urbanos. Em Portugal, esta diferenciação parece ser recente, de acordo com o ensaísta Delmar Domingos de Carvalho.

> Quando estas construções surgiram em **Portugal**, nos finais do **século XVIII**, sendo, então, **coretos móveis**, eles eram conhecidos por "**Kioscos**", como mais tarde de "**Quiosques**", como se pode ler nos textos ainda no **século XIX** para, mais tarde, passar-se a usar de "**Coretos**" (CARVALHO, 2010, p. 3; aspas do original, grifos nossos).

Segundo o autor, afirma-se que, em Portugal, os coretos nasceram após os ideais da Revolução Francesa de 1789 e, na Inglaterra, nas primeiras décadas do século XVIII (CARVALHO, 2010, p. 2; 6). No Brasil, esse equipamento surgiu ou se consagrou precisamente já no final do Oitocentos. Conforme verificamos, jornais, revistas, relatórios de governo e fontes visuais empregavam as expressões *coreto* ou *pavilhão* (nunca *quiosque*) em referência aos espaços musicais, então considerados de primeira ordem, ao passo que o *kiosque* constituía uma construção secundária e de cunho comercial.

Considerando o nosso *corpus* documental do período de 1875 (PROJECTO DE PASSEIO PUBLICO: PAVILHÃO, 1875) a 1936 (DIARIO DE PERNAMBUCO, 20/12/1936, p. 4-5), logo um período de seis décadas, a palavra *pavilhão* (dito de música ou *pavilhão para retretas* ou *pavilhão para tocatas*) antecede a popularização do termo *coreto,* que veio a se consolidar de modo notável na linguagem técnica e popular no Brasil.

Para Delmar Domingos de Carvalho (2010, p. 2), a origem da palavra é controversa, pois alguns defendem que procede do italiano *coretto*, relacionando-se à "tribuna" e "coro de igreja", enquanto outros apontam se tratar da justaposição da palavra *coro* ao sufixo diminutivo *etto*, logo "pequeno coro". Tal ligação com a liturgia católica comparece tanto no *Dicionário da Arquitetura Brasileira* (1972), quanto em dicionários linguísticos de português e italiano.

> Como se sabe, o **coro** é a parte da **Igreja** onde está um **estrado**, uma parte alta, como se fosse um "**palanque**", onde os cónegos, membros das colegiadas, seminaristas etc., fazem as suas **orações** em comum, ou o local algo mais elevado onde dentro delas se **toca** ou **canta**, ou ainda a zona com fileiras fixas de cadeiras na capela-mor, nas quais se sentam os sacerdotes. Vem do grego "khoros", latim "choru", dança (CARVALHO, 2010, p. 2, aspas do original, grifos nossos).

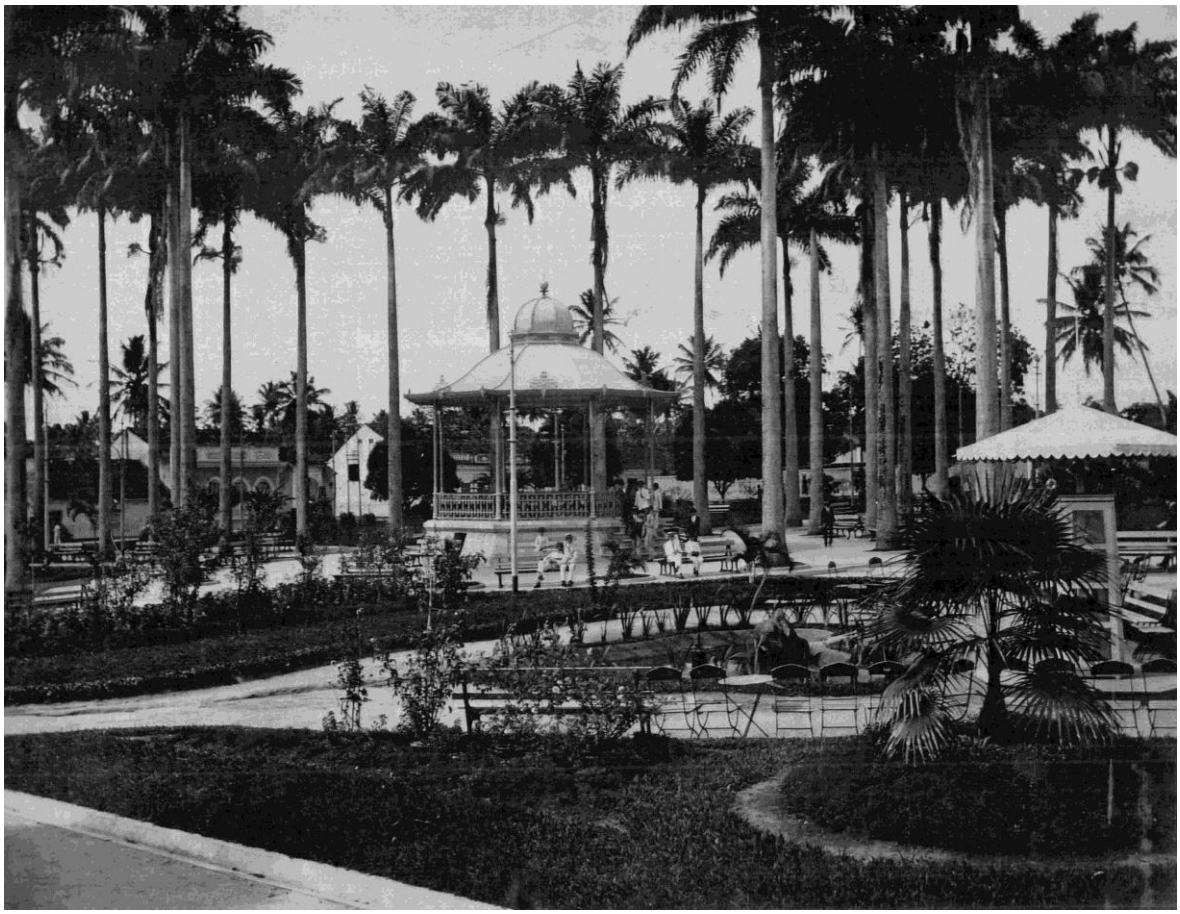
> **Coreto**. Espécie de **côro**, construído ao **ar livre**, para **concertos musicais**. (...) **Côro**. Local da **igreja** onde se juntam os padres para **rezar** ou **cantar** durante os ofícios divinos. Geralmente o **côro** é colocado em piso sobreelevado, acima da porta de acesso e no começo da nave. Outras vêzes está no fundo da capela-mor, segundo a tradição romana (CORONA & LEMOS, 1972, p. 148; grifos nossos).

Ainda no âmbito da arquitetura, o Houaiss (2009) o define como "pavilhão erigido em praças ou jardins públicos, para concertos musicais"; "pequeno coro", originado do italiano *coretto*, isto é, "pequeno espaço em que se reúne um coro", sendo este a "parte da igreja reservada aos cânticos e ao clero, geralmente situada em balcão, logo na entrada, ou no altar-mor"; do grego *khorós* (conjunto de dançarinos ou de cantores) e do latim *chórus*. De acordo com o *Garzanti online*, *coretto* corresponde a "vão ou pequeno palco aberto para o

interior de uma igreja e protegido por uma grade, o qual permite assistir às funções sacras sem ser visto".

De um modo ou de outro, o vocábulo conserva uma ligação com a arquitetura erudita e servia de palco aos músicos nas retretas e palanque nos atos de inauguração, pronunciamentos políticos e outros eventos cívicos.

Hoje, no jargão paisagístico, emprega-se coreto em referência ao abrigo presente em espaços públicos no qual, tradicionalmente, ocorriam execuções musicais, evidência e expressão de uma forma de uso dos jardins e sua construção específica, típicos da sociedade brasileira do século XIX e início do XX, mas que decaiu nas praças e parques da atualidade. A utilização historicamente construída da palavra *coreto* em vez de *quiosque*, nos contextos lusitano e brasileiro, difere de outras línguas latinas que adotaram as formas de origem turca, donde, propriamente, se originou essa tipologia arquitetônica.



Jardim Público de João Pessoa (atual Praça João Pessoa), 1916, o segundo coreto em ferro, importado da França ou Bélgica, um quiosque, bancos em madeira, cadeiras temporárias que sinalizam um dia de festa, palmeiras imperiais e uma palmeira-leque-da-china, à direita. Foto de Walfredo Rodriguez. Fonte: Acervo Humberto Nóbrega/NDA-UNIPÊ, imagem publicada em RODRIGUEZ [1974].

A superposição de sentidos de ambos os vocábulos foi comentada por Mello (1990, p. 111), ao propor que o termo coreto, em inglês, pode ser traduzido como *bandstand* e *newsstand*, ou seja, uma plataforma, tribuna, estrado ou barraca que ora serve para acomodar a banda, ora para dispor jornais à venda. Podemos considerar que a palavra *newsstand* ou *news stand* ainda é usual na Grã-bretanha, não fosse o hábito de ler os jornais *online*, mas incomum na Europa continental, onde prevalece o *kiosk*.

> A aproximação entre **coretos e quiosques** parece ter origens semânticas pois na língua inglesa, a que se associavam esses equipamentos, **coreto** aparece como **band-stand** e **quiosque** como **news-stand**, figurando, pois, a única distinção no adjetivo que precede o substantivo **stand** equivalente a **pedestal** (MELLO, 1990, p. 111; grifos nossos).

Encontramos a nítida diferenciação entre *coreto* – espaço de música – e *quiosque* – espaço de comércio – nos jornais, revistas, relatos de memorialistas e relatórios de governo do Recife, Fortaleza e João Pessoa, tal qual percebeu o historiador paraibano José Octávio de Arruda Mello sobre o período pré-trinta.

> Por essa época o **coreto** equivale a verdadeira linguagem sinalizada, daí porque, convertendo-se em modelo, inspirará edificações que se lhes assemelham, embora não o fosse. Tais os **quiosques**, também artisticamente concebidos em suas finalidades de sediar o **pequeno comércio**, fornecendo, ainda, gasosas e guloseimas. Atente-se para a circunstância de que, na foto (...) do **Jardim Público**, o **pavilhão** ao lado assemelha-se a um **coreto**, tratando-se, porém, de um **quiosque** em que se vendia, de acordo com Gabriel Bechara, "gelados, roletes de cana e sucos tropicais" (MELLO, 1990, p. 109; aspas do original, grifos nossos).

Na capital do Ceará, Otacílio de Azevedo distingue os coretos dos quiosques das praças Marquês do Herval e Ferreira, respectivamente nas crônicas *A Avenida Marquês do Herval* e *Rodeando a Praça do Ferreira*, rememorativas de sua chegada à cidade em 1910 e compiladas em sua *Fortaleza Descalça* (2012 [1980]).

> Havia ali, como na **Praça do Ferreira**, **quatro quiosques de madeira** artisticamente trabalhada, ocupando os quatro cantos da **praça**. Ao centro, **suntuoso coreto**, onde a **Banda** da Polícia Militar realizava **retretas** em dias designados pela Intendência. (...) Os **quiosques** regurgitavam de **fregueses** (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 55-56; grifos nossos).

Os quiosques-cafés da Praça do Ferreira foram demolidos em 1920 e o coreto implantado na remodelação procedida em 1925, ambas as intervenções a cargo do prefeito

Godofredo Maciel (1920-1921; 1924-1928). A segunda obra foi descrita no seu relatório, publicado em *Terra Cearense* (1925) e numa edição do *Ceará Illustrado* daquele mesmo ano.

> Na **praça** propriamente dita até **1920**, aproximadamente, erguiam-se **cinco artísticos quiosques** que abrigavam quatro **cafés** e um servia de **posto de fiscalização da Companhia de Luz**. (...) Depois, os **quiosques** foram retirados, a **praça** foi reformada e surgiu em seu centro um **coreto**, onde a **Banda** da Polícia executava às quintas-feiras suas **afamadas retretas**. Os **quiosques** eram os seguintes: **Café Java** – ocupava o ângulo nordeste da **Praça**, defronte à Intendência Municipal. (...) **Café do Comércio** – situava-se no ângulo noroeste, defronte ao *Café Emídio*. Era o maior de todos. (...) **Café Elegante** – situado no ângulo sudeste, defronte à *Funilaria São José*, à torrefação de Joaquim Sá e ao *American Kinema*. (...) **Café Iracema** – era mais um restaurante, e localizava-se no ângulo sudoeste da **praça**. (...) Tudo isso era **iluminado à noite** por combustores de gás, gás este utilizado também nas cozinhas dos **cafés** e restaurantes de Fortaleza (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 72-73; itálico do original, grifos nossos).

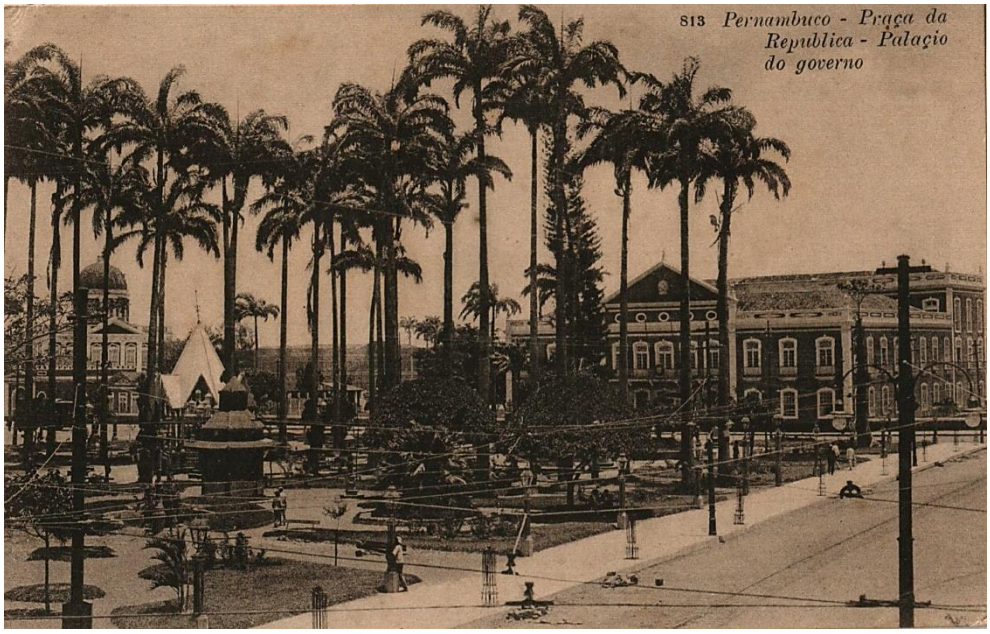
> **Avenida 7 de Setembro**. Quando da primeira vez, em **1920**, estive alguns mezes na Prefeitura, servindo ao governo do saudoso presidente Serpa, achei que seria de **utilidade publica** retirar da **Praça do Ferreira**, **ponto predilecto de frequencia**, aquelles **feios kiosques de madeira**, alli postados em cada um de seus angulos, **velhos cochicholos de máu gosto**, pessima hygiene e nenhuma vantagem, para o municipio. (...) Removidos os **kiosques**, aliás sem onus immediato para a Prefeitura, era pensamento meu **remodelar** aquelle **logradouro**, dando-lhe outra **feição**, acommodando-o melhor ás exigencias do transito alli cada vez mais activo. Chegou-se mesmo a fazer a planta desse melhoramento, que approvastes (*sic*) pela lei n. 18, de 29 de outubro de **1920**. Somente agora, passados cinco annos, foi possivel effectuar essa vossa deliberação. (...) Devo advertir que esse contracto só se refere ao serviço propriamente da **remodelação** da Avenida, não comprehendendo a construcção do **corêto**, pintura do mesmo, preparo dos **canteiros**, installação de bancos e outras despezas miudas. Note-se, outrossim (*sic*), que foi preciso fazer certas alterações no projecto primitivo, modificando-se o tamanho dos **canteiros** e dos (*sic*) **salvavidas**, tornados estes mais amplos, e aquelles menores, acrescidas assim a area mosaicada, o que naturalmente redundou em algum augmento do preço orçado. (...) O serviço está concluido, executada nossa resolução e a **cidade** dotada de um melhoramento a todos os respeitos **util**. Façamos votos por que o **publico**, a quem já foi de novo entregue a **Avenida 7 de Setembro**, completamente outra, saiba se capacitar do facil e elementar dever que lhe corre coadjuvar a autoridade municipal no **zelo** e **conservação** daquelle **bello logradouro**, reinaugurado a 24 de maio findo (TERRA CEARENSE, 1925; CEARÁ ILLUSTRADO, n. 61, setembro de 1925; grifos nossos).

Tais quiosques-cafés no interior ou ao redor dos jardins públicos de Fortaleza valiam muito mais por sua função social do que por suas discutíveis qualidades arquitetônicas, dividindo opiniões e referidos como "aleijões" na crônica *O Sobrado dos Lucas Torres e os Quiosques de Madeira*, assinada por João Nogueira em 5/5/1942 e publicada em *Fortaleza*

Velha (1954, p. 169). No texto, a Cidade da Criança indica o antigo Parque da Liberdade e a Praça do Patrocínio corresponde à Praça Marquês do Herval.

> Além destas **construções** que serviam de morada, outras havia, também de **madeira**, mas destinadas a outros fins. Todos se recordam do **café** do Pedro Eugênio, no fim da linha do Bemfica, e de outro no Largo do Garrote, na Cidade da Criança; dos da **Praça do Ferreira**, onde havia o **Java**, o do **Comércio**, **o Iracema e o Fenix** (...). No **café do Comércio** servia-se, aos fregueses apressados, o *café de pegar o bonde*. (...) Na **praça do Patrocínio** havia **quatro casinholas**, que foram destroçadas durante a agitação de **1912**. (...) No **Passeio Público**, quase escondido entre as **árvores**, achava-se o **Café Caio Prado**, que no ano agitado de **1912** foi invadido por populares e arrebentado. É de propriedade da Prefeitura, que o embelezou conjuntamente com a reconstrução do **Passeio**. (...) O prefeito Godofredo Maciel iniciou a **demolição** dêsses **aleijões**, começando pelos da **Praça do Ferreira**. Sucessivamente foram desaparecendo e deles só resta hoje o do **Passeio Público** (NOGUEIRA, 1954, p. 168-169; itálico do original, grifos nossos).

No Recife, também podemos ilustrar tal distinção no Jardim do Campo das Princesas, atual Praça da República, que experimentou ao menos três grandes intervenções (SILVA, 2010). Inaugurado em 1872, foi remodelado em 1925 e por volta de 1937, quando Burle Marx atuou como paisagista na capital pernambucana, conforme documentado por nossa pesquisa de mestrado (SILVA, 2010).



Praça da República (antes Jardim do Campo das Princesas), Recife, sem o gradil, um quiosque, o coreto em ferro. Palmeiras imperiais e, à direita, um pinheiro. Ao fundo (à direita), o Palácio do Governo de Pernambuco. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Praça da República (antes Jardim do Campo das Princesas), Recife, anterior à reforma realizada por Burle Marx em 1937. Esta imagem retrata o aspecto do logradouro após ser remodelado nos anos 1920, o vazio central denuncia a demolição do coreto, numa das esquinas encontra-se o quiosque em alvenaria. Ao centro, palmeiras imperiais. Ao fundo, o Palácio da Justiça. Foto de Alexandre Berzin.
Fonte: *Revista Arquivos*, n. 3 e 4, dezembro de 1943.

A primeira imagem retrata o projeto de 1872 com o coreto e o quiosque dentro do jardim e suas marcantes palmeiras imperiais, porém sem o gradil. A segunda identifica um aspecto dos anos 1920 e mostra o vazio central criado pela remoção do coreto, além de um novo quiosque em alvenaria num dos vértices do logradouro, o qual só foi demolido por ocasião da intervenção realizada a cargo de Burle Marx.

> A Municipalidade do Recife iniciou hontem a **demolição** do **Kiosque** existente no **Jardim da Praça da Republica**, fronteiro ao **Palacio da Justiça**. Aquella construcção, que pertencia á Prefeitura, constituia uma **nota de máu gosto** e atravancava o transito, num dos angulos do **jardim**, pela agglomeração de pessôas que ali se postavam bebericando refrescos e entretendo palestra, á espera dos bonds (DIARIO DE PERNAMBUCO, 20/12/1936, p. 5; grifos nossos).
>
> Entre as demolições que a Prefeitura vem fazendo na cidade uma das mais opportunas é a do **kiosque**, existente num dos recantos do **Jardim da Praça da República**. Essa **praça** é uma das poucas do Recife que guardam um certo **ar monumental**. Pois bem: para afeial-a não lhe faltava um **sordido kiosque**, que foi outrora **gabinete sanitario** e ultimamente fôra transformado numa **quitanda**. A Prefeitura praticou um acto de bom senso, mandando pôr abaixo o **kiosque**, que se destacava por uma architectura das mais rebarbativas. Agradeçamos ao sr. Burle Marx, que é o **jardineiro** do Municipio, esse serviço prestado á **esthetica urbana**. Mas ha outra cousa a fazer na **praça da Republica**: é destruir o pardieiro do **antigo Thesouro**.

> Parece incrivel que o governo actual se tenha disposto a conservar aquelle edificio tão pouco recommendavel numa praça de pequenas dimensões, e onde ha **tres construcções monumentaes**: **o palacio da Justiça**, **o palacio do governo e o Theatro Santa Isabel**. A demolição desse pardieiro impõe-se urgentemente (DIARIO DE PERNAMBUCO, 20/12/1936, p. 4; grifos nossos).

BUCO—DOMINGO, 20 DE DEZEMBRO DE 1936

Para o embellezamento da Praça da Republica

O kiosque da Praça da Republica que está sendo demolido.

A Municipalidade do Recife iniciou hontem a demolição do kiosque existente no Jardim da Praça da Republica, fronteiro ao Palacio da Justiça.

Aquella construcção, que pertencia á Prefeitura, constituia uma nota de máu gosto e atravancava o transito, num dos angulos do jardim, pela agglomeração de pessôas que ali se postavam beberricando refrescos e entretendo palestra, á espera dos bonds.

A gravura acima mostra o kiosque, após o primeiro dia dos trabalhos de sua demolição.

Notícia sobre a derrubada do quiosque e obras de reforma da Praça da República, Recife.
Fonte: *Diario de Pernambuco*, 20/12/1936, p. 5.

Os principais atributos dos quiosques no contexto luso-brasileiro – seu caráter comercial agregado às suas possibilidades ornamentais, sua ascendência oriental, pequeno porte e associação com os jardins – estão enraizados nas definições do *Dicionário da Arquitetura Brasileira* (1972) e do *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes* (1985).

> **Quiosque**. **Palavra de origem turca** que designa a **pequena construção**, geralmente de **madeira**, situada em **praça** (*sic*), **jardins**, etc. e que serve para a **venda** de jornais, bebidas ou comestíveis. **Pavilhão** de **gosto oriental** para **decoração** de **jardins**. **Pequeno coreto** (CORONA & LEMOS, 1972, p. 397; grifos nossos).

> **Quiosque**. **Pavilhão** de **ferro** ou **madeira**, semelhante ao **templete oriental**, que **ornamenta praças** ou **jardins**. **Pequena edificação** urbana para **venda** de jornais, tabaco, etc. (TEIXEIRA, 1985, p. 192; grifos nossos).

Ainda inspirados na tipologia dos coretos e quiosques, Geraldo Gomes da Silva (1986, p. 112) documentou abrigos em ferro utilizados para proteger fontes hidrominerais em Caxambu, Minas Gerais. Observamos a presença significativa deste equipamento nas "cidades das águas" do Sul mineiro, ora excetuados em ferro, ora em cimento armado ou, possivelmente, em madeira.

Jardim Júlio Regnier, Passa Quatro, abrigo em argamassa para fonte, de 1922 e autoria de Francisco da Silva Reis (Chico Cascateiro). Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Parque das Águas, Caxambu, abrigo em ferro da fonte D. Leopoldina, de 1912 e importado da Bélgica. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Parque das Águas, Caxambu, abrigo em ferro da fonte Duque de Saxe.
Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Parque das Águas, Águas Virtuosas (Lambari), projeto de "kiosque arabe".
Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Nas primeiras décadas do século XX, os jardins públicos então criados nessa região incluíam-se entre os melhoramentos que proporcionaram o aproveitamento das fontes térmicas, estruturando as chamadas "cidades de cura", dado seu caráter medicinal, as quais se converteram, mais tarde, em "cidades balneárias", como forma de lazer e vilegiatura. Os abrigos cobriam as fontes d'água, às quais geralmente se chegava após a descida de alguns degraus.

A filiação de todos esses equipamentos a uma tipologia arquitetônica comum é bem ilustrada pelos catálogos de época da citada *MacFarlane* apresentados por Silva (1986, p. 110-111; 113; 170). Nas edições em inglês, um único catálogo denomina o produto anunciado de *bandstand*, *pavilion*, *summer house*, *arbour* e *kiosk*, simultaneamente. Outro catálogo da mesma *MacFarlane* apresentado por Costa (1994, p. 177) e Soares (2009, p. 84), porém em espanhol e intitulado *kioskos para musica*, corrobora o uso da palavra *kiosco* em referência aos pavilhões musicais no contexto hispanoparlante, neste caso, indicando sua finalidade específica.

Todas essas denominações em inglês ainda sinalizam que faziam parte dos pavilhões de jardins difundidos na Europa no Oitocentos. São exemplos os do tipo *summer house* para permanecer ao ar livre, porém se abrigando, nas estações ou dias quentes, como no Regent's

Park e em Saint James's Square. O pavilhão deste último, original do século XIX, foi concebido pelo célebre John Nash (1752-1835) em 1817 e construído em 1822. Ou ainda, as estufas, os pequenos teatros de jardim e outras construções "que gozavam de grande popularidade", conectando-se a salões de bailes, jantares, jogos, salas de fumo, música e cafés "para que o prazer das plantas fosse aproveitado ao máximo" (COSTA, 1994, p. 166). Estruturas que o autor francês François Loyer (*apud* COSTA, 1994, p. 166) denomina de "pavilhões de encantamento".

De fato, esses equipamentos constituem um considerável conjunto de artefatos que podem ser alçados à denominação comum de *pavilhão*, termo de sentido mais genérico em português, espanhol, francês, italiano e inglês, incluindo coretos, espaços para cafés e chá, atividades físicas e esportivas, construções comerciais, estufas, belvederes, abrigos para fontes d'água ou estadia ao ar livre nos dias amenos do verão europeu. Tais construções vão se diferenciando entre si em relação às suas funções, dimensões, rebuscamento, clima da cidade onde estão inseridos e recorrência, sendo o *coreto*, indiscutivelmente, o mais frequente no Brasil. Os pavilhões europeus convertem-se nos coretos tropicais brasileiros e abrigos adequados ao clima quente, desempenhando diferentes funções nos jardins públicos do Oitocentos e primeiras décadas do Novecentos.

Os dicionários linguísticos *online* da *Real Academia Española* (DRAE), *Larousse*, *Garzanti*, *Cambridge*, *Merriam-Webster*, *Myelt* e *Oxford*, bem como o *Oxford Companion to the Garden* (2006), o *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes* (1985), o *Dicionário da Arquitetura Brasileira* (1972) e o *Dicionário Houaiss* (2009) apontam a sinonímia entre as formas *pabellón*, *pavillon*, *padiglione* e *pavilion* e sua correspondência com o que, em português, denominamos de pavilhão. Em síntese, uma construção, permanente ou temporária, isolada ou como parte de um conjunto, abrigo, barraca ou tenda utilizada em eventos e jardins para as mais diferentes finalidades.

> **Pavilhão**. **Derivado do latim *papilionem***, uma borboleta, a palavra tinha o significado de uma **barraca** cujo material esvoaçante ou enrolado podia assemelhar-se às asas de uma borboleta. Na **terminologia** do **jardim**, tem um significado impreciso que facilmente pode misturar-se com **gazebo**, **belvedere**, **coreto**, **quiosque**, **templo e cassino**. Como estes, o **pavilhão** é uma **construção ornamental** não sustentada por outra estrutura, geralmente imaginada no projeto de um **jardim** para ocupar um **lugar de importância**, frequentemente para formar algo muito **atraente aos olhos** ou um **incidente decorativo**. Tais construções foram comuns nos **jardins renascentistas italianos**, **franceses** e **ingleses** e, nos jardins franceses dos séculos XVII e XVIII, assumiram maior proeminência (TAYLOR in TAYLOR, 2006, p. 369; itálico do original, grifos nossos).

> **Pavilhão**. Corpo isolado ou destacado de um edifício. **Tenda** ou **construção** feita em material ligeiro e **desmontável**. **Quiosque** (TEIXEIRA, 1985, p. 176; grifos nossos).

> **Pavilhão**. Habitação portátil. **Tenda**, **barraca**. Pequena casa. Construção menor contígua a outra maior. Ala de um edifício. Pequena **construção isolada**, em recanto de **jardim** ou **parque** (CORONA & LEMOS, 1972, p. 365; grifos nossos).

Tal genealogia foi apropriadamente anotada pelo historiador José Octávio de Arruda Mello (1990, p. 108), ao moldar o neologismo "arquitetura coreteal", referindo-se a esta grande família de artefatos. Por isso, em muitos jardins e outros logradouros urbanos, essas estruturas arquitetônicas eram adjetivadas para especificar sua natureza ou simplesmente batizadas com nomes que as distinguiam entre si. Vejamos: *Pavilhão das Fontes* (*Gasosas*), em Lambari (Águas Virtuosas), Minas Gerais; *Pavilhão de Música Santa Helena Magno* (em homenagem ao intelectual e poeta paraense Carlos Hypolito de Santa Helena Magno) e *Pavilhão de Música Euterpe* da Praça da República, *Pavilhão 1º de Dezembro* (em memória da coroação de D. Pedro I como Imperador do Brasil em 1822) da Praça Batista Campos, *Pavilhão Frederico Rhossard* do Parque da Residência, todos em Belém (SOARES, 2009, p. 90-105); *Pavilhão das Tartarugas* no Mercado Municipal de Manaus (SILVA, 1986, p. 169; 171); *Pavilhão do Chá* da Praça Venâncio Neiva, em João Pessoa (como a praça é popularmente conhecida hoje); Cafés *Java*, *do Comércio*, *Elegante* (antigo *Café Chic* e mais tarde *Café Fênix*) e *Iracema* da Praça do Ferreira (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 73), entre muitos outros.

Podemos afirmar que os pavilhões de música (coretos), chá e café, fossem em ferro, madeira ou alvenaria e cimento armado, exerciam duas funções nos recintos ajardinados no Brasil: primeiro, a utilitária, de servir de abrigo para os músicos, reunir as pessoas, prover espaços de permanência e recreação; e, adicionalmente, a decorativa, com sua arquitetura ricamente elaborada e detalhes rebuscados.

Desse modo, configuraram-se como um dos principais artefatos dos jardins brasileiros, ora adquiridos em função do ritmo de importações e escoamento de produtos europeus, arrefecido pela I Guerra Mundial (1914-1918), ora construídos localmente, por vezes utilizando técnicas construtivas e mão-de-obra de imigrantes europeus, notabilizando-se os italianos na cidade de João Pessoa. Tal associação coreto-jardim foi bem sintetizada na seção "Jardim Público e Coretagem" do já mencionado *Os coretos no cotidiano de uma cidade: lazer e classes sociais na capital da Paraíba*, com licença de mais esse neologismo forjado pelo autor (MELLO, 1990, p. 82).

No século XIX e primeiras décadas do XX, a música, enquanto expressão artística e cultural, não se restringia ao recinto fechado e erudito dos teatros, mas se popularizava no

espaço público e aberto dos jardins, especialmente antes da difusão de outras formas de divertimento como o banho de mar e o cinema, das transmissões musicais radiofônicas e dos novos deslocamentos proporcionados pelo advento do automóvel.

Os *quiosques* para o comércio miúdo, de caráter utilitário, já eram considerados anacrônicos nas décadas de 1920 e 1930, ensejando reformas e demolições, como documentamos em Fortaleza e no Recife. Os *coretos*, por sua vez, eram uma regra e mantiveram sua hegemonia ao menos até o início da década de 1930.

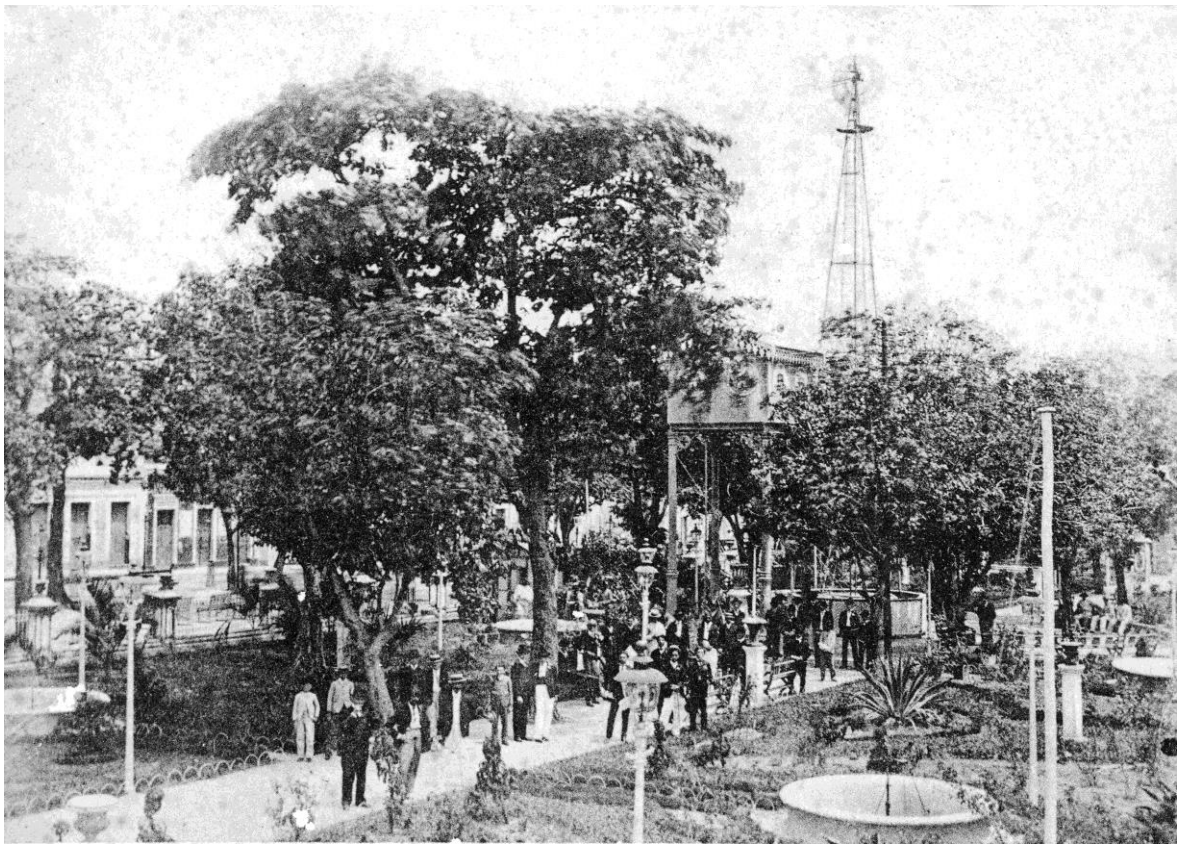
Termo paradoxalmente cooptado do universo litúrgico, o coreto, embora concebido para apresentações musicais, converteu-se em equipamento multifuncional – abrigo, palco, púlpito, altar, palanque, tribuna, mirante. Portanto, de natureza essencialmente laica e presente em numerosos jardins do país, passou a acomodar atividades diversas. Fixou-se, de modo inquestionável, na linguagem e na imagem dos jardins públicos do Brasil entre o final do século XIX e início XX, cuja solidez se reflete na popularíssima expressão "bagunçar ou balançar o coreto", no sentido de desmantelar uma situação ou posição já profundamente consolidada.

4.3 Cata-ventos e caixas d'água

A água, elemento notável na composição das mais diferentes estruturas paisagísticas, sob a disponibilidade de energia elétrica, originou fontes e repuxos luminosos, como já tratamos anteriormente. No entanto, à escassez de ambos, deu-se o aparecimento de um equipamento peculiar nos jardins de Fortaleza – o cata-vento –, utilizando energia eólica como força motriz para puxar água de poços e cacimbas.

Se gradis e coretos são elementos presentes em diversos jardins brasileiros a partir do final do século XIX, os cata-ventos surgem de modo singular na capital cearense. Se estes são fartamente ilustrados pela iconografia fortalezense – no Passeio Público, nas praças do Ferreira, Marquês do Herval (atual José de Alencar), José de Alencar (atual Waldemar Falcão), Comendador Teodorico ou Lagoinha (atual Capistrano de Abreu), no Parque da Liberdade e nos quintais das residências –, a historiografia da cidade silencia sobre sua origem, introdução e funcionamento.

Aos cata-ventos estavam associadas caixas d'água metálicas, adquiridas provavelmente de países europeus, sendo a Grã-bretanha o principal centro importador de Fortaleza no século XIX, sobretudo em relação a maquinarias e manufaturas de caráter utilitário em geral, enquanto na França se adquiriam peças de função decorativa.



Jardim 7 de Setembro da Praça do Ferreira (atual Praça do Ferreira), Fortaleza, a cacimba, o cata-vento e a caixa d'água metálica, quatro bacias à semelhança de tanques (das oito possíveis para irrigação), uma areca junto ao gradil, à esquerda, e um agave no canteiro à direita. Fonte: Acervo Nirez.

Diz Otacílio de Azevedo (1892-1978) na crônica *Minha chegada a Fortaleza*, publicada postumamente no seu livro de memórias *Fortaleza Descalça* (2012 [1980]), sobre a época em que aportou na capital cearense, quando já haviam sido ajardinadas as praças do Ferreira, Marquês do Herval e Caio Prado (Sé):

> Quando cheguei em Fortaleza, por volta de **1910**, matuto vindo de Redenção, anoitecia. (...) No outro dia, sol a pino, visitamos a **Praça do Ferreira**, onde tomamos um refresco no **Café do Comércio**, **artístico quiosque** feito de madeira. Havia outros, um em cada esquina da Praça: **Café Java**, **Café Elegante e Restaurante Iracema**. No centro do **passeio**, à falta de óleo, gemia um **velho catavento**, sobre uma **cacimba** gradeada. Enchia uma imensa **caixa-d'água** pintada de roxo-terra (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 39, grifos nossos).

Na mesma obra, na crônica *Rodeando a Praça do Ferreira*, continua: "havia também, no centro do jardim, uma caixa d'água e um catavento, que puxava água para aguar os jardins" (AZEVEDO, 2012 [1980], p. 72). No texto *Os quiosques da Praça do Ferreira*, no livro *A Praça* (1989b), o ensaísta Mozart Soriano Aderaldo recupera elementos da fisionomia do logradouro à época de seu ajardinamento em 1902.

> Reportagens da época nos dão notícia de como ficou a **Praça do Ferreira** com essas obras de **1902**. Na parte do sul do quadro, entre os Cafés Iracema e Elegante, erguia-se **belo chafariz** com quatro torneiras. No centro do quadrilátero, **um catavento puxava água para um depósito que abastecia oito tanques destinados a manter viridentes os canteiros floridos** situados nas partes em que se dividia o trecho central, **cercado de gradis** e cortado por dois passeios em cruz, em cujas extremidades havia **quatro portões de ferro**. Vinte e oito lampeões (*sic*) a gás clareavam o **jardim** interno, enquanto fora deste mais vinte combustores auxiliavam na **iluminação** de todo o quadrilátero. Os **quiosques** concorriam para a melhor **claridade** do ambiente e, consequentemente, uma maior **circulação de pedestres** (ADERALDO, 1989b, p. 63; grifos nossos).

Enquanto os cata-ventos brotam das lembranças de Otacílio de Azevedo e de Mozart Soriano Aderaldo, a única referência que encontramos sobre sua origem nos chega do clássico *Geografia Estética de Fortaleza* (1979 [1959]), do jurista, historiador, escritor e ex-prefeito (1933-1934) da cidade alencarina Raimundo Girão (1900-1988). Na primeira e segunda edições do livro, respectivamente de 1959 e 1979, Girão afirma que os cata-ventos ou moinhos de Fortaleza eram quase todos de procedência norte-americana. Sobre os melhoramentos urbanos empreendidos pelo intendente Guilherme Rocha na virada do século, resume:

> Em **1902 e 1903**, o mesmo intendente inaugurou os **belos jardins 7 de Setembro**, **na Praça do Ferreira**, **Nogueira Acióli**, **na Praça Marquês de Herval**, (...) **Pedro Borges**, **na Praça Caio Prado**, o que **modificou** sensivelmente para melhor a parte mais central da **urbe**. Inscrevia, assim, Guilherme Rocha o seu nome como o primeiro **remodelador** de Fortaleza, no tocante ao aprimoramento dos seus **logradouros públicos**. Todavia, outros problemas essenciais não encontravam solução, como o do **abastecimento dágua** e o da rede de esgotos. Continuava a cidade a suprir-se do precioso líquido retirando-o de ***cacimbas*** escavadas nos **quintais das casas** e elevada por **moinhos de vento** a rodarem desesperadamente dia e noite. Pelo seu crescido número, **às centenas**, ofereciam esses **cataventos** sugestivo aspecto a quem observasse a **cidade** de qualquer ponto mais saliente. Em geral, eram de **fabricação norte-americana**, quase todos dos tipos **Dandy e IXL**. A água mais potável, de mais confiança do povo, a água de beber era distribuída pelas residências em cargas de quatro ancoretas ou *canecos*, transportados por jumentos, o que ao turista dava singular impressão, fazendo-os (*sic*) por em uso as suas codaques para os *flashes* mais interessantes (GIRÃO, 1959, p. 322; 1979 p. 227; itálico do original, grifos nossos).

Da vastidão da obra de Girão, sua vivência na cidade e conhecimento sobre o passado fortalezense, tal referência nos pareceu consistente e passível de verificação, apesar do estranhamento que pudesse provocar. Afinal, a historiografia de Fortaleza já discutiu os

vínculos da cidade com a França e, em menor extensão, com a Inglaterra, mas não tratou da presença física ou ligação cultural e comercial com os Estados Unidos nesse período.

Jardim Nogueira Accioly da Praça Marquês do Herval (atual Praça José de Alencar), Fortaleza, ao fundo, o cata-vento e a caixa d'água metálica, à esquerda, uma palmeira-leque-da-china atrás da luminária e, no canto superior direito, galhos de uma castanhola encobrindo parte do moinho. Fonte: Acervo Nirez, imagem publicada em *Fortaleza 1910*, edição fac-similar do *Album de Vistas do Ceará* (1908).

Contudo, diz-se que o cata-vento ou moinho de vento foi um dos vetores da colonização do Oeste e Meio-oeste americano, ao proporcionar o bombeamento de águas subterrâneas, ao lado do arame farpado, o qual possibilitou afastar invasores e intrusos, conter o gado e reclamar a posse dos rebanhos errantes. Viabilizou o assentamento de populações e se transformou num dos traços distintivos da paisagem rural estadunidense. Além de suprir as necessidades de fazendeiros e estancieiros do Oeste, forneceu água para as caldeiras das locomotivas e a bombeou para os telhados das habitações verticalizadas do Leste, compareceu em zonas urbanas e em *resorts* localizados nas montanhas ou no litoral.

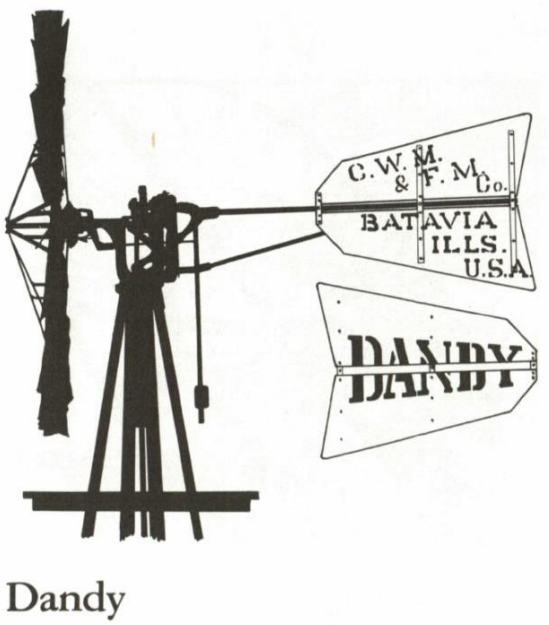
Este panorama é esmiuçado pelo historiador T. Lindsay Baker, especialista no assunto e em história industrial. Autor de *A field guide to American windmills* (1985) e *American windmills: an album of historic photographs* (2012 [2007]), entre outros, Baker foi

quem melhor aquilatou esses gigantes eólicos, coletando fotos, anúncios, gravuras, fotografando remanescentes, catalogando fabricantes e identificando diversificados modelos.

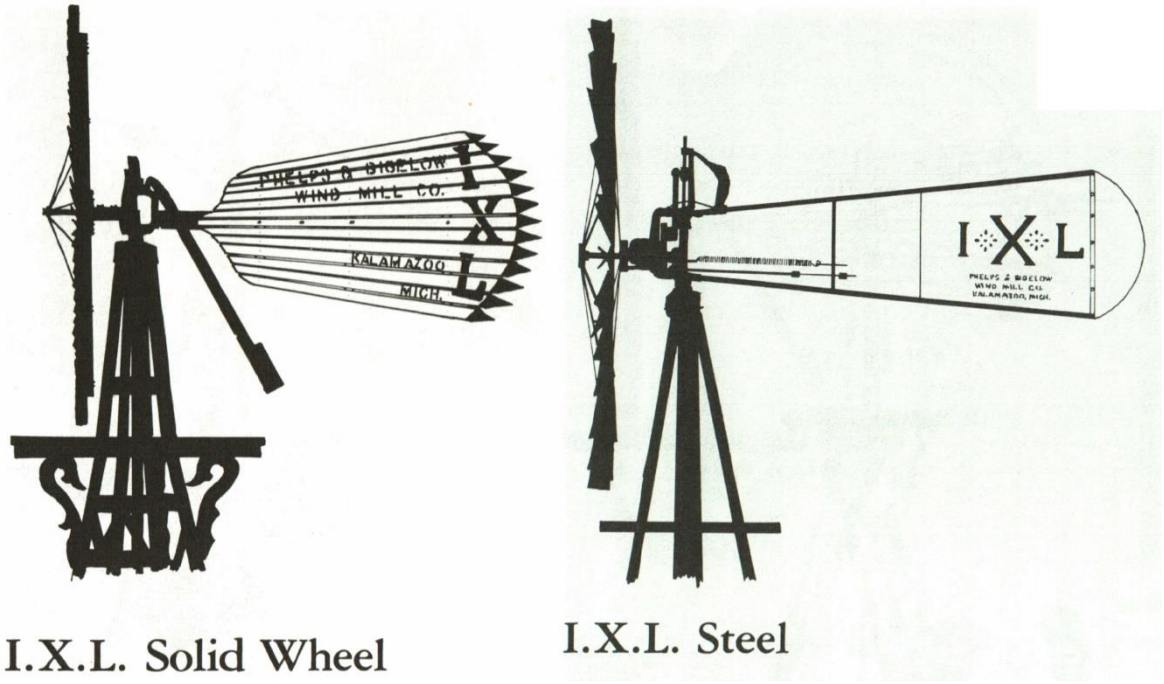
Segundo o autor, o moinho *Dandy* era fabricado pela *Challenge Company*, da Batávia, Illinois, que o produziu por mais de trinta anos, restando vários exemplares nos Estados Unidos e em outros países (BAKER, 1985, p. 168; 345-346; 392). Este modelo é típico dos moinhos de aço que apareceram no início da década de 1890 (BAKER, 1985, p. 168). O I.X.L era manufaturado pela *Phelps and Bigelow Wind Mill Company* (em madeira, pelo menos já em 1881, ou em aço), localizada em Kalamazoo, Michigan (BAKER, 1985, p. 288; 290; 368; 403).

O pesquisador documenta a existência de um *Dandy* em 1930 em Curaçau, Caribe, onde a pouca profundidade dos aquíferos de água doce tornou possível o uso de moinhos americanos para bombeá-la e abastecer a população (BAKER, 2012, p. 143). Esta também era a função essencial dos exemplares que registrou em Campeche, capital do estado homônimo no México, onde "uma verdadeira floresta de moinhos de vento industrializados americanos bombeavam água para muitos dos residentes da cidade durante a primeira metade do século XX" (BAKER, 2012, p. 145).

Anúncio de 1894 de venda de um cata-vento Dandy.
Fonte: http://www.ebay.com/itm/1894-Ad-Smith-Winchester-Dandy-Steel-Windmill-Water-Pump-1937-Wendell-St-Boston-/301092250076

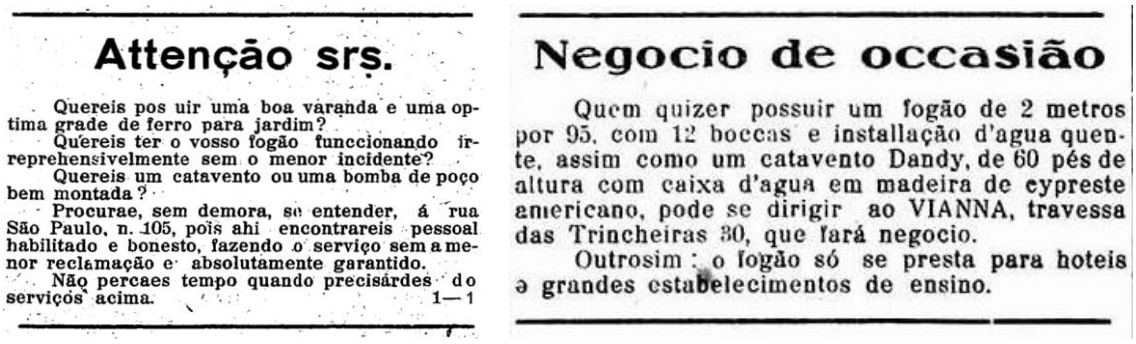


Esquema gráfico do cata-vento *Dandy*, fabricado pela *Challenge Company* (Batávia, Illinois), Estados Unidos. Fonte: BAKER (1985).



Esquemas gráficos dos cata-ventos *I.X.L. Solid Wheel* e *I.X.L. Steel*, fabricados pela *Phelps and Bigelow Wind Mill Company* (Kalamazoo, Michigan), Estados Unidos. Fonte: BAKER (1985).

Cotejando tais referências bibliográficas com propagandas de época de cata-ventos *Dandy*, anúncios publicados no jornal *O Povo* e fotos e cartões postais das vistas urbanas de Fortaleza, comprovamos a correção da informação dada por Raimundo Girão. Os jornais parecem anunciar cata-ventos usados, pois mencionam sua condição "em reforma" (O POVO, 3/10/1928, p. 3) ou "em perfeito estado" (O POVO, 2/6/1930, p. 8).



Attenção srs.

Quereis pos uir uma boa varanda e uma optima grade de ferro para jardim?
Quereis ter o vosso fogão funccionando irreprehensivelmente sem o menor incidente?
Quereis um catavento ou uma bomba de poço bem montada?
Procurae, sem demora, se entender, á rua São Paulo, n. 105, pois ahi encontrareis pessoal habilitado e bonesto, fazendo o serviço sem a menor reclamação e absolutamente garantido.
Não percaes tempo quando precisárdes do serviços acima. 1—1

Negocio de occasião

Quem quizer possuir um fogão de 2 metros por 95, com 12 boccas e installação d'agua quente, assim como um catavento Dandy, de 60 pés de altura com caixa d'agua em madeira de cypreste americano, pode se dirigir ao VIANNA, travessa das Trincheiras 30, que fará negocio.
Outrosim: o fogão só se presta para hoteis e grandes estabelecimentos de ensino.

Anúncios de venda de cata-ventos em Fortaleza.
Fonte: O *Povo*, 24/3/1928, p. 2 (à esquerda) e 4/10/1929, p. 4 (à direita).

AVISO EM GERAL

O mechanico VIANNA previne á sua distincta freguesia que se mudou para a Travessa das Trincheiras n. 30, onde tem cataventos «Dandy» em reforma, fogões de ferro, etc.
Serviços garantidos.

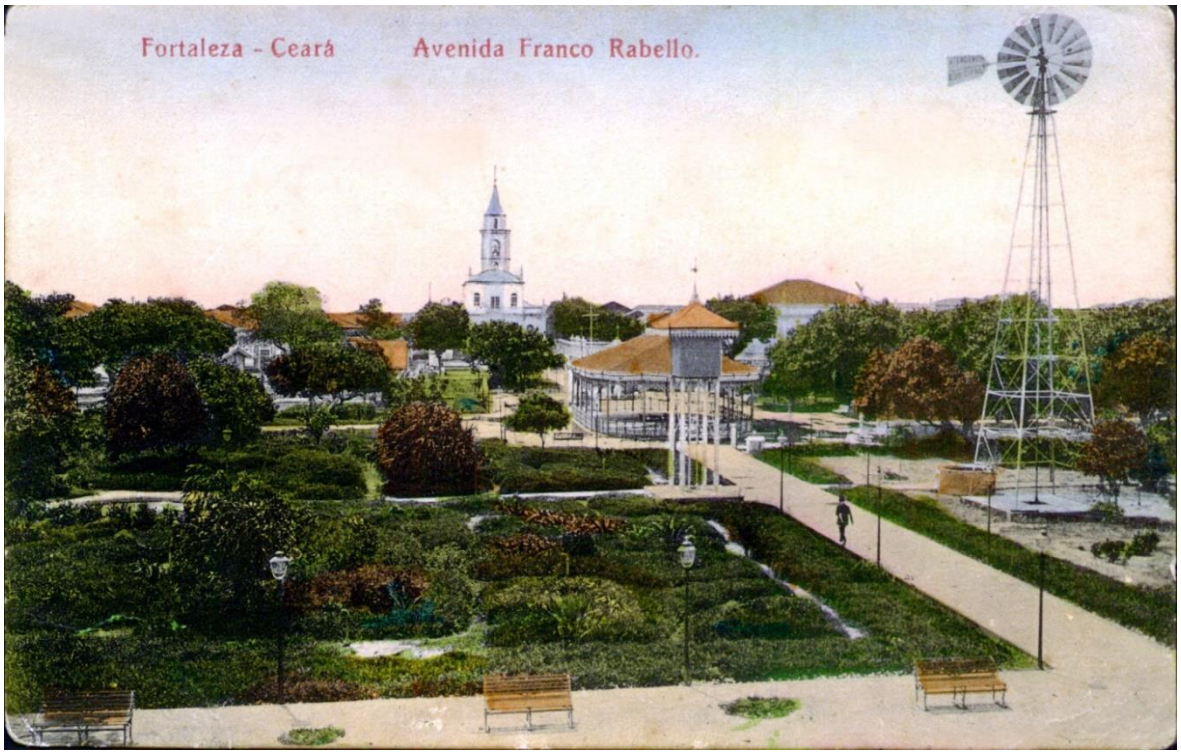
CATAVENTO

Vende-se um em perfeito estado, marca DANDY--a tratar com E. VILLAR & CIA. LTDA--Rua Cel. Bizerril, 189. 1106—9—1o alt

Anúncios de venda de cata-ventos em Fortaleza.
Fonte: O *Povo*, 3/10/1928, p. 3 (à esquerda) e 2/6/1930, p. 8 (à direita).

A oferta do mecânico Viana (O POVO, 4/10/1929, p. 4) referente a um exemplar *Dandy* evidencia a sua procedência norte-americana, assim como o fato de ter uma caixa d'água em madeira cipreste daquela região e ser dimensionado em pés – unidade de medida do sistema anglo-saxão. Um dos cata-ventos anunciados tinha 60 pés de altura, equivalentes a dezoito metros ou um edifício de seis pavimentos. O referido mecânico seria o mesmo responsável pela confecção de um dirigível propelido durante a inauguração do Jardim Tomás Pompeu da Praça Comendador Teodorico (ou da Lagoinha), conforme edição do mesmo jornal O *Povo*.

> Realizar-se-á amanhã a inauguração official do **jardim Thomaz Pompeu (Praça da Lagoinha)**, recentemente construido pela Prefeitura municipal. Haverá **retreta** nos dias 12, 13 e 14 – e amanhã, ás 20 horas, o habil **mecanico J. Vianna** fará subir um "dirigivel" de papel, caprichosamente confeccionado pelo mesmo, em homenagem ao prefeito Alvaro Weyne. Esse balão, que tem grandes dimensões, é um trabalho perfeito e que revela a habilidade daquelle artista conterraneo, tendo os moradores daquella **praça** se cotizado para as despesas de confecção (O POVO, 11/7/1930, p. 8; aspas do original, grifos nossos).



Jardim Nogueira Accioly da Praça Marquês do Herval (atual Praça José de Alencar), Fortaleza, a cacimba, o cata-vento, a caixa d'água metálica e o pavilhão. Ao fundo, a Igreja do Patrocínio. Vista tomada a partir do Teatro José de Alencar. Fonte: Acervo Nirez.

Utilizamos a palavra *cata-vento* como sinônimo de *moinho* ou, neste caso específico, *moinho de vento*, porque a encontramos em fontes de época, como também foi apropriada por Raimundo Girão (1959, p. 322; 1979, p. 227), Otacílio de Azevedo (2012 [1980], p. 39; 72) e, posteriormente, Liberal de Castro (2009, p. 94; 108). Dicionários de português dos séculos XVIII e XIX registram os seguintes significados para a palavra *cata-vento*:

> **Catavento**, s. m., **maquina** usada na **Azia** para se introduzir **ar fresco** nas casas. (...) **Bandeirinhas**, que se põem nos bordos dos navios para mostrarem a **direcção do vento** (SILVA, 1789, v. 1, p. 245; grifos nossos).

> **Catavento**, s. m. **Maquina** de que usão os **Asiaticos** para entrar **ar fresco** nas casas. **Bandeirinha** para observar o **vento** (PINTO, 1832; grifos nossos).

> **Catavento**, s. m., de cata, olha, busca, de catar (...) e vento. **Bandeirinha** de panno, de folha de Flandres, latão, etc., que se põe nos navios, moinhos, telhados, torres, etc., para mostrar a **direcção do vento**. (...) Nome dado pelos **portuguezes** a um **apparelho** usado na **Asia**, nos terrados (*sic*), para renovar o **ar** das casas (VIEIRA, 1873, v. 2, p. 143; grifos nossos).

> **Cátavènto**, s. m., são como **chaminés** claras, que passam aos terrados (*sic*) na **Asia**, e servem para se introduzir **ar fresco** nas casas. (...) **Bandeirinha**, que se põe nos bórdos dos navios, para mostrar a **direcção do vento**, e d'onde vem; tambem se usam em terra em cima de torres, casas, etc. para mostrar d'onde **sopra o vento** (SILVA, 1877, v. 1, p. 350; grifos nossos).

Portanto, o *cata-vento* possui acepção de grimpa ou biruta, como conserva ainda hoje, quando nos referimos às lâminas metálicas instaladas na coberta das edificações para indicar a direção do vento. Mas também indica os brinquedos, geralmente coloridos e feitos em papel ou madeira, os quais se movimentam ao sabor do vento ou do sopro, ou ainda uma chaminé de ventilação em edificações.

No texto *A Fome*, de 1879, sobre a seca daquele ano, Rodolfo Teófilo observava em Fortaleza seus poucos templos construídos "no estilo da antiga arquitetura portuguesa", dotadas de "pares de campanários terminados em cata-ventos de ferro" (TEÓFILO *apud* GIRÃO, 1983, p. 88), aí significando as grimpas ao modo das igreja lusitanas.

O Houaiss (2009) anota tais significados, mas acrescenta outro: "aparelho que, montado em torre, utiliza a força do vento para puxar água de poços", tal qual documentamos neste estudo referente aos equipamentos instalados nos espaços públicos de Fortaleza. O prefixo *cata*, do grego *kata* ou *katá*, significa, aliás, segundo Cunha (1986, p. 163), "do alto de; de cima para baixo". No âmbito das construções, o *Dicionário da Arquitetura Brasileira* (1972) reúne as três definições em torno do termo cata-vento – grimpa (dispositivo para indicar a direção do vento); chaminé (aparelho para refrescar um ambiente); moinho (máquina para puxar águas subterrâneas) –, abarcando desde uma pequena até uma grande instalação.

> **Catavento**. **Bandeirinha** metálica e móvel em torno de um eixo colocado no alto dos edifícios, que serve para indicar a **direção dos ventos**. O mesmo que **grimpa**, veleta, ventoinha, e zingamocho. Nome dos **moinhos de vento** que servem, também, para **puxar água dos poços**. Nome que se deu em **Portugal** aos **dispositivos** situados nos **telhados**, como se fôssem **chaminés**, próprios para refrescar os ambientes internos. Parece que êsse **sistema de ventilação** é de **origem oriental**, tendo a Península dêle tomado conhecimento através dos árabes (CORONA & LEMOS, 1972, p. 118; grifos nossos).

Por sua vez, a palavra *moinho* se relaciona diretamente com a ação de "moer", "triturar", "esmagar", "reduzir a pó", "mastigar" (CUNHA, 1986, p. 527; 536), por isso associada à moagem de trigo e assim definida pelos referidos dicionários linguísticos:

> **Moinho**, s. m. **maquina** de **moer o gráo em farinha**, dando-lhe o movimento pezo, ou força de **agua corrente**, ou o **vento** (SILVA, 1789, v. 2, p. 90; grifos nossos).

> **Moinho**, s. m. **Maquina** de **moer o trigo, etc e reduzillo a farinha**. Ha **moinhos de agua**, e **de vento** (PINTO, 1832; grifos nossos).

> **Moinho**, s. f. (Do latim *molina*). **Machina** composta de varias peças, para fazer andar **moinhos**, e empregada para **reduzir os grãos a farinha**. (...) **Moinho *de vento***; especie de moinho movido pela **acção do vento**. Toda e qualquer machina de outro genero que serve para diversos usos. Moinho *de azeite*, *de assucar*, etc. Moinho *de café*, pequeno utensilio onde se móe o café (VIEIRA, 1873, v. 4, p. 291; itálico do original, grifos nossos).

> **Moínho**, s. m. (do Hesp. *molino*; do Fr. *moulin*; do Lat. *molina*). **Machina** de **moèr o grão em farinha** entre duas pedras horizontáes, uma rodando sobre outra plana com outra plana; a de baixo é fixa, e a de cima revolve-se em um eixo perpendicular, dando-lhe o movimento o peso ou força de **agua corrente**, ou **vento**, ou **animáes** (SILVA, 1878, v. 2, p. 320; itálico do original, grifos nossos).

Hoje, de acordo com o Houaiss (2009), o vocábulo quer dizer: "engenho que se destina à moagem, especialmente de cereais", movido pelo vento, água ou motor; "construção em que se acha instalado esse engenho"; "qualquer máquina que se destina à trituração de algo"; "moenda".

Os dicionários *online* da *Real Academia Española* (DRAE), *Garzanti*, *Larousse*, *Cambridge*, *Merriam-Webster*, *Myelt* e *Oxford* mostram que há uma correspondência entre as formas *molino* (*de água*, *de viento*) em espanhol, *mulino* (*ad acqua, a vento*) em italiano, *moulin* (*à eau*, *à vent*) em francês e *mill* (*watermill*, *windmill*) em inglês para designar o que, em português, chamamos de *moinho*, adjetivado de acordo com o tipo específico de força motriz.

Em síntese, as palavras *moinho*, *molino*, *mulino*, *moulin* e *mill* indicam ora o maquinário destinado à moagem de cereais, ora a fábrica que o contém, ou seja, o engenho em si ou a construção que o abriga. Contudo, ao tipo de equipamento presente nos jardins fortalezenses dava-se o nome de *cata-vento*, conforme observamos em documentos de 1922 a 1930 – *Annuario Estatistico do Ceará* relativos aos anos de 1922, 1923 e 1924 (respectivamente publicados em 1925, 1926 e 1928) e jornal *O Povo* (1928-1930). Desse modo, na língua portuguesa, a palavra cata-vento afirma-se, expressamente, para designar o aparelho propriamente dito destinado a bombear água de poços, utilizada no contexto luso-brasileiro, adquirindo, ao menos no período do nosso estudo, uma conotação regional e urbanística e de uso corrente ainda hoje no Ceará.

Exatamente a partir dos anos 1930, a iconografia urbana da capital cearense, nela incluindo-se as fotos do *Album de Fortaleza* (1931), mostra vários logradouros sem os cata-ventos, época em que a cidade já dispunha do novo de serviço de abastecimento d'água, compreendendo captação, tratamento, adução por tubulação, armazenamento em duas caixas d'água metálicas remanescentes da década de 1910 (CASTRO, 1987, p. 232; 250), localizadas na Praça Visconde de Pelotas (atual Praça Clóvis Beviláqua), e rede de

distribuição. Fotos dessa época também indicam, de modo evidente, a existência de diversos cata-ventos nos quintais das residências do entorno, os quais ainda pareciam desempenhar importante papel na provisão d'água para consumo doméstico.

Praça Visconde de Pelotas (atual Praça Clóvis Beviláqua), Fortaleza. Ao fundo, duas caixas d'água iniciadas pelo governador Antônio Pinto Nogueira Accioly (1896-1900) e concluídas por ocasião da inauguração do novo sistema de abastecimento d'água na gestão estadual de José Moreira da Rocha (1924-1928). Na frente dos reservatórios, o coreto descoberto em alvenaria e cimento armado e, em primeiro plano, o lago. Na praça, há uma canafístula e agave em jarro. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Segundo notícias publicadas no jornal O *Nordeste* (7/10/1922, p. 1; 23/10/1922, p. 1; 26/10/1922, p. 1) e informações constantes no álbum *Terra Cearense* (1925), parte das obras dos sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário foi realizada pela firma americana *Bayley & Cia.* ou *C. A. D. Bayley & C.º Inc.*, empregando empréstimos dos americanos e instalações fornecidas pela empresa de Chicago *Alvord, Burdik & Howson*. O aparato de filtragem para purificação da água teria sido feito através de tecnologia norte-americana.

> O systhema de filtração é o *rapido*, chamado ***systhema americano***, aconselhado pelo engenheiro Saturnino de Britto, que o adoptou em Recife por offerecer vantagens grandes e incontestaveis sobre o systema de filtração *lenta*, conhecido por ***systhema inglez*** (TERRA CEARENSE, 1925; itálico do original, grifos nossos).

Já em 1925, após a reforma completa que lhe foi imputada no governo do prefeito Godofredo Maciel, a Praça do Ferreira aparece destituída de seu cata-vento e caixa d'água. O

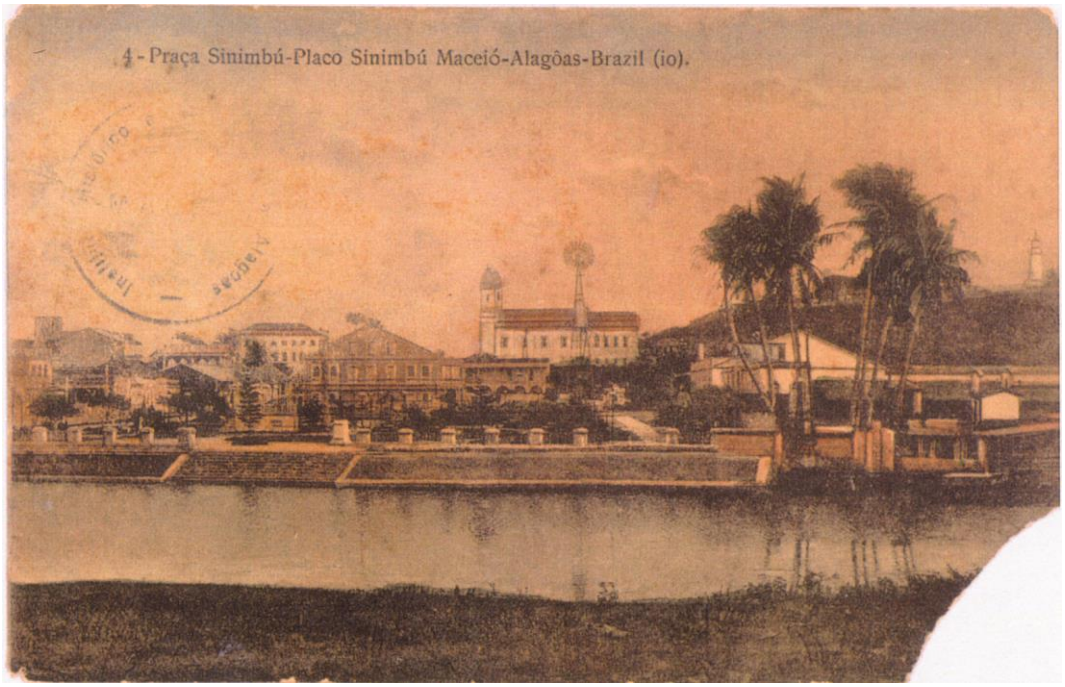
mesmo se verifica na Praça José de Alencar, a partir de 1929, pois, seu espaço central, antes ocupado pelo pavilhão e pelo velho moinho, dera lugar à escultura do romancista. Portanto, admitimos que os anúncios veiculados no jornal *O Povo* entre 1928 e 1930 ofereciam, de fato, cata-ventos usados. Este é um marco cronológico razoável para o seu desaparecimento dos jardins públicos da cidade.

Por outro lado, identificamos cata-ventos com morfologia semelhante aos de Fortaleza, porém sem aparente associação a caixas d'água e cuja procedência acreditamos ser americana, em outros jardins públicos: a Praça Sinimbu (Praça Euclides Malta), em Maceió, e a Praça da República (antigo Largo da Campina, depois Largo da Pólvora e Praça D. Pedro II, hoje dividida em três partes denominadas de Praça João Coelho, Praça da República e Praça da Sereia), em Belém. Ainda observamos outro exemplar na Praça da Matriz de Iguatu, município do interior do Ceará, em foto constante no álbum *Terra Cearense* (1925).

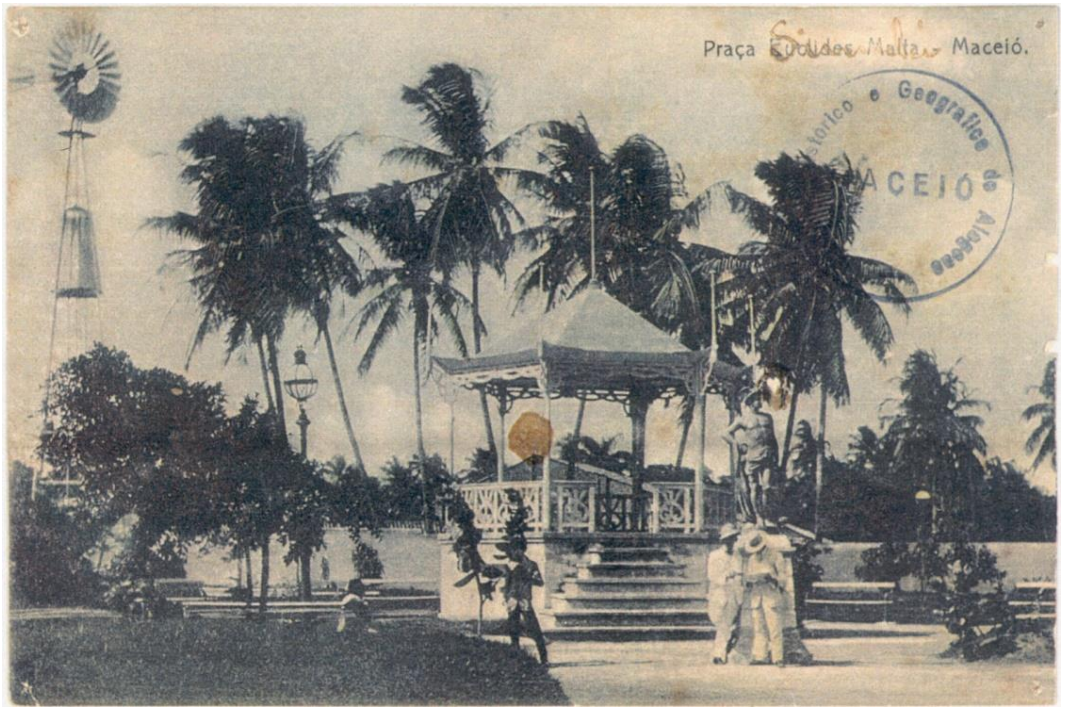
Nos Estados Unidos, os cata-ventos também foram instalados em áreas urbanas em várias partes do país, já que governos locais financiavam a escavação de poços e a construção de moinhos para uso público (BAKER, 2012, p. 120). Cavalos e mulas usados em meios de transporte anteriores à era do automóvel demandavam consumo regular de água, conforme descreve T. Lindsay Baker:

> Frequentemente, uma municipalidade ou condado dispunha um **poço público no centro de uma via pública** principal, facilmente acessível sem aglomeração. Próximos aos **poços** construíam-se **cochos** de concreto, madeira ou aço com lados de altura apropriada para os **animais** beberem confortavelmente. Os sistemas d'água eram geralmente equipados com válvulas flutuantes e reguladores de **moinhos de vento** de modo que os mecanismos se desligavam quando os **tanques** enchiam, mas religavam quando os **animais** ou a **evaporação** baixavam seu nível. Isto ajudava a impedir a área ao redor de tais **poços** de se tornar um lamaçal barrento (BAKER, 2012, p. 120; grifos nossos).

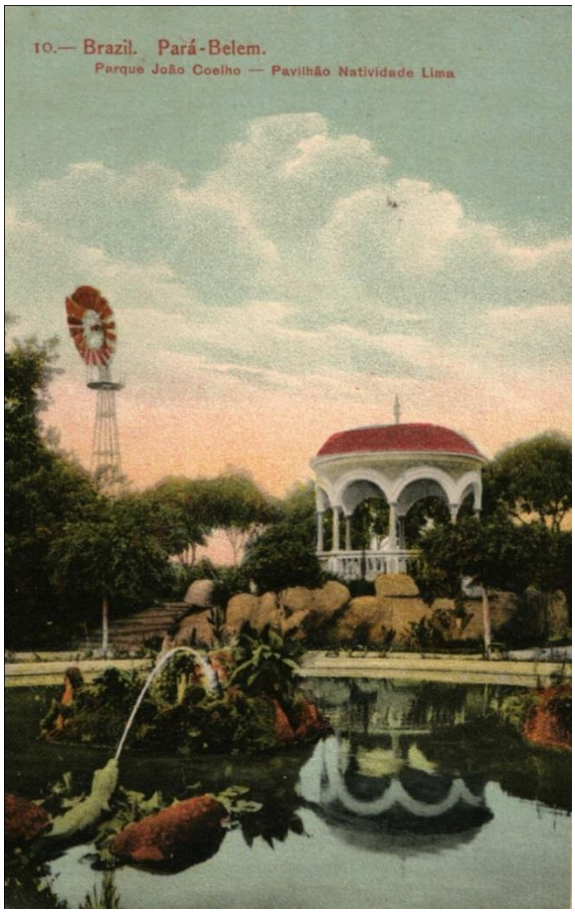
Este sistema foi registrado a partir do final do século XIX e desapareceu com a era do veículo automotor na década de 1920 (BAKER, 2012, p. 120). As imagens que o autor fornece de distritos urbanos dos Estados Unidos – Kansas City, no Kansas, e Ruskin e Farnam, em Nebraska – mostram poços e moinhos semelhantes às cacimbas e cata-ventos de Fortaleza, mas nenhum deles instalado em jardins. Tais imagens, entre outras de San Diego, na Califórnia, e Canyon, no Texas, retratam cochos, carroças, vias sem pavimentação e áreas livres cobertas por terra ou capim sem tratamento paisagístico, indicando que os moinhos bombeavam água para os animais e a população, mas não para a manutenção de jardins públicos.



Praça Sinimbu (ou Praça Euclides Malta), Maceió, o cata-vento e, ao fundo, a Igreja Catedral. Fonte: CAMPELLO (2011), Série Esperanto.



Praça Sinimbu (ou Praça Euclides Malta), Maceió, o cata-vento e o coreto. Vista oposta à anterior. Fonte: CAMPELLO (2011), Série Typ. Commercial M. J. Ramalho.



Praça da República (trecho denominado de Parque João Coelho), Belém, o cata-vento, o coreto em alvenaria (Pavilhão Natividade Lima) e um lago. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Em Fortaleza, a exemplo do que ocorria em áreas urbanas dos Estados Unidos, a municipalidade era responsável pela instalação e manutenção de cata-ventos em logradouros públicos, como vimos na seção de finanças municipais sob a rubrica "conservação de cataventos e motores" no *Annuario Estatistico do Ceará* relativos aos anos de 1922 (publicado em 1925, p. 425-427), 1923 (publicado em 1926, p. 401-403) e 1924 (publicado em 1928, p. 394-396).

Além de regar as plantas, é muito provável que a água das cacimbas servisse para dessedentar cavalos e mulas que trafegavam como meios de transporte anteriores à popularização do automóvel ou vinham do Sertão ou simplesmente vagavam pelas ruas no início do século. Os mesmos animais que, aliás, justificavam a instalação de gradis nos jardins daquele período em várias cidades brasileiras, como já discutimos anteriormente. Sobre a Praça do Ferreira, diz Gustavo Barroso (1888-1959) em *À margem da história do Ceará* (1962).

> Quando ao fim da primeira metade do último século se terminou sua retificação, a **praça** não passava dum areal ensombrado de cajueiros (...). **À sombra dos cajueiros**, costume que ainda presenciei, descansavam os **animais das tropas ou comboios** que traziam gêneros do sertão e para lá levavam mercadorias. De espaço a espaço, ao redor, havia **frades-de-pedra**, marcos talhados num bloco inteiriço, de belo lioz português, encimados por uma cabeçorra, sob a qual se via uma **cinta de ferro com duas argolas**. Por elas se prendiam dum ao outro as **correntes que impediam a animalada de invadir as ruas**. (...) Em três cantos da praça arenosa, **quiosques** de madeira e zinco, **servindo de cafés: o Java, o Iracema e o do Comércio**, êste em forma de rotunda. Ao ser **ajardinado** e cimentado o histórico logradouro em **1902**, os dois primeiros foram aumentados e melhorados, o terceiro se transformou em chalé assobradado e se construiu um quarto, o **Elegante**, do mesmo feitio (BARROSO, 1962, p. 283-284; grifos nossos).

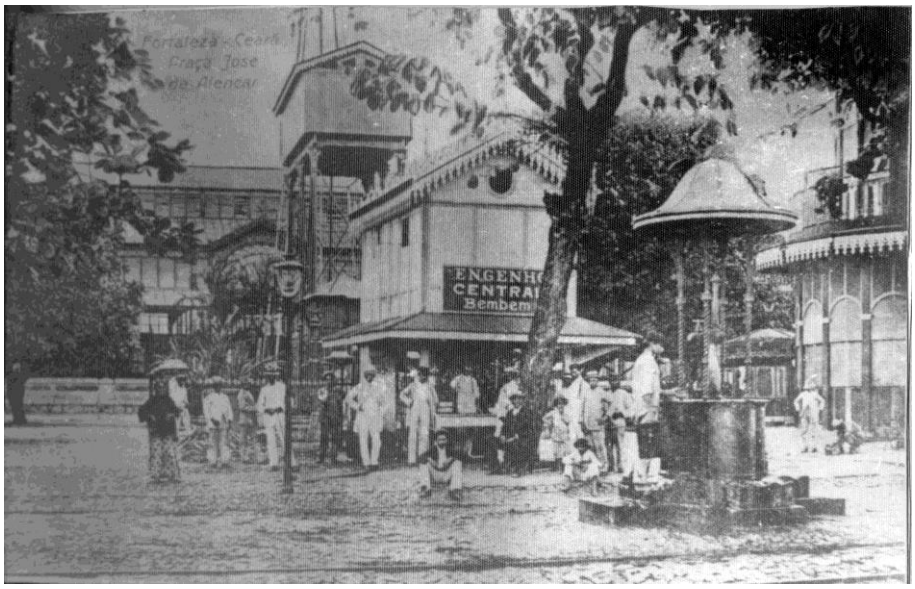
Ainda no mesmo livro, Gustavo Barroso (1962, p. 283) afirma que, durante a seca de 1877-1879, foi aberta no centro da praça uma cacimba em pedra lioz para provisão d'água, ao lado da qual se instalou um chafariz igual aos implantados em Paris em 1872, porém de tecnologia inglesa, segundo excerto transcrito no capítulo anterior.

Raimundo Girão (1983, p. 68) também indica que a Praça do Ferreira era um antigo areal chamado Feira Nova com um "cacimbão no centro", modificado em "lindo Éden" em 1902, ao passo que "os célebres frades de pedra, com argolas" para amarrar os animais estão rememorados na narrativa de Otacílio de Azevedo (2012 [1980], p. 72) sobre a Fortaleza de 1910, mesmo após o ajardinamento do logradouro.

Mais distante, estava a Lagoa do Garrote, num local considerado "semideserto e cheio de mato", onde se abatia, se esquartejava e se vendia o gado sob as árvores, o que, a propósito, lhe explica o topônimo (BARROSO, 1962, p. 233). Mais tarde, o local, que servia de "descanso aos comboeiros" e tinha "apenas umas casinhas um tanto ocultas no mato" (BARROSO, 1962, p. 233), foi transformado no Parque da Liberdade, onde também foram erguidos um cata-vento e um reservatório d'água.

Por sua vez, uma imagem clássica nos estudos sobre Fortaleza mostra, na então Praça José de Alencar (hoje Waldemar Falcão, que não deve ser confundida com a atual José de Alencar, antiga Marquês do Herval), um cata-vento e uma caixa d'água por volta de 1909, sem qualquer ajardinamento. Nesse caso, ventilamos a hipótese de que a água bombeada pudesse servir para o consumo dos moradores e de animais.

A população e o poder público haviam criado soluções de provimento d'água através da perfuração de cacimbas, que poderiam ser aproveitadas em projetos de ajardinamento posteriores, com a instalação de cata-ventos e tanques para armazenamento.



Praça José de Alencar (atual Praça Waldemar Falcão), 1909, Fortaleza. Ao fundo, o cata-vento e a caixa d'água metálica. Fonte: Acervo MIS.

De origem americana era o cata-vento existente no Parque das Águas ou Parque Mello Vianna na cidade de Cambuquira, fabricado pela *Aermotor Company*, de Chicago, Illinois, como identificamos em cartões postais de época. O parque foi projetado em 1928, entre outros logradouros ajardinados nas cidades balneárias do Sul de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX (MAGALHÃES, 2012, p. 293). O projeto é de autoria de Reinaldo Dierberger, que havia reformado a Praça da Liberdade, na capital Belo Horizonte, em 1920 e, mais tarde, foi encarregado de conceber os jardins públicos de Poços de Caldas e o Parque do Barreiro em Araxá (MAGALHÃES, 2012, p. 290; 293).

Verificamos a existência de um cata-vento da *Aermotor Company* em um chalé de Belém fotografado por Geraldo Gomes da Silva, ilustrando o texto *Linguagem Clássica* (GOMES, 2002, p. 158), como parte da coletânea *Arquitetura Brasil 500 anos: uma invenção recíproca* (2002).

Em *American windmills: an album of historic photographs*, Baker (2012, p. 142) apresenta uma única referência sobre o Brasil, exatamente uma foto do Parque das Águas de Cambuquira em cuja legenda afirma que, na América do Sul, moinhos de vento bombeavam água para pessoas e animais no início do século XX. A imagem, pertencente à coleção do autor (portanto, não retirada de bibliografia brasileira), mostra a vista das fontes e o parque internamente e, ao fundo, o relevo montanhoso, sugerindo um aspecto rural ou pouco urbanizado.

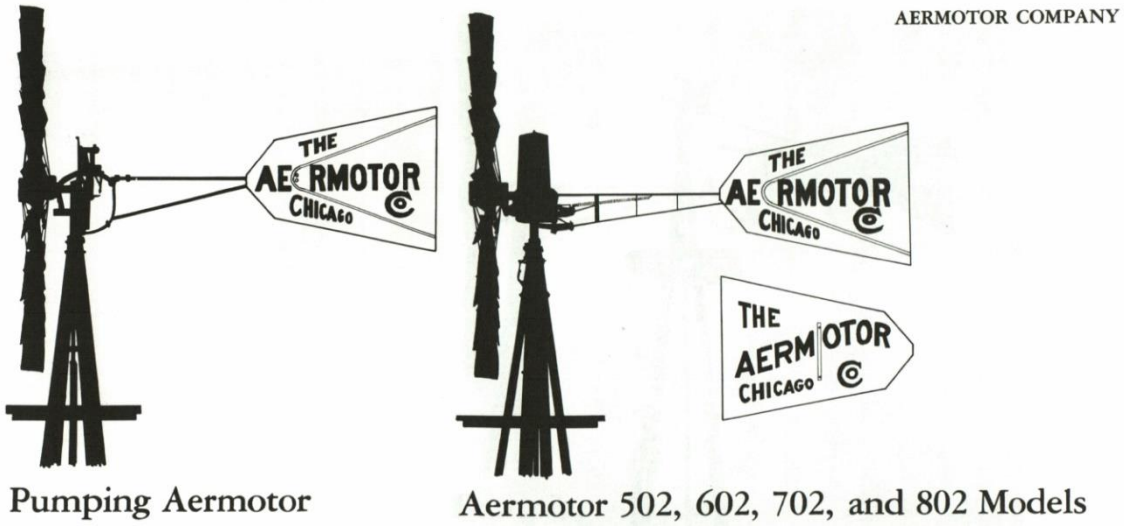
Parque das Águas, Cambuquira-MG, à esquerda, um cata-vento da *Aermotor Company* (Chicago, Illinois), Estados Unidos, ao centro, um abrigo em ferro para fonte e outros dois, provavelmente em madeira, à direita, um pavilhão. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Parque das Águas, Cambuquira-MG, um abrigo em ferro para fonte e, ao fundo, um cata-vento da *Aermotor Company* (Chicago, Illinois), Estados Unidos. Vista oposta à anterior. Fonte: Acervo Aline de Figueirôa Silva.

Por outro lado, dispomos de cartões postais que retratam o espaço já consolidado, a presença de automóveis e veículos à tração animal estacionados no seu entorno, justificando a necessidade de água para pessoas, cavalos e mulas, como sugerido pelo historiador. É possível que a função precípua do cata-vento fosse o bombeamento das águas minerais, dada

a natureza do logradouro, visível na sua denominação. Aceita esta hipótese, em razão da abundância de água, teria desempenhado ali, paradoxalmente, a mesma função dos congêneres cearenses.

Moinhos americanos foram erguidos em estâncias montanhescas ou costeiras como forma de conjugar a conveniência da vida urbana – ao realizarem o bombeamento d'água e oferecerem mais comodidade aos hóspedes – ao apelo de cenários naturalísticos (BAKER, 2012, p. 130). Frequentemente, aparecem em fotografias históricas de tais estâncias ou *resorts*, como é o caso de Cambuquira, acabando, talvez, por adquirir um caráter simbólico, ao recuperarem atributos do mundo campestre.



Esquemas gráficos dos cata-ventos fabricados pela *Aermotor Company* (Chicago, Illinois), Estados Unidos.
Fonte: BAKER (1985).

Em Fortaleza, os cata-ventos estavam associados a caixas d'água metálicas, cujo paulatino desmonte nos espaços públicos resulta, ao que parece, do serviço regular de fornecimento d'água e, secundariamente, do decaimento dos transportes à tração animal, com o surgimento do automóvel. No entanto, reservatórios em ferro também apareceram em outras cidades, como Pelotas e Rio Grande, no Rio Grande do Sul, Belém e Manaus.

De acordo com a arquiteta Maria Regina Mattos (2003, p. 176-177; 314), em *Arquitetura da paisagem e modernidade: um estudo sobre representações e memória das praças de Pelotas (1860-1930)*, na década de 1870, um amplo reservatório foi instalado na Praça ou Largo da Caridade (depois Praça Piratinino de Almeida, também chamada de Praça ou Largo da Santa Casa de Misericórdia) pela Cia. Hidráulica Pelotense, que realizaria o abastecimento d'água, captada do Arroio Moreira. Com base em um periódico de 1922, a autora aponta que esta caixa d'água foi encomendada à firma francesa *Fonille Frères & Cia*,

trazida em peças em um navio em 1873, ao passo que sua montagem foi concluída em 1875 (MATTOS, 2003, p. 314).

Contudo, Geraldo Gomes da Silva dá pistas de que o reservatório pelotense pode ter sido adquirido na França, mas fabricado na Inglaterra, dada sua similaridade com outro, de 1876, existente na vizinha Rio Grande (SILVA, 1986, p. 96; GOMES, 2002, p. 164). A procedência da *Torre do Depósito*, como também era conhecido o equipamento é, de fato, britânica, porém da Escócia (SILVEIRA, 2009, p. 171-172).

Acreditamos que o ajardinamento da Praça da Caridade, em Pelotas, é posterior à instalação da caixa d'água. O equipamento acabou, todavia, por agregar outros atributos paisagísticos ao logradouro, pois, além de sua função original, era dotado de um mirante central. Localizado no topo do reservatório e acessível por uma escada helicoidal, tornou-se "o principal atrativo" da praça já no século XX, "de onde se podia apreciar boa parte da cidade" (MATTOS, 2003, p. 314).

Jardim 7 de Setembro da Praça do Ferreira (atual Praça do Ferreira), Fortaleza, detalhe da caixa d'água metálica, uma castanhola após a primeira coluna do reservatório, ao fundo, um agave no canteiro. Fonte: Acervo Nirez, imagem publicada em *Fortaleza 1910*, edição fac-similar do *Album de Vistas do Ceará* (1908).

Praça da Caridade ou Praça Piratinino de Almeida após seu ajardinamento, Pelotas, caixa d'água com mirante importada da Escócia. Fonte: http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2013/07/31/obra-gigantesca-e-admiravel/?topo=13,1,1,,,77

A obra foi destacada por Geraldo Gomes da Silva (1986, p. 94-97) e Beatriz Mugayar Kühl (1998, p. 98-99) no âmbito da arquitetura do ferro na região Sul do país. Já àquela época, a imprensa ressaltava o caráter lúdico do equipamento, além da função de armazenamento d'água, afirmando que "no centro superior, em espécie de cúpula, destaca-se um magnífico torreão, rodeado de colunatas, destinado a passeio" (CORREIO MERCANTIL, 13/7/1875 *apud* SILVEIRA, 2009, p. 178).

Se reservatórios instalados em cidades brasileiras como Belém, Manaus, Pelotas e Rio Grande foram fabricados na Europa (SILVA, 1986; KÜHL, 1998; MATTOS, 2003; SILVEIRA, 2009), os cata-ventos que identificamos em jardins públicos em diferentes localidades do país vieram, predominantemente, se não exclusivamente, dos Estados Unidos da América.

O professor T. Lindsay Baker (1985, p. 101-105; 2012, p. 134-145) afirma que moinhos de fabricação estadunidense foram largamente exportados entre o final do século XIX e início do século XX e alcançaram o vizinho Canadá e países da Europa, como Inglaterra e Espanha, da América Latina, a exemplo de Cuba, México, Argentina, Uruguai,

além de Índia, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Tunísia e Madagascar, entre outros, fosse para abastecimento de comunidades, de rebanhos, exploração agrícola ou de minérios.

Todavia, países industrializados inicialmente importadores logo criaram firmas nativas, disputando mercados consumidores, ao passo que, "desde o início", os países latino-americanos constituíram "o mais amplo e sólido mercado de exportação" de moinhos americanos (BAKER, 1985, p. 104).

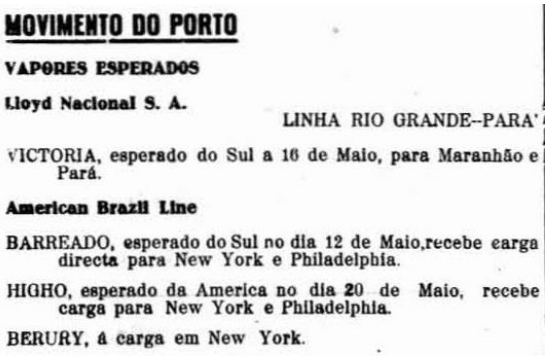
A presença de moinhos eólicos em assentamentos rurais estadunidenses e australianos, onde é parte integrante do modo de vida e da fisionomia da paisagem, é solidamente retratada em recentes produções cinematográficas: *Australia* (2008, *Austrália*, no Brasil), história desenrolada entre 1939 e 1942, em Northern Territory, mas filmada em pleno deserto de Western Australia; *The Young and Prodigious T. S. Spivet* (2013, *Uma viagem extraordinária*, no Brasil), cuja trama se passa em um rancho de Nebraska; e *The Water Diviner* (2014, *Promessas de Guerra*, no Brasil), ambientado no estado de South Australia e na Turquia em 1919.

A exportação dos moinhos americanos, que conheceu seu pico nos anos antecedentes à I Guerra Mundial, era feita através de representantes ou casas filiais instaladas em outros países (BAKER, 1985, p. 101). Para tanto, fabricantes produziam peças publicitárias e manuais em idiomas estrangeiros, especialmente espanhol, e afirmavam possuírem tais materiais em francês, alemão, russo e sueco (BAKER, 1985, p. 101). Contudo, o autor não faz qualquer menção à existência de anúncios em português, agentes comerciais ou lojas filiais atuando no Brasil. Sobre o comércio internacional destes equipamentos, aponta:

> Já na década de **1860**, **companhias americanas** começaram a **exportar moinhos de vento industrializados** para **mercados ultramarinos**. Ao mesmo tempo, elas exportavam os conceitos por trás das máquinas. (...) **Moinhos de fabricação americana** encontraram **mercados** ao redor do **mundo**. Em vagões de trem eles seguiam rumo aos portos para remessa via oceano a outras terras. Até hoje, moinhos fabricados nos Estados Unidos sobrevivem aos milhares em regiões do Sul da África e Austrália (BAKER, 2012, p. 134; grifos nossos).

A aquisição de manufaturas dos Estados Unidos em Fortaleza se dava via empresas de navegação marítima como a *The Booth Steamship Company Limited*, a *American Brazil Line* e a *Lamport & Holt Limited*, ligando-a ao porto de Nova Iorque e, mais tarde, ao da Filadélfia. Notícias sobre a movimentação dos vapores de tais companhias e seus anúncios circulavam

em jornais de 1913 a 1930, no álbum *Terra Cearense* (1925) e no *Album de Fortaleza* (1931), alguns dos quais apresentados no capítulo anterior.



MOVIMENTO DO PORTO

VAPORES ESPERADOS

Lloyd Nacional S. A.

LINHA RIO GRANDE--PARA'

VICTORIA, esperado do Sul a 16 de Maio, para Maranhão e Pará.

American Brazil Line

BARREADO, esperado do Sul no dia 12 de Maio, recebe carga directa para New York e Philadelphia.

HIGHO, esperado da America no dia 20 de Maio, recebe carga para New York e Philadelphia.

BERURY, á carga em New York.

Anúncio de empresa de navegação marítima ligando Fortaleza aos Estados Unidos.
Fonte: *O Povo*, 12/5/1930, p. 6.

LAMPORT & HOLT LTD.

AGENCIA—Av. ALBERTO NEPOMUCENO, 8--10. TELEP.: 57

VAPOR «SWINBURNE», Sahirá de New York para este porto com escalas por Norfolk e Pará, no dia 20 de Maio proximo.

Para mais informações dirijam-se aos agentes:

V. Castro & Filho

Anúncio de empresa de navegação marítima ligando Fortaleza aos Estados Unidos.
Fonte: *O Povo*, 12/5/1930, p. 6.

AMERICAN BRAZIL LINE

SEDE EM NEW-YORK

Serviço de carga entre os principaes porto do Brasil e os da Norte-America

BANGU — Sahiu de New York. Esperado neste porto a 20 do corrente

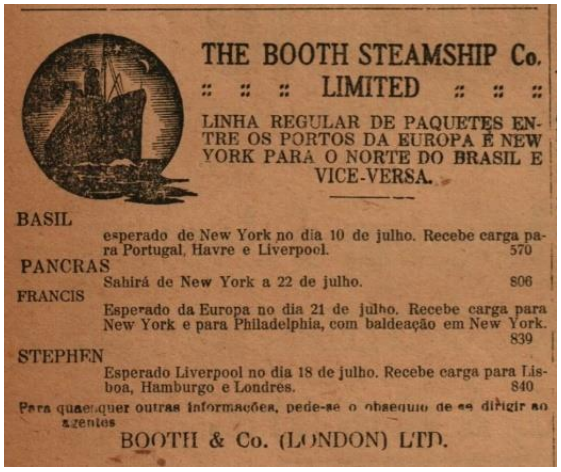
BERURY — Esperado do sul a 14 de julho, sahirá para New York e Philadelphia, para onde recebe carga.

Para mais informações, dirijam-se aos agentes

LEITE BARBOSA & CIA.

Avenida Alberto Nepomuceno, esquina da Rua da Praia—Telephone, 304

Anúncio de empresa de navegação marítima ligando Fortaleza aos Estados Unidos.
Fonte: *Correio do Ceará*, 2/7/1930, p. 8.



THE BOOTH STEAMSHIP Co.

LIMITED

LINHA REGULAR DE PAQUETES ENTRE OS PORTOS DA EUROPA E NEW YORK PARA O NORTE DO BRASIL E VICE-VERSA.

BASIL — esperado de New York no dia 10 de julho. Recebe carga para Portugal, Havre e Liverpool. 570

PANCRAS — Sahirá de New York a 22 de julho. 806

FRANCIS — Esperado da Europa no dia 21 de julho. Recebe carga para New York e para Philadelphia, com baldeação em New York. 839

STEPHEN — Esperado Liverpool no dia 18 de julho. Recebe carga para Lisboa, Hamburgo e Londres. 840

Para quaesquer outras informações, pede-se o obsequio de se dirigir ao agentes

BOOTH & Co. (LONDON) LTD.

Anúncio de empresa de navegação marítima ligando Fortaleza à Europa e aos Estados Unidos.
Fonte: *Correio do Ceará*, 2/7/1930, p. 8.

Encontramos outros registros de caráter publicitário ou propriamente jornalístico que sinalizam a inserção comercial e tecnológica dos Estados Unidos em Fortaleza, sobretudo após a I Guerra Mundial. Essa presença já pode ser identificada nos anos 1910, mas intensificada nas décadas subsequentes de 1920 e 1930, através da divulgação de manufaturas norte-americanas e da paulatina incorporação de códigos da cultura estadunidense.

Para Fernando Atique, a traços largos, "a historiografia brasileira cristalizou a ideia de que o processo de 'americanização' do Brasil" teria se esboçado somente a partir dos anos 1930 e, sobretudo, se concretizado após o término da II Guerra Mundial, em 1945, sendo este um discurso "ainda hegemônico" (2010, p. 10; 22).

Contudo, nos anos 1920, jornais e revistas traziam uma profusão de anúncios de automóveis e seus componentes, os pneumáticos e câmaras de ar chamados de *United States*, serviços bancários, máquinas agrícolas, o piano americano e até uma curiosa propaganda da vitrola para escutar o foxtrote estadunidense, observada no Capítulo 2. Algumas propagandas de produtos ou estabelecimentos comerciais chegavam a ser publicados com *slogans* e textos em inglês, conforme localizamos no Recife (DIARIO DE PERNAMBUCO, 17/10/1924) e Fortaleza (CEARÁ ILLUSTRADO, n. 70, 1925), retratando a penetração do capital norte-americano na região.

Acrescentamos a difusão do cinema, das expressões musicais do *foxtrote*, *charleston* e *jazz-bands*, animando bailes, retretas e *garden-parties*, os parques de diversões da norte-americana Coney Island no Recife, as associações culturais, acadêmicas e científicas dos Estados Unidos em contato com os institutos históricos do Ceará e da Paraíba – conforme publicado na *Revista do Instituto do Ceará* (1912, 1915, 1918 e 1922) e na *Revista do Instituto Historico e Geographico Paraibano* (1922, 1935, 1937, 1946, 1948), inclusive remetendo-lhes seus exemplares.

Em Fortaleza, ainda ressaltamos o Café Americano no entorno da Praça do Ferreira, o primeiro da cidade (NOGUEIRA in REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1942, p. 148), a ideia, não concretizada, de instalar uma réplica da *Estátua da Liberdade* nova-iorquina sobre o grande portão do Parque da Liberdade em 1922, exatamente na remodelação idealizada por causa do Centenário da Independência do Brasil (O NORDESTE, 5/9/1922, p. 1).

A propósito, após a Proclamação da República, a Câmara do Município de Fortaleza substituiu os nomes das ruas por números – medida que por pouco tempo perdurou. Na crônica *Ruas e Praças da Fortaleza*, de 1/9/1933, publicada em *Fortaleza Velha*, João Nogueira (1954, p. 30) relata que, na época, "certas línguas de lanceta adiantaram que tudo isso não passava de mera imitação de Nova-York, onde as ruas já eram numeradas".

Era expressiva a quantidade de matérias sobre vários aspectos da cultura e do cotidiano dos norte-americanos que circularam em publicações cearenses no século XX, abrangendo temas desde o casamento até o uso de telefones nos Estados Unidos, do consumo de gás e da adoção da cadeira elétrica até a utilização das ligas metálicas como novos materiais construtivos.

Reportagens semelhantes e anúncios de bancos e casas comerciais de Nova Iorque e de manufaturas americanas também compareciam no *Jornal Pequeno* (1915) e no *Diario de Pernambuco* (1924-1925), ambos do Recife. Eram frequentes, na imprensa pernambucana – *Diario de Pernambuco* (1888; 1915; 1924) e *Jornal do Recife* (1915) – as propagandas de companhias de navegação em comunicação com os Estados Unidos, notadamente com a

praça de Nova Iorque, desde o final do século XIX, ou ainda registros do movimento de entrada e saída de navios do porto do Recife de e para portos norte-americanos.

Na revista *Era Nova* (1924), editada na capital paraibana, circulavam imagens de praças e alamedas dos Estados Unidos, ao passo que o *Jornal do Recife* (1925), na seção de notícias internacionais, quase sempre se referia às belezas, pontes, monumentos, rios, igrejas e vistas urbanas de cidades europeias até Washington-D.C.

Além de todas essas evidências empíricas do contato cultural, comercial, tecnológico e até intelectual com os Estados Unidos, que identificamos por meio de fontes documentais, ressaltamos ainda a circulação de profissionais norte-americanos nos estados do Ceará e da Paraíba, com base em registros historiográficos.

Em 1920, a cidade de Fortaleza atraía, segundo Raimundo Girão (1979 [1959], p. 249), um "clima de novidades" e "feição algo pinturesca", ao receber engenheiros e trabalhadores ingleses, americanos e barbadenses, por ocasião das obras federais contra as secas.

> Viu-se, duma hora para outra, a gente prata-de-casa em mistura com dilicocéfalos louros (*sic*) e pretos **barbadeanos** (*sic*), **americanos**, **ingleses** que, *arrotando fama* de **técnicos**, vinham fracassar nos serviços de construção do porto do Mucuripe e na do açude de Orós, no sertão. Eram **engenheiros e empregados** (...) instalando maquinaria e andando para lá e para cá, com as suas roupas e caras diferentes. A presença de negros de **Barbados**, bem vestidos e bem calçados, falando idioma incompreendido, deu logo nas vistas e o anedotário se enriqueceu (GIRÃO, 1979 [1959], p. 249; itálico do original, grifos nossos)[4].

Secas foram várias, como em 1877-1879, 1888, 1900, 1915 e 1919 (BARROSO, 1962, p. 283; 370; GIRÃO, 1979 [1959], p. 225; GIRÃO, 1983, p. 33; CASTRO, 1987, p. 212; 230; 234; 245; PONTE, 1999, p. 28). A estiagem de 1877-1879 decretou o fim das operações da *Ceará Water Work Company Limited*, que realizava o serviço de abastecimento d'água desde a década anterior (GIRÃO, 1983, p. 29; PONTE, 1999, p. 81-82), e ensejou a criação de diversas obras emergenciais em Fortaleza e João Pessoa como forma de empregar retirantes sertanejos, provendo-os de trabalho e alimento.

Na capital paraibana, o apogeu dessas obras deu-se entre 1919 e 1922 (MELLO, 2012, p. 162). Muito antes, porém, o Jardim Público foi iniciado em 1879 em uma dessas frentes

[4] Onde há "dilicocéfalos" e "barbadeanos", leiam-se "dolicocéfalos" e "barbadianos", respectivamente (HOUAISS, 2009). O termo "barbadeano" é, exatamente, uma tradução imediata da forma em inglês *Barbadian*, gentílico relativo à Ilha de Barbados, ainda sob domínio britânico à época. O *Dicionário de Gentílicos e Topónimos* do *Portal da Língua Portuguesa*, disponibilizado *online*, registra as formas "barbadiano" e "barbadense". Disponível em: http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=toponyms&act=list&search=barbados. Acesso em: 4 jun. 2015.

de trabalho para os retirantes, medida considerada essencial tanto para lhes fornecer remuneração, quanto para dissipar sua grande aglomeração, vistos como ameaça à ordem e à saúde pública. Em *História da Paraíba: Lutas e Resistências*, José Octávio de Arruda Mello indica que, nas décadas de 1910 e 1920, por iniciativa da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS)[5], vários estudos foram levados a cabo por especialistas estrangeiros, visando produzir conhecimento sistemático sobre a geografia da região afetada. Já nos anos 1930, obras propriamente ditas de combate à seca reuniam profissionais norte-americanos (MELLO, 2002, p. 164), a exemplo do que se deu no Ceará.

> As **obras** contra as **secas** asseguraram, inicialmente, **conhecimento sistemático e científico da realidade nordestina**. Tal a contribuição de monografias e relatórios preparados por **especialistas**, sobretudo **estrangeiros**, em solos, serras e montanhas, lençois d'água, regime de chuvas, cartografia, minérios, bacias hidrográficas, etc. (...) Do ponto de vista econômico, a principal conseqüência residiu na introdução de *economia assalariada* presente aos canteiros de **obras das grandes barragens**, empreendidas por **empresas norte-americanas**. Nesses acampamentos, as mulheres dos **técnicos** usavam calça comprida e dirigiam **automóveis**, o que foi observado por José Américo em *O Boqueirão* (1935) (MELLO, 2002, p. 162; 164; itálico do autor, grifos nossos).

O autor ainda afirma a presença de técnicos dos Estados Unidos no território paraibano prestando assessoria ao poder público em relação ao combate às pragas que atacavam os algodoais do estado.

> Economicamente mais ativa que o Império, a República preocupou-se com o algodão, em favor do qual se conjugaram grande guerra, **obras federais contra as secas** e medidas de **fomento agrícola** da iniciativa de administrações estaduais. Em **1916**, a Sociedade de Agricultura da Paraíba, estimulada pelo governo estadual, que lhe fornecera subvenção anual, desenvolveu variadas atividades, com, inclusive, distribuição de sementes, vacinas para o gado e vendas de implementos agrícolas, a preços mais baixos. À semelhança do café, então devastado na região do brejo, os algodoais eram atacados por praga que motivou a **presença de técnicos norte-americanos** (MELLO, 2002, p. 158; grifos nossos).

[5] A Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) foi criada em 1909 e passou a ser chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1919 e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945, nome que se mantém até hoje. As informações disponíveis no *site* oficial da instituição indicam sua atuação nas décadas iniciais de sua existência em duas frentes – a realização de obras de infraestrutura e a promoção de estudos científicos, ambos a cargo de brasileiros, europeus e até geólogos norte-americanos vindos da Califórnia –, ratificando as afirmações do historiador José Octávio de Arruda Mello (2002, p. 158-164). Disponível em: http://www.dnocs.gov.br/. Acesso em: 27 nov. 2015.

Na década de 1920, estavam em curso as obras de construção das redes de água e esgotos de Fortaleza, algumas levadas a cabo por firmas e engenheiros dos Estados Unidos, utilizando instalações, tecnologia e capital americanos, conforme mencionamos anteriormente, realçando o cenário esboçado por Raimundo Girão.

A circulação profissional de americanos em tais estados durante as primeiras décadas do século XX tangencia outro aspecto da relação entre sua cultura técnica e o Brasil: a mão-de-obra especializada para instalação e manutenção dos cata-ventos, a qual já havia criado demanda por força de trabalho na segunda metade do século XIX nos Estados Unidos (BAKER, 2012, p. 52). Neste sentido, sugerimos a presença, em Fortaleza, de técnicos para atuarem nessa frente de trabalho, perfilando-se ao lado daqueles que realizavam obras infraestruturas ligadas ao combate às secas, abastecimento d'água e esgotamento sanitário.

Outra evidência da penetração norte-americana em Fortaleza refere-se a um exemplo diferente de utilização de cata-ventos. Verificamos um caso em que o maquinário não puxava água para irrigar as plantas, nem abastecer a população ou o gado. Na Praça Comendador Teodorico, existiram simultaneamente um cata-vento e um reservatório d'água metálico no solo, bem como uma caixa d'água em alvenaria com um cata-vento acoplado, aparentemente em madeira.

Neste cenário anterior ao ajardinamento da praça, observamos tais equipamentos, os quais teriam sido demolidos em 1929, e os trilhos da estrada de ferro na Avenida Tristão Gonçalves. Um histórico deste logradouro publicado no *Correio do Ceará* e parcialmente reproduzido em *Praças de Fortaleza* (CUNHA, 1990, p. 97-98) dizia:

> Antiquissima, de meio seculo, foi a construcção da **caixa de alvenaria para abastecimento d'agua ás locomotivas da Estrada de Ferro**, – monstrengo que foi mandado demolir, o anno passado, pelo Diretor da Rede de Viação Cearense, Dr. Aberto Abrahão Leite, por solicitação do Prefeito. Em seu logar esta construido o **corêto** e será erguido o obelisco a Tristão Gonçalves. (...) Eis, em traços rapidos e singelos, o historico da **<<Praça Commendador Theodorico>>** primitivamente denominada de **Lagoinha**, agora **aformoseada** com o **Jardim Thomaz Pompeu**, que a Prefeitura entrega ao **publico**, amanhã, inaugurando-o festivamente (CORREIO DO CEARÁ, 11/7/1930, p. 1; aspas do original, grifos nossos).

Tal caixa d'água em alvenaria também era denominada de "casa da bomba" nesta matéria (CORREIO DO CEARÁ, 11/7/1930, p. 1). Nos Estados Unidos, a partir do final do século XIX, a locomotiva a vapor – conhecida como "maria-fumaça" no Brasil – demandava o provimento de água limpa a fim de evitar a formação de crostas de depósito mineral nos tubos das caldeiras, a qual também era bombeada por moinhos eólicos, conforme novamente nos relata Baker (2012, p. 110; 112).

Os primeiros modelos desta categoria eram "mais robustos" (com até nove metros de diâmetro) e integrados aos tanques, tais quais exemplares retratados em ferrovias de Iowa, Nebraska, North Dakota, South Dakota, Wisconsin e Wyoming (BAKER, 2012, p. 110-119) e muito se assemelham ao exemplar da Praça da Lagoinha no porte, morfologia e disposição com a arquitetura.

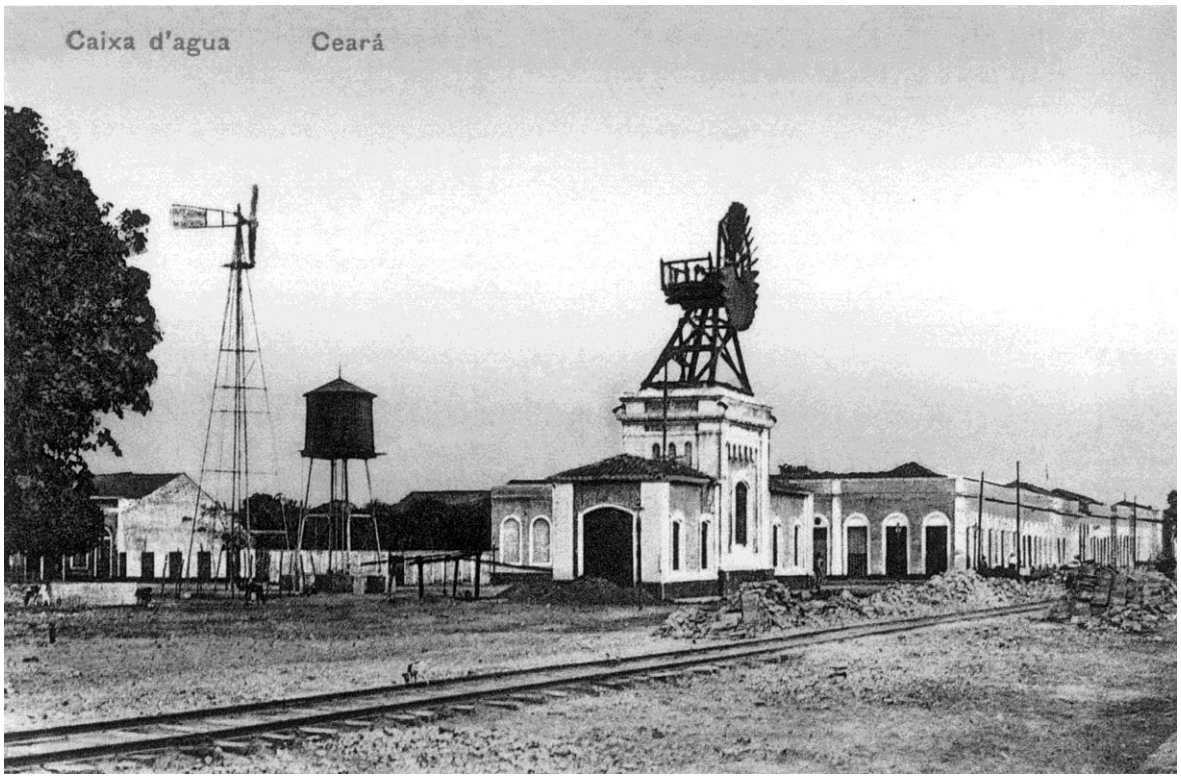
> As **locomotivas** paravam repetidamente para reposição de **água** enquanto viajavam. Isto significa que as **companhias ferroviárias** gastavam uma quantia substancial para fornecer **água** limpa em intervalos apropriados ao longo de suas **linhas férreas**. No Leste, as **vias férreas** geralmente estavam aptas a encontrar **água superficial** com facilidade. Entretanto, à medida que tomavam os trilhos em direção ao Oeste, às grandes campinas e além delas, a terra tornava-se cada vez mais **árida**. **Água superficial** era frequentemente indisponível (...). **Moinhos de vento** ofereciam uma opção viável para elevar a **água** que as **estradas de ferro** precisavam. Até a década de **1870**, **companhias ferroviárias** tinham começado a usar **moinhos de vento** para bombear **água subterrânea** para suas **máquinas a vapor** (BAKER, 2012, p. 110; grifos nossos).

Embora não se reporte à tecnologia americana para o bombeamento de água necessária ao funcionamento das locomotivas a vapor, a professora Beatriz Kühl indica a importância dos reservatórios no complexo arquitetônico ferroviário.

> As **caixas-d'água** também eram elemento importante na composição das **instalações ferroviárias**, na época das **locomotivas a vapor**, que consumiam em média nove vezes mais **água** do que carvão. O "tender", vagão reservatório para **água** e carvão, era abastecido por uma grua hidráulica. As **caixas-d'água** podiam apresentar formas variadas – circulares, octogonais, retangulares, ovais, etc. – e ter a estrutura de sustentação para os **reservatórios** de tijolos, pedra ou metal (KÜHL, 1998, p. 65; aspas do original, grifos nossos).

Na imagem de 1930 ora apresentada, com uma lente de aumento, observamos o coreto (descoberto) ao fundo, automóveis à esquerda e, ao centro, a fonte oriunda de Hamburgo já utilizando energia elétrica. Vemos a caixa do Teatro José de Alencar à direita e ainda alguns cata-ventos.

A importação dessas máquinas icônicas, inoculadas nos rincões rurais dos Estados Unidos, mas também da Austrália e da África, uma vez instaladas nos jardins públicos e quintais, desponta como uma evidente solução de adaptação à geografia local, proporcionando água para a irrigação das plantas, o provável consumo da população e dos animais e fincando marcas na paisagem fortalezense.



Praça Comendador Teodorico ou Praça da Lagoinha (atual Praça Capistrano de Abreu), Avenida Tristão Gonçalves, Fortaleza, os dois cata-ventos, a caixa d'água em alvenaria, a caixa d'água metálica e os trilhos da estrada de ferro. Fonte: Acervo Nirez.

Jardim Tomás Pompeu da Praça Comendador Teodorico ou Praça da Lagoinha (atual Praça Capistrano de Abreu), 1930, Fortaleza, ao centro, a fonte luminosa importada da Alemanha, ao fundo, o coreto descoberto em alvenaria e cimento armado. Fonte: Acervo Nirez.

Embora tenhamos as encontrado em jardins localizados em pontos tão distantes do território brasileiro – Pará, Ceará, Alagoas e Minas Gerais –, sua expressiva presença na terra dos "verdes mares", celebrizada por historiadores, memorialistas, poetas, cronistas e o grande romancista José de Alencar, paradoxalmente, lhe valeria o epíteto de "cidade dos cata-ventos".

Considerado uma autoridade sobre os moinhos americanos e um confesso apaixonado *windmiller*, T. Lindsay Baker não discute, nas obras sobre as quais nos debruçamos, sua presença nos jardins, nem aborda sua importação e utilização no contexto brasileiro. Registra, de modo predominante, sua utilização em propriedades rurais, tendo em vista a provisão d'água para a criação de aves e reses, a irrigação agrícola, a exploração de minérios e o consumo humano.

Em suas pesquisas, faz uso extensivo de reclames e revistas de indústrias de maquinário agrícola e periódicos rurais, onde tais equipamentos eram fartamente anunciados. Descortina, portanto, o uso de cata-ventos americanos no mundo rural, distinto dos jardins urbanos por nós apresentados.

Segundo Fernando Atique (2010, p. 25), se a vinculação com os arranha-céus de Nova Iorque, símbolo da costa Leste americana, ainda é pouco tratada pela historiografia da arquitetura e do urbanismo no Brasil, o relacionamento do país "com as formas e imagens da costa oeste" dos Estados Unidos permanece um "tabu", às quais acrescentamos a região do Meio-oeste, de onde emanam conceitos e significados corporificados nos moinhos eólicos.

Neste sentido, apesar do grau de incerteza de algumas de nossas colocações, esperamos que, ao reunirmos evidências empíricas da ligação com a cultura, a tecnologia e o capital norte-americanos, possamos espraiar fontes até então pouco utilizadas nos estudos históricos sobre jardins e sobre Fortaleza, bem como apresentar novas problematizações à historiografia da cidade.

No âmbito da arquitetura do ferro e industrial nas cidades brasileiras, também não identificamos qualquer menção aos moinhos americanos nas obras *Arquitetura do Ferro no Brasil* (1986), *O Sonho e a Técnica: a Arquitetura de Ferro no Brasil* (1994) e *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação* (1998), embora esta temática não fosse, rigorosamente, nosso objeto de revisão bibliográfica. Desconhecemos, igualmente, literatura brasileira específica sobre o assunto no campo dos estudos arquitetônicos e urbanísticos, de modo que esperamos trazer novos elementos para a historiografia do paisagismo no país.

> Vocação é diferente de profissão. Na vocação, a pessoa encontra a felicidade na própria ação. Na profissão, o prazer se encontra não na ação. O prazer está no ganho que dela se deriva. (...) Todas as vocações podem se transformar em profissões. O jardineiro por vocação ama o jardim de todos. O jardineiro por profissão usa o jardim de todos para construir seu jardim privado, ainda que, para que isso aconteça, ao seu redor aumente o deserto e o sofrimento (Rubem Alves, *Sobre política e jardinagem*, Folha de S. Paulo, Opinião, 19/5/2000, p. 3).

Conclusões

O desenvolvimento do paisagismo entre o último quartel do século XIX e três primeiras décadas do XX no Brasil, localizado entre a produção colonial e o acervo modernista, mostra-se significativo para o entendimento dos processos de urbanização das cidades brasileiras então desencadeados, nos quais os jardins públicos revelaram-se um agente central.

Frente à nossa questão central, cabe-nos, neste momento conclusivo, sistematizar como circunstâncias locais catalisaram diferentes ritmos e modos de interpretação das matrizes paisagísticas estrangeiras nos jardins brasileiros.

A condição lusófona do país ocasionou a aclimatação de vocábulos estrangeiros difundidos por tal fenômeno *jardinístico* via aportuguesamento, derivações e corruptelas. Verificamos releituras na nomenclatura dos jardins, como a transformação do *square* no *jardim da praça* e, por extensão, o *jardim do campo*, o *jardim do pátio* ou o *jardim do largo*, bem como a mistura entre *parque* e *bosque*, na ausência dos *bois* ou dos parques de caça reais e aristocráticos.

O *square* inglês, que se inscreveu no léxico francês, não se fixou na linguagem brasileira, talvez pelo decaimento do gradil, elemento onipresente no contexto anglo-francês. Talvez, pela hegemonia da praça na terminologia portuguesa e no urbanismo de matriz lusitana, convertendo-se na *praça-jardim*.

Nomes utilizados para designar os atributos morfológicos dos jardins – *bacia*, *belvedere*, *cata-vento*, *coreto*, *pavilhão*, *quiosque*, *vasca* –, episódicos ou não, e relacionados às

atividades recreativas – *footing*, *fox-trot*, *garden-party*, *quermesse* – sinalizam a apropriação de palavras dos contextos lusitano, francês, italiano, inglês e estadunidense, não apenas como expressão de um fenômeno linguístico, mas também da penetração de diferentes estrangeiros, de uma nova realidade cultural e paisagística.

Os aspectos climáticos, por sua vez, geralmente associados a outros fatores, explicam o aparecimento, a ausência ou a escassez de alguns elementos em específico. A alta incidência de sol era um fator fundamental na seleção e nos modos de plantio da vegetação arbórea, em razão da premente necessidade de sombra como condição favorável à permanência nos jardins. A proliferação do fícus-benjamim parece exemplar dessa demanda por espaços sombreados, entre outras espécies arbóreas de copa densa, como mangueiras, castanholas, jambeiros e mungubeiras.

Na escolha das árvores, fossem espécies exóticas ou não, reconhecemos a existência de critérios ornamentais – cores e aromas da floração, atributos das copas, troncos e folhagens – e utilitários – provisão de sombra, rápido crescimento, resistência à estiagem ou auxílio à drenagem urbana, ainda que nem todos pudessem ter sua eficiência comprovada.

A criação de percursos e recantos sombreados prevalecia, visivelmente, sobre as áreas de gramado desprovidas de vegetação, o que podemos explicar a partir de dois fatores. Primeiro, o fato de que os gramados não eram concebidos ou utilizados para banhos de sol, mas para emoldurar lagos e configurar canteiros plantados com espécies herbáceas ou arbustivas, complementando a ornamentação dos jardins. O segundo fator é justamente o sombreamento provocado pela vegetação umbrosa, que poderia dificultar a conservação das gramíneas, demandando cuidados especiais e talvez daí derivando a nossa tradição do "não pise na grama".

Era expressiva a preocupação do poder público e da imprensa de incutir na população noções de zelo, cuidado e respeito pela vegetação recentemente introduzida nos espaços urbanos.

Ainda em relação às condições climáticas, ressaltamos o notável aparecimento dos cata-ventos, decorrentes da conjugação entre a escassez de água e o aproveitamento dos ventos como força motriz, tornando-se significativos para a irrigação e consequente conservação dos jardins. A utilização dessas máquinas eólicas, transportadas do contexto rural estadunidense, se configurou como uma solução *sui generis* que, até então, não verificamos em jardins públicos de cidades da Europa e Estados Unidos.

A inexistência ou deficiência de serviços regulares e infraestruturas de abastecimento d'água (mais crítico em alguns períodos ou em algumas cidades) e/ou um escasso regime pluviométrico revelaram-se na exiguidade de peças e estruturas construídas como fontes e

lagos. Verificamos o evidente aproveitamento de recursos naturais, a exemplo de riachos, bicas e lagoas, para a criação de lagos decorativos ou navegáveis, enquanto fontes e tanques que precisavam ser alimentados artificialmente foram mais frequentes no século XX, articulados a novos serviços de fornecimento d'água.

Salientamos ainda o reaproveitamento decorativo de antigos chafarizes erguidos no século XIX por empresas concessionárias, quando do ajardinamento de alguns logradouros. As fontes luminosas, por sua vez, identificamos mais tardiamente no conjunto das peças e estruturas aquáticas, já que dependiam de ambos os serviços e instalações de provimento d'água e energia elétrica. Documentamos também a utilização de pedras extraídas das praias locais para a confecção de lagos e o reaproveitamento de antigas estruturas como material construtivo.

Podemos, ainda, estabelecer uma correlação entre a provável limitação de recursos materiais e o horário noturno das retretas para explicar a existência de coretos sem tetos, sendo, portanto, desnecessário fornecer às bandas um abrigo contra o sol. Em alguns casos específicos, a esses dois fatores, podemos associar um terceiro, qual seja um exíguo regime de chuvas, relativizando a necessidade de coretos cobertos.

Além da utilização de recursos naturais na concepção e alimentação de estruturas aquáticas, destacamos o aproveitamento da frente d'água na concepção de jardins públicos em cidades litorâneas, usufruídos como plataformas de contemplação e refrigério. Muito frequentados pela população, tais espaços proporcionavam-lhe uma experiência multissensorial estimulada pelo frescor da brisa, pelo som das vagas e pelo visual da paisagem.

Outro exemplo de integração dos jardins ao meio circundante foi a valorização de edificações preexistentes por meio de renques de árvores e palmeiras. As palmeiras imperiais, imponentes e majestosas, demarcando prédios públicos, configuravam uma solução plástica tropical e *sui generis* que, até então, não identificamos em *squares* estrangeiros.

Esse diálogo com a paisagem urbana deve ser ressaltado, sobretudo considerando que muitos jardins públicos resultaram do ajardinamento de praças delimitadas por edificações religiosas, militares e administrativas, entre outras, por vezes realçadas pela presença de rios e mares. A estas preexistências, somavam-se novas construções cívicas, culturais, recreativas, educativas, erguidas simultânea ou posteriormente à criação de jardins, catalisando sua apropriação social.

Portanto, o ajardinamento de antigos logradouros urbanos e o incremento do seu entorno com edificações públicas impulsionavam novos modos de denominar e usufruir tais espaços, a que se acrescentavam os parques instalados em terrenos maiores e mais afastados.

Campos de manobras militares, campos de martírios e justiçamentos, pátios religiosos, praças e largos fronteiros a edificações administrativas, uma vez ajardinados, experimentavam transformações de ordem vocabular e social.

Os jardins públicos foram apropriados de vários modos, por meio de *footings* e retretas, *garden-parties* e quermesses, festas temáticas e cívicas, lócus dos encontros e dos cafés, das conversas, dos passeios, frequentados por moças e rapazes, crianças, jovens e adultos, cenário dos casais de namorados e das fotos em família.

Ainda em relação aos usos, verificamos a supremacia e versatilidade do coreto, espaço para apresentações musicais convertido em equipamento multifuncional, bem como ventilamos a adaptação de alguns recintos para a prática de atividades físicas e esportivas em praças ajardinadas, diante da ausência de espaços maiores e mais estruturados como os parques, que surgiram mais tarde.

Aspectos como a presença de animais nas vias públicas e o controle de acesso aos jardins por segregação social explicaram a utilização dos gradis nas cidades brasileiras, diferenciando-se em relação aos congêneres estrangeiros. Mudanças nesse panorama revelaram as vicissitudes dos gradis, inicialmente usados diante da necessidade de garantir a integridade da vegetação contra o pisoteio de animais e dispositivo de controle social, decaindo posteriormente. O gradil corporifica, em larga medida, a discussão sobre as diversas releituras conceituais de um único elemento formal nos diferentes contextos em que foi introduzido.

Em síntese, a sobreposição de nomes; a difusão de novas palavras; a relação entre condições climáticas, recursos naturais, existência de serviços urbanos e o aparecimento ou a escassez de alguns elementos; a integração com o meio circundante; a coexistência de usos; o reaproveitamento de peças e materiais construtivos; a realização paulatina de obras e a inauguração de outras inconclusas são ilustrativos do contexto do país ao qual se prende o advento e a difusão dos jardins públicos.

Desse modo, destacamos a interdependência entre aspectos culturais, sociais e geográficos para explicar ritmos e modos de interpretação das matrizes paisagísticas estrangeiras no cultivo de jardins públicos, acomodando-se ao meio brasileiro.

***

Devemos ter mente que algumas soluções especialmente ligadas aos fatores e elementos climáticos valem mais como variável de pesquisa do que por sua especificidade e, em certa medida, para evitarmos, tanto quanto possível, o risco da generalização.

É o caso da dificuldade de abastecimento d'água associada ao aproveitamento dos ventos como energia eólica, impulsionando a implantação dos cata-ventos; dos coretos sem teto revelando exiguidade de material construtivo e adequação a um tímido regime pluviométrico; da escassez de lagos e fontes; e dos critérios de seleção vegetal ligados à abundância de sol e falta d'água, muito evidentes em Fortaleza.

O excesso de chuvas ou a situação não litorânea de outras localidades, assim como o maior equilíbrio na distribuição de irradiação solar ao longo do ano, em razão dos solstícios e equinócios nas cidades mais ao Sul do Equador, podem gerar outras releituras relativas ao projeto e uso dos jardins.

Em outras palavras, apontamos que as condições climáticas devem ser examinadas como circunstâncias especiais no processo de aclimatação de referências conceituais e formais dos jardins estrangeiros nas diferentes localidades do país.

No Recife, Fortaleza e João Pessoa, trouxemos novos marcos cronológicos – a instalação e a queda dos gradis; o aparecimento dos cata-ventos; a transição entre os equipamentos em ferro importados e aqueles produzidos localmente em cimento armado –, os quais, se não um fim em si mesmos, constituem uma ferramenta importante para identificar rupturas e iluminar a compreensão do fenômeno estudado.

Nessas cidades, além das referências francesas como chave de análise, inoculadas na historiografia brasileira, pudemos descortinar outras influências via ingleses, italianos e norte-americanos, fosse na língua, na forma construída dos jardins ou agentes que os conceberam. A presença de estrangeiros e a difusão de alguns de seus valores e tradições influenciaram o panorama cultural brasileiro no século XIX e início do XX e, por extensão, os modos de divertimento e equipamentos contidos no recinto dos jardins públicos.

***

Quanto às cinco dimensões temáticas que utilizamos para apresentar o balanço historiográfico do paisagismo brasileiro, priorizamos, na tese, a *social* e a *técnica*, em detrimento da *econômica*, da *político-administrativa* e da *estilística*. Porém, acrescentamos a dimensão *léxica*, explorando novas possibilidades interpretativas do quadro de mudanças culturais e sociais testemunhado e, ao mesmo tempo, protagonizado pelos jardins públicos.

No tocante às fontes de pesquisa, buscamos estratégias para suprir a escassez de plantas baixas, desenhos, croquis, manuais ou outros registros visuais dos projetos. Acreditamos que esta é uma dificuldade concreta em muitas outras cidades do país, em função da má qualidade dos acervos documentais brasileiros e do próprio nível de

imprecisão e improvisação à época. Portanto, registramos a validade metodológica das verificações *in loco* e a confrontação de diferentes jardins entre si, ao nos apropriamos da cultura material como fonte de primeira importância.

A utilização de fontes primárias, relatos de cronistas e memorialistas e a abordagem dos jardins na microescala – das placas de rua, da retreta no coreto, do descanso sob a copa da árvore, do pavilhão da quermesse – nos permitiram uma aproximação com a sua dimensão cotidiana, a nosso ver, rica em possibilidades sobre o contexto urbano ao qual estavam articulados.

Por outro lado, registramos lacunas que permaneceram abertas e até mais expostas nesta pesquisa. Mesmo diante do nosso esforço metodológico, a exploração mais aprofundada das espécies botânicas utilizadas permanece um desafio, ou seja, a existência e eficiência dos critérios de seleção vegetal, a adequação das exóticas introduzidas em diferentes ecossistemas, a procedência e o comércio de mudas, entre outros aspectos que esbarram no limite da nossa formação e do nosso *corpus* documental.

Uma segunda lacuna difícil de ser superada é a origem dos equipamentos importados, tais quais gradis, coretos, esculturas e quaisquer outros encomendados a firmas europeias, pois muitos já desapareceram, não sendo mais possível a busca por inscrições nas peças. Consideramos, ainda, a falta de registros documentais, como catálogos que possam ser cotejados com a iconografia histórica ou fontes oficiais mencionando seu país de origem.

Um terceiro vazio corresponde à autoria dos projetos dos jardins, pois faltam plantas baixas e fontes correlatas. Como tratamos de jardins públicos, muitas vezes, um único projeto continha diversas assinaturas de engenheiros e arquitetos das repartições ou secretarias de obras. Na condição de obras públicas, frequentemente estavam associados aos nomes dos gestores, em detrimento dos projetistas, dificuldade concreta para problematizar a formação do campo profissional em paisagismo no Brasil.

Outros temas não explorados na tese podem ser desenvolvidos a partir do diálogo com diferentes ramos do conhecimento científico, no sentido de alargar as interpretações sobre os jardins públicos do século XIX e XX. Novas interlocuções encorajariam diferentes olhares e ferramentas para o inesgotável universo de significados atribuídos aos jardins no seu processo de construção e apropriação: suas cores, aromas e sons; a fauna neles presente; sua abordagem como espaços de memória; sua relação com a expansão urbana; e aspectos normativos que tenham incidido diretamente no seu desenho e usufruto por parte da população, no sentido de respeitá-los ou infringi-los.

Em relação à historiografia dos jardins do século XIX e início do XX no Brasil, esperamos poder oferecer alguns fundamentos de pesquisa a outras cidades do país e, em

sentido lato, contribuir com o processo de preservação de *jardins históricos*, na medida em que o conhecimento histórico é um dos pilares do reconhecimento patrimonial e da tomada de decisão nas ações de intervenção.

Diante do aprendizado que me proporcionou, desejo que esta tese, na incapacidade de implantar jardins, possa, minimamente, aclimatar ideias em torno deles, afinal, se não me tornei paisagista "por profissão", resta-me perseguir ser jardineira "por vocação".

Acervos & Fontes

Acervos

i) Acervo particular Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), Fortaleza.
ii) Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC, Fortaleza.
iii) Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE, Recife.
iv) Banco de Dados O Povo, Fortaleza.
v) Biblioteca Almeida Cunha do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Superintendência de Pernambuco – IPHAN-PE, Recife.
vi) Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.
vii) Biblioteca Central da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – POLI/USP, São Paulo.
viii) Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba – BC/UFPB, João Pessoa.
ix) Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-Maranhão/USP, São Paulo.
x) Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-Butantã/USP, São Paulo.
xi) Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, São Paulo.
xii) Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FE/USP, São Paulo.
xiii) Biblioteca da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza.
xiv) Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco – CCJ/UFPE, Recife.
xv) Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP, São Paulo.
xvi) Biblioteca Lourival Gomes Machado do Museu de Arte Contemporânea – MAC/USP, São Paulo.
xvii) Biblioteca Nacional – BN, Rio de Janeiro.
xviii) Dumbarton Oaks – DO (Research Library and Collection; Rare Book Collection), Washington-D.C.

xix) Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ (Coordenação-geral de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade – Cehibra; Setor de Microfilmagem), Recife.

xx) Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico e Antropológico, Fortaleza.

xxi) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, João Pessoa.

xxii) Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, João Pessoa.

xxiii) Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco – DAU/UFPE, Recife.

xxiv) Library of Congress – LC, Washington-D.C.

xxv) Museu da Cidade do Recife – MCR, Recife.

xxvi) Museu da Imagem e do Som do Ceará – MIS, Fortaleza.

xxvii) Museu do Ceará, Fortaleza.

xxviii) Núcleo de Documentação e Arquivos do Centro Universitário de João Pessoa – NDA/UNIPÊ, João Pessoa.

FONTES

Fontes Primárias

Recife

Relatórios de presidentes de província e governadores (impressos)

ALBUQUERQUE, Diogo Velho Cavalcanti de. *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo excellentissimo presidente da provincia Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de março de 1871*. Recife: Typographia de M. F. de F. & Filhos, 1871.

ALBUQUERQUE, Lourenço Cavalcanti de. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque abrio a sessão da Assembléa Provincial de Pernambuco no dia 1 de março de 1880*. Pernambuco: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1880.

ALBUQUERQUE, Lourenço Cavalcanti de. *Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Dr. Lourenço Cavalcante de Albuquerque passou a administração da Provincia de Pernambuco ao 1º vice-presidente o Exm. Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire*. Pernambuco: Typ de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1880.

ANDRADE, Joaquim José de Oliveira. *Annexos á falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia da sua installação a 15 de setembro de 1888 dirigio o Exm. Sr. presidente da provincia desembargador Joaquim José de Oliveira Andrade*. Recife: Typ. de Manoel de Figueiroa Faria & Filhos, 1888.

ANDRADE, Joaquim José de Oliveira. *Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia de sua installação a 15 de setembro de 1888 dirigio o Exm. Sr. presidente da provincia desembargador Joaquim José de Oliveira Andrade*. Recife: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1888.

BORBA, Manoel Antonio Pereira. *Mensagem do Exm. Sr. Dr. Manoel Antonio Pereira Borba Governador do Estado lida por occasião da installação da 3ª sessão da 9ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado aos 6 de março de 1918*. Pernambuco: Officinas da Imprensa Official, 1918.

CAVALCANTI, Carlos de Lima. *Exposição apresentada ao Chefe do Governo Provisorio da Republica Exmº Sr. Getulio Vargas pelo Interventor Federal em Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti, Periodo Administrativo de Outubro de 1930 a Junho de 1933*. Recife: Imprensa Oficial, 1933.

CAVALCANTI, Carlos de Lima. *Exposição apresentada pelo Interventor Dr. Carlos de Lima Cavalcanti á Assembléa Constituinte do Estado, Outubro de 1930 a Abril de 1935*. Recife: Imprensa Official, 1935.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. *Falla com que o Exm. Sr. Doutor Manoel Clementino Carneiro da Cunha abrio a sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 2 de março de 1877*. Pernambuco: Typ. de M. Figueirôa de Faria & Filhos, 1877.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha passou a administração desta provincia ao Exm. Sr. Desembargador Francisco de Assis Oliveira Maciel a 15 de novembro de 1877*. Pernambuco: Typ. de Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1878.

DANTAS BARRETO, Emygdio. *Mensagem do Exm. Sr. General Emygdio Dantas Barreto Governador do Estado lida por occasião da installação da 3ª sessão da 8ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado aos 6 de março de 1915*. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1915.

DORIA, Franklin Americo de Menezes. *Falla com que o Exm. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria abriu a sessão da Assemblea Legislativa Provincial de Pernambuco em 1 de março de 1881*. Recife: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1881.

FREIRE, Adelino Antonio de Luna. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire 1º vice-presidente da provincia abrio a sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial a 16 de junho de 1880*. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1880.

FREIRE, Adelino Antonio de Luna. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire 1º vice-presidente passou ao Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda presidente effectivo á administração desta provincia a 20 de maio de 1878*. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1878.

FREIRE, Adelino Antonio de Luna. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire 1º vice-presidente passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria em 28 de junho de 1880*. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1880.

GÓES, Innocencio Marques de Araujo. *Falla que á Assembléa Legislativa Provincial no dia de sua installação a 1 de março de 1889 dirigio o Exm. Sr. presidente da provincia Innocencio Marques de Araujo Góes*. Recife: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1889.

JUNQUEIRA, João José de Oliveira. *Falla com que o Exm. presidente da provincia Conselheiro João José de Oliveira Junqueira abrio a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia 1º de março de 1872*. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1872.

LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcante de. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda presidente da provincia abrio a sessão da Assembléa Legislativa em 19 de dezembro de 1878*. Recife: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1879.

LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcante de. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda presidente da provincia abrio a sessão da Assembléa Legislativa em 1 de março de 1879*. Recife: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1879.

LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda passou ao Exm. Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire primeiro vice-presidente a administração desta provincia em 18 de setembro de 1879*. Recife: Typ. de M. Figueiroa de F. & Filhos, 1879.

LEMOS, Francisco de Faria. *Relatorio com que o Exm. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos passou a administração desta provincia ao o Exm. Sr. Dr. Henrique Pereira de Lucena a 25 de novembro de 1872*. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de F. & Filhos, 1872.

LOBO, Francisco de Paula da Silveira. *Relatorio apresentado á Assemblea Legislativa Provincial em 15 de abril de 1867 pelo Exmo. Sr. Conselheiro Francisco de Paula da Silveira Lobo presidente de Pernambuco*. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1867.

LORETO, Sergio T. Lins de B. *Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Sergio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado ao Congresso Legislativo de Pernambuco em 6 de março de 1925, 1ª sessão da 12ª legislatura*. Recife: Sec. Tech. da Rep. de Publicações Officiaes, 1925.

LORETO, Sergio T. Lins de B. *Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Sergio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado lida ao installar-se a 2ª sessão da 11ª legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 6 de março de 1923*. Pernambuco: Officinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1923.

LORETO, Sergio T. Lins de B. *Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Sergio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado lida ao installar-se a 3ª sessão da 11ª legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 6 de março de 1924*. Pernambuco: Officinas Graphicas da Penitenciaria do Recife, 1924.

LORETO, Sergio. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 7 de Setembro de 1926, 3ª sessão da 12ª legislatura, pelo Dr. Sergio Loreto, Governador do Estado de Pernambuco*, 1926.

LUCENA, Henrique Pereira de. *Falla com que o Excellentissimo Senhor Desembargador Henrique Pereira de Lucena abrio a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em o 1º de março de 1875*. Pernambuco: Typographia de M. Figueiroa de F. & Filhos, 1875.

LUCENA, Henrique Pereira de. *Falla com que o Exm. Sr. Commendador Henrique Pereira de Lucena abrio a sessão da Assembléa Provincial no 1º de março de 1873*. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de F. & Filhos, 1873.

LUCENA, Henrique Pereira de. *Falla com que o Exm. Sr. Commendador Henrique Pereira de Lucena abrio a sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 1 de março de 1874*. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de F. & Filhos, 1874.

LUCENA, Henrique Pereira de. *Relatorio com que o Exm. Sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena passou a administração da provincia ao Exm. Sr. Commendador João Pedro Carvalho de Moraes em 10 de maio de 1875*. Pernambuco: Typ. de M. F. de Faria & Filhos, 1875.

MACIEL, Francisco de Assis Oliveira. *Relatorio com que o Exm. Sr. Desembargador Francisco de Assis Oliveira Maciel passou a administração desta provincia ao Exm. Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire a 15 de fevereiro do corrente anno*. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1878.

MELLO, Herculano Bandeira de. *Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Herculano Bandeira de Mello Governador do Estado lida por occasião da installação da 2ª sessão ordinaria da 7ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado aos 6 de março de 1911*. Recife: Typ. do Diario de Pernambuco, 1911.

MORAES, João Pedro Carvalho de. *Falla com que o Exm. Sr. Commendador João Pedro Carvalho de Moraes abrio a sessão da Assembléa Legislativa Provincial em o 1º de março de 1876*. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1876.

MORAES, João Pedro Carvalho de. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes passou a administração da provincia ao Exm. Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha no dia 1º de maio de 1876*. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de F. & Filhos, 1876.

PORTELLA, Manoel do Nascimento Machado. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta provincia ao Exm. Sr. Conselheiro João José de Oliveira Junqueira á 27 de outubro ultimo*. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1872.

SOUZA LEÃO, Ignacio Joaquim de. *Relatorio com que o Exm. 1º vice-presidente Dr. Ignacio Joaquim de Souza Leão passou a administração da provincia em 16 de abril de 1888 ao Exm. Presidente Desembargador Joaquim José de Oliveira Andrade*. Recife: Typ. de Manoel de Figueiroa de Faria & Filhos, 1888.

Jornais

Diario da Tarde

DIARIO da Tarde, *Lago artificial da Praça Sergio Loreto*, 1/10/1937, p. 6.

Diario de Pernambuco

DIARIO de Pernambuco, 1 a 30/12/1888; 1 a 30/9/1915; 1 a 31/10/1924; 1/31/10/1925.

BRAGA, Napoleão. Parque 13 de Maio: um projeto centenário. *Diario de Pernambuco,* 31/5/1993, Opinião, p. A5.

DIARIO de Pernambuco, *Vaccina excellente*, 24/8/1871, p. 4.

DIARIO de Pernambuco, *Jardim do Campo das Princezas*, 19/10/1872, p. 2.

DIARIO de Pernambuco, *Jardim do Campo das Princezas*, 21/10/1872, p. 2.

DIARIO de Pernambuco, *Jardim do Conde d'EU*, 14/10/1875, p. 1.

DIARIO de Pernambuco, *Inauguração do jardim Conde d'EU*, 16/10/1875, p. 1.

DIARIO de Pernambuco, *Projecto de passeio publico I*, 23/12/1888, p. 2.

DIARIO de Pernambuco, *A nova cidade do Recife*, 29/12/1888, p. 3.

DIARIO de Pernambuco, *A estatua a Nabuco*, 28/9/1915, p. 3.

DIARIO de Pernambuco, *Monumento a Nabuco*, 29/9/1915, p. 3.

DIARIO de Pernambuco, *Jornaes de hontem*, 30/9/1915, p. 4.

DIARIO de Pernambuco, *Melhoramentos Municipaes*, 17/10/1924, p. 1.

DIARIO de Pernambuco, *O Derby*, 18/10/1924, p. 2.

DIARIO de Pernambuco, *Dr. Sergio Loreto, as imponentes festas de hoje em commemoração ao 2º anniversario de seu governo*, 18/10/1924, p. 3.

DIARIO de Pernambuco, *A Exposição: será hoje solennemente inaugurado o grande certamen do Derby, expoente precioso do progresso de Pernambuco*, 18/10/1924, p. 7.

DIARIO de Pernambuco, *Governo Municipal, o 2º anniversario da posse do prefeito dr. Antonio de Góes*, 19/10/1924, p. 1.

DIARIO de Pernambuco, *A exposição: a brilhante festa inaugural do grande certamen do Derby*, 19/10/1924, p. 6-7.

DIARIO de Pernambuco, *A exposição: o grande êxito do certamen*, 21/10/1924, p. 2.

DIARIO de Pernambuco, *Inauguração da Praça e do Grupo Escolar Sergio Loreto*, 21/10/1924, p. 2.

DIARIO de Pernambuco, *Dr. Sergio Loreto, o encerramento das brilhantes festas commemorativas de sua investidura no governo do Estado*, 21/10/1924, p. 3.

DIARIO de Pernambuco, *Dr. Antonio de Góes*, 18/10/1925, p. 1.

DIARIO de Pernambuco, *Dr. Sergio Loreto*, 18/10/1925, p. 3.

DIARIO de Pernambuco, *Dr. Antonio de Góes*, 20/10/1925, p. 1.

DIARIO de Pernambuco, *Cousas da Cidade – A Praça da Republica*, 20/12/1936, p. 4.

DIARIO de Pernambuco, *Para o embellezamento da Praça da Republica*, 20/12/1936, p. 5.

DIARIO de Pernambuco, *A reforma dos jardins do Recife*, 20/5/1937.

Jornal do Brasil

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, O *embellesamento dos jardins de Recife*, 7/11/1928, p. 20.

Jornal do Commercio

JORNAL do Commercio, O *Garden-Party*, 23/10/1923, p. 3.

Jornal do Recife

JORNAL do Recife, 1 a 30/9/1915; janeiro a dezembro de 1925.

JORNAL do Recife, *Inaugura-se hoje o monumento a Joaquim Nabuco*, 28/9/1915, p. 1.

JORNAL do Recife. *Joaquim Nabuco*, 29/9/1915, p. 1.

JORNAL do Recife, *Os terrenos do Derby*, 2/2/1925, p. 1.

JORNAL do Recife, *Os terrenos do Derby*, 9/2/1925, p. 1; 2.

JORNAL do Recife, *No Derby*, 27/7/1925, p. 1.

JORNAL do Recife, *Os nossos parques*, 10/9/1925, p. 1.

JORNAL do Recife, edição da tarde, *Aspectos do Recife*, 3/11/1925, p. 3.

Jornal Pequeno

JORNAL Pequeno, 1 a 30/9/1915.

Jornal Pequeno, *Monumento a Nabuco, a sua inauguração hoje*, 28/9/1915, p. 2.

Jornal Pequeno, *A inauguração do monumento a Nabuco*, 29/9/1915, p. 3.

Almanaques, Anais e Revistas

Almanaque de Pernambuco

ALMANACH de Pernambuco, Recife, 1902 a 1930.

ESTAÇÃO Central. *Almanach de Pernambuco para o anno de 1906*, Recife, 8º anno, p. 161-163.

FACULDADE de Direito do Recife. *Almanach de Pernambuco para o anno de 1906*, Recife, 8º anno, p. 129-131.

MONUMENTO 7 de Setembro. *Almanach de Pernambuco para o anno de 1906*, Recife, 8º anno, p. 97-100.

O PARQUE DO DERBY. *Almanach de Pernambuco para o anno de 1929*, Recife, Off. Graph. Jornal do Commercio, 31º anno, p. 244-247, 1928.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. A fonte do Pateo do Collegio. *Almanach de Pernambuco para o anno de 1928,* Recife, Off. Graph. Jornal do Commercio, 30º anno, p. 281-282, 1927.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. A Praça 17. *Almanach de Pernambuco para o anno de 1927*. Recife, 29º anno, p. 251-252.

Anais Pernambucanos

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. 2. ed. Recife: Fundarpe, 1983. (Coleção Pernambucana, v. 1 a v. 10).

SILVA, Genny da Costa e. *Índices onomástico e de assuntos dos Anais Pernambucanos de F. A. Pereira da Costa*. Recife: Fundarpe, 1987. (Coleção Pernambucana, v. 11).

A Pilheria

GALLES, Principe de. Recife ao fonfonar dos autos. *A Pilheria*, Recife, anno VII, n. 233, 13 de março de 1923. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=615&Itemid=460. Acesso em: 20 nov. 2015.

Revista Arquivos

REVISTA Arquivos. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, Diretoria de Estatística, 1942 a 1944.

TERMO de assentamento da pedra fundamental do jardim da praça Conde D'Eu. *Revista Arquivos*, Recife, Prefeitura Municipal do Recife, ano 1, n. 2, p. 111-113, novembro de 1942.

Revista da Cidade

REVISTA da Cidade, Recife, 1926. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=617&Itemid=460. Acesso em: 25 jan. 2015; 2 ago. 2015.

Revista de Pernambuco

REVISTA de Pernambuco, Repartição de Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, julho de 1924 a outubro de 1926.

ALGUMAS considerações sobre as ideias basicas da actual administração. *Revista de Pernambuco*, Recife, Repartição de Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, anno 1, n. 4, outubro de 1924.

AS ARVORES. *Revista de Pernambuco*, Recife, Repartição de Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, anno 1, n. 2, agosto de 1924.

AS GRADES do Derby: o parque, o canal e as avenidas. *Revista de Pernambuco*, Recife, Repartição de Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, anno 1, n. 1, julho de 1924.

AS OBRAS do Parque do Derby. *Revista de Pernambuco*, Recife, Repartição de Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, anno 1, n. 2, agosto de 1924.

INOJOSA, Joaquim. A cidade dos jardins abandonados. *Revista de Pernambuco*, Recife, Repartição de Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, anno 3, n. 21, março de 1926.

MELHORAMENTOS municipaes: uma nova praça. *Revista de Pernambuco*, Recife, Repartição de Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, anno 1, n. 2, agosto de 1924.

OS TERRENOS do Derby. *Revista de Pernambuco*, Recife, Repartição de Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, anno 1, n. 4, outubro de 1924.

OS TERRENOS do Derby. *Revista de Pernambuco*, Recife, Repartição de Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, anno 1, n. 5, novembro de 1924.

PARQUE do Entroncamento. *Revista de Pernambuco*, Recife, Repartição de Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, anno 2, n. 13, julho de 1925.

PARQUE do Entroncamento. *Revista de Pernambuco*, Recife, Repartição de Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, anno 2, n. 14, agosto de 1925.

PRAÇA do Paysandú. *Revista de Pernambuco*, Recife, Repartição de Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, ano 1, n. 1, julho de 1924.

RECIFE e seus parques. *Revista de Pernambuco*, Recife, Repartição de Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, anno 1, n. 6, dezembro de 1924.

UM NOVO parque. *Revista de Pernambuco*, Recife, Repartição de Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, anno 1, n. 1, julho de 1924.

Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Origens de algumas praças e ruas do Recife. *Revista do Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano*, Recife, v. 22, n. 107-110, p. 12-37, 1920.

RODRIGUES, José Honório. *Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 1961.

Revista Estudantina

ESTUDANTINA, Órgão dos Estudantes da Faculdade de Direito do Recife, março de 1926 a maio de 1927.

Álbuns, Iconografia, Cartografia e Plantas Baixas

ALBUM Artistico, Commercial e Industrial do Estado de Pernambuco. Recife: Editado por Manuel Rodriguez Folgueira, 1925.

ALBUM de Pernambuco 1933. Recife: Drechsler & Cia Estabelecimento Grafico, 1933.

ANTE-PROJECTO de melhoramentos em Recife, Organisado pelo engenheiro civil Sá Mendes, s/d.

FERREZ, Gilberto. *Album de Pernambuco e seus arrabaldes*. Recife: Prefeitura do Recife, [195-].

FERREZ, Gilberto. *O Album de Luís Schlappriz – Memoria de Pernambuco: Álbum para os amigos das artes, 1863*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. (Coleção Recife, v. 17).

FERREZ, Gilberto. *Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife: 1755-1855*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

FERREZ, Gilberto. *Velhas fotografias pernambucanas: 1851-1890*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campo Visual, 1988.

GUIA da cidade do Recife-Guide de la ville de Recife-A guide of the city of Recife. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1935.

MONTEIRO, M. *Album de Pernambuco*. Lisboa: Officinas Typographicas do Annuario Commercial, 1913.

PLANO Geral de Melhoramentos dos terrenos do Derby, Estado de Pernambuco, D.G.V.O.P. – Departamento Geral de Viação e Obras Publicas, Secção de Obras, Osorio de Carvalho, Manoel Machado, Escala 1:1000, 21/9/1925.

PLANTA da Cidade do Recife e Arredores, Prefeitura Municipal do Recife, Prefeito Antonio de Góis Cavalcanti, Engenheiro Chefe do Escritorio Tecnico Domingos Ferreira, Escala 1:10.000, 1932.

PLANTA da Cidade do Recife reduzida dos levantamentos da cidade feitos por Sir Douglas Fox e Socios & H. Michell Whitley, Membros do Instituto de Enginheiros Civis de Londres, Escala 1:10.000, 1906.

PLANTA de um trecho do Jardim 13 de Maio, R.A.E.I.O.P., Secção de Obras, Layette C., Escala 1/500, novembro de 1923.

PLANTA do Campo das Princesas, 1867b.

PLANTA do Campo das Princesas, Escala 1:500, 1867a.

PLANTA do Jardim das Princesas/Campo das Princesas, Recife, Engenheiro Principal Béringer, Visto e Apresentado Engenheiro Director das Obras Publicas V. Fournier Escala 0.002 m para metro (1:500), 5 de setembro de 1875.

PLANTA dos Arruamentos do Bairro de S^to^ Amaro, Duplicata da Repartição das Obras Publicas, Engenheiro em Chefe L. Vauthier, 30 de outubro de 1844.

PROJECTO de aformoseamento, Largo do Entroncamento, Prefeitura do Recife, Directoria de Obras Publicas, Organisado de accordo com as ideias suggeridas pelo Exmo Snr Dr. Antonio de Góes Cavalcanti, prefeito do municipio do Recife, Director de Obras Alvaro [ilegível], engenheiro architecto Jorge Martins, Escala 1:200, 16/12/1925.

PROJECTO de Passeio Publico: Aquarium, Provincia de Pernambuco, Cidade do Recife, Repartição das Obras Publicas, 2ª Divisão, Assignado Engenheiro Chefe do Serviço Topog^co^ Béringer, Visto Engenheiro Director das Obras Publicas V. Fournier, Escala 0,02 m por metro (1/50), 1 de junho de 1875.

PROJECTO de Passeio Publico: Pavilhão, Provincia de Pernambuco, Cidade do Recife, Repartição das Obras Publicas, 2ª Divisão, Assignado Engenheiro Chefe do Serviço Topog^co^ Béringer, Visto Engenheiro Director das Obras Publicas V. Fournier, Escala 0,02 m por metro (1/50), 1 de junho de 1875.

PROJECTO de um café restaurant para o Jardim 13 de Maio, Elevação, Escala 0,02m = 1,00m, s/d.

PROJECTO do Parque 13 de Maio, Escala 0,002 pm, Antonio P. L., 8/10/1923.

SILVA, Leonardo Dantas; LEITE, Ronildo Maia (Org.). *Recife 1900: Álbum de Recordações*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1992.

Fortaleza

Relatórios de presidentes e engenheiros de província (manuscritos)

AGUIAR, João Jorge Ferreira de. Relatorio com que o Exmo Snr. *Conselheiro João Jorge Ferreira de Aguiar passou a administração da provincia do Ceará ao Exmo Snr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 2º vice-presidente da mesma provincia*, em o dia 22 de Fevereiro de 1878.

BARRADAS, Joaquim da Costa. *Relatorio da Presidencia da Provincia do Ceará. Joaquim da Costa Barradas*. Palacio do Governo do Ceará, 1º de Setembro de 1886.

BARROS, José Júlio de Albuquerque. *Relatorio com que o Exmo Snr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros passou a administração da Provincia do Ceará ao Exmo Snr. André Augusto de Padua Fleury*, 1880.

THÉBERGE, Henrique. *Relatorio apresentado ao Ilmo Exmo Snr Dr. Sancho Barros de Pimentel, Presidente da Provincia, pelo Engenheiro encarregado das obras publicas provinciaes Henrique Théberge dos trabalhos que correm por esta Direcção no periodo decorrido de 15 de Junho do anno passado a presente data*. Cidade da Fortaleza, 1º de Junho de 1882.

THÉBERGE, Henrique. *Relatorio apresentado ao Ilmo Exmo Snr Dr. Satyro de Oliveira Dias, Presidente da Provincia do Ceará, pelo Engenheiro da Provincia Henrique Théberge, dos trabalhos que correm por esta Direcção no periodo de 1 de junho do anno passado á presente data*. Cidade da Fortaleza, 10 de Setembro de 1883.

THÉBERGE, Henrique. *Relatorio apresentado ao Ilmo Exmo Snr Senador Pedro Leão Velloso, Presidente da Provincia, pelo Engenheiro encarregado das obras publicas provinciaes Henrique Théberge dos trabalhos á cargo desta Direcção dentro do periodo decorrido de 15 de junho do corrente anno á presente data*. Cidade da Fortaleza, 30 de Novembro de 1881.

Relatórios de presidentes e engenheiros de província e governadores (impressos)

BARROS, José Julio de Albuquerque. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros Presidente da Provincia do Ceará abriu a 1.ª sessão da 25ª Legislatura da Assembléa Provincial no dia 1º de julho de 1880*. Fortaleza: Typographia Brazileira, 1880.

BORGES, Pedro Augusto. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1902 pelo presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1902.

BORGES, Pedro Augusto. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1903 pelo presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1903.

CAVALCANTE, José Pompêu d'Albuquerque. *Relatorio do Engenheiro das obras publicas provinciaes do Ceará*. Fortaleza, 4 de maio de 1865. (Appenso ao relatorio do presidente Lafayette Rodrigues Pereira de 10 de junho de 1865).

CAVALCANTE, José Pompeu d'Albuquerque. *Relatorios apresentados ao presidente da provincia pelo Engenheiro Chefe da Direcção de Obras Publicas*. Fortaleza, 15 de abril de 1868. (Appenso ao relatorio do presidente Pedro Leão Vellozo de 22 de abril de 1868).

FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da Cunha. *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo Excelentissimo Senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por occasião da installação da mesma assembléa no dia 9 de outubro de 1863*. Ceará: Typographia Cearense, 1863.

PEIXOTO, José Carlos de Matos. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado do Ceará á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1ª sessão ordinária da decima legislatura*. Ceará: Typographia Gadelha, 1929.

PEIXOTO, José Carlos de Matos. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado do Ceará á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da decima legislatura*. Ceará: Typographia Gadelha, 1930.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. *Relatorio com que foi entregue a administração da provincia ao excellentissimo senhor doutor Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello pelo excellentissimo senhor doutor Lafayette Rodrigues Pereira em 10 de junho de 1865*. Ceará: Typ. Brazileira de J. Evangelista, Paiva & C.ª, 1865.

ROCHA, José Moreira da. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1925 pelo desembargador José Moreira da Rocha, presidente do Estado*.

ROCHA, José Moreira da. *Mensagem enviada á Assembléa Legislativa pelo desembargador José Moreira da Rocha, presidente do Estado*. Estado do Ceará, 1928.

TORREÃO, Enéas de Araujo. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Enéas de Araujo Torreão passou a administração da Provincia do Ceará ao Exm. Sr. Dr. Antonio Caio da Silva Prado no dia 21 de abril de 1888*. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1888.

VELLOZO, Pedro Leão. *Relatorio com que o excellentissimo senhor doutor Pedro Leão Vellozo passou a administração da provincia ao excellentissimo senhor 1.º vice-presidente Dr. Antonio Joaquim Rodrigues Junior no dia 22 de abril de 1868*. Fortaleza: Typographia Brasileira Propriedade de J. Evangelista, 1868.

Jornais

A Tribuna

A TRIBUNA, 1/7/1922 a 30/9/1922.

A TRIBUNA, *Programma das festas do Centenario*, 7/9/1922, p. 4.

A TRIBUNA, *As festas do Centenario em Fortaleza, a inauguração do Parque da Independencia*, 9/9/1922, p. 2.

A TRIBUNA, *As festas do Centenario em Fortaleza, o movimento nas praças Marquez do Herval e do Ferreira*, 9/9/1922, p. 2.

A TRIBUNA, *As festas do Centenario em Fortaleza, fogos de artificio na praça Marquez do Herval*, 9/9/1922, p. 2.

A TRIBUNA, *As festas do Centenario em Fortaleza, Gymnastica escolar no Parque da Independencia*, 12/9/1922, p. 2.

Correio do Ceará

CORREIO DO CEARÁ, 2/5/1925 a 30/5/1925; 24/12/1929 a 31/12/1929; 1/7/1930 a 30/8/1930; 8/9/1930 e 27/9/1930; 4/7/1931 a 7/7/1931.

CORREIO DO CEARÁ, *Inaugurar-se-á, amanhã, a "7 de Setembro"*, 23/5/1925, p. 1.

CORREIO DO CEARÁ, *A reinauguração da Avenida 7 de Setembro*, 26/5/1925, p. 2.

CORREIO DO CEARÁ, *Prefeitura Municipal, Inauguração do Jardim Demosthenes de Carvalho*, 24/12/1929, p. 3.

CORREIO DO CEARÁ, *Inauguração do Jardim Demosthenes de Carvalho*, 26/12/1929, p. 2.

CORREIO DO CEARÁ, *Parque da Independencia – kermesses em beneficio da créche*, 31/12/1929, p. 7.

CORREIO DO CEARÁ, *Ecos da inauguração do Jardim Demosthenes de Carvalho*, 31/12/1929, p. 7.

CORREIO DO CEARÁ, *Acudam ás arvores*, 2/7/1930, p. 2.

CORREIO DO CEARÁ, *O Parque da Independencia*, 2/7/1930, p. 7.

CORREIO DO CEARÁ, *A Praça Commendador Theodorico e sua historia*, 11/7/1930, p. 1.

CORREIO DO CEARÁ, *A inauguração do Jardim Thomaz Pompeu*, 11/7/1930, p. 1.

CORREIO DO CEARÁ, *A praça Coronel Theodorico*, 12/7/1930, p. 7.

CORREIO DO CEARÁ, *Praça Commendador Theodorico, Inauguração do Jardim Thomaz Pompeu*, 15/7/1930, p. 2.

CORREIO DO CEARÁ, *Inauguração do Jardim Thomaz Pompeu, Acta da solemninade da inauguração do Jardim Thomaz Pompeu, á praça Commendador Theodorico*, 17/7/1930, p. 5.

CORREIO DO CEARÁ, *A praça Castro Carreira vae ser remodelada*, 17/7/1930, p. 7.

CORREIO DO CEARÁ, *Curiosidades locaes: de rampa a jardim*, 21/7/1930, p. 3.

CORREIO DO CEARÁ, *Ainda o Parque da Independencia*, 24/7/1930, p. 7.

CORREIO DO CEARÁ, *Arborização da cidade: Appello ás mães de familia*, 21/7/1930, p. 7.

CORREIO DO CEARÁ, *Impressões de Fortaleza*, 16/8/1930, p. 7.

CORREIO DO CEARÁ, *Retreta*, 16/8/1930, p. 2.

CORREIO DO CEARÁ, *Prefeitura Municipal. Relatorio apresentado á Camara Municipal pelo prefeito, sr. Alvaro Nunes Weyne – 1930*, 29/8/1930, p. 6.

CORREIO DO CEARÁ, *Nota da prefeitura*, Secretaria, 4/7/1931, p. 7.

CORREIO DO CEARÁ, *Avenida Barbara Alencar*, 7/7/1931, p. 6.

Diário do Nordeste

DIÁRIO DO NORDESTE, *Cata-ventos no CE auxiliam agricultores durante a seca*, 23/2/2013. Disponível em: http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/cata-ventos-no-ce-auxiliam-agricultores-durante-a-seca-1.141001. Acesso em: 12 jan. 2016.

Folha do Povo

FOLHA DO POVO, Supplemento (Parte Official), abril a novembro de 1913.

FOLHA DO POVO, Supplemento (Parte Official), *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1913 pelo presidente do estado T.et C.el Marcos Franco Rabello*, 13/5/1913.

O Nordeste

O NORDESTE, 29/6/1922 a 30/12/1922; 23/5/1925 a 27/5/1925; 2/12/1929 a 31/12/1929; 11/7/1930 a 14/7/1930; 4/7/1931 a 6/7/1931.

O NORDESTE, *A columna a Christo Redemptor*, 29/6/1922, p. 1.

O NORDESTE, *A columna do Centenario a Christo Redemptor*, 30/6/1922, p. 1.

O NORDESTE, *A iniciativa dos trabalhos da columna a Christo Redemptor*, 5/7/1922, p. 1.

O NORDESTE, *Columna do Centenario ao Christo Redemptor*, 14/7/1922, p. 1.

O NORDESTE, *A Praça Marquez do Herval reclama os cuidados da policia e da prefeitura*, 20/7/1922, p. 2.

O NORDESTE, *Os Estados Unidos e o Centenario*, 20/7/1922, p. 2.

O NORDESTE, *Festas em beneficio da Columna do Centenario*, 18/8/1922, p. 2.

O NORDESTE, *Festas em beneficio da Columna do Centenario*, 25/8/1922, p. 2.

O NORDESTE, *A Praça do Ferreira ás escuras*. 28/8/1922, p. 3.

O NORDESTE, *Praça do Coração de Jesus requer melhoramentos*, 1/9/1922, p. 3.

O NORDESTE, *A remodelação do Parque da Independencia, sua inauguração no dia 7*, 5/9/1922, p. 1.

O NORDESTE, *Programma das festas nesta capital*, 5/9/1922, p. 1.

O NORDESTE, *O Prefeito de Fortaleza nos Estados Unidos – Referencias da imprensa "yankee" ao sr. Ildefonso Albano*, 29/9/1922, p. 2.

O NORDESTE, *Monumentos comemmorativos do Centenario*, 4/10/1922, p. 1.

O NORDESTE, *Está realizado o emprestimo do Ceara na America do Norte: A empresa constructora das obras de esgotto e abastecimento dagua*, 7/10/1922, p. 1.

O NORDESTE, *Um norte-americano tenta "engomar" o rosto de uma "girl"*, 16/10/1922, p. 2.

O NORDESTE, *O contracto para as obras de Fortaleza*, 23/10/1922, p. 1.

O NORDESTE, *O contracto para as obras de Fortaleza*, 26/10/1922, p. 1.

O NORDESTE, *Columna do Centenario*, 13/12/1922, p. 3.

O NORDESTE, *Columna do Centenario ao Christo Redemptor*, 22/12/1922, p. 1.

O NORDESTE, *"Kermesses" em Octavio Bomfim*, 21/12/1929, p. 12.

O NORDESTE, *Amanhã na Praça Christo Redemptor*, 23/12/1929, p. 1.

O NORDESTE, *Será inaugurado, hoje, o "Jardim Demosthenes de Carvalho"*, 24/12/1929, p. 1.

O NORDESTE, *A inauguração do "jardim Demosthenes de Carvalho"*, 27/12/1929, p. 3.

O NORDESTE, *Kermesses no Grupo Escolar S. Dumont*, 11/7/1930, p. 3.

O NORDESTE, *Kermesses no Grupo Escolar S. Dumont*, 12/7/1930, p. 5.

O NORDESTE, *Demonstração do apuro e das despesas das kermesses de N. S. das Dores*, 12/7/1930, p. 5.

O NORDESTE, *Os jardins da cidade*. 14/7/1930, p. 1.

O NORDESTE, *Resultado das kermesses de Christo Rei*. 14/7/1930, p. 5.

O Povo

O POVO, 7/1/1928 a 30/12/1933.

O POVO, *Atenção srs*, 24/3/1928, p. 2.

O POVO, *Aviso em geral*, 3/10/1928, p. 3.

O POVO, *Negocio de occasião*, 4/10/1929, p. 4.

O POVO, *Estão suspensas as Retretas da Praça José de Alencar,* 20/2/1930, p. 6.

O POVO, *Começa hoje a Festa das Nações: Toda a Fortaleza visitará o Passeio Publico para contemplar os pavilhões*, 20/2/1930, p. 2.

O POVO, *Catavento*, 2/6/1930, p. 8.

O POVO, *Jardim Alvaro Weyne*, 10/6/1930, p. 4.

O POVO, *A inauguração do Jardim Thomaz Pompeu*, 11/7/1930, p. 8.

O POVO, *Prefeitura Municipal, Nota da Secretaria*, 4/7/1931, p. 1.

O POVO, *A posse do novo Prefeito*, 20/10/1931, p. 1.

O POVO, *Relatorio do ex-Prefeito Dr. Urbano de Almeida*, 22/10/1931, p. 5.

O POVO, *Retreta*, 16/2/1933, p. 10.

O POVO, *A fonte peregrina*, 23/7/2013. Disponível em: http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2013/07/23/noticiasjornalvidaearte,3096997/a-fonte-peregrina.shtml. Acesso em: 12 mai. 2014.

Unitario

UNITARIO, 12/9/1903 a 30/6/1904; 24/1/1913 a 30/4/1913; 1/1/1914 a 31/12/1914.

UNITARIO, *O presidente Castro Pinto*, 18/2/1913.

UNITARIO, *Estatua de d. Pedro II*, 11/4/1913, p. 1.

UNITARIO, *Four o'clock tea*, 17/4/1914, p. 1.

UNITARIO, *Praça Castro Carrera*, 28/5/1914, p. 1.

UNITARIO, *Retreta*, 6/8/1914, p. 1.

UNITARIO, *Retretas*, 9/8/1914, p. 2.

UNITARIO, *Parque da Liberdade*, 29/8/1914, p. 2.

UNITARIO, *Garden-party*, 9/9/1914, p. 1.

UNITARIO, *Musica*, 5/11/1914, p. 1.

UNITARIO, *Musicas*, 13/12/1914, p. 2.

Almanaques, Anuários e Revistas

Almanach Administrativo, Estatistico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará

ALMANACH Administrativo, Estatistico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará, 1900 a 1907; 1928 a 1931. (Publicados de 1899 a 1931).

Annuario Estatistico do Estado do Ceará

ANNUARIO Estatistico do Estado do Ceará, 1916 a 1924; 1929 a 1930. (Publicados entre 1917 e 1933).

Ceará Illustrado

CEARÁ ILLUSTRADO, Magazine Semanal/Semanário Independente, 4/1/1925 a 27/12/1925. Disponível em: http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentosculturais/biblioteca-publica/ceara-ilustrado?start=40. Acesso em: 28 jul. 2013.

A ARBORIZAÇÃO da cidade. *Ceará Illustrado*, Fortaleza, anno I, n. 28, 18 de janeiro de 1925.

A PRAÇA do Ferreira. *Ceará Illustrado*, Fortaleza, anno II, n. 46, 24 de maio de 1925.

O PARQUE da Independencia. *Ceará Illustrado*, Fortaleza, anno II, n. 51, 28 de junho de 1925.

O RELATORIO do Prefeito Municipal de Fortaleza. *Ceará Illustrado*, Fortaleza, anno II, Fortaleza, n. 61, 7 de setembro de 1925.

UM GOVERNO de realizações: a Prefeitura Municipal de Fortaleza, a sua actual administração. *Ceará Illustrado*, Fortaleza, anno II, Fortaleza, n. 61, 7 de setembro de 1925.

Revista da Academia Cearense

REVISTA da Academia Cearense, 1896 a 1914.

Revista do Instituto do Ceará

REVISTA do Instituto do Ceará, 1887 a 2005.

A ESTATUA de D. Pedro II na cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva, anno XXIX, tomo XXIX, p. 351-353, 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 1915.

ADERALDO, Mozart Soriano. O espírito da Praça do Ferreira. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Editora Stylus Comunicações Ltda, ano CIII, tomo CIII, p. 9-18, 1989a.

ASSOCIAÇÕES e Estabelecimentos Nacionaes e Extrangeiros em relações com o Instituto do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva, anno XXVI, tomo XXVI, p. 410-413, 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 1912.

ASSOCIAÇÕES e Estabelecimentos Nacionaes e Extrangeiros em relações com o Instituto do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva, anno XXIX, tomo XXIX, p. 416-419, 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 1915.

ASSOCIAÇÕES e Estabelecimentos Nacionaes e Extrangeiros em relações com o Instituto do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva, anno XXXII, tomo XXXII, p. 379-383, 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 1918.

ASSOCIAÇÕES e Estabelecimentos Nacionaes e Extrangeiros em relações com o Instituto do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Typ. Minerva, anno XXXVI, tomo XXXVI, Anno do 1º Centenario da Independencia do Brasil, p. 514-519, 1922.

DIAS, Arthur. Ceará – do Livro "O Brazil Actual", 1904. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva, anno XXVII, tomo XXVII, p. 228-242, 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 1913.

INAUGURAÇÃO da estatua D. Pedro II na cidade da Fortaleza na Praça Caio Prado. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva, anno XXVIII, tomo XXVIII, p. 327-329, 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 1914.

MENEZES, Antonio Bezerra de. Descripção da cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Ceará, Typographia Studart, anno IX, tomo IX, p. 147-290, 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 1895.

NOGUEIRA, João. Cidade da Fortaleza: Nomes atuais e antigos de suas praças (em itálico as denominações não oficiais), Nomes antigos de alguns trechos da cidade, Paióis da Pólvora, Chafarizes, Frades de Pedra, Arborização, Usos antigos. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Editora Fortaleza, ano LVI, tomo LVI, p. 147-152, 1942.

NOGUEIRA, João. Iluminação da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Ramos & Pouchain, ano LIII, tomo LIII, p. 141-146, 1939.

NOGUEIRA, João. Notas e Transcrições: "O Passeio Publico – Ad Seniores Fortalexienses". *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Meton Gadelha & Cia, ano XLVII, tomo XLVII, 1933.

VICTOR, Hugo. Ceará and the War of Secession. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ano LXXXII, tomo LXXXII, p. 289-291, 1968.

Dicionários

STUDART, Guilherme, Barão. *Diccionario Bio-bibliographico Cearense*. Fortaleza: Typo-litographia a vapor: Typ. Minerva, 1910, v. 1: Abel-João. (Edição fac-similar publicada pela Imprensa Universitária da UFC, 1980).

STUDART, Guilherme, Barão. *Diccionario Bio-bibliographico Cearense*. Fortaleza: Typo-litographia a vapor: Typ. Minerva, 1913, v. 2: Joaquim-Otto. (Edição fac-similar publicada pela Imprensa Universitária da UFC, 1980).

STUDART, Guilherme, Barão. *Diccionario Bio-bibliographico Cearense*. Fortaleza: Typo-litographia a vapor: Typ. Minerva, 1915, v. 3: Paulino-Zozimo. (Edição fac-similar publicada pela Imprensa Universitária da UFC, 1980).

Álbuns e Iconografia

ALBUM DE FORTALEZA. Fortaleza: organizado por Paulo Bezerra, autor e proprietario, 1931. Disponível em: http://www.ceara.pro.br/Raridades/Album_Fortaleza_1931.html. Acesso em: 7 mai. 2014.

FORTALEZA 1910. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1980. (Edição fac-similar do Album de Vistas do Ceará 1908, editado por iniciativa da firma Boris Frères).

TERRA CEARENSE. Album de Propaganda em geral, organizado no governo do eminente desembargador José Moreira Maciel da Rocha. Edição Português-Italiano. Fortaleza, 1925. Disponível em: http://www.ceara.pro.br/Raridades/Terra_Cearense_1925.html. Acesso em: 7 mai. 2014.

Documentários e Vídeos

FORTALEZA Antiga. Imagine Comunicação & TV Talento e Produtora, 12'01''. Produção: Tharcila Machado; direção: Valdo Silva; locução: Ricardo Guilherme. Realização da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura de Fortaleza – FUNCET. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=Cy29-4ol0BU. Acesso em: 7 mai. 2014.

FORTALEZA da década de 1920 e a Metrópole de 1963. Produtora de Cinema Norte Ltda – Procinorte, 9'11'', produção: Paulo Sales; locução: Menezes Carvalho. Montagem sob supervisão da Comissão Organizadora das Festividades do Sesquicentenário de Fortaleza. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=hsDJbHLZVX8. Acesso em: 7 mai. 2014.

FORTALEZA de 1920. 5'39''. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=FT-qt-YnYHw. Acesso em: 7 mai. 2014.

João Pessoa

Relatórios de presidentes de província e governadores (impressos)

ALBUQUERQUE, João Pessôa Cavalcanti de. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa na abertura da 2ª reunião da 10ª legislatura*, Parahyba, 1929.

ARAÚJO, José Peregrino de. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado na abertura da 4ª sessão da 3ª legislatura em 1º de março de 1903 pelo Presidente do Estado Desembargador José Peregrino de Araújo*. Parahyba do Norte: Officinas da Imprensa Official, 1903.

CARNEIRO, Justino Ferreira. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba em 21 de setembro de 1881 pelo presidente Justino Ferreira Carneiro*. Parahyba do Norte: Typ. do Liberal Parahybano, 1882.

CARVALHO, Alvaro Pereira de. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa pelo vice-presidente do Estado Dr. Alvaro Pereira de Carvalho e elaborada pelo mallogrado presidente Dr. João Pessôa Cavalcante de Albuquerque (assassinado em Recife, em 26 de julho passado). Segunda mensagem do govêrno João Pessôa, referente ao periodo de julho de 1929 a junho de 1930*. Estado da Parahyba, 1930.

GALVÃO, Felippe Benicio da Fonceca. *Exposição com que o 2º vice-presidente Padre Felippe Benicio da Fonceca Galvão passou a administração da provincia ao 1º vice-presidente Dr. Antonio Alfredo de Gama e Mello no dia 15 de maio de 1880*.

GALVÃO, Felippe Benicio da Fonceca. *Relatorio com que o Exm. Sr. 2º vice-presidente Padre Felippe Benicio da Fonceca Galvão passou a administração d'esta provincia ao Exm. Sr. Doutor Josè Rodrigues Pereira Junior em 12 de junho de 1879*. Parahyba do Norte: Typ. Liberal Parahybana, 1879.

GAMA E MELLO, Antonio Alfredo da. *Relatorio com que o Exm. Sr. 1º vice-presidente Dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello passou a administração d'esta provincia ao Exm. Sr. Dr. Manoel Ventura de Barros Leite Sampaio no dia 21 de maio de 1882*. Parahyba do Norte: Typ. do Liberal Parahybano, 1882.

GAMA E MELLO, Antonio Alfredo de. *Exposição com que o Exmº. Sr. Dr. Antonio Alfredo de Gama e Mello, 1º vice-presidente d'esta provincia passou a administração da mesma ao Exmº. Sr. Dr. Gregorio José de Oliveira Costa Junior em 10 de junho de 1880*.

HOLLANDA, Francisco Camillo de. *Exposição de motivos e occorrencias do quadriennio administrativo de 1916-1920 do Estado da Parahyba, apresentada pelo Dr. Francisco Camillo de Hollanda ao Exmo. Sr. Dr. Solon de Lucena*. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1920.

HOLLANDA, Francisco Camillo de. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 2ª sessão ordinaria da 8ª legislatura, a 1º de setembro de 1917, pelo Dr. Francisco Camillo de Hollanda, presidente do estado*, 1917.

HOLLANDA, Francisco Camillo de. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 3ª sessão ordinaria da 8ª legislatura, a 1º de setembro de 1918, pelo Dr. Francisco Camillo de Hollanda, presidente do estado*, 1918.

HOLLANDA, Francisco Camillo de. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 4ª sessão ordinaria da 9ª legislatura, em 1º de setembro de 1919, pelo Dr. Francisco Camillo de Hollanda, presidente do estado*, 1919.

HOLLANDA, Francisco Camillo de. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 1ª sessão ordinaria da 8ª legislatura, a 1º de março de 1920, pelo Dr. Francisco Camillo de Hollanda, presidente do estado*, 1920.

LUCENA, Solon Barbosa de. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 2ª sessão ordinaria da 8ª legislatura, a 1º de setembro de 1921, pelo Dr. Solon Barbosa de Lucena, presidente do estado*, 1921.

LUCENA, Solon Barbosa de. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 3ª sessão ordinaria da 8ª legislatura, a 1º de setembro de 1922, pelo Dr. Solon Barbosa de Lucena, presidente do estado*, 1922.

LUCENA, Solon Barbosa de. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 4ª sessão ordinaria da 8ª legislatura, a 1º de setembro de 1923, pelo Dr. Solon Barbosa de Lucena, presidente do estado*, 1923.

MACHADO, João Lopes. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado em 1º de Setembro de 1910 por occasião da installação da 3ª sessão da 5ª legislatura pelo presidente do Estado Dr. João Lopes Machado*. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1910.

MARTINS, Eduardo. *João Pessoa através de suas mensagens presidenciais: Comentários e Notas seguidos da reprodução fac-similada dos dois textos*. João Pessoa: Estado da Paraíba: Secretaria da Educação e Cultura: A União Cia Editora, 1978.

PEREIRA JUNIOR, José Rodrigues. *Exposição com que o Exm. Sr. Dr. José Rodrigues Pereira Junior passou a administração desta Provincia ao Exmº. Sr. Padre Felippe Benicio da Fonceca Galvão 2º vice-presidente*. Provincia da Parahyba: Palacio da Presidencia, em 30 de abril de 1880.

PESSOA, Antonio da Silva. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 1ª sessão da 8ª legislatura, a 1º de março de 1916, pelo Sr. Coronel Antonio da Silva Pessoa, vice-presidente do estado em exercicio*. Parahyba: Imprensa Official, 1916.

PINTO, João Pereira de Castro. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba na abertura da 2ª sessão ordinaria da 7ª legislatura pelo Dr. João Pereira de Castro Pinto Presidente do Estado*. Parahyba do Norte, 1913.

PINTO, João Pereira de Castro. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 3ª sessão ordinaria da 7ª legislatura, a 1º de setembro de 1914, pelo Dr. João Pereira de Castro Pinto, presidente do estado*, 1914.

SAMPAIO, Manoel Ventura de Barros Leite. *Relatorio apresentado a Assemblea Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo presidente Exm. Sr. Dr. Manoel Ventura de Barros Leite Sampaio em 4 de outubro de 1882*. Parahyba: Typographia do Commercio, 1882.

SUASSUNA, João. *Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado da Parahyba á Assembléa Legislativa, na abertura de sua 2ª sessão ordinaria da 9ª legislatura*. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1925.

SUASSUNA, João. *Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado da Parahyba á Assembléa Legislativa, na abertura de sua 3ª sessão ordinaria da 9ª legislatura*. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1926.

SUASSUNA, João. *Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado da Parahyba á Assembléa Legislativa na abertura da sua 4ª sessão ordinaria da 9ª legislatura*. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1927.

SUASSUNA, João. *Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado da Parahyba á Assembléa Legislativa na sua 1ª reunião ordinaria da 10ª legislatura*. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1928.

VIANNA, Ulysses Machado Pereira. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Provincia da Parahyba do Norte pelo presidente Exmo Sr. Doutor Ulysses Machado Pereira Vianna em 1º de janeiro de 1879*. Parahyba do Norte: Typ. Liberal Parahybana, 1879.

Jornais

A União

A UNIÃO, maio a setembro de 1933. (Transcrições manuscritas e digitalizadas pertencentes ao acervo do IPHAEP, s/d).

O Jornal

O JORNAL, 20/11/1923 a 23/12/1924.

O JORNAL, *Jardim Publico*, 22/11/1923, p. 3.

O JORNAL, *Jardim Publico*, 29/11/1923, p. 1.

O JORNAL, *Porque deixou de haver retreta anteontem no Jardim Publico*, 1/12/1923, p. 6.

O JORNAL, *Programa da retreta do jardim Publico*, 6/12/1923, p. 3.

O JORNAL, *Jardim Publico*, 13/12/1923, p. 3.

O JORNAL, *Jardim Publico*, 20/12/1923, p. 3.

O JORNAL, *O Natal na igreja das Mercês*, 22/12/1923, p. 6.

O JORNAL, *O Natal – nesta cidade*, 24/12/1923, p. 6.

O JORNAL, *O "Jornal" Social – diversas*, 28/12/1923, p. 1; p. 3.

O JORNAL, *Em defesa do Nordeste*, 10/1/1924, p. 8.

O JORNAL, *Mictorios publicos*, 19/1/1924, p. 6.

O JORNAL, *A inauguração da estatua de Alvaro Machado*, 5/2/1924, p. 3.

O JORNAL, *Jardim Publico*, 7/2/1924, p. 6.

O JORNAL, *Retreta*, 14/2/1924, p. 8.

O JORNAL, *Retreta*, 20/3/1924.

O JORNAL, *O estado ruinoso dos passeios publicos das nossas ruas reclama providencias da prefeitura*, 4/4/1924, p. 1.

O JORNAL, *Retreta*, 5/4/1924, p. 3.

O JORNAL, *Retreta*, 15/5/1924, p. 6.

O JORNAL, *Retreta*, 15/5/1924, p. 6.

O JORNAL, *Os presidentes – I Camillo de Hollanda*, 3/7/1924, p. 1.

O JORNAL, *Os presidentes – II Antonio Pessôa*, 4/7/1924, p. 1.

O JORNAL, *Os presidentes – III Castro Pinto*, 5/7/1924, p. 1.

O JORNAL, *Os presidentes – IV João Machado*, 6/7/1924, p. 1.

O JORNAL, *Os presidentes – V José Peregrino*, 8/7/1924, p. 1; p. 3.

O JORNAL, *Os presidentes – VI Alvaro Machado*, 9/7/1924, p. 1.

O JORNAL, *A praça A. Machado*, 8/7/1924, p. 3.

O JORNAL, *Os planos do Sr. Prefeito*, 2/10/1924, p. 1.

O JORNAL, *Retrêta*, 9/10/1924, p. 2.

O JORNAL, *O Governo Solon, o registo (sic) de sua obra*, 22/10/1924, p. 1.

O JORNAL, *O novo Governo do Estado*, 22/10/1924, p. 1.

Álbuns, Iconografia e Cartografia

AZEVEDO, Hudson; MOURA, Gustavo. *Cidade em movimento*. João Pessoa: Local Foto, 2011.

PLANTA da Cidade da Parahyba levantada na Administração do Exmº Prefeito Municipal Dr. Walfredo Guedes Pereira sob a direcção do Cel de Engenharia C. Otto Kuhn pelos Engenheiros Militares Capitães J. Rodrigues da Silva, J. de C. Tupper e o agrimensor T. O. Carneiro Monteiro, 1923. Reducção feita pelo lithographo E. Stuckert na administração do Exmº Snr. João Mauricio de Medeiros, Parahyba, 6/5/928. Escala 1:4.500, 1923.

PLANTA da Cidade da Parahyba levantada por Alfredo de Barros e Vasconcelos, 1º Tenente do Corpo de Engenheiros, em 1855 e reduzida por Artur Januario Gomes de Oliveira em 1905. Escala 1:4.000, 1855.

RODRIGUEZ, José de Nazareth. *2 Séculos da Cidade: passeio retrospectivo, 1870-1930*. João Pessoa: Interplan Editorial Propaganda, [1974].

Revistas

Era Nova

ERA NOVA, Revista Quinzenal Illustrada, março de 1921 a dezembro de 1925.

MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal da capital do Estado da Parahyba em dezembro de 1921, pelo prefeito, do sr. dr. Walfrêdo Guedes Pereira. *Era Nova*, Parahyba, anno I, num. 18, 25 de dezembro de 1921.

O SR. DR. Guedes Pereira na gestão do municipio. *Era Nova*, Parahyba, anno I, num. 15, 1 de novembro de 1921.

PHASE de realizações na Prefeitura: a primeira mensagem do sr. dr. Guedes Pereira. *Era Nova*, Parahyba, anno I, num. 18, 25 de dezembro de 1921.

Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano

REVISTA do Instituto Historico e Geographico Parahybano, 1909 a 2002; 2012. Disponível em: http://www.ihgp.net/revistas.htm. Acesso em: 26 jul. 2012.

ASSOCIAÇÕES e Instituições Nacionaes e Extrangeiras que mantêm correspondencia com o Instituto Historico e Geographico Parahybano e que recebem as suas publicações. *Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano*, Parahyba do Norte, Imprensa Official, anno XIV, volume V, p. 181-185, 1922.

ASSOCIAÇÕES, Redações de Jornais e Revistas e Pessôas com quem o Instituto H. e G. Paraibano distribuiu o nº 7 da Revista. *Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano*, João Pessôa, Imp. Off., v. 8, p. 193-194, 1935.

INSTITUIÇÕES e entidades com as quais o Instituto Histórico mantem relações. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, Departamento de Publicidade, v. 11, p. 181-185, 1948.

INSTITUIÇÕES e pessoas com as quais o Instituto Histórico mantem relações. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, Departamento de Publicidade, v. 10, p. 201-203, 1946.

JARDIM, Vicente Gomes. Monographia da Cidade da Parahyba do Norte. *Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano*, Parahyba, Imprensa Official, anno II, vol. 2, p. 85-111, 1910. (Nota à página 111: Este trabalho foi publicado pela 1ª vez na Gazeta da Parahyba, em 1889).

JARDIM, Vicente Gomes. Monographia da Cidade da Parahyba do Norte – conclusão. *Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano*, Parahyba do Norte, Imprensa Official, anno III, vol. 3, p. 83-111, 1911. (Nota à página 111: Conclui esta obra em dias do mez de Fevereiro de 1889. Depois de haver concluido a presente obra, demoliu-se quatro prédios na rua Visconde de Inhauma para dar passagem a linha do ramal do Cabedello).

NÓBREGA, Humberto Carneiro da Cunha. História do Ponto dos Cem Réis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, Imprensa Universitária da Paraíba, n. 19, p. 94-98, 1971.

O PARQUE Arruda Câmara: as telas de melle Theorga. *Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano*, João Pessôa, Imp. Off., v. 7, p. 149-150, 1932.

PESSÔAS e Instituições com quem o Instituto mantem relações. *Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano*, Estado da Parahya, v. 9, p. 165-168, 1937.

SILVA, Alberto Martins. Brasil: Dr. Francisco Camilo de Holanda. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, ano XCII, n. 34, p. 17-20, fev. 2001.

SILVA, Tânia Maria (Org.). *Índice da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Edição Comemorativa do Nonagésimo Aniversário de Fundação (1905-1995), João Pessoa, ano LXXXII. Teresina: Halley S. A. Gráfica e Editora, 1995.

Outros

ANNUARIO Commercial de Pernambuco, Parahyba, Alagôas, Bahia. Recife: Imprensa Industrial, 1902-1903.

DIARIO DO NATAL, 10/1/1907 a 27/2/1907.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, Edição Commemorativa do 1º Centenario da Independencia do Brasil, setembro de 1922.

MAPA DO BRASIL. Edição Comemorativa do Quinto Recenseamento Geral do Brasil, de Setembro de 1940. Organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, Escala 1:6.500.000, novembro de 1940.

MAPA DO BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, Serviço de Geografia e Cartografia, Escala 1:5.750.000, 1945.

MAPPA DEMONSTRATIVO Rota dos Principaes Botanicos da Flora Brasileira. Inspectoria Federal de Obras Contra as Seccas, Ministerio da Viação de Obras Publicas, M. Arrojado Lisboa, Inspector, Organisado por Philipp von Luetzelburg, Escala 1:6.000.000.

REVISTA dos Constructores: Architectura e Engenharia Hygiene e Pratica das Construcções, Rio de Janeiro: Imprensa Mont'Alverne, ano II, n. 1-12, jan.-dez. 1889.

Dicionários e outras Obras de Referência

Impressos e Cd-Roms

BATTAGLIA, Salvatore. *Grande dizionario della lingua italiana*. Torino: Unione tipografico-editrice Torinese, 1961, Tome XXI: TOI-Z.

CALSAT, Henri-Jean; AYADI, Abdelouahab; BRAMANTE, Veruschka; JOLY, Hubert; JOURNEAU, Pauline; KALFON, Norbert; NALLATAMBY, Pravina; NARDINI, Christina; THOLEN, Sabine, TIMMER, Nele. *Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace français-anglais-allemand-espagnol*. Paris: Conseil International de la langue française, 1993.

COROMINAS, Joan. *Breve Diccionario Etimológico de la lengua castellana*. 3. ed. Madrid: Gredos, 1994.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Edart, 1972.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957, v. I a III; 1958, v. IV; 1960, v. V; 1959, v. XVI; 1960, v. XVII; 1959, v. XIX.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico*. São Paulo: Nova Fronteira, 1988.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2009. 1 CD-ROM.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE, Susan; GOODE, Patrick; LANCASTER, Michael (Ed.). *The Oxford companion to gardens*. Oxford: New York: Oxford University Press, 1986.

LAROUSSE *Dictionnaire de langue française Maxipoche 2013*. Paris: *Éditions Larousse*, 2012.

LAROUSSE, Pierre. *Nouveau Larousse illustré; dictionnaire universel encyclopédique, publié sous la direction de Claude Augé*. Paris: Librairie Larousse, [1898-1904], Tome Septième: PR-Z.

LITTRE, Émile. *Dictionnaire de la langue française: contenant la nomenclature, la grammaire, la signification des mots, la partie historique, l'étymologie*. Paris: Londres: Librairie Hachette et Cie, 1876, Tome Quatrième: Q-Z.

MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise (Org.). *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement. 3ème édition, revue at augmentée*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

MURRAY, James Augustus Henry, Sir. *The compact edition of the Oxford English Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1971, Volume I: A-O.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: http://www.bbm.usp.br. Acesso em: 24 jul. 2012.

RUBIM, Braz da Costa. *Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos diccionarios da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito, Impressor da Casa Imperial, 1853. Disponível em: http://www.bbm.usp.br. Acesso em: 24 jul. 2012.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, Tomo Primeiro: A-K; Tomo Segundo: L-Z. Disponível em: http://www.bbm.usp.br. Acesso em: 24 jul. 2012.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 7. ed. Melhorada, e muito accrescentada com grande numero de termos usados no Brazil e no Portuguez da India. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1877, Tomo I: A-E; 1878, Tomo II: F-Z.

SIMPSON, J. A.; WEINER, E. S. C. *The Oxford English Dictionary*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1989, Volume VI: Follow-Haswed.

TAYLOR, Patrick (Ed.). *The Oxford Companion to the Garden*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2006.

TEIXEIRA, Manuel Luís. *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

VIEIRA, Domingos. *Grande Diccionario Portúguez ou Thesouro da Lingua Portugueza pelo Dr. Frei Domingos Vieira dos eremitas calçados de Santo Agostinho. Publicação feita sobre o manuscripto original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado*. Porto: Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moares: Rio de Janeiro: A. A. da Cruz Coutinho: Pará: Antonio Rodrigues Quelhas, 1871, Primeiro Volume: A-B; 1873, Segundo Volume: C-D; 1873, Terceiro Volume: E-L; 1873, Quarto Volume: M-P; 1874, Quinto Volume: Q-Z.

VROOM, Meto J. *Lexicon of garden and landscape architecture*. Basel: Boston: Berlin: Birkhäuser Publishers for Architecture, 2006.

Online

Cambridge Dictionaries

http://dictionary.cambridge.org/

Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales

http://www.cnrtl.fr/

Diccionario de la lengua española – Real Academia Española (DRAE)

http://www.rae.es/recursos/diccionarios/drae/

Dizionari Garzanti Linguistica

http://www.garzantilinguistica.it/

Larousse – Encyclopédie et Dictionnaires gratuits en ligne

http://www.larousse.fr/

Lexicologos – Dictionnaire français

http://www.lexilogos.com/francais_langue_dictionnaires.htm

Merriam-Webster Dictionary

http://www.merriam-webster.com/

Myelt Dictionary

http://myelt-aadictionaries.heinle.com/

Oxford Dictionaries

http://www.oxforddictionaries.com/

Portal da Língua Portuguesa – Dicionário de Gentílicos e Topónimos e Dicionário de Estrangeirismos

http://www.portaldalinguaportuguesa.org/

http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=gentilicos

http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=estrangeirismos

Vandale Woordenboek

http://www.vandale.nl/opzoeken/

Fontes Bibliográficas

ADERALDO, Mozart Soriano. *A Praça*. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tiprogresso Ltda, 1989b.

ADERALDO, Mozart Soriano. *História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1974.

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. *Cidade de João Pessoa: a memória do tempo*. João Pessoa: Gráfica e Ed. Persona, 1992.

ALARCÃO-E-SILVA, Maria Luísa Mercês de Mello de. Em tempos da Real Tapada da Ajuda. *Ingeninum*, Lisboa, Especial Tapada da Ajuda, nov.-dez., p. 40-45, 2002. Disponível em: https://www.isa.ulisboa.pt/files/site/pub/historiatapada.pdf. Acesso em: 22 set. 2015.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCAR, Edigar de. *Fortaleza de Ontem e Anteontem*. Fortaleza: Edições UFC: PMF, 1980.

ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes de. *Espaços públicos em João Pessoa (1889-1940): formas, usos e nomes*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), USP, São Carlos, 2006.

ALVES, Marinez; FIGUEIRÊDO, Madalena (Org.). *Catálogo da Hemeroteca do Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2010.

ALVES, Rubem. *Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ALVES, Rubem. Sobre política e jardinagem. *Folha de S. Paulo*, Opinião, 19 mai. 2000, p. 3. Disponível em: http://acervo.folha.com.br/fsp/2000/05/19/2. Acesso em: 28 mar. 2014.

ANDRADE, Gilberto Osório de. Pequena História da Praça da República. In: *Um Tempo do Recife*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1978. p. 179-208.

ANDRADE, Manuel Correia de. Italianos em Pernambuco. In: BONI, Luis A. de (Org.). *A Presença Italiana no Brasil*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli: Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1990, v. 2. p. 107-124.

ANDRADE, Rubens. *Antonio Lemos e as obras de melhoramentos urbanos em Belém: a Praça da República como estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

ANDRADE, Rubens; TÂNGARI, Vera. A Praça da República e seus aspectos morfológicos no Desenho da Paisagem de Belém. *Paisagem e Ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 16, p. 43-68, 2002.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana (Org.). *Cidades Capitais do século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos*. São Paulo: Edusp, 2001.

ARAÚJO, Solange Souza. *Tipomorfologia das praças e largos de Salvador: intervenções em espaços do centro antigo (1980-2005)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), UFBA, Salvador, 2006.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas: FFLCH: USP, 2004.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na Campanha Salvacionista de 1911*. Natal: Editora da UFRN, 1998.

ATIQUE, Fernando. *Aquitetando a "Boa Vizinhança": arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil-Estados Unidos, 1876-1945*. Campinas: Pontes: FAPESP, 2010.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). *Fortaleza de ontem e de hoje*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1991.

AZEVEDO, Otacílio de. *Fortaleza descalça*. 3. ed. Fortaleza: SECULT-CE, 2012.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. *O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916)*. Dissertação (Mestrado em História), UFPR, Curitiba, 1998.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. Praças de Curitiba: Espaços verdes na paisagem urbana. *Boletim Casa Romário Dias*, Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, v. 30, n. 131, set. 2006.

BAKER, T. Lindsay. *A field guide to American windmills*. Norman, Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1985.

BAKER, T. Lindsay. *American windmills: an album of historic photographs*. Norman, Oklahoma: University of Oklahoma Press, 2012.

BALLON, Hillary (Ed.). *The Greatest Grid: The Master Plan of Manhattan 1811-2011*. New York: Museum of the City of New York, 2012.

BANCO do Nordeste do Brasil. *Do Passado ao Futuro*. Fortaleza: BNB, 1984.

BARBOSA, Magda. *As Praças da Cidade do Porto*. Porto: Edita-me, 2011.

BARROSO, Gustavo. *À margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962.

BARTALINI, Vladimir. *Parques Públicos Municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), USP, São Paulo, 1999.

BASSALO, Célia Coelho. *Art Nouveau em Belém*. Brasília: IPHAN: Monumenta, 2007. (Série Roteiros do Patrimônio).

BELLINI, Anna Karine de Queiroz Costa. *Espaços públicos abertos e o usufruto da paisagem: 1860 a 1912 – Vitória (ES)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UFES, Vitória, 2014.

BERGER, Paulo. *O Rio de Ontem no Cartão Postal, 1900-1930*. Rio de Janeiro: Rioarte, 1983.

BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. *Lua Nova*, São Paulo, n. 71, p. 41-79, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jun. 2011.

BOMFIM, Susete. Aracaju – capital de Sergipe, 150 anos: considerações sobre seu surgimento e crescimento. Revista do Centro de Estudos de Urbanismo e Arquitetura, n. 7, p. 1-14, abr. 2007. Disponível em: http://revistas.ceurban.com/numero7/artigos/suzetebomfim.htm. Acesso em: 8 set. 2011.

BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954, v. 1 a v. 3.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMPELLO, Maria de Fátima de Mello Barreto. *Cartões-postais: a construção coletiva da imagem de Maceió – 1903/1934*. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos: Cepal, 2011.

CAMPOS, Eudes. A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos materiaes: obras públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto de Azevedo, datadas do período 1862-1863. *Anais do Museu Paulista*, v. 15, n. 1, p. 11-114, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v15n1/a02v15n1.pdf. Acesso em: 9 mar. 2012.

CAPELO FILHO, José; SARMIENTO, Lidia. *Fortaleza Centro: Guia Arquitetônico*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2006.

CAPELO FILHO, José; SARMIENTO, Lidia. *Fortaleza: praças, parques e monumentos*. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, Fundação de Cultura, Esporte e Turismo – FUNCET, 2000.

CARNEIRO, Ana Rita; OLIVEIRA, Inês Mendonça; SILVA, Aline de Figueirôa; SILVA, Joelmir Marques da. *Relatório do projeto de restauração do Jardim do Palácio do Campo das Princesas*. Recife: Laboratório da Paisagem/Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2011.

CARVALHO, Delmar Domingos de. *Ensaio sobre a História das Bandas Filarmónicas*, 2009. Disponível em: http://www.meloteca.com/pdfartigos/delmar-domingos-de-carvalho-a-historia-das-bandas.pdf. Acesso em: 10 jul. 2015.

CARVALHO, Delmar Domingos de. *Origem etimológica de Coreto e denominações noutros idiomas*, 2010. Disponível em: http://www.meloteca.com/pdfartigos/delmar-domingos-de-carvalho-origem-etimologica-de-coreto.pdf. Acesso em: 10 jul. 2015.

CASTRO, José Liberal de. Arquitetura Eclética no Ceará. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel: Edusp, 1987. p. 209-255.

CASTRO, José Liberal de. Passeio Público: espaços, estatuária e lazer. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ano 123, p. 41-114, 2009. Disponível em: http://www.ceara.pro.br/Instituto-site/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/2009indice.html. Acesso em: 5 ago. 2011.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Recife do Corpo Santo*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1977.

CHANCELLOR, Edwin Beresford. *The history of the squares of London, topographical & historical*. London: Kegan Paul, Trench, Trübner & Co. Ltd., 1907.

CHAVES, Gylmar; VELOSO, Patrícia; CAPELO, Peregrina (Org.). *Ah, Fortaleza! 1880-1950*. 2. ed. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2009.

CLIFFORD, Derek. *A history of garden design*. London: Faber and Faber, 1962.

COLARES, Otacílio. *Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande*. Fortaleza: Edições UFC: PMF, 1980.

CONAN, Michel (Ed.). *Perspectives on Garden Histories*. Washington-D.C.: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 1999.

CONAN, Michel; WANGHENG, Chen (Ed.). *Gardens, city cife and culture: a world tour*. Washington-D.C.: Dumbarton Oaks Research Library and Collection: Distributed by Harvard University Press, 2008.

COSTA, Cacilda Teixeira da. *O Sonho e a Técnica: a Arquitetura de Ferro no Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1994.

COUCEIRO, Sylvia. Entre festas, passeios e esportes: o Recife no circuito das diversões nos anos 1920. In: BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira da (Org.). *Os anos 1920: histórias de um tempo*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 83-114.

COUTINHO, Ricardo. *João Pessoa: aos olhos do mundo – João Pessoa: for the eyes of the world – João Pessoa – ante los ojos del mundo*. João Pessoa: Gráfica Moura Ramos, 2008.

COX, James. *Savannah secret and public gardens*. Savannah: Historic Savannah Foundation, 2000.

CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de FORTALEZA, 1990.

D'ELBOUX, Roseli Maria Martins**.** Uma promenade nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras-imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, v. 14, n. 2, p. 193-250, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v14n2/a07v14n2.pdf. Acesso em: 21 nov. 2013.

DERENJI, Jussara da Silveira. Sé, Carmo e Largo do Palácio: espaços públicos de Belém no período colonial. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Org.). *A Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001. p. 185-197.

DIEB, Marília de Azevedo. *Áreas verdes públicas da cidade de João Pessoa: diagnóstico e perspectiva*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), UFPB, João Pessoa, 1999.

DOUGLAS, Willian Lake; FREY, Susan R.; JOHNSON, Norman K.; LITTLEFIELD, Susan; VALKENBURGH, Michael Van. *Garden design: history, principles, elements, practice*. New York: Simon and Schuster, 1984.

DOURADO, Guilherme Mazza. *Belle Époque dos Jardins*. São Paulo: Editora Senac, 2011.

FARIA, Miguel Figueira de. *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro*. Lisboa, Livros Horizontes, 2008.

FAVETON, Pierre; LADOUX, Bernard. *Squares, parcs et jardins de Paris*. Issy-les-Moulineaux, France: Massin, 2011.

FERREZ, Gilberto. *A Fotografia no Brasil (1840-1900)*. 2. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

FERREZ, Gilberto. *Bahia: Velhas Fotografias, 1858-1900*. Rio de Janeiro: Kosmos Ed., Salvador: Banco da Bahia Investimentos, 1988.

FOLLY, Luiz Fernando Dutra. *A história da Praça Princesa Izabel em Nova Friburgo: o projeto esquecido de Glazio*u. Dissertação (Urbanismo), UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

FOLLY, Luiz Fernando Dutra; TERRA, Carlos Gonçalves; ANDRADE, Rubens de. *Um passeio iconográfico pela Praça Getúlio Vargas em Nova Friburgo, RJ: o projeto esquecido de Glazio*u. In: Anais do Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo, 6., Recife: UFPE, 2002. 1 CD-ROM.

FONSECA, Cláudia Damasceno *Arraiais e Vilas d'el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FREITAS, Cândida. *O Parque 13 de Maio na modernização do Recife*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), UFPE, Recife, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Os Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Decadencia do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1951, v. 1 a v. 3.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1990.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 16. ed. São Paulo: Global, 2006. (Edição Comemorativa 70 anos, 1936-2006).

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Decadencia do Patriarchado Rural no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

GERODETTI, João Emilio; CORNEJO, Carlos. *Lembranças do Brasil: as capitais brasileiras nos cartões postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2004.

GIEDION, Sigfried. *Espaço, Tempo e Arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GIEDION, Sigfried. *Space, time and architecture: the growth of a new tradition*. 5th edition, revised and enlarged. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1967.

GIRÃO, Raimundo. *Fortaleza e a crônica histórica*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1983.

GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. 2. ed. Fortaleza: BNB, 1979.

GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959.

GOMES, Geraldo. Linguagem Clássica. In: MONTEZUMA, Roberto (Org.). *Arquitetura Brasil 500 anos: uma invenção recíproca*. Recife: UFPE, 2002. p. 64-181.

GOODMAN, Phebe S. *The garden squares of Boston*. Hanover and London: University Press of New England, 2003.

HENARD, Robert. *Les richesses d'art de la ville de Paris: les jardins et les squares*. Paris: H. Laurens, 1911.

HETZEL, Bia; NEGREIROS, Silvia (Org.). *Glaziou e as raízes do paisagismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Manati, 2011.

HISTÓRICOS dos bens culturais existentes nas áreas de valor histórico, arquitetônico e paisagístico do Centro Histórico da Cidade de João Pessoa. João Pessoa: IPHAEP, 1981, v. 1 a v.3.

HUNT, John Dixon (Ed.). *Garden history: issues, approaches, methods*. Washington-D.C.: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 1992.

JORGE, Franklin (Org.). *Actas Diurnas: Crônicas de Luís da Câmara Cascudo*. Natal: Novo Jornal: Instituto Ludovicus, 2011.

JOYCE, David. *Garden styles: an illustrated history of design and tradition*. London: Pyramid Books, 1989.

KLIASS, Rosa Grena. *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade*. São Paulo: Pini, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084. Acesso em: 13 jul. 2011.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial: FAPESP: Secretaria da Cultura, 1998.

LAURIE, Michael. *Introducción a la arquitectura del paisaje*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas, Unicamp, 2003.

LEÃO, Tharcila Maria Soares. *A história da paisagem da Praça D. Pedro II em Maceió-AL*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), UFPE, Recife, 2010.

LIMA, Siomara Barbosa Stroppa de. Para além da arquitetura: Ramos de Avezedo e os projetos de jardins para Campinas. In: SÁ CARNEIRO, Ana Rita; PÉREZ BERTRUY, Ramona (Org.). *Jardins históricos brasileiros e mexicanos*. Recife: Editora da UFPE, 2009. p. 141-173.

LIMIDO, Luisa. *L'art des jardins sous le second empire: Jean-Pierre Barillet-Deschamps (1824-1873)*, Seyssel: Éditions Champ Vallon, 2002.

LONGSTAFFE-GOWAN, Todd. *The London Square: gardens in the midst of town*. New Haven, Connecticut: Published for The Paul Mellon Centre for Studies in British Art by Yale University Press, 2012.

LOPES, Wilza Gomes Reis; MATOS, Karenina; SILVA, Deisy Nayanny de Brito; SOUSA, Luís José Holanda de. *Importância Cultural de Praças Centrais Urbanas: A Praça Pedro II em Teresina, Piauí*. Comunicação apresentada no Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, 12., Vitória, 2014. p. 404-416. Disponível em: http://enepea2014.wix.com/enepea#!anais/c8p9. Acesso em: 26 jan. 2015.

LORENZI, Harri; SOUZA, Hermes Moreira de; TORRES, Mario Antonio Virmond; BACHER, Luis Benedito. *Árvores exóticas no Brasil: madereiras, ornamentais e aromáticas*. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2003.

LOUDON, John Claudius. *An encyclopedia of gardening, comprising the theory and practice of horticulture, floriculture, arboriculture, and landscape-gardening, including all the latest improvements, a general history of gardening in all countries, and a statistical view of its present state, with suggestions for its future progress, in the British isles.* 2nd edition, much enlarged. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, 1824.

LOUDON, John Claudius. *An encyclopedia of gardening, comprising the theory and practice of horticulture, floriculture, arboriculture, and landscape-gardening, including all the latest improvements, a general history of gardening in all countries, and a statistical view of its present state, with suggestions for its future progress, in the*

British isles. 7th edition, considerably improved and enlarged. London: Longman, Rees, Orme, Brown, Green, 1834.

LOUDON, John Claudius. *Hints on the formation of gardens and pleasure grounds: with designs in various styles of rural embellishment; comprising plans for laying out flower, fruit, and kitchen gardens, and the arrangement of glass houses, hot walls, and stoves; interspersed with remarks on various subjects of horticultural improvement; to which is added, a priced catalogue of fruit and forest trees, shrubs, and plans, adapted to villa grounds, from one perch to a hundred acres in extent*. London: John Harding, 1812.

LOUDON, John Claudius. *The landscape gardening and landscape architecture of the late Humphry Repton, esq. being his entire works on these subjects. A new edition with an historical and scientific introduction, a systematic analysis, a biographical notice, notes, and a copious alphabetical index, by J.C. Loudon. Originally published in one folio and three quarto volumes, and now comprised in one volume octavo. Illustrated by upwards of two hundred and fifty engravings*. Westmead, Farnborough: Gregg, 1969.

LUZ, Luís Fernando da. *Parque Farroupilha: composição e caráter de um jardim público de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), UFRGS, Porto Alegre, 1999.

MACDONALD, Elvin. *Small Gardens of Savannah and thereabouts*. Gretna, Louisiana.: Pelican Publishing Company, 2003.

MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: O Autor, 1999.

MACIEL, Marieta Cardoso. *O projeto em arquitetura paisagística: praças e parques públicos de Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), USP, São Paulo, 1998.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. A arte de modelar a paisagem: os ornatos de arquitetura para jardins no ecletismo do paisagismo brasileiro. *Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 13, n. 156, p. 74-93, mai. 2014. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/23774/12974. Acesso em: 11 mai. 2014.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. *Jardim em cena: a Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, o Parque das Águas, de Caxambu e o Jardim Inglês na Belle Époque Mineira*. In: Anais do Seminário Latino-americano Arquitetura e Documentação, Belo Horizonte: UFMG, 2008. 1 CD-ROM.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. Medicina entre flores na belle époque do sul mineiro: os jardins paisagísticos nas cidades das águas. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Org.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru, SP: EDUSC, 2012. p. 265-301.

MARCHETTI, Francesca Castria. *Squares and fountains of Rome*. Milan: Electa, 2007.

MARRICHI, Jussara Marques Oliveira. *A cidade termal: ciência das águas e sociabilidade moderna entre 1839 a 1931*. Dissertação (História), UNICAMP, Campinas, 2009.

MARRICHI, Jussara Marques Oliveira. *Corpo e civilidade balneária: uma investigação sobre as emoções e o autocontrole de curistas e veranistas na passagem dos anos 1930*. In: Anais do Simpósio Internacional Processos Civilizadores, 14., Dourados, UFGD, 2012a. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais14/arquivos/textos/Comunicacao_Oral/Trabalhos_Completos/Jussara_Marrichi.pdf. Acesso em: 1 fev. 2015.

MARRICHI, Jussara Marques Oliveira. Memórias médicas sobre as águas termais brasileiras e europeias entre 1902 e 1950: relatos de viagem e apropriação do meio natural. *Revista de História da UEG*, v. 1, p. 41-62, 2012b. Disponível em: http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1107/712. Acesso em: 1 fev. 2015.

MARRICHI, Jussara Marques Oliveira. *Práticas de sociabilidade termal no brasil: diferenças comportamentais entre curistas e veranistas nas primeiras décadas do século passado: a importância de Poços de Caldas na*

história das práticas termais no Brasil. In: Anais do Congresso Internacional de História da UFG, 3., Jataí, 2012c. Disponível em: http://www.congressohistoriajatai.org/anais2012/Link%20%28119%29.pdf. Acesso em: 1 fev. 2015.

MARRICHI, Jussara Marques Oliveira. *Uma breve exposição sobre o emprego das palavras caldas, cidade termal, cidades balneárias e estâncias hidrominerais para os estudos urbanos brasileiros*. In: Anais do Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26., São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300233649_ARQUIVO_TrabalhoparaAnpuh.pdf. Acesso em: 1 fev. 2015.

MARTINS, Antonio Egydio. *S. Paulo Antigo (1554-1910)*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alvez & C., 1911, v. 1.

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

MATTOS, Maria Regina de. *Arquitetura da paisagem e modernidade: um estudo sobre representações e memória das praças de Pelotas (1860-1930)*. Dissertação (História), PUC, Porto Alegre, 2003.

MATTOS, Maria Regina de. Arquitetura Paisagística: um estudo sobre representações e memória – Estudo de Caso: Praças da Cidade de Pelotas. *Paisagem e Ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 23, p. 231-241, 2007.

MELLO, José Octávio de Arruda. 7. ed. *História da Paraíba: Lutas e Resistências*. João Pessoa: A União, 2002.

MELLO, José Octávio de Arruda. *Os coretos no cotidiano de uma cidade: lazer e classes sociais na capital da Paraíba*. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990.

MELLO, José Octávio de Arruda. *Os italianos na Paraíba: da capital ao interior*. João Pessoa: A União Superintendência de Imprensa e Editora, 2006.

MELO, Carina Mendes dos Santos; SILVA FILHO, Romero de Oliveira e. *Centro Histórico de Natal*. Natal: IPHAN, 2007.

MENDES, Maria Cecília (Org.). *145 anos, Teresina Cidade Futuro*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1997.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. O Plano de Urbanização para Vitória (ES) na Era Vargas. In: REZENDE, Vera F. *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Editora da UFF: Intertexto, 2012. p. 235-270.

MENEZES, Antonio Bezerra de. *Descrição da Cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou: crônicas históricas da Fortaleza antiga*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2006.

MESQUITA, Liana de Barros. Memória dos Verdes Urbanos do Recife. *Cadernos do Meio Ambiente do Recife*, Recife, v. 1, n. 1, p. 11-58, abr.-jun. 1998.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura (1852-1910)*. 3. ed. Manaus: Valer: Prefeitura de Manaus: UniNorte, 2006.

MOSSER, Monique; TEYSSOT, Georges (Ed.). *The architecture of western gardens: a design history from the Renaissance to the present day*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1991.

NASCIMENTO, Lúcia Moreira do. *Alterações nos projetos de praças para a conservação de Centros Históricos: O caso de São Luís do Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), UFPE, Recife, 2004.

NEVES, Ézia. *Praças de Belém*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), USP, São Paulo, 1997.

NOBRE, Paulo José Lisboa. *Jardins Históricos de Natal: desafios para a pesquisa*. In: Anais do Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, 11., Campo Grande: Editora UFMS, 2012. 1 CD-ROM.

NOBRE, Paulo José Lisboa; PEREIRA, Marizo Vítor; LIMA, Ana Claudia de Sousa Lima; SILVA, Miss Lene Pereira da. *Algum lugar no passado: Estudando Jardins Históricos em Natal/RN*. Comunicação apresentada no Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, 9., Curitiba, UFPR, 2008. (Texto não publicado).

NOBRE, Paulo José Lisboa; PEREIRA, Marizo Vitor; RIBEIRO, Isaías Silva. Un estudio sobre jardines históricos: manifestaciones del paisaje cultural en la ciudad de Natal/RN, Brasil. *Apuntes (Pontificia Universidad Javeriana)*, Bogotá, n. 1, v. 22, p. 54-67, 2009. Disponível em: http://revistas.javeriana.edu.co/sitio/apuntes/sccs/plantilla_detalle.php?id_articulo=226. Acesso em: 20 fev. 2014.

NOBRE, Paulo José Lisboa; SOUSA, Ana K. P. *Paisagens da Memória no Centro Histórico de Natal (RN): O Caso da Praça André de Albuquerque*. In: Anais do Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação, 3., Belo Horizonte: UFMG, 2013. 1 CD-ROM.

NOBRE, Paulo José Lisboa; SOUSA, Ana Karla P. *Transformações e Permanências na Paisagem Histórica: A Praça Sete de Setembro no Centro Histórico de Natal/RN.* Comunicação apresentada no Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, 12., Vitória, 2014. p. 435-450. Disponível em: http://enepea2014.wix.com/enepea#!anais/c8p9. Acesso em: 26 jan. 2015.

NOGUEIRA, João. *Fortaleza Velha*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1954. (Cadernos de Cultura, v. 1).

ODILON, Marcos; COUTINHO, Natércia Suassuna Dutra Ribeiro. *Logradouros da Grande João Pessoa: Personagens e Fatos*. João Pessoa: Sal da Terra Gráfica e Editora, 2001.

OHTAKE, Ricardo; DIAS, Carlos. *Jardim da Luz: um museu a céu aberto*. São Paulo: Editora Senac: Edições SESC, 2011.

PALLAMIN, Vera Maria. Resenha: Quadro do Paisagismo no Brasil. *Informativo FAUUSP*, São Paulo, n. 9, p. 3, mar. 2000.

PANZINI, Franco. *Per i piaceri del popolo: l'evoluzione del giardino pubblico in Europa dalle origini al XX secolo*. Bologna: Zanichelli Editore S.p.A., 1993.

PARAHYM, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

PARAÍSO, Rostand. *Esses Ingleses...* 2. ed. Recife: Bagaço, 2003.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Os jardins ao longo dos séculos: notas sobre as ideologias paisagísticas na França e no Brasil. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 57-70, 1995.

PENNA; Alícia Duarte; CASTRIOTA; Leonardo Barci; BIASIZZO; Maria Angélica Melendi de. *Parque Municipal: Crônica de um século*. [Belo Horizonte]: Companhia Vale do Rio Doce, 1992.

PESSÔA, Ivvy. *Arte e paisagem urbana: análise da presença de esculturas públicas nas praças da cidade de Maceió*. In: Anais do Encontro Regional Paisagem na História: Jardins e Burle Marx no Norte e Nordeste. Recife: UFPE: Olinda: CECI, 2007. 1 CD-ROM.

PHILIPPAR, François. *Voyage agronomique en Angleterre fait en 1829, ou Essai sur les cultures de ce pays comparées a celles de la France*. Paris: Rousselon, Libraire-Éditeur, 1830.

PIZZONI, Filippo. *The Garden: A history in landscape and art*. London: Aurum Press, 1999.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social – 1860-1930*. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

PRADO, Barbara Irene Wasinski. Charles Thays na formação urbana de São Luis: a ilheidade de São Luis a partir da Praça Pedro II. *Paisagem e Ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 24, p. 69-80, 2007.

PRÉVÔT, Philippe. *Histoire des Jardins*. Bordeaux: Sud Ouest, 2006.

QUEIROZ, Kleber Rocha. *Identificação do Patrimônio Cultural do Centro de Aracaju*. Artigo apresentado ao Curso de Gestão do Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano da América Latina – ITUC do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI. Aracaju, 2010.

REIS, José Carlos Reis. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RELATÓRIO Final do Grupo de Trabalho Interministerial para redelimitação do Semi-árido Nordestino e do Polígono das Secas. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=relat%C3%B3rio+semiarido+ministerio+integra%C3%A7%C3%A3o+nacional. Acesso em: 9 dez. 2015.

REPTON, Humphry. *An enquiry into the changes of taste in landscape gardening: to which are added, some observations on its theory and practice, including a defence of the art*. London: J. Taylor, 1806.

REPTON, Humphry. *The landscape gardening and landscape architecture of the late Humphry Repton, esq. being his entire works on these subjects. A new edition with an historical and scientific introduction, a systematic analysis, a biographical notice, notes, and a copious alphabetical index, by J.C. Loudon. Originally published in one folio and three quarto volumes, and now comprised in one volume octavo. Illustrated by upwards of two hundred and fifty engravings*. London: Printed for the editor, and sold by Longman & Co., 1840.

REZENDE, Antonio Paulo. *O Recife: Histórias de uma cidade*. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2005.

ROBINSON, William. *The parks, promenades, & gardens of Paris, described and considered in relation to the wants of our own cities and the public and private gardens*. London: John Murray, 1869.

RODRIGUEZ, Walfredo. *Roteiro Sentimental de uma Cidade*. 2. ed. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura: A União, 1994.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita. *Parque e Paisagem: um olhar sobre o Recife*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MAYRINCK, Vera (Org.). *Anais do Encontro Paisagem na História: Jardins e Burle Marx no Norte e Nordeste*. Recife: UFPE: Olinda: CECI, 2007. 1 CD-ROM.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. *Espaços Livres do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife: UFPE, 2000.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; PÉREZ BERTRUY, Ramona (Org.). *Jardins históricos brasileiros e mexicanos*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Aline de Figueirôa. Os prenúncios do paisagismo moderno: o Parque do Derby no "Novo Recife" de 1925. In: MOREIRA, Fernando Diniz (Org.). *Arquitetura Moderna no Norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade*. Recife: FASA, 2007. p. 291-302.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Aline de Figueirôa; SILVA, Joelmir Marques da (Org.). *Jardins de Burle Marx no Nordeste do Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

SALVADOR da Bahia: praças históricas. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 2004.

SCOTT-JAMES, Anne. *The pleasure garden: an illustrated history of British gardening*. London: John Murray, 1977.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SETTE, Mario. *Arruar: História Pitoresca do Recife Antigo*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1948.

SETTE, Mario. *Maxambombas e Maracatus*. 4. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1981.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: Imagens da Cidade*. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004. (Coleção Outras Histórias, v. 1).

SILVA, Aline de Figueirôa. *Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil (1872-1937)*. Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Aline de Figueirôa. Jardins históricos brasileiros e mexicanos. Interlocuções sobre historiografia e preservação. *Resenhas Online*, Vitruvius, São Paulo, mar. 2011. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/10.111/3868. Acesso em: 15 mai. 2011.

SILVA, Aline de Figueirôa. O léxico na história do paisagismo no Nordeste do Brasil (XIX-XX). *Historia Crítica*, n. 56, p. 85-111, abr.-jun. 2015.

SILVA, Aline de Figueirôa. Por uma epistemologia contemporânea da paisagem: ensaio sobre cinco proposições teóricas. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, v. 21, n. 36, p. 54-68, 2015.

SILVA, Aline de Figueirôa; LORETTO, Rosane Piccolo. A passeio pela cidade: o projeto de Vauthier para Santo Amaro e o planejamento de espaços verdes no Recife. In: PONCIONI, Cláudia; PONTUAL, Virgínia. *Un ingénieur du progrès: Louis-Léger Vauthier entre la France et le Brésil*. Paris: Michel Houdiard Éditeur, 2010. p. 349-367.

SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do Ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1986.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Rio de Janeiro e Salvador: a função social, estética e higiênica das praças no Brasil do fim do período colonial. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Org.). *A Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001. p. 225-235.

SILVEIRA, Aline Montagna da. *De fontes e aguadeiros à penas d' água: reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial do final do século XIX em Pelotas-RS*. Tese (Arquitetura e Urbanismo), USP, São Paulo, 2009.

SOARES, Elizabeth Nelo. *Largos, Coretos e Praças de Belém*. Brasília: IPHAN: Monumenta, 2009. (Série Roteiros do Patrimônio).

SOUSA, Alberto; VIDAL, Wylnna. *Sete plantas da capital paraibana, 1858-1940*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SOUSA, Eusébio. *Os monumentos do Estado do Ceará: referência histórico-descritiva*. Fortaleza: Museu do Ceará: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. (Coleção Outras Histórias, v. 36).

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Civilizar, embelezar: a construção de uma cidade moderna. Recife de princípios do século XX. In: BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jailson Pereira da (Org.). *Os anos 1920: histórias de um tempo*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 143-180.

TEIXEIRA, Manuel C. (Org.). *A Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

TERRA, Carlos Gonçalves Terra. *O Jardim no Brasil no século XIX: Glaziou revisitado*. 2. ed. Rio de Janeiro: EBA-UFRJ, 2000.

TERRA, Carlos Gonçalves Terra. *Paisagens construídas: jardins, praças e parques do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

TERRA, Carlos Gonçalves. A criação de uma identidade na paisagem do Rio de Janeiro no século XIX: o Campo de Santana como exemplo. In: SÁ CARNEIRO, Ana Rita; PÉREZ BERTRUY, Ramona (Org.). *Jardins históricos brasileiros e mexicanos*. Recife: Editora da UFPE, 2009. p. 73-100.

THACKER, Christopher. *The history of gardens*. London: Croom Helm, 1979.

TOBEY, George B. *A history of landscape architecture: the relationship of people to the environment.* New York: London: Amsterdam: American Elsevier Publishing Company, Inc., 1973.

TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; LILLE, Laurent Coudroy de ; Rivière d'Arc, Hélène (Org.). *A aventura das palavras da cidade através dos tempos, das línguas e das sociedades*. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

TRINDADE, Jeanne Almeida da. *Campo de Santana: fragmento da memória da cidade do Rio de Janeiro*. In: Anais do Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo, 6., Recife: UFPE, 2002. 1 CD-ROM.

TURNER, Tom. *Garden history: philosophy and design 2000 BC-2000 AD*. London: New York: Spon Press, 2005.

VAZ, Lilian Fessler. Notas sobre as praças do Rio de Janeiro no período colonial. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Org.). *A Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001. p. 139-156.

VIEIRA FILHO, Domingos. *Breve história das ruas e praças de São Luís*. 2. ed. São Luís: [s.n.], 1971.

WRIGHT, Richardson. *The story of gardening: from the hanging gardens of Babylon to the hanging gardens of New York*. New York: Dodd, Mead & Company, 1934.

Filmes, Documentários e Canções

AUSTRALIA. Direção: Baz Luhrmann. Estados Unidos: Austrália: Reino Unido: 20th Century Fox: Bazmark Films: Dune Entertainment: Ingenious Film Partners: Screenwest, 2008. Distribuidor: Fox Filmes. Drama/Romance/Aventura/Guerra, Colorido, Inglês, Japonês, Chinês, 165 min.

BELCHIOR, Antônio Carlos Gomes; FAGNER, Raimundo. Mucuripe. Intérprete: Fagner. In: *Pasquim*. [s.l.]: Philips, 1972/*Manera Frufru Manera*. [s.l.]: Polygram, 1973.

CHICO CASCATEIRO, artesão naturalista. VTL Filmagens, Projeto Chico Cascateiro, 8'55'', 2000. Direção, roteiro e imagens: Luiz Edmundo Alves; texto: Eduardo Gorgone; pesquisa: Manoel da Mata Machado e Eduardo Gorgone; locução: Almeida Neto e Luiz Edmundo Alves; ator: Ednardo Mariano; depoimento: Manoel da Mata Machado. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VoM36xmfAIk. Acesso em: 28 dez. 2015.

RUBEM ALVES, o professor de espantos. Câmara dos Deputados, TV Câmara, Série Documentários, 44'33'', 2013. Produção: João Gollo; direção e roteiro: Dulce Queiroz; produção executiva: Dulcídio Siqueira Neto; imagens: Cícero Bezerra e Claudio Adriano; edição e finalização: Guem Takenouchi; animação: Tiago Keise; coordenação de produção: Santiago Dellape; auxiliar de cinegrafista: Misael do Rosário; pesquisa: André Bergamo e Dulce Queiroz; trilha original: Alberto Valerio. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/MEMORIAS/434311-RUBEM-ALVES,-O-PROFESSOR-DE-ESPANTOS.html. Acesso em: 8 fev. 2015.

THE WATER DIVINER. Direção: Russell Crowe. Austrália, Estados Unidos da América, Turquia: Hopscotch Features: Fear of God Films, 2014. Distribuidor: Paris Filmes. Drama/Guerra, Colorido, Inglês, Turco, Grego, Russo, 111 min.

THE YOUNG AND PRODIGIOUS T. S. SPIVET. Direção: Jean-Pierre Jeunet. França: Canadá: Gaumont: Epithète Films: Tapioca Films: France 2 Cinéma, 2013. Distribuidor: Califórnia Filmes. Aventura/Drama, Colorido, Inglês, 105 min.

VELOSO, Caetano. Cajuína. Intérprete: Caetano Veloso. In: *Cinema Transcendental*. [s.l.]: Philips, 1979.

VILLA-LOBOS, Dado; RUSSO, Renato. Intérprete: Legião Urbana. In: *Legião Urbana*. [s.l.]: Emi, 1984.

Sites

Agência Embrapa de Informação Tecnológica

https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/

Angiosperm Phylogeny Group (APG) III

http://www.tropicos.org/NameSearch.aspx

Center for Research Library (Relatórios digitalizados de presidentes de província e governadores, 1830-1930)

http://www.crl.edu/brazil

City of Westminster – Parks in Westminster

http://myparks.westminster.gov.uk/

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

http://www.dnocs.gov.br/

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

http://www.ibge.gov.br/

Lista de Espécies da Flora do Brasil – Jardim Botânico do Rio de Janeiro

http://floradobrasil.jbrj.gov.br

http://reflora.jbrj.gov.br/jabot/listaBrasil/ConsultaPublicaUC/ResultadoDaConsultaNovaConsulta.do

Marie de Paris – Parcs, jardins, squares et espaces verts

http://www.paris.fr/jardins#parcs-jardins-squares_15

Meloteca: Sítio de Música e Artes – Coretos

http://www.meloteca.com/coretos.htm

Portal do Patrimônio Cultural de Minas Gerais

http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/

The Royal Parks

https://www.royalparks.org.uk/parks/

University of Florida Digital Collection (Diario de Pernambuco, digitalizado, 1825-1896)

http://ufdc.ufl.edu/AA00011611/10818/allvolumes

Outros

http://www.ebay.com/itm/1894-Ad-Smith-Winchester-Dandy-Steel-Windmill-Water-Pump-1937-Wendell-St-Boston-/301092250076

http://www.uklandscapeaward.org/Entryfiles/1282564439Statement-for-5-Bloomsbury-squares.pdf

http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2013/07/31/obra-gigantesca-e-admiravel/?topo=13,1,1,,,,77

Apêndices

i) Apêndice A – Nomes dos jardins públicos do Recife, Fortaleza e João Pessoa.
ii) Apêndice B – Vegetação dos jardins públicos do Recife.
iii) Apêndice C – Vegetação dos jardins públicos de Fortaleza.
iv) Apêndice D – Vegetação dos jardins públicos de João Pessoa.
v) Apêndice E – Elementos aquáticos e estruturas associadas dos jardins públicos do Recife, Fortaleza e João Pessoa.
vi) Apêndice F – Gradis, portões e muros dos jardins públicos do Recife, Fortaleza e João Pessoa.
vii) Apêndice G – Coretos e pavilhões dos jardins públicos do Recife, Fortaleza e João Pessoa.
viii) Apêndice H – Autores e datas dos projetos dos jardins públicos do Recife, Fortaleza e João Pessoa.

APÊNDICE A Nomes dos jardins públicos do Recife, Fortaleza e João Pessoa		
Município	**Logradouro (denominação atual)**	**Cronologia das denominações**
Recife	Cais da Avenida Martins de Barros (1º Passeio Público)	Cais do Colégio Cais do Boyer (1838-1840) (projeto de Júlio Boyer) Passeio Público Cais do Ramos (1841) Cais 22 de Novembro (1859) Cais da Regeneração (1890) Cais da Avenida Martins de Barros (1907)
	Parque 13 de Maio (2º Passeio Público)	Passeios Públicos (projeto de Louis Vauthier, 1844, não executado) Passeio Público (projeto de William Martineau, 1860, não executado) Passeio Público (pavilhão e aquário, projetos de Émile Béringer, 1875, não executados) Passeio Público 13 de Maio Jardim 13 de Maio Parque 13 de Maio (1923) (projeto de Antonio P. L., não executado) Passeio Público ou Jardim ou Parque 13 de Maio Parque 13 de Maio (1939)
	Praça da República	Praça Grande (Século XVII) Campo ou Praça (raro) do Erário (Século XVIIII) Campo ou Praça do (de) Palácio Velho Campo da (de) Honra (1817) Campo ou Praça dos Mártires (1817) Campo ou Pátio ou Praça de (do) Palácio (1840-1843) Largo do Paço ou do Palácio (raro) (1859) Campo das Princesas (1859) Jardim ou *Square* do Campo das Princesas (1872) Praça da República (1890) Praça de Teatro (raro) Jardim 15 de Novembro (raro) Jardim da República (raro) Jardim da Praça da República Praça da República
	Praça Maciel Pinheiro	Largo do Aterro ou do Aterro da Boa Vista (século XVIII) Largo ou Praça da Matriz Praça da Boa Vista ou Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista Praça dos Mártires (1831) Praça Coração do Moscoso ou do Moscoso (popular) Praça (do) Conde d'EU (1870) Jardim da Praça (do) Conde d'EU ou Jardim (do) Conde d'EU (1875) Praça Ricardo Guimarães (raro) Praça Maciel Pinheiro (1889) Jardim Maciel Pinheiro (raro) Jardim da Praça Maciel Pinheiro Praça Maciel Pinheiro
	Praça Dezessete	Largo ou Pátio ou Praça do Colégio (dos Jesuítas) (final do século XVII)

		Praça do Governo (raro) Pátio do Palácio Novo Largo ou Pátio ou Praça do Espírito Santo (1855) Praça (de) Pedro II ou D. Pedro II (1859) Jardim do Largo do Espírito Santo ou Jardim do Espírito Santo Jardim da Praça (de) Pedro II ou D. Pedro II (1877) Praça Dezessete ou 1817 ou 17 (1890) Jardim da Praça Dezessete ou 17 Praça Dezessete
	Praça Visconde de Mauá	Praça Barão de Mauá (raro) Praça Visconde de Mauá Praça da Vitória (raro) Jardim Sete de Setembro Praça da Estação Central
	Praça Artur Oscar	Largo ou Praça dos Voluntários da Pátria Praça Artur (Arthur) Oscar Jardim da Praça Artur (Arthur) Oscar Praça Artur Oscar
	Praça Joaquim Nabuco	Porto de (das) Canoas Largo ou Praça da Concórdia Praça Major Codeceira Praça Joaquim Nabuco (1915) Jardim da Praça Joaquim Nabuco Praça Joaquim Nabuco
	Praça Chora Menino	Largo do Chora Menino Largo do Paissandu Parque ou Praça (do) Paissandu (1924) Praça Coração de Jesus (década de 1930) Praça (do) Chora Menino
	Praça do Derby	Campina ou Praça (raro) do Derby Jardim (raro) ou Parque ou Praça (raro) do Derby (1924) Praça do Derby
	Praça Sérgio Loreto	Praça ou Viveiro do Muniz Campina do Bodé Parque ou Praça Sérgio Loreto (1924) Praça Siqueira Campos (década de 1930) Praça Sérgio Loreto
	Praça Oswaldo Cruz	Lagoa de Fernandes Vieira Parque ou Praça Oswaldo Cruz (1924-1925)
	Praça Parque Amorim	Campina dos Manguinhos Parque (do) Amorim (1924-1925)
	Praça do Entroncamento	Largo ou Praça do Entroncamento Parque ou Praça (do) Entroncamento (1925) Praça Correia de Araújo (década de 1930) Praça do Entroncamento
	Largo Nossa Senhora da Paz	Praça da Paz Largo Nossa Senhora da Paz
Fortaleza	Praça dos Mártires (Passeio Público)	Largo da Fortaleza (1824) Campo ou Largo do Paiol (1845) Campo ou Largo da Pólvora (popular) Largo do Hospital da Caridade (1856) Largo ou Praça da Misericórdia Praça dos Mártires (1879) Passeio Público (1880 ou 1888) (popular) Jardim do Passeio Público (raro)

		Praça dos Mártires
	Parque da Liberdade	Lagoa do Garrote (popular) Parque da Liberdade (1890) Parque da Independência (1922) Cidade da Criança (1936) Parque da Liberdade (1948)
	Praça do Ferreira	Largo das Trincheiras (1828) (popular) Feira Nova ou Praça ou Largo da Feira Nova (popular) Praça Pedro II (1845 ou 1859) Praça Municipal (1856) Praça da Municipalidade (1873) Praça do Ferreira (1888) Praça Municipal (1890) Praça do Ferreira (1891) Jardim ou Avenida 7 de Setembro da Praça do Ferreira (1902) Jardim da Praça do Ferreira Praça do Ferreira
	Praça José de Alencar	Praça do Patrocínio (1856) Praça Marquês (Marquez) do (de) Herval (1870) Praça do Patrocínio (1890) Praça Marquês (Marquez) do (de) Herval (1891) Praça dos Alicerces (popular) Jardim Nogueira Accioly (Acioly ou Acióli) da Praça Marquês (Marquez) do (de) Herval (1903) Avenida Franco Rabelo (1912) (popular) Jardim da Praça Marquês (Marquez) do (de) Herval Praça José de Alencar (1929) Jardim José de Alencar da Praça Marquês (Marquez) do (de) Herval (1932) Praça José de Alencar (1934 ou 1938)
	Praça da Sé	Praça do Conselho (1726 ou 1810) Largo da Matriz (1854 ou 1856) Praça da Sé (1861) Praça Caio Prado (1889) Praça da Sé (1890) Praça (do) (Dr.) Caio Prado (1891) Praça (Dr.) Pedro Borges (1903) Jardim Pedro Borges da Praça Caio Prado (1903) Jardim da Praça (Dr.) Caio Prado Praça (Dr.) Caio Prado Praça D. Pedro II (popular) Praça da Sé (1932)
	Praça General Tibúrcio	Largo ou Pátio ou Praça do (de) Palácio (1856) Praça General Tibúrcio (1887 ou 1888) Praça 16 de Novembro (1890) Praça General Tibúrcio (1891) Jardim da Praça General Tibúrcio Praça dos Leões (popular) Praça do Artista ou do Artesão (popular) Praça General Tibúrcio
	Praça do Carmo	Praça Nossa Senhora do Livramento (1888) Praça do Livramento (1890) Praça Nossa Senhora do Livramento (1891) Praça do Carmo ou Nossa Senhora do Carmo (1922) Praça Gonçalves Ledo (1922)

		Jardim Demóstenes (Demosthenes) de Carvalho da Praça Gonçalves Ledo (1929) Jardim da Praça Gonçalves Ledo (1929) Praça do Carmo (1932)
	Praça Capistrano de Abreu	Praça da Lagoinha (1873) Praça Coronel Teodorico (Theodorico) (1881) Praça Comendador Teodorico (Theodorico) (1888) Praça 16 de Novembro ou 16 de Outubro (1890) Praça Comendador Teodorico (Theodorico) (1891) Jardim Thomás (Tomaz) Pompeu da Praça Comendador Teodorico (Theodorico) (1930) Praça Capistrano de Abreu (1965)
	Praça do Coração de Jesus	Praça da Boa Vista (1856 ou 1880) Praça (Dr.) José Júlio (1881) Praça (do) Coração de Jesus (1886 ou 1888) (popular) Praça da Liberdade (1890) Praça (Dr.) José Júlio (1891) Jardim Bárbara de Alencar da Praça Dr. José Júlio ou do Coração de Jesus (1931) Praça José Júlio (1932) Praça do Coração de Jesus (1960)
	Praça Castro Carreira	Campo (1830 ou 1845) ou Praça (1856) da Amélia Praça da Estação (popular) (1871 ou 1888) Praça Senador Carreira (1882) Praça da Via Férrea (1890) Praça Senador Carreira (1891) Praça Castro Carreira (1932)
	Praça Clóvis Beviláqua	Praça do Encanamento Praça de (do) Pelotas ou (do) Visconde de Pelotas (1888) Praça da Bandeira (1937) Praça das Caixas d'água (popular) Praça da Faculdade de Direito (popular) Praça Clóvis Beviláqua (1959)
João Pessoa	Praça João Pessoa	Largo ou Pátio do Colégio (dos Jesuítas) Campo ou Largo ou Pátio do Comendador Felizardo Jardim Público Passeio Público (raro) Praça Comendador Felizardo (Leite) Praça Felizardo Leite Jardim da Praça Comendador Felizardo Praça João Pessoa
	Praça Venâncio Neiva	Largo ou Pátio do (de) Palácio Praça da Independência (1905) Praça Venâncio Neiva (1917) Pavilhão do Chá (popular) (década de 1930) Jardim da Praça Venâncio Neiva Praça Venâncio Neiva
	Praça Aristides Lobo	Largo do Tesouro Praça Aristides Lobo (1917)
	Praça Pedro Américo	Campo ou Largo do Diogo ou do Conselheiro Diogo (Velho) Largo ou Pátio do Quartel

		Largo ou Praça (do) Coronel Bento da Gama Praça Pedro Américo (1917) Jardim da Praça Pedro Américo Praça Pedro Américo
	Praça D. Adauto	Largo do Carmo Campo ou Praça (do) Conselheiro Henriques Praça D. Adauto (1919)
	Praça Rio Branco	Largo do Erário Largo da Intendência Praça Rio Branco
	Praça da Independência	Praça da Independência (1922)
	Parque Arruda Câmara	Sítio da Bica do Tambiá Bica (popular) Parque Arruda Câmara (1922)
Observações	Frequentemente, a denominação *jardim* já aparecia antes da sua inauguração, conforme identificamos nos relatórios da administração pública, ao mencionarem a aquisição de equipamentos e serviços e etapas das obras, bem como em termos de assentamento de pedra fundamental ou ainda já demarcados em plantas e mapas urbanísticos. Todavia, os marcos cronológicos que adotamos se referem, via de regra, ao ano de início das obras de ajardinamento ou sua inauguração. Em outros casos, o ano indicado corresponde ao decreto oficial de modificação dos nomes dos logradouros. Por fim, observamos que era bastante comum a utilização de nomenclaturas diferentes para o mesmo logradouro em documentos da mesma época, pois, nem sempre, um novo nome oficial rapidamente se sobrepunha ao anterior ou à designação popular.	

Fonte: Aline de Figueirôa Silva, 2016.

APÊNDICE B Vegetação dos jardins públicos do Recife				
Logradouro (denominação atual)	**Nome popular**	**Nome científico**	**Estrato**	**Origem geográfica**
Cais da Avenida Martins de Barros (1º Passeio Público)	Coqueiro	*Cocos nucifera*	Palmeira	Nativa
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Gameleira	*Ficus doliaria*	Arbóreo	Nativa
Parque 13 de Maio (2º Passeio Público)	Projeto não realizado, ausência de especificação botânica na planta baixa de 1923			
Praça da República	Areca	*Dypsis lutescens*	Palmeira	Exótica
	Baobá	*Adansonia digitata*	Arbóreo	Exótica
	Dracena	*Dracaena* sp.	Herbáceo	Exótica
	Eucalipto	*Eucalyptus* sp.	Arbóreo	Exótica
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Flamboyant	*Delonix regia*	Arbóreo	Exótica
	Jambeiro	*Syzygium malaccense*	Arbóreo	Exótica
	Palmeira-fênix	*Phoenix roebelenii*	Palmeira	Exótica
	Palmeira-imperial	*Roystonea oleracea*	Palmeira	Exótica
	Palmeira-leque-da-china	*Livistona chinensis*	Palmeira	Exótica
	Palmeira-sabal	*Sabal palmetto*	Palmeira	Exótica
	Pinheiro	*Araucaria* sp.	Arbóreo	Exótica
	Schefflera	*Schefflera* sp.	Arbóreo	*
Praça Maciel Pinheiro	Areca	*Dypsis lutescens*	Palmeira	Exótica
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Flamboyant	*Delonix regia*	Arbóreo	Exótica
	Jambeiro	*Syzygium malaccense*	Arbóreo	Exótica
	Palmeira-leque-da-china	*Livistona* sp.	Palmeira	Exótica
	Palmeira-sabal	*Sabal* sp.	Palmeira	Exótica
	Pinheiro	*Araucaria* sp.	Arbóreo	Exótica
	Ravenala	*Ravenala madagascariensis*	Subarbóreo	Exótica
	Taioba	*Alocasia macrorrhizos*	Herbáceo	Exótica
Praça Dezessete	Areca	*Dypsis lutescens*	Palmeira	Exótica
	Cica	*Cycadophyta* sp.	Arbustivo	Exótica
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Flamboyant	*Delonix regia*	Arbóreo	Exótica
	Palmeira-imperial	*Roystonea oleracea*	Palmeira	Exótica
	Palmeira-sabal	*Sabal palmetto*	Palmeira	Exótica
	Pinheiro	*Araucaria* sp.	Arbóreo	Exótica
	Ravenala	*Ravenala madagascariensis*	Subarbóreo	Exótica
Praça Visconde de Mauá	Areca	*Dypsis lutescens*	Palmeira	Exótica
	Fícus-elástica	*Ficus elastica*	Arbóreo	Exótica
	Palmeira-imperial	*Roystonea oleracea*	Palmeira	Exótica
Praça Artur Oscar	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
Praça Joaquim Nabuco	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Pinheiro	*Araucaria* sp.	Arbóreo	Exótica
	Taioba	*Alocasia macrorrhizos*	Herbáceo	Exótica
Praça Chora Menino	Dracena	*Dracaena fragrans*	Herbáceo	Exótica
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
Praça do Derby	Acácia-amarela	Intederminada	*	*
	Agave (terreno)	*Agave gigantea*	Herbáceo	Exótica
	Cássia-grande	*Cassia grandis*	Arbóreo	Nativa
	Coqueiro	*Cocos nucifera*	Palmeira	Nativa
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Flamboyant	*Delonix regia*	Arbóreo	Exótica
	Olho-de-pombo	*Adenanthera pavonina*	Arbóreo	Exótica
	Palmeira-imperial	*Roystonea oleracea*	Palmeira	Exótica

	Palmeira-leque-da-china	*Livistona* sp.	Palmeira	Exótica
	Pandanus	*Pandanus utilis*	Arbustivo	Exótica
	Tamarindo	*Tamarindus indica*	Arbóreo	Exótica
Praça Sérgio Loreto	Agave (terreno)	*Agave gigantea*	Herbáceo	Exótica
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Fícus-elástica	*Ficus elastica*	Arbóreo	Exótica
	Flamboyant	*Delonix regia*	Arbóreo	Exótica
	Mandacaru	*Cereus jamacaru*	Subarbóreo	Nativa
	Palma	*Opuntia* sp.	Herbáceo	Nativa
Praça Oswaldo Cruz	Buganvília	*Bougainvillea* sp.	Herbáceo	Exótica
	Cana-da-índia	*Canna indica*	Herbáceo	Exótica
	Cica	*Cycadophyta* sp.	Arbustivo	Exótica
	Eucalipto	*Eucalyptus* sp.	Arbóreo	Exótica
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Flamboyant	*Delonix regia*	Arbóreo	Exótica
	Pandanus	*Pandanus utilis*	Arbustivo	Exótica
	Pinheiro	*Araucaria* sp.	Arbóreo	Exótica
Praça Parque Amorim	Eucalipto	*Eucalyptus* sp.	Arbóreo	Exótica
Praça do Entroncamento	Mangueira	*Mangifera indica*	Arbóreo	Exótica
	Palmeira-imperial	*Roystonea oleracea*	Palmeira	Exótica
Largo Nossa Senhora da Paz	Flamboyant	*Delonix regia*	Arbóreo	Exótica

Fonte: Aline de Figueirôa Silva & Joelmir Marques da Silva, 2016.

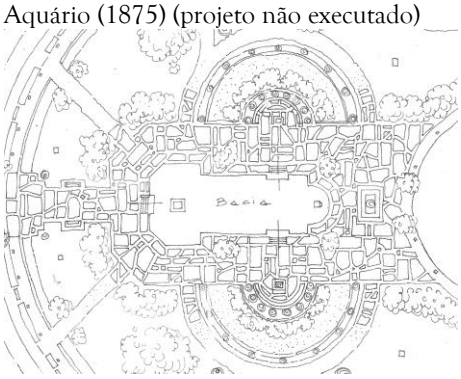
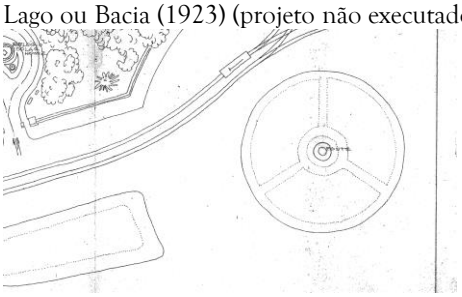
APÊNDICE C Vegetação dos jardins públicos de Fortaleza				
Logradouro (denominação atual)	**Nome popular**	**Nome científico**	**Estrato**	**Origem geográfica**
Praça dos Mártires (Passeio Público)	Agave (jarros)	*Agave* sp.	Herbáceo	Exótica
	Agave (terreno)	*Agave gigantea*	Herbáceo	Exótica
	Areca	*Dypsis lutescens*	Palmeira	Exótica
	Bambu	*Bambusa* sp.	Arbóreo	Exótica
	Baobá	*Adansonia digitata*	Arbóreo	Exótica
	Castanhola	*Terminalia catappa*	Arbóreo	Exótica
	Cica	*Cycadophyta* sp.	Arbustivo	Exótica
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Flamboyant	*Delonix regia*	Arbóreo	Exótica
	Mungubeira	*Pachira aquatica*	Arbóreo	Nativa
	Oitizeiro	*Licania tomentosa*	Arbóreo	Nativa
	Palmeira-rabo-de-peixe	*Caryota mitis*	Palmeira	Exótica
Parque da Liberdade	Agave (jarros)	*Agave* sp.	Herbáceo	Exótica
	Agave (terreno)	*Agave gigantea*	Herbáceo	Exótica
	Castanhola	*Terminalia catappa*	Arbóreo	Exótica
	Dracena	*Dracaena fragrans*	Herbáceo	Exótica
	Gameleira	*Ficus doliaria*	Arbóreo	Nativa
	Oitizeiro	*Licania tomentosa*	Arbóreo	Nativa
	Palmeira-imperial	*Roystonea oleracea*	Palmeira	Exótica
	Palmeira-sabal	*Sabal palmetto*	Palmeira	Exótica
Praça do Ferreira (1902)	Agave (terreno)	*Agave gigantea*	Herbáceo	Exótica
	Areca	*Dypsis lutescens*	Palmeira	Exótica
	Cajueiro	*Anacardium occidentale*	Arbóreo	Nativa
	Castanhola	*Terminalia catappa*	Arbóreo	Exótica
Praça do Ferreira (1925)	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
Praça José de Alencar	Areca	*Dypsis lutescens*	Palmeira	Exótica
	Castanhola	*Terminalia catappa*	Arbóreo	Exótica
	Flamboyant	*Delonix regia*	Arbóreo	Exótica
	Mungubeira	*Pachira aquatica*	Arbóreo	Nativa
	Palmeira-filipina	*Livistona rotundifolia*	Palmeira	Exótica
	Palmeira-leque-da-china	*Livistona* sp.	Palmeira	Exótica
	Palmeira-sabal	*Sabal palmetto*	Palmeira	Exótica
Praça da Sé	Areca	*Dypsis lutescens*	Palmeira	Exótica
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Mangueira	*Mangifera indica*	Arbóreo	Exótica
	Palmeira-imperial	*Roystonea oleracea*	Palmeira	Exótica
	Palmeira-sabal	*Sabal palmetto*	Palmeira	Exótica
	Pinheiro	*Araucaria* sp.	Arbóreo	Exótica
Praça General Tibúrcio	Agave (jarros)	*Agave* sp.	Herbáceo	Exótica
	Agave (terreno)	*Agave gigantea*	Herbáceo	Exótica
	Cássia-grande	*Cassia grandis*	Arbóreo	Nativa
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Mungubeira	*Pachira aquatica*	Arbóreo	Nativa
	Palmeira-filipina	*Livistona rotundifolia*	Palmeira	Exótica
	Palmeira-imperial	*Roystonea oleracea*	Palmeira	Exótica
	Pinheiro	*Araucaria* sp.	Arbóreo	Exótica
Praça do Carmo	Informações indisponíveis por escassez de fontes			
Praça Capistrano de Abreu	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
Praça do Coração de Jesus	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
Praça Castro Carreira	Agave (terreno)	*Agave gigantea*	Herbáceo	Exótica
	Areca	*Dypsis lutescens*	Palmeira	Exótica
	Castanhola	*Terminalia catappa*	Arbóreo	Exótica

	Eucalipto	*Eucalyptus* sp.	Arbóreo	Exótica
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
Praça Clóvis Beviláqua	Agave (jarros)	*Agave* sp.	Herbáceo	Exótica
	Canafístula	*Peltophorum dubium*	Arbóreo	Nativa

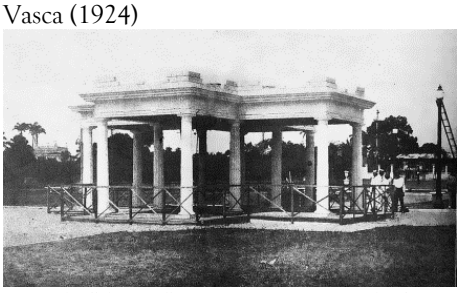
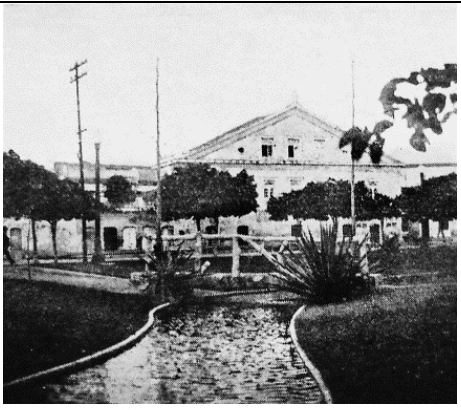
Fonte: Aline de Figueirôa Silva & Joelmir Marques da Silva, 2016.

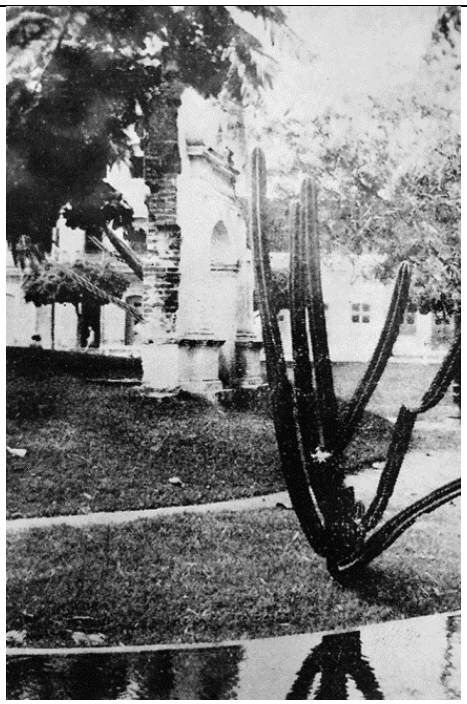
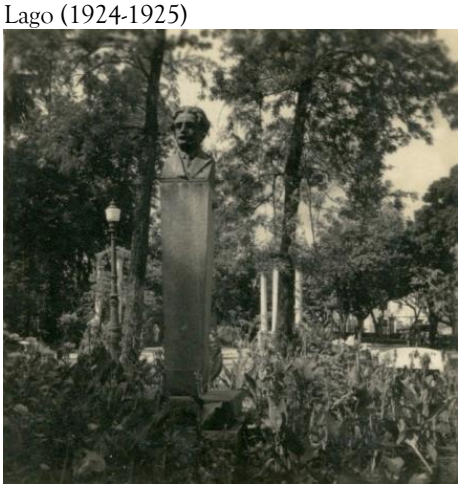
APÊNDICE D Vegetação dos jardins públicos de João Pessoa				
Logradouro (denominação atual)	**Nome popular**	**Nome científico**	**Estrato**	**Origem geográfica**
Praça João Pessoa	Agave (terreno)	*Agave gigantea*	Herbáceo	Exótica
	Areca	*Dypsis lutescens*	Palmeira	Exótica
	Cica	*Cycas revoluta*	Arbustivo	Exótica
	Dracena	*Dracaena fragrans*	Herbáceo	Exótica
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Jambeiro	*Syzygium malaccense*	Arbóreo	Exótica
	Palmeira-imperial	*Roystonea oleracea*	Palmeira	Exótica
	Palmeira-sabal	*Sabal* sp.	Palmeira	Exótica
	Palmeira-leque-da-china	*Livistona* sp.	Palmeira	Exótica
	Pandanus	*Pandanus utilis*	Arbustivo	Exótica
	Pingo-de-ouro	*Duranta repens*	Herbáceo	Exótica
Praça Venâncio Neiva	Cana-da-índia	*Canna indica*	Herbáceo	Exótica
	Eucalipto	*Eucalyptus* sp.	Arbóreo	Exótica
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Palmeira-leque-de-finji	*Pritchardia pacifica*	Palmeira	Exótica
	Palmeira-rabo-de-peixe	*Caryota mitis*	Palmeira	Exótica
	Ravenala	*Ravenala madagascariensis*	Subarbóreo	Exótica
Praça Aristides Lobo	Castanhola	*Terminalia catappa*	Arbóreo	Exótica
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Palmeira-imperial	*Roystonea oleracea*	Palmeira	Exótica
Praça Pedro Américo	Areca	*Dypsis lutescens*	Palmeira	Exótica
	Dracena	*Dracaena fragrans*	Herbáceo	Exótica
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Palmeira-imperial	*Roystonea oleracea*	Palmeira	Exótica
	Palmeira-leque-de-finji	*Pritchardia pacifica*	Palmeira	Exótica
	Palmeira-rabo-de-peixe	*Caryota mitis*	Palmeira	Exótica
Praça D. Adauto	Areca	*Dypsis lutescens*	Palmeira	Exótica
	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Jambeiro	*Syzygium malaccense*	Arbóreo	Exótica
	Pinheiro	*Araucaria* sp.	Arbóreo	Exótica
Praça Rio Branco	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Palmeira-leque-da-china	*Livistona* sp.	Palmeira	Exótica
	Pinheiro	*Araucaria* sp.	Arbóreo	Exótica
Praça da Independência	Fícus-benjamim	*Ficus benjamina*	Arbóreo	Exótica
	Palmeira-imperial	*Roystonea oleracea*	Palmeira	Exótica
Parque Arruda Câmara	Agave (jarros)	*Agave* sp.	Herbáceo	Exótica
	Agave (terreno)	*Agave gigantea*	Herbáceo	Exótica
	Areca	*Dypsis lutescens*	Palmeira	Exótica
	Coqueiro	*Cocos nucifera*	Palmeira	Nativa
	Macaibeira	*Acrocomia intumescens*	Palmeira	Nativa
	Mungubeira	*Pachira aquatica*	Arbóreo	Nativa

Fonte: Aline de Figueirôa Silva & Joelmir Marques da Silva, 2016.

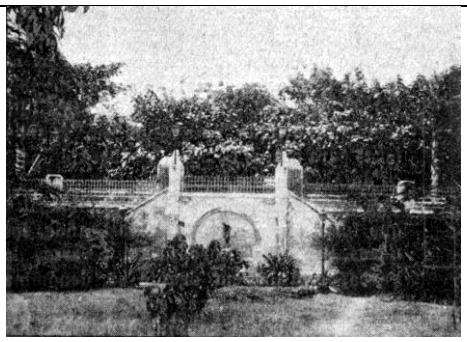
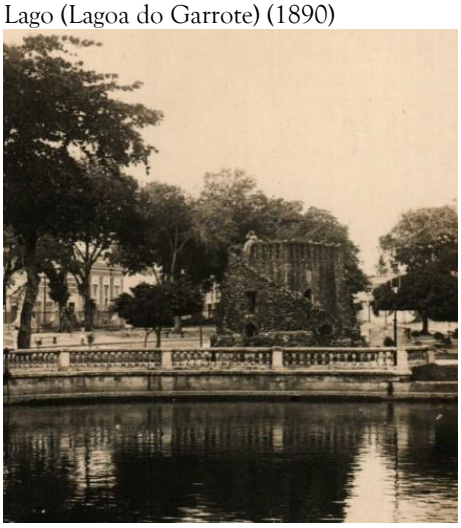
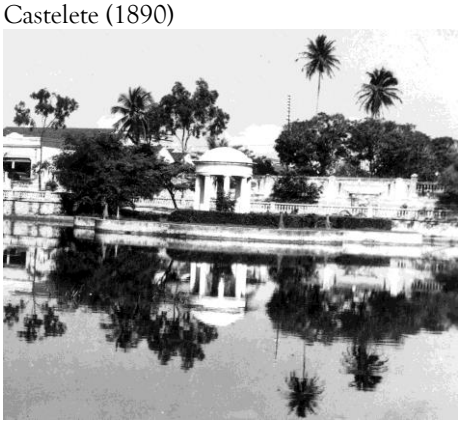
APÊNDICE E Elementos aquáticos e estruturas associadas dos jardins públicos do Recife, Fortaleza e João Pessoa		
Município	**Logradouro (denominação atual)**	**Lagos, ilhas, pontes, ruínas, pérgulas, templos, chafarizes, fontes e aquários**
Recife	Cais da Avenida Martins de Barros (1º Passeio Público)	–
	Parque 13 de Maio (2º Passeio Público)	 Aquário (1875) (projeto não executado)  Lago ou Bacia (1923) (projeto não executado)  Fonte (1923) (projeto não executado)
	Praça da República	 Quatro lagos (1872)

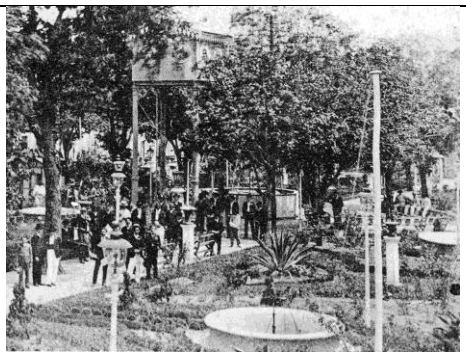
	Praça Maciel Pinheiro	 Fonte em mármore importada de Portugal e esculpida por Antônio Moreira Rato (1875)
	Praça Dezessete	 Chafariz em mármore importado da Itália para abastecimento da população (1846) (desativado como elemento aquático no jardim, dividido em duas partes e deslocado para a instalação do coreto)
	Praça Visconde de Mauá	–
	Praça Artur Oscar	–
	Praça Joaquim Nabuco	–
	Praça Chora Menino	–
	Praça do Derby	 Lago com a Ilha dos Amores e ponte em cimento armado (1924)

		 Vasca (1924)  Pérgula “dórica” em cimento armado (1924) próxima ao lago com a Ilha dos Amores Pérgula “coríntia” em cimento armado (1924) próxima à vasca
	Praça Sérgio Loreto	 Lago com ilha e pontes em cimento armado (1924)

		 Ruína (1924)
	Praça Oswaldo Cruz	 Lago (1924-1925)  Pérgula em cimento armado (1924-1925)
	Praça Parque Amorim	 Fonte luminosa (1924-1925)

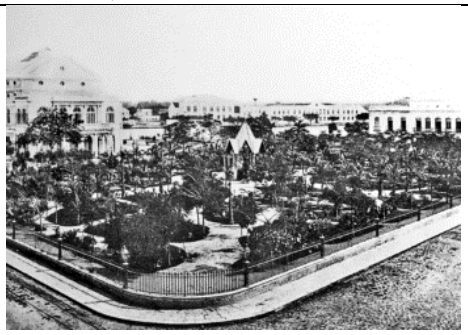
		 Aquário (1924-1925)
	Praça do Entroncamento	 Fonte luminosa metálica adquirida no Rio de Janeiro (1925)
	Largo Nossa Senhora da Paz	–
Fortaleza	Praça dos Mártires (Passeio Público)	 Lago no primeiro plano Lago no primeiro plano

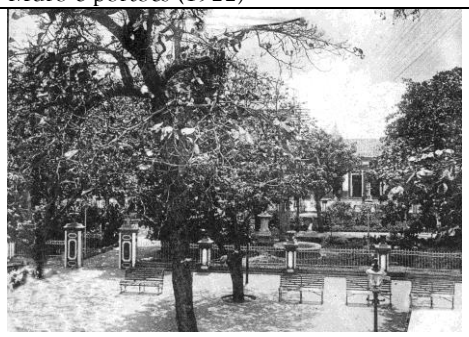
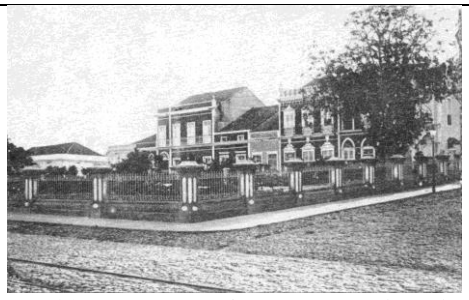
		 Lago no segundo plano Lago no terceiro plano (imagem indisponível)
	Parque da Liberdade	 Lago (Lagoa do Garrote) (1890)  Castelete (1890)  Ilha com Templo do Cupido (1922)

	Praça do Ferreira	 Oito tanques (1902) (provavelmente para irrigação)
	Praça José de Alencar	–
	Praça da Sé	–
	Praça General Tibúrcio	–
	Praça do Carmo	–
	Praça Capistrano de Abreu	 Fonte luminosa metálica importada da Alemanha (1930)
	Praça do Coração de Jesus	–
	Praça Castro Carreira	–
	Praça Clóvis Beviláqua	 Lago (1933)
João Pessoa	Praça João Pessoa	 Lagos (provavelmente quatro) (século XIX-início do XX)

	Praça Venâncio Neiva	 Lago com fonte (1917) (aterrado e substituído pelo Pavilhão do Chá em 1931)
	Praça Aristides Lobo	–
	Praça Pedro Américo	 Lago com ponte em cimento armado (provavelmente década de 1910)
	Praça D. Adauto	–
	Praça Rio Branco	–
	Praça da Independência	–
	Parque Arruda Câmara	 Lago (Fonte ou Bica do Tambiá) (1922)

Fonte: Aline de Figueirôa Silva, 2016.

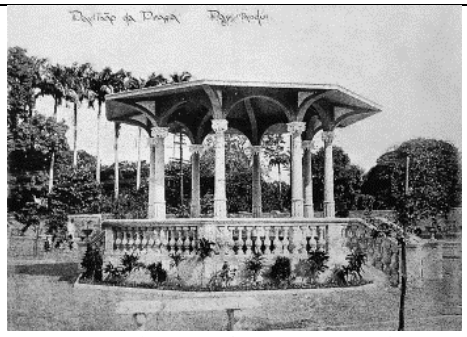
APÊNDICE F Gradis, portões e muros dos jardins públicos do Recife, Fortaleza e João Pessoa		
Município	**Logradouro (denominação atual)**	**Gradis, portões e muros**
Recife	Cais da Avenida Martins de Barros (1º Passeio Público)	–
	Parque 13 de Maio (2º Passeio Público)	Muro e portões (1923) (projeto não executado)
	Praça da República	 Gradil e portões em ferro e mureta (1872)
	Praça Maciel Pinheiro	 Gradil e portões em ferro (1872)
	Praça Dezessete	 Gradil e portões em ferro (1877)
	Praça Visconde de Mauá	 Gradil e portões em ferro e mureta (provavelmente século XIX)
	Praça Artur Oscar	–
	Praça Joaquim Nabuco	–
	Praça Chora Menino	–
	Praça do Derby	–
	Praça Sérgio Loreto	–
	Praça Oswaldo Cruz	–

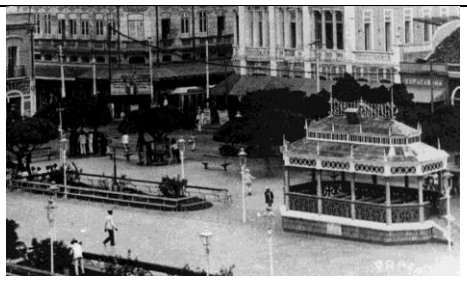
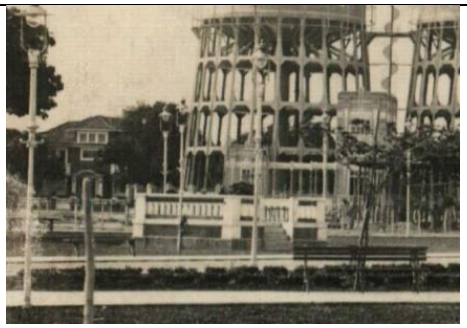
	Praça Parque Amorim	–
	Praça do Entroncamento	–
	Largo Nossa Senhora da Paz	–
Fortaleza	Praça dos Mártires (Passeio Público)	Gradil e portões em ferro e pilares no primeiro plano (século XIX) Muro de arrimo no segundo plano
	Parque da Liberdade	Muro e portões (1922)
	Praça do Ferreira	 Gradil e portões em ferro e pilares (1902)
	Praça José de Alencar	–
	Praça da Sé	 Gradil e portões em ferro e mureta (1903)
	Praça General Tibúrcio	–

	Praça do Carmo	–
	Praça Capistrano de Abreu	–
	Praça do Coração de Jesus	–
	Praça Castro Carreira	–
	Praça Clóvis Beviláqua	–
João Pessoa	Praça João Pessoa	 Gradil e portões em ferro e mureta (1879)
	Praça Venâncio Neiva	–
	Praça Aristides Lobo	–
	Praça Pedro Américo	–
	Praça D. Adauto	–
	Praça Rio Branco	–
	Praça da Independência	–
	Parque Arruda Câmara	Muro e portão (1922) Imagem indisponível, ano estimado em função da data de inauguração do parque

Fonte: Aline de Figueirôa Silva, 2016.

APÊNDICE G Coretos e pavilhões dos jardins públicos do Recife, Fortaleza e João Pessoa		
Município	**Logradouro (denominação atual)**	**Coretos e pavilhões**
Recife	Cais da Avenida Martins de Barros (1º Passeio Público)	–
	Parque 13 de Maio (2º Passeio Público)	 Coreto em ferro (1875) (projeto não executado) Praça de concertos com edificação em material desconhecido (1923)
	Praça da República	 Coreto em ferro importado (1872)
	Praça Maciel Pinheiro	 Coreto em ferro importado (1875)
	Praça Dezessete	 Coreto em ferro importado (1877)

	Praça Visconde de Mauá	 Coreto em ferro importado (provavelmente século XIX)
	Praça Artur Oscar	–
	Praça Joaquim Nabuco	–
	Praça Chora Menino	 Coreto em alvenaria/cimento armado construído localmente (1924)
	Praça do Derby	–
	Praça Sérgio Loreto	 Coreto em alvenaria/cimento armado construído localmente (1924)
	Praça Oswaldo Cruz	–
	Praça Parque Amorim	–
	Praça do Entroncamento	Coreto em alvenaria/cimento armado construído localmente (1925) Imagem sem qualidade de reprodução
	Largo Nossa Senhora da Paz	–
Fortaleza	Praça dos Mártires (Passeio Público)	 Coreto de origem e aparência incerta, provavelmente em alvenaria/cimento armado construído localmente
	Parque da Liberdade	–

	Praça do Ferreira	 Coreto em alvenaria/cimento armado construído localmente (1925)
	Praça José de Alencar	 Pavilhão em madeira construído localmente (1903)
	Praça da Sé	–
	Praça General Tibúrcio	 Coreto em alvenaria/cimento armado construído localmente (1913-1914)
	Praça do Carmo	–
	Praça Capistrano de Abreu	 Coreto em alvenaria/cimento armado construído localmente (1930)
	Praça do Coração de Jesus	–
	Praça Castro Carreira	–
	Praça Clóvis Beviláqua	 Coreto em alvenaria/cimento armado construído

		localmente (1933)
João Pessoa	Praça João Pessoa	 Coreto em ferro importado (1879 ou 1889) Coreto em ferro importado da França ou Bélgica (1913)
	Praça Venâncio Neiva	 Coreto e belvedere em alvenaria/cimento armado construído localmente (1917) Pavilhão em alvenaria/cimento armado construído localmente (1931)
	Praça Aristides Lobo	–

	Praça Pedro Américo	 Coreto em madeira construído localmente com teto e balaustrada importados (década de 1910)
	Praça D. Adauto	–
	Praça Rio Branco	–
	Praça da Independência	 Pavilhão em alvenaria/cimento armado construído localmente (1922)
	Parque Arruda Câmara	Pavilhão em alvenaria/cimento armado construído localmente (1922) Imagem indisponível, ano estimado em função da data de inauguração do parque

Fonte: Aline de Figueirôa Silva, 2016.

APÊNDICE H Autores e datas dos projetos dos jardins públicos do Recife, Fortaleza e João Pessoa			
Município	**Logradouro (denominação atual)**	**Autor do projeto do jardim ou equipamentos**	**Data do projeto, início ou inauguração do jardim**
Recife	Cais da Avenida Martins de Barros (1º Passeio Público)	–	1838
	Parque 13 de Maio (2º Passeio Público)	Louis Vauthier (engenheiro francês)	1844 (não executado)
		William Martineau (engenheiro inglês)	1860 (não executado)
		Émile Béringer (engenheiro francês) Pavilhão e Aquário	1875 (não executados)
		Antonio P. L.	1923 (não executado)
	Praça da República	– Émile Béringer (engenheiro francês)	Inaugurado em 20/10/1872 1875 (projeto encontrado após o ajardinamento) Reformado em 1925
	Praça Maciel Pinheiro	–	Inaugurado em 15/10/1875 Reformado em 1925 Reformado em 1930-1933
	Praça Dezessete	– Herculano Ramos (i) (arquiteto-engenheiro)	1877 – Reformado Reformado em 1930-1933
	Praça Visconde de Mauá	–	Provavelmente século XIX
	Praça Artur Oscar	–	Década de 1910
	Praça Joaquim Nabuco	–	Provavelmente 1915
	Praça Chora Menino	–	Inaugurado em 25/5/1924
	Praça do Derby	Diretoria Geral de Viação e Obras Públicas	Inaugurado em 18/10/1924
	Praça Sérgio Loreto	Antônio de Góis Cavalcanti (engenheiro e prefeito)	Inaugurado em 19/10/1924
	Praça Oswaldo Cruz	–	1924-1925
	Praça Parque Amorim	–	1924-1925
	Praça do Entroncamento	Antônio de Góis Cavalcanti (engenheiro e prefeito) Alvaro [ilegível] (engenheiro) Jorge Martins (arquiteto)	Inaugurado em 19/10/1925
	Largo Nossa Senhora da Paz	–	1924-1925
Fortaleza	Praça dos Mártires (Passeio Público)	–	1880 e 1888
	Parque da Liberdade	Romualdo de Carvalho Bastos (engenheiro)	1890
		–	Reformado e inaugurado em 7/9/1922
	Praça do Ferreira	–	Inaugurado em 7/9/1902 Reformado e inaugurado em 24/5/1925
	Praça José de Alencar	–	1903
	Praça da Sé	–	1903
	Praça General Tibúrcio	–	1913-1914
	Praça do Carmo	–	Inaugurado em 24/12/1929
	Praça Capistrano de Abreu	Rubens Franco da Silva ou Rubens Franco Rabello (ii) – Jardim e Coreto	Inaugurado em 12/7/1930

	Praça do Coração de Jesus	–	Inaugurado em 5/7/1931
	Praça Castro Carreira	–	1932
	Praça Clóvis Beviláqua	–	Inaugurado em 30/7/1933
João Pessoa	Praça João Pessoa	–	1877-1879; 1889 Reformado em 1913 Reformado em 1929-1930
	Praça Venâncio Neiva	Paschoal Fiorillo (iii) (arquiteto-engenheiro italiano) – Jardim e Coreto	Inaugurado em 21/7/1917
		Giuseppe Gióia (engenheiro italiano) – Pavilhão do Chá	Iniciado em 1928-1930 e concluído em 1931
	Praça Aristides Lobo	Firma Cunha & Di Lascio (iv) – Jardim	1917-1918
	Praça Pedro Américo	Paschoal Fiorillo (arquiteto-engenheiro italiano) – Coreto Hermenegildo Di Lascio/Firma Cunha & Di Lascio (arquiteto-engenheiro italiano) – Jardim Clodoaldo Gouveia (arquiteto-engenheiro) – Lago e Ponte	1917
	Praça D. Adauto	Hermenegildo Di Lascio/Firma Cunha & Di Lascio	Inaugurado em 6/2/1919
	Praça Rio Branco	–	Década de 1920
	Praça da Independência	Hermenegildo Di Lascio/Firma Cunha & Di Lascio (arquiteto-engenheiro italiano) – Jardim e Pavilhão	Inaugurado em 7/9/1922
	Parque Arruda Câmara	–	Inaugurado em 24/12/1922
Observações	i) Encontramos divergências em relação à identificação profissional de Herculano Ramos, referido como arquiteto em texto não assinado no *Almanach de Pernambuco para o anno de 1906* (p. 161); Castro (1987, p. 228); Melo & Silva Filho (2007, p. 59); Nobre et alli (2009, p. 59; 60; 65); Nobre (2012, p. 12); e Nobre & Sousa (2013); autores que, em sua maioria, são arquitetos. Identificado como engenheiro por Pereira da Costa in *Almanach de Pernambuco para o anno de 1928* (publicado em 1927, p. 282) e tratado como artista por Azevedo (2012 [1980], p. 82). Herculano Ramos atuou nas cidades do Recife, Natal e Fortaleza.		
	ii) Encontramos divergências em relação ao nome e cargo/formação do técnico. As edições do *Almanach Administrativo, Estatistico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará* referentes aos anos de 1928, 1929, 1930 e 1931 (publicados em 1927, 1928, 1930 e 1931, respectivamente) indicam que Rubens Franco da Silva era arquiteto da Prefeitura Municipal de Fortaleza. A edição de 12/7/1930 (p. 7) do *Correio do Ceará* registra que o Senhor Rubens Franco Rabello era técnico da Prefeitura. Marcos Franco Rabello havia sido, na verdade, governador do Ceará entre 1912 e 1914.		
	iii) Encontramos divergências em relação à identificação profissional de Paschoal Fiorillo, referido como arquiteto por Pessoa (1916, p. 18), ao passo que sua formação é omitida por Castro (1987, p. 242). O historiador José Octávio de Arruda Mello ora o identifica como arquiteto (1990, p. 97; 2006, p. 45; 118), ora como engenheiro (1990, p. 59; 113). O escritor Wellington Hermes Vasconcelos de Aguiar (1992, p. 247) o trata por arquiteto. Paschoal Fiorillo atuou nas cidades de João Pessoa e Fortaleza.		

	iv) Encontramos divergências em relação à identificação profissional de Hermenegildo Di Lascio, referido como engenheiro por Hollanda (1917, p. 13). O historiador José Octávio de Arruda Mello ora o identifica como arquiteto (2006, p. 45-46; 107; 116), ora como engenheiro (1990, p. 59). Hermenegildo Di Lascio também exercia a atividade de construtor através da firma Cunha & Di Lascio, da qual era sócio-proprietário.
	v) Encontramos divergências em relação à identificação profissional de Clodoaldo Gouveia, referido como arquiteto na *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal da capital do Estado da Parahyba em dezembro de 1921, pelo prefeito, do sr. dr. Walfrêdo Guedes Pereira* in *Era Nova*, n. 18, dezembro de 1921. O historiador José Octávio de Arruda Mello o identifica como engenheiro (1990, p. 59; 114), assim como indica o álbum *2 Séculos da Cidade: passeio retrospectivo* [1974].

Fonte: Aline de Figueirôa Silva, 2016.

jardim ou
square
Garden-party